

ANAIS DO
VIII SIMPÓSIO
INTERNACIONAL
DIÁLOGOS NA
CONTEMPORANEIDADE

DECOLO NIALI DADES

VOZES, TERRITÓRIOS
E EXISTÊNCIAS

17, 18 E 19 DE ABRIL DE 2023



Kári Lúcia Forneck
Fabiane Olegário
Luciana Turatti
Marcus Vinicius Staudt
Neli Teresinha Galarce Machado
Rosiene Almeida Souza Haetinger
Sandro Fröhlich
(Orgs.)

**Anais do VIII Simpósio Internacional
Diálogos na Contemporaneidade:
decolonialidades: vozes, territórios e existências**

1ª edição



EDITORA
UNIVATES

Lajeado/RS, 2023



Universidade do Vale do Taquari - Univates

Reitora: Profa. Ma. Evania Schneider

Vice-Reitora e Pró-Reitora de Ensino: Profa. Dra. Fernanda Storck Pinheiro

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Carlos Cândido da Silva Cyrne



EDITORA
UNIVATES

Editora Univates

Coordenação: Prof. Dr. Carlos Cândido da Silva Cyrne

Editoração: Marlon Alceu Cristófoli

Capa: [Enter] Estúdio Experimental de Comunicação e Design

Revisão linguística e bibliográfica é de responsabilidade do(s) autor(es) dos textos.

Avelino Talini, 171 – Bairro Universitário – Lajeado – RS, Brasil

Fone: (51) 3714-7024 / Fone: (51) 3714-7000, R.: 5984

editora@univates.br / <http://www.univates.br/editora>

S612 Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade (8.: 2023 : Lajeado, RS)

Anais do VIII Seminário Internacional Diálogos na Contemporaneidade: decolonialidades: vozes, territórios e existências, 17 a 19 de abril de 2023, Lajeado, RS [recurso eletrônico] / Kári Lúcia Forneck et al. (org.) – Lajeado : Editora Univates, 2023.

Disponível em: www.univates.br/editora-univates/publicacao/409
ISBN 978-85-8167-303-5

1. Filosofia da educação. 2. Sociologia. 3. Anais. I. Forneck, Kári Lúcia. II. Olegário, Fabiane. III. Turatti, Luciana. IV. Staudt, Marcus Vinicius. V. Machado, Neli Teresinha Galarce. VI. Haetinger, Rosiene Almeida Souza. VII. Fröhlich, Sandro. VIII. Título.

CDU: 37.01:316

Catálogo na publicação (CIP) – Biblioteca Univates
Bibliotecária Monique Izoton – CRB 10/2638



As opiniões e os conceitos emitidos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a visão do Conselho Editorial da Editora Univates e da Univates.

ANAIS DO VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIÁLOGOS NA CONTEMPORANEIDADE - Decolonialidades: vozes, territórios e existências -

17 a 19 de abril de 2023

COMISSÃO ORGANIZADORA

Dra. Kári Lúcia Forneck (presidente)
Dra. Fabiane Olegário
Dra. Luciana Turatti
Me. Marcus Vinicius Staudt
Dra. Neli Teresinha Galarce Machado
Dra. Rosiene Almeida Souza Haetinger
Dr. Sandro Fröhlich

COMITÊ CIENTÍFICO

Dra. Cláudia Horn
Dra. Claudete Rempel
Dra. Jane Márcia Mazzarino
Dr. Luciano Nunes Duro
Dr. Luis Fernando Laroque
Dra. Márcia Solange Volkmer
Dra. Maria Elisabete Bersch
Dra. Morgana Domênica Hattge
Dra. Neli Galarce Machado
Dr. Rogério Schuck
Dra. Rosiene Haetinger
Dr. Sandro Fröhlich
Dra. Silvane Fensterseifer Isse
Dra. Simone Stülp
Dra. Suzana Feldens Schwertner
Dr. Tiago Weizenmann

APRESENTAÇÃO

O **Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade** é um evento que ocorre a cada dois anos, promovido pela Universidade do Vale do Taquari - Univates, e tem como desafio repensar a realidade contemporânea nas suas interlocuções com diversas áreas do conhecimento, em especial com as ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.

Em sua oitava edição, o evento se propôs a fazer emergir espaços plurais de debate, em busca de um sistema-mundo alternativo aos discursos hegemônicos que impõem modos de ser, de saber e de poder que excluem o diverso e o divergente. Por isso, esta edição do evento abraçou o tema **Decolonialidades: vozes, territórios e existências**, para dialogar sobre como as subjetividades têm sido afetadas pela estrutura de poder colonial e como resgatar vozes e pensamentos capturados pelas narrativas hegemônicas.

No intuito de promover um diálogo de saberes, o evento também se abriu para diversas áreas do conhecimento que têm aproximação com as temáticas propostas, pois é pelo debate plural que se dá a constituição humana. Assim, com uma lente decolonial, olhamos para o hemisfério sul, para nossa casa, nosso quintal, nosso próprio espelho, a fim de respondermos algumas perguntas fundamentais: afinal, quem habita nossa terra? qual é a cor da nossa identidade? que arte produzimos? que tipo de amor nos habita? de quem é a voz silenciada? qual é a fé que não podemos professar?

Nesta publicação, compilamos os trabalhos - resumos e artigos - apresentados em formato de comunicações científicas e relatos de experiências, que trouxeram à cena uma ciência pautada nas vozes, nos territórios e nas existências múltiplas, articulados em oito grupos de trabalho, que se pautaram nos seguintes temas: GT 1. Complexidades e Transversalidades; GT 2. Educação, Comunicação e Tecnologias; GT 3. Arte, Corpo e Linguagens; GT 4. Filosofia e Direitos Humanos; GT 5. Decolonialidade: Histórias, Pessoas e Territórios; GT 6. Identidades, Gênero e Cultura; GT 7. Saúde, qualidade de vida e bem-estar; e GT 8. Inclusão e diversidade nos espaços educacionais.

Esta publicação reflete a riqueza e a diversidade dos pontos de vista compartilhados durante o evento. Agradecemos a todos os participantes que se dispuseram a fortalecer o pensamento múltiplo, diverso e plural.

Um agradecimento especial também à comissão científica, aos coordenadores de GT, à equipe de funcionários técnico-administrativos do Setores de Eventos e de Marketing, bem como à Universidade do Vale do Taquari, pelo apoio incondicional.

Esperamos que as produções aqui publicadas sirvam de inspiração para outros movimentos de reflexão, aprendizagens e muito diálogo.

Comissão Organizadora

SUMÁRIO

RESUMOS

GT 1. Complexidades e Transversalidades

EXTRAFISCALIDADE ÀS AVESAS: A INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS A AGROTÓXICOS.....	12
DECOLONIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: INTERLOCUÇÕES PARA ALÉM DAS PERSPECTIVAS DISCIPLINARES	13
CORRESPONDÊNCIAS ENTRE A PNAPO E O FAZER AGROECOLÓGICO: UMA ANÁLISE DO COTIDIANO DO GRUPO DE AGRICULTORES ECOLOGISTAS DO FORQUETA, ARROIO DO MEIO, RS, BRASIL.....	14
ECOSOFIAS PULSANTES E SEUS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS: POTÊNCIAS PARA O CAMPO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS	15
TUDO SE TRANSFORMA: UMA SEQUÊNCIA DE ENSINO INVESTIGATIVO SOBRE TRANSFORMAÇÕES QUÍMICAS	16
CONTRIBUIÇÕES DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA A FORMAÇÃO DO ESTUDANTE PESQUISADOR: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO.....	17
SEMENTE CRIANÇA.....	18
PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ...	19
INFORMALIDADE EM FOCO: DESAFIOS DOS TRABALHADORES NO MEIO DIGITAL.....	20
OS USOS DA ÁGUA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PELOS AGROECOLOGISTAS DO VALE DO TAQUARI - RS....	21
O PERÍODO ESCOLAR PARA JOVENS EGRESSOS: ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS ESCOLARES ALÉM DOS SEUS MUROS	22
INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS ENVOLVENDO CRIANÇAS NA PESQUISA.....	23
SANEAMENTO BÁSICO EM PIMENTA BUENO, CACOAL E ESPIGÃO DO OESTE - RO: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	24

GT 2. Educação, Comunicação e Tecnologias

ÁREA DE ENSINO E ESCOPOS DE PERIÓDICOS	26
DIÁLOGOS E DESENHOS DE E COM CRIANÇAS DURANTE A PANDEMIA COMO FORMA DE EXPRESSÃO EMOCIONAL	27
BROCANTES E MATERIALIDADES DO PROJETO PALAVRAS E COISAS DA ESCOLA.....	28
ATELIER PEDAGÓGICO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO PARA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO INFANTIL EM TURMAS MULTISSERVIADAS EM ESCOLA QUILOMBOLA DE TEMPO INTEGRAL: UM ESTADO DA ARTE.....	29
POTENCIALIDADES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	30
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA NA CAPES SOBRE AS PERSPECTIVAS TECNOLÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE NO NOVO ENSINO MÉDIO	31
DIALOGISMO E CONSTITUIÇÃO DO EU NA ESCRITA DE CARTAS EM CONTEXTOS DE ALFABETIZAÇÃO.....	32
O OLHAR DE DOCENTES SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO NORDESTE DO PAÍS.....	33
INFÂNCIAS: NARRATIVAS DE UM TEMPO, ECOS DE UM ESPAÇO.....	35
ESCRITA CRIATIVA EM AMBIENTE VIRTUAL	36
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E TECNOLOGIAS DIGITAIS: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL	37

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE UM MESTRADO EM ENSINO ACERCA DAS AULAS REMOTAS DURANTE PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19	38
PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CURSO SUPERIOR SOBRE O CONCEITO DE AULA A DISTÂNCIA	39
IMPACTOS DO LETRAMENTO DIGITAL NAS REDES SOCIAIS DO GRUPO KOLONIEGESCHMACK: UM ESTUDO DE CASO	40
ENSINO VIRTUALIZADO: REFLEXÕES DURANTE E PÓS-PANDEMIA	41
O ACOLHIMENTO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA PARCEIRA	42
RELAÇÕES QUE IMPORTAM: UMA EXPERIÊNCIA NO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA	43
EXPLORANDO HISTÓRIAS DE VIDA PELA PRODUÇÃO DE VÍDEO CARTAS	44
O METAENSINO NAS VIDEOAULAS: POSSIBILIDADES DE UMA LÓGICA DECORRENTE DE UM ESTUDO DISSERTATIVO	45
INSERÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I	47
A GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PROPULSORA NO DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS DE ENSINO SIGNIFICATIVAS	48
A PRODUÇÃO TEXTUAL A PARTIR DAS MARCAS DO LUGAR ONDE VIVO	49

GT 3. Arte, Corpo e Linguagens

PENSAMENTO NÔMADE: A ARTE COMO PONTO DE PARTIDA DAS PROPOSTAS EXTENSIONISTAS	51
PROJETO BROCANTE: ARQUIVO DE MEMÓRIAS ESCOLARES	52
LEMBRAR A DOR: MEMÓRIA EM VIOLÊNCIA EM O AVESSE DA PELE, DE JÉFERSON TENÓRIO	53
PISTAS PARA UMA PESQUISA QUE PRIVILEGIE O OLHAR E O VAGAR	55
ARTES E HUMANIDADES NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO ..	56
SOBRE APOLO E DIONÍSIO E DO RETORNO À MORADA	57
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO NOVO ENSINO MÉDIO	58
O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA IMIGRANTES: REFLEXÕES SOBRE A PEDAGOGIA DE PROJETOS	59
ARTE NA ESCOLA: DA LITERATURA AO AUDIOVISUAL	60
A REALIDADE DE TORTO ARADO NUM DIÁLOGO COM O TEMPO PRESENTE	61
PROJETO CORPOS MARCADOS	63
IMPACTOS DO PROJETO DE EXTENSÃO ALFAB&LETRAR: O OLHAR DAS PROFESSORAS TITULARES DAS TURMAS PARCEIRAS	64
O CORPO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO ENSINO: UMA PESQUISA DE ESTUDO ARQUIVÍSTICO	65

GT 4. Filosofia e Direitos Humanos

A PLATAFORMA R4V E O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO SISTEMA ONU NA ACOLHIDA DE REFUGIADOS VENEZUELANOS	67
LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS, EM 2022	69
O RACISMO ESTRUTURAL E FALTA DE PROFESSORES NEGROS NA UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI/RS: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE DE DOCENTES NA UNIVATES	70

DA “AUTONOMIA PELA DIVERSIFICAÇÃO” PARA O “ANTI-GLOBALISMO E A IDEOLOGIZAÇÃO”: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE 2016 E 2022	71
GÊNERO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A VULNERABILIDADE DAS MULHERES FRENTE AOS RISCOS AMBIENTAIS	72
A CRUZADA MORAL DO DISCURSO DE PROTAGONISMO INFANTIL E A CONSOLIDAÇÃO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO	73
POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: INCLUSÃO COMO GARANTIA DE DIREITO.....	74
MARIAS: ALEGRIA, ESCUTA E SENSIBILIDADE NA CRIAÇÃO DE AÇÕES HUMANIZADORAS NO CÁRCERE FEMININO.....	75

GT 5. Decolonialidade: Histórias, Pessoas e Territórios

APROPRIAÇÃO CULTURAL, UMA LUTA SILENCIADA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	77
RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E OS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DO POVO TUPARI DA ALDEIA SÃO LUIS EM RONDÔNIA	78
PELAS MARGENS DO TAQUARI: A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA	79
A LEITURA DE FRAGMENTOS DE EDUARDO GALEANO: POSSIBILIDADES INTERDISCIPLINARES EM SALA DE AULA.....	80
A SAÚDE DOS ESCRAVIZADOS DE TAQUARI: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA SOCIEDADE E DA NATUREZA (1803 - 1876).....	81
SEMEANDO ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E CELEBRAÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA EM LAJEADO/RS	82
A EQUIDADE RACIAL ESTÁ PRÓXIMA DE SER ALCANÇADA? ANÁLISE SOBRE DESIGUALDADE RACIAL NO SUL DO BRASIL.....	83

GT 6. Identidades, Gênero e Cultura

ABRIR ESPAÇOS PARA ABRIR PORTAS: AÇÕES, HISTÓRIA E DESAFIOS DO TRANSEMEM - COLETIVO PELA EDUCAÇÃO POPULAR	85
TROLLS DA INTERNET: DOS ARQUÉTIPOS AOS BOBOS DA CORTE.....	87
ESCREVENDO SUBJETIVIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE PRODUÇÕES DAS IDENTIDADES DOCENTES LGBTQIAPN+ NO AMBIENTE ESCOLAR.....	88
UM ESTUDO ARQUIVÍSTICO DOS SABERES CULTURAIS DO CICLO DO MARABAIXO	89
PARA ALÉM DE UM PROJETO SOBRE GÊNERO: UMA INICIATIVA PARA LER, ACOLHER, IMAGINAR E VIVENCIAR	91
OLHAR PARA DENTRO E ESCREVER PARA FORA DO ARMÁRIO - RELATO SOBRE A PRODUÇÃO DE UM ENSAIO PESSOAL.....	92

GT 7. Saúde, qualidade de vida e bem-estar

ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO EM SAÚDE: INTERFACE ENTRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO/RS	94
ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR NO PROJETO DE EXTENSÃO PROMOÇÃO DA SAÚDE E REABILITAÇÃO PARA PESSOAS COM A DOENÇA DE PARKINSON	95
A INFLUÊNCIA DOS BANHOS DE FLORESTA NA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DE MEDICINA	96
TRANSTORNOS MENTAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS.....	97
O IMPACTO DA VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO NO QUOCIENTE DE INTELIGENTE ESTIMADO EM MULHERES ADULTAS	98

EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS DA UNIVATES, NO PROJETO RONDON	99
O TRABALHO FEMININO E O BEM-ESTAR	100

GT 8. Inclusão e diversidade nos espaços educacionais

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE APRENDER COM E NAS DIFERENÇAS	102
PARA ALÉM DA SOMBRA DA VIGILÂNCIA, UMA ESCOLA.....	103
ENCONTROS DOCENTES: DIÁLOGOS SOBRE O ENSINO INCLUSIVO	104
EXCLUSÃO ESCOLAR E AS ESTRATÉGIAS DE UMA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL FASCISTA	105
QUEM É DAGMAR? PRODUTO DE UMA DOCÊNCIA EM MATEMÁTICA COM ALUNOS SURDOS	107
OUTROS-JUNTOS NA ESCOLA COMUM: DIFERENÇAS, TRAJETIVIDADES E (DES)ENCONTROS.....	108
POTENCIALIZANDO APRENDIZAGENS INCLUSIVAS: VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS INTEGRADAS ENTRE A UNIVATES E O CAPACETE ROSA	110
ENTRE FATOS E AFETOS: NOTAS SOBRE ENSINO E DIFERENÇAS NO ROMANCE DE CHARLES DICKENS	112
CENAS ESCOLARES NO FILME EXTRAORDINÁRIO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DIFERENÇAS.....	113
INCLUSÃO ESCOLAR NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/RS	114
INTERLOCUÇÕES SOBRE OS ATENDIMENTOS EM SALAS DE RECURSOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL DOS VALES DO TAQUARI E RIO PARDO.....	115
PATOLOGIZAÇÃO DA INFÂNCIA: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE SUAS DIFICULDADES OU TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM.....	117
MIGRAÇÃO INFANTIL, INCLUSÃO E ESCOLA: NOTAS PARA PENSAR A ALTERIDADE EM EDUCAÇÃO.....	118

ARTIGOS

GT 1. Complexidades e Transversalidades

DECOLONIALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: INTERLOCUÇÕES PARA ALÉM DAS PERSPECTIVAS DISCIPLINARES	120
SANEAMENTO BÁSICO EM PIMENTA BUENO, CACOAL E ESPIGÃO DO OESTE - RO: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	127

GT 2. Educação, Comunicação e Tecnologias

A PRODUÇÃO ESCRITA A PARTIR DAS MARCAS DO LUGAR ONDE VIVO.....	136
DIALOGISMO E CONSTITUIÇÃO DO EU NA ESCRITA DE CARTAS EM CONTEXTO DE ALFABETIZAÇÃO	143
IMPACTOS DO LETRAMENTO DIGITAL NAS REDES SOCIAIS DO GRUPO KOLONIEGESCHMACK: UM ESTUDO DE CASO	153
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE AS PERSPECTIVAS TECNOLÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE NO NOVO ENSINO MÉDIO	160

GT 3. Arte, Corpo e Linguagens

LEMBRAR A DOR: MEMÓRIA E VIOLÊNCIA EM <i>O AVESSE DA PELE</i> , DE JÉFERSON TENÓRIO.....	172
SOBRE APOLO E DIONÍSIO E DO RETORNO À MORADA	184

GT 4. Filosofia e Direitos Humanos

A CRUZADA MORAL DO DISCURSO DE PROTAGONISMO INFANTIL E A CONSOLIDAÇÃO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO	196
DA “AUTONOMIA PELA DIVERSIFICAÇÃO” PARA O “ANTI-GLOBALISMO E A IDEOLOGIZAÇÃO”: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE 2016 E 2022	205
LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS, EM 2022	221
O RACISMO ESTRUTURAL E A FALTA DE PROFESSORES NEGROS NA UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI/RS: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE DE DOCENTES NA UNIVATES	230
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: INCLUSÃO COMO GARANTIA DE DIREITO	238

GT 5. Decolonialidade: Histórias, Pessoas e Territórios

A EQUIDADE RACIAL ESTÁ PRÓXIMA DE SER ALCANÇADA? ANÁLISE SOBRE A DESIGUALDADE RACIAL NO SUL BRASIL	251
--	-----

GT 6. Identidades, Gênero e Cultura

ESCREVENDO SUBJETIVIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE PRODUÇÕES DAS IDENTIDADES DOCENTES LGBTQIAPN+ NO AMBIENTE ESCOLAR	266
--	-----

GT 7. Saúde, qualidade de vida e bem-estar

ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO EM SAÚDE: INTERFACE ENTRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO/RS	276
--	-----

GT 8. Inclusão e diversidade nos espaços educacionais

CENAS ESCOLARES NO FILME “EXTRAORDINÁRIO”: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DIFERENÇAS	286
EXCLUSÃO ESCOLAR E AS ESTRATÉGIAS DE UMA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL FASCISTA	297
POTENCIALIZANDO APRENDIZAGENS INCLUSIVAS: VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS INTEGRADAS ENTRE A UNIVATES E O CAPACETE ROSA	310

RESUMOS

GT 1. Complexidades e Transversalidades



S.34°41'
W56°9'

EXTRAFISCALIDADE ÀS AVESSAS: A INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS A AGROTÓXICOS

Bruno Pinto Coratto, Univates

Luciana Turatti, Univates

Resumo: A atividade tributária é um dos mecanismos de intervenção social mais eficientes à disposição do Estado: através da tributação é possível ao ente público interferir nas dinâmicas sociais para incentivar algumas condutas e dissuadir outras, atuando diretamente para fomentar o desenvolvimento econômico e social. Nesta perspectiva, diz-se que a extrafiscalidade é uma marca distintiva daquela tributação que possui objetivos que ultrapassam o mero caráter econômico da atividade tributária - ou o caráter fiscal. Significa dizer que nos casos em que o Estado utiliza sua competência tributária para atingir fins que vão além da simples arrecadação de fundos, se está diante de uma atuação extrafiscal. Naturalmente, a extrafiscalidade da tributação só encontra razão de ser quando o fim perseguido pelo ente público se harmoniza com as disposições constitucionais, especialmente com a concretização dos direitos e das garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal. Um dos casos em que a tributação extrafiscal é mais notória são as isenções fiscais concedidas a produtos agrotóxicos com a finalidade de fomentar este setor. Neste contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar a constitucionalidade das normas que concedem incentivos fiscais a agrotóxicos - substâncias que são potencialmente nocivas à saúde e prejudiciais ao meio ambiente -, tendo como paradigma as disposições constitucionais de proteção dos direitos fundamentais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à saúde humana. Para tanto, como objetivos específicos se destacam a investigação sobre os efeitos dos agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente e a análise das disposições constitucionais de proteção destes direitos. A problemática se torna mais complexa na medida em que se está diante de atividade estatal que culmina na perda de arrecadação, fazendo surgir a hipótese, no sentido de que estas normas não concorrem para a materialização ou densificação da proteção ambiental e da saúde humana. A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica e documental, com base na literatura e em estudos produzidos com foco nas questões abordadas e através da análise da legislação aplicável sobre o tema. A partir do estudo realizado foi possível concluir que a concessão de benefícios fiscais a agrotóxicos é materializada através da edição de normas inconstitucionais, tendo em vista que não se harmonizam com a proteção dos direitos fundamentais paradigmáticos, já que incentivam a produção e o consumo de produtos tóxicos em detrimento da saúde e do meio ambiente. Esta inconstitucionalidade se organiza em conjunturas que se apresentam de formas complexas, gerando situações como uma oneração em cascata do Estado, que surge da relação entre a perda de arrecadação e o aumento dos gastos com saúde pública; e a socialização do ônus decorrente dos efeitos da utilização de agrotóxicos - custos socioambientais -, em contrapartida à privatização do lucro oriundo desta indústria.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Saúde Humana. Direitos Fundamentais. Tributação Extrafiscal. Isenções Fiscais.

DECOLONIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: INTERLOCUÇÕES PARA ALÉM DAS PERSPECTIVAS DISCIPLINARES

Inailde Correa de Almeida, UFOPA

Resumo: A decolonização parte da liberdade de pensamento, objetivando novas epistemologias que superem a hegemonia eurocêntrica. Nesse contexto, o conceito de Bem Viver surge como alternativa para o enfrentamento da colonialidade, a partir do conhecimento dos povos tradicionais. Partindo deste pressuposto, em 2009, na Amazônia, é concebida a Universidade Federal do Oeste do Pará, na perspectiva de ampliação do ensino superior na região amazônica. Em 2013, surge o curso de “Gestão Pública e Desenvolvimento Regional”, visando a formação de recursos humanos qualificados e capazes de contribuir na solução dos grandes desafios colocados ao país em relação à Amazônia, em defesa da diversidade étnico-racial e dos seus recursos naturais. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo compreender a prática pedagógica interdisciplinar e decolonial do curso de graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Oeste do Pará, por meio da área de conhecimento dos alunos concluintes para elaboração de seus trabalhos de conclusão de curso, no período de 2015 a 2020. O problema de pesquisa se apresenta a partir da questão: Qual o percentual, dentre os temas escolhidos pelos concluintes do curso, que refletem o pensamento decolonial?. A metodologia deu-se por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, utilizando fontes constituídas por material elaborado, basicamente por livros, relatórios e documentos oficiais. Como resultados, temos que os conteúdos da Matriz Curricular do curso, estão pautados nas diretrizes curriculares do curso de Administração Pública, porém, vão além, trazendo o contexto, da vocação regional e a interdisciplinaridade, que garante a multiplicidade de áreas do conhecimento, em disciplinas eletivas como educação ambiental, direitos humanos, relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Observando o trabalho de conclusão de curso dos discentes, no período de 2015 a 2020, os eixos escolhidos foram: Questão de Gênero com 7%, Ecologia Humana/Turismo Ecológico com 11%; Educação do Campo 6%, Geografia Urbana/Planejamento Urbano 25%, Gestão Educacional/Educação Ambiental 13%, Território/Defesa Territorial/Território Indígena 13%, Agricultura Familiar 7%, Economia Criativa 2%, Bem Viver 9%, Administração Pública 10%, isso nos mostra que os concluintes buscam o arcabouço de sua cultura e de sua identidade para a conclusão do curso. Sendo, 90% dos discentes atuam em projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão junto às comunidades locais, no sentido da proteção de seus territórios.

Palavras-chave: Decolonização. Ensino Superior. Amazônia. UFOPA.

Referências:

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, 2005. p. 3-5.

PPC. *Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional*. UFOPA. 2020.

CORRESPONDÊNCIAS ENTRE A PNAPO E O FAZER AGROECOLÓGICO: UMA ANÁLISE DO COTIDIANO DO GRUPO DE AGRICULTORES ECOLOGISTAS DO FORQUETA, ARROIO DO MEIO, RS, BRASIL

Guilherme Weiss Niedermayer, Univates

Luciana Turatti, Univates

Jane M. Mazzarino, Univates

Resumo: A existência de uma crise socioambiental profunda é notória. A agricultura tida como convencional e hegemônica, desde muito tempo, sofre questionamentos por estar associada às crises. Por sua vez, a agroecologia, conjecturando saberes ecológicos, saberes tradicionais e necessidades humanas à produção agrícola, destaca-se em sua abordagem holística e significativa. Como marco legislativo e institucional, o Brasil promulgou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica em 2012. Dessa forma, a presente pesquisa busca analisar através da experiência local, a validade social das diretrizes da Política Nacional. Metodologicamente a pesquisa é qualitativa. Realizou-se a busca no repositório da base de dados Periódicos Capes, em 24 de janeiro de 2022, com uso das seguintes palavras-chaves: saberes e PNAPO, sem aplicar qualquer outro filtro para a busca. Resultaram 42 artigos publicados entre os anos de 2008 e 2021. Após, deu-se a leitura conjunta dos títulos e dos resumos desses artigos para identificar nos objetivos e problemas de pesquisa aqueles que contribuíssem para a discussão proposta neste trabalho. Desta forma, foram selecionados quatro artigos. Os excluídos justificam-se por tratarem de temas como: educação em saúde pública à distância; apoio matriarcal na alimentação; educação no campo, promoção de turismo e unidades de conservação. Esses estudos não fazem relação direta entre saberes agroecológicos e PNAPO. Também foi realizada pesquisa documental em legislações pertinentes à temática. Sobretudo, valeu-se da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e foram exploradas as legislações expressamente referenciadas na política nacional - Lei da agricultura orgânica e Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. São sete as diretrizes apresentadas pela PNAPO, as quais foram desmembradas em quatorze categorias de análise. Essa cisão se fez necessária pela própria redação das diretrizes, as quais, em sua maioria, são extensas. Os dados foram tratados por meio da análise textual qualitativa realizada sobre os discursos das agroecologistas que emergiram no processo de feitura do audiovisual “Sementes de Vida”. Na análise textual qualitativa, foram consideradas as categorias definidas a priori, a partir das diretrizes da PNAPO, gerando reflexões sobre elas e, a partir disso, a interpretação dos dados. As considerações finais apontam no sentido de ampla correspondência entre as diretrizes e o fazer/ser agroecológico do grupo. Destaca-se que apenas uma diretriz, a qual diz respeito à juventude rural, não emergiu no discurso do grupo investigado. Entretanto, salienta-se que o texto normativo é composto por expressões vagas, como, por exemplo, “valorização”. O que impõe ao pesquisador a perspicácia de interpretar os sentidos inerentes ao grupo para a formação daquilo que representa a valorização

Palavras-chave: Agroecossistemas. Redes alimentárias. Comunidade. Política Pública.

ECOSOFIAS PULSANTES E SEUS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS: POTÊNCIAS PARA O CAMPO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Rodrigo Müller Marques, Univates

Jane Márcia Mazzarino, Univates

Resumo: As problemáticas socioambientais ganham espaço e força na contemporaneidade, trazendo consigo incertezas que nos desafiam a reinventar modos de habitar o planeta. Tendo em vista tal cenário e a construção de uma tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, questiona-se quais as contribuições que a perspectiva ecosófica pode oferecer para a construção de novos territórios existenciais? Tem-se como objetivo investigar reflexões teórico-metodológicas e os múltiplos territórios que a perspectiva ecosófica oferece no campo das Ciências Ambientais. A metodologia de pesquisa caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica, integrativa e epistemológica (GIL, 2010). A pesquisa bibliográfica consistiu na leitura de livros e artigos sobre a ecosofia e temas relacionados, enquanto a pesquisa integrativa partiu do levantamento de artigos em Português e Inglês, no Portal de Periódicos da Capes, com os seguintes descritores: “Ecosofia” e “Ecosophy”. Os resultados obtidos até aqui demonstraram que a ecosofia possui diferentes vieses e três autores se destacam nas publicações sobre o tema, sendo eles: Arne Naess (2018), Félix Guattari (1990) e Maffesoli (2021). Para Naess (2018), a ecosofia é uma sabedoria comum da casa que habitamos e se caracteriza como uma construção de princípios e normas pessoais, compreendendo o humano enquanto um ser intrincado com o ambiente no qual vive, compartilhando uma visão biocêntrica. Esta perspectiva parte do movimento da Ecologia Profunda ao conceber que a vida tem valor em si mesma, que a diversidade deve ser respeitada e que os humanos compõem a Terra junto de outros seres (NAESS, 2018). A perspectiva ecosófica de Guattari (1990), trabalha com três registros ecológicos: a subjetividade, o social e o ambiental. Segundo o autor, quando esses três registros são trabalhados e potencializados em conjunto, nos aproximamos de soluções para as problemáticas socioambientais. Para Maffesoli (2021), a ecosofia é uma sensibilidade ecológica, que valoriza o sensível, possuindo uma visão aguçada e inventiva do ser, capaz de reavivar o selvagem, o espírito comunitário e reencantar o mundo por aquilo que ele é. Todas essas perspectivas, aliadas à outras advindas de autores que tratam de temáticas ambientais transversalmente, levam à emergência de múltiplos territórios ecosóficos (espaços de reflexão e ação), os quais ainda estão em processo de identificação e construção, contudo, observa-se a emergência de três territorialidades: a) ação coletiva em múltiplos níveis (institucional e não institucional - macro e microsistematicamente); b) Técnica e Tecnologia (formas de fazer, interagir e recriar existências através das redes digitais e de saberes); c) Epistemologias (percepções racionais, sensíveis, inter e transcendentais). As territorialidades supracitadas demonstram que a ecosofia oferece potências inventivas múltiplas para a área das Ciências Ambientais.

Palavras-chave: Ecosofia. Ciências Ambientais. Territorialidades.

Referências:

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990. GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAFFESOLI, Michel. *Ecosofia: uma ecologia para nosso tempo*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021. 168 p.

NAESS, Arne. *Ecología, comunidade y estilo de vida*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

TUDO SE TRANSFORMA: UMA SEQUÊNCIA DE ENSINO INVESTIGATIVO SOBRE TRANSFORMAÇÕES QUÍMICAS

Edna Neves da Silva Cavasin, Univates
Sônia Elisa Marchi Gonzatti, Univates

Resumo: Este trabalho apresenta resultados de uma sequência de ensino investigativo (SEI) desenvolvida como parte de intervenção pedagógica de uma dissertação de mestrado. A SEI analisada explora objetos de conhecimento ligados ao estudo da matéria, suas propriedades e transformações químicas. A escolha por esse tema está relacionada à sua relevância na compreensão de fenômenos químicos e à importância das transformações da matéria e energia, pois vivenciamos transformações a todo instante. Em termos teóricos, a SEI é uma abordagem didática apoiada nas proposições teórico-metodológicas do ensino por Investigação (CARVALHO, 2018). O desenvolvimento da SEI “tudo se transforma” envolveu 6 horas-aula. Inicialmente, foi feita a leitura de um texto sobre transformações da matéria e foi apresentado o problema para discussão: Quais as principais evidências de que ocorreu uma transformação química na matéria? Esta etapa desencadeou a formulação de hipóteses pelos alunos, em pequenos grupos. Questões instigadoras e mediações da professora de química foram realizadas sob demanda, para auxiliar nas argumentações. Na etapa de resolução do problema, foram realizadas duas atividades experimentais, uma sobre oxidação e outra sobre fermentação, já que são processos químicos presentes em muitos fenômenos. Após a realização dos experimentos, os grupos com experimentos iguais conversaram entre si para apresentar seus argumentos, a fim de buscar conclusões. Na sequência, os estudantes representantes da junção dos grupos desenvolveram a experimentação e apresentaram as principais hipóteses e conclusões para os demais grupos. A partir das observações feitas pelos estudantes, a fim de observar as evidências/alterações percebidas na transformação ocorrida, foi promovida uma discussão para refletir sobre as questões a partir da análise dos dados. Na etapa de sistematização, os estudantes registraram em seus cadernos o que aprenderam e as considerações sobre a estratégia de apresentação dos diferentes grupos. Para finalizar esta etapa, os grupos pesquisaram sobre as reações químicas analisadas e buscaram exemplos de transformações que percebem na nossa região. Para concluir, os grupos apresentaram suas conclusões e aprendizagens ao grande grupo. Em termos de resultados, ficou evidenciado que o processo de argumentação por parte dos estudantes é um caminho que precisa ser percorrido diariamente. Destaca-se, ainda, que as atividades experimentais investigativas geram muito interesse entre os estudantes, ainda que com dificuldades de argumentar e discutir suas ideias. Em relação às hipóteses levantadas, foram um pouco equivocadas, evidenciando defasagens em conceitos básicos de química. Em síntese, os resultados evidenciaram que o processo investigativo facilitou o ensino de química e contribuiu para o desenvolvimento da argumentação e da autonomia.

Palavras-chave: Ensino de Química. Experimentação Investigativa. Ensino Médio. Sequências de Ensino Investigativo.

Referências:

CARVALHO, A. M. P. de. Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino por Investigação. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 765-794, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4852>. Acessado em março 2022.

CONTRIBUIÇÕES DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA A FORMAÇÃO DO ESTUDANTE PESQUISADOR: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO

Noeli Jung Friedrich de Lima, Univates
Sônia Elisa Marchi Gonzatti, Univates

Resumo: Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem como objetivo analisar quais são as contribuições da iniciação científica na escola básica para a formação do estudante pesquisador. Durante a pesquisa, foram realizados encontros para orientação dos estudantes na construção de projetos de pesquisa e reflexão sobre sua importância na aprendizagem. Os integrantes da pesquisa são 17 estudantes de uma turma de ensino médio de uma escola pública estadual mato-grossense. Foram formados três grupos, os quais estudaram distintas temáticas da área de Ciências da Natureza, definidas conforme interesse de cada grupo. Em termos teóricos, alguns princípios teórico-metodológicos do ensino por investigação e do educar pela pesquisa sustentam este estudo. Quanto à metodologia, os dados analisados neste recorte da pesquisa emergiram de um grupo focal. Inicialmente, foi realizada autoavaliação dos grupos. No momento intermediário, utilizou-se de ferramenta digital de nuvem de palavras para mapear as aprendizagens, dificuldades e desafios encontrados pelos estudantes durante a iniciação científica. Após o encerramento das orientações, o último momento, visou identificar se houve mudanças em relação aos entendimentos dos estudantes sobre IC. Como resultados, os estudantes apontaram como principais dificuldades: o trabalho em grupo, a dificuldade generalizada na leitura e compreensão de artigos científicos selecionados para revisão de literatura e, ainda, a argumentação por escrito. É digno de nota que nenhum deles conhecia ferramentas online especializadas para a pesquisa de textos científicos, como Google Acadêmico, Scielo ou afins. No que se refere às aprendizagens, relataram melhorias na capacidade de leitura, de interpretação e escrita; trabalhar melhor em equipe e saber onde e como procurar artigos científicos. A trajetória deste grupo de estudantes na iniciação científica propiciou que desenvolvessem novas concepções e entendimentos sobre a pesquisa científica na escola, pois conseguiram perceber, a partir da construção de projetos de pesquisa, que a iniciação científica deve ser organizada e fundamentada, observando normas e critérios específicos. Tais aprendizagens convergem para habilidades ligadas à investigação, previstas na Base Nacional Comum Curricular para a área de Ciências da Natureza, no âmbito do Ensino Médio. Coadunando com estudos similares, este estudo permite concluir que a iniciação científica, promovida na educação básica, é um caminho promissor para a formação de estudantes questionadores e pesquisadores. Sobretudo, possibilitou aprender sobre ciências e seus processos, os instigantes e múltiplos caminhos para a construção de conhecimento conectado com os interesses e problemas socioambientais percebidos como relevantes pelo grupo analisado.

Palavras-chave: Iniciação científica. Ciências da Natureza. Ensino Médio. Projetos de pesquisa.

SEMENTE CRIANÇA

Patricia de Araujo Nunes, Univates

Resumo: Muitos educadores estão esgotados em sala de aula, sem ânimo, percebendo sua responsabilidade social crescente e um enorme hiato entre o que se deseja fazer em sala de aula e o que de fato se faz. Entende-se que, mais do que nunca, a formação de professores precisa ir além do conteúdo programático e impactar o ser humano integralmente. Sobre o saber de experiência, Bondía (2002, p.24) destaca a importância do gesto de interrupção para que algo nos aconteça ou nos toque. Segundo ele, a experiência requer “parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.” Nesse sentido, experiências genuínas que impactam a trajetória de um educador podem estabelecer uma conexão consigo mesmo, em consonância com suas memórias de vida. O reencontro com a semente criança que vive em cada adulto desde o nascimento desperta a sensibilidade e olhar inaugural, característicos das infâncias, contribuindo com melhor relacionamento entre educador e alunos, favorecendo as aprendizagens no cotidiano escolar. É preciso dedicar atenção às dimensões pessoais da profissão docente. A composição da nossa identidade humana e docente é indissociável, contribuindo com a capacidade de relação e comunicação que define o tato pedagógico. Como sugere Nóvoa (2013, p.6), “ensinamos aquilo que somos e, naquilo que somos, se encontra muito daquilo que ensinamos”. O objetivo deste trabalho é apresentar reflexões de uma educadora que viveu uma imersão na Mata Atlântica e se entusiasmou com o reencontro de sua própria semente criança como ponto importante de sua jornada educadora. Os métodos envolveram observação participante, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Observou-se que estar em relação com a natureza, com tempo e espaço para dialogar com a própria identidade, pode ser importante instrumento no processo de formação de educadores, no sentido de manter pulsante a sensibilidade das infâncias que compõem cada ser humano.

Palavras-chave: Infâncias. Natureza. Formação de educadores. Identidade.

Referências:

- BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>
- NÓVOA, Antônio. Os professores e as histórias da sua vida. In: Nóvoa, Antônio. *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 2013.

PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Carine Rozane Steffens, Univates
Mateus Lorenzon, UPF
Jacqueline Silva da Silva, Univates

Resumo: Neste estudo, decorrente da pesquisa intitulada “A representação do olhar da criança sobre a escola da Educação Infantil”, que tem como apoio a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), e está sendo desenvolvida junto a Universidade do Vale do Taquari - Univates/RS, analisa-se a percepção das crianças sobre a organização cotidiana do espaço escolar da escola de Educação Infantil que frequentam. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, aproximando-se da Pesquisa-Ação. Participaram do estudo, 64 crianças da faixa etária de 3 a 6 anos de idades, que coabitam três turmas distintas, em uma Escola Municipal de Educação Infantil localizada em Lajeado/RS. O corpus da pesquisa foi elaborado de modo colaborativo com as 3 professoras da instituição de ensino, que aplicaram os instrumentos de produção de dados. Para a formação do corpus da pesquisa utilizou-se rodas de conversa, fotografias e filmagens. As professoras colaboradoras das pesquisas juntamente com as crianças, primeiramente, realizaram passeios pelos diferentes espaços da escola - salas de aulas, pátio, bosque, refeitório, banheiros, corredores e a biblioteca. Nestas ocasiões, as crianças foram convidadas a observar a estrutura física e a organização destes locais. Nestes momentos, as docentes realizaram registros fotográficos dos espaços. Posteriormente, foram realizadas seis rodas de conversa com as crianças, nas quais foram apresentados registros fotográficos e as crianças foram convidadas a falar, discutir e refletir sobre a estrutura e a organização dos espaços que compõem a escola. Estes momentos, foram filmados, e posteriormente foram assistidos, transcritos e analisados pelos pesquisadores. Para análise, optou-se por realizar uma aproximação com a Técnica da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2012). Por meio desta investigação, consideramos que a prática de acolhimento e escuta sensível, tanto das professoras quanto dos pesquisadores, foram essenciais para identificar e compreender as percepções expressadas pelas crianças sobre a organização cotidiana da escola de Educação Infantil. Observou-se que a participação das crianças se deu de forma ativa e crítica, isto porque, elas não somente fizeram uma leitura do espaço que habitam, mas sugeriram algumas mudanças institucionais, opinando sobre a estética do espaço, os recursos para brincar e a gestão espacial. Assim como também, verificou-se a potencialidade da participação das crianças na elaboração do planejamento pedagógico e institucional, por meio de um ato ético, democrático e humanista.

Palavras-chave: Percepção das crianças. Espaços do cotidiano escolar. Educação Infantil.

Referências:

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdos*. 70. Ed. São Paulo: Edições, 2012.

INFORMALIDADE EM FOCO: DESAFIOS DOS TRABALHADORES NO MEIO DIGITAL

Rodrigo Schmidt, Feevale
Betina Ludwig, Feevale
Sueli Maria Cabral, Feevale

Resumo: O conceito de informalidade tem como características basilares a flexibilização das relações de trabalho, precarização do trabalho e a negligência de direitos trabalhistas, revelada na ausência do contrato de CLT, para com os trabalhadores. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), no terceiro semestre até novembro de 2022, a informalidade atinge 38,9% do mercado de trabalho, ou seja, mais de 38,8 milhões de brasileiros. Esta caracteriza-se por uma diferente faceta de ocupação — diferente do padrão assalariado — com particularidades no trabalho e relacionamento com o Estado. Sendo assim, o conceito de informalidade é complexo e incorpora formas dinâmicas marcadas pela precarização das relações de trabalho. Tais relações de flexibilização laboral ocasionam a maior marginalização desses indivíduos, colocando-os à beira do capitalismo, obrigando estas pessoas a trabalhar em situações degradantes, em um meio voraz e tóxico que acaba adoecendo diversos trabalhadores, e pela falta de seguridade social, se veem perdidos e à mercê da exploração da Capital. O presente estudo procura, então, fazer uma análise da situação laboral e psíquica enfrentada por diversos indivíduos, considerando os impactos da precarização do trabalho, que aliados à abnegação jurídico social, permitem a retirada de direitos dos trabalhadores por parte dessas novas empresas e superestruturas digitais, gerando assim o abandono dos neoproletários que além de sua força de trabalho estar sendo explorada, têm seus direitos usurpados. Para analisar tal situação, foi utilizado o método de entrevistas semi-estruturadas, com tato especial para a percepção do sofrimento dos trabalhadores, onde conseguimos uma amostra de 28 indivíduos de diferentes escopos do mercado de trabalho informal, embora tenham sido consideradas/analizadas apenas 24 entrevistas, em função dos critérios definidos: a) assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido; e b) serem altamente escolarizados e vivenciarem a situação de precariedade no trabalho e/ou desemprego desde 2019. Como resultados preliminares, destacamos que, no decorrer das entrevistas analisadas, foi possível verificar que os indivíduos em situação de trabalho precário e/ou desemprego e possuindo alta qualificação sentem-se estigmatizados pela sociedade. Isso ocorre porque, estão inseridos em áreas que não condizem com sua alta qualificação, outro fator determinante é a sensação de fracasso social, gerada pela pressão colocada nos entrevistados por parte de seus amigos e familiares ou por pretensões e sonhos pessoais.

Palavras-chave: Informalidade. Precarização do trabalho. Precariado

Referências:

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. (2023) Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em 27 fev. 2023.

OS USOS DA ÁGUA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PELOS AGROECOLOGISTAS DO VALE DO TAQUARI - RS

*Adrian Lindemann, Univates
Guilherme Weiss Niedermayer, Univates
Luciana Turatti, Univates*

Resumo: O modelo de agricultura convencional tido como hegemônico na atualidade, vem sofrendo fortes questionamentos e críticas desde muito tempo, uma vez que, problemas de ordem social e ambiental são a este associados, como a pressão desse modelo sobre a água. A irrigação, segundo dados da FAO (2017) é o setor que mais consome água mundialmente e o menos eficiente, ficando o valor médio mundial das perdas entre 50 e 70%. A agricultura passa a ser por essa razão causa e vítima da escassez de água. A necessidade de se construir um novo modelo de agricultura consta até mesmo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU, que tem como Objetivo 2 a agricultura sustentável. Considerada direito humano fundamental, a água, assim como seus usos na agricultura, são essenciais para o alcance da sustentabilidade, sem contar que a busca de alternativas que sejam viáveis economicamente, socialmente justas e ambientalmente corretas, também se coloca como uma necessidade diante do crescimento da agricultura no país. Os saberes dos agricultores construídos ao longo da história com os conhecimentos de diferentes ciências, podem auxiliar na propositura de novas estratégias de desenvolvimento rural, pautadas por formas mais sustentáveis de produção e por uma abordagem transdisciplinar e holística. Por tais razões o objetivo do presente estudo é de identificar as práticas de uso da água empregadas pelos agroecologistas do Vale do Taquari na produção de alimentos orgânicos, bem como os saberes locais adotados nesse processo. O estudo se desenvolve no âmbito do Grupo de Pesquisa sobre Justiça Ambiental e conta com apoio de órgãos de fomento externo como a FAPERGS e o CNPq. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é classificada como qualitativa, quanto aos fins é descritiva, e quanto aos meios, é bibliográfica, documental e de campo. Os resultados parciais, colhidos a partir da aplicação de entrevistas semi-estruturadas indicam o reconhecimento da água como fundamental para os seus processos e sua imprescindibilidade para manutenção da vida humana; o emprego de tecnologias simples ou emergentes relacionados ao uso da água para o cultivo dos orgânicos; a carência de capacitação; o desconhecimento acerca da qualidade da água utilizada para irrigação e para o consumo; o risco de contaminação da água aplicada nas propriedades agroecológicas em decorrências dos usos vizinhos e, o baixo emprego de práticas sustentáveis para diminuição do consumo de água.

Palavras-chave: Disponibilidade hídrica. Agroecologia. Direito humano. Sustentabilidade. Saberes.

Referências:

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Suplemento Fórum Mundial da Água, publicado pela FAO (Nações Unidas), março de 2018. Disponível em <https://diplomatie.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Suplemento-FAO-F%C3%B3rum-Mundial-da-%C3%81gua.pdf> Acesso em 05 de julho de 2019.

FAO. *FAO Propõe reformulação do sistema de alimentação com uso de agroecologia e agricultura inteligente*. Disponível em <https://nacoesunidas.org/fao-propoe-reformulacaodo-sistema-de-alimentacao-com-uso-de-agroecologia-e-agricultura-inteligente/>. Acesso em 05 de abril de 2017.

O PERÍODO ESCOLAR PARA JOVENS EGRESSOS: ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS ESCOLARES ALÉM DOS SEUS MUROS

Giorgio Huwe de Paoli, Univates
Suzana Feldens Schwertner, Univates

Resumo: O período escolar é considerado de suma importância para o desenvolvimento pessoal, profissional e social do jovem. Nesse tempo, a influência da escola é marcante, pois impactará diretamente em suas decisões da vida adulta. O projeto “A escola, cinco anos depois: olhares de egressos”, realizada pelos grupos Juventudes, Imagem e Educação (JImE/CNPq/Univates) e Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/Univates), busca, desde 2020, escutar perspectivas de jovens egressos sobre a escola, os professores e sobre as repercussões que o ambiente escolar possibilita. Para esse trabalho, foram analisadas 20 entrevistas de egressos da Escola Básica, realizadas nos últimos três anos, para considerar as formas com que as reverberações desses locais de ensino impactaram esses jovens. Com o intuito de refletir acerca dessas impressões escolares, considerando aspectos estruturais e sociais da escola como local de formação, foram elaboradas três categorias, por meio de Análise Textual Discursiva, sendo elas: 1) “A realidade além do espaço escolar”: percebe-se, pelas considerações dos entrevistados, o quanto a escola ainda precisa incluir elementos do mundo aos estudantes. Muitos dos egressos indicaram incerteza diante de aspectos da vida cotidiana, como aprender a lidar com questões financeiras e a refletir sobre mobilizações sociais; 2) “A interação docente e seus impactos”: é perceptível aspectos positivos e negativos nessa unidade de análise. Os negativos refletem a dificuldade de compreensão, por parte dos docentes, sobre as singularidades do aprender, sobre o tempo de cada estudante, sobre os diferentes modos de ensinar. Já em relação aos aspectos positivos, o acolhimento de alguns professores é lembrado com muito carinho pelos egressos, evidenciando a importância do aspecto humano e a compreensão do momento conturbado que o jovem vive naquele tempo. 3) “O encorajamento por parte da escola para decisões profissionais”: em diversos momentos, a escola foi referenciada como um espaço que propicia a tomadas de decisões, de preparação para o futuro, seja no embarque do ensino superior ou escolhas da área profissional. Entretanto, a maioria dos entrevistados teve mudanças de carreiras ou área de estudo, com menções ao sentimento de despreparo após a conclusão do Ensino Médio. Tal fato faz pensar sobre a importância da escola para auxiliar os jovens a pensar e analisar as possibilidades de sua trajetória profissional, a partir de elementos de autoconhecimento e em articulação com aspectos econômicos, culturais e sociais. A escola deve ser vista como local de crescimento, interação e, prioritariamente, desenvolvimento, cujo impacto refletirá de forma direta no presente e no futuro do jovem estudante. Para isso, é necessário que o currículo, a infraestrutura e o comprometimento de alunos e professores estejam sincronizados com a realidade além dos muros da escola.

Palavras-chave: Escola. Jovens. Docência.

INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS ENVOLVENDO CRIANÇAS NA PESQUISA

*Jacqueline Silva da Silva, Univates
Cláudia Inês Horn, Univates
Iasmin Pozzebon, Univates*

Resumo: O presente resumo integra os projetos de pesquisa “A representação do olhar da criança sobre a Escola de Educação Infantil” aprovado pela FAPERGS Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul em 2019, bem como do projeto aprovado em 2021 “O ensinar da infância à idade adulta: olhares de professores e alunos”, ambos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari - Univates/Lajeado/Brasil. As pesquisas objetivam estudar as infâncias e as docências na contemporaneidade e investigar as propostas atuais de Educação Infantil, especialmente no que diz respeito aos currículos, propostas pedagógicas, planejamentos, rotinas, bem como a participação das crianças no contexto da Escola. O recorte apresentado neste trabalho tem como intenção mostrar as escolhas metodológicas da pesquisa envolvendo os sujeitos: as crianças de 3 a 5 anos de idade e seus respectivos professores de duas escolas municipais de Educação Infantil do Vale do Taquari/RS. Os instrumentos metodológicos para a geração dos dados foram: a técnica do Grupo Focal, desenvolvida em seis encontros através da plataforma Google Meet, com o objetivo de conhecer como os mesmos consideram a participação das crianças no cotidiano da Educação Infantil. Atrelado aos encontros, os professores realizaram uma constante autoavaliação sobre a sua prática pedagógica junto às crianças através do registro em um diário, denominado pelos pesquisadores, de “Reflexivo”. Outro instrumento foi a Roda de Conversa com as crianças, a fim de escutá-las a respeito daquilo que as mesmas tinham a nos comunicar sobre o cotidiano escolar, no que diz respeito ao planejamento do professor, o que é proposto a elas, como é proposto, como desejariam que fosse; sobre as rotinas estabelecidas; sobre a participação das mesmas na definição do que é oferecido a elas pela escola, como a organização dos espaços de aprendizagem, entre outros aspectos. Registros fotográficos e desenhos também foram utilizados, com o objetivo de exercitar a percepção do olhar da criança sobre o cotidiano da escola e nesse sentido, as crianças foram desafiadas a registrarem aspectos/situações que lhes chamavam a atenção por gostarem, por sentirem-se participantes, por desejarem mudanças, entre outras. Por fim, foram realizadas entrevistas individuais com os professores participantes da pesquisa com o objetivo de verificar como os mesmos, após as atividades realizadas com as crianças, estavam propiciando a participação das mesmas no que se refere ao cotidiano da escola em que habitam. Como técnica para a análise dos dados e das informações coletadas, fizemos uso - através de uma aproximação - da técnica da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2012). É possível concluir com base em análises preliminares, que os instrumentos metodológicos de pesquisa envolvendo as crianças precisa ser variado e estar conectado aos interesses e necessidades das crianças, e não somente das intenções dos pesquisadores.

Palavras-chave: Pesquisa com crianças. Educação Infantil. Participação das Crianças.

Referências:

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdos*. 70. Ed. São Paulo: Edições, 2012.

SANEAMENTO BÁSICO EM PIMENTA BUENO, CACOAL E ESPIGÃO DO OESTE - RO: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

*Denilson José dos Santos Coimbra, Univates
Luciana Turatti, Univates*

Resumo: Saneamento é sinônimo de asseio, de limpeza e de higiene. Ele reflete diretamente na saúde e qualidade de vida da população e sua ausência ou insuficiência gera também prejuízos para o meio ambiente por meio dos impactos ambientais. Tão importante é a importância da matéria que quando do estabelecimento dos chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), no ano de 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu o ODS 6 como responsável pelo tema água e saneamento. Considerando o exposto, o objetivo desta pesquisa é identificar as condicionantes de ordem ambiental e social relacionadas ao saneamento básico em Pimenta Bueno, Cacoal e Espigão do Oeste, todos municípios do estado de Rondônia, e seu impacto na efetivação da Lei 11.445/2007 e do novo marco legal do saneamento (Lei 14.026/2020). A pesquisa propõe uma abordagem qualitativa. Para dar início ao processo realizou-se uma investigação na base de dados de artigos da Plataforma Springer onde foram selecionados vários artigos referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022, a partir do lançamento dos descritores “ODS 6, água e saneamento”, em inglês. A partir da aplicação dos filtros de tempo (2020, 2021 e 2022) e da seleção somente de artigos científicos, alcançou-se um total de 26 artigos que foram tabulados por meio de um quadro sinóptico e cuja análise segue na forma de estado da arte. De acordo com os dados de informações contidas nos artigos pesquisados, percebe-se que em ambos a temática do ODS 6 está em evidência, onde as questões da água e do saneamento são abordadas em diferentes continentes como a América, a Ásia, a África e a Europa. O Brasil também apresenta problemas de saneamento básico principalmente na área de estudo, a Amazônia brasileira. A leitura dos referidos artigos permite, numa primeira avaliação a compreensão acerca de como a temática vem sendo tratada nos diferentes continentes. Considerando ainda que almeja-se o cumprimento das metas da ODS 6 até o prazo de 2030, os artigos analisados contribuem com a socialização de diferentes metodologias empregadas e também a demonstração de que a temática do saneamento não pode ser analisada de forma isolada, uma vez que esta se conecta a outros ODS. Também contribuem com alguns indicadores como a ideia de utilização da pegada hídrica para fins de monitoramento e o estabelecimento de metas e contém uma análise crítica acerca do que já foi aplicado e deu certo, bem como do que não tem funcionado, podendo assim, servir de base para que trabalho à ser realizado na Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Saneamento. ODS 6. Meio ambiente. Amazônia.

GT 2. Educação, Comunicação e Tecnologias



S.34°41'
W56°9'

ÁREA DE ENSINO E ESCOPOS DE PERIÓDICOS

Naiane Vargas Nunes, Univates
Inauã Weirich Ribeiro, Univates
Angélica Vier Munhoz, Univates

Resumo: A Área de Conhecimento em Ensino (Área 46) da CAPES assume o desafio frente à Educação Básica e à formação continuada de docentes, de maneira que se volta para pensar práticas educativas, didáticas e metodológicas de ensino. Essa Área, tendo sido criada em 2011, dentro da grande Área Multidisciplinar, é bastante nova de modo que possibilita a delimitação de uma “totalidade arquivística”. Dito de outro modo, considerando dez anos de área de Ensino, ainda poderia ser possível tomar o arquivo da área em sua totalidade, a fim de compreender quais horizontes discursivos se configuram na área de Ensino no Brasil. A ideia de totalidade aqui, toma o sentido de uma delimitação empírica e temporal, isto é, a possibilidade de escrutinar a massa documental das discursividades produzida na área de Ensino (dissertações e teses, periódicos, produtos educacionais, avaliações quadrienais, etc), mas também a totalidade de cada um desses segmentos, considerando que cada segmento (dissertações e teses, periódicos, etc) constitui um conjunto de discursividades, sendo possível abarcá-los integralmente. Contudo, se por um lado, tomar um segmento por inteiro poderia dar a possibilidade de capturar a totalidade das discursividades no campo do ensino, o arquivo, por sua vez, é sempre lacunar. Assim, o próprio arquivo mostra a sua incompletude, as suas descontinuidades, mostrando que é um material vivo que permite abrir brechas entre o passado e o presente. Posto isso e, considerando a necessidade de uma delimitação empírica, toma-se como arquivo a ser escrutinado, o escopo dos periódicos da área de conhecimento Ensino, os quais foram publicados no período de 2011 (criação da área de Ensino) até 2021. A escolha desse segmento - periódicos da área de Ensino da Capes - deve-se ao fato de que os periódicos constituem um lastro documental importante, abrangendo uma variabilidade de ênfases discursivas pedagógicas. Com isso, tem-se o objetivo de investigar, por meio de procedimentos arquivísticos, as discursividades produzidas nos escopos dos periódicos da área de ensino, no sentido de configurar uma materialidade discursiva acerca da área de ensino no Brasil. Pergunta-se: o que dizem os escopos dos periódicos da área de ensino, podendo se configurar como discursividades da área de conhecimento em Ensino no Brasil? Quais horizontes discursivos os periódicos da área de Ensino têm desdobrado? Como dar visibilidade a essa produção discursiva? Como procedimentos toma-se processos de arquivamento por meio de tabulações, com os quais se pode dar visibilidade às continuidades discursivas que emergem junto dos escopos dos periódicos científicos. Como resultados parciais obtivemos um panorama de cursos de pós-graduação em ensino (acadêmicos e profissionais) e de periódicos vinculados à esses cursos, ao Qualis periódicos e à Área-mãe.

Palavras-chave: Área de Ensino. Escopos. Periódicos. Discursividades. CAPES.

DIÁLOGOS E DESENHOS DE E COM CRIANÇAS DURANTE A PANDEMIA COMO FORMA DE EXPRESSÃO EMOCIONAL

*Tamara Gisiane Müller, Univates
Amanda dos Santos da Silva, Univates
Suzana Feldens Schwertner, Univates
Morgana Domênica Hattge, Univates*

Resumo: A cada dia torna-se mais urgente e potente promover espaços de escuta às infâncias e às suas diversas formas de ser e existir. Sendo assim, pergunta-se: o que as crianças sentem e dizem sobre o isolamento social e o vírus que transformou a vida de toda a população? A partir deste desejo de dar espaço de escuta às crianças, surge o projeto de pesquisa “Oitentena: crianças e criações”, iniciado em maio de 2020, que passou a ouvir as manifestações em forma de falas e desenhos de crianças durante o período de quarentena. Como desdobramento do projeto inicial, realizou-se em parceria de alunas do curso de Pedagogia da Univates, no componente curricular “Pesquisa com Crianças”, o subprojeto que dá origem a este resumo, denominado: “Se o Coronavírus fosse uma pessoa, o que você diria para ele?”. Oferecer escuta atenta às crianças é instrumentalizar uma percepção de mundo daqueles que historicamente são silenciados e desconsiderados. Por isso, foram coletados os dados a partir de três momentos: o primeiro, onde os termos de consentimento e assentimento foram entregues e assinados pelas famílias participantes da pesquisa; o segundo, no qual foram realizados os desenhos; e o terceiro, em que as crianças foram instigadas a verbalizar sobre a temática “Se o Coronavírus fosse uma pessoa, o que você diria para ele?”. Analisando as respostas fornecidas pelas crianças, é possível destacar alguns pontos-chaves: 1 - O ressentimento com relação ao vírus: Quando questionadas sobre o que diriam ao coronavírus, todas as crianças disseram que o mandariam embora ou o xingariam. Isso fica ainda mais evidente quando são questionados se haveria algo positivo para falar ao vírus, e a resposta é um sonoro não. 2 - A aproximação com o núcleo familiar: Quando o assunto sobre o que o vírus trouxe de bom se desenrolou a partir do exemplo de uma das pesquisadoras, o que mais emergiu foi o contentamento em poder ficar mais perto da família nesse tempo de isolamento. 3 - A alegria em ser, estar e desenvolver: Quando pedido para que as crianças agradecessem ao coronavírus por algo, elas agradeceram por aproximar-se de alguém, por descansar e por aprender algo novo ou aprimorar alguma habilidade. Emergiu muito a ideia de estar fora da escola, o que clarifica que quando estavam com as obrigações escolares reduzidas, puderam se desenvolver em diversos aspectos da vida humana. Desta forma, conclui-se que o isolamento social foi um momento de muitos desafios, mas foi também instaurador de novas possibilidades para as crianças, seja em sua relação com a escola, seja nas relações familiares.

Palavras-chave: Oitentena. Infância. Coronavírus. Emoções.

BROCANTES E MATERIALIDADES DO PROJETO PALAVRAS E COISAS DA ESCOLA

Inauã Weirich Ribeiro, Univates
Jeferson Zick Camargo, Univates
Angélica Vier Munhoz, Univates

Resumo: As brocantes ou vide-grenier - vendas de papéis velhos - tomam lugar nas cidades e vilarejos franceses, durante o período quente do ano, tornando-se o teatro de uma prática que se desenvolveu na última década, por conta, principalmente, de problemas econômicos. São feiras feitas nas calçadas, por pessoas comuns (não comerciantes) de objetos usados e quinquilharias, mas também de papéis velhos, “papéis sem importância” - des petits papiers de collection (cartas, cartões postais manuscritos, cadernetas, cadernos escolares, etc). As brocantes funcionam como uma maneira de divulgar e recolher papéis que pessoas anônimas guardam em suas casas, de modo que coloca o indivíduo anônimo em uma posição histórica. Este trabalho, por sua vez, tem como objetivo apresentar resultados parciais produzidos pelo Projeto Palavras e Coisas da Escola do Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/Univates). O projeto tem o propósito de produzir um arquivo com documentos escolares, a fim de dar visibilidade ao que foi produzido documentalmente pela escola, a partir do início do século XX. Como procedimento, o projeto parte do conceito de arquivo foucaultiano, o qual permite trabalhar com os ditos de maneira a compor novos arquivos. Com essa perspectiva, o projeto está organizado em seis procedimentos: a) realização de brocantes; b) digitalização e categorização das materialidades repetíveis de discursos recolhidos; c) arquivamento dos discursos a partir da categorização das materialidades repetíveis; d) reescritas em torno do arquivo produzido; e) criação de um repositório digital público; f) organização de uma exposição com o material recolhido. A partir do segundo semestre de 2022, foram realizadas quatro feiras brocantes, nos municípios de Estrela, Lajeado e Nova Prata. Além das brocantes, que ocorrem em diferentes cidades, foi criado e divulgado um formulário digital, traduzido para espanhol e inglês, que pode ser utilizado por quem prefere doar apenas o registro digital dos seus documentos. As materialidades recolhidas correspondem à diários de classe, boletins escolares, cartas românticas trocadas entre colegas, relatórios de estágio de curso normal, livros didáticos, convite de formatura de curso normal, atividades realizadas em sala de aula, entre outros. É importante destacar que alguns documentos recolhidos se desdobram em mais de um tipo de materialidade, por exemplo o relatório de estágio de curso normal, o qual se desdobra em fotografias dos alunos, exercícios criados pela estagiária, descrição das atividades realizadas, etc. Desse modo, tanto o formulário do google como os materiais recolhidos nas brocantes estão direcionando a categorização das materialidades. Espera-se com essa pesquisa dar visibilidade aos discursos que dizem de uma vida singular daqueles que passaram pela escola, a partir do início do século XX e com isso compreender o que produzimos, como produzimos tais papéis, documentos, quanto e o que disso ainda reverbera no presente.

Palavras-chave: Brocantes. Escola. Arquivo. Materialidades repetíveis.

ATELIER PEDAGÓGICO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO PARA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO INFANTIL EM TURMAS MULTISSERIADAS EM ESCOLA QUILOMBOLA DE TEMPO INTEGRAL: UM ESTADO DA ARTE

*Anne Heracléia de Brito e Silva, Univates
Jacqueline Silva da Silva, Univates*

Resumo: A temática sobre a Participação Infantil se faz presente há anos nos espaços escolares de Educação Infantil a partir mesmo das discussões da Sociologia da Infância, bem como de alguns marcos legais como a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a própria Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) que reforçam a ideia que a criança é um ser de direitos, com voz e vez diante das tomadas de decisões. Os espaços escolares devem oportunizar às crianças sua independência e autonomia para serem seres reflexivos, críticos e empáticos futuramente. A Educação Infantil deve deixar de ser um ambiente adultocêntrico e permitir que as crianças sejam os verdadeiros protagonistas nos contextos onde estão inseridas a partir do uso da escuta sensível pelos professores. Diante dessa perspectiva a referida pesquisa científica teve como objetivo central, discutir o Atelier pedagógico como estratégia de ensino na promoção da participação infantil na construção das suas aprendizagens em turmas multisseriadas em escola quilombola de tempo integral. Na metodologia, a coleta de dados se deu através do Estado da Arte, realizado em três bases de dados - Portal de Teses e Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na SciELO - utilizando publicações nos últimos 5 anos e apresentando algumas palavras-chave como: “Atelier Pedagógico”; “Atelier”; “Participação Infantil”; “Loris Malaguzzi”; “Educação do Campo”; “Turmas Multisseriadas”; “Salas Multisseriadas”; “Ensino Quilombola”; “Estratégia de Ensino com Criança”; “Estratégia de Ensino Infantil”, “Estratégia de Ensino” e “Ensino Integral”. Para uma investigação mais detalhada foi necessário estabelecer alguns critérios de inclusão- trabalhos entre os anos de 2018 a 2022, trabalhos completos e gratuitos, que estivessem voltados para área Educacional e de Ensino e como critérios de exclusão: pesquisas que estivessem fora do período estabelecido, trabalhos duplicados em mais de uma base de dados, temas que não se aproximassem com a proposta da tese em construção e que fossem de outras áreas. A busca mostrou que não há pesquisa sobre a temática em questão e isso só reforça o ineditismo da mesma que se propõe em afirmar que: o Atelier pedagógico, como estratégia de ensino, oportuniza a participação das crianças quilombolas na construção das suas aprendizagens e que isso favorecerá que as mesmas sejam sujeitos autônomos, críticos, proativas e que saibam dialogar nos contextos onde estiverem atuando e causando transformações significativas futuras a partir de uma escuta sensível e empática.

Palavras-chave: Atelier Pedagógico. Estratégia de Ensino. Participação Infantil. Turmas Multisseriadas. Ensino Integral.

Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

POTENCIALIDADES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

*Adriano Edo Neuenfeldt, Univates
Derli Juliano Neuenfeldt, Univates
Macgregor Baumgarten, Univates
Kári Lúcia Forneck, Univates
Tânia Miorando, UFSM*

Resumo: Com as aulas presenciais canceladas em 2020, devido à rápida disseminação do Covid-19, não houve a possibilidade do ensino presencial ocorrer, deixando professores e alunos desamparados e vivendo uma situação sem precedentes. Na ausência de uma decisão homogênea de como proceder, cada escola buscou seus próprios recursos e adaptou o ensino à realidade de seus alunos. De forma geral, houve uma busca por tecnologias digitais para dar continuidade ao ensino, o que gerou a necessidade da capacitação digital de professores e alunos, descobrindo-se potencialidades que as tecnologias digitais oferecem. A presente pesquisa investigou potencialidades das tecnologias digitais como recurso didático para as aulas de Educação Física (EF) nos Anos Finais do Ensino Fundamental. É uma pesquisa qualitativa. Foram realizadas 15 visitas a duas escolas da rede municipal de ensino do Vale do Taquari/RS/Brasil, para acompanhar aulas de Educação Física de duas turmas, um 6.º Ano e um 9.º Ano. Isso ocorreu em 2022, no retorno ao ensino presencial. As observações foram registradas em diário de campo; realizou-se entrevistas semiestruturadas com as duas professoras de EF e grupos de discussão com 8 alunos de cada turma. A partir da análise das informações emergiram duas categorias centrais, sendo elas: o acesso aos saberes da EF, que trata das necessidades estruturais para a integração entre EF e Tecnologias Digitais e as novas potencialidades que com isso surgem. A segunda categoria, Tecnologias Digitais, construção e reconstrução de conhecimentos, destacando-se o potencial do uso das tecnologias como recurso para o desenvolvimento de metodologias ativas na construção de conhecimentos, assim como o papel do professor no direcionamento do olhar do aluno frente ao mundo de informações que a internet permite acessar. Como exemplo dessa integração, através de smartphones, notebooks ou tablets é possível exibir vídeos ou slides, utilizar softwares educativos, pesquisar temas ou criar ambientes colaborativos de trabalhos. Conclui-se, a partir do que foi constatado no presente trabalho, que há diversas possibilidades de utilização de tecnologias digitais na EF, seja por parte dos alunos ou dos professores. Percebemos que estamos vivenciando o nascimento de uma nova possibilidade didática na qual as tecnologias digitais contribuem para a construção do conhecimento relacionado às práticas corporais.

Palavras-chave: Educação Física. Escola. Tecnologias Digitais.

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA NA CAPES SOBRE AS PERSPECTIVAS TECNOLÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE NO NOVO ENSINO MÉDIO

Lucimara Fiorese, Univates
Kári Lúcia Forneck, Univates

Resumo: Em 2017, a promulgação da Lei 13.415 provocou embates e alterações estruturais na proposta do Ensino Médio brasileiro. Nesse sentido, este estudo surgiu do questionamento investigativo de um projeto de dissertação: O que já foi publicado sobre a interface entre o Novo Ensino Médio, a formação inicial e continuada de professores e o uso de tecnologias digitais, no âmbito da base de dados da CAPES? Com o objetivo de concretizar uma revisão sistemática sobre o entrecruzamento desses temas, a metodologia envolveu consultas na base de dados da CAPES, considerando estudos publicados entre 2020 a 2022, usando as palavras-chave: “Novo Ensino Médio”, “Formação inicial e continuada” e “Tecnologias digitais”, pesquisadas separadamente, e filtrando-se as áreas de concentração “Ensino e Educação”. A partir dos dados encontrados, foram aplicados critérios de inclusão: o planejamento e a implantação do Novo Ensino Médio nas escolas; a relação professor-aluno no Ensino Médio; o uso de tecnologias digitais na sala de aula e a formação de professores do Ensino Médio. E os critérios de exclusão: estudos que envolveram cursos de graduação ou outras etapas do ensino fundamental ou educação infantil; estudos que abordassem cursos de formação de professores de etapas da educação distintas ao Ensino Médio; estudos que não se aproximassem dos objetivos da presente pesquisa e que não estivessem disponíveis na íntegra. Com a palavra-chave “Novo Ensino Médio” foram encontrados quatorze resultados e selecionados nove estudos para análise, os quais evidenciaram os processos de implantação do Novo Ensino Médio em escolas-piloto, a atuação empresarial na construção da proposta do Novo Ensino Médio, os desdobramentos políticos e neoliberais da proposta, as investigações documentais regulatórias, o protagonismo juvenil e a BNCC. Na pesquisa com a palavra-chave “Formação inicial e continuada”, foram encontrados vinte e cinco resultados e restou uma pesquisa para análise, a qual demonstrou as contribuições da ampliação do tempo escolar em um centro estadual de educação, considerando práticas pedagógicas exitosas no Ensino Médio, especificamente no ensino da Matemática. Por fim, por meio da palavra-chave “Tecnologias digitais”, foram localizadas noventa e dois estudos e analisados onze, os quais versaram sobre o uso de Podcasts e Vlogs nos processos de ensino-aprendizagem, a utilização de ferramentas digitais nas aulas de Química, Matemática e Física, as práticas pedagógicas de docentes que participaram de uma formação continuada envolvendo tecnologias digitais, as investigações a respeito da percepção dos professores sobre os avanços tecnológicos digitais e como eles abordam esta temática em aula, o uso de tecnologias digitais em aulas de linguagens e as expectativas dos alunos e sua relação com as tecnologias digitais. Embora tenham sido encontrados muitos resultados, ainda há desafios para a formação de professores que dê conta do uso de tecnologias digitais no Ensino Médio.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Tecnologias digitais. Formação de professores.

Referências:

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Lei no Novo Ensino Médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

DIALOGISMO E CONSTITUIÇÃO DO EU NA ESCRITA DE CARTAS EM CONTEXTOS DE ALFABETIZAÇÃO

Natália Taís Scherer, Univates

Iandra Vanessa Sell, Univates

Letícia Fell, Univates

Kári Lúcia Forneck, Univates

Resumo: Em meio às incertezas e dificuldades de adaptação decorrente do contexto pandêmico, estudantes e professores sofreram impactos negativos nos processos de ensino e de aprendizagem. Considerando essa realidade, em 2021, a Universidade do Vale do Taquari - Univates propôs um projeto que visa firmar parcerias com o poder público a fim de atender crianças que não desenvolveram competências escolares, especialmente habilidades de leitura e escrita. Dessa forma, surgiu o Projeto Alfabeitrando - Laboratório de Alfabetização que atendeu crianças dos municípios de Lajeado/RS, Garibaldi/RS e Nova Mutum/MT. Em 2022, com o objetivo de integrar os participantes do Alfabeitrando de diferentes localidades e desenvolver habilidades de letramento, professores propuseram a escrita de textos do gênero carta. Essa atividade foi realizada após a contação da história “O carteiro chegou”, de Allan Ahlberg, e de uma contextualização sobre o gênero textual, indicando sua finalidade e estrutura. As crianças do Alfabeitrando de Garibaldi/RS foram convidadas a redigir cartas endereçadas às crianças do Projeto de Nova Mutum/MT. Da mesma forma, estudantes de Lajeado/RS escreveram cartas para colegas que frequentavam outras turmas. Por meio dessa atividade integradora e dinâmica, participantes do Grupo de Trabalho (GT) Ensino, Linguagem e Tecnologias, vinculado ao Projeto Institucional “O ensinar da infância à idade adulta: olhares de professores e alunos” buscaram analisar alguns dos materiais produzidos pelas crianças a fim de encontrar indícios de desenvolvimento de letramento e dialogismo. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória de base qualitativa, por meio da qual foram coletadas, para o estudo, cinco cartas produzidas por diferentes crianças de Garibaldi/RS e Lajeado/RS. É possível perceber diferenças entre os textos, ainda que sejam do mesmo gênero e que tenham as informações essenciais, como cumprimentos iniciais e finais, apresentação pessoal e indícios da existência de um interlocutor. As diferenças de conteúdo e estrutura se justificam pela distinção de idade e de conhecimentos prévios e pelas orientações recebidas, que foram oferecidas por diferentes professoras, visto que os estudantes são de cidades diferentes, o que pode influenciar nos resultados obtidos. Apesar disso, considerando os detalhes dos textos coletados, entendemos que as crianças participantes do Projeto Alfabeitrando - Laboratório de Alfabetização estão inseridas em um contexto de desenvolvimento de letramento, para além de desenvolvimento de habilidades de consciência fonológica. Ao produzir as cartas em uma situação real de comunicação, as crianças apresentaram bom entendimento da função do texto que produziram, assim como das informações necessárias para compor a carta, demonstrando entendimento de que sua escrita será lida por alguém, sendo necessário direcionar seu conteúdo ao possível leitor, num movimento dialógico de constituição de identidades.

Palavras-chave: Alfabeitrando. Letramento. Produção textual. Constituição de identidades.

O OLHAR DE DOCENTES SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO NORDESTE DO PAÍS

Angélica Ramos Dallalibera, Univates
Giovanna Luiza Schneider, Univates
Rogério José Schuck, Univates
Delano Carneiro de Almeida, Univates
Andrea Daniela Amaya Salamanca, Univates

Resumo: Estamos vivendo em uma sociedade fortemente marcada pelo uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), que possibilitaram significativas mudanças na construção do conhecimento e interação entre professores e alunos, em especial durante a pandemia de Covid-19, que exigiu o ensino remoto a fim de priorizar o distanciamento físico/social. Ocorre que a ruptura do padrão de ensino tradicional, impeliu um maior protagonismo por parte dos sujeitos envolvidos neste processo. Nesse sentido, a construção do conhecimento exigiu a participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo de aquisição de conhecimento (LÉVY, 2010, p. 40). A presente discussão se insere na pesquisa “O ENSINAR DA INFÂNCIA À IDADE ADULTA: OLHARES DE PROFESSORES E ALUNOS”, mais especificamente observando o “Ensino virtualizado em novos tempos”. A proposta tem como objetivo investigar o ensino realizado durante a pandemia, e também como está se dando a continuidade das aulas no retorno à presencialidade. Participaram da pesquisa 53 docentes de uma Instituição de Ensino Superior do Nordeste do Brasil. A coleta de dados foi realizada em 2021, quando foi aplicado um questionário utilizando a plataforma Google Forms, abordando questões relativas ao uso das tecnologias digitais, ao ensino e fazendo breves aproximações com a aprendizagem. Para a análise dos dados, trabalhou-se com categorias emergentes. Procurou-se fazer uso da análise textual discursiva, que, conforme Moraes e Galiazzi (2011, p 14), busca “construir compreensões a partir de um conjunto de textos, analisando-os e expressando a partir dessa investigação alguns dos sentidos e significados”. Percebeu-se que os professores tiveram dificuldades no que diz respeito à interatividade, gestão do tempo, domínio das ferramentas digitais e adequação dos materiais. Além disso, um dos pontos mais sinalizados foi o impacto social e emocional. Apesar disso, a maioria dos docentes afirmaram que os objetivos estão sendo alcançados em suas aulas e que estão satisfeitos quanto à forma de ensinar. Desta forma, o uso das TDIC se mostra promissor e com potencial para continuarem sendo utilizadas em aulas presenciais ou de forma híbrida, mantendo a ênfase no planejamento e na escolha de tecnologias com objetivos pedagógicos bem definidos, em que o professor “precisa conhecer, testar, escolher e validar ferramentas digitais” (LIMA; MOURA, 2015, p. 95). Contudo, a partir dos relatos dos professores também é possível perceber a importância de aprimorar e repensar as estratégias de ensino, de exploração e otimização do uso das tecnologias dentro do contexto virtual e/ou híbrido. Na sequência será feito um grupo focal de docentes, a fim de verificar como está sendo a volta ao ensino presencial junto àquela Instituição.

Palavras-chave: Ensino. Docência. Pandemia. TDIC.

Referências:

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIMA, L. H. F. de.; MOURA, F. R. de. O professor no ensino híbrido. In: BACICH, L., NETO, A. T., TREVISANI, F. de MELLO (Orgs.). *Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação*. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 89-102.

MORAES, R.; GALIAZZI, M.do C. *Análise textual discursiva*. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

INFÂNCIAS: NARRATIVAS DE UM TEMPO, ECOS DE UM ESPAÇO

Raquel Thaís Arcari da Costa, Univates
Cláudia Inês Horn, Univates

Resumo: Este resumo baseia-se na escrita do projeto de pesquisa realizado no Programa de Pós Graduação em Ensino, da Universidade do Vale do Taquari- UNIVATES, Lajeado, RS. Encarar a infância como investigação contínua, como forma de experienciar o novo é uma ação delicada que exige empenho, olhar e escuta sensível. Desencontrar o lugar que já conhecemos nos faz pensar em como podemos aprender de novo. Assim, o projeto de pesquisa tem como temática os tempos e espaços das infâncias, contemplando as narrativas, histórias e saberes de cada sujeito envolvido na pesquisa. Estes sujeitos serão entrevistados, com o intuito de conhecer e analisar as suas memórias e vivências pessoais acerca da infância. Como objetivos desta investigação apresentam-se: realizar um estudo que contribua com as áreas do conhecimento, problematizar a infância frente ao conceito que a sociedade tem sobre ela, investigar as infâncias dos diferentes tempos e espaços e analisar as narrativas dos sujeitos envolvidos e demais dados coletados. A escrita do projeto reúne autores como Kohan (2004) e Larrosa (2010) que discutem e pensam a infância como uma nova experiência, algo nunca interrogado anteriormente, um conceito que atravessa nossos saberes e vai além de um discurso estabelecido pelo senso comum. A pesquisa será qualitativa e se desenvolverá a partir de uma entrevista semi-estruturada que será realizada com cinco indivíduos nascidos em diferentes regiões brasileiras e de idades distintas. Pensar a infância, nesse sentido, seria enxergar através de novas lentes, um caminho outro que se desdobra a partir das subjetividades. Como considerações finais compreendem-se as análises e coleta dos dados de cada indivíduo que participará deste estudo, contribuindo através da sua história de vida, do espaço em que viveu, do contexto em que estava inserido e do vínculo que firmará através da pesquisa.

Palavras-chave: Infância. Narrativas. Tempo. Espaço

Referências:

KOHAN, Walter O (org.), *et al.* Lugares da infância: Filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância: ou o que vai do impossível ao verdadeiro. In: *Pedagogia profana: danças, piruetas e máscaras*. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ESCRITA CRIATIVA EM AMBIENTE VIRTUAL

Gustavo dos Santos Rodrigues, IFRS
Carine Bueira Loureiro, IFRS

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado, que tem como objetivo desenvolver um objeto de aprendizagem que possa dar suporte aos professores de língua portuguesa no que tange a produção textual. A escrita é uma expressão fundamental para que possamos explicar nossos pensamentos, opiniões e, principalmente, a forma como vemos o mundo. Isso só ocorre porque cada um, dentro de suas vivências, carrega consigo o que podemos chamar de “bagagem de vida”, aquilo que será responsável pela maneira como iremos encarar o mundo e, assim, dispor de informações importantes para entregar ao exterior nossas impressões. Koch (1995), em seus estudos, exemplifica a escrita e a produção textual através não apenas dos conteúdos semânticos, decorrentes da ativação dos processos e estratégias cognitivas, mas, também, da interação de acordo com as práticas socioculturais, mencionadas anteriormente. Embora a escrita seja de fato importante para a educação, nem todos sentem-se à vontade com as burocracias que ela demanda, como atenção e paciência. Em virtude dessa observação, fundamenta-se a hipótese desta pesquisa. Desse modo, justifica-se este trabalho por desenvolver um objeto de aprendizagem em formato digital possível de utilização por alunos a fim de que eles explorem os diversos gêneros textuais a partir de suas vivências e experiências. Todavia, para que esta pesquisa fosse viabilizável, as fanfictions foram escolhidas após ser entendido que elas fazem cada vez mais parte da vida dos adolescentes inseridos no mundo da leitura e escrita. Elas surgem do termo dado ao gênero cujo principal predicado seria textos ficcionais escritos por fãs que se inspiraram em histórias já existentes e fazem parte do universo juvenil de uma forma muito presente. Assim para a construção do objeto de aprendizagem desta pesquisa, que se caracteriza por ser um instrumento auxiliador na constituição dos conhecimentos textuais daqueles que a utilizam e tem como base o Genially, temos a presença de algumas ferramentas como google classroom, canva, quizur, youtube, padlet, wordwall e google forms. Assim, para que se possa alcançar o objetivo estabelecido desta pesquisa, o estudo de caso, que se baseia na identificação de um problema, no levantamento de dados, análise das variáveis e, por consequência, na sua solução, é a metodologia utilizada para ele. Por fim, a fundamentação teórica se concentra a partir da perspectiva de autores que pesquisaram sobre escola, sociedade e suas relações como Laval (2019), Masschelein, Simons (2017), Chamayou (2020), entre outros autores que estão inseridos nos estudos desse presente trabalho.

Palavras-chave: Fanfictions. Gêneros textuais. Escrita criativa.

Referências:

CHAMAYOU, Grégoire. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. Ubu Editora, 2020.

KOCH, Ingedore G. Vilhaça. *O texto: construção de sentidos*. Signo, v. 20, n. 29, 1995.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Boitempo editorial, 2019.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. *Em defesa da escola: uma questão pública*. Autêntica, 2017.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E TECNOLOGIAS DIGITAIS: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

*Derli Juliano Neuenfeldt, Univates
Macgregor Baumgarten, Univates
Ana Caroline Felix Silva, Univates
Kedman Jesus Silva, Univates
Camila Portaluppi Michelin, Univates*

Resumo: Este trabalho faz parte da pesquisa “Aulas de Educação Física (EF) não presenciais nos Anos Finais do Ensino Fundamental: aprendizagens didático-pedagógicas a partir da pandemia de Covid-19”, apoiada pela FAPERGS. Investigamos como a Educação Física Escolar (EFE) foi desenvolvida em 2020 e 2021, período do ensino remoto emergencial, em duas escolas da rede pública de um município do Vale do Taquari, RS, Brasil. Constatamos que as aulas foram ministradas por meio do Classroom, do Google Meet e que os professores solicitaram fotos e vídeos como estratégias de ensino para acompanhar as atividades desenvolvidas pelos alunos em suas residências. Contudo, com o retorno das aulas presenciais, evidenciamos que os alunos entendem que não há mais necessidade de uso das tecnologias digitais na EFE. Essas ponderações fizeram emergir o seguinte problema: É possível, no ensino presencial, desenvolvermos aulas de EF com o uso de tecnologias digitais mantendo a essência desse componente curricular que é o movimentar-se? Portanto, esse trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de ensino de uma aula de EF ministrada para uma turma do 6.º ano do Ensino Fundamental mediada pelas tecnologias digitais. Em relação aos procedimentos metodológicos, é uma pesquisa qualitativa na qual investigamos uma intervenção pedagógica realizada com 25 alunos de uma turma do 6.º ano do Ensino Fundamental. A aula desenvolvida se norteou em princípios da pedagogia crítica da EF que tem como pilares evitar a exclusão de alunos por nível de habilidade motora, aptidão física ou gênero. Ela foi ministrada em dezembro de 2022 pelo coordenador da pesquisa, por dois bolsistas de iniciação científica e pela professora de EF titular da turma. Quanto aos resultados, a aula foi planejada a partir de conversa com a professora, definimos o formato de uma gincana na qual se trouxe uma revisão dos temas estudados ao longo do ano de 2022 (futsal, handebol, vôlei, atletismo e dança). A gincana foi realizada na quadra da escola e teve duração de 90 minutos. Os alunos foram divididos aleatoriamente em 4 grupos. Cada esporte constituiu uma estação e para cada uma delas foi criado um QR Code que os alunos precisavam ler com o Smartphone para acessar a atividade que direcionava para vídeos de cunho educativo selecionados no Youtube e desafios motores que criamos. A cada 15 minutos foi realizada a rotação dos grupos entre as estações. A dança ocorreu no final da aula com todos os alunos realizando-a ao mesmo tempo. Constatamos, a partir dos relatos dos alunos e da professora titular, que é possível estabelecer relações entre o corpo e o uso de tecnologias digitais, mantendo a essência da EF que é o movimentar-se. Concluímos que as tecnologias digitais auxiliaram a potencializar uma aula pautada na coletividade, na cooperação e na experimentação/criação corporal, ampliando o conhecimento dos alunos sobre as práticas da cultura corporal de movimento.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Tecnologias Digitais. Ensino.

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE UM MESTRADO EM ENSINO ACERCA DAS AULAS REMOTAS DURANTE PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19

Dart Clea Rios Andrade Araujo, Univates
Suzana Feldens Schwertner, Univates

Resumo: Historicamente, com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, tem-se vivenciado transformações nas mais diversas áreas da sociedade. O campo da educação é um desses espaços em que as tecnologias têm feito emergir novos comportamentos e relações com o saber. Diante da pandemia da Covid-19, circunstâncias ainda mais relevantes desse impacto das tecnologias no ensino são identificadas. Em virtude das circunstâncias da pandemia, as instituições de ensino, em específico aquelas do Ensino Superior, precisaram se adequar para o ensino remoto. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos alunos de um Mestrado em Ensino de uma Universidade do interior do Rio Grande do Sul acerca das aulas remotas demandadas no período de 2020 e 2021. Tem como metodologia a abordagem qualitativa, envolvendo o uso de questionários como instrumento de pesquisa. Que foram respondidos de modo online, no ano de 2022, por 32 estudantes. Para o tratamento dos dados, optou-se pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). A partir do processo de categorização, realizou-se uma descrição analítica, finalizando com inferências construídas a partir das respostas do questionário. Contribuições de outras pesquisas e reflexões, sobre o ensino remoto, possibilitaram avançar na compreensão acerca da temática. Com os resultados deste trabalho, foram estabelecidas categorias analíticas: 1) A sobrecarga no ensino remoto: os limites entre o público e o privado; 2) Aula no ensino remoto: é suficiente estar conectado?; 3) Estar perto mesmo estando longe: as proximidades do ensino remoto; e 4) Ensino remoto pós-pandemia: uma possibilidade que veio para ficar? Os estudantes demonstraram dificuldades e apontaram pontos negativos no ensino remoto emergencial, mas, por outro lado, apresentaram os pontos positivos e sugestões que demonstravam uma certa satisfação e aprovação desse formato de ensino. Esse último ponto ficou mais visível no caso de diversos estudantes que demandaram a continuidade do ensino remoto mesmo após o fim da pandemia. No caso das dificuldades, o ambiente ao qual o aluno estava inserido foi muito mais determinante do que o ambiente virtual. No caso dos pontos negativos, por sua vez, destacaram problemas externos ao ensino remoto. As dificuldades e pontos negativos pouco demonstraram oposição, descontentamento, discordância ou crítica ao ensino remoto. Os pontos positivos apontaram para a interação virtual, o custo/benefício, a adaptação da ação pedagógica por parte dos docentes e a flexibilidade (geográfica e de tempo); ou seja, todos remetem para questões efetivas (internas) do ensino remoto. As sugestões, por sua vez, voltaram para questões externas e internas à instituição. Muitos estudantes sugeriram a manutenção do ensino remoto.

Palavras-chave: Pandemia. ensino remoto. pós-graduação. estudantes.

Referências:

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís A. Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CURSO SUPERIOR SOBRE O CONCEITO DE AULA A DISTÂNCIA

Cláudia Inês Horn, Univates
Maria Elisabete Bersch, Univates
Lara Brum Ramalho, Univates

Resumo: O grupo Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Univates, pesquisa a aula como uma forma de impulsionar a reflexão sobre o currículo, na sua relação com a docência e com os processos de ensinar e aprender, transformando-a em possibilidade de invenção. Busca-se incentivar as discussões em torno do que envolve a docência nos tempos atuais, considerando, inclusive, a educação a distância e os contextos híbridos em meio ao qual uma aula vem sendo produzida. Vinculado ao grupo CEM, encontra-se o grupo de trabalho 3: “Docência Inventiva, Aprendizagem e Educação a Distância”, que tem por objetivo investigar a aula na educação a distância e, ao compreender a docência como uma prática inventiva, analisar como as tecnologias da informação e comunicação são capazes de possibilitar uma EAD mais criadora e potente. Essa investigação surge a partir da percepção de que, ao longo do tempo, a educação a distância (EAD) vem sendo compreendida como uma modalidade educacional associada a conceitos como facilitação, mediação e aceleração dos processos de ensino e de aprendizagem, entre outras discursividades, que precisam ser problematizadas. Este resumo apresenta um recorte da pesquisa, mais especificamente a análise das entrevistas realizadas com 4 professores de diferentes cursos EAD da UNivates, tendo como foco as ideias a respeito do conceito de aula. Em uma análise inicial percebe-se que os entrevistados compreendem a aula a distância como o conjunto de atividades síncronas e assíncronas que são propostas a cada unidade de estudos. No entanto, alguns professores aprofundam essa ideia, apontando como elementos associados à aula: distanciamento temporal e espacial (associados a ideia de momentos síncronos e assíncronos), interação e coletividade. O professor entrevistado 2, por exemplo, destaca que a aula “é um espaço-tempo que no caso é virtual, não é físico, mas é esse espaço tempo em que uma atividade, uma prática de ensino tem que acontecer”. O mesmo entrevistado continua afirmando que “sempre pressupõe esse trabalho coletivo que às vezes é um coletivo de dois e às vezes é um coletivo de muitos”. O professor entrevistado 4, por sua vez, ressalta que a aula “não é só o momento que a gente está on-line, junto com o aluno que está do outro lado da tela. Mas é uma continuidade, porque na semana inteira a gente está interagindo. Não é só o momento de interação direta, mas é a videoconferência, é o exercício, é a leitura, é o fórum tem esse conjunto de coisas”. Embora apresentando elementos diferenciados, é possível observar que uma visão alargada de aula, contemplando espaços e tempos híbridos na constituição de ambientes de ensinar e aprender que possibilitem o encontro de professores e estudantes em torno do estudo. A pesquisa segue com a ampliação de novas entrevistas e aprofundamento da análise. Espera-se, com o estudo, contribuir para a qualificação dos cursos envolvidos e da modalidade educacional.

Palavras-chave: Educação a distância. Aula. Aprendizagem. Entrevistas.

IMPACTOS DO LETRAMENTO DIGITAL NAS REDES SOCIAIS DO GRUPO KOLONIEGESCHMACK: UM ESTUDO DE CASO

Caroline Bilhar da Silva, FACCAT
Marcos Paulo Dhein Griebeler, FACCAT

Resumo: O grupo Koloniegeschmack é composto por 18 mulheres residentes no município de Sapiranga/RS e que trabalham de forma associada na produção e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar. Durante o ano de 2022 a Biblioteca Pública Municipal Prefeito Edwin Kuwer, em parceria com a EMATER/RS, ofertou ao grupo atividades de letramento digital. O foco das atividades foi uma oficina de fotografia comercial junto ao grupo, com o intuito de instrumentalizar as agricultoras na produção de fotografias de seus produtos alimentícios para a divulgação nas redes sociais do grupo. A oficina, realizada no dia 06 de setembro de 2022, foi oferecida pela Biblioteca Pública Municipal em parceria com o Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Sapiranga, e contou com a participação de jornalistas e fotógrafos. Esta pesquisa objetiva compreender o papel das atividades de letramento digital para a divulgação dos produtos do grupo Koloniegeschmack em sua página no Instagram. As redes sociais possuem um papel cada vez maior na comercialização de produtos e serviços ofertados por pequenos produtores, em especial os ligados à agricultura familiar e às agroindústrias. É necessário compreender, portanto, de que forma as atividades de letramento digital desenvolvidas pela Biblioteca Pública Municipal Prefeito Edwin Kuwer afetaram as interações na página do grupo Koloniegeschmack na rede social Instagram. Os procedimentos metodológicos consistiram em uma revisão bibliográfica acerca do tema e a realização de um estudo de caso. A revisão bibliográfica deu-se a partir da busca dos termos “redes sociais”, “agricultura familiar”, “letramento digital” e “bibliotecas públicas”, com recorte temporal de publicações entre 2015 e 2023, nas bases de dados Scielo, Brapci e BDTD. O estudo de caso foi realizado por meio da análise da página do grupo Koloniegeschmack na rede social Instagram a partir da técnica de Análise de Conteúdo. Objetivou-se contabilizar a quantidade de interações nas fotografias publicadas pelo grupo antes da realização das oficinas de letramento digital e após a sua realização, de forma a verificar se houve aumento de interações (curtidas), a existência de comentários e seu conteúdo (positivo ou negativo). A análise deu-se em dez publicações feitas entre os meses de janeiro e agosto de 2022 - período anterior à realização das oficinas, e dez publicações feitas entre os meses de setembro e dezembro de 2022, após a realização das duas oficinas. Os dados obtidos demonstraram que houve um aumento significativo nas métricas de interações nas fotografias e vídeos publicados pelo grupo, em especial nas imagens dos produtos comercializados.

Palavras-chave: Letramento Digital. Bibliotecas públicas. Agricultura familiar. Redes sociais.

ENSINO VIRTUALIZADO: REFLEXÕES DURANTE E PÓS-PANDEMIA

Luiz Fernando Togni, Univates
Diego Stiven Castro Garcia, Univates
Rogério José Schuck, Univates
Adriano Edo Neuenfeldt, Univates
Paulo Henrique Vieira de Macedo, Univates

Resumo: O presente estudo trata-se de uma pesquisa que foi realizada em parceria com a Universidade San Buenaventura na Colômbia, liderados e pensados pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), sob o grupo de pesquisa “Ensinando da infância à vida adulta: olhos de professores e alunos”, por meio do subgrupo: “Ferramentas Digitais no Ensino Superior em Tempos de Pandemia (e Pós-Pandemia)”. O objetivo deste trabalho é descrever alguns resultados parciais sobre o ensino no período de pandemia (pós pandemia) apontados por professores de uma Universidade na Colômbia. A metodologia tratou-se de uma abordagem qualitativa, pois centra-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Levando em consideração as respostas de 25 professores de uma Universidade na Colômbia, que responderam a um questionário aberto. A análise parcial dos resultados da pesquisa compuseram a análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2011), obtendo os seguintes resultados: existe, principalmente, uma mudança positiva, que é percebida a partir das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a razão que o ensino virou para a virtualização, ao igual que esta última ajudou a usar ferramentas tecnológicas. Inclusive, na sua maioria, os professores manifestaram que a presença da virtualidade chegou para estar presente nas vidas das pessoas na área educacional. Mesmo assim, responderam que em tempos de trabalho em casa houve uma necessidade do estudo “face to face”, pois gerou também que não se implementasse adequadamente as disciplinas, não existiu uma adequação para ditar as aulas de forma remota. No caso da Colômbia, as Universidades trabalharam em home office. Percebeu-se que as dificuldades de acesso à internet foram presenciadas tanto em pequenas cidades quanto em maiores. Agrega-se a isso, o fato de que, muitos estudantes universitários e das escolas não tinham um computador para conectar-se às suas disciplinas. Como considerações finais, destaca-se que houve dificuldades tanto para docentes quanto para estudantes para acessar materiais, trabalhos e aulas. Além disso, a partir dos relatos dos participantes da pesquisa notou-se a necessidade de desenvolver uma infraestrutura tecnológica adequada que permita relacionar o ensino com a virtualidade. Por fim, cabe destacar a importância de mencionar os impactos na saúde mental tanto dos professores quanto dos estudantes, que por vezes perceberam como é extenuante o trabalho remoto, permanecendo muito tempo em isolamento físico/social, em suas casas, devido às quarentenas decretadas pelo Governo Nacional do país.

Palavras-chave: Tecnologias. Recursos Digitais. Ensino. Docência. Aplicativos. Pós-graduação.

Referências:

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

DEMO, Pedro. *Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Atlas, 2009.

O ACOLHIMENTO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA PARCEIRA

Cihbelle Carolyne Ortolan Cavalleri, Univates
Eduarda Ferronato Cavagni, Univates
Vitória Laís de Oliveira de Vargas, Univates
Camila Kramer, Univates
Maria Elisabete Bersch, Univates

Resumo: O presente resumo objetiva descrever experiências vividas pelas autoras junto ao programa de Residência Pedagógica durante o segundo semestre de 2022, através da imersão das estudantes de Pedagogia-Univates na escola parceira. Busca-se também, evidenciar e salientar a importância que tem um olhar atento, por parte das escolas, para com as licenciandas que se envolvem em um programa como o Residência Pedagógica, assim como de uma escuta e de um olhar humanizados para a formação de novos professores. Ao iniciar a jornada neste programa, foram muitas as emoções e sentimentos que afloraram nas licenciandas, visto que para muitas foi uma das primeiras experiências docentes. Acolhimento é um processo que se inicia antes da imersão na escola. Houve o cuidado em orientar as estudantes para este momento, antes mesmo de habitar o espaço da instituição, desde a organização do primeiro encontro até as práticas de regência nas turmas. Nos primeiros passos no espaço e tempo da escola, as licenciandas foram acolhidas pela comunidade escolar, por meio de um convite para participar de uma reunião pedagógica, fazendo com que as estudantes já se sentissem pertencentes ao espaço e a equipe pedagógica. Em especial, este movimento possibilitou que as bolsistas se sentissem à vontade para planejar seus momentos de regências em cada turma na qual tiveram a oportunidade de realizar suas práticas. No espaço, sala de aula, houve a sensibilidade dos professores titulares em proporcionar um novo acolhimento, este sendo relacionado à turma específica de cada bolsista, bem como a disponibilidade deles em auxiliar no que fosse preciso. A partir do movimento reflexivo acerca de como ocorreu o processo de receptividade na escola parceira, foi possível notar a real dimensão que pequenas atitudes acolhedoras podem revelar, no que diz respeito aos aprendizados dos estudantes, bem como na construção de segurança e estabelecimento de vínculos para que os atos de planejar e desenvolver propostos na escola, sejam eles individuais ou coletivos, possam ser bem sucedidos. Neste sentido, a escola parceira, juntamente com seu coletivo de professores, principalmente da professora preceptora do grupo, em seus gestos de docência (DA COSTA; MUNHOZ, 2020), fizeram a diferença para que as bolsistas, que haviam recém chegado a este espaço escolar, pudessem se sentir pertencentes, favorecendo a construção de alicerces de confiança e abertura para que fosse possível o envolvimento em propostas da escola. Além de abrir espaços para práticas docentes, a escola parceira cede corpos presentes, que se doam para trilhar esta jornada, fornecendo o apoio que se faz necessário para quem se encontra em processo de formação e em processo de aprimoramento docente e humano.

Palavras-chave: Residência Pedagógica. Acolhimento. Escola. Sensibilidade. Formação Docente.

Referências:

DA COSTA, Cristiano Bedin; MUNHOZ, Angélica Vier. *A aula como gesto: um princípio para a docência*. Revista Teias, [S.l.], v. 21, n. 63, p. 191-205, dez. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/53637>. Acesso em: 27 dez. 2022.

RELAÇÕES QUE IMPORTAM: UMA EXPERIÊNCIA NO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

*Lara Brum Ramalho, Univates
Gabriela Vedoy Flores, Univates
Maria Elisabete Bersch, Univates*

Resumo: O programa Residência Pedagógica tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura. Um grupo de bolsistas do curso de Pedagogia vinculadas a este programa tiveram a oportunidade de se inserir no cotidiano de uma escola municipal de Venâncio Aires, atuando na Educação Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental. O presente relato tem como objetivo explicitar como as relações interpessoais entre professores e estudantes contribuem para o estabelecimento de um ambiente educacional potente, contribuindo para uma observação e regência com intencionalidade pedagógica. O primeiro contato com as turmas ocorreu na forma de observação de aulas. Essas ocorreram durante dois dias do mês de novembro de 2022, momento de conhecer os alunos, seus nomes, sua maneira de ser e de agir, o olhar sobre o que as interessa, sobre como se relacionam e suas personalidades. Durante a observação, verificou-se que a turma do segundo ano é bastante agitada, curiosa e participativa. A grande maioria dos alunos é muito afetiva, presta atenção às explicações da professora, gosta de trabalhar em duplas e costuma se ajudar mutuamente. Observamos três alunos com maior dificuldade na leitura e escrita nesta turma. Além das observações, também foi fundamental para preparar a regência, ter tido acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP), ao regimento escolar e aos planos de estudo definidos para as respectivas turmas. A regência aconteceu em dois dias no mês de dezembro e o tema escolhido - charadas e adivinhas - foi influenciado pelo perfil curioso e questionador da turma. Para trabalhar o tema, foi escolhido o livro “Adivinhe se puder” de Eva Furnari. Os alunos prestaram muita atenção na leitura e conseguiram resolver a maioria dos enigmas, adivinhas e charadas. Mas, durante a atividade de matemática houve conflito entre os alunos, possivelmente desencadeado por diferentes compreensões acerca da própria atividade. Para retomar o ambiente de aprendizagem, foi importante fazer uma pausa na atividade, conversar com o grupo sobre formas de relacionar-se com o outro e retomar a explicação e reiniciar a atividade. O momento da regência foi completo, pois a turma, além de ter se empenhado nas atividades propostas, se mostrou disposta a conversar de maneira respeitosa sobre questões como falta de escuta e impaciência, encontrando através do diálogo, alternativas para superar os conflitos. Esta vivência possibilitou perceber o quanto o relacionamento da professora com a turma influencia no desenvolvimento da prática pedagógica e no estabelecimento de vínculos entre os diferentes participantes. A regência resultou em acolhimento recíproco pois todos estavam dispostos a passar por esta experiência que, segundo Larrosa (2022) dá sentido à educação. Acreditamos que estas vivências estão favorecendo sobremaneira as professoras que estamos nos tornando.

Palavras-chave: residência pedagógica. relações. experiência.

Referências:

LARROSA, J. *Elogio da escola*. Tradução de Fernando Coelho. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 319 p.

EXPLORANDO HISTÓRIAS DE VIDA PELA PRODUÇÃO DE VÍDEO CARTAS

Larissa Kuhn, Univates
Mariana Brito, Univates
Maria Elisabete Bersch, Univates
Aline Jéssica Antunes, Univates

Resumo: O Projeto de Extensão Alter - Linguagem e Tecnologia Potencializando Redes Colaborativas de Aprendizagem, da Univates, tem como objetivo promover práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de estudantes, em especial, nas áreas da linguagem e da tecnologia. Sua atuação ocorre, portanto, em instituições educacionais, sejam elas escolares ou não escolares. As ações são realizadas a partir de oficinas, cujas temáticas podem emergir do diálogo com as instituições parceiras ou ser sugeridas pela equipe do projeto. Ao longo do ano de 2022, uma das ações foi realizada junto a uma instituição situada no município de Guaporé, que atua com meninas, crianças e adolescentes, em turno oposto ao escolar. Para atender aos interesses manifestados pela equipe diretiva da instituição, foram organizadas duas oficinas que partiram de um mesmo tema: história de vida e empoderamento feminino. Como disparador inicial das atividades, foi realizada a leitura do livro intitulado “Malala, a menina que queria ir para a escola”, de autoria de Adriana Carranca. Uma das oficinas, realizada em parceria com o projeto Alfabetizar, após a leitura, desenvolveu atividades de alfabetização com crianças menores. A outra oficina, voltada para as crianças maiores, explorou as histórias de vida. Neste resumo, focaremos no desenvolvimento da segunda oficina, que desafiou as crianças a elaborarem e gravarem vídeo cartas. Como procedimentos metodológicos, após a leitura, realizamos uma roda de conversa sobre o livro, instigando questionamentos como “Qual o sonho da Malala?”, “O que impedia a menina de realizar seu sonho?” e “Malala concordava com o fato de meninas não poderem estudar? Em que ela acreditava?”, a fim de criar reflexões a cerca da leitura realizada. A seguinte ação foi realizada em grupos de 5 a 8 integrantes, os quais receberam um trecho da história ampliada, retirada de outro livro. Após a leitura deste trecho havia uma pergunta buscando relacionar a história com o cotidiano das meninas. Essa pergunta desafiava o grupo a escrever uma carta em resposta aos trechos do livro e relatando fatos de suas experiências de vida. Em seguida, realizam e gravam a leitura dessa carta, produzindo uma vídeo carta para a Malala. Ao longo da atividade, foi possível observar bastante resistência das crianças e adolescentes em realizar a gravação, justificando a timidez. Por outro lado, destacamos a riqueza das escritas e da reflexão acerca da própria realidade, desencadeada pela história. Nesse sentido, as meninas estabeleceram diversas conexões com o cotidiano, trazendo histórias pessoais. Sentiram-se também acolhidas em seus relatos ao expressá-los para o coletivo. Dessa forma, a oficina oportunizou às meninas o desenvolvimento da oralidade, tendo como apoio aplicativos de gravação de vídeo do celular.

Palavras-chave: Linguagem. Tecnologia. Histórias de Vida. Educação. Extensão Universitária.

Referências:

CARRANCA, Adriana. *Malala, a menina que queria ir para a escola*. Editora Schwarcz: Companhia das Letras, 2016.

O METAENSINO NAS VIDEOAULAS: POSSIBILIDADES DE UMA LÓGICA DECORRENTE DE UM ESTUDO DISSERTATIVO

Paulo Henrique Vieira de Macedo, Univates

Rogério José Schuck, Univates

Adriano Edo Neuenfeldt, Univates

Derli Juliano Neuenfeldt, Univates

Resumo: Os processos de ensino na contemporaneidade estão imbuídos de subjetividade e arte, envolvidos numa teia de tecnologias. Nesse âmbito alguns objetos digitais de ensino potencializam canais que dão voz aos diversos personagens que atuam na educação. Dentro deste contexto, o objetivo deste estudo é destacar possibilidades do metaensino nas videoaulas, baseadas na lógica decorrente de um estudo dissertativo na área de ensino. Com isso, tem-se o seguinte problema: Que reflexões decorrem a respeito do metaensino frente a um objeto digital de ensino, como as videoaulas? Em busca de respostas foi realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, numa dissertação na área de ensino (MACEDO, 2022), desenvolvida com aproximação à fenomenologia, hermenêutica e a análise de conteúdo (BARDIN, 2016), gerando três categorias emergentes. Para este estudo, será analisado como fonte secundária, a última categoria emergente, a saber: possibilidades das videoaulas tutoriais como objetos digitais de ensino, que desvelou os seguintes pontos: as videoaulas tutoriais desencadeiam uma multiplicidade semiótica de mediação em torno do ensino e da aprendizagem, com destaque para o movimento apresentado nas imagens, sons e planos; auxiliam os docentes nas atividades práticas, pois propõe a simulação de situações que porventura não podem ser desenvolvidas na sala de aula, amplificando o intercâmbio de informações sensoriais, num processo que estimula ação mútua, que é orientada pelo objeto digital de ensino, estabelecendo o princípio da autorregulação (XAVIER; PEIXOTO; VEIGA, 2020). Sob este fenômeno, o avanço está na tomada de consciência do saber e do não saber, num processo constante de autoavaliação para alcançar a autorregulação (POZO, 2008). Por conta disso, a autorregulação promove a metacognição. Nesse sentido, geram-se as seguintes reflexões/provocações sob as tessituras no ensino frente às videoaulas como objetos digitais de ensino: como professores refletem sobre a produção de seus conteúdos? Como as videoaulas poderiam ser organizadas para que o ensino desencadeie o nível de autorregulação aos discentes? Que passos seriam necessários para que os docentes possam preparar materiais nesse formato para viabilizar melhores resultados no processo de aprendizagem de seus discentes? Com essas reflexões/provocações em mente, será realizado um estudo de doutoramento para atingir a imersão em vista ao desenvolvimento de objetos digitais por um determinado público-alvo, na expectativa de emergir desta pesquisa uma multiplicidade de fenômenos, que surgirão para enriquecer o metaensino no campo do ensino, dentro do viés da metacognição.

Palavras-chave: Metaensino. Ensino. Objetos digitais de ensino. Videoaula.

Referências:

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

MACEDO, Paulo Henrique Vieira de. *Ensino desenvolvido nas videoaulas tutoriais por professores(as) formadores(as) em Cursos de Licenciatura a Distância*. 2022. Monografia (Dissertação) - Curso de Ensino, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 2022.

POZO, Juan Ignacio. *Aprendizes e mestres* [recurso eletrônico]: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

XAVIER, César Silva; PEIXOTO, Maurício Abreu Pinto; VEIGA, Luciana Lima de Albuquerque. Metacognição e suas ferramentas para o aprendizado. *Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica*, Vila Velha/ES, v. 10, n. 2, p. 40-70, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/1337>. Acesso em: 28 set. 2022.

INSERÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Elaine Marilene Stack Paludo, Univates

Derli Juliano Neuenfeldt, Univates

Resumo: Esse trabalho de pesquisa aborda sobre a utilização das tecnologias digitais como recurso nas práticas pedagógicas no Componente Curricular de Educação Física. Com o tema referente ao uso das tecnologias digitais para o ensino da Educação Física escolar. Assim, propõe-se desenvolver uma experimentação no ensino com dos Objetos de Conhecimentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referente ao 5º ano do Ensino Fundamental. O problema tem o seguinte questionamento: Como as tecnologias digitais podem contribuir para o ensino de Educação Física com alunos do 5º ano do Ensino Fundamental? O objetivo, portanto, é investigar se as tecnologias digitais podem contribuir para o ensino da Educação Física Escolar. O embasamento teórico sustenta-se na abordagem sociointeracionista de Vygotsky, que visa discutir as contribuições das interações sociais proporcionadas pelas tecnologias digitais no ensino, e no contexto da Educação Física, discute-se a cultura corporal de movimento na ênfase de uma proposta de ensino mais dinâmico, interativo e motivador. Por meio do Estado da Arte, se realizou buscas de produções científicas que contemplaram o objeto de estudo, e atende as potencialidades do uso das tecnologias digitais no contexto educacional, verificou-se a necessidade de avançar ainda mais na quebra de resistências quanto ao uso das tecnologias digitais para o ensino da Educação Física. O projeto de pesquisa é de natureza qualitativa. A metodologia será aplicada por meio da pesquisa-ação pedagógica. Os recursos para a produção das informações serão utilizados por meio de vídeos, fotografias, registros em diário de campo, rodas de conversa, aplicativo WhatsApp e filmagens. A análise das informações envolverá a forma descritiva e discursiva, com categorias emergentes, pautada na análise textual discursiva. Em relação aos resultados, espera-se que a experimentação com o uso das tecnologias digitais na Educação Física escolar contribua para ampliar os conhecimentos dos alunos sobre as práticas da cultura corporal. Além disso, pretende-se verificar sobre as reais possibilidades de um ensino que explore as tecnologias digitais sem abrir mão do movimento corporal que é a essência da Educação Física.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais. Interação social. Educação Física. Ensino.

A GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PROPULSORA NO DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS DE ENSINO SIGNIFICATIVAS

Rosângela Feitoza Fracasso Cruz, Univates

Cláudia Inês Horn, Univates

Resumo: O presente resumo expõe um recorte do Projeto de Pesquisa desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Ensino, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado/RS. A gestão escolar na Educação Infantil ocupa uma importante função no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem, e proporciona a realização das diretrizes, objetivos educacionais, princípios e finalidades. Assim, uma gestão escolar participativa carece de compreender o processo de incluir toda a comunidade escolar na tomada de decisões: na organização dos objetivos, na implementação e execução de projetos escolares. Cabe ao gestor da instituição atender a comunidade escolar, considerando as diferenças de todos os seus alunos e respeitando-as, promovendo, assim, a construção do conhecimento a partir de práticas de ensino significativas. Neste sentido, o referido projeto de pesquisa tem como objetivo geral investigar a gestão escolar na Educação Infantil como propulsora no desenvolvimento de práticas de ensino significativas. Os objetivos específicos são: 1) descrever sobre as contribuições da gestão democrática, inclusiva e que faz a escutatória das crianças, professores e pais, no processo de gestar; 2) analisar as contribuições atribuídas a um gestor educacional; pesquisar como os pais visualizam a gestão pedagógica da instituição e se a mesma vai ao encontro das suas expectativas de aprendizagem; 3) identificar como os professores se sentem frente a gestão em ação no contexto em vigência. A metodologia para desenvolver esta pesquisa, será a abordagem qualitativa, com base na revisão bibliográfica e na pesquisa-ação, a qual compreende o problema levantado no grupo social pesquisado e compreende o contexto no qual foi gerado. O lócus da intenção de pesquisa será uma escola de Educação Infantil localizada no município de Apicás - Mato Grosso. Os sujeitos da pesquisa serão dois profissionais da gestão: diretor e coordenador da instituição, dois professores, além do envolvimento dos pais que possuem filhos na instituição de Educação Infantil investigada. Quanto aos instrumentos de pesquisa, pretende-se usar a entrevista narrativa e registros no diário de memórias. Para alcançar os resultados esperados no desenvolvimento desta investigação, espera-se, a partir da análise dos dados gerados na pesquisa de campo, apresentar avanços no desempenho das equipes gestoras da Educação Infantil, garantindo uma atuação na qualidade do ensino e aprendizagem oferecidos nas escolas.

Palavras-chave: Educação infantil. Gestão escolar. Práticas de Ensino.

A PRODUÇÃO TEXTUAL A PARTIR DAS MARCAS DO LUGAR ONDE VIVO

Adriana Ranzani Gimenes Almeida, Univates
Auxiliador Jairo de Sousa, UFPA
Francisca Oliveira da Cruz, PUCRS

Resumo: Um grande desafio para o ensino na educação básica brasileira tem sido desenvolver habilidades de leitura e escrita relacionadas às práticas sociais do educando. Este relato de experiência é um exercício de reflexão a respeito de uma prática pedagógica de ensino e aprendizagem de leitura e de escrita a partir da concepção de letramentos, realizada nas aulas de Língua Portuguesa, com alunos do 6º ao 9º ano, na escola pública de ensino fundamental Dr. Ulysses Guimarães, na cidade de Altamira-PA. A ação pedagógica, inspirada pela Olimpíada de Língua Portuguesa, objetivou incentivar o exercício da leitura e da escrita, valorizar e elevar a autoestima dos educandos, além de incentivar o protagonismo juvenil por meio de pesquisas e experiências dos educandos sobre o contexto no qual estavam inseridos. Metodologicamente, caracterizou-se como uma pesquisa-ação, em que foram realizadas oficinas de leitura e escrita, rodas de conversas com escritores e cidadãos altamirenses, entrevistas com pais, avós e pessoas da comunidade, até a produção de textos dos gêneros textuais poema, memória literária e crônica. Depois das palestras, dos chás literários, das pesquisas, das leituras e das vivências que tiveram com as atividades desenvolvidas, cada estudante foi desafiado a escolher alguém, conhecido ou não, da família ou reconhecido pela sociedade local, para conhecer a história de vida da pessoa e escrevê-la. Os alunos fizeram entrevistas com a pessoa escolhida, uns gravaram com celular, outros anotaram em cadernos as respostas dos entrevistados. A partir de então, os estudantes traziam seus textos redigidos à mão para serem avaliados e receberem os feedbacks com as observações no texto, além de tirar dúvidas para a reescrita e nova entrega do texto. Concluída a versão final dos textos, os alunos foram convidados até a sala de informática da escola para digitarem seus textos e deixá-los salvos em uma pasta no computador para serem submetidos a uma seleção. A prática pedagógica revelou textos significativos e com marcas de autoria que demonstraram uma relação de pertencimento dos alunos com a comunidade da qual fazem parte, e trouxe como produto final a publicação de um livro intitulado “Marcas do lugar onde vivo”. A obra foi composta por uma coletânea de sessenta e um textos produzidos pelos educandos que revelam importantes lugares e momentos vivenciados por moradores de Altamira. Por fim, a experiência revelou-se profícua no processo de ensino e aprendizagem das habilidades de leitura e escrita em sala de aula, na capacidade de ouvir o outro, de conhecer mais da sua própria história e, conseqüentemente, na valorização do seu povo, da sua cultura e de seus saberes a partir das marcas do lugar onde vive.

Palavras-chave: Letramentos. Leitura. Produção textual.

GT 3. Arte, Corpo e Linguagens



S. 34° 41'
W 56° 9'

PENSAMENTO NÔMADE: A ARTE COMO PONTO DE PARTIDA DAS PROPOSTAS EXTENSIONISTAS

Ketlin da Fonseca de Siqueira, Univates

Fabiane Olegário, Univates

Resumo: Com o propósito de oportunizar aos estudantes do turno integral, atividades culturais e artísticas que possibilitem a formação ético-estética articuladas com os saberes produzidos na Universidade e na Comunidade, o projeto Pensamento Nômade, vinculado ao Programa de Arte, Estética e Linguagem da Universidade do Vale do Taquari - Univates, realiza oficinas envolvendo as artes, a imaginação e o potencial criativo de crianças e de adolescentes de nove a quatorze anos de três comunidades parceiras localizadas em bairros distintos do município de Lajeado/RS. O Projeto utiliza como procedimento metodológico oficinas que têm como ponto de partida as linguagens artísticas, a fim de potencializar os processos inventivos dos participantes. Nessa direção, partimos do pressuposto que a arte incita a imaginação, questiona as fronteiras, “sem receio de errar, de não saber. Uma arte para abrir questão, arte como postura” (FISCHER, 2019, p. 80) de escuta e atenção ao seu entorno. Dentre as práticas desenvolvidas, destacamos as seguintes propostas pedagógicas, quais sejam: oficina de desenho que potencializou a criatividade e a imaginação das turmas; práticas corporais através de alongamentos e criação de novas coreografias; exercício de colagem; criação de objetos por meio do manuseio da argila; manipulação de câmera fotográfica e produção de histórias e fantoches. Essas ações foram desenvolvidas durante os encontros semanais nas instituições parceiras, em um período de aproximadamente duas horas, totalizando, ao final do semestre, em torno de quatro a cinco encontros em cada comunidade. As ações do projeto enfatizam a importância de um olhar e uma escuta atenta. Ao término das ações, realizamos a avaliação das oficinas sem o caráter de mensurar o conhecimento dos participantes, pois o objetivo é perceber o impacto dessas ações nas comunidades. No que tange à relevância das ações do Projeto podemos afirmar que as práticas desenvolvidas com as turmas vão para além do que está posto no planejamento, visto que os encontros são permeados pela possibilidade de criação, além da escuta e observação das realidades que constituem cada comunidade. Deste modo, o projeto reconhece a importância da interlocução entre os saberes da comunidade e da Universidade, uma vez que esta troca é fundamental na formação dos sujeitos envolvidos. Por fim, reiteramos que as oficinas de arte desenvolvidas no Projeto contribuem no exercício da leitura crítica e esperançosa do mundo, possibilitando às crianças e aos adolescentes, bem como aos acadêmicos, compreenderem a potência da arte, da atenção e da escuta nas práticas do cotidiano.

Palavras-chave: Extensão. Pensamento Nômade. Arte. Educação.

Referências:

FISCHER, Deborah Vier. Pensar com cenas da escola: a arte, o estranho e o mínimo. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. UFRGS, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197436/001098143.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 09 jan. 2023.

PROJETO BROCANTE: ARQUIVO DE MEMÓRIAS ESCOLARES

Andrea Daniela Amaya Salamanca, Univates
Ketlin da Fonseca de Siqueira, Univates
Lara Dillmann Alves, Univates
Angélica Vier Munhoz, Univates
Fabiane Olegário, Univates

Resumo: Durante os anos escolares, produzimos todos os tipos de papéis e documentos, mas o que fizemos com isso e onde ficam esses materiais? Arquivados? Trata-se de documentos institucionais que contam uma genealogia da escola (ofícios, circulares, projetos, atas, etc.), mas que também dizem de uma vida singular daqueles que passaram pela escola. E sabemos que nenhuma pessoa passa pela vida escolar sem que determinadas impressões fiquem registradas. O Projeto Brocante - Palavras e Coisas da Escola, vinculado ao Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq) da Universidade do Vale do Taquari- Univates, mais especificamente ao GT2 - Arquivo, docência e criação, tem como objetivo produzir um repositório digital público com arquivos escolares, advindos tanto de vidas singulares, quanto de vidas institucionais que contam a memória da escola, a partir do início do século XX. O projeto toma como procedimento teórico-metodológico o arquivo foucaultiano, o qual permite trabalhar com os ditos de maneira a compor novos arquivos. Ao descrever as coisas ditas em uma cultura, ao longo do tempo, o arquivo, mais do que estar ligado ao âmbito de preservação da memória e a construção de uma prática cronológica, possibilita trazer o passado ao presente. Assim, como afirma Foucault (2000, p. 145), “o arquivo é, mas também o arquivo faz”, ou seja, não é só o que pode ser dito em determinada época, mas também a apropriação disso no presente, tomando os ditos como acontecimentos. Nesse contexto, desde o segundo semestre de 2022 já foi realizado um movimento de divulgação do projeto. Isso tanto nos meios digitais, redes sociais, e-mails às universidades e escolas, quanto à realização de brocantes - feiras de recolhimento de papéis escolares, realizadas em locais distintos. Vale ressaltar que objetivo é que, a longo prazo, o projeto tome uma dimensão geográfica ampliada, estendendo-se para instituições de outros países, principalmente aqueles com os quais o Grupo CEM possui parcerias. Até o momento, já recebemos provas, boletins, pareceres, cartas, desenhos, bilhetes, recados, agendas, cartazes, entre tantos, provenientes de 24 doadores, tanto de forma física como virtual, contando atualmente com aproximadamente 300 registros. A cada documento doado, é feito um processo de arquivamento dos materiais. Portanto, a partir das análises de tais materiais, acredita-se que esta pesquisa arquivística poderá nos ajudar a compreender o que produzimos documentalmente na escola desde o início do século XX.

Palavras-chave: Arquivo. Brocante. Documentos escolares. Memórias.

Referências:

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault explica seu último livro. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. (Col. Ditos e escritos, II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 145-152.

LEMBRAR A DOR: MEMÓRIA EM VIOLÊNCIA EM O AVESSE DA PELE, DE JÉFERSON TENÓRIO

Ernani Silverio Hermes, UFSM

Resumo: Em *O avesso da pele*, romance de Jeferson Tenório, publicado em 2020, o narrador, Pedro, efetua uma busca pela reconstrução da narrativa familiar. O ponto de partida para tal empreendimento é a morte trágica do pai, Henrique, em uma abordagem policial arbitrária. Dado esse mote, objetiva-se, neste artigo, analisar o texto literário a partir do recorte da memória e da violência. Nesse sentido, procuro redimensionar a performance do narrador com base na memória como forma de representação da experiência do sujeito frente à violência. Nesse sentido, tenho como objetivo analisar as representações da memória e da violência no romance em questão. Nesse exercício crítico, considero os imbricamentos desses dois núcleos de análise: a memória como mecanismo de significação da experiência da violência e a violência como um condutor semântico que interliga os fragmentos de memória projetados na narrativa. Para dar conta, recorro a um referencial teórico sobre memória baseado em Paul Ricoeur (2007), Birgit Neumann (2008), Jöel Candau (2016) e Fath Davis Ruffins (1992). A violência, por sua vez, é tratada com base no conceito de Mario Stoppino (1998), as análises sobre literatura e violência de Jaime Ginzburg (2012) e as reflexões sobre racismo estrutural de Silvio de Almeida (2019). A partir dessas reflexões, destaca-se que a violência tem posição preponderante na narrativa memorial porque ela causa um rasgo no tecido subjetivo de quem a experiencia. A experiência das personagens e do narrador são cruzadas constantemente pela violência motivada pela problemática racial. As histórias de vida dos personagens são instâncias representacionais de diferentes formas de violência - física, verbal, psicológica, indireta, simbólica, institucional - cuja motivação é dada pelo posicionamento das figuras ficcionais dado pelas coordenadas de raça em uma cartografia social delineada por uma estrutura de poder que se solidifica pelo racismo.

Palavras-chave: Literatura Brasileira Contemporânea. Memória. Narrativa.

Referências:

- ALMEIDA, Silvio de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.
- BAL, Mieke. *Narratologia: introdução à teoria da narrativa*. Trad. Elizamari Rodrigues Becker [et al]. Florianópolis: Editora UFSC, 2021.
- CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.
- GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e autoritarismo*. Campinas: Autores Associados, 2013.
- NEUMANN, Birgit. The literary representations of memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar. *Cultural Memory Studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2008. p. 333 - 343.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François et al. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- RUFFINS, Fath Davis. Mythos, Memory, and History: African American Preservation Efforts, 1820-1990. In: KARP, Ivan; KRAEMER, Christine; LEVINE, Steven. *Museums and communities: the politics of public culture*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992. p. 506 - 611.
- SILVEIRA, Oliveira. *Obra reunida*. Organizado por Ronald Augusto. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ CORAG, 2012.

STOPPINO, Mario. Violência. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org). *Dicionário de política*: v. 1. Trad. Carmen C. Varriale [et al]. 11^a ed. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 1291-1298.

TENÓRIO, Jeferson. *O avesso da pele*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PISTAS PARA UMA PESQUISA QUE PRIVILEGIE O OLHAR E O VAGAR

Fabiane Olegário, Univates

Resumo: Este resumo tem como propósito refletir sobre o olhar na pesquisa e problematizar o tempo acelerado no qual vivemos a partir de um pequeno trecho do poeta brasileiro Manoel de Barros, em que ele diz: “O olho vê, a lembrança revê as coisas, e a imaginação é a imaginação que transvê, que transfigura o mundo¹”. Este excerto convoca a pensar para além do ver, convida o pesquisador a olhar e a contemplar a matéria de estudo, a ponto de perder tempo. Na pesquisa que envolve arte-educação as relações estéticas entre a matéria de estudo investigada e o pesquisador são pautadas pelo olhar desinteressado, visto que está implicado no campo do sensível. A pausa que se estende desvinculada do tempo Chronos, possibilita ao pesquisador investir no processo de imaginar - transcriar - que no entender do poeta corresponde ao exercício de ver e rever, ou seja registrar e recordar. Já a ação de imaginar significa transver, cujo prefixo trans indica o movimento para além de, através de, que transita entre saberes diversos, a fim de pensá-los de outras formas. Para que se efetive uma pesquisa baseada nas ações do poeta, quais sejam: ver, rever, retomar recordar a fim de transver o objeto de estudo é preciso exercitar o olhar, o que exige uma longa preparação do pesquisador, pois “demanda dedicação prolongada” e que, infelizmente “está desaparecendo hoje em dia” (HAN, 2022, p.23). Nessa direção, Han (2022, p. 24) menciona que ver de forma prolongada “também pertence ao divagar”, ou seja, está implicado na ação de demorar-se em algo, reter a imagem, a ponto de pausar o tempo, estancar o fluxo acelerado da visão, com a qual se vê e pouco olha, a ponto de fazer o pensamento pensar. Trata-se de práticas que podem devolver o olhar ao mundo. O pesquisador que privilegia o olhar está indisponível, visto que a “indisponibilidade estabiliza e aprofunda a atenção, suscita o olhar contemplativo [...] onde tudo está disponível e alcançável [...] o olhar não se detém, ele vagueia como um caçador (HAN, 2022, p.140). Nessa tentativa de olhar mais distendido para a matéria de estudo, dá chances reais à imaginação do pesquisador de seguir adiante na ação de transver o conteúdo. É por meio da imaginação, como atividade do pensamento, que impõe-se novos sentidos ao saber constituído, visto que abre pequenas rachaduras, brechas para que algo de novo se instale, vivo e pulsante. Uma pesquisa baseada no excerto proferido por Manoel de Barros, desvia da ideia de ligeireza, porque sabe que a lentidão é o verdadeiro nutriente do pensamento, além disso, compreende que para a pesquisa é mais importante saber colocar questões do que encontrar respostas, ou então, repetir o que só se consegue ver.

Palavras-chave: Pesquisa. Olhar. Poeta

Referências:

HAN, Byung-Chul. *Não-coisas: reviravoltas do mundo da vida*. Tradução de Rafael Rodrigues. Petrópolis: Vozes, 2022.

1 Fala de Manoel de Barros proferida no Filme documentário *Janelas da Alma* dirigido por João Jardim e Walter Carvalho em 2002.

ARTES E HUMANIDADES NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO

Silvane Fensterseifer Isse, Univates
Fabiane Olegário, Univates

Resumo: Ferreira Gullar, poeta brasileiro, proferiu a frase “A arte existe porque a vida não basta” na FLIP (Feira do Livro de Paraty-RJ) em 2010. Essa frase viralizou nos anos 2020 e 2021, período em que o mundo enfrentava a pandemia da Covid-19. Essa fala nos provoca a pensar o quanto a arte se entrelaça com as questões humanas, uma vez que a Arte mobiliza e contribui na formação humana, visto que ambas, Arte e Humanidades, se empenham no desenvolvimento da criticidade e da sensibilidade dos sujeitos. Além disso, as matérias a que se dedicam às Artes e as Humanidades nos incitam “a pensar sobre os processos de ressignificação e atribuição de sentido” (CUNHA; CARVALHO, 2021, p.52) que ultrapassam aquilo que percebemos diante de nós. Diante de tal assertiva, como podemos pensar as Artes e as Humanidades no contexto da Universidade de modo a ampliar a formação profissional para além da técnica, de modo a questionar as certezas a ponto de descolonizar o olhar? De que modo provocar a criação de relações estéticas envolvendo o corpo docente? Trata-se de relações que envolvem a atenção sensível a ponto de “ad-mirar, problematizar a realidade; sensibilidade para não somente estar, mas para viver intensamente e sensivelmente as possibilidades [...]” (ZANELLA, 2013, p.49). Essas e muitas outras perguntas desafiadoras têm mobilizado o grupo de Artes e Humanidades da Universidade do Vale do Taquari - Univates, que iniciou as atividades no segundo semestre de 2022 e é formado por um grupo de professores, que retomou o debate envolvendo essas áreas. Este trabalho tem como objetivo apresentar os movimentos iniciais realizados pelo grupo Artes e Humanidades no sentido de sensibilizar/provocar a comunidade acadêmica às experimentações e ao debate sobre esses temas. Com o grupo já formado, elencou-se a prioridade de trabalhar com o corpo docente da universidade, visto que entendeu-se a necessidade de os professores experimentarem processos de criação e sensibilização, o que se concretizou no segundo semestre de 2022, através de seis oficinas envolvendo as artes visuais, o teatro, a literatura, a dança, a musicalização e o cinema. As oficinas constituíram-se em potência de problematização da vida cotidiana. Por meio dessas vivências foi possível perceber o quão difícil é para os docentes investir tempo em experimentações e reflexões dessa natureza. Por diferentes motivos, a adesão dos docentes foi baixa. Os movimentos do grupo seguirão no ano de 2023, pois compreendemos que a Arte, ao compor com questões voltadas às Humanidades, pode ser considerada “uma fratura do cotidiano, uma forma de questionar a sociedade e a cultura que nos rodeia” (BLANCO; CIDRÁS, 2019, p.110).

Palavras-chave: Artes. Humanidades. Experimentações. Universidade.

Referências:

BLANCO, Vicente; CIDRÁS, Salvador. *Educar através da arte: cara a unha escola Imaxinada*. Matosinhos/Portugal: Kalandraka Editora, 2019.

CUNHA, Suzana Rangel Vieira, CARVALHO, Rodrigo Saballa de. *Arte contemporânea e docência com crianças: inventários educativos*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2021.

ZANELLA, Andréa Vieira. *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas*. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

SOBRE APOLO E DIONÍSIO E DO RETORNO À MORADA

Ivan Jeferson Kappaun, UNISC

Resumo: Interrogar algo ou alguém é, antes de qualquer coisa, interrogar a si mesmo. Exercício que deseja amplificar questões e não respondê-las e, assim, conservar o mistério que é a abertura de habitar o mundo. Desse exercício decorre a problemática que me mobiliza à escrita: de que modo os mitos podem almar uma pesquisa que quer pensar a relação entre o artista, o professor e o pesquisador. Interrogação que me lança à temática e ao objetivo de pensar minha constituição como artista, docente e pesquisador a partir do mito de Apolo e Dionísio. Reflexão que me exigiu o retorno à morada - ao primordial. Mitos são narrativas que conservam a própria essência humana - são originários, instituintes da própria vida. Apolo, deus da beleza, da perfeição, da harmonia, do equilíbrio e da razão. Dionísio, deus dos ciclos vitais, das relações entre corpo e alma, entre o divino e o profano, das emoções descontroladas, da embriaguez e das orgias. Ainda que diferentes, Apolo e Dionísio são complementares. Pensar isso me fez revisitar minha trajetória. Por muito tempo, ainda que sentisse um desejo e uma atração por Dionísio, vivia sob a direção de Apolo. Esse descer às profundezas para dali emergir como uma apoteose de si me colocou em encontro comigo mesmo. Os sentidos que emergem do movimento da pesquisa, sendo almada, só dizem e só podem dizer do pesquisador. O mesmo pode ser estendido ao artista e ao professor. O humano, por estar em linguagem, funda a si mesmo no próprio ato de criar linguagem. Assim, quando desenho não faço surgir apenas o desenho, mas o eu-desenhante que se faz desenhante no ato mesmo de desenhar. Desse modo, o desenho é corporeidade - emergência da intencionalidade gestual de meu corpo. São marcas que nascem da necessidade de externar o excesso de mim - marcas que me marcam. A dialética entre Apolo e Dionísio me fez reconhecer a complementaridade necessária para que a dimensão artística pudesse emergir. Sentia uma emergência poética, mas não sabia que força era essa que me mobilizava sentidos e me convidava a ser carne do mundo. Experiência almada de ser eu, no e com o mundo, coexistindo com outros humanos. Experiência que me levou ao pátio da minha infância, ao reencontro com a morada natal, como metáfora de encontro comigo mesmo. Pude compreender que morar não é o mesmo que habitar. Quem me habita é a casa. E é a esse retornar como modo de seguir adiante que dedico meus devaneios. Devaneios que permitem a experiência da verticalidade da imaginação, que avançam aos mais profundos refúgios da memória, que chegam à primitividade originária, e marcam em nós aquilo que jamais poderá ser apagado e faz de mim o que posso estar sendo. Talvez, seja a emergência poética uma emergência educativa, um potente modo de dar sentidos outros às relações entre humanos nos tempos e espaços da escola. A escola é tempo e espaço privilegiado de exercício da convivência e por que não convidar outros humanos a, esteticamente, sentirem e darem sentidos outros ao mundo?

Palavras-chave: Artista-professor-pesquisador. Linguagem. Mito. Apolo e Dionísio. Emergência poética.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO NOVO ENSINO MÉDIO

Fabiana Veloso de Melo Dametto, UFSM

Resumo: No atual cenário educacional brasileiro, presenciamos os debates acerca dos primeiros resultados da implantação da Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017. A nova organização curricular, mais flexível, obriga as escolas a ofertarem diferentes possibilidades de itinerários formativos, com foco nas áreas do conhecimento e na formação técnica e profissional. Partindo desta demanda, em 2022, propus, em uma escola privada de Santa Maria/RS, a criação de um Itinerário Cultural com o foco na “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Essa atividade foi ofertada aos alunos do 1º ano do EM. O projeto esteve vinculado à área de Linguagens e foi fundamentado na perspectiva Decolonial e nas práticas de Letramento Racial Crítico. Nesse sentido, buscou apresentar uma possibilidade de ação pedagógica que, primeiramente, pudesse atender à Lei n.º 10.639/2003, que altera a LDB para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Portanto, no intuito de dirigir esforços de acesso ao “reservatório de formas de vida e modos de pensamento que têm sido desqualificados pela teologia cristã”, como bem defende Mignolo (2017, p.17), em 2022, fui mediadora em um itinerário cultural inovador no contexto da rede privada do RS. A atividade envolveu um grupo de oito alunos, os quais participaram ao longo de todo ano letivo de encontros semanais, destinados à discussão acerca de casos de racismos ocorridos; à leitura crítica de obras literárias; bem como a assistir filmes, documentários, entrevistas que tratam da temática em questão. Todas essas atividades foram seguidas de debates, rodas de conversa e de troca de percepções acerca dos materiais e assuntos abordados. Este Itinerário encerrou com a participação dos alunos em no seminário “(Sobre)Vivências afro-brasileiras”, no qual eles puderam falar sobre a experiência de participar de uma formação focada em questões raciais. No esforço de nos desprendermos da “ilusão de que não há outra maneira de pensar, fazer e viver” (MIGNOLO, 2017, p.17), os encontros do itinerário mostram-se um espaço de estudos e de trocas de experiências que, certamente, contribuíram para a formação mais amplas de todos. Por fim, é preciso considerar que, em 2023, passado um ano da implantação do Novo EM, são inúmeros os problemas apontados pelas instituições de ensino, o que tem feito emergir um movimento guiado por especialistas em educação preocupados com os impactos negativos gerados pela reforma. Frente a essas ações, o Ministério da Educação anunciou recentemente que abrirá consulta pública sobre a política nacional do EM. Logo, embora o debate atual, este trabalho se propõe a relatar uma prática de Letramento Racial Crítico (FERREIRA, 2015) e mostrar que esta é uma excelente oportunidade de ampliar o repertório sociocultural dos alunos por meio da educação antirracista.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Letramento Crítico. Decolonialidade.

Referências:

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento Racial Crítico. In: MATOS, Doris C. V. da S.; SOUSA, Cristiane M. C. L. L. de (Org.). *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022, p, 207-21.

MIGNOLO, Walter. *Desafios decoloniais hoje*. Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), PP. 12-32, 2017.

O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA IMIGRANTES: REFLEXÕES SOBRE A PEDAGOGIA DE PROJETOS

Maristela Juchum, Univates

Resumo: O estudo relatado neste resumo surgiu a partir de um projeto de trabalho desenvolvido no segundo semestre de 2022, com um grupo de 25 imigrantes, durante as aulas ofertadas pelo Projeto de Extensão Vem pra cá, vinculado ao Programa de Extensão Arte, estética e linguagem, da Universidade do Vale do Taquari - Univates/RS. O objetivo do presente estudo é refletir sobre as contribuições da Pedagogia de Projetos para aulas de Português como Língua Adicional (PLA) em relação à aprendizagem e ao engajamento dos alunos. Neste relato, reflito sobre alguns aspectos relevantes do trabalho com projetos em sala de aula, a saber: a definição do tema, a integração e a participação dos alunos, a flexibilidade em (re)definir ações do projeto e o produto final. Para este estudo, tomo como foco de análise o Projeto intitulado Conhecendo a minha cidade. O projeto teve a duração de dois meses, com aulas semanais de duas horas. A escolha do tema do projeto partiu do interesse dos imigrantes, considerando que a maioria recém havia chegado à cidade que passou a ser a seu novo lugar de viver e de conviver. Após a definição do tema, deu-se início ao planejamento das tarefas pedagógicas que integraram o projeto de trabalho, as quais foram elaboradas por acadêmicos, professores e voluntários do projeto de extensão a partir de uma perspectiva social de uso da linguagem (BAKHTIN, 2003) e de uma abordagem intercultural, com o intuito de promover o diálogo entre as culturas representadas pelos alunos oriundos de diferentes países (FERRAZ, 2012). Nesse sentido, o projeto foi pensado para propiciar trocas de experiências e compartilhamento de informações entre os participantes, priorizando a importância da negociação e da aceitação de opiniões diversas. A proposta de produzir um produto final como encerramento do projeto de trabalho contribuiu para materializar as aprendizagens, tornando o processo mais significativo para o aluno. O produto final consistiu na produção de folders sobre a cidade de Lajeado/RS. Como culminância do projeto, foi realizada uma visita a diferentes pontos turísticos da cidade que foi o foco de pesquisa deste projeto. Essa foi uma oportunidade de os imigrantes conhecerem in loco alguns lugares que fazem parte da cidade na qual necessitam se inserir. Pode-se concluir que o trabalho com a pedagogia de projetos possibilita o uso da língua em situações autênticas, propiciando a interação e a construção conjunta de conhecimentos pelos participantes. Outro aspecto relevante do trabalho com projetos nas aulas de português como língua adicional é possibilitar ao aluno participar das decisões em relação às ações a serem desenvolvidas.

Palavras-chave: Ensino do português como língua Adicional. Imigrantes. Pedagogia de projetos.

Referências:

FERRAZ, Andrea. Mestiçagem cultural em sala de aula de português. In: DELL'ISOLA, Regina L. P. (Org.) *Português língua adicional: ensino e pesquisa*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BAKHTIN, M. (2003). Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 261-306.

ARTE NA ESCOLA: DA LITERATURA AO AUDIOVISUAL

Vitória Scherer Schmidt, Univates
Rosiene Almeida Souza Haetinger, Univates
Flávio Roberto Meurer, Univates

Resumo: O presente trabalho apresenta um relato das atividades realizadas em 2022 pelo Projeto de Extensão Linguagens: palavras e imagens, da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), o qual tem como objetivo principal desenvolver propostas de interconexão entre as linguagens literária e audiovisual com o intuito de estimular a leitura de obras literárias e oportunizar a apropriação criativa dos recursos tecnológicos em sala de aula. Essa proposta é dirigida a alunos do Ensino Médio de escolas dos Vales do Taquari e Rio Pardo. Em 2022, o projeto explorou o tema do terror/horror na literatura e no cinema, a partir do qual realizou diversas atividades, dentre elas: cine-debate, sessões de bate-papo (online e presencial) sobre a importância da trilha sonora nos filmes de terror, literatura de horror, oficina de escrita criativa, de produção de vídeo, dentre outras. Tais atividades foram ministradas pelos professores coordenadores do projeto, a bolsista, voluntários e convidados externos. A culminância das ações extensionistas foi a realização do VIII Festival Escolar Regional de Cinema e Literatura, cujo tema foi “Histórias extraordinárias”. O Festival teve como objetivo apresentar os vídeos das adaptações de contos de horror/terror feitos por estudantes do ensino médio, ou seja, foi um momento de compartilhar a arte feita nas escolas pelos discentes a partir da motivação feita pelo projeto de extensão Linguagens: palavras e imagens. Conforme instrumento de avaliação dos impactos do projeto, tanto professores como alunos avaliaram as ações como muito boas, sendo que, por parte dos alunos, verificamos que o olhar sobre a linguagem fílmica foi aprimorado, bem como houve um incremento do interesse por obras literárias, em especial as do gênero de terror/horror. Por fim, cabe ressaltar a importância das ações do projeto de extensão Linguagens: palavras e imagens no que diz respeito ao incentivo à leitura literária, à interação criativa com a tecnologia e à arte na escola, o que colabora na formação de leitores e de sujeitos mais críticos e criativos.

Palavras-chave: Literatura. Audiovisual. Adaptação. Ensino Médio.

A REALIDADE DE TORTO ARADO NUM DIÁLOGO COM O TEMPO PRESENTE

Carlíria Lima Fumeiro, Univates

Aline Diesel, Univates

José Claudio Del Pino, Univates

Resumo: O presente trabalho compõe um projeto de pesquisa de doutorado, intitulado por: O ensino de Língua Portuguesa como possibilidade para desenvolver o Letramento Científico no Ensino Médio. Trata-se de um recorte, que se refere à etapa de pré-teste da metodologia a ser aplicada pela proponente da investigação no transcorrer da pesquisa. O trabalho decorre da problemática: Como o ensino de Língua Portuguesa, norteado por práticas de linguagem voltadas para a leitura de textos literários, pode contribuir para o desenvolvimento do Letramento Científico dos alunos no Ensino Médio? Destaca-se que o objetivo da atividade foi validar a proposta metodológica da pesquisa, a qual elencou doze livros da literatura brasileira e universal para a realização de um clube de leitura e discussão de textos literários. Nesse contexto, a obra *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, foi escolhida como o estopim para os trabalhos. Para tanto, estabeleceu-se uma parceria com uma das professoras de Língua Portuguesa do IFSul-campus- Lajeado para elaboração e execução das atividades concernentes à leitura livro, realizada pelos estudantes do segundo ano do Ensino Médio da referida instituição de ensino. Assim, foram realizadas as seguintes práticas de linguagem: apresentação do livro à turma, realizando um breve histórico sobre ele e sua relevância para a literatura contemporânea (motivação oral e lançamento desse desafio de leitura); foi estipulado um prazo de dois meses para a leitura; aplicação de um estudo dirigido e roda de conversa mediada pela pesquisadora. Cabe ressaltar que, nesse processo, o papel do mediador é crucial, pois, quanto mais sua mediação for comprometida com o objetivo de facilitar a relação do leitor com a leitura, maior será o compartilhamento e a troca de conhecimentos entre a coletividade (FARIAS, 2016). Nesse sentido, durante a roda de conversa, foram lançadas perguntas à turma, instigando-a a reconhecer, dentro de *Torto Arado*, problemas sociais presentes, ainda hoje, em nossa sociedade. Ademais, os estudantes tiveram que apontar essas problemáticas, quais suas causas e apresentar possíveis soluções para elas. Fizeram uma autoanálise e tentaram lembrar se há, em si, um pouco de cada um dos personagens do livro. É pertinente dizer, ainda, que esta pesquisa foi qualitativa (MARCONI; LAKATOS, 2011) e fez aproximações com a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2007). Diante do exposto, os resultados obtidos com o pré-teste evidenciam que é possível desenvolver o Letramento Científico usando práticas de linguagem com textos literários, uma vez que possibilitam aos alunos exercitar o pensamento crítico, pensar no coletivo, refletir sobre soluções de problemas etc. (PIZARRO; LOPES JÚNIOR, 2015). No entanto, será necessário potencializar ainda mais as atividades de leitura, de modo que os sujeitos possam praticar o conhecimento adquirido.

Palavras-chave: Ensino Médio. Práticas de Linguagem. *Torto Arado*. Letramento Científico.

Referências:

FARIAS, M. G. G. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. In *CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 106-125, fev. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/101368>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PIZARRO, M. P.; LOPES JUNIOR, J. Indicadores de alfabetização científica: uma revisão bibliográfica sobre as diferentes habilidades que podem ser promovidas no ensino de ciências nos Anos Iniciais. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 20, p. 208-238, 2015.

THIOLLENT, M. *Metodologia de pesquisa-ação*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PROJETO CORPOS MARCADOS

Gilmércia da Silva Picoli, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Janine Cristine Müller, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Pablo Capalonga, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Henrique Darde Pretto, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo

Resumo: O presente trabalho é resultado de um projeto de letramento desenvolvido dentro das possibilidades do novo ensino médio em uma escola de Lajeado. Uma vez que essa nova modalidade de ensino foi inserida, projetos nas áreas específicas foram criados para que se pudesse contemplar um currículo com formas de aprender diferenciadas, com foco nas necessidades e interesses dos alunos. Com os objetos do conhecimento estudados na medida em que demandas específicas surgem, o projeto “Corpos marcados” se moldou a partir de um planejamento em conjunto de professores da área de Linguagens e suas Tecnologias. O principal objetivo de nosso projeto foi fomentar a leitura implícita e explícita das diferentes formas da linguagem, compreendendo a sua função linguística, artística e literária para posterior aplicação efetiva de seu uso. Entendendo que precisávamos ajustar o ensino ao público que iríamos conviver nesse novo modelo, um primeiro ano do ensino médio, estudamos e aproximamos temáticas que fossem ao encontro dos possíveis anseios dos jovens nessa faixa etária. Também levamos em conta as inseguranças e experiências desse novo modo de ensino e aprendizagem, enxergando possibilidades de apresentar objetos do conhecimento sem perder sentido e contexto. Trouxemos a questão de corpo e da identidade como nossa justificativa, pois o ser humano está em busca contínua de sua identidade, sofrendo e imprimindo marcas ao longo dos tempos. O que são marcas? Quais são visíveis e quais são invisíveis? Marcas que nascem conosco, marcas pelo trabalho, marcas de violência, marcas de preconceito, marcas psicológicas, marcas de afeto, marcas de amor, e assim por diante. A partir disso, cada professor foi contribuindo de sua área específica para que tivéssemos um trabalho diversificado, porém de modo organizado. Na primeira semana trabalhamos juntos, com três turmas reunidas para que o tema do nosso trabalho e nossa intenção ficasse clara, com tarefas variadas. Durante o semestre, tivemos momentos em que cada professor trabalhava seus objetos de conhecimento específicos com cada turma para que houvesse uma melhor compreensão e organização de assuntos, porém sempre conectado com o tema central do projeto. As avaliações seguiam essa estrutura também, ou seja, provas e apresentações de trabalhos em que o entrelaçamento das diferentes áreas dentro de Linguagens fosse possível. Ao final, o projeto se encerrou com uma noite de Vernissage; exposição de obras de arte feitas pelos próprios alunos em seus corpos, bem como a apreciação do público e comunidade escolar. Concluímos o projeto entendendo que algumas experiências foram moldadas fora do curso do nosso sonho, mas que o ensino advindo de planejamento e ensino em conjunto é muito mais rico, pois o estudante sai com uma capacidade muito maior de fazer relações entre temas e áreas, o que expande sua capacidade de aprender.

Palavras-chave: Identidade. Corpo. Marcas. Linguagem.

IMPACTOS DO PROJETO DE EXTENSÃO ALFAB&LETRAR: O OLHAR DAS PROFESSORAS TITULARES DAS TURMAS PARCEIRAS

Carla Schneider, Univates

Danise Vivian, Univates

Garine Keller, Univates

Lara Ramalho, Univates

Resumo: O Projeto de Extensão ALFAB&LETRAR, da Univates, tem o objetivo de promover a alfabetização, o letramento e o letramento literário, com os estudantes da pré-escola e 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Através da escolha de um livro da literatura infantil, se inicia a criação de uma sequência didática pontuando o objetivo, o tema, as situações de aprendizagem e habilidades da BNCC contempladas. O planejamento propõe atividades lúdicas, como jogos, brincadeiras e momentos de escrita. No ano de 2022, o projeto esteve presente em duas escolas parceiras: uma no município de Lajeado/RS, da rede estadual de ensino, atuando com o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, e uma escola de Educação Infantil (pré-escola), na cidade de Passo do Sobrado/RS, da rede municipal. Para avaliar os impactos do projeto nestas comunidades, foi proposta às professoras titulares das turmas, uma avaliação em forma de questionário, composta de cinco perguntas, que foi respondida por 4 das 5 professoras envolvidas. As respostas foram agrupadas em categorias de acordo com a temática: embasamento teórico, trabalho em grupos, planejamento de atividades lúdicas. Inicialmente, as respondentes ressaltaram a base teórica: “O projeto tem ótimo embasamento teórico e prático, com consistência material e humana, colaborando com os alunos para sua real aprendizagem. Adequado ao momento em que precisamos de suporte cognitivo” (prof. do 2º ano). Também houve destaque para o trabalho em pequenos grupos: “Trabalhos em grupos colaboraram para que alunos tímidos pudessem perceber o quanto são importantes e podem ser participativos” (prof. do 2º ano). Todas as turmas reagiram de maneira positiva às práticas em sala de aula, como podemos ver no relato da professora da pré-escola: “A maneira lúdica de contar as histórias. Desenhos, músicas, atividades mais interativas como a de estourar o balão. Eles adoraram fazer frases a partir de figuras. tiveram muita criatividade. Adoraram fazer o bingo de rimas” (prof. da pré-escola). As professoras destacaram, ainda, a utilização do livro infantil, que é pressuposto de todas as sequências: “livros infantis são recursos educativos que geram grande aprendizagem” (prof. do 1º ano). Diante da análise das respostas das professoras, foi possível perceber que o projeto impactou as escolas parceiras, positivamente. Em especial, ressalta-se a contribuição que a contação de histórias e a promoção de atividades coletivas provoca no processo de alfabetização. As professoras apontaram, ainda, que o trabalho com a ludicidade e com a construção das sequências didáticas elaboradas com base nas histórias lidas favorece a prática escolar da leitura e da escrita.

Palavras-chave: Alfabetização. Extensão universitária. Letramento. Letramento literário.

O CORPO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO ENSINO: UMA PESQUISA DE ESTUDO ARQUIVÍSTICO

Sabrina Raquel Kich, Univates
Angélica Vier Munhoz, Univates

Resumo: Refere-se a uma investigação sobre o tema “corpo”. Da noção de corpo emergem várias reflexões e inquietações, com inúmeros significados e sentidos. A pesquisa está sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Ensino/Univates, com vínculo de bolsista no Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq) e egressa do curso de Educação Física-Licenciatura. Procura-se adentrar na temática corpo e sua relação com o ensino por conta das aproximações da discente com atividades corporais e estudos foucaultianos. O objetivo desta pesquisa consiste em compreender de que maneira o corpo vem sendo representado nas produções acadêmicas da área de ensino, a partir do Portal de periódicos da CAPES, durante o período de 2011 - 2021. Frente a estas questões, apresenta-se o problema de pesquisa: de que modo o corpo vem sendo representado nas produções acadêmicas de periódicos da área de ensino? Quais as relações do corpo com o ensino?. Com base no referido objetivo e problema de pesquisa buscou-se aprofundar a temática com a construção de uma história do corpo, material que possibilitou a reflexão sobre como e quando se iniciou a relação do corpo com o ensino, e mostrou quando e de que modo construímos a noção de que o corpo precisa ser ensinado. A pesquisa tem como base a perspectiva arquivística foucaultiana, assim, a primeira etapa da pesquisa foi a realização do rastreamento do descritor “corpo” (e derivado do corpo - corporeidade) e “ensino” no portal de periódicos da CAPES, na área de ensino, durante o período de 2011 - 2021 (últimos dez anos). A escolha deste Portal se deu pela amplitude de produções que o constitui, a área de ensino foi a escolhida pois o Programa de Pós-Graduação da Univates vinculado é em Ensino e a escolha desse período deve-se ao fato da área de ensino começar neste ano. A segunda etapa será o arquivamento do material encontrado por meio da criação de categorias e a última etapa será a arquivização do material, através da criação de um modo de dar a ver o que foi produzido, mas também de trazer o que foi produzido para pensar a relação das noções de corpo e ensino no presente. No arquivamento no Portal da Capes e com os descritores apresentados foram encontradas cinquenta e oito produções. A partir desse resultado o próximo passo da pesquisa será a arquivização, olhando para os títulos e resumos dos materiais, buscando as escritas sobre o corpo e o ensino. Acredita-se que a análise dos resultados dos processos de arquivamento e arquivização, poderão ajudar a compreender de que modo as representações de corpo foram se modificando e de que maneira foram sendo produzidas no ensino.

Palavras-chave: Representações do corpo. Pesquisa arquivística. Ensino.

GT 4. Filosofia e Direitos Humanos



S.34°41'
W56°9'

A PLATAFORMA R4V E O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DO SISTEMA ONU NA ACOLHIDA DE REFUGIADOS VENEZUELANOS

Matheus Felten Fröhlich, UFRGS
Verônica Korber Gonçalves, UFRGS

Resumo: A América do Sul tem presenciado grandes fluxos migratórios na década de 2010, em maior medida o processo emigratório de cidadãos venezuelanos. Desde 2013, após a sucessão do presidente Hugo Chávez pelo atual presidente Nicolás Maduro, a República Bolivariana da Venezuela tem passado pela pior crise socioeconômica e política de sua história - atravessada por desabastecimentos de alimentos, alta inflação e repressões a opositores políticos. Como resultado, mais de 6 milhões de venezuelanos deixaram o país, se dirigindo majoritariamente para outros países da América do Sul - como a Colômbia, Peru, Equador, Chile e Brasil. Para dar apoio aos países receptores dos migrantes venezuelanos, a pedido do Secretário Geral das Nações Unidas, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) criaram uma plataforma para a coordenação regional das Nações Unidas para a situação dos migrantes e refugiados que buscam acesso a direitos básicos, serviços, proteção, integração econômica e autossuficiência". A Plataforma Regional de Coordenação Interagencial para Venezuelanas e Venezuelanos (Response for Venezuelans - R4V - na sigla em inglês) é parte de uma nova agenda na governança global das migrações na conjuntura de fluxos migratórios de grande escala com características mistas, que estão evidenciados no Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, e no Pacto Global para Refugiados firmados pela Organização das Nações Unidas. Historicamente, O ACNUR e a OIM têm, tradicionalmente, tomado iniciativas separadas em questão às migrações de crise e fluxos mistos, portanto, através do marco teórico-metodológico de governança migratória, e de análise de conteúdo de documentação oficial e bibliográfica, busca-se neste trabalho, analisar os papéis das Organizações Internacionais na Plataforma de acolhida dos refugiados venezuelanos, se existem sobreposições de seus mandatos internacionais e, também, intervenções burocráticas no trabalho umas das outras. Temos, como pergunta de pesquisa: "As Organizações Internacionais do Sistema ONU da Plataforma R4V têm seus mandatos internacionais sobrepostos? A hipótese aventada é de que sim, embora em alguns contextos específicos.

Palavras-chave: Governança Migratória. Response for Venezuelans. Migrações. Migrações Venezuelanas

Referências:

- ACOSTA, Diego; BRUMAT, Leiza. Political and Legal Responses to Human Mobility in South America in the Context of the Covid-19 Crisis. More Fuel for the Fire? *Frontiers in Human Dynamics*, [s. l.], v. 2, n. November, p. 1-6, 2020.
- ALSHOUBAKI, W.; HARRIS, M. Multiple streams theory: Insight into the global compact on migration. Article in *Journal of International Studies*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 74-88, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/350499879>. Acesso em: 03 mar 2023.
- BARNETT, Michael. Humanitarianism with a Sovereign Face. *UNHCR in the Global Undertow*. The *International Migration Review*, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 244-277, 2001.
- BARNETT, Michael N.; FINNEMORE, Martha. The politics, power, and pathologies of international organizations. *International Organization*, [s. l.], v. 53, n. 4, p. 699-732, 1999.

BRUMAT, Leiza. Four Generations of Regional Policies for the (Free) Movement of Persons in South America (1977--2016). In: RAYP, Glenn; RUYSSSEN, Ilse; MARCHAND, Katrin (Eds.). *Regional Integration and Migration Governance in the Global South*. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 153-176.

BRUMAT, Leiza. *Gobernanza Migratoria en Suramérica en 2021: Respuestas a la emigración Venezolana durante la pandemia*. Analisis Carolina, [s. l.], p. 1-13, 2021.

BRUMAT, L.; ACOSTA, D.; VERA ESPINOZA, M. Gobernanza migratoria en América del Sur: ¿hacia una nueva oleada restrictiva? In: REVELEZ, Lincoln Bizzozero; LURUZURIAGA, Wilson Fernández. (eds) *Anuario de Política Internacional y Política Exterior 2017- 2018*. 2018. Ediciones Cruz del Sur. Pages 205-211.

GEIGER, Martin; PÉCOUD, Antoine. *International Organisations and the Politics of Migration*. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, [s. l.], v. 40, n. 6, p. 865-887, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1369183X.2013.855071>. Acesso em: 03 mar 2023

JAKOBI, Anja P. *International Organizations and Lifelong Learning*. From Global Agendas to Policy Diffusion. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

R4V Cifras Clave. [s.d.]b. Disponível em: <https://www.r4v.info/>. Acesso em: 03 mar 2023

R4V. Regional Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela. September 2018. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/colombia/regional-inter-agency-coordination-platform-refugees-and-migrants-venezuela>. Acesso em: 03 mar 2023.

ZÜRN, Michael. *A Theory of Global Governance: Authority, Legitimacy & Contestation*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS, EM 2022

Daiana Scheren Braun, Univates
Leila Viviane Scherer Hammes, Univates

Resumo: A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, tem o papel fundamental de promover a proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Esta normativa foi baseada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de Nova Iorque, realizada no ano de 2006. No entanto, anterior à Lei 13.146/2015, no Brasil, o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, propunha-se a garantir e assegurar a acessibilidade, a inclusão e a cidadania. Contudo, verifica-se que são poucos os municípios que têm Conselhos Municipais destinados às pessoas com deficiência, sendo as questões correlacionadas tratadas por outras áreas, como saúde, educação e assistência social. Por isso, ressalta-se também a importância da representatividade das pessoas com deficiência nos Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência. O município de Estrela, no Estado do Rio Grande do Sul, a que se faz referência neste trabalho, não possui Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência. Os motivos que justificam a inexistência deste conselho municipal podem estar relacionados a questões sociais, econômicas e até culturais deste município. Assim, tem-se como objetivo geral demonstrar a importância da implantação do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como, a atuação deste Conselho no desenvolvimento das políticas públicas para a inserção destas pessoas na sociedade. Considerando o contexto do município de Estrela/RS, este estudo pretende responder ao seguinte questionamento: Quais são os motivos ou fatores que justificam a implantação de um Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência no município de Estrela/RS e, adicionalmente, o que se poderia fazer? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, sendo o método utilizado o dedutivo, e o procedimento técnico, o bibliográfico. Para fins do estudo, foram consultadas legislações de Conselhos Municipais de Pessoas com Deficiência no Rio Grande do Sul e o do município de Caxias do Sul foi escolhido para fins de análise, por ter sido considerado o mais abrangente. Verificou-se que é relevante a criação de um Conselho Municipal para as Pessoas com Deficiência, visto que o conselho é um órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador, atuante, a fim de promover, proteger e garantir que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados bem como para orientar e definir políticas públicas específicas à população.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Direitos. Lei Brasileira de Inclusão. Pessoas com Deficiência.

O RACISMO ESTRUTURAL E FALTA DE PROFESSORES NEGROS NA UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI/RS: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE DE DOCENTES NA UNIVATES

Nadini da Silva, Univates
Sandro Fröhlich, Univates

Resumo: A monografia aborda questões envolvendo o contexto histórico da população negra do Brasil, o racismo estrutural, institucional, econômico e individual, diante de diversas ramificações, transitando através dos dispositivos legais criados de forma preliminar a Constituição Federal vigente, aborda também casos reais de pessoas pretas mortas por erro policial, e como índices positivos a presença de professores negros e negros na magistratura, também será tratado do direito a igualdade, com previsão na Constituição Federal de 1988, os crimes previstos na lei 7.716/89 que define os crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor, as legislações responsáveis por garantir a aplicação dos conteúdos da cultura afro-brasileira dentro das escolas, nos termos da lei 10.639/03, a política de cotas, diante da lei 12.711/12, as fraudes a esta lei, postura de algumas instituições brasileiras diante destas fraudes e por fim, o ponto principal da pesquisa, a importância da representatividade dentro do cenário acadêmico, midiático e qual a percepção dos alunos do curso de direito da Univates diante deste cenário, para que seja respondido o problema de pesquisa proposto “Intuindo e aplicando os estudos do tema racismo estrutural em variantes sociais, institucionais e econômicas, questiona-se: o baixo quórum de professores negros no quadro docente na UNIVATES/RS entre os anos de 2017 e 2020 relaciona-se com tal expressão/estrutura? E sendo positiva a resposta, quais os efeitos ao corpo discente do curso de direito da instituição?” Quanto a questão jurídica, analisar-se-ão os decretos, leis e portarias relevantes para o assunto e através da realização de questionários, pesquisas bibliográficas, análise de casos concretos serão buscados os elementos para resposta ao problema de pesquisa apresentado, que engloba ainda a verificação de duas hipóteses e a análise de dois objetivos específicos, dados que foram acessados, verificando-se que os alunos participantes da pesquisa, entendem como extremamente relevante a representatividade dentro do cenário universitário, para que haja maior adesão de alunos negros, ao ambiente acadêmico, e assim, constatando que o baixo número de alunos negros no curso de direito da universidade, relaciona-se ao baixo número de professores negros na instituição, e que estes fatores se dão por conta do racismo estrutural, que ainda segrega parte da população, dificultando o acesso da população preta ao ensino superior, e conseqüentemente aos cargos de decisão e docência dentro das universidades. Por fim, quanto ao método de pesquisa, esta pode ser classificada como hipotético-dedutiva. Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisa quantitativa, através do método hipotético-dedutivo e através de pesquisa bibliográfica, estudo de campo e estudo de caso dedutivo, dentre esses, análise de documentos, aplicação de questionários e análise de história de vida, compartilhando a experiência de algumas personalidades relevantes a pesquisa.

Palavras-chave: Racismo. Cultura. Ensino superior. Legislação. Docentes e discentes negros.

DA “AUTONOMIA PELA DIVERSIFICAÇÃO” PARA O “ANTI-GLOBALISMO E A IDEOLOGIZAÇÃO”: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE 2016 E 2022

Mateus Dalmáz, Univates

Resumo: Com o objetivo de analisar a política externa brasileira entre 2016 e 2022, questiona-se, neste artigo, quais foram as orientações gerais da política externa brasileira, naqueles anos, comparando-as com o período da “autonomia pela diversificação” (2003-2016). Tendo por base teórica o estudo sobre as fases de autonomia da política externa brasileira elaborado por Vigevani e Cepalluni (2007), e amparando-se na pesquisa de revisão bibliográfica, sustenta-se a hipótese de que, entre 2016 e 2022, as orientações da política externa brasileira foram marcadas por uma reduzida participação da agenda global multilateral e pela adoção de critérios ideologizados para promoção de rearranjos internacionais.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Autonomia pela Diversificação. Governo Temer. Governo Bolsonaro.

Referências:

VIGEVANI, Tullo, CEPALLUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

GÊNERO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A VULNERABILIDADE DAS MULHERES FRENTE AOS RISCOS AMBIENTAIS

Victória Marina Pasquali, Univates

Luciana Turatti, Univates

Resumo: Com origem dentro do olhar para as questões de gênero, a teoria da interseccionalidade trabalha com as vulnerabilidades das mulheres e, dentro dessa perspectiva, acredita-se ser possível o emprego da lente interseccional para o exame da situação das mulheres frente às mudanças climáticas, uma vez que estas se encontram dentro dos grupos tidos como mais vulneráveis a tal fenômeno, pois a suscetibilidade frente ao drama climático não é a única que se apresenta, uma vez que as desigualdades nos âmbitos sociais, econômicos etc., caminham de forma perimetral às adversidades enfrentadas pelas mulheres na crise climática. A pesquisa possui como objetivo verificar se o emprego da interseccionalidade e o consequente cruzamento das dimensões que atravessam as questões de gênero, em especial no que se refere aos direitos das mulheres, podem contribuir com a identificação dos fatores que precisam ser considerados na promoção da justiça climática. Explorando o viés interseccional, aplicando-o à análise do gênero e às mudanças climáticas espera-se identificar as principais vulnerabilidades das mulheres e, com isso, permitir uma análise sobre como alcançar a justiça climática. Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa terá como instrumentais técnicos o uso de material bibliográfico e documental. Empregando a teoria da interseccionalidade, também objetiva-se buscar informações junto aos últimos relatórios da ONU e do IPCC como forma de categorizar as mulheres mais acometidas pelas mudanças climáticas, investigando-se localização geográfica, raça, condição social e outros, de forma a identificar quais características acentuam ainda mais a vulnerabilidade e também como forma de permitir uma análise mais realista dos campos de atuação para as políticas públicas. Trata-se de pesquisa de Dissertação em desenvolvimento conectada ao Projeto de Pesquisa “Gênero e Mudanças Climáticas: A Vulnerabilidade das Mulheres Frente aos Riscos Ambientais”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Universidade do Vale do Taquari (Univates), com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Considerando que a pesquisa está em desenvolvimento, intenta-se assimilar o contexto social das vulnerabilidades das mulheres frente às mudanças climáticas, apontando de que forma a teoria interseccional pode, a partir da identificação das possíveis vulnerabilidades, servir de base para a propositura de soluções para mitigação dos efeitos ambientais que acometem as mulheres, alcançando assim justiça no âmbito climático.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Mudanças climáticas. Justiça climática.

A CRUZADA MORAL DO DISCURSO DE PROTAGONISMO INFANTIL E A CONSOLIDAÇÃO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO

Mateus Lorenzon, UPF
Altair Alberto Fávero, UPF

Resumo: Na contemporaneidade, o modelo de gestão neoliberal transborda os limites da economia e passa a permear diferentes dimensões da vida cotidiana, bem como instituições e fenômenos sociais, tornando-se uma razão-mundo. Tendo em vista o caráter histórico da educação, reconhece-se que ela não é incólume à racionalidade neoliberal. Assim, no campo educacional, o neoliberalismo tenciona mudanças curriculares e também nas abordagens pedagógicas, enfatizando saberes utilitários em detrimento da formação cultural e estética. Soma-se a isso, uma apropriação da gramática pedagógica, fazendo com que conceitos centrais da pedagogia sejam modificados de modo a justificar e legitimar a formação de um neosujeito adequado ao mundo neoliberal. Neste contexto, as ideias pedagógicas que obtêm um rápido sucesso discursivo precisam ser colocadas em suspeição, a fim de evidenciar e analisar as implicações éticas dos fins por elas preconizados. No campo da Educação Infantil, assiste-se a rápida difusão e aceitação da ideia de protagonismo infantil, isto é, do direito da criança a participar ativamente na organização curricular, fazendo com que os seus interesses sejam contemplados nas propostas pedagógicas. Assim, disseminam-se propostas de ensino personalizadas, na qual enfatiza-se o trabalho individual ou em pequenos grupos formados pelas próprias crianças. Em consonância a isso, assiste-se a uma flexibilização do tempo, em que as necessidades infantis se sobrepõem aos ritmos cotidianos. Neste estudo de caráter ensaístico, busca-se analisar o que denominamos de cruzada moral do discurso do protagonismo infantil, evidenciando que este pode ser germinal de um esforço da introjeção de normas neoliberais desde a mais tenra idade. Identifica-se que, em caso de não exercer uma vigilância constante em relação às práticas fundamentadas na perspectiva de protagonismo infantil, elas podem levar a internalização da hipervalorização dos interesses pessoais e da satisfação pessoal, bem como do afastamento de direitos essenciais para a vida em comunidade. Como consequência, forma-se um indivíduo propenso a inserir-se em uma espiral de desejo-consumo, bem como predisposto ao pensamento autoritário e a compreensão negativa da liberdade. Forma-se assim um indivíduo hedonista, narcisista e egocêntrico que se torna incapaz de participar de discussões públicas ou praticar a solidariedade e a alteridade. Não trata-se desprezar ou minimizar a importância do protagonismo infantil, retrocedendo a um modelo de educação tradicional centrada no adulto e nos conteúdos de ensino. A participação infantil é bem vinda e bem conduzida promove a formação da autonomia e o senso de coletividade e cooperação. No entanto, é fundamental uma reapropriação do conceito de protagonismo não associando-o a uma ideia de atomização do indivíduo, mas sim compreendendo como algo indispensável para a formação de uma sociedade democrática.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Racionalidade Neoliberal. Protagonismo Infantil. Democracia.

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: INCLUSÃO COMO GARANTIA DE DIREITO

*Caroline Britto da Silva Silveira, Faculdades Integradas de Taquara
Dilani Bassan, Faculdades Integradas de Taquara*

Resumo: O Brasil é um país com muitas diversidades, o que faz com que cada região tenha sua identidade com suas particularidades. As cinco regiões do Brasil, Nordeste, Norte, Centro-oeste, Sudeste e Sul possuem as mais diversas características em relação a clima, vegetação, densidade demográfica, características econômicas, enfim, esse conjunto de atributos fazem com que cada uma delas seja vista e analisada conforme suas especificidades. Mesmo analisando dados que perpetuam em todas as regiões como povos tradicionais, pessoas em situação de rua, desemprego, vulnerabilidade, educação identifica-se as mais diversas situações. O termo vulnerabilidade social remete aos mais variados pensamentos. Para muitos, a vulnerabilidade está ligada somente à questão da renda, a pessoas vivendo de forma precária em função da baixa renda. Para outros, o termo evoca uma situação de pobreza, uma maior suscetibilidade a determinados riscos, no qual as pessoas dependerão de políticas públicas para garantir o mínimo de bem estar. Nesse sentido, também pode-se pensar em situações que fazem com que as pessoas se sintam inseguras, como por exemplo: doenças, desemprego, conflitos familiares. Dessa maneira, as políticas públicas são a base para a mudança efetiva em relação à vulnerabilidade social. No que se refere a Assistência Social como um direito, ela deve ser garantida pelo estado. À vista disso, a Constituição Federal Brasileira - CFB de 1988 prevê, em seu artigo 3 e inciso III, erradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais. A partir disso, o presente artigo objetiva discutir a política de assistência social como um meio de diminuir a pobreza e incluir as pessoas em situação de vulnerabilidade social na sociedade como sujeitos de direitos. Para isso, a discussão e a análise dos dados apresentados visam responder o seguinte questionamento: qual o impacto dos programas de transferência de renda para a população em situação de vulnerabilidade social? A pesquisa é qualitativa de caráter exploratório, com pesquisas bibliográficas em artigos, bem como análise de dados secundários proporcionando maior investigação dos elementos estatísticos. Como resultado, ao que se refere o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM e o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS, todas as cinco regiões, Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul tiveram melhoras significativas comparando o ano de 2000 em que não havia o Programa Bolsa Família, com o ano de 2021 em que o programa de transferência de renda está ativo e consolidado há anos. Nesse sentido, percebe-se que os programas de transferência de renda auxiliam a população em vulnerabilidade social gerando impactos significativos no que diz respeito a renda, trabalho, capital humano, educação, expectativa de vida, entre outros.

Palavras-chave: Assistência Social. Programa de Transferência de Renda. Vulnerabilidade Social.

MARIAS: ALEGRIA, ESCUTA E SENSIBILIDADE NA CRIAÇÃO DE AÇÕES HUMANIZADORAS NO CÁRCERE FEMININO

*Amanda Zerbieli Nicaretta, Univates
Silvane Fensterseifer Isse, Univates*

Resumo: O Projeto de Extensão “Marias: Corpo e Linguagem na Instituição Prisional”, o qual integra o Programa de Extensão “Arte, Estética e Linguagem”, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, é desenvolvido no Presídio Estadual Feminino de Lajeado/RS. Está no seu sexto ano de atuação e tem sido um trabalho verdadeiramente artesanal, pois entendemos que é necessário que as ações tenham impactos positivos e enriquecedores para as mulheres. O principal objetivo é contribuir para a humanização, o cuidado e a socialização das mulheres privadas de liberdade, através de práticas corporais e artísticas. Ainda, procura-se a qualificação do tempo de permanência no presídio e das relações interpessoais, através do exercício do cuidado, da interação, do diálogo, da escuta e do acolhimento. Os encontros com as mulheres são semanais e o planejamento das ações é realizado de modo coletivo, em uma reunião mensal, com todo o grupo de voluntárias (hoje o grupo é composto somente por mulheres) e a coordenação do projeto, buscando-se atender as percepções do grupo e os desejos expressados pelas Marias durante os encontros anteriores. Rodas de conversa, práticas corporais, oficinas artísticas, entre outras atividades, constituem-se em experiências disparadoras de debates sobre questões sociais como maternidade, empoderamento, relacionamentos, saúde, profissionalização, entre outras questões. O fluxo de mulheres é grande e o desafio de envolvê-las nas atividades é constante. As condições internas, o peso da privação da liberdade, as relações entre as “moradoras” das diferentes celas, a falta de desejo de se movimentar e de se expor ao grande grupo são, muitas vezes, elementos de afastamento das atividades e reforçam a necessidade de escuta e sensibilidade, para que possamos compreender a complexidade do contexto prisional. Ao serem questionadas sobre os impactos das atividades sobre o seu cotidiano, através de escrita individual e anônima, as Marias evidenciam a importância do projeto, pois o sentimento de acolhimento, conforto, escuta e diálogo resultam na qualificação do tempo de permanência e potencializa o melhor de cada uma. Elas desejam que os encontros sejam tempo e espaço de “alegria”, “boas energias”, “ânimo”, interações, qualificação da autoestima, “paz”, “tranquilidade”, “diversão”, aprendizagens e conversas sobre o futuro. O desejo de estar em liberdade e voltar ao convívio da família, as dificuldades de lidar com a lentidão do tempo no presídio e os diferentes efeitos da privação de liberdade dificultam, muitas vezes, o entendimento do ambiente e da sistematização do cárcere, bem como o convívio interno, o que resulta na resistência, por exemplo, às atividades propostas no encontros. A cada semana, portanto, é preciso que o exercício da alteridade se dê, para que o projeto possa seguir produzindo sentido para as Marias.

Palavras-chave: Cárcere Feminino. Humanização. Extensão Universitária.

GT 5. Decolonialidade: Histórias, Pessoas e Territórios



APROPRIAÇÃO CULTURAL, UMA LUTA SILENCIADA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

*Evandro Luan Heinen, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Naitan Richard, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Lauren Waiss da Rosa, UNISINOS*

Resumo: A colonização portuguesa teve seu início em meados do século XVI, quando os primeiros colonizadores invadiram as terras brasileiras, pertencentes ao território por eles chamado de Novo Mundo; de forma a desbravar o desconhecido cenário, acabaram entrando em contato com os povos nativos. Os exploradores vieram com o fim de impor sua cultura e afirmar sua soberania por meio da catequização, do uso da escravidão como base da mão de obra, da fundação de locais e da elaboração de leis de caráter civil, religioso e administrativo, as quais colocavam a forma estrangeira de falar, portar e agir como correta e obrigatória; esses fatores, em conjunto, ocasionaram a marginalização e exploração da sua cultura. O termo “apropriação cultural” surgiu dentro de um processo decolonial contemporâneo, que é uma consequência das complexas relações coloniais tecidas durante séculos por europeus colonizadores; nessa teia os povos indígenas e africanos foram subjugados a partir do olhar etnocêntrico europeu, que tinha como objetivo negar seu valor cultural e identitário durante a história, a partir dessas relações esses povos encontraram a necessidade de criar estratégias de resistência. Na atualidade, não há um conhecimento preciso sobre os limites entre o que seria apropriação cultural e amalgamação cultural, logo, a pesquisa busca encontrar um paralelo ideológico que, através da leitura de artigos e livros, produzidos por antropólogos, jornalistas, viajantes, historiadores e representantes de diferentes etnias, possa compreender e diferenciar da melhor forma aquilo que são sistemas sociais naturais e inevitáveis entre culturas, daquilo que são processos violentos os quais de alguma forma acabam por ofender, oprimir e silenciar civilizações marginalizadas, reforçando o padrão eurocêntrico enraizado na sociedade. Busca-se também valorizar a figura indígena que luta diariamente pelos seus direitos, como os de possuir um território delimitado por legislação e conseguir adentrar no mercado de trabalho de forma não exploratória, tendo a integridade física e emocional assegurada e fiscalizada pelo Estado, sempre respeitando o limite de abertura para serviços nas aldeias. Após a análise, pode-se concluir que a real apropriação cultural é exercida pelo regime capitalista, que negligencia o valor de adereços importantes a determinadas culturas com o fim de comercializá-las, o que resulta na ressignificação e desvalorização do artigo em questão, que é distribuído para o público consumidor, o qual é influenciado a adquiri-lo sem necessariamente entender seu peso histórico e social. O objetivo dessa prática é silenciar e banalizar a luta por reconhecimento e respeito dos indivíduos presentes nessas culturas, concretizando e internalizando cada vez mais a opressão e desvalorização dessas civilizações, que durante muito tempo eram tidas como inferiores.

Palavras-chave: Apropriação. Cultura. Colonização. Contemporaneidade. Resistência.

RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E OS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DO POVO TUPARI DA ALDEIA SÃO LUIS EM RONDÔNIA

Diego Rodrigues Bonifácio, Univates
Luís Fernando da Silva Laroque, Univates

Resumo: A história dos indígenas Tupari é marcada pela exploração e pelo estabelecimento de diversas frentes que invadem seus territórios. Dessa forma, são realizados estudos para levantamento dos impactos provocados ao ambiente e, posteriormente, são implementadas ações que busquem mitigar e compensar o território afetado. A BR-429/RO representa uma frente de expansão que adentra o território indígena Tupari e acarreta problemas socioambientais. O estado de Rondônia é composto por 29 etnias indígenas distribuídas em 23 Terras Indígenas (TI), três delas são contempladas pela Compensação Ambiental da BR-429/RO, conforme é o caso da T.I Rio Branco, T.I Uru-Eu-Wau-Wau e T.I Massaco (DNIT, 2008). A Aldeia São Luis, objeto deste estudo, está localizada na Terra Indígena Rio Branco, dentre os indígenas que vivem na aldeia, destacam-se em quantidade os Tupari. O trabalho tem fundamento nos estudos pós-coloniais que têm entre suas variadas metas a descolonialização do conhecimento, particularmente referente à supervalorização da ciência ocidental como a única via possível para chegar à verdade. Como contraponto à hegemonia ocidental, os estudos culturais mais recentes começaram a trabalhar com o conceito de “desenvolvimento local” no intuito de documentar etnograficamente as distintas maneiras pelas quais o conceito de desenvolvimento é concebido, operacionalizado ou apropriado por distintas sociedades. O objetivo que conduz a investigação abaliza-se em analisar as relações estabelecidas entre desenvolvimento e os aspectos socioambientais do povo Tupari da aldeia São Luis em Rondônia. A problemática proposta, considerando o contexto da frente de expansão representada pela BR-429/RO, é quais as relações estabelecidas entre desenvolvimento e os aspectos socioambientais do povo tupari da aldeia São Luis em Rondônia? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e natureza descritiva. Dentre os procedimentos metodológicos, destaca-se pesquisa documental fundamentada no Estudo de Componente Indígena (ECI), no Plano de Controle Ambiental (PCA), no Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI) e nos Relatórios Mensais de Andamento desenvolvidos no decorrer do processo de compensação ambiental da BR-429/RO. Observa-se que os Tupari tem sua dinâmica expressa nas pescarias, no roçado, na coleta de castanhas, na Chicha, no artesanato, na culinária, em suas organizações sociais de trabalho, relações de poder, gênero, parentesco e alianças, relações com o ambiente, com outras sociedades indígenas e não indígenas. A concepção ocidental de desenvolvimento e qualidade de vida, centrada, basicamente, no consumo cada vez maior, tem gerado grave problema no que se refere ao comprometimento dos recursos naturais. Constatou-se que na BR-429/RO as expectativas de impactos são de ordem territorial, social, econômica, cultural e ambiental, especialmente no que se refere às alterações dos espaços ao longo da rodovia e na região onde se encontram as comunidades indígenas.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Compensação Ambiental. Frente de Expansão. Impactos Ambientais. Tupari.

Referências:

DNIT. *Estudos de impacto dos povos indígenas ao longo da BR-429 trecho Alvorada D'Oeste - Costa Marques/RO*. Natureza Consultoria: Rondônia, 2008.

PELAS MARGENS DO TAQUARI: A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA

*Ana Cristina Petry Markmann, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Fabiane Cristini König, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Janine Cristine Müller, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Pablo Capalonga, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Willian Henrique Hoppe, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo*

Resumo: Ao longo da história humana, o homem buscou lugares para viver e se socializar observando determinadas características ambientais como relevo, clima, hidrografia e vegetação, para satisfazer suas necessidades e sobrevivência. Esta relação homem/ambiente não foi diferente no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Assim, construiu sua forma de viver e sobreviver no local, adicionando hábitos e costumes, que compõem hoje a sua identidade. A importância de seu estudo, como reconhecimento da tradição, perpassa a arquitetura, a estética, problemáticas socioambientais, lendas, patrimônio material e imaterial, bem como indicadores socioeconômicos. Portanto, o projeto teve como objetivo possibilitar que os discentes do primeiro ano do Ensino Médio da Unidade Ensino Médio Gustavo Adolfo - campus Univates, valorizassem sua origem e reconhecessem a participação na formação da história do Vale do Taquari, reafirmando sua identidade cultural. A problematização se dá pelo fato de que, tanto os livros didáticos quanto a rigidez dos currículos tradicionais, apresentam os temas regionais de maneira transversal, sem aprofundamento e com pouca valorização da identidade local. O projeto intitulado “Pelas margens do Taquari: A construção de uma história”, desenvolveu-se dentro do Componente Curricular Estúdio, nas áreas de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática, ao longo do segundo semestre no ano de 2022, e utilizou de diferentes ferramentas de acomodação da aprendizagem, como: aulas invertidas, atividades com palestrantes locais e passeio pelo Rio Taquari, na cidade de Lajeado/RS. Ao concluir o projeto percebe-se o maior envolvimento e motivação por parte dos estudantes, especialmente no que diz respeito à valorização do patrimônio e história regional.

Palavras-chave: Patrimônio. Identidade. Vale do Taquari.

A LEITURA DE FRAGMENTOS DE EDUARDO GALEANO: POSSIBILIDADES INTERDISCIPLINARES EM SALA DE AULA

Matheus da Costa Tatsch, UNISC
Rosane Maria Cardoso, FURG

Resumo: Eduardo Galeano, com seus escritos críticos, fragmentários e subalternos é certamente um dos personagens mais conhecidos da literatura uruguaia, embora ainda seja pouco abordado na academia. O presente artigo trata de apresentar a abordagem dos seus textos no ensino escolar e a importância não só da sua escrita, como da própria figura do autor no contexto latino-americano. A obra de Galeano, carregada de potência crítica e reflexiva sobre a América Latina, transita pelos mais variados temas, tais como particularidades regionais, cotidiano, temas sociais, arte, política ou futebol, entre outros. Neste estudo, discute-se o gênero fragmento utilizado por Galeano como proposta de leitura na sala de aula. Para tanto, busca-se apoio teórico em Gustavo Bombini, pesquisador de políticas e práticas de leitura, e em Annie Rouxel e seu grupo de pesquisa que investigam a subjetividade leitora. Com base nesses conceitos, defende-se a perspectiva de que os textos de Eduardo Galeano permitem ao leitor o exercício da alteridade e do reconhecimento de si como parte da identidade latino-americana.

Palavras-chave: Eduardo Galeano. Fragmentos. Literatura. Escola.

Referências:

BOMBINI, G. La lectura como política educativa. Revista Iberoamericana de Educación. v. 46, 2008. p. 19-35. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/documentos/rie46a01.pdf>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

GALEANO, E. El libro de los abrazos, 1989. Disponível em: http://resistir.info/livros/galeano_el_libro_de_los_abrazos.pdf. Acesso em 31 de julho de 2020.

_____. Los hijos de los días, 2012. Buenos Aires: Siglo XXI. GALEANO, E. Fútbol a sol y sombra, 1995. Disponível em: http://www.nerudavive.cl/descargas/eduardo_galeano/el_futbol_a_sol_y_sombra.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

_____. *Las venas abiertas de América Latina*. Montevideo: Glenur S.A, 2013.

_____. *Memorias del fuego, el siglo del viento*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1997.

_____. *Patatas arriba: la escuela del mundo al revés*. 1998. Disponível em: https://resistir.info/livros/galeano_patatas_arriba.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

ROUXEL, A.; LANGLADE, G.; REZENDE, N. L. (org.). *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

A SAÚDE DOS ESCRAVIZADOS DE TAQUARI: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA SOCIEDADE E DA NATUREZA (1803 - 1876)

Yago Bernardo Becker, Univates
Neli Teresinha Galarce Machado, Univates

Resumo: Este trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES e visa tecer considerações à proposta de pesquisa desenvolvida para a dissertação de mestrado e alguns conceitos debatidos dentro do programa. Sendo assim, coloca-se como principal questionamento o seguinte: como os determinismos científicos do século XIX atrelados à Saúde, como conceito amplo e abrangente, contribuíram para o racismo estrutural para a região de Taquari-RS? À vista disso, objetiva-se tangenciar as relações entre os determinismos biológico e geográfico os conceitos de Hegemonia, Racismo Científico, Evolucionismo Social e Culturalismo. Enfatiza-se, aqui, que nem todas as discussões bem como nem todos os conceitos foram exauridos neste sucinto empenho. Como temática central, tem-se a Saúde dos escravizados para Taquari-RS, entre os anos de 1803 e 1876. O contexto e os fatores de vida e morte dos escravizados da localidade tratada fazem parte do intento de solidificar, ainda mais, a história da população afro-brasileira e de preencher lacunas deixadas pela historiografia regional, que por muito mascarou a presença da população negra e impossibilitou suas narrativas. Metodologicamente, segue-se uma abordagem quali-quantitativa, de revisão bibliográfica e de análise documental e análise de conteúdo junto à fonte documental, neste caso, os registros de óbitos da Paróquia de São José de Taquari (Taquari-RS). Este trabalho se justifica na necessidade da já colocada oportuna revisão historiográfica acerca da presença/ausência de população afro-brasileira para a localidade, tal como o aprofundamento da linha de pesquisa sobre a escravidão no Vale do Taquari já instaurada na instituição de ensino e capitaneada pela Professora Doutora Neli Teresinha Galarce Machado, cuja orientação é a mesma para a produção da dissertação. Ainda, entende-se que a proposta de pesquisa é atinente ao que se propõe a área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade do PPGAD. Salienta-se que os resultados fazem parte de uma discussão que será desenvolvida com maior profundidade na dissertação. Assim, depreende-se da morosidade do Estado, das investigações e experimentos realizados em corpos escravizados pela classe médica, bem como os estigmas impostos pela sociedade e pelos médicos e, ainda, pelo intento à extinção das práticas populares de cura a manutenção de uma ordem hegemônica brasileira do século XIX pautada pelos discursos científicos racistas de cunho determinista tanto biológico quanto geográfico. De mesma forma, constata-se a partir da população escravizada a busca pelas práticas populares de cura, a negociação pelo tratamento e a exposição ao discurso Higienista e Urbanista, resultantes que inferem não só na relação de Saúde e de seus fatores de vida e morte mas, também, no momento posterior ao da prática escravagista, o racismo estrutural mantido na contemporaneidade.

Palavras-chave: Escravidão. Saúde. Taquari. Medicina. Racismo.

SEMEANDO ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E CELEBRAÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA EM LAJEADO/RS

Bruna Zanoni Ruthner, UNISINOS

Guilherme Osterkamp, Univates

Jamile Weizenmann, Univates

Bárbara Delazeri, Univates

Resumo: O direito ao território e à preservação da cultura Quilombola está em pauta desde os movimentos iniciais para a consagração da Lei Áurea, quando surgiram as primeiras suposições sobre a possível reivindicação de terras após a abolição da escravatura (SOUZA; PRIOSTE, 2017). O mesmo debate entra em foco novamente e, principalmente, na consolidação da Constituição Federal de 1988, na qual assegurou-se que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, art. 2º, 1988). Em 2019 o poder público municipal de Lajeado/RS concedeu o direito de posse de um lote público para a implementação de um Centro Cultural para o Quilombo Unidos de Lajeado, o qual obteve a sua titulação previamente validada pelo Incra. A Univates atuou, por meio do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (Semeia EMAU), em parceria com a Secretaria de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN), na elaboração de um anteprojeto de centro comunitário. O estudo, que teve início em 2018, contou com ações junto à comunidade, de forma a garantir a participação social na concepção da proposta. A relação dialógica estabelecida com a comunidade possibilitou a aprendizagem significativa dos envolvidos, a promoção ao respeito à diversidade cultural e a questões históricas do remanescente grupo quilombola. Ao longo de 3 anos a proposta foi concebida e desenvolvida, com apoio de técnicos supervisores da SEPLAN. A sede do Centro Comunitário Quilombola, além de atender às necessidades atuais do Quilombo Unidos de Lajeado, visa concentrar atividades educativas e culturais que atendem demandas de escolas do município e da região. O programa é composto por uma edificação principal, a qual abrigará exposições, celebrações e eventos da comunidade. No entorno desta, seguindo o formato de uma espiral, dispõe-se de escritório, depósito, residência do caseiro, cozinha com horta comunitária e benzedura. Além disso, conta-se com uma área para o terreiro, próximo ao curso d’água existente. O Centro atuará com base nos princípios da comunidade quilombola, estabelecendo uma relação de respeito à natureza, preservando-a e considerando a interface edificação-lugar de forma sustentável e ambientalmente consciente. Aliado à premissa de interferência mínima ao ambiente, o projeto foi organizado para uma execução em etapas. Por fim, ressalta-se que o Centro Comunitário Quilombola ilustra a importância da preservação da diversidade cultural do Vale do Taquari.

Palavras-chave: Quilombola. Cultura. Lajeado. Centro Comunitário. Arquitetura e Urbanismo.

Referências:

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 28 fevereiro 2023.

SOUZA, C. F. M. de; PRIOSTE, F. Quilombos no Brasil e direitos socioambientais na América Latina. Revista Direito e Práxis, 2017 8(4), p. 2903-2926. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/31219>. Acesso em: 28 fevereiro 2023.

A EQUIDADE RACIAL ESTÁ PRÓXIMA DE SER ALCANÇADA? ANÁLISE SOBRE DESIGUALDADE RACIAL NO SUL DO BRASIL

Gabriele Alves Garcia, FACCAT

Daniel Luciano Gevehr, FACCAT

Resumo: O presente artigo procura apresentar evidências sobre o cenário da desigualdade racial em território brasileiro. Para esse propósito, foram incluídos dados históricos sobre a situação dos negros desde a África, para um melhor entendimento sobre os desdobramentos do conceito de desigualdade racial. Em seguida, para transcorrer sobre o conceito desde os fatos primários até os dias atuais, buscou-se entender em duas regiões localizadas no sul do Brasil, como procede o desenvolvimento do racismo estrutural contemporâneo. O objetivo geral deste trabalho é proporcionar uma investigação discorrendo sobre os contextos históricos da desigualdade racial, o racismo estrutural e a sobrevivência dos afrodescendentes em dois cenários distintos nos dias atuais, sendo eles: os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, possibilitando uma resposta para o seguinte problema: “A equidade racial está próxima de ser alcançada?”. É importante ressaltar que os estados de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, foram indicados nesta pesquisa, pois possuem um vasto histórico de consideração como “as principais regiões racistas” do Brasil, em comparação com os demais estados brasileiros. Para isso, a metodologia utilizada foram pesquisas bibliográficas em artigos, livros, portais de estatísticas, por exemplo: o IBGE, que proporcionaram maiores análises sobre os dados estatísticos e históricos de ambas as regiões. De acordo com os dados históricos, para o resultado da pesquisa, notou-se que a desigualdade racial dos dias atuais apresentou um grande avanço, em comparação às décadas anteriores. Principalmente se tratando no campo das políticas públicas, que viabilizaram a criação de leis mais rígidas e indenizatórias em relação aos casos de discriminação e injúria racial, da mesma forma que no campo educacional proporcionou a inclusão de pessoas negras, através do sistema de cotas e promoveu os estudos da cultura e história afro-brasileira. Mas de acordo com os dados estatísticos atuais, este avanço não é o suficiente para a superação da desigualdade racial, pois os dados demonstraram que a medida em que a população negra cresce, principalmente no sul do Brasil, a violência também aumenta contra estas populações. E no cenário educacional há muito ainda o que ser feito, pois não basta somente incluir a população negra, também é preciso garantir a permanência destes nas universidades. Diante deste contexto, a resposta para o seguinte problema: A equidade racial está próxima de ser alcançada? Não é positiva, pois além dos avanços com as políticas públicas, a população negra precisa do apoio da população branca pois estes, podem auxiliar na promoção efetiva da superação da desigualdade racial, caminhando para o cenário da equidade racial.

Palavras-chave: Desigualdade racial. Rio Grande do Sul. História. Contemporaneidade.

GT 6. Identidades, Gênero e Cultura



S.34°41'
W56°9'

ABRIR ESPAÇOS PARA ABRIR PORTAS: AÇÕES, HISTÓRIA E DESAFIOS DO TRANSENUM - COLETIVO PELA EDUCAÇÃO POPULAR

Rafael Padilha Ferreira, TransENEM
Ezequiel Nunes Pires, UFRGS

Resumo: A década de 1980 marcou o início de aparições midiáticas de identidades trans no Brasil, mas a existência dessas pessoas nunca foi uma novidade. Tampouco é novidade a forma como essas identidades passaram - e passam - por um processo consciente de apagamento e de marginalização de suas existências. É na década de 1970 que os movimentos sociais começam a questionar a cis-heteronormatividade da sociedade brasileira, mas, apesar de seu histórico de resistência, sabe-se que travestis e transexuais tiveram uma participação também marginalizada na organização inicial desses movimentos (QUINALHA, 2022). Somada a outros setores da sociedade, a escola, como uma entidade disciplinadora, também, por vezes, coloca-se como um ambiente que repele a presença de sujeitos que expressam sua identidade de gênero e sua sexualidade de forma não usual (BENTO, 2011). Apesar do aparato legal existente para garantir o direito de toda criança, inclusive daquelas com gênero criativo (EHRENSAFT, 2016), de ter acesso à educação e de permanecer, em segurança, na escola, tais como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1990), ainda é alarmante o índice de evasão escolar de estudantes LGBTQ+ no Brasil (BENTO, 2011). Como agravante, a população trans ainda é a que sofre com o peso de viver no país que mais mata transexuais no mundo (BENEVIDES, 2022). É nesse contexto que inúmeras ações vêm sendo promovidas, por meio de organizações não governamentais e de coletivos populares, para oferecer oportunidades de estudo a pessoas transexuais, visto que este é um dos grupos mais afetados pela violência. Este relato de experiência tem como objetivo, portanto, socializar algumas das ações tomadas pelo TransENEM - Coletivo pela Educação Popular, de Porto Alegre/RS, composto por docentes, profissionais da psicologia, da assistência social, do direito e da publicidade, todos voluntários. O coletivo oferece, enquanto projeto de extensão no IFRS - Campus Porto Alegre, aulas e apoio psicossocial a estudantes transexuais e da minoria dissidente de gênero e sexualidade que desejam prestar o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou outras formas de acesso ao ensino superior. Além de discutir a organização do coletivo, este relato também compartilha alguns resultados parciais acerca do impacto social do projeto não apenas na vida dos estudantes, mas também na dos voluntários, no que diz respeito à sua formação continuada em diversidade sexual e de gênero. Dessa forma, é possível identificar desafios para a educação popular, tais como a dificuldade de acesso e de assiduidade estudantil, a permanência de pessoas trans no ensino superior, a falta de oportunidades de trabalho, a violência e a transfobia nos diversos espaços sociais.

Palavras-chave: Transexualidade. Educação popular. TransENEM.

Referências:

BENEVIDES, Bruna G. (Org.). *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19(2): 336, maio-agosto/2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

EHRENSAFT, Diane. *The gender creative child: pathways for nurturing and supporting children who live outside gender boxes*. Nova York: The Experiment, 2016.

QUINALHA, Renan. *Movimento LBGTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

TROLLS DA INTERNET: DOS ARQUÉTIPOS AOS BOBOS DA CORTE

Renata Lohmann, Univates
Ana Taís Martins, UFRGS

Resumo: Neste artigo, apresentaremos um panorama sobre a cultura dos trolls na internet (PHILLIPS, 2015), e discutiremos o trajeto dos memes partindo de um ambiente notadamente anárquico e marginalizado até se encontrar integrado aos papéis sociais e a um nível racional de pensamento. Para Belting (2014), a própria produção de imagens é um ato simbólico, desta forma, exigindo um modo de percepção igualmente simbólico. O imaginário será nossa ferramenta para tanto. Buscamos compreender o trajeto dos memes, partindo de uma marginalidade vinculada à figura dos trolls, para uma posição mais institucionalizada na sociedade. A pesquisa de Phillips (2015) sobre a cultura dos trolls foi fundamental para o desenvolvimento dessas relações. Seguindo o esquema de funcionamento da psique de Freud, Durand (2003) propõe um trajeto antropológico que os papéis e imagens simbólicas socialmente aceitos ou marginais percorrem em uma sociedade em um determinado tempo. Discutiremos o conceito de mito e sua função como ingrediente vital da civilização humana (ELIADE, 2011). Nas civilizações primitivas, o mito desempenhava um papel indispensável como narrativa exemplar de condutas práticas para a orientação da humanidade. Em seguida, discutiremos o conceito de titanismo a partir de López-Pedraza (1997) e Contrera (2003), fazendo as conexões entre os traços dessas figuras mitológicas e o homem contemporâneo. Por fim, a figura do troll será discutida, em relação ao mito do trickster (Jung, 2000). O texto discute a presença de comportamentos considerados “míticos” na sociedade contemporânea e sua conexão com o titanismo, caracterizado por excessos e exageros no consumo e na busca por poder e juventude eterna. Os autores utilizam os estudos de Jung para relacionar a figura do trickster aos trolls, associando sua tendência às travessuras astutas e sua dupla natureza tanto animal quanto divina aos excessos e falta de limites do titanismo. No entanto, Jung afirma que o trickster não apresenta abertamente um caráter negativo, mas pode ter um efeito psicoterapêutico ao manter diante do indivíduo altamente desenvolvido o baixo nível intelectual e moral precedente. O texto destaca a importância de se compreender a influência dos mitos e arquétipos na sociedade contemporânea e seus efeitos na psique humana.

Palavras-chave: Internet. Memes. Trolls. Trickster

Referências:

- BELTING, Hans. *Antropologia da Imagem*. Lisboa: KKYM, 2014.
- CONTRERA, M. S. O Titanismo na Comunicação e na Cultura: os maiores e os melhores do mundo. *Anais do XII Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Recife, 2003.
- DURAND, Gilbert. *Mytos y sociedades: introducción a la mitología*. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos: Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LÓPEZ-PEDRAZA, Rafael. Loucura lunar - amor titânico. In: *Ansiedade cultural*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 11-33.
- PHILLIPS, Whitney. *This is why we can't have nice things: mapping the relationship between online trolling and mainstream culture*. Massachusetts: MIT Press, 2015.

ESCREVIVENDO SUBJETIVIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE PRODUÇÕES DAS IDENTIDADES DOCENTES LGBTQIAPN+ NO AMBIENTE ESCOLAR

Jean Michel Valandro, PUCRS
Bettina Steren dos Santos, PUCRS

Resumo: O ambiente escolar já tem sido largamente estudado enquanto lócus a partir do qual constitui-se o educador, em que este assume e vai definindo sua identidade que, inevitavelmente, mescla o sujeito docente com o indivíduo, pessoa física. Contudo, o olhar hegemônico com que, via de regra, se olha para a figura do docente negligencia certas instâncias do ser, como as questões envolvendo gênero e sexualidade, que são temáticas caras aos processos subjetivos (ou identitários). Pensando no parco estudo existente sobre essa temática envolvendo populações de docentes LGBTQIAPN+ - e considerando que a maioria dos estudos se baseia mais no caráter social da docência -, problematizam-se, aqui, as normas sociais de produção de corpos e de identidades sexual e de gênero reguladas pelos instrumentos de biopoder, pensando sobre como elas participam dos processos de formação de subjetividades, sobretudo no que tange ao universo docente. Nesse contexto, parto do seguinte questionamento central: de que maneiras as subjetividades docentes de indivíduos LGBTQIAPN+ são perpassadas e produzidas pelas relações de saber/poder que se articulam no ambiente escolar? Enquanto movimento teórico-metodológico, escolheu-se a escrevivência pois ela possui o poder de representar simbolicamente uma vivência, uma memória, um episódio que perpassou o/a sujeito-autor/a, de maneira a registrar tal acontecimento sem, necessariamente, precisar valer-se da fala ou de outro instrumento de pesquisa. Além disso, esse método abraça, de certa forma, o tempo de resposta do autor ao não exigir que seja dada uma resposta imediata, mas permitindo que ela seja apresentada aos poucos. Além disso, ao utilizar a escrevivência enquanto movimento teórico-metodológico, pretende-se estabelecer relações com a perspectiva de pesquisa pós-qualitativa, ou seja, proponho vias menos fixas de se pensar onto, episte e metodologicamente, nas quais valoriza-se mais a indagação e a reflexibilidade sobre a temática escolhida do que um modelo metodológico a priori mais rígido. Com relação a esta pesquisa, ainda não há resultados finais, pois ela passará para a fase de coleta de dados muito em breve, mas é possível afirmar de antemão que já há uma amostra de pesquisa bastante variada, com indivíduos de diversas identidades sexuais e de gênero. Também, a partir do estudo teórico foi tem-se pistas para afirmar que, normalmente, quando se fala em produção social de corpos e suas condutas, é imprescindível falar do projeto neoliberal brasileiro, que se alicerça em práticas coloniais e conservadoras, a fim de entender porque o modelo social em que estamos inseridos tenta, a todo custo, anular a sexualidade ou identidade de gênero do/da docente a fim de torná-lo/a um indivíduo falsamente isento de ideais ou objetivando pregar a hegemonia de uma única existência cisheteronormativa binária que prevê deslegitimar a diversidade da existência humana.

Palavras-chave: Subjetividade. Docente. Gênero. Sexualidade. Escrevivências.

UM ESTUDO ARQUIVÍSTICO DOS SABERES CULTURAIS DO CICLO DO MARABAIXO

Cláudia Patrícia Nunes Almeida, Univates
Angélica Vier Munhoz, Univates
Fabiane Olegário, Univates

Resumo: Os estudos apresentados neste resumo, são decorrentes da investigação de Doutorado, que vem sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari/RS/BR, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES). O trabalho também se encontra em consonância com os estudos do Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento CEM/CNPq). A pesquisa busca investigar o Ciclo do Marabaixo - movimento cultural afro-amapaense a partir do potencial que este movimento cultural possui para as práticas curriculares locais e assim dar visibilidade a este arquivo. O evento é uma festividade com ritos religiosos e profanos, em honra ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade e é organizado pelos descendentes africanos que foram escravizados. Dessa forma, a pesquisa traz a seguinte problemática: De que modo a produção e reapropriação de arquivos dos saberes do Ciclo do Marabaixo, poderia colaborar para práticas curriculares no Instituto Federal do Amapá- Campus Santana, no que tange a valorização, preservação e reconhecimento da cultura Afroamapense? A investigação toma como procedimento metodológico o arquivo, a partir de Foucault, o qual caracteriza-se como um conjunto de regras que permite o aparecimento, a ativação e o apagamento de determinados mecanismos veridictivos, cujos ecos se prolongam no presente (Foucault, 2020). Logo, inicialmente foi realizado o arquivamento dos documentos rastreados no banco de dissertações e teses da CAPES sobre o tema o Ciclo do Marabaixo. O segundo procedimento consistiu em promover uma oficina, com professores do Instituto Federal do Amapá- Campus Santana e uma exposição visual sobre o Ciclo do Marabaixo, com vistas a provocar uma reflexão sobre a potência desse arquivo para o campo curricular. A pesquisa toma como suporte teórico, estudos de Ribeiro (2021) e Krenak (2020), uma vez que esses tomam a cultura como “força”, que constituem os nossos “corpos”, fazendo parte da natureza. Os apontamentos de Hocks (2017, 2019) e Nascimento (2016) também integram a reflexão sobre o processo de apagamento da cultura afro, em defesa de manter viva esta cultura nas práticas de ensino. O gênero carta foi escolhido como procedimento de escrita da tese, por esse também possuir um caráter arquivista. No momento, a pesquisa encontra-se no estágio intermediário de desenvolvimento e conclusão. Acredita-se que seus resultados poderão colaborar para a (re) criação e (re) atualização de um arquivo sobre os saberes culturais do Ciclo do Marabaixo, e por fim engendrar a importância dessa cultura nas práticas curriculares do Instituto Federal do Amapá.

Palavras-chave: Arquivo. Cultura. Marabaixo. Práticas curriculares.

Referências:

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: editora Florense, 2020.

HOOCKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: editora MF Martins Fontes, 2017.

_____. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: elefante, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016. RIBEIRO, Djalma. *Cartas para minha avó*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

PARA ALÉM DE UM PROJETO SOBRE GÊNERO: UMA INICIATIVA PARA LER, ACOLHER, IMAGINAR E VIVENCIAR

Veridiana de Souza Guimarães, UNISC

Resumo: A fim de refletir sobre a desigualdade entre homens e mulheres e com o ideal de contribuir para uma possível transformação nas escolas, nos lares e, até mesmo, da própria sociedade, nem que seja através de um aluno que se sinta tocado com uma abordagem que visa ser afetiva e fraterna, propus um trabalho em sala de aula a ser desenvolvido ao longo da minha tese. Sugeri a leitura de literatura como possibilidade de sensibilização, compreensão e envolvimento em questões de gênero com alunos do 9º ano do ensino fundamental, de uma escola pública, no interior da cidade de Venâncio Aires/RS, a EMEF Coronel Thomaz Pereira. Em meio a um caminho de trocas de vivências e experiências, instiguei o pensamento e o diálogo sobre os papéis sociais de homens (meninos) e mulheres (meninas), por meio da leitura de obras literárias, com o desejo de contribuir para a “formação” de sujeitos mais conscientes da realidade em que vivem e mais flexíveis à transformação. Além disso, ao longo da presente pesquisa, descrevi o meu processo de aprendizagem e de leituras para tentar me tornar (e continuar tentando) uma mediadora de leitura. Para embasar essa pesquisa, me apropriei do pensamento de inúmeros autores, dentre eles, Wolfgang Iser, Vicente Jouve, Silvia Castrillón, Antonio Candido, Cecília Bajour e Yolanda Reys para pensar sobre leitura e literatura Cito Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu, Rita Terezinha Schmidt, Sherry Ortner, Michele Zimbalist e Rosaldo Louise Lamphere para refletir sobre a desigualdade de gênero. Os resultados parciais indicam que as mediações em leitura devem ser preservadas pelas escolas, pois, além de instigaram os alunos ao ato de ler por apreciação, proporcionam aos alunos encontros com o texto literário. Essas obras costumam apresentar realidades diversas que, de outra forma, não estariam acessíveis aos jovens leitores. Sendo assim, a partir dessas leituras, eles são auxiliados a pensar sobre os seus projetos de vida e questões culturais que os cercam.

Palavras-chave: Escola. Educação afetiva. Leitura de Literatura. Desigualdade de Gênero.

OLHAR PARA DENTRO E ESCREVER PARA FORA DO ARMÁRIO - RELATO SOBRE A PRODUÇÃO DE UM ENSAIO PESSOAL

Frederico Dollo Linardi, PUCRS
Paulo Ricardo Kralik Angelini, PUCRS

Resumo: Trata-se de um relato que envolve a produção de uma tese de doutorado em Letras (área de concentração - Escrita Criativa), uma narrativa original no gênero de ensaio pessoal, que abrange a infância e adolescência do pesquisador/autor e a sua então luta para manter-se no armário, ainda resistindo à sua identidade não heterossexual. A partir de conceitos e características que envolvem o ensaio pessoal apresentados por Phillip Lopate (1995), o autor traz ideias norteadoras para a escrita deste livro autobiográfico. O diálogo desta comunicação se propõe a compartilhar a questão: como a escrita de uma história de autonegação identitária pode ser explorada a partir dos elementos que compõem um ensaio pessoal? A partir da estrutura do livro em andamento, vemos que a escrita autobiográfica envolve o exercício de autoaceitação, a coragem e a urgência criativa. Quando unida ao tema em questão, a pesquisa se torna cara aos leitores aos quais se dirige - tanto direta quanto indiretamente. O autor assume sua voz, até agora silenciada, após ter vivido trinta e cinco anos no armário, sendo catorze anos num casamento heterossexual. Tendo em vista o quanto isso ainda é recorrente, essa voz que toma coragem de sair do silêncio, perguntando-se sobre sua própria resistência, torna-se relevante, propondo que a parte intolerante da sociedade entenda que esse tipo de quietude imposta às identidades LGBTQIAP+ é geradora de sofrimentos e não de soluções. O livro em andamento vem de um breve ensaio pessoal (ainda inédito) escrito ao longo da disciplina de pós-graduação em Letras da PUCRS, intitulada Identidade e Alteridade na Literatura. Neste ensaio, o autor relata passagens de sua vida, tentando gerar reflexões acerca da homofobia familiar (SEDGWICK, 2016), dos conceitos enraizados da estrutura familiar contemporânea (SOLOMON, 2012), da cultura da masculinidade, em especial no Brasil, (TREVISAN, 1998) e de suas implicações ao longo da história do país (TREVISAN, 2018), assim como as próprias questões acerca do que é lidar sozinho com a própria identidade (SANDERS, 1994). Após a produção e entrega desse ensaio, houve um longo período em que o autor se negou a levar a narrativa adiante, até que, em seu último ano de doutorado, dobrou-se à urgência desta criação, de modo que isso também é tema presente: a resistência à escrita (como a saída do armário publicamente), após a aceitação de si, unindo ambas as questões numa narrativa autobiográfica.

Palavras-chave: Ensaio pessoal. Identidade sexual. Homossexualidade. Escrita criativa.

Referências:

LOPATE, Phillip. *The art of personal essay*. New York: Anchor Books, 1995.

SANDERS, Gary L. O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação das afiliações de gays e lésbicas. In: IMBER-BLACK, Evan (Org). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SEDGWICK, E. K. *A epistemologia do armário*. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 28, p. 19-54, 2016.

SOLOMON, Andrew. *Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TREVISAN, João Silvério. *6 balas num buraco só*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

GT 7. Saúde, qualidade de vida e bem-estar



S.34°41'
W56°9'

ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO EM SAÚDE: INTERFACE ENTRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO/RS

Bárbara Delazeri, Univates
Jamile Maria da Silva Weizenmann, Univates
Guilherme Osterkamp, Univates
Bruna Zanoni Ruthner, Univates
Jeandres Kauê Ernesto Rosa, Univates
Alexsandro Junior Fontela de Freitas, Univates

Resumo: A busca pelo direito ao acesso à saúde surge no contexto da luta pelo fim da Ditadura Militar, com o crescimento do movimento da Reforma Sanitária. O esforço se refere ao conjunto de ideais que buscavam transformações necessárias no campo da saúde, não se dirigindo apenas ao sistema e sim à Saúde em geral, com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida à população. Segundo a Constituição do Brasil a saúde é um direito de todos e deve ser assegurada pelo Estado, o qual deve garantir políticas sociais e econômicas que foquem em reduzir o risco de doenças, provendo o acesso universal e igualitário à população. Nesse sentido, observa-se a relação entre a Saúde e a Arquitetura, uma vez que, ao promover o direito à moradia digna, auxilia-se a minimizar os problemas de saúde decorrentes da habitação de má qualidade. A pandemia de Covid-19, que acometeu toda a população afetando diariamente inúmeras famílias, trouxe riscos de vida, sobretudo àquelas que não têm condições de manter sua saúde protegida, decorrente da falta de infraestrutura em suas residências e de instalações sanitárias inadequadas. A habitação tornou-se um ponto-chave no assunto, como um tema de grande relevância. Durante o período da pandemia, medidas básicas de proteção, como a frequência em lavar as mãos e ficar em casa, foram essenciais. Ainda que sejam ações simples, para uma parcela da população elas representam significativas dificuldades. Aproximadamente 25 milhões de famílias brasileiras apresentam inadequação em suas moradias, a maioria enfrentando escassez em serviços básicos como rede de esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo. Em 2020 uma iniciativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo/RS, lançou o programa “Nenhuma Casa Sem Banheiro” com objetivo de beneficiar cerca de 11 mil famílias gaúchas de baixa renda com projetos de melhorias habitacionais. O Município de Lajeado foi contemplado através da Entidade Civil SEAVAT e da Prefeitura Municipal. O programa beneficia 9 famílias em situação de vulnerabilidade social, através da promoção de melhorias sanitárias. O projeto de extensão universitária Habitar Bem da Universidade do Vale do Taquari - Univates ingressou como apoiador, possibilitando aos estudantes a participação efetiva em trabalhos relacionados a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, salientando a importância do diálogo com a comunidade e trazendo outras possibilidades em áreas de atuação do profissional de Arquitetura e Urbanismo. Este tema traz à tona a importância de projetos arquitetônicos de qualidade que promovam espaços confortáveis e saudáveis. Por fim, a inserção do acadêmico neste meio é essencial para a formação de profissionais mais engajados e efetivos, reforçando o papel social e possibilitando um olhar mais sensível e atento aos problemas enfrentados pela maioria da população brasileira.

Palavras-chave: Saúde. Habitabilidade. Melhorias sanitárias. Moradia digna.

ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR NO PROJETO DE EXTENSÃO PROMOÇÃO DA SAÚDE E REABILITAÇÃO PARA PESSOAS COM A DOENÇA DE PARKINSON

Mayra Moze, Univates
Giovana Sinigaglia, Univates
Gisele Dhein, Univates

Resumo: A Doença de Parkinson (DP) é uma doença neurodegenerativa, idiopática, que afeta principalmente pessoas acima dos 60 anos. O parkinsoniano devido às limitações funcionais, como rigidez, bradicinesia, tremor e alterações posturais, têm grandes benefícios quando submetido a atividades que requerem movimentação do corpo e alongamentos para grupos musculares específicos. As atividades em grupo promovem a saúde física, mental e social destes pacientes e seus cuidadores. O objetivo deste trabalho é relatar sobre a experiência da atuação multiprofissional no projeto de extensão Promoção da Saúde e Reabilitação para pacientes com Doença de e Parkinson, que é desenvolvido na Universidade do Vale do Taquari Univates. As atividades motoras são utilizadas para melhora da mobilidade e condições musculares, podendo minorar os fatores de progressão da doença, e promovendo a independência para o indivíduo realizar suas atividades de vida diária e conquistar melhor qualidade de vida. O projeto de extensão conta com a participação de 17 idosos, na faixa etária acima de 60 anos, cuidadoras, seis estudantes e duas docentes. Os encontros ocorrem uma vez por semana, durante uma hora. São desenvolvidas atividades como alongamento e fortalecimento, exercícios com bola, bambolê e cones em forma de circuito para estimular a melhora do equilíbrio, coordenação motora, além de também contribuir para aprimoramento da marcha. Pode-se notar a melhora dos participantes em relação a sua qualidade de vida, no que tange a capacidade física e cognitiva, além da socialização que o trabalho em grupo promove. A interação tem se mostrado valiosa para pacientes, estudantes e cuidadores, uma vez que além das atividades voltadas para o sistema locomotor e aspectos cognitivos, o trabalho em grupo fortalece a motivação e empatia.

Palavras-chave: Interdisciplinar, doença de parkinson, extensão.

A INFLUÊNCIA DOS BANHOS DE FLORESTA NA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DE MEDICINA

*Jane Marcia Mazzarino, Univates
Maria Eduarda Stefani Both, Univates
Eduardo Perico, Univates
Maynan Grundler de Oliveira, Univates
Marina Weber de Carvalho, Univates
Caroline Silva de Moura, Univates*

Resumo: As doenças mentais estão cada vez mais presentes na sociedade contemporânea, afetando diversos setores no meio acadêmico. No entanto, um em específico se destaca entre os demais: os estudantes de medicina. Esse agrupamento de indivíduos, por estarem inseridos em um curso com uma carga horária extensa e com uma exigência acadêmica superior, muitas vezes passam a desenvolver doenças mentais ao longo da trajetória, acarretando prejuízos sociais significativos. O objetivo da pesquisa é verificar a influência dos banhos de floresta na saúde mental dos estudantes de medicina da Universidade do Vale do Taquari - Univates. Problematisa-se quais indicadores de humor dos alunos foram mais afetados após as sessões de banho de floresta. Metodologicamente, foram avaliadas duas turmas distintas do curso de medicina. Uma delas, encontrava-se no primeiro semestre de graduação, enquanto a outra estava no quarto semestre. Os banhos de floresta aconteceram em todas as aulas (quatro aulas intercaladas - uma por mês - para alunos do primeiro semestre, e três aulas seguidas para alunos do quarto semestre. A técnica consistiu em permanecer em um fragmento florestal do campus por 40 minutos, separados por pelo menos três metros, sem uso de aparelhos eletrônicos e em silêncio. Ao todo, 81 acadêmicos do sexo feminino e masculino responderam a Escala de Humor de Brunel (Brums), aplicada antes e depois do banho de floresta. Esta, é caracterizada pela presença de vinte e quatro indicadores, que estão acoplados em seis categorias principais: raiva, confusão, depressão, fadiga, tensão e vigor. Cada parâmetro possui uma escala numérica, caracterizada por cinco valores: 0 = nada; 1 = um pouco; 2 = moderadamente; 3 = bastante; e 4 = extremamente. Assim, pode-se medir como os estudantes estavam antes de iniciar o processo e, também, após. Ademais, depois de um certo período, a prática de ioga também foi acrescentada ao estudo, sendo aplicada sempre antes das sessões de banho de floresta, constituindo-se em uma variável do método que também será avaliada quanto aos impactos nos resultados. A análise preliminar dos dados aponta que após os estudantes realizarem a prática do banho de floresta, os níveis de tensão, fadiga e raiva diminuíram categoricamente, enquanto os níveis de depressão e confusão foram atenuados ou permaneceram iguais. Além disso, os graus de vigor aumentaram pouco em alguns casos e na maioria baixaram, uma vez que os acadêmicos estavam mais relaxados depois da prática.

Palavras-chave: Saúde mental. Natureza. Escalas. Estudantes. Medicina.

TRANSTORNOS MENTAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS

Eduardo Marques Bersch, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Kárin Marsango, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Sophia Guarnieri, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo
Lauren Waiss da Rosa, Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo

Resumo: As mídias televisivas são espaços utilizados ao longo da trajetória humana para fomentar a circulação de informações de ordem política, social e são conhecidas pela grande produção de programas de entretenimento. Atualmente, por meio da globalização, percebe-se incremento na produção de entretenimento por plataformas streaming. Estes meios de massificação de informações possuem importância social, podendo envolver em sua pauta de produções temáticas que são silenciadas e muitas vezes negligenciadas, como por exemplo, os transtornos mentais e psiquiátricos, tema este que recebeu maior espaço de debate após a epidemia do Covid19. Partindo-se destas colocações, a presente pesquisa tem por objetivo analisar como a sociedade contemporânea utiliza-se dos meios midiáticos, em especial os televisivos para abordar temáticas referentes aos transtornos mentais, enfatizando o papel do diagnóstico e intervenção. Para dar conta do objetivo elencado analisamos três produções: a animação “Ursinho Pooh”, o filme “Coringa” e o seriado televisivo “Atypical”. A análise realizada teve por finalidade contemplar como os transtornos mentais foram abordados nas obras, refletindo sobre silenciamentos, estranhamentos presentes, bem como, a apresentação de estereótipos, diagnóstico e intervenção. É de extrema importância o entendimento de que, os transtornos psiquiátricos não são somente a presença ou falta de sentimentos, mas sim o agravamento extremo da intensidade desses. Os transtornos podem se fazer presentes em um indivíduo de duas formas: de forma congênita, através da hereditariedade, ou então desenvolvidos após situações e eventos traumáticos para o sujeito. A principal diferença entre um paciente diagnosticado e um não portador é o nível de intensidade em que essas condições são apresentadas, já que, todas as pessoas estão sujeitas a se sentirem tristes, ansiosas, a terem dúvidas ou dificuldades, em contrapartida, para alguns, esses comportamentos são extremos e muito mais frequentes. Nas últimas décadas, diversas obras relacionadas à saúde mental foram publicadas, porém, algumas retratam uma visão sensacionalista, mostrando ao público uma imagem deturpada do que são os transtornos mentais, e contribuindo pela continuidade do estigma sobre as doenças mentais. Além disso, produções nacionais sobre o assunto em questão são escassas, ressaltando o pouco interesse que o setor de entretenimento e a indústria cinematográfica possuem em informar o público sobre um tema tão necessário. Ademais, muitas obras são exibidas somente em serviços online de streaming sob demanda por assinatura, dificultando ainda mais o acesso da sociedade à informação. Cada vez mais se faz essencial a presença de referências nas mídias sobre transtornos mentais, falar sobre esta temática é criar uma sociedade mais tolerante, acolhedora e consciente das particularidades de cada ser humano.

Palavras-chave: Transtornos mentais. Sociedade contemporânea. Canais televisivos. Psiquiatria.

O IMPACTO DA VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO NO QUOCIENTE DE INTELIGENTE ESTIMADO EM MULHERES ADULTAS

Denise Bisolo Scheibe, Univates
Carolina Curioni Teles, Univates
Sofia Daniela Gaicobbo Schoenfeldt, Univates
Rafaela Schwertner, Univates
Joana Bücker, Univates

Resumo: A violência por parceiro íntimo (VPI) figura entre uma das principais problemáticas humanitárias combatidas ao redor do globo. Dentre essas formas estão padrões de comportamento abusivo, coercitivo, intimidação, violência física, abusos sexuais e emocionais. O funcionamento intelectual se caracteriza como um conjunto de habilidades mentais verbais e não verbais desenvolvidas ao longo das vivências de cada sujeito. Essas habilidades podem sofrer com diversas interferências, entre essas ambientais e genéticas. Na literatura se encontram evidências de que o funcionamento global pode sofrer alterações com vivências traumáticas na infância, contribuindo para um QI (quociente de inteligência) inferior. Embora haja muitas evidências sobre o papel do trauma na cognição em adultos, estudos focados em entender o papel da VPI no QI ainda não foram encontrados. Existem pesquisas que investigaram o QI em adultos com outras vivências traumáticas, como em veteranos de guerra. O presente trabalho busca analisar os efeitos da violência por parceiro íntimo autorreferida no QI estimado em mulheres adultas. Para tanto, foi realizado um estudo transversal de caráter quantitativo. No grupo de casos foram incluídas mulheres de 18 a 60 anos que passaram por alguma situação de violência por parceiro íntimo compreendida na Lei Maria da Penha (física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral). O grupo controle (GC) foi composto por mulheres que não vivenciaram nenhum tipo de violência. As participantes foram submetidas a entrevista clínica e foram avaliadas por meio do Childhood Trauma Questionnaire (CTQ) e Wechsler Abbreviated Scale of Intelligence (WASI). O grupo final foi composto por uma amostra de 131 mulheres voluntárias, 69 VPI e 62 GC. Os subtipos de violências mais relatados pelo grupo foram Violência Psicológica (89%) e Violência Física (73%). Um modelo de regressão linear múltipla que incluiu trauma na infância, histórico de transtornos mentais graves, história familiar de transtornos mentais graves, mostrou que a VPI teve um efeito significativo na previsão do QI estimado ($F(4)=1,776$; $p=0,138$; $R^2=0,054$). O histórico de VPI em mulheres pode desempenhar um papel no declínio intelectual, sugerindo que adversidades durante o processo de violência podem resultar em diminuição das habilidades cognitivas gerais. Estes resultados sugerem que a VPI pode estar contribuindo para um declínio cognitivo na idade adulta.

Palavras-chave: Violência por parceiro íntimo. Mulheres. Funcionamento intelectual.

EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS DA UNIVATES, NO PROJETO RONDON

Magali Teresinha Quevedo Grave, Univates

Fabiane Olegário, Univates

Resumo: Este relato de experiência tem como objetivo compartilhar as experiências extensionistas vivenciadas no Projeto Rondon - Operação Portal do Sertão, que ocorreu no sertão do estado da Bahia este ano. Além disso, pretende refletir sobre os impactos das ações extensionistas na formação do estudante universitário. O projeto Rondon é uma ação interministerial, coordenado pelo Ministério da Defesa em parceria com os estados, os municípios e sobretudo com as Instituições brasileiras de Ensino Superior. Tem por finalidade viabilizar a participação de estudantes e professores universitários em práticas extensionistas em municípios em situação de vulnerabilidade social e econômica. As ações desenvolvidas durante a operação visam melhorar a qualidade de vida das populações atendidas através da formação de multiplicadores, mediante a capacitação das pessoas, cuja intenção é de que o conteúdo apreendido na Oficina possa ser compartilhado e auxiliie no desenvolvimento sustentável daquela comunidade. Além disso, contribui na formação do estudante universitário, visto que oportuniza o envolvimento deste, em uma realidade muito diferente da qual está acostumado. Tais objetivos são colocados em prática no decorrer da Operação, quando o estudante é inserido na comunidade. Um grupo de oito acadêmicos universitários e duas professoras representaram a Universidade do Vale do Taquari - Univates na Operação Portal do Sertão, durante dezoito dias, entre os meses de janeiro e fevereiro deste ano. O grupo desenvolveu ações de cunho extensionista no município de Serra Preta/BA, que conta com uma sede, quatro distritos e vinte e dois povoados. Os estudantes dos cursos de Pedagogia, Medicina, Odontologia, Arquitetura, Fisioterapia e Psicologia realizaram oficinas de qualificação à professores e profissionais da rede de saúde do município de Serra Preta, incluindo médicos, enfermeiros, assistente social, fisioterapeuta, educadora física, psicóloga, agentes comunitários de saúde e comunidade em geral. As oficinas envolveram os seguintes eixos temáticos do conjunto A: Cultura e Arte; Educação, Justiça e Direitos Humanos e Educação em Saúde. As atividades de cada eixo temático levaram em conta as demandas das comunidades (sede, distritos e povoados) que integram o município e foram, cuidadosamente, preparadas pelos estudantes universitários que atuaram como protagonistas das ações. Como professores extensionistas e rondonistas foi possível perceber, no decorrer da Operação, o quanto os estudantes foram impactados pela realidade local e pelas ações desenvolvidas com/para/na comunidade. Neste sentido, destacamos as atividades da horta vertical e da avaliação do risco de quedas em idosos, nas quais houve uma grande participação das comunidades locais, alcançando os objetivos do Projeto Rondon, quais sejam: vivenciar experiências extensionistas e socializar os saberes construídos na comunidade e no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Extensão. Rondon. Univates.

O TRABALHO FEMININO E O BEM-ESTAR

Juliana Baiocco Nascimento, Univates
Fernanda Storck Pinheiro, Univates

Resumo: O tema da igualdade de gênero tem estado cada vez mais em evidência, como uma das formas de se pensar uma sociedade mais justa, igualitária e desenvolvida. Trata-se, inclusive, de um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, reconhecendo e valorizando o trabalho doméstico não remunerado, bem como promovendo a responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família (ODS 5). Ao mesmo tempo em que se trata de um tema global, os desafios para alcançar este objetivo se diferenciam de acordo com o contexto local e cultural das sociedades. O objetivo desta pesquisa será compreender como as mulheres que exercem a função de serviços gerais terceirizados nas Escolas Municipais de Lajeado/RS organizam sua rotina de vida entre trabalho, família e bem-estar. Para tanto, serão oportunizados espaços de escuta semiestruturados das mulheres participantes nos respectivos locais de trabalho. A base teórica norteadora das reflexões parte das visões de micropolítica emancipatória de Antony Giddens (2002) e do bem viver de Alberto Acosta (2016); perpassando por uma pesquisa integrativa junto ao portal de teses e dissertações da CAPES, dos últimos 2 anos, em português, a partir das palavras-chaves deste trabalho: trabalho feminino, qualidade de vida, bem-estar, ODS 5, bem viver. Assim, a pesquisa será do tipo qualitativa, tendo como procedimento os métodos exploratório e narrativo, e como instrumento serão utilizados revisão bibliográfica e pesquisa documental, além do trabalho de campo por amostragem, onde se priorizará a qualidade dos relatos, sendo os dados quantitativos (idade, naturalidade, estado civil, escolaridade) tratados como complementares. O que se espera da pesquisa, e que perpassa pela observação preliminar de que há uma crescente de lares chefiados por mulheres, é contribuir com a construção de uma identidade coletiva tendente a eliminar as diferenças de gênero e entre os grupos sociais, bem como estimulando a construção de sociedades sustentadas na harmonia das relações pessoais e interpessoais, consigo, com os outros e com o meio. E isto partirá da valorização das histórias de vida e os modos de realização do trabalho e do bem-estar destas mulheres trabalhadoras, que também servirá de base para o aprimoramento das iniciativas voltadas à qualidade de vida, mantidas pela empresa terceirizada, que também é a financiadora da pesquisa. A relevância da pesquisa a ser realizada, na linha de Espaços e Problemas Socioambientais, está na valorização do trabalho feminino, muitas vezes invisível, tanto dentro quanto fora do lar, sendo ele vetor de desenvolvimento social. Uma pesquisa de cunho científico, busca compreender esta dinâmica e suas particularidades, contribuindo com reflexões e propostas voltadas ao empoderamento e à qualidade de vida de mulheres trabalhadoras.

Palavras-chave: Trabalho feminino. Qualidade de vida. Bem-estar. ODS 5. Bem viver.

Referências:

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GT 8. Inclusão e diversidade nos espaços educacionais



S.34°41'
W56°9'

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE APRENDER COM E NAS DIFERENÇAS

Luana Docena Reis, Univates
Suzana Feldens Schwertner, Univates

Resumo: A escola é um espaço social de encontros no qual, através de vivências e trocas, os sujeitos aprendem, além dos conteúdos programáticos, a socializar, sendo marcados pelas construções que fazem com o espaço, com os colegas e professores. Essas marcas permanecem e compõem esses sujeitos ao longo de suas vidas. Desse modo, o projeto de pesquisa “A escola, cinco anos depois: olhares de egressos” busca, desde 2020, escutar perspectivas de jovens egressos sobre a escola, os professores e sobre as reverberações que o ambiente escolar possibilita. A pesquisa, realizada pelos grupos Juventudes, Imagem e Educação (JImE/CNPq/Univates) e Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/Univates), neste trabalho, pergunta: o que os egressos diriam à escola e aos professores se pudessem voltar cinco anos no tempo? Com isso, objetiva-se compreender os sentidos e significados atribuídos à escola e aos professores, também visando entender os efeitos da instituição escolar na vida desses sujeitos, problematizando as singularidades e diferenças entre elas. Para a Análise Textual Discursiva, utilizam-se os dados produzidos através de entrevistas semiestruturadas, realizadas nos últimos três anos, com 20 jovens egressos da Escola Básica. As entrevistas foram norteadas por perguntas relacionadas à descrição de suas vidas na escola e cinco anos após, como também às percepções e reflexões acerca do universo escolar. Neste trabalho, destacam-se três categorias emergentes: 1) “A escola enquanto convivência com a diferença”, que mostra sua importância para a formação da sociedade à medida em que um dos principais aprendizados levados para a vida dos egressos é a convivência com as diferenças; 2) “A necessidade de inclusão e pertencimento dos jovens estudantes”, que destaca o desejo dos entrevistados de ter mais atividades na escola nas quais pudessem participar e serem escutados; 3) “Marcas da docência acolhedora”, que se refere às marcas positivas deixadas por aqueles professores que souberam acolher e escutar, valorizando as singularidades, independente da afinidade destes com a disciplina. Com isso, conclui-se que a escola é um ambiente rico em diversidade e aprendizagens sociais, no qual os jovens são instigados a aprender com e nas diferenças, um espaço que precisa ser cada vez mais explorado para que os estudantes tenham autonomia e possam ser escutados, sendo incentivados e valorizados nas suas diferenças e singularidades, consequentemente contribuindo para uma sociedade plural, inclusiva e democrática.

Palavras-chave: Escola. Inclusão. Diferenças. Juventudes. Docência.

PARA ALÉM DA SOMBRA DA VIGILÂNCIA, UMA ESCOLA

Lidiane da Silva Braz, UFSM
Eliana Pereira de Menezes, UFSM

Resumo: A presente pesquisa objetiva problematizar práticas que possibilitam movimentos de contraconduta, ofertadas na escola inserida em uma instituição Socioeducativa da cidade de Santa Maria/RS. Para isso, empreendemos um exercício analítico a partir da anarqueologia proposta por Foucault (2014), o chamado Foucault da ética. Elencamos como materialidade analítica um monólogo organizado para um “Show de Talentos” ocorrido na escola em questão em meados de 2018, onde o aluno encena com uma música da artista Pablllo Vittar - “Inestrutível”, intencionando levantar um debate sobre práticas de opressão, especialmente homofobia. Ao analisar tal experiência observamos o desejo do estudante de assumir as suas verdades, o que é sabido, um movimento ético doloroso em qualquer grupo social, haja vista a sociedade normalista, preconceituosa e moralista em que vivemos. Porém, nesse ambiente em ele se encontrava, homossexualidade é um discurso totalmente interdito, afinal é um lugar em que a masculinidade e o patriarcado precisam ser reafirmados a todo instante. Mesmo nesse contexto em que não há lugar para fragilidades, o aluno não se intimidou e assumiu os riscos das suas verdades, o que se anuncia para nós como um exercício ético de cuidado de si. Nesse contexto, compreendemos juntamente com Foucault (2009), que esse movimento de contra conduta, via micro revoluções, é o que nos traz a possibilidade de uma existência atenta a si e, conseqüentemente, uma existência mais atenta ao outro. Entendemos que a escola, quando oportuniza que seus alunos se expressem diante das suas inquietações, abrindo espaço para a escuta cuidadosa de todos e de cada um, possibilita um exercício crítico do pensamento, o qual nos faz confiar nas hesitações da consciência e desconfiar das verdades que nos foram vendidas, historicamente como absolutas: o casamento hetero e monogâmico, a hegemonia branca, as relações afetivas heteronormativas, etc. Uma série de normas sociais que localizam algumas vidas em detrimento de outras, como inferiores e anormais, e operam como efeito a produção desses “outros anormais” como alvos da exclusão. Olhar para tais práticas na contramão das verdades universais, nos leva a concluir que pensar a escola e o tempo escolar como um espaço coletivo que se pensa, se questiona e, assim, abre espaço para o exercício crítico do pensamento, provoca questionamentos em seus alunos tornando-se, potencialmente, um lugar de transformação, que pode transformar a si mesma, os outros e as suas realidades. As práticas as quais analisamos ao longo dessa pesquisa evidenciam esse potencial transformador da educação escolarizada, abrindo-se para a constituição de um coletivo de “eu’s indelegáveis” que se unem para quem sabe um dia, tais jovens não mais tenham de se contentar em barganhar a própria sobrevivência.

Palavras-chave: Contracondutas. Escola. Ética. Cuidado de Si.

Referências:

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul; FOUCAULT, Michel. *Uma Trajetória Filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2ª. Edição Revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979 -1980)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014. 357p.

ENCONTROS DOCENTES: DIÁLOGOS SOBRE O ENSINO INCLUSIVO

*Josiane Freitas da Rosa, Univates
Morgana Domênica Hattge, Univates*

Resumo: Essa pesquisa, vinculada ao Grupo Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq) e insere-se na linha de pesquisa Formação de Professores, Estudo do Currículo e Avaliação. Tem como objetivo geral analisar de que modo encontros de estudo e discussão entre docentes dos anos finais do Ensino Fundamental no município de São Sebastião do Caí/RS podem contribuir para o ensino inclusivo na perspectiva de uma docência inventiva. Esse estudo dedicou-se a pensar sobre a organização curricular para demandas curriculares de todos os sujeitos, com ou sem deficiência. Para isso, buscou-se as contribuições nos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) como um caminho para a reorganização das ações didáticas, ressignificando o processo de ensino e de aprendizagem. Tais princípios foram tomados como inspiração para o ensino inclusivo nos anos finais do Ensino Fundamental pelo viés da constituição de uma docência autoral e inventiva. Esse estudo mostrou modos de experienciar a docência, rompendo com os padrões instituídos, possibilitando um currículo mais acessível a todos. Dessa forma, desenvolveu-se uma pesquisa de cunho colaborativo, promovendo o diálogo entre as teorizações e as experiências docentes para pensar sobre as estratégias de ensino, repensar o currículo, olhar a heterogeneidade das turmas, considerando o Desenho Universal para Aprendizagem como um dos caminhos viáveis para uma proposta inclusiva de ensino. Para isso, foram desenvolvidos quatro encontros mensais de estudo e discussão com três professoras dos anos finais do Ensino Fundamental do município de São Sebastião do Caí/RS. Esses momentos se desenvolveram no primeiro semestre do ano de 2022. Nos encontros docentes, várias questões que perpassam a inclusão escolar foram discutidas. Estratégias de ensino inspiradas nos princípios do DUA numa perspectiva inclusiva foram elaboradas. Cartas com as concepções das participantes sobre o ensino inclusivo foram escritas. Diante dessa materialidade empírica, o exercício analítico se desenvolveu amparado nos estudos pós-estruturalistas. Os achados dessa pesquisa foram organizados em três unidades de análise: o discurso da inclusão sob a demarcação das diferenças; organização de estratégias inclusivas de ensino para além da adaptação curricular; do trabalho coletivo ao empoderamento docente. Sendo assim, os encontros docentes sugerem a importância dos momentos coletivos de partilha e de diálogo para o fortalecimento das práticas cotidianas de ensino. A constituição de uma docência autoral inventiva pode ser muito potente para o ensino numa perspectiva inclusiva. E, ainda, a continuidade dos encontros docentes como modo de resistência coletiva e empoderamento docente.

Palavras-chave: Ensino. Inclusão. Currículo. Desenho Universal para Aprendizagem. Docência inventiva.

EXCLUSÃO ESCOLAR E AS ESTRATÉGIAS DE UMA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL FASCISTA

Nadine Silva dos Santos, FURG

Kamila Lockmann, FURG

Resumo: Este trabalho é produto de uma pesquisa realizada no mestrado em Educação, cujo objetivo foi analisar no campo das políticas educacionais inclusivas, a proliferação dos discursos presentes em alguns documentos oficiais, que contribuiriam e ainda estabelecem a condução do processo de inclusão escolar atual. Para isso, construiu-se o seguinte problema de pesquisa: Que discursos estão presentes nas políticas educacionais de inclusão e quais deslocamentos são produzidos no cenário educacional? Para responder a tal problemática, os procedimentos metodológicos deste estudo tiveram como foco a análise documental de algumas políticas educacionais inclusivas, criadas na década de 1990 até o ano de 2020, sendo elas: Política Nacional de Educação Especial (1994); LDB (1996), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Decreto n.º 6.571 de 7 de setembro de 2008; Resolução CNE/CEB n.º 4 de 4 de outubro de 2009; Decreto n.º 10.502 de 30 de setembro de 2020: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida. Dessa forma, este texto discute as reconfigurações políticas que abrangem os processos de governo da pessoa com deficiência frente às políticas educacionais inclusivas, expondo o impacto das estratégias de um governo conservador na promoção ao acesso à inclusão no âmbito da escola comum. Embasado na perspectiva pós-estruturalista, mais precisamente, nas contribuições advindas dos estudos teóricos do filósofo francês, Michel Foucault, o trabalho aciona a governamentalidade como lente teórico-metodológica capaz de contribuir na análise dos deslocamentos operados nas políticas inclusivas. Nesse sentido, as políticas são compreendidas não apenas como documentos oficiais, mas como monumentos que colocam em evidência a percepção histórica de uma época, de uma sociedade, consciente ou inconscientemente (LE GOFF, 1990). Como resultados, as análises evidenciaram uma mudança de racionalidade ocorrida a partir do deslocamento de uma governamentalidade neoliberal democrática (GALLO, 2017), amparada em princípios que promoviam a inclusão de todas as pessoas, para uma governamentalidade neoliberal fascista (LOCKMANN, 2020), promotora de estratégias permissivas a ações de exclusão, sustentada por princípios liberais. Tais evidências expressam o acirramento dos processos de exclusão da diferença na escola e uma fragilização da inclusão como imperativo de estado. Nesse contexto, as questões apresentadas no estudo sinalizam a importância de se pensar e problematizar o funcionamento da inclusão escolar no contexto da nova racionalidade política, a qual iniciou uma movimentação que, parecem-nos, muito mais favorável às condições de exclusão da pessoa com deficiência do que o funcionamento a inclusão como imperativo de Estado.

Palavras-chave: Inclusão. Políticas de inclusão. Racionalidade neoliberal. Governamentalidade fascista.

Referências:

BRASIL. Decreto nº 6.571 de 7 de Setembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10. 502 de 30 de Setembro de 2020: *Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 15 fev. 2023.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial: Livro 1/MEC/SEESP*. Brasília: a Secretaria, 1994.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/ CEB nº 4 de 4 de Outubro de 2009: *Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação básica, modalidade Educação Especial*. Portal do MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13684%3Aresolucoes-ceb. Acesso em: 15 fev. 2023.

GALLO. Silvio. Biopolítica e Subjetividade: resistência? *Educar em Revista*, v. 33, n. 66, Curitiba, Brasil, p. 77-9, 2017.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LOCKMANN. Kamila. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. *Revista Práxis Educativa: Ponta Grossa*, v. 15, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 15 fev. 2023.

QUEM É DAGMAR? PRODUTO DE UMA DOCÊNCIA EM MATEMÁTICA COM ALUNOS SURDOS

*Daiane Kipper, Univates
Cláudio José de Oliveira, UNISC*

Resumo: Este trabalho é um resultado estético de uma pesquisa intitulada Práticas matemáticas e docência: modos de ser professor em escolas de surdos, que tem como objetivo discutir a formação de professores de surdos a partir da personagem conceitual e estética nomeada como Dagmar. Personagem que se apresenta como uma professora que se compõe de muitos nós, de muitas vozes... que se deriva de professoras e professores pesquisados e pesquisados durante o percurso de uma tese. “Tal ou tal personagem conceitual pensa em nós, e talvez não nos preexista” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 92). Uma professora que faz a Matemática gaguejar enquanto pensamento! Matemática enquanto componente curricular, que a própria norma culta da Língua Portuguesa normatiza com inicial maiúscula. Para isso, o presente estudo se apoia nos Estudos Surdos e suas interlocuções com os estudos de Gilles Deleuze e Félix Guattari, de onde reverbera Dagmar como personagem conceitual e estético, que se alia a noção do menor, ferramenta teórica e metodológica para a análise do material empírico, que tem como objeto de estudo: a docência em Matemática com alunos surdos. A metodologia de pesquisa teve como inspiração a cartografia, tomando como base as narrativas produzidas por professores de surdos, em oficinas realizadas em duas escolas de surdos do Sul do RS: a Escola Especial Alfredo Dub, localizada em Pelotas, e a Escola Municipal de Educação Bilíngue Carmem Regina Teixeira Baldino, localizada em Rio Grande. Dagmar apresenta-se como produto destas narrativas, como uma invenção que se projeta por meio da escrita. Larrosa (2003, p. 212) salienta que tanto a escrita como a leitura deveriam ser uma aventura pessoal, já o resto “é verborragia e política... [...] no sentido da produção, da reprodução e da imposição de discursos e de ideias no interior de aparatos altamente institucionalizados e hierarquizados de controle do discurso e de controle do pensamento...”. Eis aqui a aventura de uma escrita que narra um personagem e/ou vários personagens; por isso, o referido estudo é escrito, ora na primeira pessoa do singular, ora à personagem professora-pesquisadora que narra em seu devir e que no decorrer da trama, passa a dar vida aos modos de ser docente em Matemática com alunos surdos. Assim, inferiu-se que Dagmar, Dagmares são produtos que resultam da docência em Matemática com alunos surdos, isto é, a docência em matemática se dá pela própria ação docente com alunos surdos, ações que são produzidas e produzem a todo instante, significados outros. A docência em matemática para alunos surdos só existe com o outro e é com o outro que ela se ressignifica.

Palavras-chave: Docência. Educação de Surdos. Educação. Práticas Matemáticas.

Referências:

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

LARROSA, Jorge. A arte da conversa. In: SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: Dp&a, 2003. p. 211-216.

OUTROS-JUNTOS NA ESCOLA COMUM: DIFERENÇAS, TRAJETIVIDADES E (DES)ENCONTROS

Letícia Dell' Osbel, UFSM

Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, UFSM

Resumo: Este trabalho se propõe a movimentar a seguinte problematização: o que podem outros-juntos na educação com surdos? Serão sinalizadas as diferenças, trajetividades e os (des)encontros na escola comum como elementos vitais para a insurgência de uma educação outra de surdos e se anunciará a potência da noção de decolonialidade para pensar uma relação mais ética com o outro. O sujeito surdo leva para a escola comum - com sua língua, com sua cultura, com o intérprete - o lugar do “com” que possibilita a produção de uma docência outra e, conseqüentemente, de outras relações de vida e de aprendizado entre outros-juntos. Desta forma, entende-se a decolonialidade como uma atitude ética e estética com o outro, corpos abertos aos (des)encontros com as diferenças. Por isso, considera-se a trajetividade de Virilio (1993) como potente para a insurgência de uma educação decolonial com surdos, uma vez que ela corrobora o entre, o subjetivo e o objetivo, o eu e o outro, assumindo um viver trajetivo. Diante disso, a partir das leituras de Maldonado-Torres (2018), Walsh (2009) e Menezes (2008) vê-se potência nas trajetividades com outros-juntos na escola comum para tomar distância das formas de ser, pensar e com-viver com os surdos na escola presentes na matriz moderna-colonial. Para contextualizar a importância da tríade diferenças, trajetividades e (des)encontros, utilizam-se recortes da dissertação de Mestrado da autora (UFSM/2020-2022) que se propôs a investigar a docência com surdos na escola comum. A professora-pesquisadora utilizou suas vivências pedagógicas na E.E.E.F. Fernandes Vieira, da cidade de Lajeado/RS, colocando-se trajetiva a elas enquanto experiências-marcas, assumindo novas com(posições) de docência pelas problematizações do contexto inclusivo de surdos na escola comum. A trajetividade foi o movimento teórico-metodológico elegido para a pesquisa e as experiências-marcas da professora-pesquisadora compuseram a materialidade, anunciando que uma docência que se coloca trajetiva ao outro coparticipa da formação de uma comunidade de aprendizado pela interculturalidade entre surdos e ouvintes. Essa noção de comunidade de aprendizado (HOOKS, 2007) valoriza o “estado de presença no corpo” a partir do encontro com outros corpos e suas relações na sala de aula comum. Subjetividades que vão sendo constituídas trajetivas junto ao outro, compondo propósitos coletivos pelo estar juntos. Assim, a insurgência da interculturalidade pelo desejo de uma coexistência e afirmação da presença-vida surda na escola mobiliza a transgressão das relações sujeitantes de saber-poder na escolarização de surdos. As operações que foram anunciadas na pesquisa traçam pistas de uma educação com surdos na escola comum, afirmando a potência da diferença pelas vidas que se permitem aos (des)encontros e que vão se constituindo enquanto outros-juntos na e pelas trajetividades cotidianas, ensaiando caminhos interculturais que fomentam um agir e um pensar decolonial.

Palavras-chave: Trajetividades. Diferenças. Interculturalidade. Educação com surdos. Decolonialidade.

Referências:

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERBARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 27-53.

MENEZES, M. M. Em tempos pós-modernos a educação como lugar de (des)encontros. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (org). *Menschenbilder interkulturell*. Kulturen der Humanisierung und der Anerkennung - Concordia Reihe Monographien, Band 48. Aachen: M Verlag Mainz, Wissenschaftsverlang, 2008. p. 1-10.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. São Paulo: Editora 34, 1993.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera M. (org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p. 12-42.

POTENCIALIZANDO APRENDIZAGENS INCLUSIVAS: VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS INTEGRADAS ENTRE A UNIVATES E O CAPACETE ROSA

Bruna Zanoni Ruthner, Univates

Bárbara Delazeri, UFRGS

Jamile Maria da Silva Weizenmann, Univates

Guilherme Osterkamp, Univates

Jeandres Kauê Ernesto Rosa, Univates

Resumo: O acesso ao ensino superior é um dever do Estado e será efetivado mediante a garantia de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, art. 208, 1988). Nesse sentido, percebe-se o movimento para materializar a democratização do acesso às instituições universitárias com a criação de programas como o ProUNI e SISU, nos anos de 2005 e 2012 (BRASIL, 2005; BRASIL, 2012). Ao pensarmos na educação básica da população brasileira, temos 48,8% de pessoas com 25 anos ou mais com o ensino médio completo. Segundo dados de recorte racial, a diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas chega à marca de 15%, com os valores respectivos de 57,0% e 41,8% (IBGE, 2020). No município de Lajeado, os dados registrados em 2010 foram de 19% da população com ensino médio completo e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi de 5,5 em 2019 (SEBRAE, 2019). Para o público atendido pela Associação Marines, os percentuais são mais agravantes: das 200 famílias assistidas pela ONG, 85% são famílias compostas por mães solo e apenas 15% possuem o ensino médio completo (ASSOCIAÇÃO MARINES, 2023). A partir disso, percebe-se que não foi possível trazer para o debate o nível de escolaridade no ensino superior; uma vez que o ensino básico está tão fragilizado, impossibilitando o ingresso em instituições universitárias. Nesta perspectiva, com a parceria entre o Projeto Capacete Rosa, da Associação Marines, que objetiva capacitar mulheres para atuarem na construção civil, e o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari, juntamente com o Projeto de Extensão Habitar Bem, está sendo possível a inserção da comunidade no meio acadêmico. As atividades são realizadas na Universidade, permitindo o acesso e a participação efetiva de mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade. A primeira turma do projeto iniciou com 20 mulheres residentes do Novo Tempo I, localizado no bairro Santo Antônio. Considerando o nível de escolaridade no ensino básico das alunas - somente 4 possuem ensino médio completo -, as primeiras aulas abordaram temas como português e matemática, para que no decorrer do curso fosse possível ensinar especificidades da construção civil tendo a base consolidada. Observa-se que, projetos como esse representam e idealizam a transformação social que tanto a Associação Marines quanto a Univates, almejam. Aliado a isso, busca-se abrir portas para novas possibilidades de qualificação e inserção no ensino e no mercado de trabalho, garantindo os direitos constitucionais de cada cidadão brasileiro. Essa iniciativa promove o direito à educação de qualidade, que “é um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade, de consolidação da identidade nacional e instrumento de inclusão socioeconômica” (SOBRINHO, pág. 1225, 2010).

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Capacete Rosa. Transformação. Arquitetura e Urbanismo. Extensão.

Referências:

ASSOCIAÇÃO MARINÊS. Relato oral da Assistente Social da Associação, Carine Bagestan, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 15 março 2023.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 15 março 2023.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 15 março 2023.

SEBRAE/RS. Perfil das Cidades Gaúchas - Lajeado, 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Lajeado.pdf. Acesso em: 14 março 2023.

SOBRINHO, José Dias. *Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão*. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 março 2023.

ENTRE FATOS E AFETOS: NOTAS SOBRE ENSINO E DIFERENÇAS NO ROMANCE DE CHARLES DICKENS

Morgana Domênica Hattge, Univates
Suzana Feldens Schwertner, Univates
Sandra Maria Krindges, Univates

Resumo: O presente resumo tem por objetivo apresentar um conjunto de reflexões desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/Univates), mais especificamente no Grupo de Trabalho I: Ensino e Diferenças. O grupo propõe-se a investigar o ensino em suas relações com a educação e as diferenças e a cada semestre seleciona um livro para estudo, geralmente um livro de cunho pedagógico. No semestre B de 2022, o grupo optou por ler e discutir uma obra literária, *Tempos Difíceis*, de Charles Dickens (2014). A história se passa na Inglaterra do início do século XIX, no contexto da sociedade industrial e na cidade fictícia de Coketown. Um dos cenários do romance envolve o ensino escolar de crianças e adolescentes, que enfatiza os fatos, os cálculos e a meritocracia. Imaginação, criatividade e perguntas eram consideradas desnecessárias ou até mesmo perigosas frente a uma educação enquadrada nos critérios do capital industrial. Os alunos de Coketown não podem imaginar. São números e corpos adaptados para seguir regras e princípios da objetividade e da mensuração, e ao receber uma estudante que desestabiliza a norma instituída, a escola passa a vê-la como alguém que não se encaixa, que não aprende e cuja presença naquele espaço começa a ser criticada. O estudo do grupo se desenvolveu através de leitura prévia de cada um dos participantes, seguida de encontro virtual quinzenal para discussão das relações entre o contexto da história e a educação contemporânea. Foram realizados oito encontros dos quais participaram pesquisadores, bolsistas e voluntários do Grupo de Pesquisa. Destas discussões resulta a análise acerca da atualidade da obra, desdobrando-se no quanto a educação dos fatos segue presente em muitas propostas para a educação na política educacional recente, quando se enfatiza resultados concretos e objetivos, medindo a qualidade do ensino a partir de avaliações em larga escala. Observa-se, na obra e fora dela, práticas que ignoram as diferenças e as singularidades na escola e na sociedade. Movimentos de uma lógica disciplinar e de controle que se sobrepõem a políticas de cuidado e inclusão. O romance assim sublinha e possibilita a reflexão sobre o quão excludente pode ser a escola quando enfatiza os fatos em detrimento dos afetos, tratando os estudantes de modo padronizado. Por outro lado, é interessante vislumbrar as possibilidades de resistência que surgem quando se rompe com o status quo, questionando a escola dos fatos e mostrando a potência que podem ter os afetos, a criação e a imaginação.

Palavras-chave: Literatura. Sociedade. Ensino. Diferenças.

Referências:

DICKENS, Charles. *Tempos difíceis*. Tradução por José Baltazar Pereira Júnior. São Paulo: Boitempo, 2014.

CENAS ESCOLARES NO FILME EXTRAORDINÁRIO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DIFERENÇAS

Anderson Luiz Gonzalez, FURG

Kamila Lockmann, FURG

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as verdades que circulam no filme Extraordinário sobre as diferenças e os processos de in/exclusão na escola. Para tanto, a pesquisa sustenta-se teoricamente nos estudos foucaultianos e nos Estudos Culturais em sua vertente Pós-Crítica, compreendendo o filme como um artefato cultural que produz sentidos e significados sobre o outro e as relações que com ele se estabelecem no espaço da escola. A partir da metodologia da bricolagem, utilizamos como procedimento a decupagem e as análises fílmicas para destacar as cenas, falas e movimentos que ocorrem na escola e a forma como elas representam a diferença e os processos de in/exclusão. Como resultados da pesquisa, destacamos para este trabalho um dos eixos de análise o qual refere-se a exaltação e tolerância para com a diferença na escola, cuja perspectiva recai sobre o conceito de diversidade. A perspectiva da diversidade exige uma tomada de posição diante da diferença, que geralmente é a da exaltação e tolerância, contudo, é possível conjecturar que, se precisamos tolerar, admitimos que somos superiores, havendo a necessidade de exaltar o outro, que é o diferente, o que acaba refletindo em um olhar para este outro por meio do diverso, e não da própria diferença. Esse movimento de exaltação se pauta muito mais em uma ideia de diversidade do que de diferença. Com base nas análises, verificou-se que a diversidade parte sempre de um referente, sendo esse referente o padrão, a zona de normalidade, um ideal de sujeito e, partindo deste referente, a diversidade aponta o que é diverso. Já ao que se refere a diferença ela acontece, está posta no mundo e não se relaciona com um referente, não se desmembra em um padrão para apontar o que é diverso, não parte de um referente normal do qual se difere. Ela apenas está no mundo sem estabelecer relação com a mesmidade. Entende-se, portanto, que tal processo de exaltação só pode ocorrer quando classificamos os sujeitos em normais e anormais, posicionando-os não só em uma zona de anormalidade, como de inferioridade. Essa cristalização que a perspectiva da diversidade produz com relação à diferença é, desta forma, de cunho salvacionista e não dá conta de explicar toda a complexidade e potencialidade que a diferença nos coloca. Assim sendo, podemos entender a diversidade como esse movimento que captura a diferença, que tenta exaltá-la e entregar uma ideia de superação, culminando, por vezes, em um processo de invisibilização da diferença.

Palavras-chave: In/exclusão. Diversidade. Diferença. Escola.

INCLUSÃO ESCOLAR NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/RS

Rejane Ramos Klein, UFRGS
Andressa de Bitencourt Fél, UFRGS
Mauricio Cesar Amorim Souza, UFRGS

Resumo: O tema da inclusão escolar tem sido preocupação nos cursos de formação de professores de modo mais específico desde a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). O estudo pretende analisar a presença desse tema a partir do currículo dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo/RS, identificando nas disciplinas ou nos componentes curriculares, um conjunto de elementos teórico-metodológicos que podem qualificar a formação desses profissionais para considerarem as diferenças e deficiências dos sujeitos na Educação Básica. Almeja-se mapear nas ementas dessas disciplinas as abordagens relacionadas ao tema da inclusão considerando as áreas da Educação Especial e da Educação Inclusiva na sua interface com a Educação do Campo. Percebe-se que o tema da inclusão está presente na formação dos professores desses cursos pelo viés da diversidade que prioriza os modos de vida dos povos do campo. No entanto, é de extrema relevância considerar ainda os sujeitos com deficiência nesse processo de escolarização na Educação Básica de modo a garantir que todos possam aprender e dar continuidade a seus estudos. Conforme apontam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (2002) há uma urgência em se considerar um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais. Dentre estas reivindicações está a formação de professores, a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais e a criação de práticas pedagógicas contextualizadas. As especificidades dos sujeitos com deficiência ainda são pouco mencionadas. Como procedimentos metodológicos, a investigação parte dos PPCs e das ementas das disciplinas dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo que estão em andamento em quatro Universidades do Rio Grande do Sul. A analítica parte da perspectiva foucaultiana, utilizando os conceitos de discurso e subjetivação. Identifica-se quais discursos sobre a Educação Especial e a Educação Inclusiva estão presentes nessas ementas constituindo modos de ser professor para atuar na Educação do Campo. Os resultados dessas análises são parciais, visto que a pesquisa está em andamento. Aponta-se até o momento que a maior parte dos cursos apresenta saberes da Educação Especial e da Educação Inclusiva em suas disciplinas, com pouca ênfase na interface com a Educação do Campo. Ainda são poucas as pesquisas acerca da interface entre essas duas esferas, mas defende-se que ela poderia dar mais visibilidade para os estudantes com deficiência, assim como qualificar a oferta de práticas inclusivas pautadas nos princípios da escola do campo.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Educação do Campo. In/exclusão.

Referências:

BRASIL. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2002.

BRASIL. *Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

INTERLOCUÇÕES SOBRE OS ATENDIMENTOS EM SALAS DE RECURSOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL DOS VALES DO TAQUARI E RIO PARDO

Orionil Michaela Sovverby Brum, Univates
Lucimara Fiorese, Univates

Resumo: Por meio de várias normativas - como o Plano Nacional de Educação (2004-2024), a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, a Política Nacional de Educação Especial, o Decreto nº 186/2008 e a Constituição -, o Brasil busca atender as necessidades de uma educação inclusiva, porém percebe-se que somente legislações não promovem efetivamente a inclusão no ambiente escolar, pois existem problemáticas a serem solucionadas que envolvem recursos financeiros, recursos humanos e uma estrutura adequada para atender a demanda que a cada ano aumenta devido ao número de alunos com laudo e/ou dificuldades na aprendizagem. Nessa comunicação, objetiva-se compreender a atuação docente nas salas de recursos de escolas municipais e estaduais dos Vale do Taquari e Rio Pardo, por meio de interlocução entre o ensino e a aprendizagem e o uso das tecnologias junto aos alunos com e/ou sem laudo. A metodologia foi descritiva e qualitativa, com aplicação de um questionário online realizando-se análise textual discursiva de Moraes e Galiuzzi (2016). Os resultados demonstram que nem todos os professores investigados têm hora atividade para planejar suas aulas na sala de recursos, realizando este processo no intervalo entre os atendimentos, na falta de um aluno ou fora do horário de trabalho. Apenas 27% dos docentes pesquisados revelaram que têm horário para planejamento, variando de 4 a 8 horas semanais, sendo que sua carga horária está entre 20 e 50 horas semanais para atendimento destes alunos, ainda, eles atendem de 6 a 44 alunos nas salas de recursos, com média de 24 alunos semanais. Os alunos atendidos que apresentam laudos, envolvem deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, deficiências físicas, baixa visão, surdez, dislexia e síndrome de Down, uma variedade bem ampla de situações que precisam abordagens diferentes para cada aluno, porém nem todos os alunos atendidos nas salas de recursos têm algum laudo clínico sobre sua situação. Aponta-se que normalmente os atendimentos são realizados em grupos de 3 ou 4 alunos, com alguns casos específicos em atendimento individualizado (TEA, por exemplo). No ambiente das salas de recursos, os docentes evidenciam o uso de recursos que possibilitam a evolução do aluno, desde atividades analógicas até uso de recursos tecnológicos, enfatizando que os alunos gostam mais do uso de recursos tecnológicos digitais como jogos, tela interativa, vídeos, documentos de texto, entre outros. Porém, os professores avaliam que os alunos atendidos nas salas de recursos normalmente têm limitações cognitivas que provocam alguma dificuldade em manusear o mouse ou na digitação, mas com o acompanhamento destes alunos as dificuldades são superadas. Percebeu-se na pesquisa a necessidade de olhar para o docente, permitindo que o professor planeje seus atendimentos, bem como, ficou evidente que as tecnologias digitais são aliadas no trabalho de promoção do ensino e aprendizagem destes alunos.

Palavras-chave: Alunos com/sem laudo. Sala de recursos. Tecnologias digitais. Docente. In/Exclusão.

Referências:

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 186, de 2008*. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação (2004-2024)*. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de outubro de 2009. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 28 dez. 2022.

PATOLOGIZAÇÃO DA INFÂNCIA: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE SUAS DIFICULDADES OU TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM

*Maria Madalena Lima da Silva, Univates
Morgana Domênica Hattge, Univates*

Resumo: O presente resumo parte do pressuposto de que nas demandas das unidades escolares tem-se percebido cada vez mais os estudantes sendo culpabilizados por fracassos que nem sempre lhes competem, mas que envolvem outros aspectos e âmbitos, como a literatura aponta: questões culturais, históricas, relações de poder, mercado farmacológico, controle social, e principalmente a caracterização de elementos de ordem social e política em questões médicas. A partir da temática a ser estudada, como etapa inicial, realizou-se a pesquisa acerca do estado da arte, que contempla um levantamento de publicações referentes ao tema e indexadas nas bases de dados Biblioteca Univates (com uma pesquisa integrada que engloba resultados de diversas bases de dados), Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os descritores utilizados para a pesquisa foram: patologização and infância, medicalização and infância and educação, em ambas as plataformas. Após verificação dos artigos excluídos, repetidos e incluídos de acordo com os critérios estabelecidos, foram encontrados 18 artigos que podem ser importantes na construção dos caminhos da pesquisa. Portanto, nessa perspectiva no desenvolvimento da dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari-Univates, pretende-se responder ao seguinte questionamento: como os estudantes percebem as suas vivências escolares impactadas por seu diagnóstico de transtorno ou dificuldade de aprendizagem? E como objetivo geral, busca-se investigar a percepção dos estudantes sobre suas vivências escolares no contexto de seu diagnóstico de transtorno ou dificuldade de aprendizagem. As idades dos participantes/estudantes serão entre 9 e 12 anos, matriculados e que frequentam turmas de Ensino Fundamental, de uma escola pública municipal pertencente a uma cidade do sertão baiano. A pesquisa terá uma abordagem qualitativa. Buscando responder à pergunta de pesquisa, será realizada uma entrevista narrativa com cada um dos estudantes participantes, dada a concordância deles por meio de Termo de Assentimento e das famílias por meio de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Com esta pesquisa pretende-se a partir das narrativas dos estudantes, produzir mais conhecimentos sobre o modo como os diagnósticos impactam as percepções das crianças sobre suas vivências escolares da infância, principalmente a partir da vivência dos estudantes, não apenas da literatura, e contribuir para futuros projetos educacionais em que se possa melhorar a qualidade de vida e o processo ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Patologização. Medicalização. Infância. Aprendizagem. Dificuldades.

MIGRAÇÃO INFANTIL, INCLUSÃO E ESCOLA: NOTAS PARA PENSAR A ALTERIDADE EM EDUCAÇÃO

Caroline Couto, UNISC

Betina Hillesheim, UNISC

Luísa Klix de Abreu Pereira, UNISC

Natália Schroeder Henn, UNISC

Resumo: Tomar a pesquisa em educação como uma experiência de encontro. Eis a tarefa: difícil, desafiadora e, quem sabe, possível. De que forma a proposição do enlace entre as migrações infantis, a inclusão e a escola, contemporâneas, pode nos ajudar a pensar o que se dá neste encontro e, também, (re)pensar cada uma delas em si mesmas: as migrações infantis, a inclusão e a escola? Estas são algumas das perguntas que movimentam o projeto de pesquisa “Processos de In/exclusão Escolar: um estudo com crianças migrantes”, que está em fase inicial e busca investigar como se dá a inclusão escolar de crianças migrantes internacionais no Brasil, em um município do Vale do Rio Pardo, no interior do Rio Grande Sul. A migração se refere ao deslocamento de pessoas entre fronteiras, de forma temporária ou permanente, por razões diversas. E embora não seja um fenômeno novo, nas últimas três décadas a leitura dos fluxos migratórios como uma questão que ocupa as agendas internacionais com medidas e pactos que ora enfatizam acolhidas, ora reforçam a criação de fronteiras concretas e simbólicas, vem, gradativamente, ocupando mais espaço, com o ápice acontecendo na última década, através de números recordes de populações em deslocamento. Estima-se que atualmente cerca de 281 milhões de pessoas são migrantes. E ainda que o aumento seja causado por questões em nível global (como guerras ou catástrofes climáticas, por exemplo), coloca-se em xeque a necessidade de voltarmos o olhar para a produção de sentidos acerca da temática nos contextos locais, especialmente nas cidades de acolhida. Os dados são dispersos e, muitas vezes, conflitantes, especialmente sobre as crianças migrantes, o que lhes acarreta uma certa invisibilidade nas próprias políticas de migração. No caso do Brasil, todas as crianças têm garantia de acesso às instituições de ensino básico públicas, mas os processos de in/exclusão brasileiros são complexos. Aqui, assumimos a escolha pela grafia in/exclusão pela inseparabilidade do par, que define diferentes níveis de participação que constituem os sujeitos. Entendemos, assim, que a inclusão e a exclusão são indissociáveis, não se colocando como fenômenos opostos. A pesquisa se dará a partir de dois eixos investigativos: 1) processos de in/exclusão escolar e 2) entre infâncias - escola e migrações. A proposta teórico-metodológica se apoiará na cartografia, sendo que a produção de dados ocorrerá mediante três procedimentos: produção de diário de campo, encontros com crianças migrantes; encontros com as famílias migrantes e professores/as da escola. Diante disso, destacamos que voltar o olhar para encontro entre esses fenômenos - migração infantil, inclusão e escola -, desafia-nos a olhar para as estratégias biopolíticas de gestão das vidas migrantes, bem como para as possibilidades que esse encontro - crianças migrantes e escola - produz pela via da alteridade, deixando que, diante dos recém-chegados, haja uma abertura para o novo e para o imprevisto.

Palavras-chave: Migração. Inclusão. Escola. Alteridade.

ARTIGOS

GT 1. Complexidades e Transversalidades



S.34°41'
W56°9'

DECOLONIALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: INTERLOCUÇÕES PARA ALÉM DAS PERSPECTIVAS DISCIPLINARES

CORREA DE ALMEIDA, Inailde

UFOPA, inaildealmeida@hotmail.com

Tema: Complexidades e Transversalidades

Resumo: A decolonização parte da liberdade de pensamento, objetivando novas epistemologias que superem a hegemonia eurocêntrica. Em 2013, na Amazônia, no estado do Pará, surge o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, visando a formação de recursos humanos capazes de contribuir na solução dos desafios da região. Este estudo tem como objetivo compreender a prática pedagógica interdisciplinar do curso, por meio da escolha do tema do TCC, de 2015 a 2020. A metodologia deu-se em uma pesquisa documental, utilizando relatórios e documentos oficiais. Como resultados, temos que o conteúdo da Matriz Curricular, está pautado nas diretrizes curriculares de Administração Pública, porém, trazem a vocação regional e a interdisciplinaridade, que garante a multiplicidade de áreas do conhecimento. A observar, os eixos escolhidos nos TCCs, estes refletem temas decoloniais, isso nos mostra que os concluintes buscam o arcabouço de sua cultura e sua identidade para a conclusão do curso.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. UFOPA. Decolonização.

Abstract: Decolonization starts from freedom of thought, aiming at new epistemologies that overcome Eurocentric hegemony. In 2013, in the Amazon, in the state of Pará, the Public Management and Regional Development course was created, aiming at training human resources capable of contributing to the solution of the region's challenges. This study aims to understand the interdisciplinary pedagogical practice of the course, through the choice of the theme of the TCC, from 2015 to 2020. The methodology was based on a documentary research, using report and official documents. As a result, we have that the content of the Curricular Matrix is based on the curricular guidelines of Public Administration, however, they bring the regional vocation and interdisciplinarity, which guarantee the multiplicity of areas of knowledge. To observe, the axes chosen in the TCCs, these reflect decolonial themes, this shows that the graduates seek the framework of their culture and their identity for the conclusion of the course.

Keywords: Regional Development; UFOPA; Decolonization.

Introdução

O processo de colonização no Brasil, não é apenas um evento histórico isolado, mas sim um sistema duradouro e complexo de dominação que persiste até os dias de hoje. Alguns autores que discutem sobre esses estudos, argumentam sobre os eixos que perpassam a (de)colonialidade, tais como: a colonialidade do poder e a colonialidade do saber (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).

A colonialidade de poder é um conceito teórico desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, no início da década de 90. O autor propôs esse conceito para entender as dinâmicas de poder que surgiram durante o período colonial e que continuam a moldar as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais nos países colonizados.

Esse sistema de poder se baseia em uma hierarquia racial e é fundamentado na noção de raça como uma construção social. Quijano (1992) argumenta que a colonização estabeleceu uma divisão racial entre os colonizadores, que eram predominantemente brancos, e os colonizados, que eram

predominantemente pessoas não brancas. Essa divisão racial foi usada como uma ferramenta de opressão e exploração, e continua a ter impacto nas relações de poder até hoje.

Além disso, a colonialidade de poder não se limita apenas às estruturas políticas e econômicas, mas também abrange as dimensões culturais e epistêmicas. Ela se manifesta na imposição de padrões culturais e formas de conhecimento eurocêntricas como dominantes, enquanto marginaliza e desvaloriza as culturas e conhecimentos locais dos povos colonizados.

A colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza, etc. que foram forjadas no período colonial (WYNTER, 2003). Este eixo de colonização, refere-se à imposição de um sistema de conhecimento eurocêntrico como dominante e universal, enquanto marginaliza, desvaloriza ou suprime outros sistemas de conhecimento locais e indígenas.

Os colonizadores, ao chegarem no Brasil, impuseram suas próprias concepções e categorias de conhecimento sobre as culturas colonizadas. Isso incluiu a imposição da língua, dos sistemas de educação e dos paradigmas científicos ocidentais. O objetivo era reforçar a dominação cultural, política e econômica dos colonizadores. Essa imposição do conhecimento eurocêntrico gerou um desequilíbrio epistêmico, no qual os saberes locais e indígenas foram desvalorizados e considerados inferiores. Essa marginalização resultou na perda e no apagamento de conhecimentos ancestrais valiosos, que poderiam ter contribuído para o desenvolvimento das sociedades colonizadas.

A partir destas perspectivas, surge o debate da decolonialidade no saber, a qual refere-se a um conjunto de perspectivas e práticas que buscam desafiar e superar as estruturas de poder coloniais e eurocêntricas no âmbito do conhecimento. É uma abordagem crítica que visa descolonizar as estruturas de saber, desmantelando as hierarquias de conhecimento e valorizando as perspectivas e graus de conhecimento marginais e subalternas.

O autor Walter Mignolo (1995) é um teórico colombiano que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da teoria decolonial. O autor argumenta que a colonialidade do poder não se limita apenas às relações políticas e econômicas, mas também está enraizada nas formas de conhecimento e nas estruturas epistêmicas dominantes. Mignolo (2000) propõe uma crítica profunda ao projeto moderno-colonial, que estabeleceu que o conhecimento ocidental como dominante e universalmente válido, enquanto os saberes e epistemologias de outras culturas são deixados de lado.

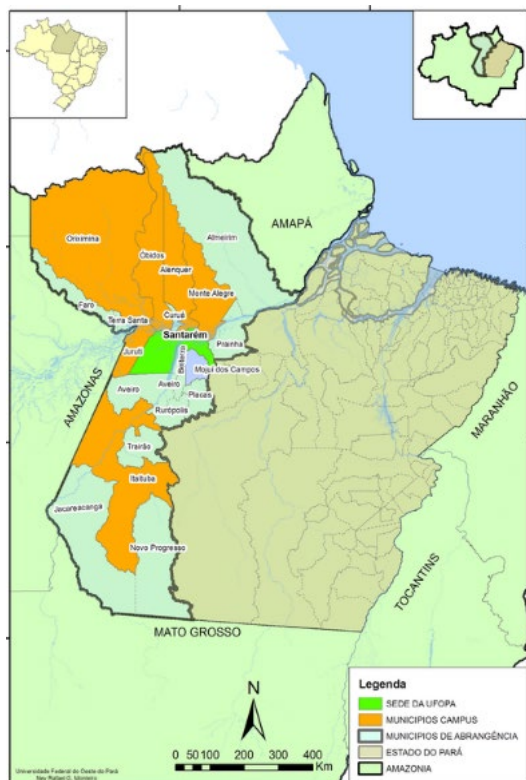
A partir do exposto, este trabalho visa refletir sobre dissipação de temas decoloniais, a partir do estudo da matriz curricular de um curso de nível superior, em uma instituição de ensino, no seio amazônico. Como problema de pesquisa, temos a seguinte questão: Qual o percentual, dentre os temas escolhidos pelos concluintes do curso, que refletem o pensamento decolonial?

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo compreender a prática pedagógica interdisciplinar e decolonial do curso de graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Oeste do Pará, por meio da escolha da área de conhecimento, dos alunos concluintes, na elaboração de seus trabalhos de conclusão de curso, no período de 2015 a 2020.

Descrição do trabalho/pesquisa ou da Experiência

A região amazônica é uma área de grande importância tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural, e a presença de uma universidade pública vem na perspectiva de ampliação do ensino superior nesta região. Em 2009, é concebida a Universidade Federal do Oeste do Pará, localizada no estado do Pará, na região norte do Brasil, e sua área de abrangência inclui principalmente municípios da região oeste do estado, como Santarém, Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná, sendo uma instituição multicampus (Figura 01).

Figura 01: Mapa dos municípios da área de abrangência da UFOPA.



Fonte: UFOPA, 2012.

A criação da UFOPA foi resultado de um processo de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil. A Universidade oferece cursos de graduação, pós-graduação e extensão em diversas áreas do conhecimento, contribuindo para a formação acadêmica e o desenvolvimento regional. A presença de uma universidade como a UFOPA, na região, tem como objetivo promover a pesquisa científica, a conservação ambiental e o fortalecimento da cultura local. A Universidade busca também atender às demandas da população local, oferecendo cursos e programas que estejam alinhados com as necessidades e potencialidades da região.

Em 2013, surge o curso de “Gestão Pública e Desenvolvimento Regional”, visando a formação de recursos humanos qualificados e capazes de contribuir na solução dos grandes desafios enfrentados pela Amazônia, em defesa da diversidade étnico-racial e dos seus recursos naturais. O objetivo do curso é formar profissionais de nível superior habilitados para suprir as necessidades de gestores, planejadores, e elaboradores de políticas e projetos para o desenvolvimento regional e local. A contribuir para elevar a governança das instituições e a adequação de políticas nacionais às realidades regionais e locais (PPC, 2020).

Em termos de organização pedagógica e em conformidade com os objetivos da UFOPA e da DCN do curso de graduação em Administração Pública, Resolução N°1/2014 – CNE, o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional estrutura-se da seguinte forma:

- a) **Conteúdo de Formação Básica:** Neste grupo estão dispostas as disciplinas relacionadas à característica multidisciplinar da área de pública e do desenvolvimento regional, articulando conteúdos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Geografia e Direito. Além dos conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade, da Amazônia e do Estado brasileiro (PPC, 2020).

b) **Conteúdo de Formação Profissional:** Neste grupo estão dispostas as disciplinas sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar (PPC, 2020).

A partir do cenário destacado acima, este bacharelado foi escolhido dada o escopo que originou o curso e sua proposta pedagógica, a fornecer aos estudantes uma base teórica e prática, para análise dos diversos atores sociais e suas distintas configurações territoriais, sociais, ambientais, econômicas, tecnológicas, políticas e culturais; alinhados com as necessidades e potencialidades da região.

A metodologia de realização deste trabalho deu-se por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, utilizando fontes constituídas por material já elaborado.

Para a pesquisa documental envolveu-se a coleta e análise de documentos originais, como relatórios, regulamentos, documentos oficiais, entre outros. A pesquisa documental, também, deu-se por meio de visitas ao website do curso de graduação, sendo útil para obter informações históricas, rastrear eventos passados, examinar políticas, leis ou regulamentos, além da visita virtual ao Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) para realização do levantamento da série histórica de trabalhos de conclusão de curso, no período de 2015 a 2020.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, aconteceu pela busca e estudo das fontes bibliográficas, como livros, artigos científicos, e outros materiais escritos. A pesquisa auxiliou na revisão e sintetização do conhecimento sobre o tema debatido neste trabalho, a fundamentar teoricamente o estudo em questão.

Ambas aos tipos de pesquisa, documental e bibliográfica, foram importantes para embasar este estudo, a permitir acesso a informações relevantes e confiáveis para desenvolver as investigações e contribuir para realização deste estudo.

Resultados

A Matriz Curricular de um curso de nível superior, nos traz muitas informações, a respeito do plano de estudo acadêmico, sendo um documento que organiza e estrutura as disciplinas e atividades do curso de ensino. Ela é elaborada pelo corpo docente e aprovada pelos órgãos responsáveis da instituição de ensino, onde são listadas as disciplinas que devem ser cursadas pelo estudante, ao longo de sua formação acadêmica, bem como os pré-requisitos e a sequência em que essas disciplinas devem ser cursadas.

Na Matriz Curricular, do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR), estão pautados as diretrizes curriculares do curso de Administração Pública, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas, tendo como diretrizes: I) a responsabilidade e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado; II) a flexibilidade que permite ajustar ao seu contexto e vocação regional; III) interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos (PPC, 2020).

O percurso acadêmico do estudante do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, é de oito semestres, que deverá cursar 03 disciplinas optativas, além da escolha de disciplinas eletivas como educação ambiental, direitos humanos, relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e indígena. Os estudantes também são estimulados a iniciação científica visando a integração do ensino-pesquisa-extensão.

Na reta final do curso, o estudante realiza o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente curricular obrigatório. Segundo o Art. 9º da resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública no Brasil. O discente possui na grade curricular do curso, as disciplinas Monografia I, com carga horária de 60 horas, a ser ministrada por um docente no 7º semestre do curso; e Monografia II, com carga horária de 60 horas, sob a responsabilidade de um docente orientador, a ser ministrada no 8º semestre do curso (PPC, 2020).

Ao observarmos o trabalho de conclusão de curso dos discentes, no período de 2015 a 2020, os eixos escolhidos pelos discentes concluintes, foram:

Tabela 01: Percentual da área de conhecimento escolhidos pelos discentes concluintes do curso GPDR, Pará:

EIXOS	%
Administração Pública	10
Agricultura Familiar	7
Bem viver	9
Ecologia humana/Turismo Ecológico	11
Economia criativa	2
Educação no campo	6
Gestão Educacional/Educação Ambiental	12
Planejamento urbano	24
Questão de Gênero	7
Território	12
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Dentre os eixos escolhidos, a área do planejamento urbano, se destaca com 24%, a refletir a relevância e interesse do estudante, para discutir sobre a realidade de sua cidade e região, em aspectos econômicos, sociais e ambientais. A discussão aborda políticas e projetos visando a melhoria da qualidade de vida em áreas degradadas, a promoção ao acesso à moradia adequada, além de discussão sobre o espaço público, passando por investigações e experiências de envolvimento (ou não) da comunidade no processo de planejamento urbano, na busca de inclusão de diferentes grupos sociais.

Quanto a escolha pela área de conhecimento em temas decoloniais, destacamos os estudos em torno da “Agricultura Familiar” e “Questão de Gênero” com 7%, “Bem viver” com 9%, “Ecologia humana” com 11%, e “Território” com 12%. Os discentes indígenas e quilombolas são incentivados por suas aldeias e grupos, a estudar as dinâmicas de seus territórios, a elucidar a racionalidade social e dinâmica produtiva desenvolvida nestes *locus*, por estes agentes seculares.

Dentre os eixos, enfatizamos o “Bem viver”, dado o reconhecimento dos direitos da natureza como um princípio orientador para o desenvolvimento territorial. De acordo com Acosta (2016), o bem viver não se baseia na acumulação de riqueza material, mas sim na satisfação das necessidades básicas, na equidade social, na diversidade cultural, no respeito à natureza e na busca do equilíbrio entre todas as formas de vida. O autor critica o paradigma do desenvolvimento baseado no

crescimento econômico infinito, argumentando que esse modelo tem levado à destruição ambiental, à desigualdade e à exclusão social.

Acosta (2016) propõe uma mudança de paradigma, onde o bem-estar das pessoas e o respeito ao meio ambiente sejam prioridades fundamentais. O conceito do bem viver defende a necessidade de uma economia sustentável e solidária, que valorize os saberes tradicionais, a participação cidadã e a justiça social. Isso implica em repensar as relações de poder, a promover a igualdade de gênero, o respeito aos direitos dos povos indígenas e, desta forma, construir uma sociedade mais democrática e inclusiva.

No curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, os alunos atuam em projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão junto às comunidades locais, no sentido da proteção de seus territórios. E o trabalho de conclusão de curso, vem sendo um reflexo do percurso acadêmico destes discentes que buscam o arcabouço de sua cultura e de sua identidade para a conclusão do curso.

Nos alunos indígenas observamos que existe a preocupação de trazer retorno aos anseios sociais de suas aldeias. Alguns trabalhos, discutem as mazelas que o povo indígena enfrenta na região, com os avanços de políticas neoliberais, que muitas vezes resultam na marginalização e na perda de direitos dessas comunidades.

Os estudos buscam valorizar a cultura tradicional em diálogo com as necessidades atuais de seu povo. No contexto do neoliberalismo, políticas econômicas que enfatizam a privatização, a desregulamentação e a diminuição do papel do Estado, trazem impactos negativos nas comunidades indígenas. Essas políticas frequentemente promovem a exploração de recursos naturais em terras indígenas, ameaçam a preservação do meio ambiente e causam a perda de territórios tradicionais.

Diante dessa realidade, o povo indígena busca formas de enfrentar os desafios e as injustiças que suas comunidades enfrentam. E, desta forma, os alunos indígenas desempenham um papel importante nesse processo, por meio de trabalhos e pesquisas que abordem questões como fortalecimento da cultura e sustentabilidade. Para a realização destes estudos, o diálogo e o trabalho conjunto com lideranças indígenas e organizações representativas são fundamentais para a construção das discussões nos trabalhos acadêmicos.

Conclusões

Esse legado da colonização continua a afetar as estruturas de poder e os sistemas de conhecimento em muitas sociedades pós-coloniais. A hierarquia do conhecimento eurocêntrico ainda é predominante em muitos campos acadêmicos, resultando em uma marginalização persistente de perspectivas e saberes não ocidentais.

Portanto, a colonização no âmbito do saber levanta questões sobre a descolonização do conhecimento. Isso envolve reconhecer, valorizar e revitalizar os saberes e perspectivas locais e indígenas, promovendo uma pluralidade de conhecimentos e epistemologias que reflitam a diversidade das sociedades contemporâneas. A descolonização do conhecimento busca desafiar as estruturas de poder e a hegemonia do conhecimento eurocêntrico, abrindo espaço para uma maior inclusão e respeito pela diversidade de saberes.

Um curso de nível superior que aborde temas decoloniais é de extrema importância nos dias de hoje. A abordagem decolonial é uma perspectiva crítica que questiona as estruturas de poder e dominação presentes nas sociedades coloniais e pós-coloniais, buscando desafiar as hierarquias e opressões historicamente estabelecidas. Esta abordagem permite ao alunado questionar e desconstruir as perspectivas eurocêntricas que moldaram os sistemas educacionais e acadêmicos, ao desafiar o pensamento único e promover uma visão mais inclusiva e diversa do conhecimento.

A discussão em torno da organização e estruturação das matrizes curriculares, nos cursos de graduação, muitas vezes, devem buscar reflexões sobre o reconhecimento da diversidade de conhecimentos, ao valorizar os saberes tradicionais dos povos indígenas, afrodescendentes e outras comunidades marginalizadas que foram historicamente subjugados pelo colonialismo. Pensar em disciplinas e atividades em torno desta abordagem, prepara os estudantes para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais globalizado e diverso. O alunado terá mais ferramentas para desenvolver habilidades de análise crítica, pensamento reflexivo e sensibilidade cultural, fundamentais em diversos campos profissionais, incluindo educação, direito, saúde, ciências sociais, comunicação e artes.

Referências

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante, 2016.
- CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Coords.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- MIGNOLO, W. D. **The darker side of the Renaissance**: literacy, territoriality and colonization. Ann Arbor, The University of Michigan Press. 1995.
- MIGNOLO, W. D. **Occidentalism, coloniality, and subalternity**, in Fawzia Afzal-Khan e Kalpana Seshadri-Crooks (orgs.), *The Pre-Occupation of Postcolonial Studies*. Durham, Duke University Press. 2000.
- WYNTER, Sylvia. **Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom**: Towards the Human, after Man, Its Overrepresentation – na Argument. *The New Centennial Review*, Michigan, v.3, n.3, p. 257- 337, 2003.
- QUIJANO, A. **Colonialidad y Modernidad-Racionalidade**. In: Bonilla, Heraclio. *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá: Tercer Mundo, 1992.
- UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Pará. 2012. **Pró-Reitoria de Planejamento Institucional**. Em: ufopa.edu.br/ufopa/aceso-informacao-bk/institucional. Data: 18 de maio de 2023.
- PPC. Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. UFOPA. 2020.
- MEC. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 1, de 13 de Janeiro de 2014**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública. 2014.

SANEAMENTO BÁSICO EM PIMENTA BUENO, CACOAL E ESPIGÃO DO OESTE – RO: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

COIMBRA, Denilson José dos Santos
TURATTI, Luciana

Universidade do Vale do Taquari - Univates, denilson.coimbra@universo.univates.br
Universidade do Vale do Taquari - Univates, lucianat@univates.br

Tema: Complexidades e Transversalidades

Resumo: Saneamento é sinônimo de asseio, de limpeza e de higiene. A adoção de políticas de saneamento refletem diretamente na saúde e qualidade de vida da população, enquanto a ausência destas ou insuficiência gera prejuízos para o meio ambiente e para a saúde. Tão importante é a importância da matéria que quando do estabelecimento dos chamados ODS, no ano de 2012, a ONU elegeu o ODS 6 como responsável pelo tema água e saneamento. Considerando o exposto, o objetivo deste trabalho volta-se a ideia de contextualização das condições de saneamento presentes em 03 municípios da região norte do país, como parte integrante de uma pesquisa maior que vem sendo desenvolvida no âmbito do PPGAD da Univates, cujo objetivo busca identificar as condicionantes de ordem ambiental e social relacionadas ao saneamento básico e seu impacto na efetivação da Lei 11.445/2007 e do novo marco legal do saneamento (Lei 14.026/2020). Os procedimentos metodológicos para composição deste trabalho foram o estudo bibliográfico e documental. Como resultados tem-se um cenário que desperta preocupação, haja vista o distanciamento entre os números presentes nos dados atuais e as metas propostas para o ODS 6.

Palavras-chave: Mínimo existencial; Reserva do possível; ODS; Direitos sociais.

Introdução

O saneamento básico abrange um conjunto de serviços fundamentais para a saúde e a qualidade de vida das populações. Nos locais onde é ausente ou insuficiente, muitos são os problemas existentes e, portanto, se mostra ainda mais fundamental. “Há um consenso de que saneamento e saúde andam juntos, são inseparáveis, e de que ambientes poluídos e degradados, são propícios ao aparecimento de várias doenças, especialmente as de veiculação hídrica” (MELLO, 2018, p. 38).

No decorrer da história, sempre houve a necessidade de abastecer a população com água para suprir as demandas das civilizações e, também, a busca de soluções para a questão do esgotamento sanitário e do lixo descartado. Com o crescimento da degradação do meio ambiente, no ano de 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltados para o cuidado com o planeta e para a saúde da população e dentre eles, propôs o Objetivo 06, que trata exatamente de “garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos”.

Desse modo, “para a efetiva proteção ambiental, o saneamento básico deve figurar entre os primeiros critérios de garantia do mínimo existencial, por representar as condições básicas para a dignidade da vida humana” (CARCARÁ; SILVA; NETO, 2019, p. 494), que, por sua vez, é garantia dos direitos fundamentais sociais contidos na Constituição Federal de 1988 e também princípio fundamental da República. Integram o saneamento básico o tratamento da água para abastecimento, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos urbanos e o manejo das águas pluviais

urbanas. A sua ausência acarreta uma série de fatores negativos, dentre eles doenças de veiculação hídrica, mortalidade infantil, impactos ambientais, dentre outros.

Na condição de elemento que compõe o mínimo existencial para conquista dos direitos básicos o saneamento se torna indispensável em todas as cinco Grandes Regiões do país, mas principalmente na Região Norte, pelo fato desta apresentar os piores índices, como ocorre nos municípios de Pimenta Bueno, Cacoal e Espigão do Oeste – RO, que integram a Mesorregião denominada Leste Rondoniense. Quando se trata de Microrregiões, Pimenta Bueno pertence à Microrregião de Vilhena e os outros dois municípios, à Microrregião de Cacoal, cidade considerada segundo o IBGE, como Centro Sub-regional B, onde sua influência gira em torno da escala regional nos municípios circunvizinhos, como é o caso dos outros dois aqui estudados (IBGE, 2019).

O presente trabalho integra a pesquisa que está sendo desenvolvida em nível de mestrado junto ao Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates, onde busca-se identificar as condicionantes de ordem ambiental e social que tem relação direta com a implementação do serviço de saneamento básico em Pimenta Bueno, Cacoal e Espigão do Oeste, todos municípios do estado de Rondônia, e seu impacto na efetivação da Lei 11.445/2007 e do novo marco legal do saneamento (Lei 14.026/2020). A pesquisa proposta é qualitativa e contemplará um estudo descritivo e de campo. Como resultados pretende-se, num primeiro momento, apresentar um diagnóstico da situação nos municípios investigados, e a partir destes, acredita-se que seja possível traçar diretrizes para elaboração de políticas públicas e ações capazes de, se necessário, implantar melhorias nos sistemas de saneamento básico e atender as metas propostas na ODS 6, contribuindo, por consequência, para a saúde e qualidade de vida da população da região estudada.

A temática enfrentada diz respeito diretamente à ideia da dignidade da pessoa humana, valor fundamental para República brasileira (SIQUEIRA JR, 2007, p. 19). Não é possível ter vida digna com a violação dos direitos humanos e com a ausência e precariedade do saneamento básico, prejudicando a saúde e a qualidade de vida das populações locais.

Cabe ressaltar que, apesar de o legislador não ter mencionado expressamente o saneamento básico nos direitos sociais, ele está implícito na dignidade da pessoa humana e há um artigo específico que trata da saúde, na Constituição Federal, o artigo 196, onde a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (CF, 2017). E, portanto, é direito e tem que ser respeitado. No que se refere a questão ambiental, o saneamento básico adequado evita muitos impactos relacionados ao meio ambiente, como a poluição dos mananciais que abastecem as cidades e das águas de rios, córregos, igarapés, lagos, mares e oceanos.

A temática da água no século XXI, também é alvo de discussões, devido à escassez hídrica em muitos países, bem como a ausência de água potável para consumo humano e cabe lembrar que ao se tratar de saneamento básico, tal tema também é abrangido, o que exige sua implementação de forma adequada e satisfatória para a garantia dos direitos dos cidadãos.

Descrição da pesquisa

O Estado é o responsável por garantir a contraprestação dos serviços essenciais, uma vez que representa a coletividade, porém, com base no princípio da reserva do possível, não poderá exceder sua capacidade orçamentária, o que, em muitas oportunidades gera limites à sua atuação e faz com que este deixe de prestar serviços essenciais à população, como é o caso do saneamento básico. Segundo Siqueira Jr e Oliveira (2007, p. 95):

Os direitos econômicos e sociais, diferentemente da primeira geração, das liberdades públicas, não são direitos naturais, como pressupunha a doutrina iluminista. Essa nova categoria de direitos foca a sociedade. É a garantia do Estado na instituição de serviços públicos correspondentes ao objeto social desses direitos.

Como, contudo, é obrigação do Estado garantir o mínimo existencial, cabe àquele que se sentir lesado, recorrer ao Poder Judiciário para ter seus direitos garantidos. Siqueira Jr. e Oliveira (2007) enfatizam ainda que os direitos, as liberdades e as garantias não se articulam com os direitos sociais e que o Estado Democrático e Social de Direito tem a função de fazer a conciliação entre a defesa social com os interesses individuais dos cidadãos. É nesta premissa que reside o objetivo do presente trabalho, qual seja, identificar em que condições encontram-se 03 municípios do estado de Rondônia no que diz respeito ao saneamento básico.

Os municípios de Pimenta Bueno, Cacoal e Espigão do Oeste são pertencentes ao bioma Amazônia e à Bacia Hidrográfica Amazônica, sendo limítrofes, integrando de acordo com a Associação Rondoniense de Municípios - AROM, à região denominada “Café”, acompanhados dos municípios de Ministro Andreazza, Primavera de Rondônia e São Felipe do Oeste, todos do estado de Rondônia. Pimenta Bueno é um dos 52 municípios do estado de Rondônia com uma área total de 6.241 km², com uma população em torno de 37 mil habitantes, com PIB per capita em torno de R\$ 31.747,87 (IBGE, 2021). O município é conhecido no estado por ser um importante polo industrial de vestuário, de acordo com a SEDEC/RO (2023), “ao todo, Pimenta Bueno conta com 15 indústrias de confecções, gerando mais de 500 empregos. Além dos empregos diretos nas indústrias, há a contratação de costureiras faccionistas”.

Cacoal é um dos maiores produtores de café do estado, sendo Rondônia, de acordo com Ruiz (2022), o maior produtor da cultura na Região Norte e o 5º no país e o estado produziu 2,64 milhões de sacas de café arábica, ficando atrás de MG, ES, SP e BA. Segundo Lima (2022), “Rondônia figurou com seis municípios entre os 100 maiores produtores do país, dentre eles, Cacoal, com 22 mil toneladas”. Na economia, destaca-se ainda por ser um importante polo industrial do Estado. Cacoal é um dos maiores e mais populosos municípios do estado de Rondônia. Tem uma área de 3.793 km² e população estimada em torno de 86.416 habitantes (IBGE, 2021). É um importante polo universitário do Estado, atendendo vários municípios da região. Sua economia gira também em torno do comércio e da prestação de serviços. Assim como Pimenta Bueno, a cidade está localizada no eixo da BR-364.

De acordo com o Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (2022) a AROM - Associação Rondoniense de Municípios foi fundada 05 de junho de 1993, abrange na atualidade 52 municípios do estado e tem a sua sede na capital, a cidade de Porto Velho, no bairro Arigolândia. Ainda de acordo com o mesmo Diário, sua finalidade se relaciona a “prestar assessorias, orientações nas ações administrativas das prefeituras associadas, [...] visando a perfeita e correta aplicação dos recursos públicos”, dentre outras atribuições. E tem como “objetivo precípua, nos termos de seu estatuto social, desenvolver atividades voltadas para o fortalecimento do municipalismo rondoniense [...]”.

Espigão do Oeste é um município localizado na região leste do estado fazendo limites com os municípios de Cacoal e Pimenta Bueno, e está fora do eixo da BR-364. Possui uma área de 4.518 km². Sua população está estimada em torno de 33.009 habitantes (IBGE, 2021). Em sua economia destacam-se a atividade madeireira, a criação de aves e o extrativismo mineral, principalmente de diamantes na Reserva Roosevelt, habitada pelos indígenas Cintas-Largas. Além do comércio e da prestação de serviços. Destaca-se também por ser considerada a “Capital Pomerana da Amazônia”.

Considerando tais realidades, de caráter socioeconômico, a coleta de dados foi realizada mediante pesquisas em fontes documentais da concessionária estadual “Caerd – Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia” que atuava em Pimenta Bueno e que atua em Espigão do Oeste, da atual “Águas de Pimenta Bueno”, bem como do SAAE “Serviço Autônomo de Água e Esgoto” que atua em Cacoal. Somam-se a esses dados coletados na AGERO – “Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Rondônia”, do Instituto Trata Brasil e do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” e nos Planos Municipais de Saneamento Básico de Pimenta Bueno, Cacoal e Espigão do Oeste, todos como forma de se promover um amplo diagnóstico da real situação do saneamento básico.

Resultados

Apesar dos avanços promovidos ao longo dos últimos anos, em especial no contexto nacional, os dados sobre o acesso ao saneamento básico ainda são deveras preocupantes. O Brasil, com uma população de 211.755.692 habitantes (IBGE, 2020), tem 33.102.066 de pessoas sem acesso à água (SNIS, 2020), o que corresponde a 15,9% da população (SNIS, 2020); possui também 93.938.133 de pessoas sem coleta de esgoto (SNIS, 2020), o que corresponde a 45% da população (SNIS, 2020); além de 5.140.596, 32 m³ de esgoto não tratado (SNIS, 2020), sendo um total de 50,8% de esgoto não tratado no que diz respeito a água consumida (SNIS, 2020). Foram realizados um total de R\$ 13.107.227.884,70 de investimentos totais no ano de 2020 (ITB, 2020), sendo R\$ 61,90 os investimentos *per capita* em 2020 (ITB, 2020), ambos a preços de 2019 (ITB, 2020). Em contrapartida, no que diz respeito às questões de saúde, foram realizadas 167.513 internações totais por doenças de veiculação hídrica no país (DATASUS, 2020) e ocorreram 1.898 óbitos por tais doenças (DATASUS, 2020), o que torna ainda mais relevantes pesquisas envolvendo a temática.

No Estado de Rondônia, com uma população de 1.796.460 habitantes (IBGE, 2020), segundo informações do Instituto Trata Brasil, tem-se 937.430 pessoas sem acesso à água (SNIS, 2020), o que corresponde a 52,6% da população (SNIS, 2020). Este também possui 1.664.358 pessoas sem coleta de esgoto (SNIS, 2020), o que corresponde a 93,3% da população (SNIS, 2020); além de 44.788,13 mil m³ de esgoto não tratado (SNIS, 2020), sendo apenas 8,5% o índice de esgoto tratado referido à água consumida (SNIS, 2020). Foram realizados R\$ 18.492.116,77 de investimentos totais no ano de 2020 (ITB, 2020), sendo R\$ 10,29 o investimento *per capita* em 2020, ambos a preços do ano de 2019 (ITB, 2020). Este último número por si só já gera preocupações uma vez que se distancia em muito do valor médio gasto em nível nacional. Já no que se refere diretamente à saúde, foram realizadas 2.566 internações totais por doenças de veiculação hídrica (DATASUS, 2020) e 19 óbitos por doenças de veiculação hídrica (DATASUS, 2020).

Apesar de Cacoal ter índices melhores que os demais em relação ao saneamento básico, os três municípios carecem de uma prestação de serviços mais eficiente, como verifica-se nas estatísticas do IBGE (2010): o esgotamento sanitário adequado em Pimenta Bueno é de 37,9% e as internações devido a diarreias são de 4,2 para cada mil habitantes. Em Espigão do Oeste, as taxas são de 13,7% de esgotamento sanitário e 4 internações para cada mil habitantes, em Cacoal as taxas são de 52,5% e 1 internação a cada mil habitantes.

Outra preocupação diz respeito às divergências relacionadas às informações e dados encontrados. Porém, fica evidente que mesmo assim, os índices são baixos se comparados com as metas propostas pelos ODS, conforme se verifica em Pimenta Bueno que embora tenha apresentado IDH elevado (0,754), tem dados que dão conta de que [...] a rede pública de esgoto atende apenas 10,1% dos domicílios urbanos, portanto, 86% dos moradores utilizam fossas rudimentares e 3,1% possuem fossas sépticas (PMSB – PIMENTA BUENO, 2020, p.14). Em Cacoal, segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB (2019), “o Sistema de Esgotamento Sanitário de Cacoal,

de acordo com o SNIS (2014) atende aproximadamente 38.000 habitantes do Município, totalizando aproximadamente a metade da população do Município de Cacoal”. Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB (2018) de Espigão do Oeste “as infraestruturas de coleta e tratamento de esgoto ainda não se encontram operando e estão disponíveis apenas para uma pequena parte do centro da cidade”.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico (2020) do município de Pimenta Bueno, “a sede municipal conta com 660 ligações ativas no sistema de esgotamento sanitário, com um índice de apenas 6,95% de atendimento”, o que torna um grande desafio o cumprimento das metas previstas para o ano de 2033 de acordo com o novo marco do saneamento básico. Quanto à Cacoal, segundo o PMSB (2019), os índices que tratam da porcentagem de população atendida estão acima da média estadual. Em relação a Espigão do Oeste, de acordo com o PMSB (2018), o sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário da sede municipal além de não estar em operação não cobre a extensão total da área urbana.

Os dados apresentados denotam, por si só, a importância do tema que o presente projeto pretende enfrentar mas, ainda cabe acrescentar que este cenário também tem intercorrências de ordem considerável no contexto social, pois aqueles que não possuem saneamento em regra serão os mais acometidos por doenças e problemas de saúde e também reflexos no ambiente devido a contaminação com diferentes elementos dos mananciais que muitas vezes servem para abastecer a mesma população que sofre com a falta do saneamento.

Conclusões

Com a aprovação da nova lei (Lei 14.026/2020) que regulamenta o saneamento básico no Brasil, conhecida como o novo marco do saneamento no país, ocorreu a atualização da Lei 11.447/2007, que continha disposições sobre as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, assim como foram promovidas alterações no ordenamento jurídico em algumas leis específicas em torno da questão do saneamento básico, cabendo aos municípios o cumprimento de metas estabelecidas até o ano de 2033, além daquelas previstas no ODS 6 “água e saneamento”. A Lei 9.884/2000, por exemplo, foi alterada para atribuir à Agência Nacional das Águas (ANA), competência para instituir normas para a regulação da prestação de serviços públicos especificamente relacionada ao tema.

Desse modo, a estrutura normativa brasileira foi aprimorada com o objetivo de superar gargalos existentes na legislação quando se trata de saneamento básico. Outras mudanças importantes são: a universalização da regulação e o processo de contratação das empresas: licitações e contratos. E dentre as novas regras para o setor destacam-se a promoção do serviço adequado com pleno atendimento aos usuários, a livre concorrência e a sustentabilidade, dentre outras.

Seguindo a análise fundamentada na promulgação da nova Lei 14.026/2020, Guimarães, Vasconcelos e Hohmann (2021) citam que, dentre as várias mudanças ocorridas, destaca-se como uma das mais relevantes a competência da Agência Nacional das águas e Saneamento Básico (ANA): “[...] editar regras como os padrões de qualidade e eficiência na prestação dos serviços, na manutenção e operação dos sistemas de saneamento básico, regulação tarifária, padronização de instrumentos contratuais entre o titular do serviço e o delegatário [...]”. (GUIMARÃES; VASCONCELOS; HOHMANN, 2021, p. 311)

Ter acesso ao saneamento básico, bem como saúde e qualidade de vida, é um direito fundamental social, bem como a garantia do mínimo existencial. Sobre os direitos fundamentais, Sarlet (2012) enfatiza suas diversas dimensões e importância nas etapas de sua positivação nas esferas constitucional e internacional, e ainda sua posição e o significado dos direitos fundamentais na Constituição de um Estado Democrático e Social de Direito. Ainda segundo o autor, há quem

defenda que os direitos sociais são direitos de totalidade coletiva e não propriamente direitos individuais. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que o direito ao saneamento básico se torna coletivo na medida que deve atender ao todo sem distinção e não a uma pessoa ou grupo individualmente. Os três municípios estudados precisam agilizar a prestação do serviço de saneamento básico para que possam ao mesmo tempo cumprir as metas estabelecidas, garantindo às suas populações saúde e qualidade de vida e o mínimo existencial, uma vez que mesmo havendo divergências entre os números referentes à água tratada e saneamento básico, nas diferentes fontes pesquisadas, percebe-se que se encontram com números ainda preocupantes, principalmente no que se refere ao esgotamento sanitário, tornando o desafio ainda maior.

Referências

ÁGUAS de Pimenta Bueno Spe LTDA. Disponível em <http://cnpj.info/Aguas-de-Pimenta-Bueno-Saneamento-Spe-Ltda>. Acesso em 07 ago. 2022.

BUENO, Karen Estefania Moura; TAVEIRA, Bruna Daniela de Araújo; FOGAÇA, Thiago Kich. **Planejamento e Gestão Ambiental**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

CAVINATTO, Vilma Maria. **Saneamento básico: fonte de saúde e bem-estar**. São Paulo: Moderna, 2003.

CHEMIN, Beatris Francisca. Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação [recurso eletrônico]/ Beatriz Francisca Chemin. 4 ed. atual. e ampl. Lajeado: Editora Univates, 2022.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Lei 14.026, de 15 de julho de 2020**. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>. Acesso em 14 de maio de 2020.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA. **AROM – Associação Rondoniense de Municípios**. 2022. Disponível em <http://arom.org.br/institucional/historia/>. Acesso em 21 ago. 2022.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA. **Produto H – Indicadores de Desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB de Pimenta Bueno**. 2020. Disponível em file:///C:/Users/denil/Downloads/Produto%20H_Pimenta_Bueno_v2_funasa.pdf. Acesso em 14 de maio de 2022.

GARCIA, Katia Cristina. **Avaliação de Impactos Ambientais**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

GODOY, Arilda *Schmidt*. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. v. 35. n. 03. p. 20-29. São Paulo, 1995.

GOVERNO DE RONDÔNIA. **Caerd. Portal da Transparência**. Disponível em <https://rondonia.ro.gov.br/caerd/>. Acesso em 21 ago. 2022.

GOVERNO DE RONDÔNIA. SEDEC: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico. **Indústrias de confecções de Pimenta Bueno e Cacoal abastecem diversos estados e geram centenas de empregos**. 2018. Disponível em <https://rondonia.ro.gov.br/industrias-de-confeccoes-de-pimenta-bueno-e-cacoal-abastecem-diversos-estados-e-geram-centenas-de-empregos/>. Acesso em 03 out. 2023.

GUIMARÃES, S.B; VASCONCELOS, A.C; HOHMANN, A.C. **Novo marco legal do saneamento.** Bernardo Strobel Guimarães, Andrea Costa de Vasconcelos, Ana Carolina Hohmann (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Painel Saneamento Brasil.** Disponível em <https://www.painel.saneamento.org.br/localidade/index?id=11>. Acesso em 21 ago. 2022.

MATTOSINHO, Luís Paulo. **Veja o passo a passo de como fazer tabulação de dados.** 2020. Disponível em <https://caetreinamentos.com.br/blog/ferramentas/como-fazer-tabulacao-de-dados/>. Acesso em 30 out. 2022.

LIMA, Iury. **São Miguel do Guaporé, em Rondônia, é listado como terceiro maior produtor de café no Brasil, pelo IBGE.** Revista *Cenarium* Amazônia. 15 set. 2022. Disponível em <https://revistacenarium.com.br/cidade-de-rondonia-e-listada-como-3o-maior-produtor-de-cafe-no-brasil-pelo-ibge/>. Acesso em 03 out. 2023.

MENDONÇA, Francisco; DIAS, Mariana Andreotti. **Meio ambiente e sustentabilidade.** Curitiba: InterSaberes, 2019.

MINISTÉRIO DAS CIDADES/SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Guia para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.** 2 ed. Brasília: 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES/SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Lei Nacional de Saneamento Básico:** perspectivas para as políticas e a gestão dos serviços públicos. Livro I. 2 imp. Brasília: 2011.

OLIVEIRA, Carlos Roberto; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Novo Marco do Saneamento Básico no Brasil.** Indaiatuba/SP: Editora Foco, 2021.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: **17 objetivos para transformar o nosso mundo.** Disponível em https://www.piscodeluz.org/desenvolvimento-sustentavel?gclid=CjwKCAjwpGJBhBmEiwALWBQk2_5qrae5WEzQdZfryzg6BIL3ngf1Pabejtdg6g6cNMtcR0Ev9wkxoCrf4QAvDBwE. Acesso em 11 de maio de 2022.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) DE CACOAL – RO, 2019. Disponível em <https://sapl.cacoal.ro.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2021/360 /planomunicipaldesaneamentobasicodecacoal-ro.pdf>. Acesso em 19 jun. 2022.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) DE ESPIGÃO DO OESTE – RO, 2018. Disponível em <http://docplayer.com.br/222326947-Plano-municipal-de-saneamento-basico-de-espigao-do-oeste.html>. Acesso em 19 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL. **Mais 500 famílias beneficiadas com ligação da rede de esgoto em Cacoal.** 2020. Disponível em <https://www.cacoal.ro.gov.br/2020/05/18/mais-500-familias-beneficiadas-com-ligacao-da-rede-de-esgoto-em-cacoal/>. Acesso em 21 ago. 2022.

ROCHA, Aristides Almeida. **Histórias do Saneamento.** São Paulo: *Blucher*, 2016.

RUIZ, Angela. Café arábica corresponde a 67% da produção do Brasil em 2022. Agroclima. Disponível em <https://agroclima.climatempo.com.br/noticia/2022/05/27/cafe-arabica-corresponde-a-67-da-producao-do-brasil-em-2022-5556>. Acesso em 03 out. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012. Disponível em file:///C:/Users/denil/Downloads/SARLET,%20Ingo%20W.%20A%20Eficacia%20dos%20Direitos%20Fundamentais.pdf. Acesso em 09 set. 2022.

SIQUEIRA JR, Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos**. Cadernos da Fucamp. v. 20, n. 43. p. 64-93/2021.

SOUZA, Cezarina Maria Nobre *et al.* **Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

GT 2. Educação, Comunicação e Tecnologias



S.34°41'
W56°9'

A PRODUÇÃO ESCRITA A PARTIR DAS MARCAS DO LUGAR ONDE VIVO

ALMEIDE, Adriana Ranzani Gimenes
SOUSA, Auxiliador Jairo de
CRUZ, Francisca Oliveira da

Resumo: Um grande desafio para o ensino na educação básica brasileira tem sido desenvolver habilidades de leitura e escrita relacionadas às práticas sociais do educando. Este relato de experiência é um exercício de reflexão a respeito de uma prática pedagógica de ensino e aprendizagem de leitura e de escrita a partir da concepção de letramentos, realizada nas aulas de Língua Portuguesa, com alunos do 6º ao 9º ano, na escola pública de ensino fundamental Dr. Ulysses Guimarães, na cidade de Altamira-PA. A ação pedagógica, inspirada pela Olimpíada de Língua Portuguesa, objetivou incentivar o exercício da leitura e da escrita, valorizar e elevar a autoestima dos educandos, além de incentivar o protagonismo juvenil por meio de pesquisas e experiências dos educandos sobre o contexto no qual estavam inseridos. Metodologicamente, caracterizou-se como uma pesquisa-ação, em que foram realizadas oficinas de leitura e escrita, rodas de conversas com escritores e cidadãos altamirenses, entrevistas com pais, avós e pessoas da comunidade, até a produção de textos dos gêneros textuais poema, memória literária e crônica. Depois das palestras, dos chás literários, das pesquisas, das leituras e das vivências que tiveram com as atividades desenvolvidas, cada estudante foi desafiado a escolher alguém, conhecido ou não, da família ou reconhecido pela sociedade local, para conhecer a história de vida da pessoa e escrevê-la. Os alunos fizeram entrevistas com a pessoa escolhida, uns gravaram com celular, outros anotaram em cadernos as respostas dos entrevistados. A partir de então, os estudantes traziam seus textos redigidos à mão para serem avaliados e receberem os *feedbacks* com as observações no texto, além de tirar dúvidas para a reescrita e nova entrega do texto. Concluída a versão final dos textos, os alunos foram convidados até a sala de informática da escola para digitarem seus textos e deixá-los salvos em uma pasta no computador para serem submetidos a uma seleção. A prática pedagógica revelou textos significativos e com marcas de autoria que demonstraram uma relação de pertencimento dos alunos com a comunidade da qual fazem parte, e trouxe como produto final a publicação de um livro intitulado “Marcas do lugar onde vivo”. A obra foi composta por uma coletânea de sessenta e um textos produzidos pelos educandos que revelam importantes lugares e momentos vivenciados por moradores de Altamira. Por fim, a experiência revelou-se profícua no processo de ensino e aprendizagem das habilidades de leitura e escrita em sala de aula, na capacidade de ouvir o outro, de conhecer mais da sua própria história e, conseqüentemente, na valorização do seu povo, da sua cultura e de seus saberes a partir das marcas do lugar onde vive.

Palavras-chave: Letramentos. Leitura. Produção textual.

Introdução

Sabe-se que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47). Os professores fascinantes objetivam que seus alunos sejam líderes de si mesmos (CURY, 2003). Estas afirmações reforçam a ideia de que a escola precisa reavaliar e dinamizar sua prática dentro e fora da sala de aula, visando motivar os alunos e mudar o cenário educacional.

A prática educacional da leitura e da escrita é um importante desafio a ser vencido pelas escolas públicas. Pensando nisso, na escola de Ensino Fundamental Dr. Ulysses Guimarães, em parceria com os professores Auxiliador de Sousa e Francisca Oliveira, demos o primeiro passo e inscrevemos nossas turmas na Olimpíada de Língua Portuguesa – OLP (CENPEC, 2019); em busca de uma metodologia atrativa que gerasse conhecimentos mais significativos e inspirados pela OLP, surgiu a ideia de produzir textos a partir de histórias vividas e contadas por moradores da cidade de Altamira, no Estado do Pará.

A partir de então, as aulas de Língua Portuguesa, da escola Dr. Ulysses Guimarães, nas turmas de 5º ao 9º ano do ensino fundamental, foram planejadas por ano, de acordo com as oficinas de poesia, memórias e crônicas, seguindo os materiais da Olimpíada de Língua Portuguesa de 2019.

Nesse sentido, nossa prática seguiu de acordo com o planejamento das ações implementadas e com o estudo do material: cadernos das oficinas conforme as categorias a) Poema: Poetas da escola; Memórias Literárias: Se bem me lembro; b) Crônicas: A ocasião faz o escritor; c) Revista de apoio ao professor: Na Ponta do Lápis, além dos cursos oferecido na plataforma do site da Olimpíada¹; d) Recursos formativos: sequências didáticas, cadernos de orientação, vídeos, jogos e recursos didáticos para auxiliar os professores em suas práticas; e) Entrevistas com escritores, relatos de experiências no blog da OLP e conversas com Olímpia, personagem criada pela OLP para interagir com os professores inscritos no concurso, esclarecer dúvidas, orientar, motivar e estabelecer uma relação de empatia nesse processo. Foram aulas bastante significativas de leitura, de conhecimento, de pesquisas e de entrevistas, compartilhando saberes sobre a temática geral: “O lugar onde vivo”.

1 A leitura e a escrita a partir de múltiplos letramentos

“A palavra falada é um fenômeno natural; a palavra escrita é um fenômeno cultural” (PESSOA, 1999, p. 19). Dessa forma, a criança nasce e no meio social no qual está, aprende a falar de forma natural e espontânea, no entanto, ela aprende a escrever, geralmente, num contexto escolar formal, sob influência e interação cultural e social. Isso implica que a fala e a escrita não são a mesma coisa, embora relacionadas (OLIVEIRA, 2010), são, na verdade, um *continuum* um do outro (MARCUSCHI, 2001).

Aprender a escrever é uma tarefa que requer esforço por parte dos alunos e do professor para que o aprendizado vá além da simples tarefa escolar (OLIVEIRA, 2010). É preciso não só decodificar sons e letras, mas entender os significados do uso da leitura e da escrita em diferentes contextos (JUSTO; RUBIO, 2013); assim,

Um dos objetivos principais da escola é justamente possibilitar que seus alunos possam participar das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramentos) na vida da cidade, de maneira ética, crítica e democrática. Para fazê-lo, é preciso que a educação linguística leve em conta hoje: os multiletramentos ou letramentos múltiplos, também de maneira ética e democrática, deixando de ignorar ou apagar os letramentos das culturas locais de seus agentes [...]; os letramentos multissemióticos exigidos pelos textos contemporâneos [...]; os letramentos críticos e protagonistas requeridos para o trato ético dos discursos em uma sociedade saturada de textos e que não pode lidar com eles de maneira instantânea, amora e alienada [...] (ROJO, 2009, p. 107).

As práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem de leitura e de escrita, sem dúvida, ainda são um desafio. Rojo (2012) define o conceito de multiletramentos como textos compostos de inúmeras linguagens e que exigem habilidades de compreensão e produção para ganhar significados.

Dessa forma, a principal meta da escola, no que diz respeito ao ensinar português, deve ser estimular os alunos a ler e a escrever, para inseri-los nas práticas e nas situações de letramentos múltiplos existentes na sociedade (OLIVEIRA, 2010). Cabe a nós, educadores, o papel de criar oportunidades, multiplicar e democratizar as práticas de leitura e escrita, favorecendo o acesso dos educandos aos mais variados gêneros textuais, dentro e fora da sala de aula. A escola é uma agência de letramentos por excelência que deve criar espaços para experimentar novas formas de

1 www.escrevendoofuturo.org.br.

participação nas práticas sociais e letradas e, assim, constituir múltiplos letramentos na vida social de nossos alunos (KLEIMAN, 2007).

Ressaltamos, ainda, a proposição de objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento que concorrem para a capacidade dos estudantes de relacionar textos, percebendo os efeitos de sentidos decorrentes da intertextualidade temática e da polifonia resultante da inserção – explícita ou não – de diferentes vozes nos textos. A relação entre textos e vozes se expressa, também, nas práticas de compartilhamento que promovem a escuta e a produção de textos, de diferentes gêneros e em diferentes mídias, que se prestam à expressão das preferências e das apreciações do que foi lido/ouvido/assistido.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018), o texto é o ponto central para definição dos conteúdos, habilidades e objetivos. É preciso proporcionar aos alunos experiências que contribuam para a ampliação dos múltiplos letramentos, conforme apontado nas orientações da Base, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.

Ler e escrever é dialogar com o mundo e isso equivale à passagem da aula de gramática normativa para as práticas de leitura e escrita demandada por práticas sociais (PEIXOTO, 2019). É preciso ressaltar que não basta apenas a presença da escrita para haver letramentos, é preciso sua interação em uma realização social da qual a escrita faça parte. Assim, é importante que haja uma situação específica em que as coisas estejam acontecendo, e em que se possa vê-las (STREET, 2003).

Portanto, a escrita é uma atividade processual que ocorre por meio de leituras, reflexões e acesso a diferentes fontes de informação; é uma atividade que mobiliza um repertório de conhecimentos e, por isso, não pode ser improvisada (ANTUNES, 2009). É preciso caminhar em direção ao conceito de letramentos: do saber ler e escrever em direção ao ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita em situações reais de interação (SOARES, 2004). Assim, este relato de experiência evidencia a importância da produção textual a partir das marcas do lugar em que o aluno está inserido.

2 O percurso dos jovens escritores

O trabalho desenvolvido com os alunos em sala de aula teve como objetivo geral incentivar o exercício da leitura e da escrita, além de valorizar e elevar a autoestima dos educandos a fim de que floresça o protagonismo juvenil e que suas vivências façam parte da aprendizagem.

Além disso, entendemos que seria importante atentar para pontos não menos essenciais que consolidassem nosso objetivo maior. Assim, as atividades realizadas procuraram ainda: desenvolver o processo de leitura e escrita, sob a perspectiva dos multiletramentos; proporcionar meios de interação social e cultural para fundamentar a produção escrita dos alunos; coletar informações da história de moradores da região para a produção de poesias, crônicas e memórias literárias; e produzir um livro com uma coletânea de textos produzidos pelos alunos do ensino fundamental.

Para tanto, como já mencionado, inscrevemos nossas turmas na Olimpíada de Língua Portuguesa 2019, em busca de uma metodologia atrativa que envolvesse nossos alunos. Assim, nossas atividades seguiram as orientações pedagógicas desse concurso nacional de Língua Portuguesa. E nós, na função de professores pesquisadores, imergimo-nos nos estudos dos gêneros, estudando as oficinas, compartilhando experiências, construindo e adequando planos de trabalhos, por acreditarmos que um trabalho pode obter mais sucesso se planejado.

Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada; é agir de acordo com o previsto; é buscar algo incrível, essencialmente humano: o real comandado pelo ideal.

Percebemos assim que o planejamento só tem sentido se o sujeito se coloca numa perspectiva de mudança (VASCONCELLOS, 2000, p. 79).

Nossa principal meta era envolver nossos estudantes numa perspectiva de multiletramentos, promovendo eventos e práticas em que eles pudessem escrever de forma significativa, sentindo-se parte nesse construto social da cultura escrita.

Pode-se afirmar que foram momentos mágicos em que lugares, histórias e lembranças vividas por moradores da região começaram a ser ouvidas e escritas. O aluno tornou-se o autor da sua história e desse processo surgiram lindas poesias, memórias literárias e crônicas, levando-os ao protagonismo de sua aprendizagem e como forma identitária de pertencimento do “lugar onde vive”.

No íterim dessas ações, os alunos passaram por oficinas para aprender conceitos básicos, estrutura e características dos gêneros textuais: poesias, memórias e crônicas. Além disso, tiveram contato com a leitura de textos voltados à temática e já premiados em outras edições das OLP e realizaram atividades relacionadas à análise dos textos. Em seguida, os educandos foram orientados por meio de vídeos e questionários sobre como realizar uma entrevista. Também, foi convidada uma pessoa influente da sociedade altamirense para palestrar sobre sua história pessoal e suas atividades em movimentos sociais da localidade.

A convidada para palestrar foi a ativista Antônia Melo da Silva, coordenadora geral do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. A palestra aconteceu no auditório da 10ª URE, para três turmas, onde os alunos puderam ouvir a convidada por aproximadamente uma hora e, em seguida, interagir com a palestrante fazendo perguntas e anotações. Nesse momento, alunos e professores tiveram a oportunidade de se emocionar com histórias de dor, de lutas e de vencedores. A partir dessa palestra, foram produzidos muitos textos, um deles foi selecionado, “A Guerreira do Xingu”, escrito pela aluna do 7º ano, Sophia Tabosa. Este texto representou a escola na OLP, na categoria Memórias Literárias, e fez parte do livro “Marcas do Lugar onde Vivo”.

Além disso, essas atividades foram incrementadas com os “Chás Literários”, um momento descontraído, também de palestra, com cerca de uma hora e meia de duração, com pipoca, chá, biscoito, café e suco, na sala de leitura da escola, em que escritores locais foram convidados para falar aos nossos alunos sobre suas experiências com o ato de escrever. Foram realizados dois “Chá Literário”, em dias diferentes: um com a escritora Rosângela Maria Tôrres Emerique, e outro com o escritor Édio Wilson Soares da Silva, ambos membros da Academia Altamirense de Letras. No início, o palestrante fez sua apresentação, por uns 50 (cinquenta) minutos, sobre sua carreira, suas obras, curiosidades de quando era estudante. Em seguida, houve um bate-papo em que os alunos puderam entrevistar e dialogar com os escritores sobre o processo de criação literária. Os escritores também davam dicas e sugestões de como criar personagens, fazer a descrição dos espaços, pensar em temas interessantes e sobre escrita criativa. No final, foi realizado o coquetel, o sorteio de alguns livros dos autores e a sessão de fotos.

É importante destacar que dentre as muitas curiosidades dos alunos, algumas perguntas que foram feitas à escritora chamaram nossa atenção: “Você gosta de ler e de escrever desde criança?”; “Você sempre foi boa em Língua Portuguesa?”. A escritora Rosângela Maria Tôrres Emerique respondeu que, desde criança, sempre gostou de ler, pois seu pai, semanalmente, emprestava um livro na biblioteca para ela ler, mas que não era tão boa em Língua Portuguesa, e sempre ressaltava em sua fala que “ninguém é escritor sem ser leitor antes”. Já para o escritor, com maior enfoque na produção de crônicas, a pergunta que chamou a atenção foi: “De onde surgem suas ideias e inspiração?”. O escritor Édio Wilson Soares da Silva respondeu que desde criança sempre gostou de ouvir as histórias contadas por seu pai e por outras pessoas idosas e isso serviu para inspirá-lo.

Segundo Lopes-Rossi (2002), cabe ao professor criar condições para que os educandos, enquanto sujeitos na produção de textos, possam apropriar-se de conhecimentos discursivos e linguísticos de diferentes gêneros textuais, relacionados à realidade por meio de projetos pedagógicos que evidencie a leitura, a produção escrita e a circulação social. Nesse sentido, cabe à escola e aos professores o desenvolvimento dessa competência dos alunos, valorizando as experiências socioculturais de cada um.

Depois das palestras, dos chás literários, das pesquisas, das leituras e das vivências que tiveram com as atividades desenvolvidas, cada estudante foi desafiado a escolher alguém, conhecido ou não, da família ou reconhecido pela sociedade local, para conhecer a história de vida da pessoa e escrevê-la. Os alunos fizeram entrevistas com a pessoa escolhida, uns gravaram com celular, outros anotaram em cadernos as respostas dos entrevistados.

Após a realização das entrevistas, eles começaram a versão preliminar do texto, de acordo com a categoria proposta pela OLP para cada série: Poema (5º ano EF), Memórias Literárias (6º e 7º anos EF) e Crônica (8º e 9º anos EF). Como não poderia deixar de ser, em se tratando de produção escritas, começaram as muitas “idas e vindas” no processo, pois o ato de escrever pressupõe revisões e reescritas até o resultado final, o texto.

Os estudantes traziam seus textos redigidos à mão e entregavam para nós analisarmos. Iniciamos com eles a fase de revisão em que fazíamos as observações no texto e os chamávamos para darmos as explicações e tirarmos as dúvidas que tinham mesmo com os bilhetes orientadores as observações do texto, Assim, dávamos mais uns dois ou três dias para a reescrita e nova entrega (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004).

Alguns textos precisaram de poucas reescrituras e outros mais. Ao ver seu texto em processo final e aprovado para a OLP, o aluno demonstrava uma imensa satisfação. Isso nos incentivava também a criar atividades com as etapas de produção do texto, aprimorando as discussões e as pesquisas sobre o tema, favorecendo, assim, a concatenação das ideias, a estruturação textual, até a revisão colaborativa do texto (LOPES-ROSSI, 2002).

Concluída a versão final dos textos, os alunos foram convidados a ir à sala de informática da escola para digitar seu texto e deixar salvo em uma pasta no computador. A partir dali, alguns textos foram encaminhados para as etapas Escolar, Municipal e Estadual da Olimpíada de Língua Portuguesa. Em seguida, cada um de nós, professores, escolhemos entre 25 e 30 melhores textos e encaminhamos a uma equipe de professores voluntários para uma nova seleção de 61 textos para compor a I Coletânea.

O resultado dessa experiência de prática textual escrita foi publicado em um livro que intitulamos “Marcas do lugar onde vivo”. A obra é composta por uma coletânea de 61 (sessenta e um) textos produzidos pelos educandos que revelam importantes lugares e momentos vivenciados por moradores de Altamira.

Na organização do livro, mobilizamos os estudantes, os familiares e toda a escola: professores, equipe diretiva e funcionários em geral e contatamos profissionais para a edição e diagramação do livro. Outra atividade interessante desenvolvida com os alunos foi o concurso para a criação da arte da capa do livro que os motivou ainda mais a protagonizarem sua aprendizagem.

Todos esses momentos foram marcantes para a comunidade escolar e conseguimos envolver a família nesse promissor projeto, afinal, múltiplos letramentos vão além das quatro paredes da sala de aula. Como atividade de trazer os familiares para o nosso contexto, fizemos um pré-lançamento e convidamos as famílias dos estudantes, apresentamos um protótipo da obra que, evidentemente, encantou e deixou os pais mais felizes e cheios de orgulho de seus filhos.

Depois de agrupar os textos, corrigir, revisar e publicar, chegou o grande dia: a cerimônia de lançamento do livro e autógrafos dos alunos, que foi um momento de interação, socialização, apresentações e confraternização. Na programação de lançamento a ansiedade tomou conta de cada envolvido no processo, porém, tal ansiedade, nervosismo e tensão eram velados pela alegria e satisfação em termos conseguido chegar até aquele momento de pura emoção e encantamento. Os olhares de cada aluno, família, professor, percorriam todo o espaço e cruzavam-se em meio a tanta magia. Ali não tinha espaço para tristeza ou algo parecido, pois tudo refletia emoção, gratidão. Tudo era luz.

O espaço, Teatro Municipal de Altamira, era apropriado para suportar um pouco mais de duzentas pessoas, ainda assim, conseguimos colocar ali quase trezentas, de uma feita que ansiávamos por mostrar o que somos capazes quando bem orientados e cuidados. Por nós e pelos alunos, teríamos realizado o evento em praça pública e envolveríamos o entorno da escola e a visibilidade do sucesso de crianças e adolescentes seria ainda maior. Entretanto, ainda que não tenha sido possível, ficamos contentes com o efeito que surtiu tanto em nós, como na escola e na família dos envolvidos.

Com isso, entendemos que é essencial que o professor possibilite práticas de ensino que culminem em eventos de divulgação ao público com a produção textual dos alunos, durante o desenvolvimento de um projeto (LOPES-ROSSI, 2002). A realização desse lançamento de livro permitiu a todos saber o valor da escola, dos professores que nela atuam e dos alunos que pertencem a ela, além de dar acesso imediato ao resultado de meses de engajamento na concretização desta, que foi, acima de tudo, uma experiência ímpar na vida de cada personagem que compõem a história do primeiro livro lançado por uma escola da rede municipal de ensino fundamental de Altamira.

Considerações finais

Este relato é o produto final de uma experiência de sucesso rumo a um ensino significativo de Língua Portuguesa e de estímulo de futuros escritores. Neste trabalho, destacamos a interação dos educandos em todo o processo de construção dos textos, nas entrevistas, nos chás literários, nas rodas de conversas e nas oficinas de leitura e produção de textos, marcados pelo progresso no ensino e aprendizagem. A capacidade de ouvir o outro, de conhecer mais a sua própria história e, portanto, valorizar seu povo, sua cultura e seus saberes foram destaques, enriqueceram o processo educativo e, com certeza, formaram cidadãos mais conscientes e esclarecidos.

Os momentos de produção, reflexão e reescrita foram explorados no projeto e isso refletiu no uso mais consciente da língua. A escola precisa promover cada vez mais eventos e práticas de multiletramentos, pois como afirma Marcuschi (2001, p. 32) “em si mesma a escrita não produz mecanicamente resultados sociais. O contexto social exerce forte influência sobre o papel da escrita”. Os usos da escrita se realizam, de fato, nos contextos sociais, e nossa experiência aqui compartilhada demonstra que é possível fazer com que os estudantes se envolvam e sejam sujeitos ativos e protagonistas nesse processo.

Referências

ANTUNES, Irandé. Avaliação da produção textual no ensino médio. In: BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia. **Português no ensino médio e formação do professor**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009. p. 163-180.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

CENPEC. **Olimpíada Brasileira de Língua: Escrevendo o Futuro**. 6. ed. São Paulo/SP: CENPEC, 2019. Disponível em: <http://www.escrevendoofuturo.org.br/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, Professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. (Orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Gláís S. Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004. p. 81-108.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JUSTO, Márcia Adriana Pinho da Silva; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. Letramento: o uso da leitura e da escrita como prática social. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 4, n. 1, 2013.

KLEIMAN, Ângela. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, 2007.

LOPES-ROSSI, Maria A. G. O desenvolvimento de habilidades de leitura e de produção de textos a partir de gêneros discursivos. In: LOPES-ROSSI, Maria. (Org.). **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté: Cabral, 2002. p. 19-40.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Letramento e Oralidade no Contexto das Práticas Sociais e Eventos Comunicativos. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; ROJO, Roxane; TFOUNI, Leda; CORRÊA, Manoel Luiz; SOUZA, Lynn Mario. (Orgs.). **Investigando a relação oral/escrita e as teorias do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. p. 23-50.

OLIVEIRA, Luciano A. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola, 2010.

PEIXOTO, Elza Rodrigues Barbosa. **Criatividade e letramento escolar: um estudo de caso à luz do pensamento complexo**. 2019. 256f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019.

PESSOA, Fernando. **A Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ROJO, Roxane Helena R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/4121145/160_165_Letramentos_multiplos_escola_e_inclusao_social. Acesso em: 5 nov. 2020.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos – diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Orgs.) **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012. p. 19-25.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, abr. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>.

STREET, Brian. **Abordagens Alternativas ao Letramento e Desenvolvimento**. Palestra apresentada durante a Teleconferência Unesco Brasil sobre “Letramento e Diversidade”. Londres: King’s College, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico - elementos para elaboração e realização**. São Paulo: Libertad Editora, 2000.

DIALOGISMO E CONSTITUIÇÃO DO EU NA ESCRITA DE CARTAS EM CONTEXTO DE ALFABETIZAÇÃO

FELL, Letícia¹
SCHERER, Natália Taís²
SELL, Iandra Vanessa³
FORNECK, Kári Lúcia⁴

¹ Universidade do Vale do Taquari - Univates, leticia.fell1@universo.univates.br

² Universidade do Vale do Taquari - Univates, natalia.scherer2@universo.univates.br

³ Universidade do Vale do Taquari - Univates, iandra.sell@universo.univates.br

⁴ Universidade do Vale do Taquari - Univates, kari@univates.br

Tema: Educação, Comunicação e Tecnologias

Resumo: O Projeto Alfabeitrando - Laboratório de Alfabetização, desenvolvido pela Universidade do Vale do Taquari - Univates, surgiu da necessidade de potencializar os processos de alfabetização de crianças com dificuldades agravadas pelo contexto pandêmico e a decorrente virtualização das aulas. Em 2021, uma das propostas foi a escrita de textos do gênero carta direcionados a estudantes do Alfabeitrando de outros municípios. Participaram da atividade estudantes da Serra Gaúcha/RS, de Lajeado e de um município do Mato Grosso, que trocaram cartas entre si. Para o estudo, selecionamos cinco textos, três produzidos por crianças da Serra Gaúcha/RS e dois por estudantes de Lajeado. Caracterizada como uma pesquisa exploratória de análise qualitativa, concluímos que a prática proporcionou a produção textual em um contexto real e significativo de escrita, permitindo à criança relações dialógicas e a constituição de si, num papel de protagonismo como autora.

Palavras-chave: Letramento; Alfabeitrando; Produção textual;

Considerações iniciais

Inserida desde o nascimento em contextos socioculturais, a criança, antes mesmo do primeiro contato com o sistema alfabético, interage com a leitura e a escrita. Ainda que sem compreender a formalização da relação fonema-grafema, a criança começa perceber que a escrita está vinculada a sua vida e suas relações sociais. A partir de então, muitas experiências e motivações passam a acontecer por meio do uso de habilidades linguísticas.

No contexto escolar, é a interação entre o desenvolvimento de processos cognitivos e linguísticos e a aprendizagem proporcionada de forma sistemática e explícita que proporciona à criança compreender gradativamente que o sistema de sons da língua pode ser representado por um sistema escrito, que se concretiza por meio das letras. Isso, somado à evolução psicológica, aos estímulos dos ambientes e à influência da língua escrita no seu cotidiano, promove fenômenos que permitem uma aprendizagem qualificada em todas as etapas da vida escolar. O desenvolvimento favorável e constante é reflexo de uma aprendizagem eficiente (SOARES, 2020; SCLiar-CABRAL, 2002; ADAMS *et al.*, 2012; MORAIS, 2013; DEHAENE, 2012).

No entanto, com o cenário mundial modificado a partir do ano de 2020, em consequência da pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2, os processos de ensino e de aprendizagem, como as importantes fases de alfabetização e de letramento¹, sofreram impactos significativos. Os sistemas

1 Entendemos os conceitos de letramento, letramentos, multiletramento e multiletramentos. No entanto, optamos por utilizar a expressão 'letramento' ao longo do estudo.

educacionais foram reconfigurados e novos métodos de lecionar foram adotados, a fim de respeitar a imposição das medidas de isolamento social.

Posterior a esse cenário, com o retorno das crianças às salas de aula, evidenciaram-se as marcas e as consequências de uma aprendizagem a distância, sem interação concreta entre professores e alunos. A fim de auxiliar o ensino básico e colaborar na transformação desse cenário complexo, a Universidade do Vale do Taquari - Univates elaborou um Projeto que visa firmar parcerias com as Secretarias Municipais de Educação. Essa proposta tem como principal objetivo atender crianças nas quais a alfabetização e o letramento estão em desenvolvimento tardio. O Projeto Alfabeletrando - Laboratório de Alfabetização teve sua primeira edição em 2021, no município de Garibaldi/RS e, no ano seguinte, as cidades de Lajeado/RS e Nova Mutum/MT integraram-se à iniciativa. Ao longo de 2022, foram atendidas cerca de 750 crianças de 2º a 6º ano do ensino fundamental.

Durante sua jornada no Projeto, os alunos vivenciam metodologias interativas e dinâmicas e experiências diversificadas de aprendizagem por meio das quais desenvolvem habilidades linguísticas. As aulas são preparadas por uma equipe de professores selecionados que realizaram formações presenciais acerca de temáticas que envolvem a alfabetização, o desenvolvimento da consciência fonológica, a importância da literatura infantil e o uso de tecnologias digitais na alfabetização. Importante destacar que esses professores permanecem inseridos em um processo de formação continuada, que acontece semanalmente, de forma virtual, com a equipe da universidade.

Portanto, com o objetivo de alcançar a leitura e a escrita de forma espontânea, estimular o interesse pela aprendizagem e proporcionar aos estudantes vivências reais a partir dos conhecimentos que adquirem, o Alfabeletrando atua por dois principais vieses: compreender a alfabetização como efeito do desenvolvimento da consciência fonológica, numa abordagem psicolinguística; (SCLIAR-CABRAL, 2002; ADAMS *et al.*, 2012; MORAIS, 2013; SCHERER, WOLFF, 2020;) e compreender a alfabetização como concretização de movimentos de interação sócio-discursiva, para o amadurecimento do letramento das crianças (SOARES, 2020).

A consciência fonológica é uma competência facilitadora da aprendizagem de habilidades linguísticas (SCHERER; PEREIRA, 2018). Partindo de uma abordagem psicolinguística, assumimos que o reconhecimento dos sons, dos grafemas e das sílabas é o ponto de partida para o alcance da escrita e da leitura fluente. Já, por meio do letramento, desenvolvem-se as capacidades de uso da língua em práticas sociais (SOARES, 2020), permitindo, assim, que a criança se torne leitora, escritora e cidadã. Ainda que integrem campos epistemológicos distintos, ambas as concepções de alfabetização aqui referenciadas fazem parte dos pressupostos do Alfabeletrando, por entendermos que não excludentes, mas complementares.

Este texto apresenta os resultados de um estudo cujo objetivo era verificar que indicadores de letramento são encontrados nos textos produzidos por crianças participantes do Alfabeletrando. Para isso, foram selecionados cinco textos produzidos por estudantes de diferentes faixas etárias e de diferentes escolas. Os textos foram elaborados a partir de uma prática de ensino do gênero textual carta, que resultou na interação de crianças de diferentes municípios, oportunizando a troca de experiências, fazendo da escrita a principal ferramenta de comunicação. Como defende a Base Nacional Comum Curricular, práticas de letramento devem estar situadas em eventos motivados e inseridos na vida cotidiana e, ao mesmo tempo, permitir a “análise de aspectos desses enunciados orais e escritos que viabilizam a consciência e o aperfeiçoamento de práticas situadas.” (BRASIL, 2018).

A proposta apresentada neste estudo constitui-se parte das ações do Alfabeletrando, desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Ensino, Linguagens e Tecnologias (ELT), vinculado à pesquisa O ensinar da infância à idade adulta: olhares de professores e alunos, que, pautada em perspectivas

sociointeracionais e cognitivas, busca investigar diferentes formas de ensinar e de aprender na escola e na universidade.

Dada a contextualização, o presente estudo configura-se da seguinte forma: a) num primeiro momento, apresentam-se algumas das concepções teóricas sobre produção textual e práticas de letramento que balizaram as ações pedagógicas desenvolvidas; b) em seguida, expõe-se a metodologia da pesquisa; c) por fim, são feitas a exposição e a análise dos dados coletados, seguidas das considerações finais;

Delimitações teóricas

Os gêneros textuais estão presentes nos movimentos sociais e interativos vivenciados por todos os sujeitos. Como define Marcuschi (2008), gêneros são os textos que encontramos em nosso cotidiano e que apresentam padrões sociocomunicativos, pois exercem funções e objetivos específicos em seu enunciado. Ainda, é possível que cada gênero expresse um significado diferente para aquele que interage com o texto, visto que os sujeitos são expostos a realidades e olhares singulares.

Além disso, a partir das constantes evoluções sociais, diferentes gêneros podem surgir para suprir as novas necessidades comunicativas. A expansão tecnológica, por exemplo, resultou no surgimento de gêneros digitais, como post em rede social, podcast e e-mail. Portanto, em contexto escolar, é preciso que os estudantes estejam constantemente inseridos em possibilidades reais de produção textual por meio da exploração de diferentes gêneros e tipos textuais (GUEDES, 2009).

Em um estudo conduzido por Rangel (2015), destacou-se a importância de práticas de letramento em contextos escolares por meio da criação de uma sequência didática baseada na escrita de uma carta pessoal. Após a produção, alunos de dois municípios próximos realizaram a troca, entre si, das cartas. Segundo a autora, os dados ilustram o impacto de experiências desse tipo, ao explicitar o crescimento comunicativo e a melhora no desempenho linguístico dos alunos participantes das ações desenvolvidas. Isso porque a atividade ultrapassou os currículos escolares e exerceu um papel integrador, promovendo, assim, o contato dos alunos com novas culturas e contextos.

Práticas como essa realizada por Rangel (2015) favorecem o desenvolvimento linguístico e cultural dos estudantes, como comprovado pela pesquisadora. Inclusive, tais atividades podem ser adaptadas para crianças de diferentes idades. Para estudantes dos anos iniciais, por exemplo, exercícios como os citados impactam direta e positivamente no período da alfabetização e do desenvolvimento do letramento, afinal a escrita e a produção textual acabam sendo abordadas em contextos reais e significativos para o escritor (SOARES, 2020).

Ter consciência do sistema escrito e saber interagir no mundo por meio dele, são competências que, juntas, preparam o indivíduo para interagir, viver, movimentar-se e tornar-se cidadão no seu cenário social e cultural. Afinal, a partir das possibilidades de produção escrita, o sujeito adquire outras habilidades comunicativas, como persuasão, expressão de sentimentos e emoções, relato de situações reais e imaginárias, exposição de opiniões, entre tantas outras (BARBEIRO, PEREIRA, 2007).

Portanto, como já mencionado, para o presente estudo, adota-se a concepção de que é preciso alfabetizar, oportunizando à criança o pleno entendimento da relação entre fonemas e grafemas (SCLIAR-CABRAL, 2002; MORAIS, 2013; SCHERER E WOLFF, 2020). Mas, para além disso, é preciso permitir a experimentação da língua falada e escrita, apresentando à criança o leque de possibilidades para praticar os conhecimentos que adquire em âmbito escolar, para que ela seja capaz de questionar valores, tradições e formas de contextos socioeconômicos e culturais (SOARES, 2012).

A alfabetização está relacionada ao processo de apropriação da 'tecnologia da escrita', isto é, do conjunto de técnicas, procedimentos e habilidades necessárias para a prática da leitura e da

escrita (SOARES, 2020). Nesse ciclo, são aperfeiçoadas as habilidades de domínio dos sistemas de representação gráfica e de consciência fonológica, ou seja, a concepção sonora dos grafemas, a escrita alfabética e as normas gramaticais. Já o letramento possui o papel de inserir a criança em seu ambiente sociocultural. Ele tem sido conceituado ora como o conjunto de capacidades para usar a língua escrita nas diferentes práticas sociais, ora para designar o próprio conjunto das práticas sociais que envolvem o texto escrito (SOARES, 2020). Ser letrado pressupõe o entendimento e a habilidade de manipular conhecimentos acadêmicos fora do contexto escolar, visto que, em teoria, as aprendizagens curriculares devem servir para a formação pessoal e social dos sujeitos. Nessa perspectiva, há a desmistificação de que a escrita e a leitura fluente são competências necessárias apenas em âmbito escolar. Afinal, a criança letrada é capaz de questionar valores, tradições e formas de contextos socioeconômicos e culturais (SOARES, 2012).

A habilidade de produzir textos escritos torna-se uma exigência no âmbito social e cultural, pois a necessidade de comunicação por meio da escrita requer dos sujeitos competências linguísticas específicas e, por vezes, complexas. Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental: oportunizar a produção textual escrita que atenda diferentes exigências comunicativas sociais. Conforme Barbeiro e Pereira (2007), a partir das possibilidades de produção de textos escritos, os estudantes adquirem habilidades de explicação, persuasão, exposição de opiniões, expressão de sentimentos e emoções, bem como relato de situações reais e, até mesmo, imaginárias. Entre as ações de pensar o que será escrito e o ato de escrever há uma integridade de habilidades que são praticadas e aperfeiçoadas e o ato de escrever, por si só, já é a prática de conhecimento e um convite à própria escrita.

Cordova (2016) investigou as práticas de escrita de um dos quatro cadernos de produção de textos pertencentes a uma ex-aluna do Estado de Santa Catarina, no ano de 1935. Nessa investigação, o documento permitiu entrever parte do processo de escritas desenvolvidas pela normalista daquela época. Foram analisadas produções presentes em redações, cartas e composições livres.

A autora relata que os três tipos de manifestações textuais permitiram uma aproximação com as práticas textuais em circulação na escola normal, bem como a visualização de técnicas de aprendizagem de escrita e diferentes formas de expressões como cópias, interpretações, entre outras. Destaca-se, nas análises da pesquisadora, a identificação de escritas imaginárias. Isolina Gamborgi, autora das cartas, colocava-se no lugar de outra pessoa e discorria sobre temas propostos pelo professor. Dessa forma, seus textos variam entre descrições de passeios e de desastres, cartas de despedidas e outras situações imaginárias.

A partir desse estudo, é possível compreender que a prática de produção textual, principalmente a vivenciada na escola, revela vestígios de construções históricas e culturais e, as produções, de fato, manifestam-se como objetos de grande importância, que vão além da materialidade, uma vez que os estudantes deixam suas próprias marcas registradas em seus textos. Nessa perspectiva, o estudante adquire habilidades e experiências sociais e culturais a partir de suas próprias produções, tornando-se seu próprio incentivador.

O autor do texto, quando entende a importância e a necessidade do seu trabalho, configura-se como indivíduo essencial daquela ação. Sua escrita passa a ter sentido não apenas para o leitor, mas também para o escritor. Essa é uma competência fundamental a ser desenvolvida com as crianças desde a alfabetização, uma vez que, por meio da linguagem, elas passam a conectar-se com a escrita, significar sua própria produção e entender-se como sujeitos existentes e atuantes no meio social. Considerando a perspectiva Bakhtiniana (1997), o indivíduo entende-se como sujeito ou, ao menos, significa sua palavra por meio da interação com o outro, ou seja, na atitude responsiva que é condição para a interação dialógica humana. Ou seja, oportunizar essa interação permite às crianças a constituição de suas ideias e do seu papel social.

Em contexto escolar, é fundamental oferecer espaço para que as crianças produzam diálogos de forma escrita ou oral. É papel do professor, portanto, oportunizar situações sobre as quais os estudantes podem discorrer e para as quais podem atribuir sentidos, estabelecendo um interlocutor para quem seu discurso será direcionado. Esses contextos, como já mencionado, não precisam, necessariamente, abordar situações concretas, mas devem proporcionar a prática da interação, ainda que imaginária.

A produção textual do gênero carta com estudantes de diferentes idades e localidades propõe esse exercício do diálogo, uma vez que as crianças são instigadas a escrever para um interlocutor. Dessa forma, o escritor constitui-se como sujeito e coloca-se como locutor da mensagem e, por meio desse movimento de interação com o outro, atribui sentido ao seu texto.

A linguagem é uma prática social que permite o relacionamento entre os sujeitos e é por meio dessa experiência que se constituem os significados das mensagens (BAKHTIN, ANO). Justifica-se tal concepção, em parte, pelo fato de que diferentes esferas sociais fazem uso do mesmo sistema linguístico, ainda que tenham diferenças ideológicas, políticas ou econômicas, mas o sentido das palavras, de fato, é firmado nos contextos em que as palavras são proferidas e não respeitam uma imposição única delimitada pela forma escrita, mas sim pelo uso. A situação social marca o sentido da palavra. E é por isso que até mesmo crianças em processo de aprendizagem da língua escrita devem buscar interagir por meio de seus textos.

Procedimentos metodológicos

Aplicando essas concepções ao contexto escolar em vigência no presente estudo, entendemos que as crianças são constituídas daquilo que aprendem com o outro. Seus textos podem ser exemplos simples e claros de como ler e escrever instaura oportunidades simultâneas de reconhecimento de si pelo diálogo estabelecido com os outros. Nas análises pretendidas, serão pontuados indícios que corroborem as concepções discutidas até então.

Dentre as diversas práticas desenvolvidas no Projeto Alfabetrando - Laboratório de Alfabetização, destaca-se uma atividade de produção textual motivada pela contação da história “O carteiro chegou”, de Allan Ahlberg. Estudantes do município de Garibaldi/RS redigiram textos do gênero carta endereçadas a estudantes do Projeto em Nova Mutum/MT. As cartas foram produzidas com o auxílio das professoras e tiveram, como objetivo principal, proporcionar a interação entre estudantes de diferentes estados e, conseqüentemente, diferentes culturas, mas com a participação no Projeto em comum.

De forma semelhante, também após a contação da história “O carteiro chegou”, de Allan Ahlberg, participantes do Alfabetrando do município de Lajeado/RS foram instigados a redigir uma carta endereçada a outros participantes do Projeto do mesmo município.

O presente estudo tem como principal objetivo analisar as produções textuais do gênero carta de crianças que frequentam o Projeto Alfabetrando - Laboratório de Alfabetização. Por meio das análises, busca-se por marcas de letramento e indícios de dialogismo nas escritas das crianças que ainda se encontram em processo de alfabetização.

A atividade de produção de cartas foi pensada a partir da contação de uma história literária infantil, “O carteiro chegou”, de Allan Ahlberg. Após o momento literário, os estudantes foram desafiados a escrever cartas endereçadas a crianças do Projeto Alfabetrando de outras unidades, sempre conduzidos e amparados por suas professoras. Dessa forma, os participantes do Projeto de Garibaldi/RS escreveram textos para os participantes de Nova Mutum/MT. Já crianças que frequentavam o Projeto em Lajeado/RS, nas unidades escolares, escreveram cartas para estudantes do mesmo município, mas que participam do Alfabetrando na unidade sede, a Univates.

Para as análises, selecionamos, de forma aleatória, sete textos, sendo quatro escritos por estudantes de Lajeado e três escritos por estudantes de Garibaldi. Todas as cartas possuem texto escrito e também desenhos feitos pelos próprios autores.

Portanto, de forma a discorrermos sobre as produções, caracterizamos o presente estudo como uma pesquisa exploratória de análise qualitativa de natureza interpretativa.

Resultados

Como resultado das práticas realizadas abordando o gênero carta, apresentamos dois exemplos de textos redigidos pelas crianças que contam com relatos pessoais, apresentações de suas personalidades e descrições de lugares, atividades e sentimentos.

No exemplo a seguir (Figura 1), a estudante redigiu uma carta a alguém que não conhece, mas que compartilha do mesmo contexto escolar. Já ao iniciar, a estudante deixa claro que não conhece sua interlocutora, mas faz uma suposição sobre ela: “eu não conheço você mas você deve ser legal”. A autora do texto entende que o que escreve escreve para alguém. Esse tipo de construção textual ilustra a ideia de atitude responsiva a que se refere Bakhtin (ano??), por meio da condição ativa da autora da carta, que idealiza seu interlocutor e constrói também sobre si uma identidade no campo da interação que a escrita da carta promove. Ou seja, nesse caso, em particular, vemos a língua sendo empregada por uma criança em processo de alfabetização não como um sistema abstrato e descontextualizado. Ao contrário, o entendimento do uso da língua se dá em uma situação concreta e significativa, nos termos de Soares (2020) e, ainda, permite a própria construção da identidade de quem escreve, ao idealizar a existência de quem vai ler o texto. Há, desse modo, o objetivo de alcançar o leitor por meio de seu texto e a autora da carta o faz utilizando as ferramentas que tem disponíveis. Nesse caso, a autora escreve sobre si, pois é o assunto que domina e sobre o qual sente segurança em abordar.

Além de apresentar-se falando seu nome, idade e endereço, a autora também considerou pertinente falar sobre o que gosta de comer e que é algo bem comum e atrativo para as crianças, o chocolate. Citar esse alimento pode ter permitido uma maior identificação do leitor com a autora, uma vez que o assunto abordado e, especificamente o alimento citado, são de conhecimento e, talvez, interesse, de ambos - locutor e interlocutor. Além disso, a estudante apresenta a percepção que tem de si ao escrever “eu sou legal”. O texto que escreve concedeu espaço para que suas opiniões e suas crenças fossem concretizadas.

Figura 1

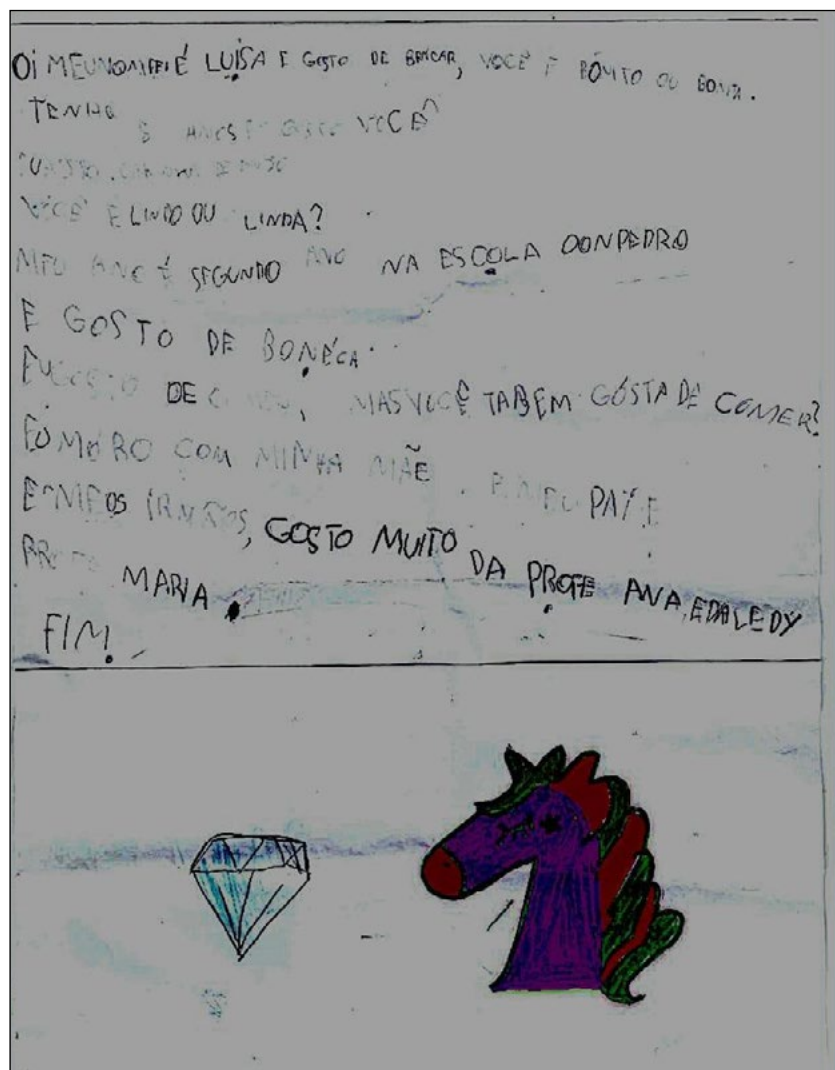


Fonte: acervo das autoras

Outro exemplo, também de um estudante no município de Lajeado/RS, traz uma situação um pouco diferente da carta vista anteriormente. Nesse caso, a autora, além de entender que há um interlocutor para a sua mensagem, busca interagir com ele. Ao longo de seu texto, a estudante procura estabelecer um diálogo, elogiando o seu leitor, mesmo sem saber quem é e, ainda, preocupando-se com a inclinação de gênero dos adjetivos que usa, já que não sabe se o leitor é um menino ou uma menina. Por isso, escreve elogios como “você é bonito ou bonita” e, mais adiante, busca interagir com a pergunta “você é lindo ou linda?”.

Diferentemente do primeiro exemplo, a autora dessa carta apresenta-se para seu leitor ao mesmo tempo que propõe um diálogo, fazendo perguntas sobre ele. É possível afirmar que, para essa estudante, a função do gênero textual carta está clara. Além de comunicar algo a alguém, a criança entende que é por meio desse instrumento que poderá ser contatada e receber informações em forma de uma carta de resposta. Esse entendimento por parte da criança sobre a atividade que realiza e a concretização dos objetivos do gênero textual vigente mostram que a criança está letrada para além de alfabetizada, pois não apenas escreveu palavras em ordem coerente, mas também compreendeu a função social (SOARES, 2012) do texto que produziu.

Figura 2



Fonte: acervo das autoras

Os estudantes apresentaram, em suas cartas, consciência da existência de um interlocutor. Essa informação, que deve ser esclarecida ao introduzir o gênero carta, foi entendida pelas crianças. A estudante referenciada anteriormente, além de entender que escreve para alguém, também demonstrou conhecimento de que esse instrumento textual em particular tem como uma das funções permitir o diálogo entre pessoas distantes fisicamente, como podemos ver nas expressões “gostaria muito de te conhecer”, “espero que você esteja gostando” e “olá, colega” ou “caro colega”, as quais reiteram a importância da produção textual significativa na etapa da alfabetização. Há, não apenas nesse texto, mas também nas produções das outras crianças, elementos de concretização do dialogismo. Os sujeitos, por meio do texto escrito, interagem socialmente e, além disso, moldam seus enunciados e ideias de acordo com o interlocutor que imaginam. Ainda que não se conheçam, as crianças criam percepções de si, do outro e da própria função social da escrita, ao se colocarem na condição de interação que a produção de uma carta permite.

Há aqui, portanto, duas camadas de relação com a língua: na primeira, vemos as crianças que estão se apropriando da compreensão da relação entre fonemas e grafemas operando sistematicamente para que se estabeleçam a comunicação e a interação; na segunda, por meio da escrita das cartas, é possível evidenciar a construção identitária das crianças que assumem uma

atitude responsiva, pressupondo o outro - mesmo desconhecido - para a constituição de si, valendo-se da linguagem como prática social e concretizando práticas de dialogismo.

Conclusões

O presente estudo adota a concepção de que para alfabetizar é preciso desenvolver habilidades de consciência fonológica e proporcionar práticas de experimentação e uso social da língua para que, além de alfabetizada, a criança seja letrada. Portanto, as práticas desenvolvidas no Projeto Alfabeitando - Laboratório de Alfabetização partem desses dois pressupostos.

A atividade integradora desenvolvida pelos diferentes municípios parceiros do Projeto tem o propósito de inserir as crianças em um contexto de letramento, ao mesmo tempo em que também estão praticando suas habilidades de leitura e escrita. A produção de cartas direcionadas a outras crianças permitiu o protagonismo e o sentimento de importância do trabalho de escrita do autor.

As cartas foram produzidas por estudantes que ainda estão em processo de alfabetização, mas que já demonstraram entendimento do propósito social da escrita. Isso se deve, conforme defendemos aqui, à experiência de ensino, que parte de uma prática real, significativa e contextualizada de produção textual.

Para além das atividades propostas pelo professor, iniciativas como essa podem surgir em diferentes meios e situações. Assim, o aluno é capaz de perceber a relação entre produzir textos em sala de aula e a possibilidade de criar, por escrita livre, textos fora da escola. Esses aprendizados são instrumentos poderosos para fundamentar a relação com a escrita (BARBEIRO; PEREIRA, 2007). O professor, muitas vezes, assume o papel de orientador dos saberes, propondo a construção do conhecimento a partir dos interesses das crianças, buscando, sempre, estimular o desejo de aprender.

Portanto, analisando a atividade sob diversas perspectivas, tanto em relação às contribuições para a alfabetização, quanto para a constituição de letramentos e, até mesmo, para o incentivo e gosto pelo aprender, a produção de cartas proposta pelas equipes do Projeto mostrou-se positiva e impactante no processo de aprendizagem dos estudantes. As crianças, além de produzir textos escritos de um gênero específico, também demonstraram entendimento da função social da escrita. A partir disso, os estudantes concretizaram concepções dialógicas, pois escreveram para alguém, considerando esse alguém na constituição de si e de seus enunciados.

Referências

ADAMS, Marilyn Jager; FOORMAN, Bárbara R.; LUNDBERG, Ingvar; BEELER, Terri. **Consciência fonológica em crianças pequenas**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 421p.

BARBEIRO, Luis Felipe; PEREIRA, Luisa Álvares. **O Ensino da escrita: a dimensão textual**. Lisboa: Ministério da Educação - Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2007.

CORDOVA, Tania. **Redações, cartas e composições livres: O caderno escolar como objeto de cultura material da escola (Lages/SC-1935)**. Porto Alegre, 2016.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler**. Penso, 2012.

GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação à produção textual:** o ensino da escrita. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MORAIS, José. **Criar leitores:** para professores e educadores. São Paulo: Editora Manole, 2013.

RANGEL, Roseane I. S. **Leitura e prática docente:** evento de letramento em sala de aula com cartas pessoais. 2015. Dissertação (Mestrado em Letramento e Linguagens) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, RN.

SCHERER, Ana Paula Rigatti; WOLFF, Clarice Lehnen. **Consciência linguística na escola:** experiências e vivências na sala de aula e na formação de professores. Curitiba: Appris, 2020.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Capacidades metafonológicas e testes de avaliação:** implicações sobre o ensino do português. *Perspectiva*, Florianópolis, v.20, n.01, p.139-156, jan./jun. 2002.

SOARES, Magda. **Alfabetrar:** toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

IMPACTOS DO LETRAMENTO DIGITAL NAS REDES SOCIAIS DO GRUPO KOLONIEGESCHMACK: UM ESTUDO DE CASO

SILVA, Caroline Bilhar da¹
GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein²

¹ Faccat, carolinebilhar@sou.faccat.br

² Faccat, email@provedor.com.br

Tema: Educação, comunicação e tecnologias

Resumo: O grupo Koloniegeschmack é composto por 18 mulheres que trabalham juntas na produção e venda de produtos agrícolas em Sapiranga/RS. Em parceria com a Biblioteca Pública Municipal Prefeito Edwin Kuwer e a EMATER/RS, as agricultoras participaram de uma atividade de letramento digital, composta por uma oficina de fotografia comercial. Esta pesquisa visa entender como essa atividade afetou a divulgação dos produtos e as interações na página do Instagram do grupo Koloniegeschmack. A análise consistiu em um estudo de caso, no qual foram analisadas dez publicações anteriores à oficina e dez publicações posteriores. Como resultado, observou-se um aumento significativo nas interações da página, o que acarreta em uma maior visibilidade dos produtos comercializados.

Palavras-chave: Letramento Digital; Bibliotecas públicas; Agricultura familiar; Redes sociais.

Abstract: The Koloniegeschmack group is composed of 18 women who work together in the production and sale of agricultural products in Sapiranga/RS. In partnership with the Municipal Public Library Prefeito Edwin Kuwer and EMATER/RS, the farmers participated in a digital literacy activity, consisting of a commercial photography workshop. This research aims to understand how this activity affected the promotion of products and interactions on the Koloniegeschmack group's Instagram page. The analysis consisted of a case study, in which ten posts before the workshop and ten posts after were analyzed. As a result, a significant increase in page interactions was observed, resulting in greater visibility of the marketed products.

Keywords: Digital literacy; Public libraries; Family agriculture; Social media.

Introdução

O processo de adquirir habilidades e competências para o uso de equipamentos que proporcionam acesso à informação disponível na internet é conhecido como letramento digital. Conforme Borges (2016), esse termo é derivado do inglês e é usado para descrever diversos sinônimos, como «computer literacy», «information literacy», «e-literacy», «network literacy» e «media literacy».

Azevedo e Gasque (2017) afirmam que o letramento digital deve acompanhar a evolução dos contextos econômicos, tecnológicos, sociais e políticos da sociedade. É importante que as pessoas desenvolvam as habilidades necessárias para utilizar novos equipamentos de tecnologia da informação e comunicação que possam surgir no futuro. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) oferecem maior facilidade no armazenamento, busca, acesso e disseminação de informações. Desta forma, a cada dia que passa, incorporam maiores funcionalidades e se tornam mais relevantes às atividades diárias das pessoas.

A ampla gama de possibilidades de aplicação e os mais diversos usos das TIC's na sociedade as tornaram ferramentas imprescindíveis para aqueles que desejam produzir e comercializar produtos.

Como destacado por Affonso, Hashimoto e SantoAna (2015), o uso dessas tecnologias pode aumentar a competitividade em diversos segmentos econômicos, incluindo o setor da agricultura familiar.

A partir do acesso a informações climáticas, dados sobre pragas e doenças que podem afetar as lavouras, e outras informações relacionadas ao trabalho dos agricultores, as TIC s podem melhorar a produção e a qualidade dos produtos. Além disso, a divulgação realizada por meio de redes sociais constitui-se em uma importante forma de divulgação e comercialização de produtos.

Tendo em vista este cenário, observa-se a necessidade de que o poder público estabeleça estratégias para capacitar os agricultores no uso destas ferramentas. Desta forma, será possível aumentar a produtividade da agricultura familiar, capacitar tecnicamente os agricultores e fortalecer as redes de produção locais. A agricultura familiar ocupa um papel fundamental na economia brasileira, motivo pelo qual é preciso que o poder público invista em estratégias para o desenvolvimento deste segmento econômico.

De acordo com Miranda e Assis (2017), é fundamental compreender que o desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico, mas também envolve a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e do ambiente em que vivem. O uso da informação e das TICs nesse contexto apresenta uma ampla gama de novas possibilidades para os envolvidos, de forma a propiciar não apenas o desenvolvimento produtivo e econômico, mas também o desenvolvimento pessoal e social dos agricultores.

Conforme Suaiden (2000), a biblioteca pública desempenha um papel fundamental na promoção do acesso à informação e na formação de uma sociedade crítica e consciente. Segundo o autor, a biblioteca pública é um espaço democrático e inclusivo, que deve oferecer serviços e atividades que atendam às necessidades da comunidade em que está inserida. Nesse sentido, Suaiden (*ibidem*) também destaca que a biblioteca pública deve estar atenta às demandas da sociedade, oferecendo serviços que atendam às necessidades da população, como cursos de capacitação, oficinas, debates e palestras

Com base nessa perspectiva, a Biblioteca Pública Municipal Prefeito Edwin Kuwer, localizada na cidade de Sapiranga, ofertou uma oficina de fotografia comercial à uma associação de mulheres produtoras rurais da cidade, denominada Kolonieschmack. A atividade, realizada no dia 05 de setembro de 2022 no Parque Municipal do Imigrante – Sapiranga RS, foi ofertada por um fotógrafo e uma jornalista especialista em fotografia do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Sapiranga. Em parceria com a EMATER /RS, a atividade reuniu 16 agricultoras e proprietárias de agroindústrias de laticínios, panificação e embutidos.

O objetivo da atividade foi fornecer subsídio técnico para que as produtoras pudessem realizar fotografias e pequenos vídeos de seus produtos, de forma a terem materiais originais e de boa qualidade para abastecer suas redes sociais. A rede social escolhida para a análise proposta no presente trabalho foi a página do grupo Kolonieschmack na rede social Instagram (@kolonieschmack).

De acordo com Seco, Santos e Bartalo (2016), o Instagram é uma plataforma online gratuita para compartilhamento de fotos e vídeos curtos, na qual os usuários podem capturar imagens e aplicar diferentes filtros antes de publicá-las na rede social. A ideia para o aplicativo surgiu em 2010, através do Burbn, criado pelo brasileiro Mike Krieger e pelo norte-americano Kevin Systrom. Eles tinham em mente a criação de uma plataforma para compartilhamento de histórias e experiências, longe do ambiente de trabalho e da rotina diária. O aplicativo foi inicialmente lançado apenas para usuários de aparelhos móveis da Apple, mas posteriormente se expandiu para se tornar uma rede social.

O Instagram possui um papel cada vez mais importante para aqueles que desejam comercializar seus produtos: segundo Araújo, Canteri e Bittencourt (2021), a venda de alimentos por agricultores familiares por meio de redes sociais já ocorria antes da pandemia de Covid-19, com destaque para os produtores orgânicos e agroecológicos que utilizavam aplicativos como WhatsApp, Facebook e Instagram.

Contudo, nos últimos dois anos, a utilização desses canais aumentou significativamente devido aos desafios enfrentados na comercialização dos produtos durante a pandemia da Covid-19 (ARAÚJO, CANTERI E BITTENCOURT, 2021). Desta forma, essa rede social possui um papel cada vez maior para o comércio de pequenos produtores locais. Por meio da capacitação das associadas, a biblioteca pública busca fomentar a agricultura familiar e capacitá-las para interagirem de maneira positiva com a tecnologia.

Descrição do trabalho/pesquisa ou da Experiência

Esta pesquisa possui natureza aplicada de caráter descritivo e, de acordo com Gil (1999), caracteriza-se como um estudo de caso. Para esta análise foram selecionadas dez publicações realizadas pelo grupo no período de janeiro a agosto de 2022 – anterior à realização da atividade, e dez publicações posteriores à atividade.

Priorizou-se a busca por imagens dos produtos comercializados pelo grupo, em detrimento de imagens que mostrassem as participantes do grupo executando suas atividades. Tal escolha foi necessária tendo em vista o foco na promoção dos produtos comercializados pelo grupo, e não em suas participantes. Também optou-se por uma diversificação nas mídias analisadas: dentre as publicações encontram-se fotos únicas, conjuntos de fotos (carrossel) e pequenos vídeos (*reels*).

A métrica de análise foram as curtidas contabilizadas em cada publicação: todas as curtidas visíveis foram contabilizadas. Entretanto, as curtidas realizadas pelos pesquisadores foram desprezadas, de forma que sua interação na página não interferisse no resultado apresentado.

Resultados

As publicações selecionadas para a análise foram organizadas nos quadros abaixo, conforme data de publicação na página do grupo. Além da quantidade de interações, também foram analisados os comentários existentes nas imagens, os quais foram classificados como positivos ou negativos, a depender de seu teor. Para tal classificação, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977).

Quadro 1 – publicações anteriores à oficina de fotografia comercial

Tipo de mídia	URL	Data de publicação	Número de likes	Número de comentários	Teor do comentário
Fotografia	https://www.instagram.com/p/CdOvHf7pA49/	06/05/2022	12	0	Não se aplica
	https://www.instagram.com/p/CdjnjHoLYFn/	14/05/2022	2	0	Não se aplica
	https://www.instagram.com/p/CdmQ4ylrSHo/	15/05/2022	13	0	Não se aplica
	https://www.instagram.com/p/CeCainWrql_/	26/05/2022	22	0	Não se aplica
	https://www.instagram.com/p/Ce89m_PrM6R/	18/06/2022	12	0	Não se aplica
	https://www.instagram.com/p/CfKdbgSpQx_/	23/06/2022	12	1	positivo
	https://www.instagram.com/p/CgbqQQcOsla/	25/07/2022	23	1	positivo
	https://www.instagram.com/p/Chwuf1Cu45c/	27/08/2022	11	0	Não se aplica
Carrossel	https://www.instagram.com/p/CfB6P8rLbBR/	20/06/2022	17	0	Não se aplica
Reels	https://www.instagram.com/p/CfohML7F67f/	05/07/2022	23	0	Não se aplica

Fonte: os autores (2023)

A análise das publicações anteriores à realização da oficina demonstrou que a publicação com a menor quantidade de curtidas (likes) totalizou 2 interações, enquanto a publicação com maior engajamento teve 23 curtidas. Apenas duas publicações apresentaram algum tipo de comentário, e ambos foram comentários positivos. Não foram registrados comentários de teor negativo em nenhuma publicação.

A fotografia com maior número de curtidas data de 25/07/2022 e contabilizou 23 likes, mesmo número de interações do *reels* selecionado. A fotografia com menor número de interações contabilizou apenas duas curtidas, e data do dia 14/05/2022. O *reels* é composto por uma sequência de imagens da produção de diversos produtos, como pães,ucas e panetones.

Imagem 1 - fotografia com menor número de curtidas



Fonte: Instagram (2022). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdijnHoLYFn/>. Acesso em: 04 fev. 2023

Para a análise das publicações posteriores à realização da oficina, adotou-se os mesmos critérios da análise anterior. A seleção de 8 fotografias, um carrossel e um reels demonstrou um aumento significativo nas interações nas publicações, sobretudo em relação às curtidas. Não observou-se um aumento significativo no número de comentários presentes nas publicações.

Quadro 2 – publicações posteriores à oficina de fotografia comercial

Tipo de mídia	URL	Data de publicação	Número de likes	Número de comentários	Teor do comentário
Fotografia	https://www.instagram.com/p/Cil6_agJVt0/	05/09/2022	42	0	Não se aplica
	https://www.instagram.com/p/CiK4YYsreA2/	06/09/2022	36	1	Positivo
	https://www.instagram.com/p/Ciu0BWARqCj/?igshid=OGRjNzg3M2Y=	20/09/2022	17	0	Não se aplica
	https://www.instagram.com/p/CjCGkzkLkFq/?igshid=OGRjNzg3M2Y=	27/09/2022	43	1	Positivo
	https://www.instagram.com/p/Cj6Y_rprsSC/?igshid=OGRjNzg3M2Y%3D	19/10/2022	22	0	Não se aplica
	https://www.instagram.com/p/CkBEdpzruOR/?igshid=OGRjNzg3M2Y=	22/10/2022	20	0	Não se aplica
	https://www.instagram.com/p/CkMYMNJrrjj/?igshid=OGRjNzg3M2Y=	26/10/2022	27	2	Positivo
	https://www.instagram.com/p/Ck3u2MwpRuy/?igshid=OGRjNzg3M2Y%3D	12/11/2022	15	0	Não se aplica

Tipo de mídia	URL	Data de publicação	Número de likes	Número de comentários	Teor do comentário
Carrossel	https://www.instagram.com/p/ClJEEg4rUbw/?igshid=OGRjNzg3M2Y%3D	19/11/2022	26	1	Positivo
Reels	https://www.instagram.com/reel/CigGlsepGLR/?igshid=OGRjNzg3M2Y%3D	14/09/2022	114	1	positivo

Fonte: os autores (2023)

A imagem com maior número de curtidas contabilizadas data de 27/09/2022, com um total de 43 likes. Já a imagem com menor número de curtidas data de 12/11/2022, e contabilizou 15 likes. A publicação com maior número de curtidas foi um reels publicado em 14/09/2022, com um total de 114 curtidas. O vídeo em questão mostra a produção de biscoitos de chocolate realizada por duas produtoras associadas ao grupo.

Imagem 2 - fotografia com maior número de curtidas



Fonte: Instagram (2022). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdjnjHoLYFn/>. Acesso em: 04 fev. 2023

É interessante observar que tanto a imagem com menos curtidas, quanto a com maior número de curtidas apresentam o mesmo produto, porém apresentados de forma totalmente diferentes. Observa-se, além do foco em um único item, a melhoria da iluminação utilizada na fotografia e o uso de um cenário ao fundo da imagem.

Conclusões

Ao longo do tempo, as bibliotecas públicas propuseram-se ao papel de mediadoras entre a informação e o usuário. À medida em que as necessidades informacionais apresentadas pelos usuários modificam-se, também devem ser modificados os serviços prestados pelas bibliotecas.

As atividades de letramento digital ofertadas ao público são fundamentais para a democratização do acesso à informação e à tecnologia. Ao fornecer subsídio técnico e teórico para o aperfeiçoamento das atividades da agricultura familiar, a biblioteca pública atua como agente de fomento para o desenvolvimento local.

Os dados das métricas de interações do público nas publicações da página da associação Koloniegeschmack demonstram que houve um aumento significativo no número de curtidas das publicações. Entretanto, não observou-se um aumento expressivo no número de comentários. Observou-se também que o engajamento é maior nas publicações que possuem música - como os *reels*.

O aumento do engajamento em redes sociais - sobretudo o Instagram - poderá refletir positivamente na quantidade de vendas realizadas pelo grupo. Desta forma, as atividades de letramento digital contribuem não apenas para a aquisição de competências e habilidades, mas também para um aumento de renda das associadas.

Referências

AFFONSO, E. P.; HASHIMOTO, C. T.; SANTANA, R. C. G. Uso de tecnologia da informação na agricultura familiar: planilha para gestão de insumos. In: **Biblios (Peru)**, n. 60, p. 45-54, 2015. DOI: 10.5195/biblios.2015.221 Acesso em: 16 mar. 2023

ARAÚJO, A. L.; CANTERI, M. H. G.; BITTENCOURT, J. V. M. Agricultura familiar e o impacto do Covid-19 aos Programas de Políticas Públicas-PNAE E PAA. In: OLIVEIRA, R. J. Extensão rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar – volume 2. Guarujá: Editora Científica, 2021.

AZEVEDO, I. C. M.; GASQUE, K. C. G. D. Contribuições dos letramentos digital e informacional na sociedade contemporânea. In: **Transinformação**, v. 29, n. 2, p. 163-173, 2017. DOI: 10.1590/2318-08892017000200004 Acesso em: 18 mar. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MIRANDA, J. C.; ASSIS, R. L. Tecnologias da informação e desenvolvimento rural sustentável. In: **Ciência da Informação**, v. 44, n. 3, 2015. DOI: 10.18225/ci.inf.v44i3.1792 Acesso em: 16 mar. 2023.

SECO, L. F. C.; SANTOS, Z. P. D.; BARTALO, L. Comportamento informacional e compartilhamento da informação no instagram information behavior end information share of instagram. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 21, n. 1, p. 46-60, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76475>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. In: **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, 2000. DOI: 10.18225/ci.inf.v29i2.887 Acesso em: 30 set. 2021.

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE AS PERSPECTIVAS TECNOLÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE NO NOVO ENSINO MÉDIO

FIORESE, Lucimara¹
FORNECK, Kári Lúcia²

¹ Universidade do Vale do Taquari - Univates, lucimara@universo.univates.br

² Universidade do Vale do Taquari - Univates, kari@univates.br

Tema: Educação, Comunicação e Tecnologias

Resumo: Este estudo objetivou concretizar uma revisão sistemática sobre o entrecruzamento dos temas “Novo Ensino Médio”, “Formação inicial e continuada” e “Tecnologias digitais”. Realizou-se a análise de 21 estudos encontrados na CAPES. A partir da expressão “Novo Ensino Médio”, evidenciaram-se os processos de implantação do Novo Ensino Médio em escolas-piloto, a atuação empresarial na construção da proposta, os desdobramentos políticos e neoliberais, os documentos regulatórios e o protagonismo juvenil. Sobre a “Formação inicial e continuada”, verificaram-se as contribuições da ampliação do tempo escolar e as práticas pedagógicas exitosas. Em relação às “Tecnologias digitais”, evidenciou-se a utilização de ferramentas digitais nas aulas, as práticas pedagógicas de docentes que participaram de uma formação continuada com tecnologias digitais (TD), as investigações a respeito da percepção dos professores sobre as tecnologias e as expectativas dos alunos e sua relação com as TD.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Tecnologias digitais. Formação de professores.

Introdução

Em 2017, a promulgação da Lei 13.415 provocou embates e alterações estruturais na proposta do Ensino Médio brasileiro. Entende-se que essa etapa da educação básica necessitava de mudanças e ainda tem muito a avançar. Nesse sentido, é importante entender o que falam os pesquisadores sobre as mudanças do Novo Ensino Médio, permeando pelos caminhos do que está dando certo e do que ainda não, nesse cenário.

Além disso, percebe-se que a promulgação da lei provoca dilemas no contexto da formação de professores, tanto na inicial como na continuada, pois há lacunas que existem e persistem na formação docente envolvendo, inclusive, o uso de tecnologias digitais (ROSA, 2020). No contexto das tecnologias digitais, é importante considerar que os alunos acessam o mundo pelos polegares (FIORESE; FORNECK, 2023) e as práticas pedagógicas também precisam renovar-se para atendê-los (HAETINGER, 2021).

Nesse sentido, este estudo surgiu no âmbito de uma pesquisa de dissertação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, com a seguinte questão de investigação: O que já foi publicado sobre a interface entre o Novo Ensino Médio, a formação inicial e continuada de professores e o uso de tecnologias digitais, disponível na base de dados da CAPES? Assim, este estudo objetivou concretizar uma revisão sistemática sobre o entrecruzamento dos temas “Novo Ensino Médio”, “Formação inicial e continuada” e “Tecnologias digitais”.

Metodologia

Para tanto, a metodologia envolveu consultas na base de dados da CAPES, considerando estudos publicados entre 2020 a 2022, usando as palavras-chave: “Novo Ensino Médio”, “Formação

inicial e continuada” e “Tecnologias digitais”, pesquisadas separadamente e filtrando-se as áreas de concentração “Ensino e Educação”.

A partir dos dados encontrados, foram aplicados critérios de inclusão: o planejamento e a implantação do Novo Ensino Médio nas escolas; a relação professor-aluno no Ensino Médio; o uso de tecnologias digitais na sala de aula e a formação de professores do Ensino Médio. Já os critérios de exclusão se deram em relação aos estudos que envolveram cursos de graduação ou outras etapas do ensino fundamental ou educação infantil; estudos que abordassem cursos de formação de professores de etapas da educação distintas ao Ensino Médio; estudos que não se aproximassem dos objetivos da presente pesquisa e que não estivessem disponíveis na íntegra. O Quadro 1 detalha o processo de seleção dos artigos.

Quadro 1 – Processo de seleção dos artigos

Base de dados: CAPES	“Novo Ensino Médio”	“Formação inicial e continuada”	“Tecnologias digitais”	Selecionados por etapa
Leitura do título e resumo e seleção dos que atendem aos critérios de inclusão.	14 estudos	25 estudos	92 estudos	131 estudos
Leitura na íntegra e seleção dos que continuam atendendo aos critérios de inclusão.	11 estudos	5 estudos	15 estudos	31 estudos
Estudos que atendem aos critérios de inclusão e comporão a revisão.	9 estudos	1 estudo	11 estudos	21 estudos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

O Novo Ensino Médio

Os nove estudos que versam sobre o “Novo Ensino Médio” são dos pesquisadores Murch (2021), Castilho (2021), Danielle Souza (2021), Flávia Santos (2021), Mello (2020), Felipe (2021), Andrade (2020), Ferreira (2020) e Weder Souza (2021), conforme Quadro 2. As pesquisas permeiam pontos favoráveis e contrários em seus discursos, provocando a reflexão a respeito da proposta do Novo Ensino Médio.

Quadro 2 - Estado da Arte do “Novo Ensino Médio”

Nº	Bibliografia	Objetivo
1	MUNCH, Liane Nair. Desafios e possibilidades para a implementação do novo ensino médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS . 2021. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.	Compreender os movimentos realizados por Escolas Públicas no processo de implementação do Novo Ensino Médio.
2	CASTILHO, Bianca Bardi. A influência conservadora e empresarial na perpetuação da dualidade educacional no século XXI: o processo de implementação da reforma do Ensino Médio no Estado de São Paulo . 2021. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.	Analisar a nova política educacional do ensino médio aprovada por meio da Medida Provisória nº 746/2016 e convertida na Lei nº 13.415/2017. A pesquisa teve como objetivo identificar o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) na rede estadual do Estado de São Paulo no contexto de acirramento do neoliberalismo e avanço dos movimentos conservador e empresarial na educação.

Nº	Bibliografia	Objetivo
3	SOUZA, Danielle Capelasso Soares. Política Educacional do Novo Ensino Médio: a atuação do banco mundial. 2021. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.	Analisar a atuação do Banco Mundial na política educacional do Novo Ensino Médio.
4	SANTOS, Flavio Figueredo. O “Novo” Ensino Médio na rede estadual de educação da Bahia: processos curriculares em movimento no NTE 09 – Amargosa. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.	Cartografar os processos de desterritorialização/ reterritorialização curriculares, ocorridos entre 2019 e 2020, que incidem sobre as escolas- piloto para um “novo” ensino médio, no contexto da Rede Estadual de Educação da Bahia, no contexto do NTE 09 – Amargosa
5	MELLO, Livia Mourino De. Os empresários e as políticas públicas em educação básica no Brasil contemporâneo: a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na construção do “Novo Ensino Médio” (2013-2018). 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.	Investigar os interesses e a atuação do empresariado nas políticas públicas educacionais de nível médio no Brasil contemporâneo.
6	FELIPE, Francisco Flávio Alves. Produção da escola de Ensino Médio: disputas de hegemonia pelos sentidos, finalidades e formatos após promulgação e implementação da Lei 13.415/2017. 2021. 227f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.	Analisar como se processa a implementação do Novo Ensino Médio, considerando a sua legislação regulamentadora, a Lei 13.415/2017 e o Documento Orientador instituído pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia.
7	ANDRADE, Maria Carolina Pires de. Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro. 2020. 358f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.	Entender a lógica imanente e funcional do objeto, cuja alavancagem se deu em meio à abertura de uma crise de hegemonia, seguida pela consolidação de um novo período de crise orgânica do capitalismo brasileiro.
8	FERREIRA, Bruno Cesar de Freitas. O Novo Ensino Médio Catarinense Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) 2020 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.	Investigar as articulações para a implementação do Novo Ensino Médio catarinense, aprovado pela Lei Federal n. 13.415/17.
9	SOUZA, Weder Camillo de. O Novo Ensino Médio e a educação física nas escolas públicas do Mato Grosso: itinerários formativos e o protagonismo juvenil 2021. 75f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2021.	Analisar as discussões sobre a BNCC no Ensino Médio, na perspectiva da Educação Física, enquanto componente curricular com potencialidade para contribuir com o protagonismo juvenil.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

As pesquisas desenvolvidas por Murch (2021) e Flavio Santos (2021) versam sobre as escolas-piloto, discutindo as questões estruturais e a participação de professores e alunos na organização do Novo Ensino Médio. Também apontaram os percursos dos professores no seu processo formativo, apresentando as discussões, as resistências e o trabalho coletivo que estruturou essa etapa do ensino no Rio Grande do Sul e na Bahia. Os estudos revelam, principalmente, as problemáticas financeiras, as necessidades de adaptação para atender a uma demanda de educação no Novo Ensino Médio (formação docente diferente, em alguns casos, do currículo atual), as questões sociais e econômicas sobre cada região ou escola que impactam nesse processo e a falta de informações objetivas e claras sobre o Novo Ensino Médio.

Nessa perspectiva, entende-se que o Novo Ensino Médio como proposta de legislação não provoca mudanças nas problemáticas preexistentes, como fomento econômico e falta de estrutura adequada. Do outro ponto, essa legislação provoca uma atualização educacional, mas ainda não é constituída de clareza e objetividade como proposta. Considerando esses prospectos, percebe-se o norteamto neoliberal na concepção normativa.

Nesse sentido, as pesquisas de Danielle Souza (2021), Mello (2020), Castilho (2021), Ferreira (2020) e Andrade (2020) criticam a implantação da proposta construída a partir da vertente neoliberal, sendo evidente a apropriação da lógica da Teoria do Capital Humano para embasar aspectos da educação como fator econômico de produtividade. Nessa perspectiva, os estudos explicitam provocações a respeito da interferência do Banco Mundial, da Confederação Nacional das Indústrias e da Federação das Indústrias do Estado, indicando o aprofundamento das disputas econômicas e ideológicas no contexto educacional.

Além disso, Andrade (2020) considera que a proposta da Base Nacional Comum Curricular e do Novo Ensino Médio é incompatível com a realidade e a esfera educacional brasileira, já que a reforma contribui com o aprofundamento do neoliberalismo e do pauperismo ao ser apresentada pela lógica de dependência do capitalismo. Considerando os aspectos neoliberais, a tese de Felipe (2021) refletiu sobre a materialização do Novo Ensino Médio no processo de contrarreforma, trazendo argumentos favoráveis, como a flexibilização dos itinerários e a escolha do aluno, e contrários, que envolvem o estreitamento formativo e a desigualdade do ensino entre as classes mais abastadas e trabalhadoras. De acordo com o autor, a história brasileira demonstra que os jovens mais pobres são encaminhados para uma educação que os prepara para o trabalho, já os mais ricos recebem uma educação propedêutica para ingressarem na faculdade. Nesse sentido, a proposta do Novo Ensino Médio pode sinalizar de forma mais contundente o encaminhamento do jovem para atuar no mercado de trabalho, já que sua construção envolveu o discurso empresarial que busca naturalizar a competitividade capitalista.

Na provocação das juventudes, Andrade (2020) e Weder Souza (2021) discutem aspectos das juventudes na estrutura da proposta, ao defenderem que o protagonismo juvenil da proposta se torna uma falácia, já que a projeto do Novo Ensino Médio expõe a responsabilidade do jovem como o sujeito de escolhas, mas deixa de considerar uma formação cidadã em que a escola é espaço social para o preparo do aluno para as experiências e os conhecimentos. Weber Souza (2021) esclarece que a BNCC e a construção dos itinerários formativos promoveram avanços nesta etapa da educação, mas é preciso investimento maciço em estrutura, formação docente, plano de carreira, além de dar condições para os profissionais de educação poderem estudar, planejar e avaliar continuamente suas práticas, para, então, os alunos poderem efetivamente compreender seu papel como jovens protagonistas.

Por meio dos estudos sobre o Novo Ensino Médio, é possível perceber que há dilemas que precisam ser superados no campo da educação brasileira: é vital acontecer investimento, é preciso estruturação, é importante o aperfeiçoamento na docência e é necessário haver mudanças. Mesmo assim, as mudanças propostas sugerem interlocuções para uma nova práxis educacional que pode ser vista como ainda pouco discutida: o protagonismo juvenil. Parece ser inevitável avançar nesses debates para compreender que o protagonismo não é mero poder de escolha, mas a construção do conhecimento para criticidade que promove um protagonismo juvenil efetivo e verdadeiro.

A formação inicial e continuada

A pesquisa na base de dados da CAPES resultou em 25 estudos, mas apenas estava de acordo com os critérios de inclusão para análise: a dissertação de Almeida (2021), conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Estado da Arte da “Formação Inicial e Continuada”

Nº	Bibliografia	Objetivo
1	ALMEIDA, Maria De Lourdes Cerqueira. Escola de tempo integral: contributos para as práticas pedagógicas exitosas de professores de Matemática no Ensino Médio. 2021. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.	Analisar as contribuições da ampliação do tempo escolar nos Centros Estaduais de Tempo Integral (CETI), para práticas pedagógicas exitosas no ensino de Matemática no Ensino Médio.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

O estudo de Almeida (2021) teve a participação de três professores da área da matemática, os quais foram denominados com nomes fictícios: Alfa, Beta e Gama. A autora enfatiza que a educação em tempo integral exige uma reflexão sobre a formação continuada de professores para que se viabilize a educação em tempo integral, construindo uma sintonia de colaboração entre todos os sujeitos que estão no ambiente escolar. Na sequência, ela relata as políticas educacionais do Piauí, abordando os desafios e os avanços, já que a pesquisa acontece em escolas de tempo integral de Teresina/PI.

O estudo ainda enfatiza que os docentes participantes da pesquisa têm um perfil comprometido e um compromisso com a escola. Argumenta, também, que esses mesmos docentes investem em novos desafios, desenvolvendo práticas pedagógicas diversificadas. No âmbito das escolas, os docentes revelam que o desenvolvimento de práticas pedagógicas diversificadas acontece num ambiente em que a escola colabora com a formação de professores e com um planejamento coletivo. Por outro lado, Almeida (2021) enfatiza que as práticas pedagógicas dos docentes trazem a concepção de um ensino conteudista e imediatista, em detrimento de uma formação integral dos estudantes. Assim, a oferta do ensino em tempo integral não garante que as práticas pedagógicas tragam resultados significativos e satisfatórios, mas evidencia algumas realizações que permitem a participação dos alunos nas discussões, por meio de aulas expositivas dialogadas, momentos de discussões e algumas práticas com o uso de recursos digitais.

Mesmo sendo um único estudo que compõe esta análise, percebeu-se que a transversalidade pode ser uma temática que precisa ser debatida e construída no âmbito das escolas, sendo a formação inicial e continuada o caminho para discutir as práticas pedagógicas desenvolvidas nas salas de aula. Ainda, pode ser necessário avaliar a proposta do Ensino Médio que amplia a carga horária visando uma educação em tempo integral, justamente colocando a formação dos professores como foco para que não seja mero aumento de horas, mas uma educação significativa, visando um ambiente colaborativo de educação. Importante destacar, por fim, que a ausência de pesquisas que olhem para a formação dos docentes que atuam no Novo Ensino, elucida a urgência de discussões e debates em sintonia com a formação dos professores nessa etapa da educação brasileira.

As tecnologias digitais

A respeito das tecnologias digitais foram analisados os estudos de Ataidés (2020), Leandro Silva (2020), Rosa (2020), Antunes (2021), Fernandes (2020), Haetinger (2021), Ulbrich (2021), José Santos (2021), Paiva (2021), Richter (2020) e Soares (2021), conforme Quadro 4. Percebeu-se que os estudos pontuam o uso das tecnologias digitais para promover um aprendizado específico e determinado e que as escolas ainda convivem com a clara fragmentação entre o que é online e o que é offline. Mesmo assim, as evidências sobre o uso das tecnologias digitais em sala de aula apontam sua contribuição para um ensino e uma aprendizagem significativa.

Quadro 4 - Estado da Arte das “Tecnologias digitais”

Nº	Bibliografia	Objetivo
1	ATAIDES, Raila Spindola. As percepções de alunos brasileiros de ensino médio sobre o processo de ensino-aprendizagem a partir do consumo e interação com podcasts educativos. 2020. 101f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.	Analisar as percepções que jovens em fase de ensino médio que consomem e interagem habitualmente com <i>podcasts</i> de teor educativo têm sobre o processo de ensino-aprendizado e qual é a influência dos programas nessas percepções.
2	SILVA, Leandro Alberto da. Tecnologias digitais em aulas de química no ensino médio. 2020. 79f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre: 2020.	Investigar possibilidades para o ensino de Química no ensino médio, a partir do uso de tecnologias e ferramentas digitais.
3	ROSA, Gisele Schneider. Formação continuada em tecnologias na educação: o professor pedagogo e suas práticas nas escolas estaduais de Curitiba. 2020. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.	Revelar as práticas pedagógicas que os professores pedagogos desenvolvem nas suas escolas a partir da realização de formação. continuada sobre tecnologias na educação
4	ANTUNES, Jocélia Nunes. Tecnologias digitais no ensino médio: a implementação da BNCC como proposição didática na linguagem escrita. 2021. 85f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2021.	Investigar as possibilidades de implementação da BNCC com foco nas linguagens, através do uso de tecnologias digitais enquanto práticas no Ensino Médio.
5	FERNANDES, Renato Izac. Professores de física em tempo de cibercultura: a utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação nas aulas do ensino médio nas escolas da rede privada de ensino. 2020. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.	Investigar a apropriação das TIC/TDIC incorporada à prática pedagógica e aos desafios que os professores de Física do ensino médio, das escolas privadas de Curitiba, passam com relação às tecnologias.
6	HAETINGER, Solange Ciqueira. As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) e à docência na Educação Básica. 2021. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2021.	Identificar como os professores das escolas da rede pública estadual de Santa Catarina têm percebido o avanço das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação.
7	ULBRICH, Raquel Terezinha. O Uso das Tecnologias Digitais nas Práticas Educativas de Professores Experientes do Ensino Médio. 2021. 84f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2021.	Analisar como os professores experientes do Ensino Médio abordam e trabalham com as tecnologias digitais.
8	SANTOS, José Daniel Vieira. A produção de vlog como dispositivo pedagógico: Relatos de uma Aprendizagem Significativa na Educação Básica. 2021. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, Aracaju, 2021.	Compreender como a produção de <i>Vlogs</i> , como estratégia pedagógica, contribui para a construção de uma aprendizagem significativa dos alunos do 3ºsérie do ensino médio, da educação básica
9	PAIVA, Airton Rodrigues Gonçalves. As tecnologias digitais de informação e comunicação auxiliando o ensino e a aprendizagem de matemática. 2021. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021.	Verificar como o uso das TDICs pode auxiliar o ensino e a aprendizagem de matemática por estudantes do ensino médio.

Nº	Bibliografia	Objetivo
10	RICHTER, Ana Patrícia Henzel. A educação matemática no ensino médio : compreendendo as metodologias ativas na construção do conhecimento. 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2020.	Realizar uma pesquisa sobre a Educação Matemática no Ensino Médio, compreendendo o uso de metodologias que potencializam a aprendizagem
11	SOARES, Marijane de Oliveira. Expectativas de alunos do ensino médio de Rondonópolis-MT quanto ao uso de tecnologias digitais na sua formação . 2021. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Rondonópolis, 2021.	Compreender que expectativas os alunos do ensino médio da Escola Estadual Professor Domingos Aparecido dos Santos têm com relação ao uso de TD em sua formação escolar e propor um planejamento estratégico para a escola, que atenda estas expectativas.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Os autores Ataidés (2020), Rosa (2020), José Santos (2021), Paiva (2021), Antunes (2021) e Fernandes (2020) trazem os diferentes e diversos recursos que são utilizados pelos professores na prática de sala de aula, como a interação com podcast com teor educativo; o uso de gravação de áudios e vídeos; a produção de Vlogs sobre determinados conteúdos; a aprendizagem desenvolvida por meio dos recursos de Geogebra, Overleaf, Poly Pro 1.12, Microsoft Office (PowerPoint, Excel, Word), Moodle, recursos do Google (Classroom, Drive, Forms, entre outros), Látex e redes sociais (TikTok, Instagram); o uso de mapas mentais digitais; e a aplicação de simulações.

Percebe-se que os professores estão utilizando diversos recursos das tecnologias digitais em suas aulas. Os estudos evidenciam que os processos de ensino mediados pelo uso das tecnologias digitais tornam o aprendizado mais fácil e prazeroso, estimulam o pensamento crítico, inspiram os alunos por meio da curiosidade e da proatividade, constroem novas linguagens e sentidos para uma aprendizagem significativa, tornam o ensino mais qualificado e atrativo, contribuem para o aperfeiçoamento dos métodos de ensino e aprendizagem e aproximam professores e alunos (ATAIDÉS, 2020; J. SANTOS, 2021; ANTUNES, 2021; FERNANDES, 2020). Além disso, os professores utilizam-se dos recursos que têm à sua disposição, como mesas digitais, projetores e notebooks e smartphones (PAIVA, 2021; ANTUNES, 2021).

No contexto da educação, percebeu-se que as tecnologias digitais contribuem para os processos de construção do conhecimento em sala de aula. Nessa concepção, o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem acontece pelo uso de recursos diferentes que são compreendidos, em um primeiro momento, pelos professores, para então integrarem o relacionamento na sala de aula; por outro lado, no ambiente das aulas pode ser possível observar a construção de um conhecimento significativo para os alunos, como evidenciou José Santos (2021, p. 70) com o uso dos recursos das tecnologias digitais e a participação ativa dos alunos, pois “faz o assunto ‘entrar mais na cabeça’, porque a pessoa não decora, ela aprende”.

Além disso, Leandro Silva (2020) pontua que as tecnologias digitais possibilitam um ganho significativo tanto para o professor como para o aluno, uma vez que, quando as tecnologias digitais são utilizadas de forma planejada e com estudo prévio do docente, acontece a integração de conteúdos de maneira interativa e inclusiva. O autor também acredita que as novas práticas de ensino pautadas nos avanços e na modernização são de suma importância para que os professores alcancem os alunos promovendo uma educação eficiente.

Porém, há problemáticas recorrentes que ainda estão inseridas no contexto da educação brasileira, tendo um enraizamento profundo. Nesse sentido, Rosa (2020), Fernandes (2020), Paiva (2021) e Ulbrich (2021) apontam dificuldades relacionadas ao tempo disponível para mediar o

trabalho docente; a falta de infraestrutura tecnológica (rede, equipamentos, softwares, entre outros); a existência de lacunas tecnológicas na formação docente; a falta de subsídios para uma formação docente efetiva e condizente com suas necessidades sobre as tecnologias; o alto número de variedades e de funções dos softwares tecnológicos; as inabilidades dos alunos no uso dos recursos tecnológicos (mesmo sendo nativos digitais), pois eles tiveram dificuldades para gravar e editar vídeos, por exemplo; a insuficiência de subsídios para a formação continuada envolvendo as tecnologias, tanto na capacitação dos gestores como na preparação dos professores para saberem usar as tecnologias com seus estudantes; e a necessidade de trabalhar a conscientização dos jovens para a orientação do uso das tecnologias digitais para fins educacionais.

Essas problemáticas são discussões que há muito tempo povoam o cenário da educação e, na pesquisa de Haetinger (2021), evidenciou-se que os professores podem desistir de utilizar as tecnologias digitais por obstáculos estruturais e, em outros momentos, utilizam equipamentos pessoais e rede de acesso à internet por meio dos dados de seus celulares para acessar recursos que podem enriquecer suas aulas com as tecnologias digitais. A autora pontua que as escolas deveriam reorganizar-se para oportunizar o uso das tecnologias digitais, permitindo a interação e a troca de experiências entre professores e alunos, bem como, contribuindo para a formação integral dos alunos.

Para além da proposta de olhar as tecnologias digitais na relação de professores e alunos, elas também permitem a transversalidade das diversas áreas do conhecimento e a percepção crítica dos alunos a este respeito. Richter (2020) evidencia que a interação das tecnologias digitais no cenário das metodologias ativas provoca a autonomia e desenvolve o senso crítico dos alunos, ao mesmo tempo que articula o desenvolvimento de ações e projetos interdisciplinares e transversais. Além disso, o estudo de Soares (2021) aponta que os alunos elogiam o desenvolvimento de propostas com recursos tecnológicos, evidenciando que as tecnologias digitais contribuem positivamente para sua formação. Segundo a autora, os alunos gostam e utilizam os recursos tecnológicos para melhorar seu aprendizado devido ao elevado número de informações que conseguem acessar; porém é necessário que professores e alunos façam uso consciente desses recursos buscando um aprendizado de qualidade.

No decorrer das percepções sobre as tecnologias digitais, observa-se que os professores e os alunos constroem conhecimento crítico e significativo por meio do uso delas, mas ainda encontram vários obstáculos para que se efetivem o ensino e a aprendizagem por meio das tecnologias digitais. Assim, entende-se a relevância que as tecnologias digitais têm para a construção da educação e evidencia-se que as discussões sobre seu uso precisam ser superadas e suas barreiras transpostas.

Conclusões

Constata-se que a construção do Novo Ensino Médio permite o desenvolvimento de novas formas de atuação em sala de aula, que podem envolver a vivência e o entrosamento próximo entre professores, alunos e secretarias de educação, para que seja possível perceber as necessidades da realidade local. Também é possível perceber que existe uma política brasileira que direciona a educação do país para uma agenda neoliberal, com forte influência do mercado, o que pode criar um dualismo ainda maior entre a educação para classes mais abastadas e a que chega às classes populares.

Os estudos apontam a preocupação com uma proposta de educação na etapa do Ensino Médio, que permita ao jovem uma educação integral, mas as particularidades regionais e mesmo as diferenças de grupos de alunos podem ser percebidas como uma dificuldade para atender a essa educação. Além disso, as TD podem ser utilizadas como forma de promoção de uma educação

integral e de aproximação das práticas em sala de aula, promovidas pelos professores e integrando-as aos anseios dos alunos.

Percebeu-se que o foco das dissertações e das teses envolveu a compreensão de como aconteceu a promulgação das leis que versam sobre o Novo Ensino Médio, por meio de análises documentais. Também trouxe a compreensão da docência no âmbito dessa etapa educacional por meio das práticas, das construções em sala de aula e dos desafios na educação, bem como apresentou diversas TD que aproximam o trabalho pedagógico dos professores ao contexto dos alunos.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

ALMEIDA, M. L. C. **Escola de tempo integral: contributos para as práticas pedagógicas exitosas de professores de Matemática no Ensino Médio**. 2021. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

ANDRADE, M. C. P. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro**. 2020. 358f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ANTUNES, J. N. **Tecnologias digitais no ensino médio: a implementação da BNCC como proposição didática na linguagem escrita**. 2021. 85f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2021.

ATAIDES, R. S. **As percepções de alunos brasileiros de ensino médio sobre o processo de ensino-aprendizagem a partir do consumo e interação com podcasts educativos**. 2020. 101f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Lei no Novo Ensino Médio**. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

CASTILHO, B. B. **A influência conservadora e empresarial na perpetuação da dualidade educacional no século XXI: o processo de implementação da reforma do Ensino Médio no Estado de São Paulo**. 2021. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Catálogo de teses e dissertações**. Brasília: CAPES, 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FELIPE, F. F. A. **Produção da escola de Ensino Médio: disputas de hegemonia pelos sentidos, finalidades e formatos após promulgação e implementação da Lei 13.415/2017**. 2021. 227f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

FERNANDES, R. I. **Professores de física em tempo de cibercultura:** a utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação nas aulas do ensino médio nas escolas da rede privada de ensino. 2020. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

FERREIRA, B. C. F. **O Novo Ensino Médio Catarinense Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).** 2020. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

FIGLIARELLI, L.; FORNECK, K. L. Caminhos desencontrados e dilemas contraditórios: trincheiras que complexificam o debate sobre o Novo Ensino Médio. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 30, p. e14143, 2023.

HAETINGER, S. C. **As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) e à docência na Educação Básica.** 2021. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2021.

MELLO, L. M. **Os empresários e as políticas públicas em educação básica no Brasil contemporâneo:** a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na construção do “Novo Ensino Médio” (2013-2018). 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MUNCH, L. N. **Desafios e possibilidades para a implementação do novo ensino médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS.** 2021 284 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

PAIVA, A. R. G. **As tecnologias digitais de informação e comunicação auxiliando o ensino e a aprendizagem de matemática.** 2021. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021.

RICHTER, A. P. H. **A educação matemática no ensino médio:** compreendendo as metodologias ativas na construção do conhecimento. 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2020.

ROSA, G. S. **Formação continuada em tecnologias na educação:** o professor pedagogo e suas práticas nas escolas estaduais de Curitiba. 2020. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

SANTOS, F. F. **O “Novo” Ensino Médio na rede estadual de educação da Bahia:** processos curriculares em movimento no NTE 09 – Amargosa. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.

SANTOS, J. D. V. **A produção de vlog como dispositivo pedagógico:** Relatos de uma Aprendizagem Significativa na Educação Básica. 2021. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, Aracaju, 2021.

SILVA, L. A. **Tecnologias digitais em aulas de química no ensino médio.** 2020. 79f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre: 2020.

SOARES, M. O. **Expectativas de alunos do ensino médio de Rondonópolis-MT quanto ao uso de tecnologias digitais na sua formação.** 2021. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Rondonópolis, 2021.

SOUZA, D. C. S. **Política Educacional do Novo Ensino Médio: a atuação do banco mundial.** 2021. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

SOUZA, W. C. **O Novo Ensino Médio e a educação física nas escolas públicas do Mato Grosso: itinerários formativos e o protagonismo juvenil'** 2021. 75f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2021.

ULBRICH, R. T. **O Uso das Tecnologias Digitais nas Práticas Educativas de Professores Experientes do Ensino Médio.** 2021. 84f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2021.

GT 3. Arte, Corpo e Linguagens



S.34°41'
W56°9'

LEMBRAR A DOR: MEMÓRIA E VIOLÊNCIA EM *O AVESSE DA PELE*, DE JÉFERSON TENÓRIO¹

HERMES, Ernani

Universidade Federal de Santa Maria, ernani.hermes@gmail.com

Tema: Arte, corpo e linguagens

Resumo: Em *O avesso da pele*, romance de Jeferson Tenório, publicado em 2020, o narrador, Pedro, efetua uma busca pela reconstrução da narrativa familiar. O ponto de partida para tal empreendimento é a morte trágica do pai, Henrique, em uma abordagem policial arbitrária. Dado esse mote, objetivo, neste artigo, analisar o texto literário a partir do recorte da memória e da violência. Nesse sentido, procuro redimensionar a performance do narrador com base na memória como forma de representação da experiência do sujeito frente à violência. Para tanto, busco um referencial teórico sobre memória em Ricoeur (2007), Candau (2016), Neumann (2008) e Ruffins (1992) e sobre violência em Stoppino (1998), Ginzburg (2012) e Almeida (2019).

Palavras-chave: Literatura Brasileira Contemporânea. Memória. Narrativa.

Introdução

A literatura, enquanto um constructo estético, apresenta, para além do âmbito formal, perspectivas temáticas variadas. Ao longo da história da literatura pode ser observada a ocorrência de duas unidades temáticas com um considerável grau de frequência: a memória e a violência. Em relação à primeira, destaca-se a representação dos processos de rememoração na tessitura literária, projetando no texto lembranças das figuras ficcionais como forma de expressão dos atravessamentos do passado no presente. No que tange à violência, são inúmeros os textos literários, em prosa e verso, que encenam no seu universo diegético atos violentos.

Nesse horizonte, situa-se o romance *O avesso da pele*, de Jeferson Tenório (2020), que tomo como corpus de estudo neste artigo. A narração de Pedro das memórias familiares expressa contextos de violência atravessados por uma estrutura social racializada. Com esse ponto de partida, é desdobrada a representação da memória que representa no presente a experiência da violência do passado.

Nesse sentido, tenho como objetivo analisar as representações da memória e da violência no romance em questão. Nesse exercício crítico, considero os imbricamentos desses dois núcleos de análise: a memória como mecanismo de significação da experiência da violência e a violência como um condutor semântico que interliga os fragmentos de memória projetados na narrativa. Para dar conta, recorro a um referencial teórico sobre memória baseado em Paul Ricoeur (2007), Birgit Neumann (2008), Jöel Candau (2016) e Fath Davis Ruffins (1992). A violência, por sua vez, é tratada com base no conceito de Mario Stoppino (1998), nas análises sobre literatura e violência de Jaime Ginzburg (2012) e nas reflexões sobre racismo estrutural de Silvio de Almeida (2019).

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Finance Code 001.

Literatura, violência e memória

Ao lançar olhares ao romance a partir dessa lente, é necessário definir, a partir de um levantamento teórico, os dois conceitos centrais – memória e violência – e averiguar as suas possíveis relações com a literatura. A concepção de memória da qual me aproximo é formulada por Paul Ricoeur (2007), em *A memória, a história, o esquecimento*. O filósofo francês compreende o fenômeno mnemônico como uma capacidade cognitiva de representação do passado. Segundo o autor, “dizemos indistintamente que nos representamos um acontecimento passado, ou que temos uma imagem, que pode ser quase visual ou auditiva” (RICOEUR, 2007, p. 25). A memória, nessa perspectiva, é uma atividade mimética por excelência, uma vez que é a partir dela que semantizamos no presente um dado ou experiência que pertence a categoria temporal do passado. Aliás, só faz sentido refletir sobre a memória se a compreendermos na esteira da temporalidade, o que implica em reconhecer pelo menos duas balizas: o passado, o antes, e o presente, o agora. Ainda, um só faz sentido em relação ao outro, pois o passado só o é em contraste ao presente. Como sintetiza, Fath Davis Ruffins, o passado é “[...] literalmente tudo o que aconteceu antes do presente” (RUFFINS, 1992, p. 509)². Desse modo, ao situar-se no presente, o ato memorial, efetivado, segundo Ricoeur (2007) pela projeção de uma imagem de passado à consciência, representa/encena/ressignifica a experiência pretérita.

Concebida dessa forma, a memória como capacidade é colocada em paralelo a capacidade imaginativa do sujeito. Nos termos de Ricoeur, “[...] *evocar uma* [a imaginação] – portanto, imaginar – *é evocar a outra* [a memória], *portanto lembrar-se dela*” (RICOEUR, 2007, p. 25). A lembrança, objeto do ato de rememoração, é uma imagem que o sujeito formula e que, enquanto índice representacional, lança significações ao passado.

Ricoeur (2007), no entanto, não deixa escapar as fragilidades da memória. A rememoração pode apresentar lacunas, falhas e rasuras – sombras do esquecimento –, mas, paradoxalmente, é da sua vulnerabilidade que vem a sua força. Isso porque, como assinala o autor, ela é o único mecanismo ao qual dispomos para significar no tempo presente, algo que pertence ao passado.

Por essa linha argumentativa, compreendo, para a análise proposta, a memória como a capacidade de representar o passado por meio da formulação de imagens. O sujeito reaproxima-se do passado imagetivamente, ele imagina o passado no presente.

Joël Candau, antropólogo francês, não se distancia da compreensão de Ricoeur, ele diz que

A memória nos dará esta ilusão: o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança. Pela retrospectiva o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar sua vida presente (CANDAU, 2016, p. 15).

A ilusão a que se refere o autor é de que o passado não pode ser acessado, o que desconstrói com a lembrança, essa imagem que o traz ao presente. Além disso, é de relevância o apontamento de Candau (2016) de que a rememoração acontece de forma fragmentada, quando o sujeito vai reunindo os pedaços do passado, e os transforma em uma nova imagem. A adjetivação de nova é relevante, pois o processo memorial é de ressignificação, é olhar o passado com a perspectiva do presente, o que culmina em constantes atualizações dos sentidos da experiência pregressa. Ademais, o passado não é rememorado em vão, como situa o autor, ele retorna para dar sentido à experiência do presente.

A tessitura literária, segundo Birgit Neumann (2008), representa os processos de memória. De acordo com a autora, a literatura tem os fenômenos mnemônicos tanto no seu horizonte temático

² Tradução livre de: “[...] literally everything that happened before the present” (RUFFINS, 1992, p. 509).

quanto na sua organização formal. Assim sendo, cabe, na prática analítica, observar os procedimentos de configuração da memória no texto literário e os signos que a atravessam.

A violência, por sua vez, é definida por Mario Stoppino como “a intervenção física de um indivíduo ou um grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo)” (STOPPINO, 1998, p. 1291). Desse modo, o agente da violência, seja o indivíduo, seja o grupo, almeja a destruição do outro, a vontade de causar dano é característica *sine qua non* da configuração do ato violento. A intencionalidade do agente, então, é fator decisivo ao direcionar força contra o outro.

Ainda, Stoppino (1998) destaca que a violência remete a uma relação de forças, o que não a faz ser confundida com o poder. A violência tem a ver com o estado físico, ao qual são direcionadas ações com a intenção de causar danos. Já o poder está ligado à conduta, em exercer influência sobre a ação dos indivíduos. Contudo, essa distinção inicial não quer dizer que violência e poder não possam ser convergidas para um mesmo ponto. A violência pode ser usada como mecanismo de exercício de poder, ou seja, forma de conduzir a ação de outros.

Ao pensar a violência em relação ao vetor de raça, isto é, investir força destrutiva ao outro tendo como motivo a sua identidade racial, passa-se a dimensionar toda uma estrutura social. Tal compreensão, portanto, implica reconhecer o racismo como uma forma de violência. Como explica Silvio de Almeida, em seu livro *Racismo estrutural* (2019), o racismo

é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 25).

Com base nessa definição, Almeida (2019) elenca três formas de desdobramento do racismo: a individual como uma manifestação dos preconceitos do sujeito de forma patológica; a institucional que compreende o estabelecimento de privilégios para um grupo racial e desvantagens para outro; e a estrutural implicada que solidifica, normaliza, o racismo nas relações, sociais, políticas, jurídicas e econômicas.

Essa estrutura social atravessada pelo racismo é motor de violências diversas, neste caso, contra a comunidade negra. Uma violência que é, antes de tudo, histórica, porque é iniciada na escravidão e é prolongada no curso da história até a contemporaneidade. Ademais, Silvio de Almeida (2019, p. 15, grifos meus) destaca que “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e *violência* que moldam a vida social contemporânea”.

Ainda nesse sentido, a partir de Jaime Ginzburg (2012), que a todas as formas de violência precisam ser entendidas “como construção material e histórica. Não se trata de uma manifestação que seja entendida fora de referências no tempo e no espaço” (GINZBURG, 2012, p. 08).

Da mesma forma que a memória, a violência também aparece no horizonte temático da literatura. Nessa relação que se impõe ao fazer crítico, Ginzburg (2012) reflete que

O problema da violência na obra literária envolve a necessidade de observações referentes ao modo como, em cada texto específico, se apresentam elementos de linguagem. O estudo não se restringe necessariamente a verificar quais são as cenas em que personagens realizam atos de violência (GINZBURG, 2012, p. 29-30).

Assim, o que interessa na práxis analítica é examinar os modos de representação da violência no texto literário. Isto é, pensar como a violência é narrada/enunciada, quais as construções de sentido que atravessam a violência e como ela interage com os outros elementos da narrativa – performance do narrador, construção das personagens e desenvolvimento do enredo, por exemplo –.

A partir desse quadro teórico, o problema central da análise é a representação das memórias da violência. Em outros termos, interessa a reflexão sobre como a experiência da violência em um tempo passado é mimetizada no presente da narração.

O avesso da pele: lembranças e violências

Ao longo do romance, o leitor consegue entender que o projeto narrativo que se apresenta é a narração do filho, Pedro, sobre a história da sua família – sua mãe, Marta, e principalmente seu pai, Henrique, que logo no início da história é evidenciada a sua morte. Desse modo, podemos observar a predominância do contraste de temporalidades: o narrador narra no presente uma trama do passado, de quando seu pai estava vivo. Essa estratégia narrativa de retorno ao passado é concretizada ao colocar a narração como um exercício de memória, uma vez que a tessitura é composta pelo emaranhado de lembranças familiares que o narrador enuncia. Isto é, Pedro narra para lembrar, para se aproximar da memória de seu pai e, assim, reconstituir uma imagem dele para si. Do outro lado, no presente, o narrador examina essas memórias do passado familiar.

Nas primeiras linhas do romance, o narrador diz:

Às vezes você fazia um pensamento e morava nele. Afastava-se. Construía uma casa assim. Longínqua. Dentro de si. Era esse o seu modo de lidar com as coisas. Hoje, prefiro pensar que você partiu para regressar a mim. Eu não queria apenas a sua ausência como legado. Eu queria um tipo de que presença, ainda dolorida e triste. E apesar de tudo, nesta casa, neste aparta mento, você será sempre um corpo que não vai parar de morrer. Será sempre o pai que se recusa a partir. Na verdade, você nunca soube ir embora. Até o fim você acreditou que os livros poderiam fazer algo pelas pessoas. No entanto, você entrou e saiu da vida, e ela continuou áspera. Há nos objetos memórias de você, mas parece que tudo que restou deles me agride ou me conforta, porque são sobras de afeto. Em silêncio, esses mesmos objetos me contam sobre você. E com eles que te invento e te recupero (TENÓRIO, 2020, p. 13, grifos meus).

O primeiro ponto que chama atenção é a administração de vozes. Nas primeiras sentenças, grafadas por mim em itálico, observa-se um narrador que articula um discurso fazendo uso da segunda pessoa gramatical. Todavia, na sequência, a partir do dêitico *hoje*, o narrador assume a narração em primeira pessoa, tratando-se, então, de um narrador personagem³. A partir da dêixis, conseguimos ver também o contraste dos tempos: nas sentenças grifadas, os verbos são articulados no tempo pretérito; mas as demais sentenças do fragmento, as unidades verbais são utilizadas em tempo presente. A descrição no pretérito refere-se ao pai: a sua forma de ser no mundo, sempre às voltas com o mundo das ideias e seu modo introspectivo. Na sequência, no presente, o narrador avalia aquilo que pertence ao passado, comentando as crenças do pai e a maneira como enfrentava o mundo.

Ademais, conseguimos ver com nitidez o processo memorial que é expresso no discurso do narrador. Os objetos são tomados como materialidades da memória, pois remetem a lembranças do pai e, assim, tornam-se potência para a narração. Essas reminiscências são controversas: ao mesmo tempo que confortam, agridem, como registram as palavras de Pedro, porque aquele capital mnemônico é carregado de afetividade. Aliás, todo o exercício de rememoração é atravessado

3 Opto, neste trabalho, pelas tipologias de narrador propostas por Mieke Bal (2021), que cataloga os narradores em duas categorias, definidas pela sua participação, ou não participação, na fábula: o narrador externo, não participa da fábula, habita apenas o nível do discurso; o narrador personagem ocupa tanto o nível da história quanto o nível do discurso, acumulando, assim, as funções de narrador – o que relata, o que é responsável pelo discurso narrativo – e personagem – aquele que age na fábula.

pelas dinâmicas afetivas, nada mais óbvio se tratando de pai e filho. O afeto guia os movimentos da memória, penetra-a, rasura-a, e, assim, torna-se elemento central da representação da memória. Ainda, na última sentença, o narrador diz que é com base nas recordações que emanam daqueles objetos que o pai é reinventado. O Henrique conhecido pelo leitor é o Henrique inventado, em discurso, pelo seu filho. Assim, o romance constitui-se como um ato de inventariar memórias cuja finalidade é construir a imagem paterna.

A partir desse mote, inicia o questionamento dos signos reivindicados na enunciação da memória. Em outros termos, quais as produções de sentido que emergem da narrativização do passado e quais os sentidos que semantizam esse passado e como esses vetores semânticos constroem a imagem desse pai, objetivo claro do relato. No recorte analítico aqui proposto, observo, pelas análises a seguir, que a violência e a dor – resultado das ações violentas em diferentes instâncias – são elementos de sentido centrais no discurso. Isto quer dizer que a história de vida de Henrique representada na narrativa é mimetizada com base na experiência da dor e da violência.

Ao voltar ao passado do pai, Pedro relata que: “[...] sem ter plano de saúde nem dinheiro. Na época, você tinha dezoito anos e pesava quarenta e três quilos. Você então lembra da primeira endoscopia que fez, sem anestesia, num hospital público de Porto Alegre” (TENÓRIO, 2020, p. 17). A informação de que o pai não tinha plano de saúde e que fez um exame invasivo sem anestesia, constrói uma imagem do corpo do pai que se projeta pelo signo da dor. O corpo, vulnerável à dor, é objeto da lembrança. O verbo lembrar, conjugado na segunda pessoa do singular, atribui a Henrique a recordação do evento traumático. Aqui, pode ser pensada a própria ideia de violência: embora o agente que realizou o exame não tivesse a intenção de causar dano, o sistema em que o personagem está inserido a tem. O que se expressa pelo racismo estrutural e institucional explicado por Almeida (2019), uma vez que a posição de Henrique na estrutura social, enquanto um homem negro, é crivada por desvantagens e inferiorização no conjunto de relações sociais e políticas. Logo, o sistema sócio-político em que ele está inserido tem a intenção de lhe causar dano, o que concretiza a situação de violência que acomete o personagem neste evento.

A dor como constante na história de vida do personagem é explorada novamente na seguinte passagem, na qual o narrador, no presente da narração, avalia a dor que atravessa o enredo biográfico paterno:

Viver passou a ser uma questão de evitar dor a qualquer custo. Numa espécie de encarceramento voluntário, você vai sendo açoitado dia após dia pelo medo do desconforto. No entanto, aos quatro anos, quando prenderam seus de dos numa porta, você encontrou a dor física e aguda. Talvez não seja possível dizer que sua fobia de dor tenha começado ali. Mas foi aos quatro anos que você tomou consciência plena dela. Tomou consciência da trajetória da dor: da demora em senti-la de pois do ato traumático, porque a dor nunca é instantânea. A dor ressoa (TENÓRIO, 2020, p. 70).

Neste fragmento, observa-se a dor representada pela memória, ou seja, a dor é potência semântica no processo de rememoração. Essa dor – ou poderia ser dito no plural, as dores – que se situam em reação à temporalidade: são experiências dolorosas do passado, mas que atravessam o tempo da vida do personagem e, é necessário dizer, da vida de seu filho, Pedro, que as inventaria. Assim, ao finalizar a citação dizendo que a dor não é instantânea, quer-se dizer que a dor não se restringe ao momento em que é sentida fisicamente, porque ela é mantida pela memória, como uma sombra, como uma cicatriz que marca a subjetividade do sujeito.

Desse modo, no trabalho de arqueologia mnemônica realizado pelo narrador, as cenas de violência ocupam um espaço relevante. O que conduz à compreensão de que a violência é um dos fios principais que costura a malha narrativa da vida de Henrique. Nesse espólio de memórias, então,

serão representadas diferentes formas de violência que, de uma forma ou de outra, se conectam à problemática racial. Como avalia o narrador: “Eles não faziam ideia de que a metade dos seus problemas estava contida na cor da pele [...]” (TENÓRIO, 2020, p. 85). Sendo, então, a violência um problema dos mais significativos da sua vida, certamente pode-se afirmar que ela está arrolada na parte que é causada pela cor da pele. Assim, a narrativa representa, no plano da ficção, o fenômeno social do racismo como elemento potencializador da violência, como aponta Almeida (2019).

Uma das primeiras lembranças de violência física, a forma mais convencional de um ato violento, é de um episódio, trazido à narrativa pela memória, de quando Henrique tinha quatorze anos, estava em Copacabana e foi tomado como um bandido. A partir daí um grupo o persegue, como é narrado:

Um deles te achou e te apontou. Em instantes vieram todos para cima de você. Socos e chutes na cabeça, na barriga e no rosto, até você começar a sentir o gosto enjoativo do sangue. Você não ofereceu nenhuma resistência, apenas se colocou em posição fetal e tentou dizer: *eu não fiz nada*. Depois começou a perder os sentidos. Então alguém sacou uma arma e apontou para a sua cabeça, você ainda pode ouvir um deles gritando: *nós vamos te passar, neguim, tu vai morrer agora, neguim*. No entanto, antes que te matassem, porque não era ali que você morreria, você foi milagrosamente salvo por um dos pastores da igreja (TENÓRIO, 2020, p. 18).

Neste fragmento, são numerosos os elementos lexicais que compõem a descrição da cena de violência: socos, chutes, sangue, arma e articulações do verbo morrer. O leitor consegue visualizar a agressão, o desejo dos agressores em causar danos ao corpo de Henrique. Ainda, é possível a averiguação do corpo violentado pela boca com sangue e pela perda dos sentidos. A segunda parte grifada, que refere-se à voz de um dos agressores, constitui-se como uma ameaça de morte que só não se efetiva pelo pastor que o salva. Nessa cena reforça-se o problema de raça, evidenciado pelo uso do vocativo *neguim*, o que configura uma linha de interpretação de que o grupo de agressores são brancos. Esse viés toma forma pelo uso do vocativo, como forma de marcar a diferença entre a vítima e seus algozes, e o dado geográfico de que ele estava em Copacabana, bairro rico e predominantemente branco do Rio de Janeiro.

Retrocedendo à infância do personagem, o leitor pode constatar que a violência faz parte da vida de Henrique desde tenra idade. Em uma cena, recuperada pela memória, o menino assiste a um episódio de violência familiar:

Então, você viu também quando seu tio pegou a arma de cima da estante e apontou para ela. E a essa altura todo mundo já havia saído correndo da sala, menos você, porque a violência sempre te paralisou. E você presenciou quando seu tio Zé Carlos apertou o gatilho. E você fechou os olhos e pôs as mãos nos ouvidos e ficou gritando: para, para, para, eu não quero mais isso, chega, chega, chega. Após o estampido você abriu os olhos e viu seu tio dizer: *não aconteceu nada, porra, para de gritar, guri* (TENÓRIO, 2020, p. 98).

Zé Carlos ameaça a tia com uma arma de fogo, ao contrário dos demais que fugiram, Henrique fica paralisado. A paralisia provoca pânico no personagem, o que o faz gritar e culmina na fala agressiva do tio policial. Nessa cena, o pai do narrador situa-se como vítima indireta, pois a ação violenta não fora originalmente direcionada a ele, porém, ao presenciar tal ato, é agredido psicologicamente pela truculência do episódio.

Outra cena de violência que merece análise, é quando o personagem vai trabalhar em um escritório de advocacia e, ainda na entrevista, ouve do futuro patrão: “Bruno disse, com muita

naturalidade, que não gostava de negros. Você levantou os olhos. Bruno não se intimidou e repetiu a frase: *não gosto de negros*” (TENÓRIO, 2020, p. 20). Ao dizer isso para uma pessoa negra, fica evidente o desejo de causar dano ao outro por meio da linguagem, logo, configurando um ato de violência. Aproximando essa passagem das discussões de Almeida (2019), podemos notar a manifestação individual da violência racial, mas que é suportada por uma mecânica social racializada, desdobrada estrutural e institucionalmente. Assim, fica evidente a violência sofrida por Henrique, ao ver a sua existência e a do seu grupo, menosprezada e inferiorizada.

Na esteira de violências que acometem o personagem, é marcante quando Henrique começa um namoro com Juliana, uma moça branca e começa a frequentar as reuniões de família. Em tais ocasiões, pela via da rememoração, evidencia-se a violência da estereotipização, que traz consigo a anulação da identidade e a homogeneização. Como relata Pedro:

Acontece que, em pouco tempo, você não só passou a ser o negão da família, como também passou a ser uma espécie de para-raios de todas as imagens estereotipadas sobre os negros pois disseram que você era mais resistente à dor, disseram que a pele negra custa a envelhecer, que você deveria saber sambar, que deveria gostar de pagode, que devia jogar bem futebol, que os negros são bons no atletismo. *Você não corre? Que os negros são ruins como nadadores, já viu algum negro ganhar medalha olímpica na natação? Agora, olhem lá nas corridas. Vocês ganham tudo. É porque desde cedo aprendem a correr dos leões na África, não vê como aqueles quenianos sempre ganham a São Silvestre?* Enquanto isso, a Juliana, por sua vez, era bombardeada pelas primas e amigas que nunca tiveram um namorado negro: *e então, como ele é? Tem pegada mesmo, como dizem dos negros?* (TENÓRIO, 2020, p. 29).

O que se vê é uma série de estereótipos: de que os negros têm mais pré-disposição aos esportes pela sua condição física, têm determinadas referências culturais e são objetificados sexualmente. Desse modo, observa-se, novamente, o atravessamento do racismo nas relações sociais. Pelos estereótipos, representa-se a hierarquização social que coloca a identidade de Henrique em posição de inferioridade e, ferindo sua existência, pode ser entendida como uma forma de violência. Por esse entendimento, a violência também aparece no romance de forma simbólica, ao danificar não o corpo, mas a subjetividade do sujeito.

Embora o protagonismo da história seja ocupado pelo pai, o narrador também explora o passado da mãe, Marta. No recorte feito da história de vida da personagem, fica demarcada a situação de violência doméstica, cujo algoz fora seu primeiro marido, Vitor. Segundo o relato de Pedro:

Foi então que o Vítor segurou-a com força pelos cabelos. Minha mãe tentou se desvencilhar. E pela primeira vez minha mãe levou um tapa no rosto. Vítor seguiu gritando com ela: *olha o que você me obriga a fazer* (TENÓRIO, 2020, p. 101).

O tapa no rosto marca a violência física direta sofrida pela personagem negra do seu marido branco. Todavia, a cena violenta não termina na agressão física, pois, na última sentença da citação, emerge a violência psicológica, quando o agressor culpabiliza a vítima. Ainda, é preciso observar que, além do vetor racial, Marta passa pela experiência da violência pelo elemento de gênero. Esse imbricamento de identidades da personagem representa a interseccionalidade por ela ocupada que, na estrutura social em que ela está inserida, as mulheres negras acumulam as opressões de raça e gênero.

Ao se encaminhar para o fim da narrativa, passa-se a evidenciar as abordagens policiais arbitrárias sofridas por Henrique ao longo de sua vida. Por meio da memória, o narrador expõe a seguinte cena:

Na manhã do dia vinte e um de agosto de dois mil e dezesseis, você foi abordado pela polícia. Você estava na frente do seu prédio esperando uma carona para ir trabalhar. Você tinha cinquenta anos e não pensava que ainda teria de passar por isso. Enquanto você conferia a hora no seu relógio, dois policiais, em motocicletas, da Brigada Militar se aproximaram de você e perguntaram o que fazia ali parado. Você demorou alguns segundos para responder, na verdade queria se recusar a responder, pensou em confrontá-los, perguntar por que estava sendo abordado, mesmo que já soubesse a resposta. Você estava cansado daquilo. Cansado de ter que dar explicações para a polícia. Por fim, você acabou respondendo que estava ali parado numa esquina esperando uma carona para ir trabalhar. Os policiais te deram uma boa olhada, poucas vezes na vida você se preocupou com suas roupas, em se vestir bem. Um deles te perguntou onde você trabalhava. *Numa escola. Sou professor*, você respondeu. Depois, educadamente, eles te solicitaram os documentos e te perguntaram onde você morava e se era usuário de drogas (TENÓRIO, 2020, p. 142).

Por essa passagem, pode-se observar a representação do maquinário do racismo desdobrando em violência. Novamente nos aproximando de Almeida (2019), é possível ver o racismo na esfera individual pela agência dos policiais enquanto indivíduos, na esfera institucional pela clara desvantagem de Henrique frente a uma abordagem policial e no âmbito estrutural pela relação social e política que inferioriza o personagem. Ademais, a passagem carrega um índice simbólico, uma vez que os policiais carregam uma força representacional do próprio Estado, este que é um agente de violência contra a comunidade negra. Primeiramente, de uma forma direta e física, pela forma como aborda o personagem; mas também simbólica, ao associá-lo à criminalidade e, assim, ferir sua subjetividade.

Na última parte do romance, centrada na morte de Henrique, anunciada desde o primeiro capítulo, há uma oscilação de foco. Até então, os núcleos de focalização eram a família do narrador, ainda que em momentos distintos, antes mesmo do seu nascimento. Porém, aqui focaliza-se a família de um policial, este que tem constantes pesadelos com homens negros rondando e invadindo sua casa, como pode ser visto no relato:

Ele, o policial, dilata as pupilas. [...] E, ao olhar para a janela, identifica um homem negro caminhando sobre o telhado de uma casa na frente do seu prédio. [...] E num estalo ele se dá conta: tem gente dentro do apartamento (TENÓRIO, p. 161-162).
Um dos homens vai na direção dele e diz, próximo aos seu ouvido: *não se preocupe. A gente não quer nada com você. A gente só quer eles*. E aponta para o quarto onde dormem os filhos e a esposa. Ele acorda com o sacolejo da mulher (TENÓRIO, 2020, p. 166).

O sonho encenado na diegese é projeção do inconsciente do personagem, do policial. A aversão ao outro, transfigurada de medo, é o ponto central da narrativa onírica. Essa configuração expõe a interioridade psicológica do personagem e que está intimamente ligada à ação por ele desenvolvida, uma vez que é ele um dos assassinos de Henrique. O policial sai em uma abordagem e ao chamar pelo pai do narrador, ele não responde, pois está preso no pensamento sobre suas aulas de literatura, sobre a leitura de Dostoiévski que vez com seus alunos. O narrador, então, apresenta a cena da morte do próprio pai:

Então, você abriu a pasta, ignorando os gritos do policial, os gritos de larga a pasta, porra. Você ignorou porque agora era a sua vez. Era a sua vez de ditar as regras. E a regra, agora, era seguir seu movimento, colocando a mão dentro da pasta. O primeiro tiro pegou no seu ombro, e foi como se você tivesse levado uma pedrada forte. O segundo foi no peito, dilacerante, uma dor difícil, não tão forte como as outras dores

que tocam seu corpo, mas ainda uma dor difícil. O terceiro foi dado por ele, pelo policial que vinha tendo pesadelos com homens negros invadindo a sua casa. Um tiro certo na tua cabeça. Os outros vieram simultaneamente. E a última imagem que você viu, foi a lua-gema-de-ovo-no-copo-azul-lá-do-céu (TENÓRIO, 2020, p. 177).

Ao ficar preso no pensamento sobre o romance russo, abre a pasta para tirar uma cópia. Pela forma como a cena é perspectivada, pode-se observar que os policiais, com um olhar racializado, entendem que Henrique vai tirar uma arma e disparam sem titubear. A ação é violenta ao extremo, depois do terceiro tiro perde-se a conta de quantos mais foram disparados, pela forma como a expressão *os outros [tiros] vieram simultaneamente* é articulada. Trata-se, portanto, de um fuzilamento, um ato intenso de violência, em que em nenhum momento se questiona o desejo dos policiais causarem dano máximo, a morte.

Dessa forma, a história de vida de Henrique é representada pelos fragmentos de memória reunidos por seu filho. Nessa articulação fragmentária do passado emergem diferentes tipos de violência que atravessam a vida do personagem: violência física direta, violência psicológica, violência verbal, violência simbólica e institucional, que se apresentam como instância do racismo estrutural. Ou seja, o personagem tem a sua produção de subjetividade e a sua ação no mundo crivada pela estrutura social racializada na qual ele está inserido.

A violência e a memória se imbricam em uma relação cruzada de sentidos. De um lado, a memória é o meio pelo qual se aproxima, no presente, da experiência do sujeito em relação à violência no passado. Na outra via, a violência é vetor semântico que atravessa a representação da memória, o que significa que a experiência da violência é o fio condutor da narrativa memorialista.

Essa representação da memória concretizada na narrativa de Pedro pode ser entendida a partir das considerações de Candau (2016) sobre memória genealógica e familiar. O autor as entende como um jogo entre a memória e a identidade estruturado a partir do “conjunto de lembranças que compartilham os membros de uma mesma família” (CANDAU, 2016, p. 137). Isto é, a partir da busca pela memória daqueles que formam o grupo familiar abrem-se perspectivas de negociação de identidade.

Nos termos do autor,

Apesar das diversas tentativas de fixação dessa memória (registros, árvores genealógicas, brasões etc.), a busca identitária movimenta e reorganiza, regularmente, as linhagens mais bem asseguradas, jogando em permanência com a genealogia naturalizada (“relacionada com o sangue e o solo”) e a genealogia simbolizada (constituída a partir de um relato fundador). A genealogia pode ser definida como uma “busca obsessiva de identidade e se apresenta com mais força quanto mais as pessoas experimentam o sentimento de se distanciarem de suas “raízes”. Ela se alimenta dos jogos identitários no presente, aos quais se submete o passado (CANDAU, 2016, p. 137).

É pelos objetos, pelas fotografias e pelos afetos que se efetiva o processo e reconstituição do enredo familiar por meio da memória. O narrador diz: “Enquanto investigo suas coisas, encontro uma foto. Eu, você e minha mãe” (TENÓRIO, 2020, p. 46). As fotografias, cruzadas pelas memórias afetivas do narrador, são indícios das materialidades de sentidos sobre o passado as quais Pedro recorre para empreender o projeto narrativo a que se propõe. Essas memórias que, representando o passado do pai e da mãe, também são dele.

Como preconiza Ricoeur (2007), ao lidar com a memória é preciso questionar a quem se atribui a lembrança. O filósofo francês aponta três possibilidades: o eu, os próximos e os coletivos. No

caso de *O avesso da pele*, a memória é atribuída aos próximos, porque compreende o núcleo familiar, são as reminiscências da família. O grupo dos próximos abarca o eu narrante, e também as pessoas do círculo de proximidade, que se define pelas relações afetivas. Com isso, quero dizer que, sendo uma narrativa familiar erigida pela memória genealógica, esta também é a história de vida e a memória do narrador. Assim como a violência, que se apresenta de forma transgeracional, pois depois da morte de Henrique, Pedro diz: “Olhei para a minha própria pele. E era mais clara que a de meu pai e minha mãe. E talvez por isso eu tivesse sido parado pela polícia duas vezes até ali” (TENÓRIO, 2020, p. 181). Mesmo tendo um tom de pele mais claro, o narrador experiencia as violências que seus pais sofreram a vida toda, neste fragmento expressa de forma metonímica: as abordagens policiais que simbolizam toda a violência racial que circunda o romance.

Em vias de fechamento da narrativa, Pedro reflete sobre o seu projeto narrativo:

Acho que vocês nunca se preocuparam em organizar uma narrativa para mim. Sei que o tempo foi passando e o que foi dito por vocês, antes da minha memória, foi dito em retalhos. Então precisei juntar os pedaços e inventar uma história. Por isso que não estou reconstituindo esta história para você nem para minha mãe, estou reconstituindo esta história para mim. [...] Prefiro uma verdade inventada, capaz de me pôr de pé. Eu sei que esta história pode estar apenas na minha cabeça, mas é ela que me salva (TENÓRIO, 2020, p. 183).

A narrativa que Pedro engendra é para ele, esse inventário de memória e de afetos é para que ele possa suprir a lacuna deixada pela ausência física do pai falecido e a lacuna afetiva marcada pelo distanciamento da mãe. Pela citação reforça-se a fragmentação como mecanismo de representação da memória, os *retalhos* que foram ditos antes do seu nascimento que ele teve que juntar. Chama atenção o uso categórico do termo *inventar*, cuja denotação refere-se a criar, elaborar mentalmente, e ainda o sentido de ficcionalização, de imaginar algo. Com isso, o narrador quer dizer que aquela é a forma como ele vê, como ele imagina, como ele elabora o passado de sua família. Como explica Bal (2021, p. 222), a memória “muitas vezes é um ato narrativo: elementos soltos acabam por formar uma história coesa para que possam ser lembrados e por fim contados”. Além disso, “a história que a pessoa se lembra não é idêntica à que viveu” (BAL, 2021, p. 222). É por isso que Pedro é enfático em dizer que aquela é a história que ele inventou, porque a memória tem fragilidades, como aponta Ricoeur (2007), e o narrador não as ignora. A imagem reconstituída de Henrique, portanto, é afetada por essas variáveis: a carga afetiva e a rasura da memória.

Sequencialmente, o narrador segue analisando esse aspecto do seu relato:

Acho que inventei uma memória sobre você sem a distância e a maturidade necessárias. Sei disso, mas a minha ingenuidade é tudo que tenho. Esta história é ainda a história de uma ferida aberta. É uma história para me curar da falta daquilo que você, repentinamente, deixou de ser (TENÓRIO, 2020, p. 184).

Aqui se confirma o atravessamento da afetividade proveniente da relação pai e filho no exercício de memória. Essa ferida aberta, centro da história, pode ser entendida como o processo de luto, ainda em curso, o que se reforça pelo valor semântico de cura enunciado na sentença seguinte. Essas dinâmicas afetivas são propulsoras no processo de invenção dessa memória, ou seja, na forma de imaginação, da construção de um imaginário, sobre o passado familiar, sobre tudo do pai morto.

Pelo exposto, observa-se que a narrativa é constituída como um exercício de memória conduzido pelo narrador, Pedro, cujo objetivo é inventariar lembranças familiares para reconstituir a imagem paterna. Nesse empreendimento, emerge no primeiro plano da narração a temática da violência a partir da experiência do racismo que cruza as malhas subjetivas das figuras ficcionais.

Assim, memória e violência entrecruzam-se no processo de redimensionamento do enredo familiar do narrador e expõem fraturas históricas e sociais que circundam a realidade social representada na tessitura literária.

Considerações finais

O romance *O avesso da pele*, de Jeferson Tenório, mimetiza, a partir da performance do narrador, a memória e a violência. Ambas aparecem, no tecido narrativo, de uma forma combinada, não como dois temas que não se tocam. Uma é vetor de sentido para a outra: a memória é o meio pelo qual a violência atrelada a experiência pretérita é semantizada no presente; a violência, expressa pelo racismo, é viga de sustentação para a composição da narrativa memorialista fragmentada de Pedro.

Nesse inventário memorialístico, o afeto é um elemento de destaque. Uma vez que são as relações afetivas que propulsionam o processo de rememoração como forma de aproximação entre os sujeitos que compõem o núcleo familiar que protagoniza a trama.

Ainda, a violência tem posição preponderante na narrativa memorial porque ela causa um rasgo no tecido subjetivo de quem a experiencia. A experiência das personagens e do narrador são cruzadas constantemente pela violência motivada pela problemática racial. As histórias de vida dos personagens são instâncias representacionais de diferentes formas de violência – física, verbal, psicológica, indireta, simbólica, institucional – cuja motivação é dada pelo posicionamento das figuras ficcionais dado pelas coordenadas de raça em uma cartografia social delineada por uma estrutura de poder que se solidifica pelo racismo.

Referências

- ALMEIDA, Silvio de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.
- BAL, Mieke. *Narratologia: introdução à teoria da narrativa*. Trad. Elizamari Rodrigues Becker [et al]. Florianópolis: Editora UFSC, 2021.
- CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.
- GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e autoritarismo*. Campinas: Autores Associados, 2013.
- NEUMANN, Birgit. The literary representations of memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar. *Cultural Memory Studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2008. p. 333 – 343.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François et al. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- RUFFINS, Fath Davis. Mythos, Memory, and History: African American Preservation Efforts, 1820-1990. In: KARP, Ivan; KRAEMER, Christine; LEVINE, Steven. *Museums and communities: the politics of public culture*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992. p. 506 – 611.
- SILVEIRA, Oliveira. *Obra reunida*. Organizado por Ronald Augusto. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/CORAG, 2012.

STOPPINO, Mario. Violência. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org). *Dicionário de política*: v. 1. Trad. Carmen C. Varriale [et al]. 11^a ed. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 1291-1298.

TENÓRIO, Jeferson. *O avesso da pele*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOBRE APOLO E DIONÍSIO E DO RETORNO À MORADA

KAPPAUN, Ivan Jeferson

Unisc, ivankappaun@ahoo.com.br

Tema: Grupo de Trabalho - Arte, Corpo e Linguagens

Resumo: Como os mitos podem almar uma pesquisa que pensa a relação entre o artista, o professor e o pesquisador? Interrogação que me lança ao objetivo de pensar minha formação a partir do mito de Apolo e Dionísio. Reflexão que me exigiu o retorno à morada - ao primordial. Mitos são narrativas da essência humana - são originários, instituintes da própria vida. Os sentidos que emergem da pesquisa, sendo almada, só podem dizer do pesquisador. O mesmo pode ser estendido ao artista e ao professor. A dialética entre Apolo e Dionísio me fez reconhecer a complementaridade necessária para que a dimensão artística pudesse emergir. Sentia uma emergência poética, uma força que me mobilizava sentidos e me convidava a ser carne do mundo. Experiência almada de ser eu, no e com o mundo, coexistindo com outros humanos. Seria a emergência poética uma emergência educativa? A escola é lugar privilegiado de exercício da convivência e por que não convidar outros humanos a darem sentidos outros ao mundo?

Palavras-chave: Educação; pesquisa, artes; mitos; corpo.

Introdução

“Se dizemos às pessoas grandes: “Vi uma bela casa de tijolos cor-de-rosa, gerânios na janela, pombas no telhado...”, elas não conseguem, de modo algum, fazer uma ideia da casa. É preciso dizer-lhes: “Vi uma casa de seiscentos mil reais.” Então elas exclamam: “Que beleza!””(SAINT-EXUPÉRY, 2009, pg. 17-18). O que esse breve trecho destacado de O Pequeno Príncipe pode me fazer pensar acerca da pesquisa acadêmica? Ou melhor, se oferece, a mim, como possibilidade ao exercício do pensamento? Quais são os elementos que garantem que eu esteja realizando uma pesquisa? Citar autores academicamente legitimados? Seguir um modelo de escrita e uma estrutura convencionalizada como adequada à apresentação de uma pesquisa? Talvez para alguns muitos seja isso. Talvez para mim seja isso, ainda. Se formulo perguntas acerca disso, significa que são questões que permeiam meu exercício de habitar a existência, que emergem da minha ação reflexiva e, de certo modo, me instituem.

Interrogar algo ou alguém é sempre uma forma, antes de qualquer coisa, de interrogar a si mesmo. Exercício interrogativo que deseja amplificar questões e não respondê-las, para, desse modo, conservar o mistério que é a abertura de habitar o mundo. É um modo de viver: permanecer em suspensão das certezas. Não que a certeza seja descartável. Eliminar a certeza seria mais do mesmo, mas fazer o quê, se gosto mais das perguntas do que das respostas? Assim como o menino, em suas peraltagens, gosta mais dos vazios do que dos cheios. Fazer o quê, se gosto de carregar água na peneira? Fazer o quê, se a única garantia de que estou fazendo uma pesquisa é que desejo desenhar? Parafraseando Nietzsche, que não poderia crer em um deus que não soubesse dançar, não posso crer em um deus que não soubesse desenhar.

Pensando em Nietzsche - ou com Nietzsche - emerge outra pergunta: de que modo os mitos podem almar uma pesquisa? Pergunta vital ao esforço de escrita e ao texto que ofereço. Refiro-me a Nietzsche por pensar no mito de Apolo e Dionísio. Na verdade, foi pelo mito que cheguei em Nietzsche. Não me foi possível pensar acerca dos mitos de Apolo e Dionísio até a última orientação individual, encontro que tive com minha orientadora Sandra, pouco antes do Natal de 2022. Aqui quero fazer

um breve devaneio acerca dos encontros que vamos vivenciando ao longo do percurso. Não quero estabelecer afirmativas, apenas destacar algumas observações para que verdades não sejam decantadas. É preciso manter o pensamento em constante movimento para conservar o mistério do mundo. Seguindo: estava muito preocupado e dedicado na tarefa de encontrar um mito, a partir da provocação da escritura deste texto. Entretanto, meus esforços não pareciam render frutos ou, pelo menos, não ofereciam nenhum indício do que estava buscando. É curioso perceber que, às vezes, aquilo que procuramos sempre esteve ali, apenas não conseguimos ver, ainda que o movimento, o deslocamento, seja necessário. A errância como modo de encontrar aquilo que só posso encontrar quando se permite ser encontrado. Deslocamento muito mais pautado no modo como caminhamos do que na extensão da caminhada. Foi nesse movimento de 'abandonar' o percurso ao encontro do mito que, durante a orientação mencionada anteriormente, conversando sobre minhas intenções de pesquisa acerca do desenho, emergiu o mito de Apolo e Dionísio. Foi uma experiência reveladora, de mostraçãõ daquilo que estava envolto em brumas aguardando um vento que desanuviasse e revelasse a paisagem. E eis que me vi diante de uma - para não dizer bela e recorrer a um enfado - instigante paisagem.

A paisagem que se desvelou não apenas evidenciou o que sempre esteve ali, como também permitiu circunscrever um campo a ser pensado, talvez muito mais devaneado. Descer às profundezas, no íntimo daquilo que queremos estudar, por mais difícil que possa ser - e é -, é um movimento necessário de ascensão, de encontro com aquilo que não sabia poder encontrar, mas que esteve sempre lá, como potência, como emergência de vir a ser. Delimitar um campo de estudo é fundamental, ainda que seja tentador se aventurar por algumas delícias que se oferecem ao longo do processo de estudo e escrita, assim como tentador é desistir diante de dificuldades que vão se apresentando. Entretanto, aviso de antemão que me deixo seduzir por algumas delícias que vieram me tentar - teria Dionísio alguma participação?

Sobre Apolo e Dionísio

Confesso que pouco sabia ou muito desconhecia acerca do mito de Apolo e de Dionísio. Ignorância prenhe de sentido, uma vez que me pôs no movimento de estudar e conhecer acerca dos deuses olímpicos. Me dispus a pensar acerca disso e me dei conta de quão pouco estudamos os mitos, independente de sua matriz de origem. Apolo, deus da beleza, da perfeição, da harmonia, do equilíbrio e da razão. Dionísio, deus dos ciclos vitais, da alternância entre as estações do ano, das relações entre corpo e alma, da mescla entre o divino e o profano, das emoções descontroladas, da transgressão à ordem estabelecida, da embriaguez e das orgias. Cada vez mais estou convencido do poder dos mitos e como eles, recursivamente, vão, de modo primordial, originário, instituindo nossa existência no mundo. O movimento humano de sentir e significar o mundo - de dar sentido à existência - se deu de modo essencial, encarnado. Os mitos não emergem de fabulações provindas de uma mente solitária que sofreu algum tipo de 'iluminação', mas são a mais genuína expressão da existência humana, marcando de forma profunda uma memória coletiva. Começo a compreender melhor o que Jung propõe por inconsciente coletivo.

Apolo, ainda que deus da beleza e da perfeição, era violento. Poderoso, era o deus das pragas e doenças, ao mesmo tempo que era a divindade das curas e proteção - equilíbrio que conferiu caráter civilizador ao deus, e sua violência foi apresentada como indispensável para a estruturação do universo a partir do caos. Dionísio, deus das festas, do vinho, da intoxicação, era o deus mais mundano e próximo do humano. Muito intenso, era visto com desconfiança por seu comportamento desregrado e ligado à natureza humana. Mesclava a intensidade das paixões irrefreáveis e da pureza divina aos aspectos mais sombrios e carnis dos sofrimentos e desejos humanos. Ainda que descritos de modos muito diferentes, Apolo e Dionísio se complementam. Pensar isso me fez, inexoravelmente, revisitar

minha trajetória. Por muito tempo, ainda que sentisse um desejo e uma atração por Dionísio, vivia sob a direção de Apolo. Não se trata de escolha, visto que ambos se complementam, mas sempre que tinha que tomar alguma decisão, negava Dionísio em benefício de Apolo. Demorei muito tempo para perceber o quanto precisava de Dionísio - e ainda preciso. Apolo continua a exercer sua influência de forma marcante, mas descer às profundezas me ensinou uma relação vertical. Relação vertical não no sentido de criar uma hierarquia, mas no sentido de marcar uma indissociabilidade entre ambos que, em essência, são características destacáveis de mim mesmo. Penso no quiasma merleau-pontyano.

Há quiasma nas coisas: a superfície se enlaça e se cruza com as cores e os sons que se enlaçam e se cruzam com os odores, todos se enlaçando e se cruzando em movimentos infundáveis, numa troca incessante onde cada qual é indiscernível e discernível porque pertencem a famílias diferentes. O tecido do mundo das coisas é cerrado e poroso. A transitividade e reversibilidade das dimensões fazem as coisas profundas. Essa profundidade é sua carne. (CHAUÍ, 1983, pg. 273).

Descer às profundezas para dali emergir como uma apoteose de si, afinal, pesquisar é sempre um encontro consigo mesmo. Os sentidos que emergem do movimento da pesquisa, sendo almada, só dizem e só podem dizer do pesquisador. Não poderia ser diferente, uma vez que cada pesquisador, assim como cada movimento de pesquisa, é único e irrepetível. Do mesmo modo o desenho. Não há humano, em qualquer tempo e espaço no mundo, capaz de produzir marcas idênticas a marcas de outra pessoa. A intencionalidade do gesto desenhante, irrepetível, funda o humano, desde tempos imemoriais, como ser de e em linguagem.

O humano, por estar em linguagem, funda a si mesmo no próprio ato de criar linguagem. É metáfora de si mesmo. Se considero que nada está pronto, que as coisas não estão dadas, assumo a linguagem como instituinte de mundo. Assim, quando desenho não faço surgir apenas o desenho, mas o eu-desenhante que se faz desenhante no ato mesmo de desenhar. É poiésis, que, como modo de habitar a existência, põe o humano na condição de emergência de si, que, por sua vez, só pode se manifestar como poesia. Desse modo, assumir o desenho como representação, como manifestação de uma ideia sem corpo, não se sustenta. O desenho, aquele no qual me reconheço e me instituo, não pode ser outro a não ser corporeidade - emergência da intencionalidade gestual de meu corpo. São marcas que nascem da necessidade de externar aquilo que não posso conter, o excesso de mim - marcas que me marcam.

Marcas que me marcam e não permitem que esqueça minhas origens - o originário. Acredito que, por isso, tenho me voltado tão avidamente para a casa da infância. Não posso me desprender do peso de Apolo em minha caminhada e do quanto ele me constituiu e me constitui naquilo que posso estar sendo. Isso não significa abandonar ou ignorar o dionisíaco que habita em mim. Pelo contrário, começo a compreender o quão importante são ambos as dimensões - apolínea e dionisíaca. Entretanto, para que o artista que pedia passagem emergisse, foi preciso dar abertura para que Dionísio se manifestasse. O quiasma da relação Apolo-Dionísio foi fundamental para que eu pudesse me entender como artista.

A relação simbiótica que passei a experienciar promoveu uma série de aberturas para que o eu pudesse emergir. A dialética entre o que Apolo e Dionísio significam me fez reconhecer a complementaridade necessária para que a arte pudesse florescer em mim, o que me aproximou da dimensão onírica, legitimando-a. Apolo também era o deus dos sonhos que, apesar da dimensão racional da divindade, revela a importância do caráter onírico para a revelação da verdade para os gregos - era a definição da sensibilidade humana como modo de observar a vida, uma forma de compreensão da própria vida. No entanto, diferente de Apolo, Dionísio estava entre os humanos, experimentando suas alegrias e sentindo seus sofrimentos. Personificação da irracionalidade da

existência humana, da força vital, do instável e do fugaz, Dionísio era a chama que animava os sonhos apolíneos. Por Apolo o caos dionisíaco era organizado para se tornar compreensível e passível de ser articulado pela narrativa. Opostos complementares, ambos personificavam a originalidade artística.

Manifestações distintas da mesma divindade, Apolo era a imagem da iniciação à natureza pelo logos, símbolo da passagem da infância para a vida adulta, representante do ideal educativo grego (paidéia), enquanto Dionísio marcava a fusão de si no outro, a imersão da identidade na identidade do outro - o uso de máscaras era essencial para a manifestação teatral. Equilíbrio entre a organização racional e a loucura desregrada, entre o pensamento e a emoção. Interessante pensar na indissociabilidade de tais dimensões no humano, impossível de hierarquizá-las. Apolo nos oferece a ordem que emerge do caos, enquanto Dionísio nos lembra que nenhuma ordem é eterna. No âmbito das artes, a partir de Nietzsche, Apolo é tido como figurativo e clássico, ao passo que Dionísio é considerado mais poético e sensual. Poderia dizer, assim como Platão e Aristóteles, Apolo localiza a verdade no mundo das ideias, enquanto Dionísio põe a verdade no mundo sensível. Por muito tempo foi evidente minha predileção pelo apolíneo na arte e muitas das minhas escolhas perpassam por essa predileção. No entanto, já não me faz sentido tal distinção, uma vez que procuro justamente aquilo que transcende e desfaz qualquer tentativa de cisão, ou seja, busco o que há de apolíneo em Dionísio e dionisíaco em Apolo. Forças antagônicas que se fundem - a força emotiva dionisíaca e a forma estrutural apolínea.

A partir da leitura do artigo intitulado “Apolo e Dionísio: opostos complementares e o processo de individuação a partir de Jung e Nietzsche”, de Taconeli e Dourado (2015), me foi possível associar o mito grego com a ideia de inconsciente coletivo de Jung. Dionísio seria o canal de conexão com conteúdos do inconsciente coletivo da humanidade que podem levar o humano à loucura. Apolo, por sua vez, retira o humano dessa relação mais mundana, ainda que não deslegitime tal experiência. Jung vai buscar na origem do mito de Dionísio, que diz de um renascimento após um processo de desmembramento, para marcar o movimento de ‘desmembramento’ da personalidade ao relacionar-se com o inconsciente coletivo, confrontando-se com as sombras, para daí ‘renascer’ de forma mais fortalecida. É uma descida às profundezas como movimento necessário para a emergência de si, deslocamento próprio do processo de individuação. Processo de imersão nas forças inconscientes, que causam uma intensa desintegração do ser, mas resulta na valoração e no conhecimento mais profundo de si mesmo.

Assim, podemos afirmar que a experiência dos opostos Apolo e Dionísio pode ser relacionada ao processo de individuação simbolizando a dinâmica existente entre os princípios opostos do consciente e do inconsciente. Os opostos se contradizem e, ao final, complementam-se a fim de integrarem-se em uma nova entidade centralizada. Essa unidade psíquica é o centro da mandala para os alquimistas pesquisados por Jung e corresponde ao seu conceito de Self que é a realização da psique constituída por princípios opostos. Para Jung é de vital importância no processo de individuação que o sujeito entre em contato com os conteúdos arquetípicos do inconsciente coletivo para afirmar, diante da coletividade, sua individualidade e singularidade (TACONELI; DOURADO, 2015, pg. 69).

Seguindo a leitura dos autores citados, é em Nietzsche, mais especificamente na ideia de super-homem e na trajetória de Zarathustra, que evidencia-se o que há de mais individual e mais singular no humano, como emergência daquilo e naquele que passa por toda a jornada e percurso de autoconhecimento e individuação, pois somente assim que o humano pode superar a si mesmo e, desse modo, ser de fato aquilo que é. Tanto Jung quanto Nietzsche atribuem à arte o papel da individuação.

Apolo e Dionísio para Nietzsche, consciente e inconsciente para Jung, são opostos complementares de uma mesma unidade. Nenhuma dessas polaridades pode ser negada diante daquele que deseja encontrar-se com si mesmo e superar aquilo que já é dado e conhecido em seu próprio existir (TACONELI; DOURADO, 2015, pg. 72).

É por esse viés que não nego Dionísio, tampouco Apolo. Estou em movimento para encontrar a mim mesmo e, durante o deslocamento - que considero um movimento que não cessa -, encontrei-me com o artista que habita em mim. Grato encontro, uma vez que pude confrontar aquilo que sempre estive ali. Sentia uma emergência poética, mas não sabia que força era essa que me mobilizava sentidos - estéticos - e me convidava a ser carne do mundo. Experiência almada de ser eu, no e com o mundo, coexistindo com outros humanos. Talvez, seja a emergência poética uma emergência educativa também, um potente modo de buscar sentidos outros às relações entre humanos nos tempos e espaços da escola. A escola é tempo e espaço privilegiado de exercício da convivência com outros humanos e por que não convidar outros humanos a, esteticamente, sentirem e darem sentidos outros ao mundo?

Produção de sentido em linguagem – da emergência da intencionalidade do gesto desenhante

Talvez essa crença estética possa tocar, ainda que sutilmente - um resvalo que seja - outras almas e fazer com que sentidos possam emergir dessa relação. Que outros possam desenhar também outras coisas além de jiboias abertas e fechadas. Quando falo em crença, não me refiro à dogmas - não quero dar explicações, tampouco estipular verdades. O dogmatismo teme a subjetividade. Suprime a liberdade. Não me refiro, quando falo de liberdade, de um sentimento de que qualquer coisa serve, uma ideia de *laissez-faire*. Falo de uma liberdade que emerge da disciplina. E quando falo em disciplina, não me refiro à obediência - ao ajoelhar no milho, palmatória, puxões de orelha. A disciplina é ameaçadora, não porque induz ao medo, não porque implica no corpo suplicado, mas porque emerge do humano. Nunca é imposta por outra pessoa, mas nasce no humano como exercício de habitar a própria existência. Ameaçadora por não se acomodar ao dado, por não se render aos paradigmas. Pressupõe *poiésis*.

Poiésis como produção em presença, no ato mesmo de trazer o não ser ao ser. Movimento de dar forma ao amorfo. Movimento que julgo resistência diante de um paradigma que produz o que Agamben (2012) chama de homem sem conteúdo. O artista, diante de discursos 'contemporâneos', metamorfoseou-se em uma anomalia que já não é mais humana - transformou-se em ideia sem corpo. Essa entidade inumana encontra seu templo no museu. O museu tornou-se o espaço por excelência da arte, onde o esteta - aquele que julga e frui - passeia, sendo incapaz de produzi-la, ou melhor, vociferando discursos ambíguos e delirantes acerca daquilo que pouco conhece ou desconhece por completo. Entretanto, ainda que necessário para marcar alguns contrastes, não quero me apegar a esse humano sem conteúdo. Me interessa a potência humana em produzir sentido com e em linguagem. Linguagem como promotora de mundo. Pressupõe fazer, o que implica estar em ato de fazer a si mesmo. O humano inventou a si mesmo quando criou linguagem. É metáfora de si.

A poesia é transformadora, revolucionária. Entretanto, o humano, ao poetizar, poetiza para si e para o outro. Para si, por não poder conter aquilo que não cabe - aquilo que é o excesso. Para o outro como exigência de si, pois o humano só pode se reconhecer humano em outro humano. A obra que emerge da ação poética, uma vez que passa da ausência para a existência, deixa de pertencer a seu criador.

Por emergir como excesso, por não ser mais possível silenciar o que não pode ser silenciado, a poesia só a é, em essência, junto à sua fonte criadora. Para Valéry (1989), qualquer deslocamento

da obra de sua fonte produtora, ela deixa de ser imediatamente uma obra do espírito e passa a ser totalmente estranha às condições de sua produção. Por isso não existem máquinas de poetizar, não existem fórmulas ou receitas a serem seguidas. Ao poeta resta criar não somente a poesia, mas os meios pelos quais o poetizar é possível. Meios que servem somente a seu criador. “Na produção da obra, a ação vem sob a influência do indefinível” (VALÉRY, 1989, pg. 191).

A poesia (ποίησις), vale destacar, não é uma manifestação artística entre outras, mas é a capacidade humana de fazer algo, de trazer à existência aquilo que carecia de existência, de dar forma ao amorfo. Manifestação que emerge do exercício da liberdade. Liberdade que é cerceada no espaço acadêmico, diante de tantos ditames e paradigmas. No entanto, não quero aqui afirmar uma deslegitimação da academia. Quero celebrar aquilo que a academia oferece como possibilidades outras de habitar a escrita acadêmica. É perceber a academia como espaço privilegiado para a criação do próprio espaço. Uma coisa é pensar naquilo que falta - carência de espaço. Outra é pensar o que é possível fazer com o espaço que se tem. Graciela Montes (2020) convida a pensar o espaço como uma questão de poder - de poder ou de não poder. Cada um faz o seu, ainda que as possibilidades sejam diferentes para cada um, uma vez que podem ser oferecidas ou negadas. Há aqueles que se sentem presos, enclausurados, mesmo em um campo aberto, sós em meio a uma multidão, e há aqueles que veem o sol entrar pela janela. Gosto daqueles que veem o sol entrar pela janela. Gosto de ver o sol entrar pela janela.

Gosto de ver o sol entrar pela janela, mas sublime mesmo é surpreender o sol antes do sol raiar. É entrar pela porta dos fundos da casa vazia - ah, esse espaço poético! -, e admirar-me com a profundidade do enigma que é o espaço. Surpreender a mim mesmo ao encontrar-me. “Admira-te primeiro, depois compreenderás”, dirá Bachelard. Mas e o mistério?

*O mistério das coisas, onde está ele?
Onde está ele que não aparece
Pelo menos a mostrar-nos que é mistério?*

Alberto Caeiro, O guardador de rebanhos.

Caeiro surpreende ao surpreender-se. Admira-se com o mistério em si e não espera nada mais que isso: o mistério. Mistério que guarda todas as coisas, mistério onde cabem todas as coisas, mistério grávido de potência, de possibilidade de vir a ser. Há muito mais em um cofre fechado do que em um cofre aberto. Afinal, a verificação mata todas as imagens.

*Porque o único sentido oculto das coisas
É elas não terem sentido oculto nenhum,
É mais estranho do que todas as estranhezas
E do que os sonhos de todos os poetas
E os pensamentos de todos os filósofos,
Que as coisas sejam realmente o que parecem ser
E não haja nada que compreender.*

*Sim, eis o que os meus sentidos aprenderam sozinhos: -
As coisas não têm significação: têm existência.
As coisas são o único sentido oculto das coisas.*

Sentidos ocultos. Sentidos sentidos. Corpo, carne do mundo. Potência de vir a ser - corpo do e no mundo em linguagem - poiésis. Espaço que ocupo com meu corpo - corpo que sou eu - ao assumir o artista que habita em mim. Ou melhor, artista que sou eu. Entretanto, não é exclusividade minha o pertencimento à arte. Todos nós temos o direito à arte e somos, em alguma medida, potencialmente

artistas. Somos todos artistas. Todos capazes de gestos de artista em algum momento. Aquele gesto despropositado - não desprezioso -, aquele gesto peralta que arranca do ser o artista que sempre esteve ali. Aquele gesto, que é corpo em movimento, em ato, gesto que faz o espaço. O espaço poético vai se constituindo a partir de quem sou, de quem me tornei. É um movimento que jamais cessa, que jamais se conclui. Não há começo, tampouco fim. É sempre continuidade de algo que não pode ser encerrado, afinal, como provoca Graciela Montes (2020), sempre haverá tempo para ler outro poema, para olhar mais uma vez os girassóis, para pegar a flauta e aprender uma última melodia.

A meu ver, ainda há espaço - e tempo - para se criar espaço para si, e tempo para explorar a incerteza. Tempo e espaço para recolher e recolher-se. O recolhimento é um ato de liberdade em um mundo cujo mandato é a atividade e o espetáculo. Fazer silêncio, demorar-se, deleitar-se, pensar e se deixar tocar pelo “outro” parecem hoje atitudes quase exóticas, que exigem certa coragem. E sem dúvida é assim. É preciso ser um pouco valente para se permitir duvidar. Para suportar a perplexidade, o emaranhado, a escuridão e a iminência do lobo (MONTES, 2020, pg. 120).

Valentia para confrontar o lobo, para duvidar do ‘certo’, para questionar as fronteiras. Criar espaços implica pensar nas fronteiras. Larrosa (2004) lembra que as fronteiras são gigantescos mecanismos de exclusão, de implicar ditames, de suprimir o enigma. Questionar as fronteiras é um modo de ampliar as percepções, de ver o que ainda não foi visto, de dizer o que ainda não foi dito. Questionar fronteiras na academia é fazer o quê e como não se espera que algo seja feito. Kohan (2015) diz que para fazer escola de verdade, à sério, é preciso fazer diferente do que é dito para ser feito. Por que não estender à academia? É desconfiar dos métodos. É pôr em suspensão os ditames e se abraçar ao lobo. Penso que abraçar-se ao lobo é assumir outros modos de estar sendo artista, pesquisador e professor. A abertura necessária para assumir o desenho como modo de pensar a pesquisa acadêmica, por exemplo. Como modo de encontrar o refúgio necessário para deixar emergir o que há, como o grão verde da terra preta.

Quando desenho um desenho, faço nascer a obra, mas, ao mesmo tempo, quando desenho, sou eu que nasço no ato mesmo de desenhar. Me constituo em ato e isso vale para a existência humana, ou melhor, para a coexistência entre humanos em um mundo comum. No meu caso, especialmente, o desenho há muito tempo faz parte indissociável de mim, sobremaneira com o início do meu processo de pesquisa doutoral. Isso, porque somente então me foi possível aceitar e acolher o artista que, ansiosamente, aguardava para se consolidar como tal. Por mais que houvesse um movimento de compreensão da indissociabilidade do humano em estar sendo humano - em todas as suas dimensões. Ainda que indissociáveis, pois são dimensões de mim, a distinção entre artista, professor e pesquisador se apresentava como uma impossibilidade diante do que podia pensar, no entanto tenho me confrontado com outra possibilidade de pensamento - a necessidade de marcar a distinção das dimensões, uma vez que são elas que me singularizam no mundo. Não pretendo me deter nesta discussão no momento, mas marcar mais uma questão que merece ser pensada.

Percebo o movimento desenhante - meu movimento desenhante - como o movimento às profundezas. Assim é minha relação com o desenho, um movimento que me pôs por algum tempo em suspensão - tempo de espera - e, como na imaginação da queda de Bachelard, mergulhei na vertigem da queda para só então emergir como artista. Movimento necessário de encontro comigo mesmo. Agora, dentro de minhas possibilidades, resta incitar e aguardar o que o professor e o pesquisador podem oferecer ao artista.

Diante do exposto, não quero certezas, tampouco anestesia. Anestesia é o contrário de estesia, que é a capacidade humana de sentir e dar sentido ao mundo. Quero assumir o corpo - meu corpo - como corpo próprio, como carne do mundo. Abertura que pressupõe acolher as convocações de ser

corpo no e do mundo. Abertura ao mundo que vem ser mundo em mim. A ação de desenhar - que tem algo de paleontológico - anima e significa a existência. O desenho a carvão convoca sentidos originários e, ao contrário do que sugere Tiburi (2010), não se trata de um milagre pessoas ainda desenharem a carvão, mas uma necessidade humana de encontro consigo. É um movimento de restituição, de rememoração e, sobretudo, de instituição de novas significações. A narrativa da existência humana é o que garante a continuidade do humano que coexiste com outros humanos em um mundo comum. Ou, melhor, a existência humana que é garantida pelas narrativas que a afirma do modo como pode estar sendo. O desenho - a intencionalidade gestual do humano produzir marcas - é narrativa.

Penso, e agora sim em acordo com Tiburi (2010), que há uma certa nostalgia na ação de desenhar, sobretudo ao considerar a virtualidade - própria da era digital - que vigora no mundo. Entretanto, a ação desenhante implica as mãos, o corpo, na vivência em deixar marcas. O corpo não pode ser desconsiderado, sob risco de condenar a existência à superficialidade, à superfluidade - é um esvaziamento da experiência humana. “Acho que o desenho manual, pessoal, ainda é o lugar do corpo como espaço próprio da experiência” (TIBURI, 2010, pg. 23).

Do retorno à morada

Estou sendo aquilo que posso. Aquilo que meu corpo acolhe como possível e como potência de estar sendo. Se desenho, é porque minha mão aprendeu a desenhar. A mão, ao desenhar, ensina e aprende seus meios que, por sua vez, servem apenas a seu criador. Desenhar é prática de vida, um modo de habitar a existência, de viver. E como todo fazer humano se constitui em ato, tal movimento é permeado pelo erro. Isso me faz lembrar de Kohan (2015), quando fala que para o professor e para se fazer escola de verdade é preciso assumir e conviver com e em errância. “Não há desenho sem erro. Não há erro sem descoberta” (TIBURI, 2010, pg. 41). Acredito que a frase anterior faz uma boa síntese do que Kohan propõe por errância.

Errância do pensamento que, ao rememorar, inventa a própria memória. Faz visitar o pátio da infância, em remexer e revirar os guardados da gaveta de Iberê . Movimento que tem sido muito constante e muito intenso ao longo do ano de 2022, sobretudo quando pude me identificar com o artista. Para que essa identificação fosse possível, vários refúgios foram convocados. Convocação que me levou decisivamente ao pátio da minha infância, ao reencontro com a morada natal. Encontro com a casa de criança como metáfora de encontro comigo mesmo. Movimento que me fez reconhecer que o sentimento de casa não estava naquela casa, mas em mim. Pude compreender, da admiração que só pode emergir de olhar para o mesmo, que morar não é o mesmo que habitar. Acho que quem me habita é a casa. E é a esse retornar como modo de seguir adiante que dedico meus devaneios.

Devaneios que me permitem o privilégio de amplificar os valores da realidade, de imaginar poeticamente o espaço da casa habitada. Ainda que distante, permite que o grão verde possa brotar e que eu possa me enraizar em algum canto do mundo. Esse canto do mundo é a casa, aquela que abriga todas as casas. “Todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa” (BACHELARD, 1993, pg. 25). Noção afirmada pelo devaneio da memória, temperada com sabores de sonho. Sabores, cores e odores que valoram o abrigo do devaneio e protegem o sonhador, que sonha um sonho acordado no íntimo e na segurança da morada natal. São os devaneios que eternizam as imperecíveis imagens da casa da infância. São imperecíveis por conservarem o enigma, por mostrarem os gerânios na janela e as pombas no telhado, mas sem jamais dizer quanto custa esta casa. Dizer mais do que isso seria convidar à verificação, o que suprimiria todas as possíveis imagens que guardam a essência da potência de vir a ser. Mataria-as antes mesmo da concepção. Mataria inclusive a possibilidade de devanear, pois racionalizaria cada um dos seus refúgios e os tornaria supérfluos e áridos de poesia.

Os redutos mais íntimos são os que abrigam os devaneios, seja uma pedra solta, uma rachadura, um buraco no assoalho, uma árvore ou o telhado.

É no plano do devaneio, e não no plano dos fatos, que a infância permanece em nós viva e poeticamente útil. Por essa infância permanente, preservamos a poesia do passado. Habitar oniricamente a casa natal é mais que habitá-la pela lembrança; é viver na casa desaparecida tal como ali sonhamos um dia (BACHELARD, 1993, pg. 35).

Devaneios que permitem a experiência da verticalidade da imaginação. O privilégio das profundezas que gravam imagens em nossa memória. Gravuras que avançam ao mais profundo refúgio da memória, que chegam à primitividade originária, e marcam em nós de forma decisiva aquilo que jamais poderá ser apagado, o que faz de mim o que posso estar sendo.

Estar sendo guarda a potência da incompletude e a possibilidade de vir a ser aquilo que jamais foi e que jamais poderá deixar de ser. Experiência almada de ser eu, que, a cada novo guardado, se transforma irreversivelmente. Não há o que explicar, somente o que sentir. Como explicar o sutil farfalhar das folhas do grande plátano que roçava docemente as telhas da casa de infância, acompanhadas pelo leve bailar da luz do sol e das sombras projetadas sobre o chão poeirento? Como descrever o aroma primaveril que despertava sensações de infância, de pés descalços depois da chuva e de colo de mãe? A casa transbordava sutilezas - memórias guardadas nas curvas do tempo, no pátio da infância - que a dureza da pedra guardava no íntimo da alma. A imponência rústica da estrutura de pedra oferecia-se como uma visão com sabor de acolhimento. Cada canto, cada pedaço, cada fresta do amadeirado assoalho eram refúgios - refúgios de eu.

Sabores, cores e odores faziam do lugar o lugar - meu lugar. Na cozinha, que era antes despensa, ficava o fogão a lenha. Lugar preferido nos dias de chuva e de frio. Lugar do indizível - com achas de lenha viajava para onde e como quisesse, lugar de ouvir histórias contadas pelo pai, lugar de desafiar o fogo - aquele... o mesmo que queima... o mesmo que aquece. Assim como o ninho ao pássaro - uma cálida morada, para mim o cálido abrigo da velha morada.

Observava por horas o fogo descrever as mais sedutoras coreografias, em um ritmo só seu. Uma chama que aquecia o íntimo. Um calor para sempre guardado pela frieza da pedra. Para Bachelard, o fogo... o mesmo que aquece, queima. É bem-estar e respeito. Um deus tutelar e terrível, bom e mau. O fogo sugere o desejo de mudar, de apressar o tempo, de levar a vida a seu termo, a seu além. Então, o devaneio é realmente arrebatador e dramático. Perto do fogo é preciso sentar-se; é preciso repousar sem dormir; é preciso aceitar o devaneio.

São essas imagens primordiais que fazem emergir o devaneio da imaginação, que só se realiza no exercício de linguagem. A imagem tem sua própria realidade, anterior a qualquer esforço de pensamento ou intenção de torná-la conhecimento. A imaginação antecede o pensamento, o que conserva o mistério da linguagem e tem o poder de criar a si mesma em ato.

O devaneio poético é o que permite que as imagens se constituam e se organizem em nosso ser. Emergem de si para si. O devaneio poético já está lá, diante do grande universo que é a página em branco. A mão que sonha, com o lápis entre os dedos, desperta o papel de seu pesadelo branco. A mão também tem seus devaneios.

Nos dias de inverno, sob o sol da tarde, subia no telhado da casa. Subia por um pé de laranja do céu que ficava ali, encostadinho na esquina da casa. Subia com uma faca entre os dentes, me sentava sobre as telhas quentes e, colhidas na hora, comia laranjas. Hoje, ao fechar os olhos, posso sentir a doce acidez das laranjas. O aroma cítrico ainda habita minha memória e a sensação, ainda de olhos fechados, que sentia ao me deitar sobre as telhas da casa, de ser um com ela. Já não podia dizer onde começava meu corpo e onde começava a casa. Hoje ainda não me atrevo - nem quero. Tentar,

muito provavelmente, decomporia toda a cena. Composição emoldurada pela melodiosa cantoria dos pássaros e breves mugidos do gado.

Por falar em pássaros, era magnífica a cena dos sabiás, logo de manhãzinha, comendo laranjas sob duas imponentes laranjeiras. Um chão repleto de frutos caídos que, por capricho ou necessidade, lançavam-se no ar e beijavam a terra com uma certa volúpia. Havia também o arroio - lugar de permanência daquilo que jamais seria de novo. Lugar calmo, do exercício da tranquilidade e da prática do respeito, pois guardava consigo a força e a potência do caos, do irrefreável, da fúria bestial. Mas, volto a afirmar, lugar da permanência, do retorno a si. Apolo e Dionísio, na mais primordial complementaridade. Um lugar de busca de mim, um lugar de encontro comigo mesmo.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O homem sem conteúdo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- CAEIRO, Alberto (PESSOA, Fernando). **O guardador de rebanhos**. Portugal: Centro Atlântico, 2014.
- CAMARGO, Iberê. **Gaveta dos guardados**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo**: Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KOHAN, Walter Omar. **O mestre inventor**: Relatos de um viajante educador. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- LAROSSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, v. 28, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2003.
- LÓPEZ-PEDRAZA, Rafael. **Sobre Eros e Psiquê**: um conto de Apuleio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- MONTES, Graciela. Do ditame ao enigma ou como ganhar espaço. In: __. **Buscar indícios, construir sentidos**. Tradução de Cícero Oliveira. Salvador: Selo Emília e Solisluna, 2020.
- MONTES, Graciela. A floresta e o lobo: construindo sentidos em tempos de indústria cultural e globalização forçada. In: __. **Buscar indícios, construir sentidos**. Tradução de Cícero Oliveira. Salvador: Selo Emília e Solisluna, 2020.
- READ, Herbert. **A redenção do robô**: Meu encontro com a educação através da arte. São Paulo: Summus, 1986.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe**. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

TACONELI, Aline de Souza; DOURADO, Wesley Adriano Martins. APOLO E DIONÍSIO: opostos complementares e o processo de individuação a partir de Jung e Nietzsche. **Páginas de Filosofia**, São Bernardo do Campo, v. 7, n. 2, p. 43-75, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PF/article/download/5616/5373>. Acesso em: 12 jan. 2023.

TIBURI, Márcia. **Diálogo/desenho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

VALÉRY, Paul. Primeira aula do curso de poética. In: **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

GT 4. Filosofia e Direitos Humanos



S.34°41'
W56°9'

A CRUZADA MORAL DO DISCURSO DE PROTAGONISMO INFANTIL E A CONSOLIDAÇÃO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO

FÁVERO, Altair Alberto¹
LORENZON, Mateus²

¹ Universidade de Passo Fundo, favero@upf.br

² Universidade de Passo Fundo, 196532@upf.br

Tema: Filosofia e Direitos Humanos

Resumo: Neste estudo analisa-se o que denominamos de cruzada moral do discurso em prol do protagonismo infantil, evidenciando que este pode fomentar a introjeção de normas neoliberais no processo formativo das crianças. Identifica-se que, em caso de não exercer uma vigilância constante em relação às práticas fundamentadas na perspectiva de protagonismo infantil, elas podem levar a internalização da hipervalorização dos interesses da satisfação pessoal em detrimento da dimensão coletiva. Como consequência, forma-se um indivíduo propenso a inserir-se em uma espiral de desejo-consumo, predisposto ao pensamento autoritário e a compreensão equivocada da ideia de liberdade. Assim, formata-se um indivíduo hedonista, narcisista, egocêntrico e incapaz de participar de discussões públicas ou praticar a solidariedade e a alteridade. No entanto, salienta-se que não trata-se de minimizar a importância do protagonismo infantil, mas sim pensar em uma participação infantil que promova a formação da autonomia com responsabilidade, o senso de coletividade e a prática da cooperação.

Palavras-chave: Contemporaneidade; Neoliberalismo; Razão-mundo; Educação Infantil; Neosujeito.

Abstract: Abstract: This study analyzes what we call the moral crusade of the discourse about child protagonism, showing that this can foment the introjection of neoliberal norms. It is identified that, in case of not exercising constant vigilance related to practices based on the perspective of child protagonism, they can lead to the internalization of the hypervaluation of the interests of personal satisfaction. As a consequence, a spiral of desire-consumption, predisposed to authoritarian thinking and a negative understanding of freedom. This individual is hedonistic, narcissistic, self-centered and incapable of participating in public discussions or practicing solidarity and otherness. However, it should be noted that this is not about minimizing the importance of children's protagonism, but rather thinking about a well-conducted child participation that promotes the formation of autonomy, a sense of collectivity and cooperation.

Keywords: Contemporaneity; Neoliberalism; Reason-world; Neosubject.

Introdução

Historicamente, a infância foi associada a um estado de afonia, na qual negava-se o seu direito de participação e não havia legitimidade em suas falas. As principais abordagens modernas de compreender a Educação Infantil, tais como a perspectiva higienista e assistencialista, fundamentaram-se nessa concepção minoritária de criança, na qual ela era tomada como um objeto a ser tutelado. No entanto, na contemporaneidade, assiste-se a rápida difusão e aceitação da ideia de protagonismo infantil, isto é, do direito da criança a participar ativamente na organização curricular, fazendo com que os seus interesses sejam contemplados nas propostas pedagógicas. Assim, disseminam-se propostas de ensino personalizadas, na qual enfatiza-se o trabalho individual ou em pequenos grupos formados pelas próprias crianças, com pouco ou até inexistente espírito de

coletividade. Em consonância a isso, assiste-se a uma flexibilização do tempo, em que as necessidades infantis se sobrepõem aos ritmos cotidianos. Acompanhando essa mudança discursiva a respeito da infância, há uma reconfiguração nas funções atribuídas aos docentes e às próprias instituições formativas.

A celeridade destas transformações e a constituição de uma narrativa que se transformou em dogmatismo em relação ao protagonismo infantil, constituindo parte do senso comum pedagógico, levam-nos a questionar sobre os elementos que possibilitaram esse sucesso discursivo. Pode-se interrogar, por exemplo, por que propostas pedagógicas similares, tais como a de *Summerhill* (NEIL, 1976) não obtiveram o mesmo sucesso discursivo? Ou ainda, por que o método Montessori ([1936] 2019) não conseguiu difundir-se na mesma celeridade do que as propostas que fomentam o protagonismo infantil? É salutar observar ainda que os modelos pedagógicos de Fröbel e Montessori, ambas reconhecidas pelo valor dado à ação das crianças, foram duramente perseguidos e condenados, respectivamente, na Alemanha e na Itália, acusados de propagar ideias ateístas e socialistas. Urge, assim, identificar quais são as características de época que permitem que este discurso em favor do interesse da criança, outrora condenado, seja trazido a voga com tanto entusiasmo e dedicação por parte de certos setores empresariais.

A hipótese defendida neste estudo é que a resposta a este questionamento exige, necessariamente, um diagnóstico da época em que eles foram produzidos e veiculados. Logo, entender o porquê do protagonismo infantil e as discussões sobre os direitos das crianças à participação estarem em voga na contemporaneidade, exige, necessariamente, um olhar atento para o contexto contemporâneo e as mudanças em curso. Inexoravelmente, ao analisar a hodiernidade e as transformações sociais, culturais e econômicas, é necessário discutir o neoliberalismo como uma razão-mundo, como um modelo de racionalidade que estende seus tentáculos em todas as esferas da vida (DARDOT, LAVAL, 2016).

Atualmente, como bem referem os pesquisadores franceses (DARDOT, LAVAL, 2016) amplamente discutidos nos diversos capítulos da coletânea *Leitura sobre Neoliberalismo e a Educação* (FÁVERO, TONIETO, CONSALTÉR, 2020), reconhece-se que o modelo de gestão neoliberal transborda os limites da economia e passa a permear diferentes dimensões da vida cotidiana, bem como instituições e fenômenos sociais, tornando-se uma razão-mundo. Tendo em vista o caráter histórico da educação, ela não é incólume à racionalidade neoliberal. No campo educacional, o neoliberalismo tenciona mudanças curriculares e também nas abordagens pedagógicas, enfatizando saberes utilitários em detrimento da formação cultural e estética. Soma-se a isso uma apropriação da gramática pedagógica, fazendo com que conceitos centrais da pedagogia sejam modificados de modo a justificar e legitimar a formação de um neosujeito adequado ao mundo neoliberal.

Diante disso, neste estudo de caráter ensaístico, busca-se analisar o que denominamos de cruzada moral do discurso do protagonismo infantil, evidenciando que este pode ser fomentador de um processo de introjeção de normas neoliberais desde a mais tenra idade. Desta forma, o ensaio em tela tem por escopo problematizar o conceito de protagonismo infantil e a consequente participação da criança na construção do currículo escolar, buscando evidenciar de que modo esses discursos podem estar resultando em práticas que levem a introjeção da racionalidade neoliberal em crianças pequenas. Os fundamentos do estudo encontram-se, primordialmente, nas obras de Dardot e Laval (2016) e Laval (2019).

A fim de dar conta do objetivo proposto, o ensaio está organizado em três seções: na primeira, intitulada “Da Afonia ao Protagonismo: A historicidade do direito da participação infantil”, apresenta-se uma síntese dos processos de constituição da infância, buscando identificar o contexto em que emerge o direito das crianças participarem ativamente na organização do seu cotidiano; em seguida, na seção “Neoliberalismo como racionalidade hegemônica” discute-se sobre a razão-mundo

neoliberal e a racionalidade dela decorrente; por fim, na terceira seção, analisa-se como as práticas de protagonismo infantil podem levar a introjeção de uma racionalidade neoliberal em crianças.

Da Afonia ao Protagonismo: A historicidade do direito da participação infantil

As percepções que possui-se em relação às crianças são construções sociais decorrentes do processo civilizador, isto é, da reconfiguração e consolidação de um conjunto de normas e de regulações de condutas que permitiu a constituição do que se entende por civilização ocidental (ELIAS, 2011). Logo, os sentimentos e modos de perceber a infância não são ahistóricos ou imutáveis, mas sim construções sociais situadas em um determinado período histórico e sujeitas a influência de um conjunto amplo e complexo de eventos.

Temporalmente, a invenção da infância pode ser datada como um fenômeno ocorrido em sociedades europeias entre os séculos XV e XVIII. Esse período é caracterizado por uma série de mudanças demográficas que fazem com que a mortalidade infantil e o infanticídio, eventos outrora suportáveis, tornem-se condenáveis. Passa-se a realizar um empreendimento a fim de evitar a morte precoce. Ariès (2011, p. 105) corrobora com esse entendimento ao identificar que “tudo o que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas sua simples presença e existência eram dignas de preocupação”. Emerge um esforço para fazer a criança viver o que modifica os saberes, as práticas e as instituições associadas ou destinadas ao público infantil (BUJES, 2002).

Com isso, a estrutura familiar modifica-se, surgindo novas formas de organização e um novo modo de relacionar-se afetivamente com a prole. Rével (2009), Gélis (2009) e Ariès (2011), ao analisar essa reconfiguração familiar, identificam que ela ocasiona, inclusive, uma mudança nos modos de agir das crianças. A preocupação com a complacência dos pais diante dos supostos comportamentos nefastos dos filhos faz com que moralistas e religiosos passem a defender modelos públicos de educação voltados para uma gestão de corpos e introjeção de comportamentos socialmente aceitáveis.

A infância torna-se então objeto de tutela da escola, da família ou, quando estas não conseguem desempenhar corretamente funções esperadas, de um conjunto de instituições de acolhimento ou coercitivas. Subjacente a todas essas modificações, perdura uma imagem de criança afônica e minoritária, na qual nega-se a ela o direito de expressar-se ou participar da tomada de decisões acerca das situações que as envolvem. Há um discurso persecutório de gestão do corpo infantil, na qual ele tem que ser regulado, a fim de que comportamentos advindos da paparicação ou do excesso de afeto e complacência dos pais, sejam evitados ou inibidos.

Até mesmo manifestações de curiosidade por parte das crianças eram situações condenáveis, pois, dentro de uma perspectiva moralista, eram a gênese do ócio e da improdutividade. Mesmo que uma análise da história da Pedagogia evidencie a existência de obras dissonantes dessa perspectiva minoritária de infância, tais como *O Emílio ou Da Educação* de Jean Jacques-Rousseau ([1762]2017) ou de experiências fundamentadas ao respeito à criança, houve, no decorrer do período moderno, o prevaletimento das pedagogias fundamentadas em uma perspectiva empirista e que preconizavam o treino e a instrução, em detrimento da participação. É somente na década de 1980 que surge nas discussões sociológicas um movimento, posteriormente designado de Sociologia da Infância, que busca enfatizar o papel autoral e protagônico que as crianças exercem em seu cotidiano e na produção da própria cultura.

No campo pedagógico, movimento similar é observado, especialmente, após a publicação da Revista *Newsweek* (1991), na qual foram elencadas as melhores escolas do mundo. Uma abordagem italiana de Educação Infantil, desenvolvida na região de Reggio Emilia, foi apresentada como modelo

exemplar de trabalho para educação da primeira infância, pois, conforme a publicação, ela primava pelo protagonismo, pela participação e pelo entendimento de que cada criança era singular. Com isso, passa a circular no contexto acadêmico e entre profissionais da Educação Infantil, um conjunto de publicações em defesa do protagonismo infantil. Entre as publicações de maior relevância, destaca-se o livro *As Cem Linguagens das Crianças* (MALAGUZZI, [1999]2016).

Desde então, a defesa do protagonismo e da participação infantil estão em voga nas discussões e nas práticas acerca da Educação Infantil, tornando-se parte do senso comum pedagógico. Em nível oficioso, percebe-se que, muitas vezes, o protagonismo infantil tornou-se sinônimo de deixar com que as crianças estabeleçam os seus próprios percursos de aprendizagem, cabendo aos docentes assumirem “[...] os papéis de catalisador, consultor, conector e colaborador” (RESNICK, 2020, p. 103) do trabalho que está sendo desenvolvido. Assim, o protagonismo infantil assumiu um caráter autotélico e, ao discutir-se sobre o como implementá-lo ou garanti-lo nas situações de aprendizagem, acaba-se ignorando os fundamentos da educação e as implicações éticas da supervalorização dos interesses das crianças em detrimento do conhecimento historicamente sistematizado.

A partir desta rápida síntese, identifica-se que, historicamente, a infância esteve associada a um estado de afonia, no qual negava-se o direito à participação. Na contemporaneidade, de objeto de tutela a criança torna-se o centro do processo educativo e, também, do próprio núcleo familiar (HONORÉ, 2009). O que apresenta-se como hipótese é que o sucesso discursivo desta cruzada moral a respeito do protagonismo das crianças deve-se ao fato dele promover a formação de uma subjetividade condizente com o modelo de sujeito preconizado pela racionalidade hegemônica. Na modernidade, a exigência de sujeitos disciplinados interditava ou dificultava a possibilidade de pensar processos educativos que fomentassem os interesses individuais. Assim, é a reconfiguração do sujeito necessário para a manutenção e operação da sociedade contemporânea que faz com que se torne possível, viável e legítimo pensar um modelo de educação fundamentada na ideia de protagonismo. Dito isso, na próxima seção, disserta-se sobre o neoliberalismo e as implicações analíticas de compreendê-lo não apenas como doutrina econômica, mas sim como uma “[...] uma lógica ou um sistema normativo que, além de estender sua influência a todo mundo, almeja também expandir a lógica do capital a todas as relações sociais, assim como todas as esferas da vida e da própria subjetividade” (CENCI, 2020, p. 93).

Neoliberalismo como racionalidade hegemônica

Anteriormente, discutiu-se sobre o processo histórico da constituição da infância, buscando enfatizar o seu caráter histórico. Finalizou-se a seção, apresentando a hipótese de que a transformação da ideia de protagonismo infantil em uma ideia sedimentada no senso comum pedagógico deve-se ao fato dela ser condizente com o que é preconizado pela racionalidade neoliberal. Visto isso, nesta seção, discorre-se sobre o conceito de Neoliberalismo, analisando-o, não apenas como uma ideologia ou doutrina econômica, mas sim como uma razão-mundo (DARDOT, LAVAL, 2016).

Uma racionalidade pode ser definida como um sistema normativo que perpassa todo corpo social (DARDOT, LAVAL, 2016; CENCI, 2020; CASARA, 2021). No caso da racionalidade neoliberal, percebe-se que o modelo de gerenciamento da empresa, fundado no ideal de competitividade e lucratividade, torna-se um ideal normativo presente, até mesmo, na relação do sujeito com os outros e consigo mesmo. Ao analisar o processo de constituição e introjeção das normas neoliberais, Dufour (2008) discute, a partir do conceito de transdução, que as mudanças na economia mercantil promovem, de modo articulado, reconfigurações das economias simbólicas, políticas e psíquicas do indivíduo. Decorre disso o entendimento que o neoliberalismo não pode ser compreendido como uma superestrutura externa ao indivíduo, mas sim como uma normatividade.

O neoliberalismo, ao mesmo tempo, exige e opera na construção de um novo sujeito adequado aos interesses do mercado e que tenha internalizado um conjunto de normas de conduta que sejam adequadas ao sistema hegemônico (CASARA, 2021). Em síntese, pode-se identificar que o neosujeito caracteriza-se, fundamentalmente, por ser um “[...] homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 322). Com isso, as relações humanas, outrora baseadas em valores, passam a ser estabelecidas em busca de rentabilidade. O outro deixa de ser reconhecido em sua alteridade e passa a ser percebido como “um concorrente-inimigo” (CASARA, 2021). O neosujeito fica em permanente estado tensional, no qual ele pode ser responsabilizado pelo seu próprio fracasso. Para Franco *et al.* (2023, p. 48):

Quando o indivíduo é colocado como centro da dinâmica, na verdade pesa sobre ele com o máximo vigor uma lei externa, a lei da valorização do capital. Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem sucedido, buscando otimizar o potencial de todos os seus atributos capazes de ser valorizados, tais como imaginação, motivação, autonomia e responsabilidade.

A transferência de mecanismos de coerção externa para estratégias internas, que valem-se da liberdade do indivíduo também, é identificado por Han (2020, p. 9-10), para quem é “[...] a própria liberdade [que] provoca coerções. A liberdade de *poder* produz até mais coações do que o *dever* disciplinar, que expressa regras e interditos. O *dever* tem um limite; o *poder* não”. Assim, a suposta liberdade garantida pela sociedade neoliberal não pode ser entendida como autonomia moral, pois leva à sujeição do indivíduo às leis coercitivas do mercado e a novos mecanismos de controle (FRANCO *et al.*, 2023). O que ocorre é uma reconfiguração na relação consigo mesmo que nem sempre é saudável, tendo em vista que o risco permanente de ser ultrapassado ou não conseguir inserir-se nos arranjos econômicos possui uma série de implicações de ordem psicológica (HAN, 2017; CASARA, 2018; DUNKER, 2023), ética (SENNETT, 2019) e trabalhista (ANTUNES, 2005).

Observa-se que o *neosujeito* não é resultado de uma conversão espontânea e consciente do indivíduo, mas sim decorrente de uma complexa rede e mecanismos de subjetivação que levam a introjeção das normas neoliberais. Dada a consolidação do neoliberalismo como racionalidade hegemônica, assume-se que ele tem um caráter totalizante fazendo com que os diferentes fenômenos e recursos sejam mobilizados para a formação deste indivíduo adequado à lógica concorrencial.

Neste estudo, interessa-nos dar maior ênfase às implicações neoliberais para a organização da educação, especialmente, de crianças da mais tenra idade. Identifica-se que a constituição de relações humanas fundamentadas em uma lógica concorrencial insere novos conceitos na gramática pedagógica, fazendo com que tópicos como aprendizagem para toda vida (*lifelong learning*), empreendedorismo e a necessidade de fomentar o desenvolvimento do capital humano tornem-se recorrentes em discursos midiáticos e programas de formação continuada de professores. Assiste-se ainda a proposição de políticas públicas e de um intenso reformismo curricular que, sob a égide de um suposto progresso educacional e da busca de qualidade total, ocultam uma intenção de implantar e difundir um neoliberalismo pedagógico.

Frente ao caráter totalizante do neoliberalismo, o que faz com que nada escape à sua lógica (LAVAL, 2019), seria uma postura ingênua supor que a infância e as instituições a ela destinadas fossem inócuas às mudanças. As pesquisas e entrevistas sistematizadas por Honoré (2009) identificam essa inserção precoce de crianças em uma lógica produtivista e em uma educação de alta performance, evidenciadas, por exemplo, na cronologização do tempo infantil e na introdução de esportes competitivos. As próprias políticas públicas de universalização da Educação Infantil, de estabelecimento de currículos mínimos ou de apostilamento das práticas pedagógicas poderiam ser analisados sob ótica da inserção do neoliberalismo pedagógico (TELLO, 2013) e de um gerencialismo

empresarial na escola (CONSALTÉR, FÁVERO, TONIETO, 2021), tendo em vista que, muitas vezes, elas justificam-se como uma estratégia de fomentar ou otimizar aprendizagens. Conforme ressalta Tello (2013), o neoliberalismo pedagógico configura-se num processo que, além de favorecer a perpetuação do setor privado sobre o público, pode acarretar a perda de sentido e de identidade da escola como um bem público e da própria democracia educacional sob o ponto de vista da escola enquanto entidade constituída por um colegiado representativo. Na mesma direção Fávero, Tonieto e Consaltér (2020, p.23-24, grifo dos autores), observam que “o neoliberalismo pedagógico”, por meio do “gerenciamento empresarial” na escola, em suas distintas e diversificadas “roupagens”, pode ser eficiente para formar “competentes e eficazes funcionários”, obedientes e conformado colaboradores, fiéis e ávidos consumidores, porém, “difícilmente formará cidadãos críticos e criativos, personalidades éticas comprometidas com a democracia inclusiva”.

No entanto, percebe-se que, para além dessas mudanças externas às instituições de ensino, há um conjunto de alterações que ocorrem nas salas de aulas. Estas, muitas vezes, apresentam-se de modo sedutor aos docentes, gestores e famílias, inserindo-se rapidamente no senso comum pedagógico. Na próxima seção do estudo, analisa-se a relação existente entre o neoliberalismo pedagógico e a legitimação dos discursos sobre protagonismo infantil nos currículos das escolas de Educação Infantil.

A legitimação do protagonismo Infantil

Na primeira seção deste artigo, apresentou-se, de modo sintetizado, que o conceito da criança como sujeito detentora de direitos ou como alguém que merece ter sua voz e seus interesses legitimados é decorrente de uma longa tradição pedagógica. De certa forma, as tensões entre liberdade e diretividade são um tema central nas discussões pedagógicas da modernidade, sendo que, por hora as diretivas, por outra as não diretivas ganhavam maior ênfase (GIOLO, 2011). No entanto, na contemporaneidade há uma maior ênfase na liberdade dos estudantes, no desenvolvimento de habilidades cognitivas e no aprender a aprender. As propostas de práticas diretivas no contexto da Educação Infantil passam a ser condenáveis, pois, segundo a pedagogia hodierna, elas iriam de encontro aos próprios direitos da criança.

Especificamente no campo da Educação Infantil, assistiu-se, nos últimos anos, uma rápida difusão, aceitação e defesa da ideia da criança protagonista de sua aprendizagem e, conseqüentemente, no reconhecimento do seu direito a participar ativamente na organização curricular, fazendo com que os seus interesses sejam contemplados nas propostas pedagógicas. Exalta-se a autonomia da criança e disseminam-se propostas de ensino personalizadas, na qual enfatiza-se o trabalho individual ou em pequenos grupos formados pelas próprias crianças. Em consonância a isso, assiste-se a uma flexibilização do tempo, em que as necessidades infantis se sobrepõem aos ritmos comuns e cotidianos.

Assim, a criança, em suas vivências no espaço escolar aprende o valor do seu interesse e a necessidade da instituição contemplá-lo. É fundamental observar que os interesses, entendidos aqui como manifestações de uma busca excessiva de satisfação pessoal, é central no neoliberalismo. A título de exemplificação, Dufour (2008, p. 262) afirma que “o liberalismo é antes de mais nada isto: a liberação das paixões/pulsões”. Ainda, conforme o autor, há uma relação entre a economia mercantil e a psíquica, na qual a formação de um indivíduo narcisista é imprescindível para o consumo. Casara (2021, p. 205) vai ao encontro dessa perspectiva ao identificar que uma das normas neoliberais é que “as decisões devem ser tomadas a partir do critério de exclusiva satisfação pessoal”. Diante disso, percebe-se que as práticas pedagógicas que fundamentam-se, unicamente, pelo critério de satisfação pessoal da criança são condizentes com a lógica neoliberal, uma vez que estão formando, desde

mais tenra idade, um sujeito sem interditos e que coloca a sua satisfação no topo de uma hierarquia axiológica de valores.

No entanto, além da satisfação pessoal decorrente do estudo de temas que são agradáveis, o que tende a formar um hábito psíquico de busca por prazer, a criança aprende a empreender seus projetos. Tendo em vista que as turmas são plurais e que as crianças são singulares, legitima-se a ideia de crianças que desenvolvem projetos paralelos, em que cada grupo ou indivíduo trabalhará para si, apenas com acompanhamento ou acessoria do docente. E nesse ponto, reside a gênese do indivíduo empreendedor de si mesmo, capaz de regular a sua própria aprendizagem (DARDOT, LAVAL, 2016; LAVAL, 2019). Franco *et al.* (2023, p. 49) também corroboram com essa perspectiva ao indicar que “a autonomia, no sentido de dar a si mesmo o princípio de sua ação, converte-se na mera internalização das injunções do mercado, tal como a liberdade de empreender, que envolve transformar trabalhadores em empreendedores de suas próprias tarefas”.

Cabe ressaltar que a autonomia, conceito caro ao pensamento pedagógico moderno, numa perspectiva neoliberal, é ressignificada e ganha outros sentidos e significados. O sujeito autônomo, outrora antônimo de alguém redigido pela coerção externa, passa a ser sinônimo de indivíduo narcisista e que segue impulsivamente os seus desejos, interesse e satisfação pessoal. Nada mais apropriado para formatar um sujeito propenso ao consumismo excessivo e a um certo hedonismo inflacionado. Assim, os discursos e práticas que favorecem o protagonismo infantil amplamente ovacionados também estão situados nessa mesma lógica que constitui a racionalidade neoliberal. Legitimadas como estratégias de liberação e conquista política das crianças, elas podem “[...] trazer em si o verme que leva ao perecimento das próprias bases da vida em sociedade” (DUFOR, 2008, p. 20). Aos poucos vai se apagando nos processos educativos o sentido da coletividade, a preocupação com o outro, o sentimento de solidariedade, de respeito ao diferente e, principalmente, o ethos democrático.

Com isso não se quer negar a importância de práticas que promovam o protagonismo dos estudantes ou que contemplem os seus interesses no currículo da escola de Educação Infantil, tendo em vista que são estratégias que podem representar uma conquista democrática. No entanto, é necessário manter a vigilância constante para evitar que os processos educativos promovam a introjeção de normas neoliberais desde a mais tenra idade. Identifica-se que, em caso de não exercer uma vigilância constante em relação às práticas fundamentadas nesta perspectiva, elas podem levar a internalização da hipervalorização dos interesses e da satisfação pessoal, bem como do afastamento de direitos essenciais para a vida em comunidade. Como consequência, forma-se um indivíduo propenso a inserir-se em uma espiral de desejo-consumo, bem como predisposto ao pensamento autoritário e a compreensão negativa da liberdade. Forma-se assim um indivíduo hedonista, narcisista e egocêntrico que se torna incapaz de participar de discussões públicas ou praticar a solidariedade e a alteridade, elementos fundamentais para o exercício de um ethos democrático

Conclusões

Neste breve artigo de caráter ensaístico, buscou-se analisar o que nomeou-se de cruzada moral do discurso do protagonismo infantil, evidenciando que este pode ser indutor para a introjeção de normas neoliberais. Nomeou-se o protagonismo infantil de uma cruzada moral, pois esse discurso tem tornado-se dogmático e pouco vezes coloca-se-o em suspeição. Buscou-se argumentar que se tal discurso está se tornando onipresente no senso comum pedagógico, deve-se, sobretudo, por ser alinhado e coerente com a racionalidade neoliberal e com o processo de empresariamento dos processos educativos. A criança que é protagonista pode, desde a mais tenra idade, realizar escolhas, a partir dos seus interesses, das suas preferências e desejos, inclusive regular sua aprendizagem. No espaço pedagógico, o protagonismo infantil, torna-se um sinônimo de ser empreendedor de si

mesmo, moldando assim o sujeito neoliberal que trata o mundo e as relações humanas na perspectiva individualista, narcisista e egocêntrica em detrimento de uma noção de cooperação e coletividade.

Contudo, não trata-se de desprezar ou minimizar a importância das crianças participarem ativamente da construção do currículo escolar e da própria identidade institucional. O protagonismo é fundamental para a construção de democracias participativas, mas, para tanto, ele precisa ser submetido ao crivo ético. Conforme Dunker (2020), a escola possui uma dimensão civilizatória de promover a partilha do comum e promover o agir juntos. Caso essa dimensão da escola seja perdida, corre-se um sério risco da ruptura social, pois outras instâncias socializadoras não parecem ter força suficiente para resistir à racionalidade neoliberal.

Não se trata de desprezar ou minimizar a importância do protagonismo infantil, retrocedendo a um modelo de educação tradicional centrada no adulto e nos conteúdos de ensino. Não se almeja retroceder a uma educação bancária, autoritária, castradora e focada numa noção antropológica de seres alienados, adestrados e submissos. A participação infantil é bem vinda e se for bem conduzida pode promover uma formação com forte senso de coletividade e cooperação. No entanto, é fundamental uma reapropriação do conceito de protagonismo não associando-o a uma ideia de atomização do indivíduo, mas sim compreendendo-o como algo indispensável para a formação de uma sociedade democrática.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2011.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e Maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- CASARA, Rubens R. R. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- CASARA, Rubens R. R. **Sociedade sem lei: Pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CENCI, Angelo Vitório. Neoliberalismo. capital humano e educação. In.: FÁVERO, Altair A.; TONIETO, Carina.; CONSALTÉR, Evandro. (Org.). **Leituras sobre educação e neoliberalismo**. Curitiba: CRV, 2020. p. 87-106.
- CONSALTÉR, Evandro; FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina. O gerencialismo empresarial na escola pública: eficácia ou proselitismo? **Educativa**, Goiânia, v.24, p.1-20, 2021. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/8702/5357>
- DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUNKER, Christian. A hipótese depressiva. In.: SAFATLE, Vladimir.; SILVA JUNIOR, Nelson da.; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. In.: p. 177-214.
- DUNKER, Christian. **Paixão da Ignorância: A escuta entre psicanálise e educação**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

- DUFOUR, Dany-Robert. **O divino mercado**. A revolução cultural liberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 1: Uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FÁVERO, Altair. A.; TONIETO, Carina.; CONSALTÉR, Evandro. (Org.). **Leituras sobre educação e neoliberalismo**. Curitiba: CRV, 2020.
- FRANCO, Fábio. *et al.* O sujeito e a ordem do mercado: a gênese teórica do neoliberalismo. In.: SAFATLE, Vladimir.; SILVA JUNIOR, Nelson da.; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. In.: p. 47-76.
- GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In.: CHARTIER, Roger. **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. p. p. 305-320.
- GILOLO, Jaime. Rousseau e seu Legado Pedagógico. DALBOSCO, Cláudio A. **Filosofia e Educação no Emílio de Rousseau**. O papel do educador como governante. Campinas, SP: Editora Alínea: 2011. p. 203-226.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 7 ed. Belo Horizonte: Editora Âyine, 2020.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HONORÉ, Carl. **Sob pressão: criança nenhuma merece superpais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MALAGUZZI, Loris. História, ideias e filosofia básica. In.: EDWARDS, Carolyn.; GANDINI, Lella. FORMAN, George. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Penso: 2016. p. 57-98.
- MONTESSORI, Maria. **O segredo da infância**. 1 ed. Campinas, SP: Kirion, 2019.
- NEIL, Alexandre. S. **Liberdade sem medo (Summerhill)**. São Paulo: IBRASA, 1976.
- RESNICK, Mitchel. **Jardim de Infância para a vida toda: por uma aprendizagem criativa, mão na massa e relevante para todos**. Porto Alegre: Penso, 2020.
- REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In.: CHARTIER, Roger. **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. p. p. 169-210.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da educação**. São Paulo: Edipro, 2017.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- TELLO, César. Apresentação. In: TELLO, César (coord. e compilador). **Epistemologias de la política educativa: posicionamentos, perspectivas y enfoques**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 11-20.

DA “AUTONOMIA PELA DIVERSIFICAÇÃO” PARA O “ANTI-GLOBALISMO E A IDEOLOGIZAÇÃO”: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE 2016 E 2022¹

DALMÁZ, Mateus¹
PERUFFO, Luiza²

¹Universidade do Vale do Taquari – Univates, dalmaz@univates.br

² UFRGS

Resumo: Com o objetivo de analisar a política externa brasileira entre 2016 e 2022, questiona-se, neste artigo, quais foram as orientações gerais da política externa brasileira, naqueles anos, comparando-as com o período da “autonomia pela diversificação” (2003-2016). Tendo por base teórica o estudo sobre as fases de autonomia da política externa brasileira elaborado por Vigevani e Cepalluni (2007), e amparando-se na pesquisa de revisão bibliográfica, sustenta-se a hipótese de que, entre 2016 e 2022, as orientações da política externa brasileira foram marcadas por uma reduzida participação da agenda global multilateral e pela adoção de critérios ideologizados para promoção de rearranjos internacionais.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Autonomia pela Diversificação. Governo Temer. Governo Bolsonaro.

Abstract: With the goal of analyzing Brazilian Foreign Policy between 2016 and 2022, this article asks what were the general guidelines of Brazilian foreign policy in those years, comparing them with the period of “Autonomy through Diversification” (2003-2016). Based on the theoretical basis of the study on the phases of autonomy of Brazilian foreign policy prepared by Vigevani and Cepalluni (2007), and supported by the bibliographical review research, it is supported the hypothesis that, between 2016 and 2022, the guidelines of the Brazilian foreign policy were marked by a reduced participation in the multilateral global agenda and by the adoption of ideological criteria for promoting international rearrangements.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Autonomy through Diversification. Temer Government. Bolsonaro Government.

1. Introdução

Considerando as mudanças pelas quais a política externa brasileira passou nos últimos anos, interrompendo uma fase de “autonomia pela diversificação” (Vigevani, Cepalluni, 2007), entre 2003 e 2016, pautada pela multiplicidade de parcerias internacionais, especialmente no hemisfério Sul e no “Sul global”, propõe-se, neste artigo, analisar as orientações gerais da política externa brasileira, entre 2016 e 2022, comparando-as com a fase da “autonomia pela diversificação” (2003-2016). Especificamente, busca-se identificar as características básicas da política externa brasileira entre 2003 e 2016, ligadas aos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), e do conceito de “autonomia pela diversificação”, utilizado para se referir a esse período; examinar as características centrais da política externa brasileira após 2016, relacionadas aos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022); comparar a política externa do período 2016-2022 com a fase da “autonomia pela distância”, a fim de analisar linhas de continuidade e de ruptura.

1 Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Relações Internacionais: Geopolítica e Defesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Justamente por ter sido a diplomacia no eixo Sul-Sul uma das principais estratégias de projeção do Brasil como uma liderança hemisférica entre 2003 e 2016, busca-se investigar as orientações, matizes e ênfases dos últimos seis anos e verificar o grau de autonomia da política externa brasileira e de projeção internacional do Brasil nesse espaço de tempo, comparando com a fase da “autonomia pela diversificação”. Os dados foram coletados a partir da técnica de fichamento de textos e artigos científicos relacionados ao tema, configurando-se a pesquisa como sendo um trabalho de revisão bibliográfica.

Tendo em vista que a política externa brasileira, conforme Vigevani e Cepalluni (2007), passou por diferentes fases de busca de autonomia ao longo do tempo, como a “autonomia pela distância” (1930-1989), a “autonomia pela participação” (1990-2002) e a “autonomia pela diversificação” (2003-2016), questiona-se nesta investigação: quais as principais características da política externa brasileira entre 2016 e 2022, comparando com o período de “autonomia pela diversificação” (2003-2016)? Como hipótese, sustenta-se que as principais características da política externa brasileira, entre 2016 e 2022, comparadas com a fase de “autonomia pela diversificação”, estão relacionadas a uma política pouco participativa da agenda global e ideologicamente criteriosa para rearranjos internacionais.

2. Revisão da Literatura

A posse de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, representou a ascensão de um novo paradigma de Estado, o Logístico. Durante os dois mandatos de Lula (2003-2010), o neoliberalismo foi substituído por um modelo de Estado marcado pelo compromisso público com bem-estar social, pelo incentivo às exportações e pela autonomia do Brasil no âmbito externo através da diversificação de parcerias.

De acordo com Amado Cervo (2003, p. 21), o paradigma Logístico

diferencia-se do paradigma desenvolvimentista, com o qual convive sem conflito, ao transferir à sociedade as responsabilidades do Estado empresário. Diferencia-se do normal [neoliberal], consignando ao Estado não apenas a função de prover a estabilidade econômica, mas a de secundar a sociedade na defesa de seus interesses, na suposição de que não convém sejam simplesmente entregues às leis do mercado. Por fim, o Estado logístico imita o comportamento das nações avançadas, particularmente os Estados Unidos, visto como protótipo do modelo.

Isto é, do desenvolvimentismo, o paradigma logístico retomou o compromisso do Estado com geração de emprego, renda e assistência social; do neoliberalismo, manteve o incentivo à iniciativa privada (sem reverter as privatizações da década anterior), com ênfase na ampliação do mercado externo para as empresas brasileiras; e dos EUA e das grandes potências, como União Europeia, Rússia e China, obteve referência para uma política externa menos crente na autonomia pela participação na globalização e mais pragmática, visando os interesses nacionais.

O paradigma Logístico também pode ser classificado como um “novo desenvolvimentismo”, o qual, conforme Bresser Pereira (2012), contém cinco características básicas:

1ª) Foco nas exportações: o novo desenvolvimentismo não é protecionista (para viabilizar a substituição de importações), e sim, busca uma taxa de câmbio competitiva, uma vez que o processo de industrialização, embora já tenha sido completado, sofre abalos nos casos em que o aumento de exportações de produtos primários provoca grande entrada de moeda estrangeira e conseqüentemente desvalorização da moeda nacional, o que dificulta a importação de tecnologia de ponta necessária para o setor industrial (fenômeno econômico conhecido pela expressão “doença holandesa”). Para evitar um ciclo desindustrializante, então, o Estado trata de evitar a desvalorização

da moeda (taxa de câmbio competitiva) através de apoio a indústrias que utilizam alta tecnologia para aumentar exportações de produtos manufaturados;

2ª) Novo papel do Estado: o papel do Estado deixa de ser o de responsável direto pela produção (promovendo poupança forçada e investindo em setores estratégicos da economia) e passa a ser o de “facilitação e encorajamento” do capital privado em condições de competir no mercado externo;

3ª) Política industrial subsidiária: a política industrial deixa de ser preponderante em benefício de uma macroeconomia centrada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e taxa de câmbio competitiva, com o objetivo estratégico de viabilizar exportações de manufaturados por empresas privadas dotadas de tecnologia de ponta e competitivas internacionalmente;

4ª) Rejeição a déficits fiscais: o novo desenvolvimentismo não tolera déficits públicos (gastar mais do que arrecadar) em nome da geração de emprego e renda, e sim, defende o equilíbrio fiscal e o reduzido endividamento público para não fragilizar o Estado perante credores externos e internos;

5ª) Sem complacência com a inflação: o novo desenvolvimentismo rejeita o incentivo ao consumo e a tolerância à inflação em nome de uma combinação de políticas públicas de controle da inflação e de crença não ortodoxa no mercado como “eficiente e capaz de coordenar o sistema econômico”.

Uma comparação entre o antigo e o novo desenvolvimentismo pode ser conferido na tabela abaixo:

Tabala 1 - O antigo e o novo desenvolvimentismo

Antigo desenvolvimentismo	Novo desenvolvimentismo
A industrialização é baseada na substituição de importações	Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte
O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos	O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas
Política industrial é central	Política industrial é subsidiária
Atitude mista em relação aos déficits orçamentários	Rejeição dos déficits fiscais
Relativa complacência com a inflação	Sem complacência com a inflação

Fonte: Bresser Pereira (2012, p. 47)

A respeito da política externa, vale lembrar que durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso já vinha ocorrendo um esboço de diversificação de parcerias. A autonomia pela diversificação, não custa lembrar, é caracterizada por Vigevani e Cepalluni (2007) como sendo uma forma do Brasil estreitar alianças Sul-Sul no âmbito regional e hemisférico, estendendo acordos “com parceiros não-tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional (Vigevani, Cepalluni, 2007, p. 283). Ou seja, a diversificação de parcerias inclui relações com as grandes potências do hemisfério Norte, contudo, estreita laços no hemisfério Sul como forma de contrabalançar a dependência histórica dos países em desenvolvimento (majoritariamente no Sul) em relação aos desenvolvidos (no Norte).

3. A política externa de Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016)

Como sintetiza André Reis da Silva (2016, p. 197-198), a política externa do governo Lula buscou incentivar exportações, criticar o protecionismo das grandes potências econômicas, valorizar acordos multilaterais e priorizar a busca pela liderança do Brasil na América do Sul e no Mercosul:

os principais instrumentos para o desenvolvimento nacional, por sua vez, seriam a promoção do comércio exterior; a capacitação por intermédio de tecnologias avançadas e a busca de investimentos produtivos, a integração regional e as negociações comerciais com outros blocos e países. Em relação às negociações comerciais, Lula criticou o protecionismo dos países desenvolvidos que prejudicam os setores exportadores do Brasil. O presidente fez referência tanto às dificuldades dos setores agrícolas, fortemente subsidiados pelos países desenvolvidos, como à necessidade de remover os obstáculos às exportações de produtos industriais. O presidente Lula reafirmou ainda a disposição de negociar com todos os fóruns e com todas as regiões do mundo, mas, destacou que a prioridade seria a América do Sul e o Mercado Comum do Sul – Mercosul.

Ainda num esforço de síntese, pode-se considerar que a

a política externa brasileira na última década foi se estruturando sobre uma nova matriz de inserção internacional, que constitui a superação do modelo dos anos 1990. A nova matriz de política externa tem como principais características o aprofundamento da integração regional (seguido de uma mudança de enfoque), a retomada da tradição multilateral do Brasil, um novo perfil crítico das relações assimétricas entre os Estados, a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes e uma reaproximação com os países desenvolvidos. Além disso, verifica-se a retomada de uma ofensiva diplomática por meio da construção de uma agenda de temas sociais (Silva, 2016, p. 197).

Em 2010, com 7,5% de crescimento do PIB (Cornetet, 2014), 1,2% de superávit primário (Dweck, Teixeira, 2017) e afirmação do Brasil como liderança hemisférica nas relações internacionais (Silva, 2016), a Era Lula encerrou com popularidade do presidente e vitória eleitoral da candidata governista, Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita ao cargo de chefe do poder executivo. Com Dilma, houve linhas de continuidade em relação ao período de Lula, como o paradigma logístico e a autonomia pela diversificação. Contudo, também ocorreram descontinuidades, especialmente no que diz respeito ao desempenho da economia. Tal aspecto, combinado com denúncias de corrupção na Petrobras, fez com que diminuísse a base aliada de Dilma no Congresso, uma vez que diversos partidos políticos preferiram abandonar o governo durante o processo de desgaste da presidenta.

Como assinala Carlos Eduardo Pinho (2016, p. 96),

... embora Dilma Rousseff tenha consolidado e aprofundado as conquistas sociais do governo Lula da Silva, fracassou na retomada do crescimento econômico em razão do enfraquecimento das capacidades estatais de intervenção, da ausência de reformas estruturais (tributária, política, etc.), do esgarçamento do presidencialismo de coalizão, da irrupção do escândalo de corrupção da Petrobras e do boicote do empresariado industrial ao investimento produtivo, uma vez que este segmento do capitalismo brasileiro está cada vez mais imiscuído às práticas financeiras, rentistas e não-produtivas.

Acusada de não tomar medidas para diminuir gastos públicos e conter a inflação, Dilma passou a sofrer oposição de antigos aliados, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que detinha o cargo de vice-presidente, com Michel Temer. Há, no entanto, controvérsias a respeito da relação entre o déficit público do governo Dilma e a queda do PIB:

a tese de que no governo Dilma teria havido uma ‘gastança’ desenfreada não se sustenta. Em primeiro lugar porque a redução do resultado primário deveu-se principalmente

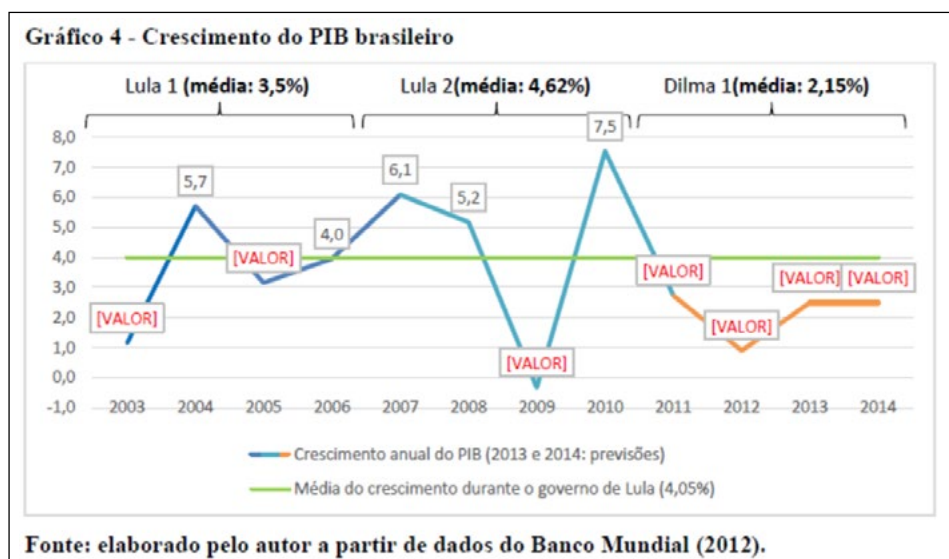
à retração das receitas, não ao aumento do gasto. E quando houve uma tentativa de recuperar o resultado fiscal com corte de gastos, em 2015, a economia entrou em um círculo vicioso no qual corte de gastos só resultaram em piora no resultado fiscal, pois aceleraram a desaceleração e consequentemente a queda da receita. Em segundo lugar, a taxa média de crescimento do gasto no governo Dilma foi até mesmo menor que em governos anteriores. Em terceiro lugar, a evolução da dívida pública bruta e líquida como percentual do PIB (que são os dados apresentados pelos defensores de que houve um aumento desenfreado de gastos) está associada principalmente ao comportamento das despesas com juros (incluindo os swaps cambiais) e à desaceleração do crescimento do PIB, e não ao crescimento mais acelerado dos gastos correntes ou à própria queda do resultado primário (Dweck, Teixeira, 2017, p. 34).

Mesmo não havendo uma “gastança desenfreada”, o déficit público durante o segundo mandato de Dilma Rousseff contrasta com o superávit de anos anteriores, como pode ser conferido no gráfico abaixo:



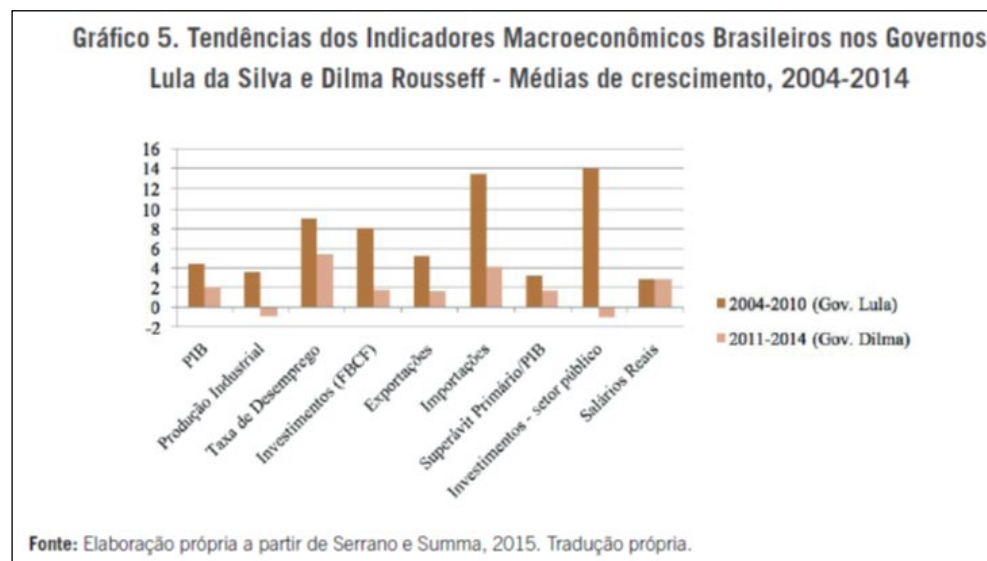
Fonte: Dweck, Teixeira (2017)

Assim como o gasto público, o PIB também apresentou números negativos, na comparação com os dois mandatos de Lula, como se observa no gráfico a seguir:



Fonte: Cornetet (2014)

Com aumento de gastos públicos e retração do PIB, a média de crescimento econômico do período de Dilma foi menor comparada com a Era Lula, como se pode analisar com os indicadores macroeconômicos abaixo:



Fonte: Pinho (2016)

O aumento do déficit público, a retração da média de crescimento econômico e a perda de popularidade do governo durante o segundo mandato de Dilma Rousseff foram fatores importantes para o isolamento político da presidenta e para a decisão do Congresso em formar uma nova coalizão partidária (tendo PMDB e PSDB à frente), afastar a presidenta (através de processo de impeachment) e formar um novo governo (com a posse de Michel Temer).

Sobre o processo de impeachment, iniciado em abril de 2016, importa salientar que,

para se depor um presidente faz-se necessário que o mesmo tenha cometido crime de irresponsabilidade, o que de início foi posto em questão para legitimar a retirada de Dilma do poder, mas que por falta de provas contundentes não veio a prosseguir. No entanto, 'não se tinha certeza, mas havia convicção'. Com uma tentativa falha, buscou-se meios para alegar que o impeachment era um instrumento constitucional, deixando de lado a importância da exigência de crime de responsabilidade. 'Depois que ficou clara a inexistência de conduta ilícita, passou-se a afirmar que Dilma deveria ser afastada pelo 'conjunto da obra', pela 'perda de popularidade', por 'não saber negociar' com o congresso' (Lima, 2021, p. 29).

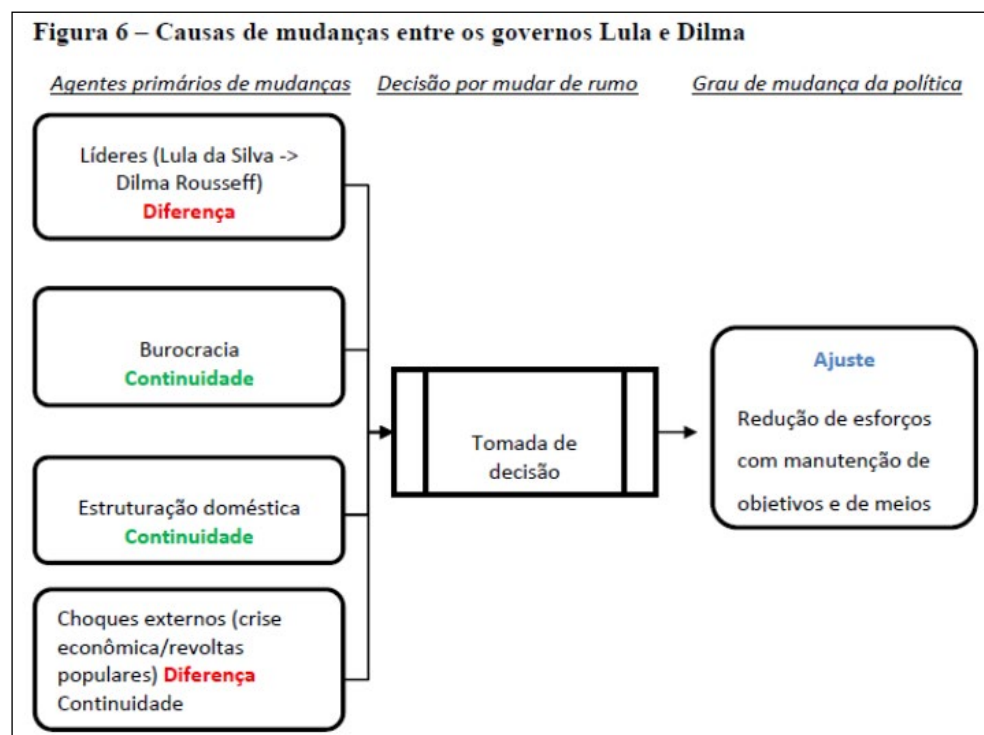
A prevalência do interesse político (de substituir o governo Dilma por uma nova coalizão comprometida com a retomada do crescimento econômico) sobre o exame técnico a respeito de crimes de responsabilidade fiscal habilitou a interpretação de que o impeachment foi um golpe político. A esse respeito, Berenice Silva (2021) considera que os interesses econômicos que levaram à queda de Dilma Rousseff contêm semelhanças com o golpe de 1964:

dentre as semelhanças deste golpe de 2016 com o golpe de 1964 destacamos: i) os interesses econômicos do capitalismo norte americano, que coincidem com a descoberta do pré-sal no Brasil em 2008; ii) o crescimento do conservadorismo marcado pela ideologia neoliberal de mercado; iii) a bandeira da corrupção capturada pelas mobilizações ocorridas nas jornadas de junho de 2013; iv) a identificação de um inimigo comum – a ameaça comunista -, o bolivarianismo com o discurso espalhado de que havia a possibilidade de instalar no Brasil, uma ditadura nos moldes da cubana

no Brasil. Nesse cenário podemos identificar também, algumas particularidades: i) a revolução tecnológica com o advento e a expansão da internet e das redes sociais; ii) a inserção da população de baixa renda e vulnerável no orçamento do Estado pelos programas sociais dos Governos do PT, sem que houvesse a disputa de projetos na sociedade, como se a luta de classes fosse algo que já não mais existia; iii) a manutenção da distinção pela classe média brasileira que se espelha na elite; iv) o não enfrentamento de pautas que tocavam diretamente nos interesses da elite brasileira e que não abria mão de seus privilégios, tais como: a reforma agrária, a reforma política e a taxaço das grandes fortunas, só para citar algumas questões (Silva, 2021, p. 38).

Quanto à política externa, apesar da manutenção da autonomia pela diversificação, o governo Dilma foi menos ativo e ativo do que a Era Lula no que diz respeito, por exemplo, à diplomacia presidencial (menor número de viagens internacionais) e à representação brasileira no exterior (menor abertura de postos diplomáticos). O período do governo Dilma coincidiu com as repercussões da crise financeira de 2008 (falência de bancos nos EUA e na Europa após liberação de créditos não saldados ao setor imobiliário estadunidense) e da Primavera Árabe a partir de 2011 (queda ou abalo de regimes políticos no Norte da África – Líbia e Egito – e no Oriente Médio – Síria, Jordânia, Arábia Saudita, entre outros – após protestos das sociedades civis dos Estados daquelas regiões exigindo maior liberdade individual). A crise financeira de 2008 retraiu a capacidade de investimentos do hemisfério Norte, enquanto a Primavera Árabe inibiu parcerias comerciais e políticas com os países africanos e asiáticos.

Para João Marcelo Cornetet (2014), o perfil da presidenta Dilma, mais voltado à política interna, e a conjuntura internacional, marcada pela crise financeira de 2008 e pela Primavera Árabe desde 2011, foram “agentes primários de mudanças” que levaram a uma “redução de esforços” na política exterior, algo expressado pelo autor através do gráfico abaixo:

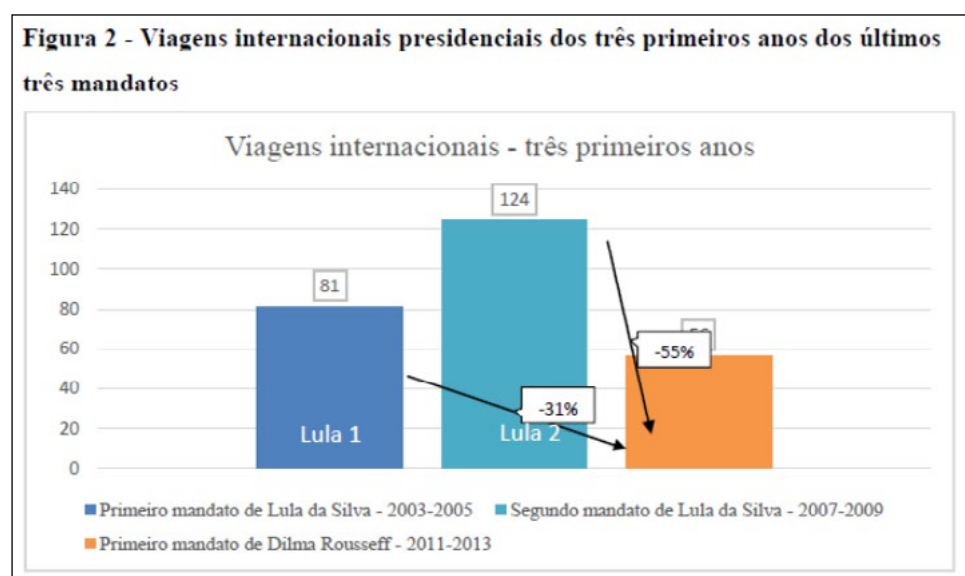


Fonte: Cornetet (2014)

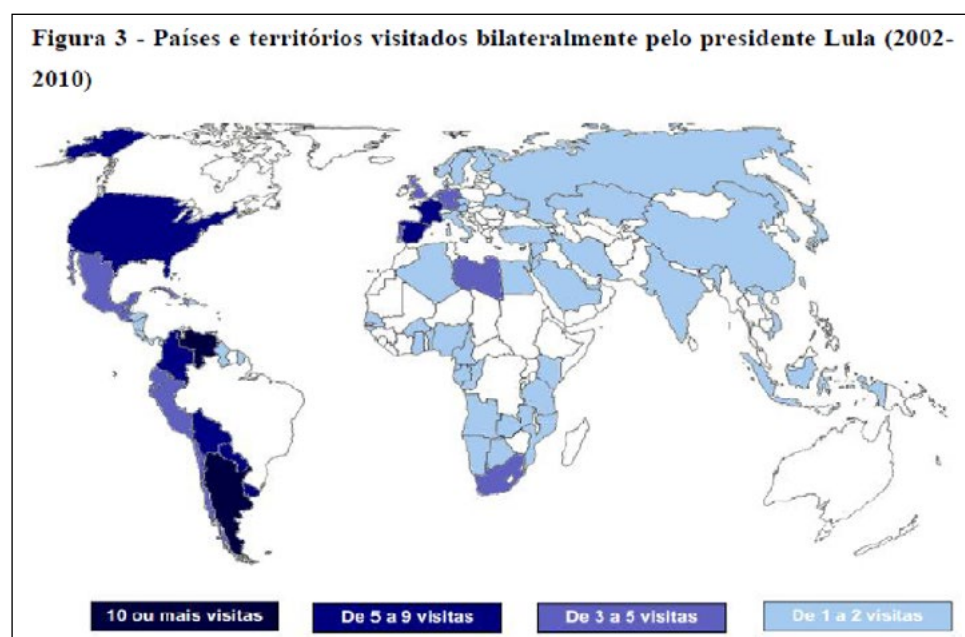
A manutenção da autonomia pela diversificação, com certas mudanças provocadas pelo panorama internacional da segunda década do século XXI, também é assinalada por André Reis da Silva (2016, p. 219-220):

é possível afirmar que o governo Dilma manteve as mesmas orientações do governo anterior, mas com alguns matizes e ênfases diferenciados. A busca de parceiros para o desenvolvimento, a tecnologia e a educação foi uma das características marcantes da política externa do primeiro Governo Dilma. Enquanto o presidente Lula ocupou o cargo em um período mais favorável em termos econômicos, a Presidente Dilma assumiu em um momento de grave crise econômica internacional, o que acabou, por sua vez, influenciado sua política externa (Silva, 2016, p. 219-220).

A retração do número de viagens internacionais e de países visitados durante o governo Dilma, comparado com o período de Lula, pode ser observada nos três gráficos a seguir:

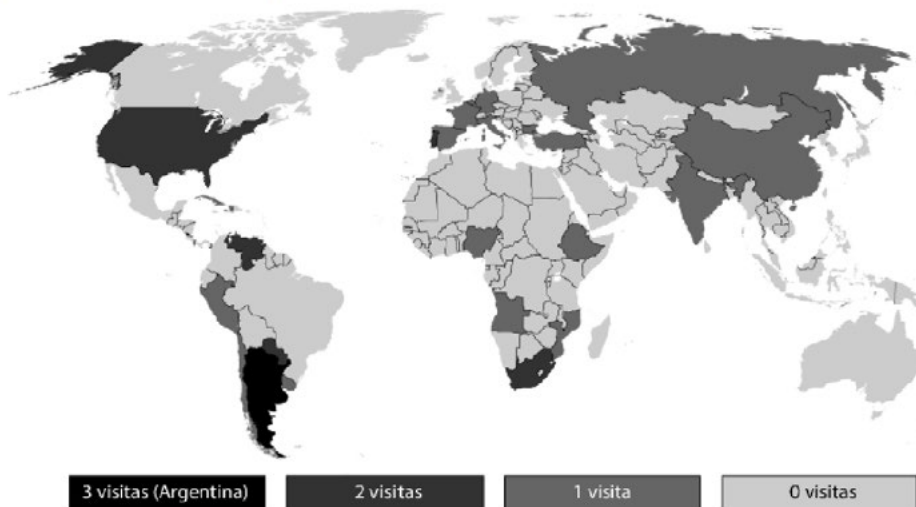


Fonte: Cornetet (2014)



Fonte: Cornetet (2014)

Figura 4 - Países e territórios visitados bilateralmente pela presidente Rousseff (2011-dezembro de 2013)

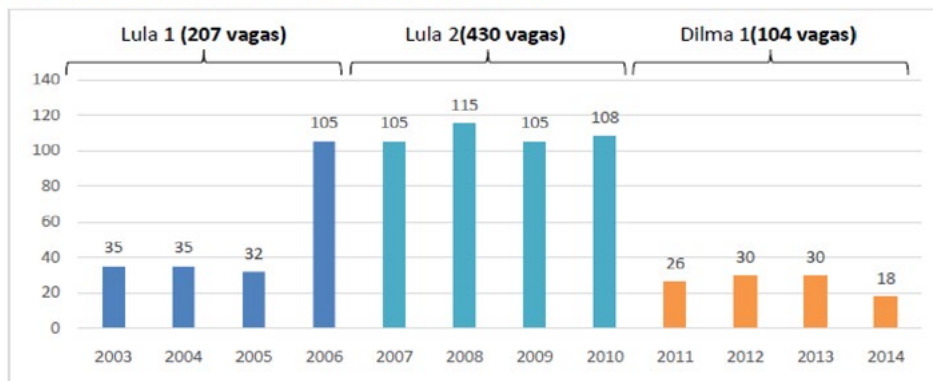


Fonte: criado pelo autor com base em dados de BRASIL (2013).

Fonte: Cornetet (2014)

A diminuição de oferta de vagas pelo Instituto Rio Branco, que forma diplomatas no Brasil, e de representações brasileiras no exterior durante o governo Dilma, na comparação com a Era Lula, podem ser examinadas nos dois próximos gráficos:

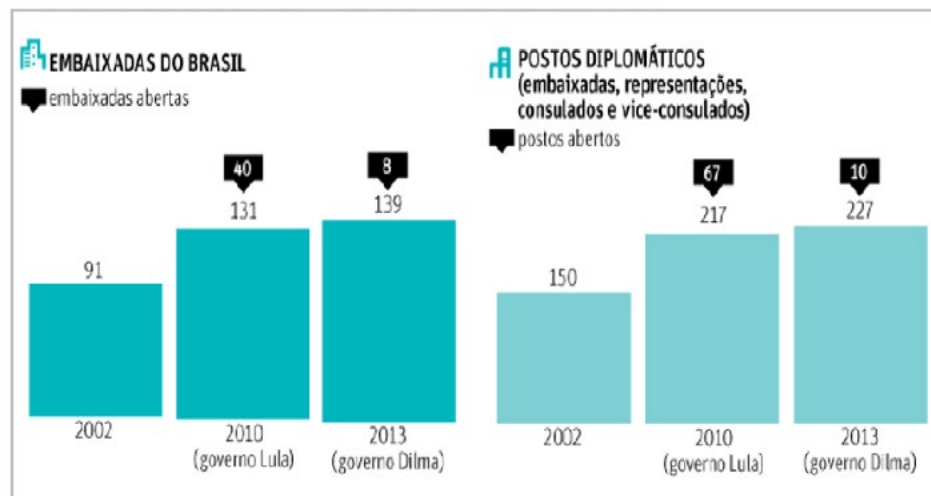
Gráfico 2 - Vagas ofertadas no Instituto Rio Branco



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados de CESPE UNB (2014).

Fonte: Cornetet (2014)

Figura 5 - Dados sobre representações brasileiras no exterior



Fonte: FLECK (2013).

Fonte: Cornetet (2014)

Por fim, também é possível verificar uma redução de iniciativas no âmbito externo do governo Dilma, no triênio inicial, comparado com os triênios iniciais dos mandatos de Lula:

Tabela 1 - Iniciativas comparadas dos governos de Lula da Silva e de Dilma Rouseff

Principais iniciativas	Primeiro mandato de Lula da Silva (2003-2006)	Segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010)	Primeiro mandato de Dilma Rouseff (2011-2014)
Triênio inicial	G20 Comercial (2003) IBAS (2003) Comando da MINUSTAH (2004) G4 (2004) Cúpula ASPA (2005) Cúpula ASA(2006)	Cúpula Brasil-UE (2007) BRIC (2008) CALC (2008) BASIC (2009) Participação na crise de Honduras (2009)	Responsabilidade ao proteger (2011) Suspensão do Paraguai e adesão da Venezuela ao Mercosul (2012) Substituição de Patriota (2013) Regulação multilateral da internet (2013)
Quarto ano		Acordo de Teerã (2010) CELAC (2010) Cúpula Brasil-CARICOM (2010)	Tempo futuro

Fonte: Cornetet (2014)

Percebe-se, assim, que as orientações gerais da política externa entre 2003 e 2016 mantiveram as características da “autonomia pela diversificação”, contudo, com matizes e ênfases diferenciadas quanto à diplomacia presidencial, às representações brasileiras no exterior e aos constrangimentos externos, como a retração da capacidade de investimentos do hemisfério Norte, em razão das repercussões da crise financeira de 2008, e a inibição de parcerias comerciais e políticas com os países africanos e asiáticos, em decorrência dos efeitos da Primavera Árabe.

4. A política externa de Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016-2022)

Coube a Michel Temer encabeçar a gestão que representou a nova coalizão partidária (tendo PMDB e PSDB à frente) que derrubou Dilma Rousseff e assumiu o compromisso de retomar o desempenho econômico, em 2016. Além dos déficits públicos e dos números poucos expressivos dos indicadores macroeconômicos nos últimos três anos do governo Dilma, havia um clima de instabilidade política iniciado ainda antes do processo de impeachment.

Em 2013, começou uma onda de manifestações de diferentes grupos da sociedade civil, entre eles o “Movimento Passe Livre”, sem ativismo prévio e com pautas difusas (valor de passagem do transporte público, falta de transparência de gestões públicas etc.) contra governadores estaduais. Entre 2014 e 2015, por sua vez, grupos de classe média e alta, entre os quais o “Movimento Brasil Livre”, passaram a direcionar protestos contra corrupção diretamente ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao governo federal, pedindo impeachment da presidenta. Em tal cenário é que se articulou a coalizão partidária, no parlamento, que aproveitou o desgaste de Dilma Rousseff para abreviar o governo e retomar preceitos econômicos liberais. De maneira sintetizada, pode-se considerar que,

desde 2013, em especial após as manifestações de junho, iniciou-se uma oposição, em especial do campo da ortodoxia [liberal], à política econômica do governo Dilma e, em certa medida, também do governo Lula. As forças políticas que tomaram o poder após o impeachment de Dilma se alinharam em torno de uma agenda anti-desenvolvimentista, capitaneada pela fração bancário-financeira do capital, mas que contou inclusive com o apoio de setores do capital produtivo insatisfeitos (Dweck, Teixeira, 2017, p. 38).

O anti-desenvolvimentismo foi marcante no governo Temer, sendo que a conjuntura de recessão econômica dos últimos anos do período de Dilma foi tomada como justificativa para implantação de medidas liberais na economia, como o menor compromisso com bem-estar social. Para Esther Dweck e Rodrigo Alves Teixeira (2017, p. 38),

embora o diagnóstico ortodoxo [liberal] para a crise não fizesse sentido, por motivos políticos ele foi o escolhido para a narrativa usada para depor a presidente Dilma e também para orientar a guinada na política econômica após o impeachment. A reprovação às mudanças políticas resultantes do baixo desemprego, que aumentaram o poder de barganha dos trabalhadores, levou ao discurso da ‘gastança’, com o objetivo claro de recompor a função social da doutrina de ‘finanças públicas sadias’, pela qual, o nível de emprego deve depender exclusivamente do ‘estado de confiança’ dos empresários.

Quanto à política externa de Temer, houve um refluxo da atuação internacional brasileira, uma vez que a autonomia pela diversificação foi substituída por uma postura desengajada de temas sociais e ambientais, desfocada da meta de tornar o país uma liderança hemisférica e centrada em se afastar de atores internacionais considerados de esquerda, o que demonstra uma “ideologização” da diplomacia, a qual passou a assumir no ambiente externo o perfil de direita que havia sido implantado em nível doméstico (Oliveira, 2018)². Para legitimar a “ideologização” da política externa,

2 Considera-se que “uma política externa ideológica é aquela que parte de um mapa cognitivo e é focada em doutrinas e princípios, priorizando a compatibilidade de alternativas aos princípios defendidos em detrimento das consequências práticas desses princípios. Enquanto isso, uma política externa pragmática seria baseada na utilidade e praticidade de suas ideias, em que o peso das consequências de cada ação supera o apreço por um ou outro princípio. A ideológica seria mais associada a personalismos e administrações específicas, enquanto a pragmática seria associada a um planejamento de médio-longo prazo, como uma política de Estado” (Saraiva, Silva, 2019, p. 117-118),

o governo Temer adotou a retórica de acusar os governos de Lula e de Dilma como tendo realizado uma diplomacia de esquerda, algo que não condiz com a realidade e nem com a literatura crítica a respeito daquele período (Silva, 2019).

A sucessão de Michel Temer foi marcada pela ascensão da candidatura de Jair Bolsonaro, cuja trajetória na Câmara de Deputados, nas décadas anteriores, havia sido marcada pela defesa de valores reacionários (anti-direitos humanos, anti-direitos trabalhistas, anti-movimentos sociais, anti-preservação ambiental) e que, nas eleições de 2018, acrescentou discurso de combate à corrupção e de desassociação à política tradicional, concorrendo pela desconhecida sigla partidária do PSL (Partido Social Liberal). O governo Bolsonaro combinou vertentes diversas, como a liberal (na política econômica), a nacionalista (na política de defesa e de celebração da pátria, com influência militar) e reacionária (moralismo anti-valores progressistas e científicos, influenciada por setores ligados a igrejas cristãs e pela obra do filósofo Olavo de Carvalho, negacionista da racionalidade científica).

O projeto de desenvolvimento econômico e a relação entre Estado e sociedade civil se caracterizaram por uma oscilação entre preceitos liberais (redução do compromisso público com bem-estar social), desenvolvimentistas (papel do Estado em planos de assistência social) e autoritários (apoio a manifestações públicas contrárias aos poderes judiciário e legislativo e simpáticas à intervenção militar, ao golpe de 1964 e à centralização de poder) (Vidigal, 2019). A pandemia do Covid 19, entre 2020 e 2022, pode ser considerada um dos fatores de estímulo para adoção de medidas desenvolvimentistas de maior compromisso com bem-estar social, mesmo que o governo tenha desdenhado do vírus (amenizando danos com retórica desprovida de embasamento científico) e boicotado ações de combate à pandemia (como mascarar dados, desestimular uso de máscara e isolamento social e retardar esforços para obtenção de vacinas).

A política externa, por sua vez, apresentou linhas de continuidade e de ruptura em relação ao período de Temer (Vidigal, 2019). Entre as continuidades estão a facilitação de entrada de capital estrangeiro (preferencialmente dos EUA), o uso do bilateralismo em detrimento do multilateralismo, a desvalorização da integração regional e a defenestração da Venezuela em nome de uma “ideologização” diplomática anti-regimes considerados de esquerda. No que diz respeito às rupturas, o Brasil aprofundou a “ideologização” da diplomacia e buscou um alinhamento automático aos EUA e aos aliados norte-americanos (como Israel e Taiwan), ao mesmo tempo em que criou atritos com os inimigos dos EUA, especialmente a China e as organizações internacionais (OIs), e reproduziu discursos de Donald Trump sobre desengajamento de acordos multilaterais sobre direitos humanos e ambientais.

A pauta da viagem de Bolsonaro aos EUA, em março de 2019, expõe os temas em torno dos quais o governo Brasileiro desejou se aproximar do estadunidense:

- a) crise venezuelana, tema de interesse do governo americano na América do Sul, favorável à intervenção no país;
- b) acordo de salvaguardas tecnológicas (AST) sobre o uso comercial da base de Alcântara para lançamento de satélites, que, segundo estimativa do MD, poderia render US\$ 10 bilhões por ano ao Brasil, mas ainda pendente de aprovação no Congresso;
- c) parceria para a construção de um satélite binacional, por meio de um acordo entre o Inpe, o Ita e a Nasa;
- d) elevação do Brasil a major non-NATO ally, aliado prioritário extra-OTAN;
- e) influência da China na América Latina, tema no qual os Estados Unidos procuravam pressionar seus aliados para usar equipamentos da empresa chinesa Huawei;
- f) inclusão do Brasil no programa de isenção de vistos para entrar nos Estados Unidos, sendo que o Brasil optou por liberar da necessidade de visto os americanos interessados em ingressar no país, sem a garantia da reciprocidade (Vidigal, 2019, p. 9).

Quanto aos resultados do pretendido alinhamento brasileiro aos EUA, Carlos Eduardo Vidigal (2019) avalia que não houve ganhos significativos. Para o autor,

a Declaração Conjunta de Trump e Bolsonaro confirmou a falta de resultados concretos da visita. Os dois presidentes se comprometeram a ‘construir uma nova parceria entre os dois países, focada em aumentar a prosperidade, aumentar a segurança e promover a democracia, a liberdade e a soberania nacional’. A mesma generalidade constava no apoio ao ‘presidente interino’ da Venezuela, Juan Guaidó; na criação do Fórum de Segurança entre Brasil e Estados Unidos; o anúncio da intenção dos Estados Unidos de designar o Brasil como ‘um grande aliado não pertencente à OTAN’; no apoio de Trump ‘ao fato de o Brasil iniciar o processo para se tornar membro pleno da OCDE’; e em ‘construir uma parceria de prosperidade para aumentar os empregos e reduzir as barreiras ao comércio e ao investimento (Vidigal, 2019, p. 9).

Também importa salientar que a política externa de Bolsonaro assumiu uma pauta “anti-globalista”, isto é, anti-multilateralismo, anti-organizações internacionais e anti-acordos para preservação ambiental, especialmente nas relações bilaterais com os EUA de Trump. Conforme Cardoso (2021, p. 32), para o governo brasileiro, pareceu ser

[...] fundamental derrotar o globalismo para salvar o Ocidente e os seus valores. Esse deve ser, portanto, o norte da política externa brasileira. Para tal é imperativo atacar o multilateralismo e, principalmente, a Organização das Nações Unidas (ONU), considerada o pináculo da ameaça globalista. Seguindo esta linha ideológica, ainda durante a campanha, o candidato Jair Bolsonaro afirmou que, se fosse eleito, sairia da organização, ameaça que acabou por não concretizar. Continuou, contudo, a denunciar outros arranjos multilaterais como o Acordo de Paris e o Pacto Global para Migração, do qual acabou por retirar o Brasil. Além da crítica feroz ao multilateralismo, a concretização da missão anti-globalista passa, segundo os seus promotores, por uma aliança absoluta com os EUA e, especificamente, com o presidente norte-americano, Donald Trump, considerado pelo Ministro de Relações Exteriores brasileiro como “o único homem capaz de salvar a civilização ocidental” (Cardoso, 2021, p. 32).

Uma comparação entre as políticas externas dos quatro últimos presidentes pode ser verificada na tabela abaixo, onde se destacam os aspectos da autonomia pela diversificação nos governos Lula e Dilma e a contrastante ênfase no bilateralismo focado no hemisfério Norte nos governos Temer e Bolsonaro:

Tema/Gestão	Lula da Silva	Dilma Rousseff	Michel Temer	Jair Bolsonaro
Comércio (ênfase)	Multilateralismo	Multilateralismo	Bilateralismo	Bilateralismo
ONU. Organizações internacionais	Participação ativa. Promoção de mecanismos regionais	Baixo perfil, atuação discreta, defesa dos direitos humanos	Baixo perfil, atuação discreta, ênfase em temas econômicos	Participação ativa, reivindicação de respeito à soberania e ataque a ONGs
Estados Unidos	Compartilhamento de valores e interesses. Diálogo fluido	Parceria econômica e política relevante. Desconfianças	Parceria tradicional. Busca de solução para barreiras não-tarifárias	Parceria abrangente em todas as áreas. Cooperação econômica e militar
Integração	Integração sul-americana: Mercosul, Unasul	Integração sul-americana: Mercosul, Unasul	Mercosul, Aliança do Pacífico. Afastamento da Unasul	Mercosul, Aliança do Pacífico. Afastamento da Unasul
Venezuela	Membro pleno do Mercosul	Membro pleno do Mercosul	Suspensão do Mercosul	Suspensão do Mercosul, mudança de regime
China	Comércio, investimentos, Brics	Comércio, investimentos, Brics	Comércio, investimentos, Brics	Comércio, investimentos, com ressalvas
União Europeia. Europa	Parceria estratégica. Defesa do acordo Mercosul-UE	Parceria estratégica. Defesa do acordo Mercosul-UE	Busca de acordo regional de comércio Mercosul-UE	Apoio ao acordo Mercosul-UE. Atritos com a França

Fonte: Vidigal (2019)

Observando-se a tabela, quanto à ênfase do comércio exterior, houve uma fase de transição entre o multilateralismo e o bilateralismo (2016-2018), culminando com uma participação ativa no comércio bilateral e ataques às organizações internacionais (2019-2022); no que diz respeito às relações com os Estados Unidos, houve variações entre um compartilhamento de valores e interesses (2003-2016), uma parceria comercial tradicional (2016-2018) e uma parceria abrangente em todas as áreas (2019-2022); sobre a integração regional, houve uma transição de uma integração sul-americana via Mercosul e Unasul (2003-2016) para uma integração centrada no Mercosul, na Aliança do Pacífico e no afastamento da Unasul (2018-2022); nas relações com a Venezuela, houve a mudança de tratamento de membro pleno do Mercosul (2003-2016) para suspensão do Mercosul e oposição ao regime bolivariano (2016-2022); no que se refere às relações com a China, a fase de comércio, investimentos e foco no BRICS se estendeu de 2003 a 2018, passando a ter ressalvas nas relações bilaterais e desaquecimento do BRICS entre 2019 e 2022; quanto às relações com a União Europeia (UE), a fase de parceria estratégica e defesa do acordo Mercosul-UE (2003-2016) foi sucedida por um período de busca de acordo regional de comércio Mercosul-UE (2016-2018), pelo apoio ao acordo Mercosul-UE e pelos atritos com a França (2019-2022).

5. Conclusão

A comparação entre a fase da “autonomia pela diversificação” (2003-2016) e o período Temer e Bolsonaro (2016-2022) demonstrou um processo de mudanças nas orientações da política externa brasileira. A diversificação de parcerias em âmbito global, especialmente no hemisfério Sul, foi sendo gradualmente enfraquecida pelo desengajamento de temas sociais e ambientais, pela ideologização da política exterior e pela menor ênfase no multilateralismo e na integração regional ocorridos nos governos Temer e Bolsonaro. Houve linhas de continuidade, como as relações comerciais com EUA, União Europeia, China e Mercosul, contudo, acrescentadas de uma retórica “anti-globalista” e

“ideologizada”. A autonomia pela diversificação, assim, parece ter sido substituída por uma política pouco participativa da agenda global e ideologicamente criteriosa para rearranjos internacionais.

Referências

- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In **Desenvolvimento Econômico e Crise**, DELORME PRADO, Luiz Carlos (org.), D'Aguiar, Rosa Freire (Editora), Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 2012. pp. 37-65. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvimentismo.pdf
- CARDOSO, Daniel. Política Externa do Governo Bolsonaro: continuidade e ruptura. **Observare - Janus 2020-2021. As relações internacionais em contexto de pandemia**. Lisboa, p. 32-33.
- CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 46 (2): 5-25 [2003].
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Revista Conjuntura Austral**. Porto Alegre, Vol. 5, Nº 24, jun-jul. 2014.
- DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Texto para Discussão**. Unicamp. IE, Campinas, n. 303, jun. 2017.
- LIMA, Ariani de Oliveira. O golpe de 2016: um jogo de cartas marcadas. In: SANTOS, Lyndon de Araújo, BACCEGA, Vinícius de Abreu, MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (Orgs). **O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2021.
- OLIVEIRA, César Augusto Tavares. Fronteiras. **A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada**. Belo Horizonte, v. 17, n. 34, p. 296 - 309, 2º sem. 2018.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2005.
- PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011. Disponível em: http://centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201906171334010.CD9_artigo_5.pdf
- PINHO, Carlos Eduardo Santos. Emergência e Declínio do governo Dilma Rousseff à luz das capacidades do Estado brasileiro (2011-2016). **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**. Brasília, Vol. 6, Nº 1, 2016, p. 94-121.
- SARAIVA, Miriam Gomes, SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e Pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, Lisboa, dezembro, 2019, p. 117-137.
- SILVA, André Luiz Reis da. **Política externa brasileira: uma introdução**. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37150/pdf/0>
- SILVA, Álvaro Vicente. A Política Externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da Teoria de Charles Hermann. **Revista Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v.10, n.49, p.23-41, jan./mar. 2019.

SILVA, Berenice Gomes da. Foi um golpe contra a democracia! In: SANTOS, Lyndon de Araújo, BACCEGA, Vinícius de Abreu, MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (Orgs). **O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2021.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a Reorientação da Política Exterior Brasileira. **Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 89-101, jul./dez. 2019.

VIGEVANI, Tullo, CEPALLUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS, EM 2022

BRAUN, Daiana Scheren¹
HAMMES, Leila Viviane Scherer²

¹ Universidade do Vale do Taquari – Univates, daiana.braun@universo.univates.br

² Universidade do Vale do Taquari – Univates, leila@univates.br

Tema: Filosofia e Direitos Humanos

Resumo: A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 13.146 de 06 de julho de 2015, tem um papel fundamental na promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Portanto, o objetivo deste estudo consiste em demonstrar a importância da implantação do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como, é relevante a atuação deste Conselho no desenvolvimento das políticas públicas para a inserção do indivíduo na sociedade, considerando o território do município de Estrela/RS. O estudo apresenta os principais conceitos relacionados com a temática além de buscar parâmetros para a criação de um conselho municipal para as Pessoas com Deficiência. Como resultado provisório, destaca-se a propositura de projeto lei ao Poder Executivo de Estrela/RS para a criação do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Direitos; Estatuto da Pessoa com Deficiência; Representatividade.

Introdução

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 06 de julho de 2015, baseada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de Nova Iorque, de 2006, objetiva garantir, promover, proteger e assegurar os direitos das pessoas com deficiência, incentivando a acessibilidade e a inclusão na cidadania. Além da Lei 13.146/2015, o Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, também foi uma conquista em prol das pessoas com deficiência. Esse Decreto estabelece a promoção da acessibilidade num contexto geral, seja no aspecto da mobilidade, seja na área da tecnologia, na comunicação, entre outros. Para alcançar esses propósitos, destaca-se a importância do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu papel fundamental para garantir os direitos e a representatividade das pessoas com deficiência.

Cabe ressaltar que, no ano de 2010, o Brasil contava com 6,7% da população brasileira com algum tipo de deficiência, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Todavia, espera-se que o referido órgão atualize os dados específicos da população, a fim de considerar que a pessoa com deficiência necessita de atendimento especializado, devendo contar com um órgão que lhe dê suporte adequado e garanta medidas eficientes para uma vida digna.

Também é importante salientar que os desafios enfrentados para superar o capacitismo sofrido pela pessoa com deficiência está diretamente relacionado a ações atitudinais. Portanto, deve-se criar mecanismos para coibir ações discriminatórias. Desta forma, vislumbra-se a figura dos Conselhos de Direitos, que objetivam combater a discriminação e garantir proteção e a promoção do desenvolvimento de programas de incentivo à inclusão na cidadania. Todavia constata-se que o Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência tem pouca adesão dos municípios.

Assim, o presente artigo se justifica com base na fundamentação da Lei 13.146/2015, que assegura, promove, protege, garante e prioriza que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados, inclusive e principalmente sob a perspectiva dos direitos humanos. Entretanto, para a construção desse novo paradigma, é necessário o apoio da sociedade civil organizada nas ações de ruptura de barreiras, em diversos setores municipais – foco deste trabalho.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo geral demonstrar a importância da implantação do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como, da atuação deste Conselho no desenvolvimento das políticas públicas para a inserção do indivíduo na sociedade. Com base nesse objetivo, o problema deste artigo é: Quais são os motivos ou fatores que justificam a implantação de um Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, no município de Estrela/RS e, adicionalmente, o que se poderia fazer?

A hipótese para responder ao problema é que os motivos ou fatores que justificam a implantação deste conselho municipal podem estar relacionados a questões sociais, econômicas ou até culturais do município de Estrela/RS. Para atender aos anseios sociais, o município de Estrela/RS conta com o auxílio do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e da entidade da Assistência Social, que, às vezes, são insuficientes. Essa carência é reforçada pela inexistência de um Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Estrela/RS, o que justifica a necessidade da criação desse conselho municipal para este público.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, sendo o método de abordagem, o dedutivo, o qual parte de argumentos gerais, para chegar a conclusões particulares, isto é, neste artigo, parte-se do contexto nacional para chegar ao municipal. O procedimento técnico que embasa a pesquisa é o bibliográfico, que consiste na consulta a livros, artigos científicos e *sites*. O município de Caxias do Sul/RS foi utilizado como paradigma, eis que consta com o referido Conselho implantado. Desse modo, contextualiza-se a importância da implantação de Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Estrela/RS, pois estes fortalecem e asseguram que os direitos não sejam ignorados ou violados, mas, sim, efetivamente cumpridos.

Descrição do trabalho/pesquisa

Inicialmente, contextualiza-se a importância da implantação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Estrela/RS. Cabe destacar que “os Conselhos de Direitos surgiram a partir da Constituição Federal de 1988, fundamentados no âmbito da formulação, da deliberação, do monitoramento, do controle social e da avaliação das políticas públicas” (CONADE, 2012, p. 9).

Também pode-se afirmar que a “Convenção significou um marco histórico para toda sociedade, uma vez que representa um passo importante para a implantação de políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência”. Então, identifica-se, a partir da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, o incentivo à promoção de ações em prol das pessoas com deficiência (MEDEIROS, 2022, texto digital).

Assim, para a efetivação dos direitos estabelecidos pela Convenção, com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015, é necessário propor medidas, como a implantação do Conselho de Direitos, o qual deve ser atuante, a fim assegurar que as políticas públicas sejam adequadas e voltadas às pessoas com deficiência.

Deste modo, para embasar a construção deste estudo, foram utilizadas informações obtidas no *site* do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como, no setor da

Coordenadoria da Acessibilidade do município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, ainda deve ser esclarecido que

[...] a sua criação pode ocorrer pela manifestação da sociedade civil ou por iniciativa do Poder Executivo, o qual deverá enviar ao Poder Legislativo uma proposta para a formulação de um Projeto de Lei (PL). Após a aprovação do PL, este deverá ser encaminhado ao Executivo para sanção e publicação da lei, que será regulamentada por meio de decreto (CONADE, 2012 p. 9).

Outrossim, o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPCD) de Caxias do Sul/RS foi criado pela Lei Municipal Nº 7.678, de 21 de outubro de 2013 e reformulado pela Lei Municipal nº 8.073, de 09 de março de 2016. Frisa-se ainda que deverá ser elaborado o Regimento interno, após a aprovação de Lei, o qual indicará como deve funcionar o Conselho Municipal, em conformidade com as legislações atuais e a vontade dos proponentes, à frente da sua organização.

Ressalta-se que Caxias do Sul/RS empenha-se em atender os anseios sociais, garantindo que todos participem ativamente. Observa-se que o Conselho de Direitos das Pessoas com Deficiência deste município tem como objetivos principais: propor políticas públicas e orientar o Poder Executivo Municipal na implementação de medidas e ações voltadas para a criação de programas de prevenção de deficiências, de integração social, de preparo para o trabalho, de acesso facilitado aos bens de serviço, à escola e de atendimento especializado às pessoas com deficiência; apoiar campanhas educativas de prevenção de deficiências e de conscientização da sociedade com vistas à sua participação no processo de valorização, respeito e de garantia dos direitos da pessoa com deficiência; dentre outros.

Caxias do Sul/RS também conta com o setor da Coordenadoria da Acessibilidade, criada pelo Decreto-Lei nº 15.884/2012, com o objetivo de desenvolver políticas públicas e ações relacionadas à acessibilidade das pessoas com deficiência. Para tanto, a fiscalização das políticas públicas é feita pelo órgão de controle social, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Caxias do Sul/RS, sendo a Coordenadoria da Acessibilidade, um dos conselheiros do Conselho, que participa das plenárias ordinárias e extraordinárias, bem como de outras ações que forem propostas, enquanto controle social.

Ademais, identifica-se em Caxias do Sul/RS, o compromisso social de desempenhar o bem-estar social, atendendo as necessidades e cuidando dos vulneráveis. O município de Caxias do Sul/RS ainda contempla outros Conselhos como: o Conselho Municipal da Comunidade Negra (COMUNE); o Conselho Municipal da Juventude (COMJUVE); o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos (CMDDH); o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (COMDIM), entre outros.

Também vale destacar que o Conselho de Direitos, seja ele de qualquer esfera, tem por finalidade representar um grupo ou uma classe. Assim, o Conselho de Direitos tem um papel fundamental no desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos respectivos grupos, pois é por meio deste Conselho que se pretende a efetivação dos direitos. Nesse viés, Sasaki (2004, p. 5) corrobora informando que,

[...] a elaboração de novas políticas públicas devem passar, portanto, pelo prisma da inclusão social, a fim de que possamos ter a garantia de que estamos no rumo certo diante das novas tendências mundiais no enfrentamento dos desafios da diversidade humana e das diferenças individuais em todos os campos de atividade humana.

Ainda, observa-se que, em nível nacional, “os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência estão presentes em 589 cidades, o que representa, aproximadamente, 10% das

idades do nosso país. O estado do Paraná responde por 69 conselhos municipais (COEDE, 2018, p. 3). Ou seja, o número ainda é muito reduzido, pois outros conselhos já estão implantados em maior número, como, por exemplo, o da Criança e do Adolescente, que está presente em 95% dos municípios brasileiros (IBGE, 2010).

Portanto, a partir das informações contidas no Conselho de Direitos das Pessoas com Deficiência de Caxias do Sul/RS, passa-se a deliberar sobre as perspectivas a respeito da implantação do Conselho de Direitos das Pessoas com Deficiência no município de Estrela/RS. Porém, antes é preciso reiterar, conforme Doreto (2021, p. 122) que os Conselhos de Direitos são “espaços importantes para a construção de políticas públicas e a concretização da participação e legitimidade social, cabendo destacar ainda que compete a cada conselho estabelecer sua composição, atribuições e outras especificações”.

Por sua vez, Estrela é um município situado no Vale do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com os dados disponibilizados pelo *site* do governo do município (ESTRELA, texto digital), em 2010, havia 30.619 habitantes, numa área de 184,2 quilômetros quadrados, tendo assim uma densidade populacional de 166,3 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo o censo do IBGE de 2010, a população do município corresponde a um total de 15.126 homens (49,3862%) e 15.502 mulheres (50,6138%). Na área rural, residem 4.706 pessoas (15,37%).

Também, identificou-se que em Estrela/RS, conforme o censo do IBGE de 2010, o número total de pessoas com deficiência alcançava o percentual de 19% em relação à população total, o que, em números, significa em torno de 5.716 pessoas com algum tipo de deficiência. Desta forma, a partir dos dados do IBGE, justifica-se a necessidade de recursos e de medidas adequadas que atendam às demandas em suas especificações. Nesse sentido, Filho, Leite e Ribeiro (2019, p. 97-98) observam que “não há como mascarar a realidade, as pessoas com deficiência existem e todas têm direitos assegurados”, conforme determinado pela legislação vigente, pois não são somente números, mas, sim, cidadãos que merecem uma vida digna.

Contudo, apesar desses dados, Estrela/RS não possui um órgão municipal específico que represente as pessoas com deficiência. As demandas são encaminhadas ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e ao setor da Assistência Social. No entanto, o município de Estrela/RS conta com o apoio especializado da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, para atendimentos específicos relacionados aos diferentes tipos de deficiência. Mas, a instituição depende de recursos tanto do poder público, como da colaboração da sociedade civil organizada, para continuar atuando.

Considerando que em Estrela/RS não há um Conselho Municipal de Direito das Pessoas com Deficiência, existem limitações quanto à garantia de recursos para a promoção da inclusão deste grupo. Portanto, é necessário um órgão municipal que atue em prol dos diferentes grupos, a fim de organizar recursos financeiros para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados, especialmente, para a definição de políticas públicas específicas.

Deste modo, com objetivo de ter mais representatividade, pretende-se, a partir da proposição de um projeto de Lei, a implantação do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência em Estrela/RS. Para que isso seja possível, a sociedade civil organizada deve unir-se em prol das causas sociais, para a construção de novos paradigmas. Desta forma, almeja-se que o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência seja atuante e eficiente. Para tanto, Lopes (2018, p. 20) esclarece que “configura-se na minoria mais presente no planeta, sendo esse fato promovedor de urgências para a criação, a priorização e a seguridade dos direitos, além do estabelecimento de políticas públicas específicas”. Assim, o Conselho Municipal deve ser um órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador, pois, por meio deste, serão construídas e propostas políticas públicas, em conformidade com as

necessidades da coletividade das pessoas com deficiência, bem como, da sua individualidade, quando for o caso.

Em vista disso, Lasta e Hillesheim (2011, p. 93) ressaltam que “as políticas públicas podem ser pensadas como sendo o Estado implantando um projeto de Governo, através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Para fins de planejamento, a constituição de um Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência deve ocorrer de forma paritária, contando com representantes de instituições governamentais e da sociedade civil organizada.

Diante de tais informações, faz-se necessário observar que é de suma importância a participação das pessoas com deficiência nos Conselhos. A comissão elegerá os integrantes do conselho, com igual número de representantes da sociedade civil e da esfera governamental (COEDE, 2018, p. 7). Esta medida busca garantir a representatividade e o equilíbrio da composição, com vistas a um adequado desenvolvimento do trabalho.

Cabe lembrar que, desta forma, o lema das pessoas com deficiência, “Nada sobre nós, sem nós”, é respeitado. Salienta-se que a própria Lei nº 13.146/2015 trouxe, no capítulo IV, o direito à participação na vida pública e política, com destaque para o artigo 76, que prevê que o poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas.

Assim, com a implantação deste Conselho Municipal de Direito das Pessoas com Deficiência, objetiva-se concretizar histórias de lutas das famílias que se sentem desamparadas, em meio à inexistência de políticas públicas, que, por outro lado, quando existem, não são apropriadas. Contudo, diante da insuficiência de suporte às pessoas com deficiência e da falta de representação, foi identificada a necessidade de elaboração, pela Câmara de Vereadores, de um projeto de Lei a ser aprovado. Vale lembrar que os “Conselhos Municipais de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência devem ser criados e implementados através de projetos de lei municipais, por proposta do poder executivo ou da sociedade civil organizada, aprovados pelo poder legislativo” (MEDEIROS, 2022, texto digital).

Considerando que o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência também necessita de recursos para o seu funcionamento, as regras das Diretrizes do Conade tratam de especificar os procedimentos necessários para a arrecadação destes recursos, justificando que

[...] caberá ao governo do respectivo Conselho Estadual/Municipal dotá-lo de orçamento e estrutura necessários para o seu pleno funcionamento, devendo, no Projeto de Lei de Criação do Conselho Estadual/Municipal, conter artigo que assegure tal recurso. Entretanto, na Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), há recurso destinado à implantação de conselhos estaduais/municipais, com apoio técnico e financeiro, objetivando o fortalecimento institucional e a capacitação dos Conselheiros.

Nesse sentido, observa-se que, para o Conselho ser efetivo, é necessária a colaboração do governo local, a fim garantir o “planejamento da dotação orçamentária do ano subsequente de todas as Secretarias de Governo, para que implementem as políticas públicas relacionadas à promoção e à garantia de direitos da pessoa com deficiência” (CONADE, 2012, p. 12).

Para tanto, Lasta e Hillesheim (2011, p. 88) destacam que “as políticas públicas descrevem uma realidade e um modo de fazer a inclusão, que acaba produzindo modos de ser e de compreender o mundo”. Destarte, Souza (2021, p. 105) entende que “o Estado tem como dever constitucional a efetivação das políticas públicas para a garantia e a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência”.

Ainda, Lisboa (2014, p. 342) afirma que “incumbe ao Estado a promoção da harmonização dos valores liberdade e igualdade, mediante a exigibilidade de políticas públicas compatíveis com a satisfação das necessidades humanas imprescindíveis à proteção da dignidade da pessoa”. Desta forma, em relação a Estrela/RS, observou-se que os fatores geradores que justificam a inexistência deste Conselho Municipal de Direito das Pessoas com Deficiência são diversos, como gestão, interesse e necessidade.

Ademais, o descaso com a população de pessoas com deficiência é histórico e não se pode mais permitir que elas sejam excluídas e renegadas pelos gestores públicos. Então, é fundamental a criação de Conselhos Municipais para suprir as demandas, tendo em vista as necessidades de cada indivíduo.

A partir da criação destes conselhos, existe uma perspectiva positiva de melhorar a qualidade, tanto no atendimento quanto no desenvolvimento de programas de incentivo à inclusão social, especialmente, por ser um espaço de discussão e de análise de questões associadas às pessoas com deficiência, com a participação delas ou de suas representações, que tenham potencialidade para contribuir de forma significativa para a promoção da cidadania e da inclusão.

Por fim, enfatiza-se a importância de um Conselho Municipal de Direitos de Pessoas com Deficiência, tendo em vista as adversidades do cotidiano enfrentadas tanto pelas pessoas com deficiência, como por seus familiares que acompanham a sua rotina diária. Desse modo, a implantação deste Conselho Municipal específico no município de Estrela/RS também contribuiria para desburocratizar os atendimentos, a fim de agilizar os processos e atender ao propósito de garantir a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

Conclusões

O presente estudo versou sobre a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e a inexistência de um órgão representativo, colegiado e paritário, que represente essas pessoas. Verificou-se que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015 foi fundamental para a construção de novos paradigmas e para a promoção de políticas públicas. Contudo, identificou-se que ainda há carência de políticas públicas mínimas de inclusão social. Nesse viés, ressalta-se a importância da criação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, no município de Estrela/RS.

Assim, constatou-se que o objetivo deste estudo foi alcançado, na medida em que foi demonstrada a importância da implantação do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como, sua atuação no desenvolvimento das políticas públicas para a inserção do indivíduo na sociedade. Para essa comprovação, observou-se o caso do município de Caxias do Sul/RS, que, além do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, também conta com o setor da Coordenadoria de Acessibilidade.

Portanto, o presente artigo abordou o seguinte questionamento: quais são os motivos ou fatores que justificam a implantação de um Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência no município de Estrela/RS e, adicionalmente, o que se poderia fazer? Nesse sentido, identificou-se que o fato gerador está relacionado com a gestão e o interesse municipal, uma vez que, ao propor tal demanda à Câmara Municipal de Vereadores, logo foi sugerido um projeto de Lei a ser encaminhado para deliberação.

Assim, a hipótese deste estudo se confirmou, pois ficaram evidenciadas a necessidade e a importância da criação de um Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, no município de Estrela/RS, objeto deste estudo. Reitera-se que, de acordo com as diretrizes nacionais, o conselho deve ser um órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador, fundamentalmente atuante, a fim de promover, proteger e garantir que os direitos sejam respeitados. Contudo, também se ensaja

a representatividade em prol da pessoa com deficiência, a fim de evitar o capacitismo e a exclusão social.

Para tanto, faz-se necessária a participação ativa da sociedade civil organizada, para efetivar as ações sociais, bem como para propor e desenvolver, junto com o órgão responsável, programas de incentivo, tanto para a acessibilidade como para a promoção da qualificação das pessoas com deficiência. Nesse sentido, com o objetivo da concretização deste Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, será feita a propositura do Projeto de Lei a ser apresentado ao Poder Executivo de Estrela/RS, para deliberação.

Enfim, é relevante destacar a importância da empatia pelas causas sociais, para a construção de uma nova história para cada município, Estado e país. Nesse contexto, todas as pessoas são parte; por isso, devem, como cidadãos, exercer seus deveres para combater a opressão às pessoas com deficiência. Sobretudo, considerando o amparo legislativo hoje existente, jamais se deve permitir que os direitos das pessoas com deficiência sejam ignorados. Ao contrário, deve-se lutar cada dia mais pela sua representatividade, a fim de quebrar barreiras, pois o lugar da pessoa com deficiência - como o de todas as pessoas - é onde ela quiser estar, especialmente, participando das discussões e das definições de políticas públicas que lhe dizem respeito. Afinal, como diz o lema: “Nada sobre nós, sem nós”.

Referências

BITTENCOURT, Guiomar Rocha Pereira Magalhães. **A cidadania e os direitos humanos na perspectiva do registro civil das pessoas naturais: um estudo comparado entre Brasil e Portugal**. 2022 Disponível em: <exemplar_2149.pdf (uportu.pt)> Acesso em 06 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm> Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL, Lei Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm >. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL, Lei Nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm >. Acesso em: 20 abr. 2022.

CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa W.; LEITE, Flávia Piva A.; LISBOA, Roberto S. Direitos da infância, juventude, idoso e pessoas com deficiência. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522486021. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486021/>>. Acesso em: 03 out. 2022.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

COEDE, **Guia de criação dos Conselhos municipais dos direitos da pessoa com deficiência**. Paraná: 2018. Disponível em: < https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Conselhos/guiaConselhosDeficiencia.pdf > Acesso em: 26 out. 2022.

CONADE, **DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE CONSELHOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, Brasília- DF: 2007. Disponível em: < http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/Diretrizes_conad.pdf > Acesso em: 20 abr. 2022.

CONADE, **CARTILHA ORIENTADORA PARA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, 2º Edição Revista e Atualizada: Brasília, 2012. Disponível em: < https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPID/publicacoes/7982_cartilha_orientadora_para_a_criacao_e_funcionamento_dos_conselhos_de_dts_da_pessoa_com_deficiencia.pdf >. Acesso em: 27 out. 2022.

Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência-CMDPD. **PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL**, 2016. Disponível em:< <https://caxias.rs.gov.br/gestao/conselhos/direitos-da-pessoa-com-deficiencia> > Acesso em: 20 de mar. 2022.

Coordenadoria da Acessibilidade. **PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL**, 2014. Disponível em: <caxias.rs.gov.br/servicos/seguranca-publica/diretoria-de-protecao-social/coordenadoria-de-acessibilidade> Acesso em 22 out. 2022.

CORRÊA, Luís Fernando Nigro. **A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência / Luís Fernando Nigro Corrêa; Prefácio de Carla Biancha Angelucci**. - 1 ed. – Belo Horizonte, MG :Editora Del Rey, 2021. 338 p.

CUSTÓDIO, André Viana, Hammes, Leila Viviane Scherer. **Políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente com deficiência: estratégias de articulação intersetorial dos conselhos de direitos no Vale do Taquari-RS**-Curitiba: Multideia, 2017. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/193MEGSRFhRQ5HDYwhxggpQsnsMvnQp3N/view> > Acesso em: 20 mar. 2022.

DA SILVA, Sidney Pessoa Madruga. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas**. Editora Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655598308/>>. Acesso em: 10 out. 2022.

DINIZ, Margareth. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios**. Autêntica Editora 2012 Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/192572/epub/0>>. Acesso em: 10 out. 2022.

DORETO, Daniella T.; MELLO, Flaviana Aparecida D.; LIMA, Andreia da S.; *et al.* Direitos Humanos e Legislação Social. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556901305. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901305/>. Acesso em: 03 out. 2022.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. 2. Ed. - Rio de Janeiro: WVA, 2007.

FERRAZ, Carolina V.; LEITE, Glauber S. Direito à Diversidade. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788522496532. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496532/>> Acesso em: 02 out. 2022.

FILHO, Eduardo T. **Os Direitos Civis da Pessoa com Deficiência**. Grupo Almedina, 2021.. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556272214/>>. Acesso em: 27 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE: **Educa Jovens**. Disponível em: < <https://educa.ibge.gov.br/>> Acesso em: 20 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/estrela/pesquisa/23/23612?detalhes=true>> Acesso em 25 out 2022

LOPES, Daiane D.; LEITE, Vania A M.; LOPES, Joseuda B C.; *et al*. **Psicologia e a pessoa com deficiência**.: Grupo A, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025325/>> Acesso em: 30 set. 2022.

MEDEIROS, Juliana. **Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência: conheça**. 2022. Disponível em: <blog.gesuas.com.br/conselho-municipal-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/> Acesso em: 27 out 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Infantil. Dificuldades acentuadas de aprendizagem Deficiência múltipla Saberes e práticas da inclusão**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciamultipla.pdf>> Acesso em 02 out 2022.

MUZY, Evandro. **Direitos das pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2022. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/200214/pdf/6>> Acesso em: 04 out. 2022.

NETO, Antônio José de M.; NETO, Homero L.; SANTANA, Raimundo R. **Direitos humanos e democracia inclusiva**, 1ª Edição.. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502175792. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502175792/>> Acesso em: 02 out. 2022.

Portal Eletrônico. **Governo de Estrela**: Disponível em < <https://estrela.atende.net/cidadao/pagina/demografia>> Acesso em: 22 abr. 2022.

SALLES, Raquel Bellini; PASSOS, Aline Araújo; LAGE, Juliana Gomes. **Direito, vulnerabilidade e pessoa com deficiência**. Editora Processo 2019. Disponível em <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185310/pdf/0>> Acesso em: 03 out. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão**. Revista Nacional de Reabilitação, 2004. Disponível em: < <https://silo.tips/download/pessoas-com-deficiencia-e-os-desafios-da-inclusao-3>> Acesso em: 22 out. 2022.

SILVA, Jackeline Susann Souza da. **DEFICIÊNCIA, DIVERSIDADE E DIFERENÇA: IDIOSSINCRASIAS E DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS**. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/educ/a/7YXFbddDKGkXhHyrt6gzjwC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 out 2022.

TOMAZELI, Luciane. **Educação inclusiva aplicada as deficiências – visual, auditiva, física e intelectual**. Contentus 2020. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184688/pdf/0>> Acesso em: 04 out. 2022.

O RACISMO ESTRUTURAL E A FALTA DE PROFESSORES NEGROS NA UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI/RS: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE DE DOCENTES NA UNIVATES

SILVA, Nadini da

Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, nadini.silva@universo.univates.br

Tema: Filosofia e Direitos Humanos

Resumo: Uma análise envolvendo o contexto histórico da população negra do Brasil, o racismo estrutural, institucional, econômico e individual. Através dos dispositivos legais criados de forma preliminar a Constituição Federal, assim como casos reais negativos e positivos. Explicação sobre o direito à igualdade, as legislações responsáveis por garantir a aplicação dos conteúdos da cultura afrobrasileira dentro das escolas, a política de cotas, as fraudes a essa lei, postura de algumas instituições brasileiras diante destas fraudes. E, por fim, o ponto principal da pesquisa, a importância da representatividade dentro do cenário acadêmico, e qual a percepção dos alunos do curso de direito da Univates diante deste cenário, para que fosse respondido o problema de pesquisa proposto, o qual se deu através da realização de questionários, pesquisas bibliográficas, análise de casos concretos, tendo sido obtido o resultado esperado, que era a confirmação de que a falta de representatividade no campus interfere negativamente na experiência dos alunos pretos da instituição.

Palavras-chave: Constituição Federal. Brasil. Ensino.

Introdução

As implicações do racismo estrutural são imensuráveis, mas no viés do ensino universitário a falta de professores negros além de um reflexo das precariedades da nossa sociedade, explicita também como a representatividade ainda é um tema que precisa ser abordado. Estes dois conteúdos, possuem forte ligação, porque o jovem negro, em sua maioria, [este é outro ponto que precisa ser desconstruído, porque um cidadão negro, não representa, ou seja, não tem lugar ou poder para falar por toda população negra, considerando sua dimensão e diversidade] como será apresentado durante este estudo, possui um nível de ensino inferior, então ele precisará de um incentivo maior para que de sequência aos estudos, por isso, a importância da criação da política de cotas e do direito a igualdade previsto na Constituição Federal.

Neste sentido, a Câmara Federal tornou obrigatório o ensino da história e cultura afrobrasileira e indígena nas escolas do país, porque há necessidade de apresentar esta cultura a todos e não somente para aqueles que buscam conhecê-la de forma extracurricular ou familiar, e com isso a instituição da lei 11.645/2008 foi a última alteração da lei instituída em 2003, para trazer obrigatoriedade para dentro das escolas, para auxiliar na luta pela igualdade em nosso país.

O jovem negro, (que será um dos cerne deste estudo, ao realizar uma visita a uma universidade), vai se identificar, fisicamente, com algum professor que lhe apresentará o curso que ele pretende ingressar? Possivelmente nenhum, ou muito poucos, porque dificilmente são criados laços afetivos nesses eventos, que é o caso visto na Univates, quando o corpo docente é composto por um número muito baixo de professores negros, tendo somente dois professores negros compondo o seu quórum, por isso, obviamente, não poderão atender a todos. Por isso, a necessidade de oportunizar ao negro, que conheça sua história, que não se resume apenas a escravidão e abolição da escravatura. A cultura

afro-brasileira é imensamente vasta e rica e precisa ser acessível a todos os naturais, nacionais e residentes do país, porque a informação gera conhecimento e o conhecimento, cria a identidade do cidadão, quando este compreende a sua história e tem acesso às mesmas oportunidades que os demais, para que possa construir o seu futuro, fora dos rótulos que a sociedade lhe impõe.

Para a desmistificação de muitos desses sentidos comuns, foi estudado o contexto histórico da chegada e evolução da população negra no Brasil, os racismos que permeiam diante das relações sociais atuais, as oportunidades que vêm sendo criadas com o direito à igualdade, que cada dia tem mais visibilidade dentro da sociedade brasileira. E neste ínterim, abordar-se-á a questão da importância da representatividade e de como este fator em conjunto com o racismo estrutural, afetam os alunos que acessam a universidade e diretamente o curso de direito da instituição.

O tema e o problema da pesquisa realizada, neste momento quase tornam-se apenas um, porque o tema anda dentro do cenário da Constituição Federal, o racismo estrutural, as leis, decretos e portarias, de forma simples e compreensiva: **Lei número 7.716/1989** que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; **Lei número 12.711/2012**, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, popularmente conhecida como lei de cotas; **Lei número 10.639/2003** e **Lei número 11.645/2008** que realizaram alterações a **Lei número 9.394/1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; **Lei número 12.288/2010** que institui o Estatuto da Igualdade Racial e alterou suas antecessoras: 7.347 de 24 de julho de 1985, 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029 de 13 de abril de 1995, e 10.778 de 24 de novembro de 2003; **Portaria normativa número - 18**, de 11 de Outubro de 2012 que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a lei número 12.711/2012; por fim o **Decreto número 7.824/2012** que também regulamenta e aprimora a lei de cotas.

Ainda sobre o tema da pesquisa realizada, aponta-se as questões de representatividade e dos professores universitários negros, e a influência do quórum de professores da instituição no quadro de alunos da instituição e qual a percepção dessa estrutura a partir da ótica dos alunos do curso de direito.

As hipóteses do trabalho, são também ligadas diretamente à questão da representatividade, pois verificou-se que não há interesse ou oportunidade da população negra de ingressar na instituição, e ainda que a lei número 11.645/2008 não tem sido efetivamente aplicada aos processos de ensino ainda no cenário escolar. E ainda com a análise de índices, de casos reais, da efetividade do direito à igualdade previsto pela Constituição Federal.

Justificou-se a realização da presente pesquisa, porque o tema de racismo estrutural é bastante recente e a pouco passou a ser abordado em discussões de maior prestígio e por isso, há necessidade de se dar visibilidade a esta expressão e ao movimento antirracista que está eclodindo no Brasil, a população negra precisa de voz e precisa ser ouvida, porque falar ao vento, não causa impacto ou mudança alguma, então é imprescindível que estes assuntos sejam trazidos para dentro das salas de aula, teatros e instituições e governos. A desigualdade social é consequência desta estrutura, e um forte divisor de águas no Brasil, porque o cidadão negro antes de apresentar a sua capacidade como profissional, precisa comprovar que é uma pessoa de boa índole, porque sua aparência é julgada antes de todo o seu aporte de conhecimento. A sociedade brasileira precisa ser conscientizada da importância das ações afirmativas, para que tenhamos uma sociedade mais igualitária, conforme prevê a constituição federal e que todos tenham acesso a chances ao menos semelhantes, para que tenham capacidade de competir para chegar ao mesmo patamar dos demais profissionais e para que não sejam sabotados ou mortos apenas por terem a pele preta. Por isso, a necessidade da representatividade neste cenário institucional, para que os jovens negros sejam

incentivados a ingressarem em um curso superior, pois atualmente não possuem personalidades com as quais possam se identificar (fisicamente) pois não verificam pessoas semelhantes a elas dentro da universidade para que possam se espelhar.

Por fim, a metodologia utilizada foi quantitativa, porque analisou a quantidade de alunos que acreditam ser importante e relevante a representatividade dentro da instituição; Hipotético-dedutiva porque abordou duas hipóteses que foram confirmadas no fechamento desta pesquisa. E por fim, a coleta de dados para a realização da pesquisa. A pesquisa bibliográfica, estudo de campo e estudo de caso dedutivo, dentre esses, análise de documentos, aplicação de questionários e análise de história de vida, compartilhando a experiência de algumas personalidades relevantes à pesquisa.

Diante disso, o trabalho foi apresentado dentro de três capítulos abordando o contexto social, institucional e econômico do negro no Brasil, bem como os conceitos de racismo e suas ramificações, analisando índices negativos e positivos destes indivíduos dentro da sociedade. O segundo capítulo deu conta do estudo do direito à igualdade previsto na Constituição Federal brasileira e como tem se dado a aplicabilidade da lei de cotas, as fraudes perante a esta legislação, a aplicação da lei número 11.645/2008 e os desdobramentos da lei número 7.716/1989 que trata dos crimes de preconceito oriundos de raça e cor. Por fim, o terceiro capítulo abordou os dados colhidos através dos resultados dos questionários aplicados ao setor de recursos humanos da instituição, para verificação dos dados estatísticos quanto à participação da população negra dentro da Universidade. Bem como do questionário aplicado com os alunos do curso de direito, para compreensão do entendimento destes diante da falta de representatividade dentro da Univates.

Descrição do trabalho/pesquisa ou da Experiência

Os procedimentos técnicos ou instrumentais/recursos técnicos correspondem à parte prática da coleta de dados de uma pesquisa, ou seja, “são preceitos ou processos que o cientista deve utilizar para direcionar, de forma lógica e sistemática, o processo de coleta, análise e interpretação dos dados” (BEUREN, 2006, p. 128)”. Neste sentido, os procedimentos técnicos, aplicados a pesquisa, foram: pesquisa bibliográfica, estudo de campo e estudo de caso dedutivo, dentre esses, análise de documentos, aplicação de questionários e análise de história de vida, compartilhando a experiência de algumas personalidades relevantes à pesquisa.

O questionário apresentou questões mistas e foi aplicado através da ferramenta “Google Formulários”, para que o corpo de alunos possa expressar seu entendimento quanto ao assunto e a partir disso possa ser compreendida a falta de professores negros na instituição, bem como a verificação de informações junto ao departamento de recursos humanos da Univates para corroborar uma das hipóteses previstas no problema de pesquisa. Para além do questionário realizou-se a análise do banco de dados do IPEA, a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia criada em 1964 como “Epea” e assumindo o nome atual em 1967. Das iniciativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial foi um órgão do Poder Executivo do Brasil (SEPPPIR) e ainda verificou a densidade da população negra no Brasil através dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O questionário direcionado à Univates, trouxe as seguintes perguntas e respostas:

Pergunta: Quantos editais foram oferecidos para ingresso de novos professores na Universidade entre os anos de 2017 e 2020?

Resposta: 43

Pergunta: Quantas inscrições normalmente são recebidas neste tipo de processo seletivo?

Resposta: No mínimo 3 e no máximo 5

Pergunta: Quantas destas inscrições são feitas por pessoas que se declaram pretas e pardas?

Resposta: Nenhuma nesse período.

Pergunta: Quais os critérios para o ingresso no corpo docente da instituição?

Resposta: Vou indicar o local que esses critérios estão descritos de forma bem completa:

<https://www.univates.br/trabalhe-conosco/docente-da-graduacao>

Pergunta: Quantos professores negros atuam e/ou atuaram na instituição até o momento?

Resposta: Até o momento 15 professores negros atuaram na Instituição e atualmente são 2.

Pergunta: O curso de Direito conta com algum professor negro (a)?

Resposta: Não

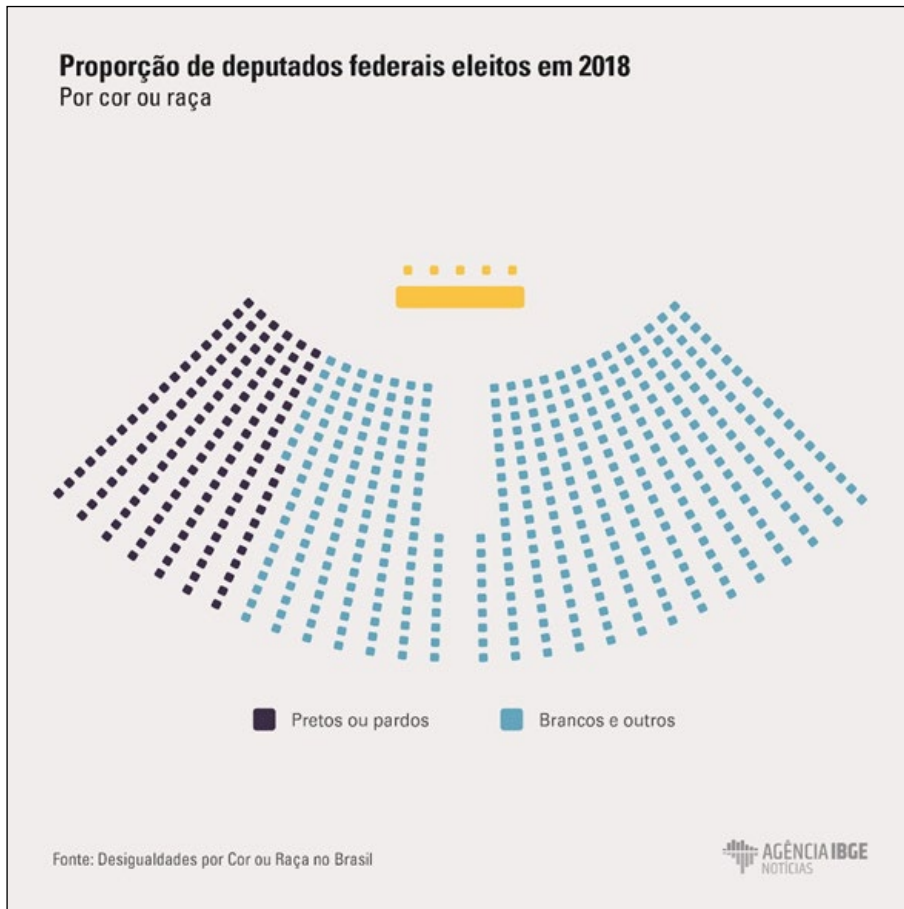
Pergunta: Qual o número de alunos na instituição nos anos de 2017 a 2020?

Resposta: O número geral de alunos nesses anos foi o seguinte: 2017 - 8.634, 2018 - 8.317, 2019 - 7.963, 2020 - 7.241, totalizando 32.155, quanto a estudantes negros os números são os seguintes: 2017 - 83, 2018 - 70, 2019 - 63, 2020 - 55, totalizando 271 (0,84%), alunos negros no curso de Direito: 2017 - 19, 2018 - 12, 2019 - 6, 2020 - 6, totalizando 43 (1, 29%).

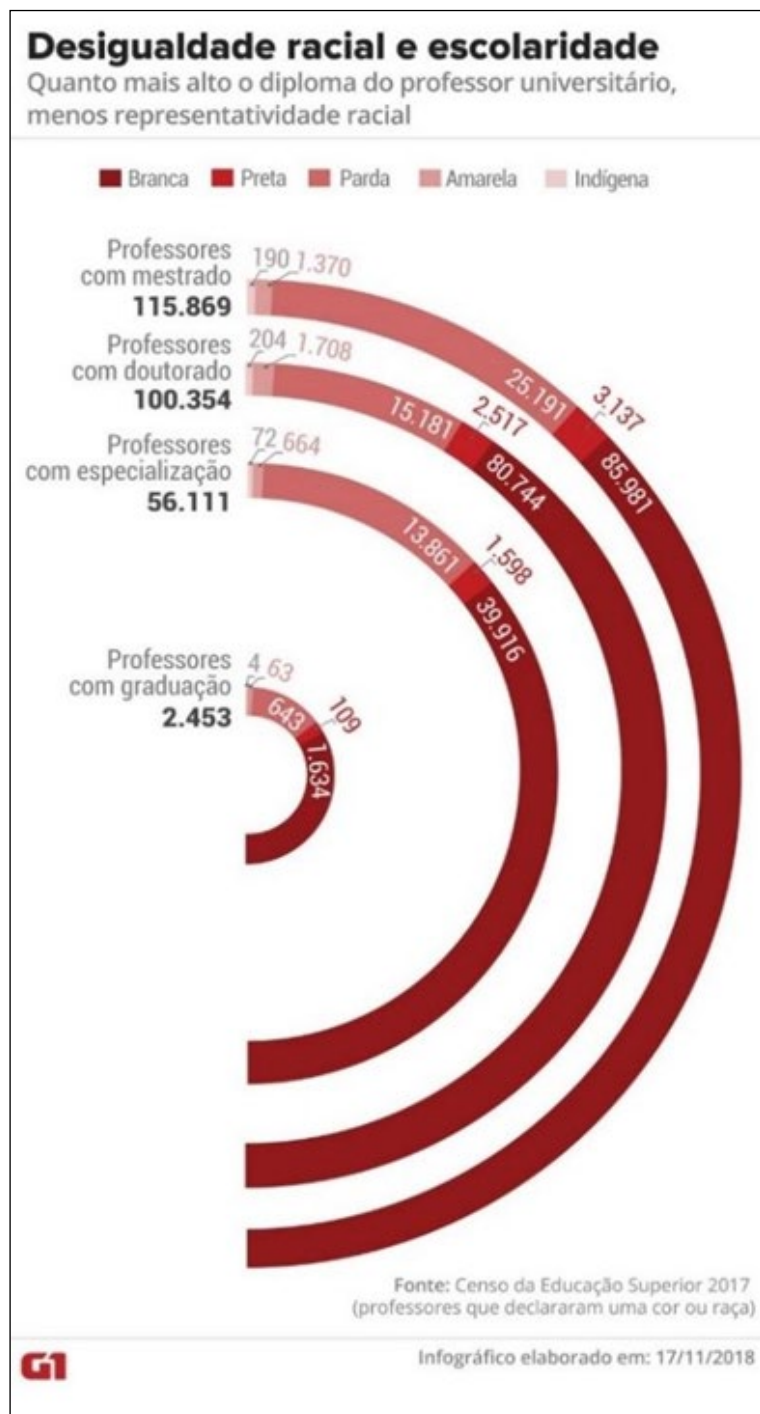
Já o questionário direcionado aos alunos, foi mais amplo, porque teve a resposta de mais pessoas, mas verificou questões relacionadas à idade, ao semestre em que estava estudando, e qual a percepção da representatividade e sua importância. Outro ponto extremamente relevante foram dados encontrados quanto ao desenvolvimento da sociedade brasileira, que demonstram que o racismo estrutural ainda é um determinante para o posicionamento das pessoas pretas.



Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo



Pela figura acima, pode-se constatar que a discrepância é muito grande e levando em consideração que a população brasileira é majoritariamente preta, o esperado seria que também fosse maioria em diversos nichos sociais, não só na política, mas também como professores, alunos em universidades e cargos de gerência dentro do setor privado, o que não é a realidade atualmente.



Neste infográfico, pode-se verificar a enorme discrepância na qualificação dos professores no Brasil, no ano de 2017, conforme a autodeclaração. Um sistema que também precisa ser aprimorado, mas que atualmente é o panorama que pode nos guiar na análise destes índices, com a redução significativa nos programas de incentivos à iniciação científica, nos últimos quatro anos. Diante disso, reforçou-se a desigualdade devido às questões econômicas, onde a população preta também é fortemente desfavorecida.

Resultados

Pode-se verificar que no ano de 2020, havia somente seis alunos negros no curso de direito da Univates, e de 7.241 alunos, somente 55 eram negros. Não atingindo nenhum um por cento do quórum de alunos da Universidade. E através da pesquisa realizada diante de um questionário, pode-se concluir que os alunos da Univates entendem que é de extrema importância, a representatividade dentro das salas de aula, para o fomento do ingresso de alunos negros na instituição, tornando esse espaço mais plural e igualitário.

Conclusões

Concluiu-se que a representatividade é um determinante para o ingresso de alunos negros na instituição, e que auxilia na ambientalização dos discentes, e que estes fatores estão diretamente ligados ao combate do racismo estrutural, que hoje molda a sociedade brasileira, limitando grande parte da população preta a posições de servidão e sem perspectivas de ascensão. Este cenário precisa ser alterado, de forma urgente, porque a negligência dos direitos das pessoas pretas tem sido verificada cada vez mais e a situação tem se tornado cada vez mais preocupante e perigosa. E seguindo neste caminho, teme-se pela impossibilidade de reversão da situação.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro) ISBN: 978-85-98349-74-9

ANTUNES, Ricardo. **Menos de 13% dos magistrados brasileiros são negros**. 2021. Disponível em: <https://ricardoantunes.com.br/menos-de-13-dos-magistrados-brasileiros-saonegros/> Acesso em: 27 de setembro de 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. Fórum Nacional de Juízas e Juizes Negros é finalista do Desafio de Lideranças Públicas Negras. 2021. Disponível em: <https://www.amb.com.br/forum-nacional-de-juizas-e-juizes-negros-e-finalista-do-desafio-deliderancas-publicas-negras/>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

BELLANDI, Caio. **Menos de um quarto dos deputados federais eleitos são pretos ou pardos**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012agencia-de-noticias/noticias/25998-menos-de-um-quarto-dos-deputados-federais-eleitos-saopretos-ou-pardos>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

BERND, Zilá. **Racismo e antirracismo**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça de Tocantins promove debate sobre racismo estrutural**. 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/justica-de-tocantinspromove-debate-sobre-racismo-estrutural/>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?lang=pt>. Acesso em 09 de setembro de 2021

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação** / Nilma Lopes Gomes. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância é inaugurada em Porto Alegre.** 2020. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/delegacia-de-policia-de-combate-a-intolerancia-e-inaugurada-emporto-alegre>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

Jaccoud, Luciana; Osório, Rafael; Soares, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição** / Mário Theodoro (org.) – Brasília: Ipea, 2008, 1ª ed. Acesso em: 05 de maio de 2021. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_Livrodesigualdad esraciais.pdf>

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/0>. Acesso em 19 de agosto de 2021.

FUNDO BAOBÁ. **Fundo para a equidade racial.** Disponível em: <https://baoba.org.br/>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

inBencini, Roberta. **Educação não tem cor.** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/410/educacao-nao-tem-cor>>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

INEP. **Ensino superior mantém tendência de crescimento e diversificação.** 2009. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/ensino-superior-mantem-tendencia-decrescimento-e-diversificacao/21206. Acesso em: 04 de agosto de 2021.

INEP. **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-daeducacao-superior/resultados>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

MACHADO, Costa. **Constituição Federal interpretada: artigo por artigo. parágrafo por parágrafo/Costa Machado. organizador;** p. 36. Alma Candida da Cunha 1:erraz. coordenadora. -9. ed. -Barueri, SP: Manole, 2018.

MARTINEZ, Anna Luiza Buchalla. **A evolução do princípio da igualdade e sua aplicação sob a ótica material na Constituição Federal.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3128, 24 jan. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20924>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

Matheus, Felipe. **Racismo no mundo acadêmico: um tema para se discutir na universidade.** Texto digital. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-umtema-para-se-discutir-na-universidade>>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: INCLUSÃO COMO GARANTIA DE DIREITO

BASSAN, Dilani¹
SILVEIRA, Caroline Britto da Silva²

¹ Faccat, dilanib@faccat.br

² Faccat, carolinebrittos@sou.faccat.br

Tema: Políticas Públicas de Assistência Social

Resumo: O Brasil é um país com muitas diversidades, o que faz com que cada região tenha sua identidade com suas particularidades. Nesse sentido, a vulnerabilidade social pode estar presente em várias regiões do Brasil, presente de formas diferentes dependendo do contexto. Dessa maneira, as políticas públicas são a base para a mudança efetiva em relação à vulnerabilidade social. O artigo tem como objetivo verificar o impacto dos programas de transferência de renda para a população em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa é bibliográfica e qualitativa de caráter exploratório, bem como a análise foi feita a partir de dados secundários proporcionando uma melhor compreensão dos aspectos inerentes à vulnerabilidade. Como resultado, percebe-se que os programas de transferência de renda auxiliam a população em vulnerabilidade social gerando impactos significativos no que diz respeito a renda, trabalho, capital humano, educação, expectativa de vida, entre outros.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade Social; Programa de Transferência de Renda; Programa Bolsa Família.

Abstract: Brazil is a country with many diversities, which means that each region has its own identity with its particularities. In this sense, social vulnerability can be present in several regions of Brazil, present in different ways depending on the context. In this way, public policies are the basis for effective change in relation to social vulnerability. The article aims to verify the impact of income transfer programs for the population in a situation of social vulnerability. The research is qualitative and exploratory, with bibliographic research in articles, as well as analysis of secondary data providing further investigation of statistical elements. As a result, it is clear that income transfer programs help the population in social vulnerability, generating significant impacts with regard to income, work, human capital, education, life expectancy, among others.

Keywords: Social Vulnerability; Income Transfer Program; Bolsa Família Program.

Introdução

O Brasil é um país com muitas diversidades, o que faz com que cada região tenha uma identidade com suas particularidades. As cinco regiões do Brasil, Nordeste, Norte, Centro-oeste, Sudeste e Sul possuem as mais diversas características em relação a clima, vegetação, densidade demográfica, características econômicas, enfim, esse conjunto de atributos faz com que cada uma delas seja vista e analisada conforme suas especificidades. Mesmo analisando dados que perpetuam em todas as regiões como povos tradicionais, pessoas em situação de rua, desemprego, vulnerabilidade, educação, ainda é possível identificar as mais diversas situações.

Nesse sentido, avaliando a vulnerabilidade social de maneira mais aprofundada, identifica-se diversas particularidades, mesmo em se tratando de uma realidade presente em todo o país. É importante analisar se as populações vulneráveis possuem os mesmos acessos à saúde, à educação, como é a moradia dessas pessoas, quais as oportunidades que elas tiveram durante sua vida, qual a rede de apoio existente, entre tantos outros fatores que influenciam no cotidiano dessas pessoas.

Por isso, é legítimo afirmar que a vulnerabilidade social não é igual para todos os milhares de brasileiros que se encontram nessa situação. Embora, muitas vezes, e em diversas situações, analise-se de forma geral buscando soluções amplas para problemas específicos. Mas, é relevante identificar as peculiaridades de cada território e do contexto em que a pessoa está inserida, pois esses aspectos influenciam de forma direta e indiretamente as pessoas vulneráveis.

Normalmente a vulnerabilidade está relacionada com a pobreza, mas esses são dois conceitos diferentes. De acordo com Moser (1998), nem todas as pessoas em situação de vulnerabilidade são pobres, mas as pessoas pobres geralmente estão entre as mais vulneráveis. Nesse sentido, uma pessoa pobre possui uma fragilidade de subsistência, portanto, está em uma situação vulnerável.

A vulnerabilidade social está associada a diversos outros fatores além da renda. Precisa-se pensar no sentido das famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza, qual o acesso que elas possuem em relação a rede de serviços como postos de saúde, escolas, saneamento, energia elétrica, entre outros. Esses questionamentos são muito mais profundos do que avaliar somente aspectos específicos.

No que se refere a políticas públicas, a análise é feita de uma forma mais generalizada. A política da saúde, da educação e da assistência social, entre outras, são pensadas e executadas da mesma forma em todas as regiões do Brasil, o que, por um lado, faz com que haja garantia de direito, mas em outro sentido não há relevância para às diferenças territoriais, ou, pelo menos, não são pensadas no dia a dia do trabalho. Dentro dessa lógica deve ser pensado até que ponto esses serviços e programas estão sendo suficientes para as famílias que estão vivendo à margem da sociedade.

A Constituição Federal Brasileira (1988) tem como um de seus objetivos, em seu artigo 3º e inciso III, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. A NOB/SUAS (2012) prevê em seu artigo 4º, incisos I, II e III que a acolhida, renda e convívio ou vivência familiar são seguranças afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar se as políticas públicas voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social. Com isso, o artigo se propõe a discutir a política de assistência social como um meio para diminuir a pobreza e incluir as pessoas vulneráveis na sociedade como sujeitos de direitos, através do seguinte questionamento: qual o impacto dos programas de transferência de renda para a população em situação de vulnerabilidade social? A pesquisa é bibliográfica e qualitativa de caráter exploratório, bem como a análise foi feita a partir de dados secundários proporcionando uma melhor compreensão dos aspectos inerentes à vulnerabilidade.

Descrição do trabalho

O termo vulnerabilidade é utilizado de diversas formas para explicar diferentes eventos. A pobreza, frequentemente, é uma característica utilizada para intensificar muitos dos eventos que envolvem a vulnerabilidade. Nesse sentido é relevante elucidar a vulnerabilidade social para analisar o impacto das políticas de assistência social sobre esse fenômeno.

Nos últimos quinze anos ocorreu uma retomada do termo vulnerabilidade, sendo relacionado à precarização do trabalho e à fragilização dos apoios relacionais. Essa instabilidade entre integração e exclusão parece estar renovando a problemática da marginalidade. O isolamento relacional e a perda do trabalho frequentemente estão associados e aumentam os riscos de vulnerabilidade. A fragilidade da estrutura familiar também pode levar à degradação das redes de sociabilidade popular que costumam servir como rede de proteção contra a pobreza e a dessocialização (CASTEL, 1997).

Alguns anos depois, Palma e Mattos (2001) conceituam a vulnerabilidade social como “qualquer processo de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de grupos sociais” (p. 575). A

Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 define que a população em vulnerabilidade social é aquela:

Decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2005 p. 33).

Gomes e Pereira (2005) afirmam que a situação socioeconômica contribui de forma significativa para a fragilidade familiar. A pobreza, a falta de perspectiva e melhoria de qualidade de vida, a miséria, impõe a todos os familiares uma luta desigual para a sobrevivência humana. Reforçando, Zimmermann (2009) refere que a vulnerabilidade não, necessariamente, significa estar sujeito à fome, mas sim, está ligado a diversas mazelas sociais.

Carmo e Guizardi (2018) referem que a vulnerabilidade é um termo em construção, e indicam a multiplicidade de fatores que determinam esse fato. Evidenciam que estes sujeitos possuem demandas e necessidades de diversas formas, mas possuem habilidades que estão suscetíveis a um risco em função das muitas situações vivenciadas de desigualdade e injustiça social. A pobreza não explica a vulnerabilidade, mas a ausência ou insuficiência de renda é uma categoria que equaciona mais amplamente a problemática.

Mariucci e Cairo (2020) referem que as condições precárias de moradia e saneamento básico, a ausência de um ambiente familiar, a inexistência de meios de subsistência são características de um estado de vulnerabilidade social. Por isso, os autores reforçam a importância de priorizar as situações de maior vulnerabilidade.

Guadagnin, Neto e Vianna (2019) afirmam que para entender os fatores que geram e mantem as situações de desigualdade e exclusão social é necessário ter um olhar voltado para as situações concretas de vulnerabilidade social. Para isso, é importante romper com a visão uniforme da pobreza, bem como identificar as rugosidades do território, para então auxiliar no entendimento de comunidade o enfrentamento da situação com novos projetos coletivos.

A Constituição Federativa do Brasil prevê em seu artigo nº 203 que a assistência social é um serviço prestado a todas as pessoas que dela necessitar, tendo como um de seus princípios reduzir a vulnerabilidade socioeconômica das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993) no artigo nº 24 refere que os programas de assistência social são ações complementares e integradas cujo objetivo é qualificar, incentivar e melhorar os serviços e benefícios assistenciais.

Avançando mais, a PNAS/2004 refere que a política de assistência social tem uma visão de proteção social que prevê conhecer os riscos, vulnerabilidades, buscando captar as diferenças sociais e entender as necessidades da população.

Apesar da forte presença do Estado no mercado e na sociedade brasileira, com a responsabilidade de formular políticas públicas e garantir acesso à saúde e educação, ainda há uma lacuna na oferta de serviços sociais básicos. Isso sugere uma limitação na capacidade do Estado em atender plenamente às demandas sociais, mesmo com o papel dos municípios como executores de políticas federais e estaduais. É fundamental que sejam tomadas medidas para preencher essa lacuna e garantir que os cidadãos tenham acesso aos serviços essenciais (MENDES *et al.*, 2020).

Os programas de transferência de renda visam o repasse direto de recursos dos fundos de assistência social aos beneficiários com o intuito de combater as situações que levam a vulnerabilidade social. Outro objetivo da transferência de renda é criar possibilidades de emancipação para os beneficiários, exercitando a autonomia e movimentando a economia local (PNAS/2004).

Em relação ao Cadastro Único, Paes de Barros, Carvalho e Mendonça (2009) refere que através dele pode-se identificar as carências das famílias, traçar o perfil da pobreza, realizar diagnóstico identificando as dificuldades do território. De acordo com Castro *et al.* (2009) as políticas sociais, responsabilidade do estado, constituem a proteção social e se relacionam com a distribuição de benefícios sociais para reduzir as desigualdades estruturais. Conforme a NOB/SUAS (2012) é previsto como segurança afiançada pelo SUAS a acolhida, a renda e o convívio ou vivência familiar. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa para garantir uma renda mínima (CASTRO *et al.*, 2009).

Os programas de transferência de renda condicionada têm como objetivo a curto prazo o alívio da pobreza, mas a longo prazo, quebra o ciclo intergeracional da pobreza devido às condicionalidades (FAHEL *et al.*, 2012; DA CUNHA E ARRUDA, 2018 E NAZARENO E TORTATTO, 2019).

Tecchio e De March (2021) defendem que para as famílias, o programa de transferência de renda, por meio do PBF, foi a política pública que mais auxiliou para a melhoria na qualidade de vida. Corroborando, Viganó e Gazolla (2020) referem que a transferência de renda condicionada foi positiva, principalmente no que diz respeito à desigualdade social.

Discussão dos Resultados

O Índice de Vulnerabilidade Social – IVS é um índice que tem como objetivo identificar os principais fatores que podem levar a pessoa e seu entorno viver em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Para isso, são utilizadas 3 dimensões, sendo elas: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho (MEIRA e ALBINO, 2022).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma medida criada a partir do IDH, sendo composto pelas mesmas três dimensões (longevidade, educação e renda), mas ajusta a metodologia global ao contexto do Brasil, e à indicadores nacionais (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

A Tabela 1 traz a relação do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal nos anos de 2000 e 2021. O objetivo da tabela é analisar o que ocorreu nesses 21 anos em relação a esses índices nas regiões brasileiras.

Tabela 1 – IVS¹ e IDHM² nas Regiões Brasileiras

Região	IVS		IDHM	
	2000	2021	2000	2021
Norte	0.570	0.297	0.559	0.719
Nordeste	0.518	0.319	0.548	0.714
Sudeste	0.378	0.241	0.701	0.801
Sul	0.313	0.18	0.680	0.792
Centro-Oeste	0.409	0.24	0.658	0.786

Fonte: Ipea

Referente a Tabela 1, se percebe uma melhora tanto na questão da vulnerabilidade social quanto no desenvolvimento humano, pois há diminuição em todas as regiões em relação à vulnerabilidade social e um aumento do desenvolvimento humano respectivamente no período auferido. Nas regiões

1 O IVS é um índice que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais perto do 0 significa muito baixa vulnerabilidade e quanto mais perto do 1 mais alta a vulnerabilidade (IPEA).

2 O IDHM é um índice que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo do 1 significa um maior desenvolvimento humano (PNUD).

Norte e Nordeste, regiões com maiores vulnerabilidades, ocorreu uma mudança maior do que as outras regiões.

Baptistella, Souza e Ferreira (2011) referem que a região Nordeste é a que possui maior concentração de renda, as maiores taxas de pobreza e extrema pobreza. Com isso, acaba sendo a região com maiores beneficiários do Programa Bolsa Família, sendo 52,1% de famílias atendidas por ele. Os autores também identificaram que o Norte e Nordeste foram as regiões com maior participação em relação as “transferências condicionadas de renda”, “aposentadorias e pensões” como componente da renda *per capita*, mas a menor participação no quesito “trabalho principal”.

Araújo e Flores (2016) acreditam que a disparidade entre as regiões deve ser analisada com a habilidade distinta de cada local em suprir as necessidades básicas de seus habitantes, ou seja, a desigualdade territorial é a consequência direta da distribuição desigual de recursos e oportunidades, afetando negativamente a qualidade de vida de muitos cidadãos. Destaca-se que Bastos, Mattos e Santos (2018), identificaram em sua pesquisa que a pobreza precisaria ser reduzida principalmente nas regiões Norte e Nordeste, pois ainda se observava uma grande proporção de pobreza e uma baixa tendência à queda da mesma. Ainda, as regiões pobres tem menos capacidade de retirar indivíduos da condição e vulnerabilidade social por possuírem uma menor arrecadação e maiores índices de pobreza (ARAÚJO E FLORES, 2016).

Franchikoski e Cesco (2017) observaram uma diminuição geral no percentual da população vulnerável à pobreza dos estados brasileiros no período de 1991 e 2010. Entretanto, os estados do Norte e Nordeste – em especial Ceará, Pará, Piauí, Alagoas e Maranhão – apresentaram os maiores percentuais de população vulnerável à pobreza e todos eles se encontram acima da média nacional. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas mais efetivas e incluem a importância de focalizar ações nessas regiões mais afetadas pela pobreza. Ainda, as regiões com maiores beneficiários do Programa Bolsa Família são as regiões Sudeste e Nordeste do país, sendo a Bahia o estado com mais famílias que recebem o benefício.

A Tabela 2 traz as três dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, sendo eles: infraestrutura, capital humano e renda e trabalho. É importante analisar para que se possa identificar quais as áreas que precisam de maiores investimentos para que haja melhoria de qualidade de vida.

Tabela 2 – Dimensões do IVS nas Regiões Brasileiras

Região	Infraestrutura		Capital Humano		Renda e Trabalho	
	2000	2021	2000	2021	2000	2021
Norte	0,594	0,232	0,668	0,278	0,449	0,381
Nordeste	0,403	0,199	0,626	0,301	0,524	0,455
Sudeste	0,397	0,272	0,406	0,170	0,332	0,281
Sul	0,213	0,187	0,419	0,156	0,308	0,196
Centro-Oeste	0,402	0,281	0,481	0,192	0,343	0,248

Fonte: Ipea

Nota-se que nas três dimensões ocorreram melhoras significativas em que se percebe uma diminuição da vulnerabilidade social. Vale destacar algumas áreas em que esses avanços foram mais salientes, como na região nordeste em relação tanto à infraestrutura quanto ao capital humano e na região sul ao capital humano.

É válido reforçar que a dimensão da infraestrutura é composta pelos seguintes indicadores: coleta de lixo, água e esgotos inadequados e tempo de deslocamento casa-trabalho. Já a dimensão de capital humano é composta por: mortalidade infantil; crianças 0 a 5 anos fora da escola, não estudam, não trabalham e baixa renda; crianças de 6 a 14 anos fora da escola; mães jovens (10 a 17

anos); mães sem fundamental mais filhos até 15 anos; analfabetismo e crianças em domicílio em quem ninguém tem o fundamental completo (IPEA, 2023).

Brito, Pontes e Frota (2018) identificaram em sua pesquisa que a pobreza é um fator de risco para o desenvolvimento infantil, influenciando de forma negativa as condições de saúde, educação, dificultando o acesso às oportunidades. Nesse sentido, e referindo a Tabela 2, pode-se relacionar que a dimensão renda e trabalho não sofreram uma mudança que possa impactar de forma significativa a população na questão socioeconômica gerando dificuldades em outras áreas.

Mesmo avaliando o impacto positivo da transferência de renda, como Araújo e Flores (2017) revelaram em sua pesquisa, que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi significativo na redução da pobreza em diferentes regiões do Brasil. É inegável que esse programa tem sido uma peça fundamental no quebra-cabeça da luta contra a desigualdade social em nosso país.

Ainda sobre os programas de transferência de renda, Castro *et al.* (2009), referem que o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa para garantir uma renda mínima. Emerique (2013) expõe que o Cadastro Único é um instrumento que tem como objetivo coletar os dados de todas as famílias de baixa renda. Reforçando, Paes de Barros, Carvalho e Mendonça (2009) ressalta a importância do CadÚnico para a realização do diagnóstico da pobreza e principais carências. Anos após sua criação é possível afirmar que o Programa Bolsa Família (PBF) reduziu a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25% (DE SOUZA, *et al.*, 2019), sendo verificada sua eficácia em relação à superação da pobreza em parte da sociedade (AMARAL, MELO, OLIVEIRA, 2015; CALGARO, 2016; GUADAGNIN, NETO, VIANNA, 2019).

A vulnerabilidade social perpassa diversas políticas públicas. Conforme Souza e Leite Filho (2008), a mortalidade infantil é um reflexo do estado de saúde e desenvolvimento socioeconômico da população, bem como da eficácia das políticas públicas relacionadas à saúde, educação, saneamento, distribuição de renda e geração de recursos financeiros.

O Brasil enfrenta uma crise socioeconômica atingindo, com fulcro, os mais desfavorecidos da sociedade, os quais vagam no mundo do trabalho informal e dos subsalários. Essa triste realidade é mais acentuada nas grandes cidades e nos Estados do Norte e do Nordeste. Esse cenário de desigualdade vem se intensificando, principalmente quando se avalia o mercado de trabalho e nota-se o crescimento da informalidade (SILVA, 2020).

A avaliação dos fatores de saneamento e habitação, bem como da infraestrutura urbana, é fundamental para aprimorar as condições sociais. Afinal, o esgoto sanitário mal gerenciado, a presença de lixo e a água contaminada têm efeitos negativos na saúde pública e no meio ambiente, além de afetar a qualidade de vida, o bem-estar social e a luta contra a desigualdade. É preciso encarar esses desafios com seriedade e comprometimento (MENDES *et al.*, 2020).

Ainda, as políticas públicas voltadas à inclusão social, tais como saneamento básico, educação, planejamento familiar e incremento de renda, constituem os principais recursos para mitigar as elevadas taxas de mortalidade infantil e, conseqüentemente, elevar a qualidade de vida e o bem-estar de toda a comunidade (SOUZA E LEITE FILHO, 2008).

Sen (2010) ressalta as conseqüências das privações e a importância do desenvolvimento das liberdades para o desenvolvimento das pessoas. Ele não nega que o baixo nível de renda se relaciona com o analfabetismo e as más condições de saúde, fome e subnutrição, mas argumenta que há outras influências sobre as capacidades básicas e liberdades efetivas que o ser humano pode desfrutar. Partindo disso, e pensando na erradicação da pobreza, Siqueira e Machado (2019), defende que ela possibilitaria a liberdade substantiva do indivíduo, pois as facilidades econômicas propiciariam a utilização de recursos para produção e consumo, bem como, as oportunidades sociais auxiliariam na prática de uma vida saudável, influenciando a participação nas esferas sociais e políticas.

A Tabela 3 relaciona as dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, sendo a longevidade, educação e renda.

Tabela 3 – Dimensões do IDHM nas Regiões Brasileiras

Região	Longevidade		Educação		Renda	
	2000	2021	2000	2021	2000	2021
Norte	0,762	0,811	0,375	0,699	0,610	0,657
Nordeste	0,739	0,797	0,380	0,702	0,585	0,650
Sudeste	0,827	0,843	0,569	0,799	0,733	0,762
Sul	0,827	0,848	0,535	0,769	0,712	0,762
Centro-Oeste	0,812	0,836	0,492	0,774	0,713	0,750

Fonte: Ipea

Nota-se que a dimensão com maior crescimento foi a educação, tendo grandes avanços nas cinco regiões brasileiras. Guadagnin, Neto e Vianna (2019) reforçam que o Programa Bolsa Família é efetivo para enfrentar a pobreza e a desigualdade social, pois facilita e amplia o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social.

Relacionando a Tabela 2 com a Tabela 3 na questão da dimensão de educação e capital humano, verificou-se os índices, nas regiões norte e nordeste, referente a crianças de 0 a 14 anos que não frequentavam escola, mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, crianças que vivem em domicílio com nenhum morador que tenha ensino fundamental completo, sofreram uma queda significativa.

Uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família é a permanência das crianças na escola, o que, com certeza, influencia na frequência delas em sala de aula. Corroborando, Nazareno e Tortatto (2019) referem que as condicionalidades tem como objetivo quebrar com o ciclo intergeracional da pobreza através do acesso às políticas públicas como educação e saúde.

Ainda, Oliveira *et al.* (2013) reforçam que mesmo que seja para a obtenção de uma renda mínima, o comprometimento das famílias com o acompanhamento da saúde e educação dos filhos se intensifica. Vale destacar que o Programa Bolsa Família se restringe, exclusivamente, à cobrança da frequência escolar, o que se torna insuficiente para a saída da pobreza (SANTOS E PIRES, 2018).

Outro ponto a se destacar é a questão da renda em que ocorreu melhora em todas as regiões. Mesmo as regiões Norte e Nordeste sendo as menores taxas em relação ao IDHM renda, foram as regiões com maiores crescimento, sendo 34% e 50% respectivamente o aumento da renda *per capita*. Mas, percebe que mesmo com um aumento exponencial, as duas regiões ficam bem abaixo ao que se refere a questão econômica familiar.

Dalto, Pires e Aguiar (2021) em estudo realizado em todo território brasileiro avaliando principalmente o Índice de Desenvolvimento como Liberdade – IDL, revelaram um país com uma grande disparidade socioeconômica entre as regiões, sendo o Norte e Nordeste os mais vulneráveis em termos de desenvolvimento.

Conclusões

O presente artigo traz como proposta avaliar os programas de transferência de renda no quesito de garantia de direito. Sabe-se que o Brasil é um país com muita desigualdade social e cada região brasileira tem aspectos peculiares em relação ao seu território. A política de Assistência Social é voltada para garantir os direitos dos cidadãos e uma das formas de garantir esses direitos é através dos programas de transferência de renda.

Através da pesquisa realizada identificou-se, com base nos Índice de Vulnerabilidade Social – IVS e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, que os programas de transferência de renda auxiliam a população em vulnerabilidade social gerando impactos significativos no que diz respeito à renda, trabalho, capital humano, educação, expectativa de vida, entre outros.

O estudo identificou que as regiões Norte e Nordeste tiveram uma melhora significativa em relação a diversos índices no período estudado (2000/2021), mas mesmo com esse avanço ainda ficam distante das regiões com menor vulnerabilidade. Nesse sentido é importante pensar nas dinâmicas desses territórios em relação à vulnerabilidade social, nas dificuldades que essa população possui nas questões básicas de saúde, educação, moradia, trabalho, entre outros.

De fato, que o Programa Bolsa Família - PBF e o Benefício de Prestação Continuada – BPC são programas extremamente eficazes no sentido transferir uma renda mínima. Da mesma forma que as condicionalidades do PBF são importantes para que as famílias cumpram com seu papel no sentido de garantir educação e saúde para seus filhos. O que está presente principalmente na questão da educação, representando uma melhora nos índices aqui expostos.

Além do avanço na questão da educação, outra dimensão significativa foi a infraestrutura nas regiões norte, nordeste e centro-oeste em que ocorreu diminuição da vulnerabilidade social. É válido salientar, pois essa é uma dimensão que leva em consideração a questão da coleta de lixo, água e esgoto e tempo de deslocamento casa-trabalho, aspectos importantes a serem avaliados quando se estuda a vulnerabilidade social, visto a influência deles no cotidiano das pessoas.

É relevante pensar que quando ocorre uma melhora na questão de saneamento básico, isso pode proporcionar uma melhora na qualidade de vida da população nesse território, pois irá impactar tanto na questão da saúde quanto no bem estar. Além disso, é de se considerar que esses fatores são importantes no sentido de garantir o direito das pessoas, pois para as pessoas se sentirem empoderadas para buscar os seus direitos, elas precisam sentirem-se bem no território em que vivem.

Uma lacuna do estudo é lincar os índices estudados com outros índices, bem como, com as realidades territoriais das regiões brasileiras. É importante que, em um próximo estudo, seja avaliado a questão das diferenças urbanas e rurais, pois essas são características que interferem de forma direta no acesso aos direitos sociais e oportunidades, influenciando a questão da vulnerabilidade social.

Outro ponto a ser questionado é a qualidade de vida a longo prazo. Como é avaliada a questão da educação, sabendo-se de toda a mudança que ocorreu em relação a reforma na educação, é se realmente esse avanço na área da educação é, de fato uma melhora na qualidade de ensino e aprendizado ou apenas uma forma de melhorar os índices educacionais do país.

À luz dos achados, conclui-se que, os programas de transferência de renda geram resultados positivos na qualidade de vida das famílias beneficiárias, sendo um importante conquista na questão de garantia de direito. Mas, o Brasil ainda tem muito a caminhar no sentido de garantir uma vida digna a toda a população em relação à educação, saúde, moradia e trabalho digno. Nesse sentido, indica-se um estudo em relação aos trabalhos sociais desenvolvidos para a população em situação de vulnerabilidade social, integrando com os índices estudados.

Referências

- AMARAL, T.M. DE R.; MELO, E.M. DE; OLIVEIRA, G.L. Comparação do perfil de idosos ativos e não ativos do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v.18, n.2, p. 351-360, jun.2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/5DwRgtrzdG58njdFTb3tty/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A%20faixa%20et%C3%A1ria%20de%2060,e%20a%20mediana%2C%2067%20anos>. Acesso em Maio 2023.
- ARAÚJO, V., FLORES, P. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 63, p. 159-182, 2017
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em Maio de 2023.
- BAPTISTELLA, Juliana, SOUZA, Solange, FERREIRA, Carlos. Queda na desigualdade de renda das macrorregiões brasileiras: a participação dos programas de transferência monetária no período 2001-2009. In: CODE, CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, II, 2011, Brasília, **Anais**, Brasília, Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo31.pdf>. Acesso em Maio de 2023.
- BASTOS, P.M.A., MATTOS, L.B., SANTOS, G.C. Determinantes da pobreza no meio rural brasileiro. **Revista de Estudos Sociais**, v.20, n. 41, p. 4-30, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/6163/pdf>. Acesso em Maio de 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em Maio 2023.
- BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em Maio 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf Acesso em Maio 2023.
- BRITO, R.F.G.; PONTES, H.P.; FROTA, M.A. Um retrato da primeira infância em situação de pobreza. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 4, p.1-8, dez. 2018. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/8766>. Acesso em: Maio de 2023.
- CALGARO, C. O programa bolsa família e a teoria da justiça de John Rawls: a emancipação e a autonomia dos beneficiários. **Revista Eletrônica Direito e Sociedades – REDES**, v.4, n.2, nov. 2016. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/2318-8081.16.26>. Acesso Maio 2023.
- CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **Caderno CRH**, 10(26), n. 26-27, p. 19-40, jan-dez 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>. Acesso em: Abril 2023.

CASTRO, H. C. DE O. DE *et al.* Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, v. 15, p. 333–355, 1 nov. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/ZsSgBnxGs9jJNWnBYz8Tz4Q/?lang=pt>. Acesso em Maio 2023.

CARMO, M. E. DO; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, 26 mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv>. Acesso em Maio 2023.

DA CUNHA, J.P.; ARRUDA, G.C.M. Desenvolvimento humano sustentável no semiárido do nordeste do Brasil: da constitucionalização à efetivação dos direitos sociais. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 39, n. 79, p. 139 – 168, nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/QLHY9mRy9qWzQwPyRkqNZCj/abstract/?lang=pt>. Acesso em Maio de 2023.

DE SOUZA, P.H.G.F. *et al.* Os efeitos do programa bolsa família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Brasília: IPEA, 2019 (Texto para Discussão, 2499). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf. Acesso em Maio 2023.

DALTO, K.K.S., PIRES, M.M., AGUIAR, P.C.B. Desenvolvimento como Liberdade no Brasil. **Sociedade e Natureza**, v. 33, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/bS63HTR9hKK3FYhdGTD3NGb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em Maio de 2023.

EMERIQUE, L.B.; Considerações sobre a orientação das Políticas Públicas de Combate à Pobreza na perspectiva de Direitos Humanos. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v.13, n, 13, p. 198-213, janeiro/junho 2013. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/347/305>. Acesso em Maio 2023.

FAHEL, M. *et al.* O impacto do Bolsa Família na inclusão educacional: **SER Social**, v. 14, n. 30, p. 98 – 126, Set. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275716461_O_Impacto_do_Bolsa_Familia_na_Inclusao_Educacional_analise_da_matricula_escolar_em_Minas_Gerais. Acesso em: Maio 2023.

FRANCHIKOSKI, S.C., CESCO, S. Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 1, p. 107-130, fev-mai 2017. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-1_05_programa_bolsa_familia. Acesso em Maio 2023.

GUADAGNIN, E.; MOREIRA NETO, P.R.; VIANNA, P.V.C. Bolsa Família: potencialidades e desafios na indução de políticas públicas a partir dos territórios. **Barbarói**, n. 55, p. 31 – 56, dez. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/13971/0#:~:text=Resumo,exclus%C3%A3o%20social%20das%20fam%C3%ADlias%20acompanhadas>. Acesso em: Maio de 2023.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357–363, abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tw4jYGw65NMVCC4ryKNKzPv/abstract/?lang=pt>. Acesso em Maio 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em Maio 2023.

MEIRA, F.L., ALBINO, J.P. A Inovação Social como ferramenta de combate à Vulnerabilidade Social. 1. Edição. Marília/SP: Ed. Dos autores, Inova Cps, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/235971>. Acesso em Abril de 2023.

MENDES, W. A. *et al.* Desenvolvimento humano e desigualdades regionais nos municípios brasileiros. **Latin American Research Review – LARR**, Flórida/EUA, v.55, n. 4, p. 742-758, 2020.

MOSER, C. O. N. The asset vulnerability framework: Reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, v. 26, n. 1, p. 1–19, jan. 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/8934518/The_asset_vulnerability_framework_Reassessing_urban_poverty_reduction_strategies. Acesso em Abril 2023.

NAZARENO, B.R.DE; TORTATO, C.D.S.B. Gênero e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Pontal do Paraná. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v.8, n.1, p. 02, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/9650>. Acesso em: Maio de 2023.

OLIVEIRA, S.M. *et al.* Condicionais e Proteção Social no Programa Bolsa Família. **Revista Desenvolvimento Social**, v.1, n. 9, p. 15 – 23, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1752/1886>. Acesso em Maio de 2023.

PAES DE BARROS, R.; CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. Sobre as utilidades do Cadastro Único. Brasília: IPEA, 2009. (Textos para Discussão 1414). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2653/1/TD_1414.pdf. Acesso em Maio 2023

PALMA, A; MATTOS, U.A. de O. Contribuições da Ciência pós-normal à saúde pública e a questão da vulnerabilidade social, **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. VIII (3), 567-90, set-dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/GFgQjxZVCYWrV3W6pyf8xCP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em Abril de 2023.

Política Nacional de Assistência Social – **PNAS/2004**; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em Maio 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - **PNUD**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idhm#:~:text=Como%20%C3%A9%20calculado%20o%20IDHM,pela%20sa%C3%BAde%2C%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20renda..> Acesso em Maio 2023.

SANTOS, L.; PIRES, A. Percepções dos gestores de escolas públicas municipais de Campinas – SP sobre o Programa Bolsa Família. **Comunicações**, n. 2, v. 25, p. 43 – 58, jul. 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/3390>. Acesso em Maio de 2023.

SEN, Amartya. 2010. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, R.G.C. Pandemia e desigualdades socioespaciais no Brasil. O caso de Manaus, Amazônia. **Centro de Estudos Geográficos**, LV (115), p. 69-74, 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/20341>. Acesso em Maio de 2023.

SIQUEIRA, E.C.T.; MACHADO, C.A.A. Direito ao Desenvolvimento: agenda 2030 e a efetivação do objetivo fundamental de erradicação da pobreza no Brasil. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v.5, n. 2, p. 65 – 86, Jul/Dez de 2019. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadsp/article/view/5864/pdf>. Acesso em Maio de 2023.

SOUZA, T.R.V., LEITE FILHO, P.A.M. Análise por dados em painel do status de saúde no Nordeste Brasileiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, (5), p. 796-804, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/kLZ44scYVMPrRrXLLp7cQJnS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em Maio de 2023.

TECCHIO, A.; DE MARCH, K. C. A face feminina da pobreza no território meio Oeste Contestado, Santa Catarina. **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 41, p. 43 – 68, Ago. 202. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/59865/32376>. Acesso em Abril 2023.

VIGANÓ, C.; GAZOLLA, M. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Pato Branco/PR. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 4, p. 168 – 186, Out. 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1811>. Acesso em Maio 2023.

ZIMERMANN, C. R. (2009). O princípio democrático e constitucional da dignidade da pessoa humana e a existência do programa bolsa-família: apontamentos sobre direitos elementares dos cidadãos de baixa renda. *Revista Do Direito*, 128-140. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/763>. Acesso em Maio 2023.

GT 5. Decolonialidade: Histórias, Pessoas e Territórios



A EQUIDADE RACIAL ESTÁ PRÓXIMA DE SER ALCANÇADA? ANÁLISE SOBRE A DESIGUALDADE RACIAL NO SUL BRASIL

GARCIA, Gabriele Alves¹
GEVEHR, Daniel Luciano²

¹ FACCAT, gabrielegarcia@sou.faccat.br

² FACCAT, danielgevehr@faccat.br

Tema: Decolonialidade: Histórias, Pessoas e Territórios

Resumo: O presente artigo busca evidenciar o cenário da desigualdade racial. O objetivo geral é proporcionar uma investigação sobre os contextos históricos da desigualdade racial e a sobrevivência dos afrodescendentes em dois cenários: os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, possibilitando uma resposta para o seguinte problema: “A equidade racial está próxima de ser alcançada?”. Para isso, a metodologia utilizada foi baseada em pesquisas bibliográficas em artigos, livros, portais de estatísticas. Como resultado da pesquisa, notou-se grandes avanços nas políticas públicas para a diminuição da desigualdade racial, porém os dados estatísticos atuais, apontam que não é o suficiente para a superação da desigualdade racial. Neste sentido, a resposta para o problema: A equidade racial está próxima de ser alcançada? É não, pois a população negra precisa do apoio da população branca para a efetiva superação da desigualdade racial, caminhando para o cenário da equidade racial.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; História; Racismo.

Introdução

A desigualdade racial é discrepância social entre pessoas brancas e negras, dentro de vários ambientes. Segundo a OXFAM (2021), o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, principalmente entre ricos e pobres, sendo assim os negros ocupam a primeira posição e por isso não podemos ser chamados de um país de predominância pela democracia racial.

Com base nestas informações é preciso conhecer a realidade atual, possibilitando a contribuição para a superação desenvolvimento, com o propósito de alcançar o estágio de desenvolvimento, efetivamente. O artigo analisou na primeira parte o início da população negra, desde a vivência na África, a vinda ao Brasil por um regime de escravidão até o fim da abolição da escravatura, abordando todo o contexto.

Na segunda parte, foi explorado historicamente como a população negra reagiu com o fim da abolição e como os movimentos sociais, principalmente o Movimento Negro Unificado, foi importante para a reinserção dos negros na sociedade, com contribuições evidentes até os dias atuais.

Na terceira parte será abordado sobre os dados estatísticos sobre população, educação e violência, analisando de duas regiões distintas, mas que são primordiais nos estudos sobre as relações étnicas-raciais e possuem um histórico contribuinte sobre a temática. Na quarta etapa da discussão foi abordado o histórico sobre cada região e em sequência uma síntese sobre a importância das pesquisas em ambos os territórios para o desenvolvimento da desigualdade racial. E por fim as considerações finais sobre os estudos explorados e abordados neste artigo.

1. Desenvolvimento do trabalho

Diante do contexto histórico, os africanos já se escravizaram na África, muito antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Mas a motivação e o processo de escravização totalmente diferente do que foi adotado na Europa e consequentemente abordado no Brasil Colônia (GOMES, 2017).

Antes de tudo, é importante evidenciar que o conceito de escravidão é marcado por um sistema de trabalho onde o indivíduo (no caso o escravo) é propriedade de outro indivíduo, este pode ser vendido, emprestado, etc. Sem encargo de qualquer direito e podendo também ser punido (GAREIS, 2012).

A maneira que tornava o indivíduo como escravo na África Subsaariana, era através de guerras entre vizinhos, quando um lado perdia, o vencedor capturava os indivíduos e os vendiam como escravos. Ou até mesmo ocorria o processo de escravidão a partir de invasão no território inimigo capturando indivíduos por crimes, fome, ameaças, débitos, etc. É importante frisar que esse comércio de escravos africanos era em proporções pequenas (GOMES, 2017).

Mas houve uma transição com a expansão muçulmana no século VII, pois foi a partir da ideologia de inferiorização da raça negra, criada por árabes, que os negros passaram a ser discriminados e vendidos no norte da África por mercadores muçulmanos. E logo em seguida, com a expansão europeia marítima e comercial, no século XV, que os portugueses passaram a ter acesso a relações de comércio com negociadores árabes, onde a procura dos portugueses era os africanos, oferecendo em troca tecidos, ferro, cavalos, etc. (PELÓGIA, 2013).

A principal motivação dos portugueses pelos escravos era inicialmente a mão de obra barata, sendo assim logo após as negociações, eram amarrados por elos de erro (forma de impedimento para fugir), e trazidos através de navios negreiros, em condições desumanas, causando muitas mortes inclusive.

[...] perdia-se, invariavelmente, 10% da carga, na melhor das hipóteses, e casos houve em que morreu a metade dos indivíduos transportados. Amontoados no porão, quando o navio jogava, a massa de corpos negros agitava-se como um formigueiro, para beber um pouco desse ar lúgubre que se escoava pela estilha gradeada de ferro. (MACEDO, 1974, p. 29).

Assim que desembarcavam nos portos, os homens escravos eram examinados como objetos, para verificação do estado do indivíduo, no caso do sujeito sem o pleno estado para a mão-de-obra, era vendido por preço mais barato a tropeiros, chamando então este sistema de tráfico interno de escravos. O mesmo processo de verificação era realizado com as mulheres escravas, mas o seu proveito era especialmente a reprodução, diferente dos homens, que o foco era na mão-de-obra principalmente nas plantações de café (MOURA, 1996).

Uma curiosidade importante, assim que chegavam nas fazendas, os senhores nomeavam os escravos pela seguinte forma:

a) Boçais: escravos que não falavam, não entendiam e desconheciam os costumes das novas terras;

b) Ladinos: escravos que aprendiam a língua portuguesa, entendiam os costumes da nova terra e desempenhavam funções determinadas;

c) Crioulos: Escravos que nasceram no Brasil e tinham a língua portuguesa como primeiro idioma, bem como constituía os padrões portugueses (LIMA, 2010).

Por mais cruel que considere atualmente, o escravo na época era símbolo de riqueza e poder, pois em caso de necessidade poderia ser vendido, como um produto no presente. Então quanto mais escravos os senhores tivessem, mais prestígio possuíam (GAREIS, 2012).

Estes senhores, por serem da classe dominante, justificavam essas condições e padrões impostos aos escravos, por ideias religiosas e racistas, bem como afirmavam através destes ideais a sua superioridade e os seus privilégios estabelecendo a diferença étnica como barreira social. Mas não era todos os escravos que se sujeitavam a estas ideias prescritas, houve muitas fugas, resistências e também revoltas durante o período de escravidão (CARNEIRO, 1988).

As saídas bem-sucedidas possibilitaram aos escravos a reconstrução de uma sociedade política, social e cultural, remetendo o parentesco que existia na África, regime reconhecido como quilombo (LIMA, 2010)

Inicialmente os quilombos foram construídos de forma modesta, pois eram somente esconderijos, o foco principal era a proteção de ataque dos portugueses sobre escravos fugitivos aglomerados. Mas com o passar do tempo houve a adesão de pessoas que eram indiferentes sobre o processo de escravidão, no qual acabaram auxiliando no custeio das construções, se tornando assim uma tropa de negros, lutando por liberdade (SOUZA, 2008).

O maior quilombo que representou este movimento, é o quilombo dos Palmares segundo Gareis (2012), liderado por Zumbi (último chefe do quilombo), sendo morto em 20 de novembro de 1965, e conseqüentemente o quilombo destruído. A data é comemorada nos dias de hoje.

Através destas resistências e apoio dos abolicionistas, foi iniciada a tomada de procedimentos efetivos para o fim do sistema de escravidão, promovido inicialmente pela Lei Eusébio de Queiros, em 1850, que possibilitou o encerramento de aquisição de escravos da África para o Brasil, após 15 anos, houve reforço novamente pelo fim da escravidão por pressões visto que, o Brasil era a única nação americana que mantinha a escravidão (LIMA, 2010).

Até que em 13 de maio de 1888, após ter recebido ao longo de três décadas quatro milhões de africanos como escravos, Princesa Isabel aboliu a escravidão, através da assinatura da Lei Aurea. Mas ainda há discussões sobre o processo de libertação dos escravos, visto que não houve um debate definitivo, sendo considerado a tomada de decisão da Princesa de uma forma emocional.

Comprovando-se através da preparação inexistente do governo a época sobre os procedimentos de reinserção dos negros, que poderia se transformado em uma reforma social, mas acabou por um desastre econômico. Após a abolição os escravizados, mesmo libertos, permaneceram na condição de escravos por falta de opção, visto que não houve a garantia de direito, somente o abandono racional e econômico.

Sendo assim, foram obrigados a se inseriram na população brasileira, se tornando ladinos, fomentando o surgimento da subcultura, pobreza e favela, remetendo todo o processo de escravidão, como diz o samba enredo da mangueira: “Livre do açoite da senzala, preso na miséria da favela.” (SILVA, 1988).

Portanto os negros não conseguiram se ver livres da discriminação racial, como a exclusão e miséria, devido a crença de que o Brasil só se desenvolveria se houve a eliminação do lado africano. Diante disso os escravizados se depararam com a fome, desemprego e dificuldades, estimulando a desigualdade social.

[...] ao longo do século XX, e principalmente a partir da década de 1930, a migração de negros e seus descendentes rumo às cidades cresceu cada vez mais. Eles geralmente desempenhavam as funções mais subalternas, uma vez que só alguns poucos afro-

brasileiros conseguiram se educar, prosperar nos negócios e ascender socialmente (SOUZA, 2008, p.125).

Constatando-se que a escravidão por ter sido uma força de trabalho motora, impulsionando o progresso das classes dominantes muito tempo atrás, se tornou essencial para o contexto de desigualdade entre os brancos e negros, considerada como desigualdade racial. A desigualdade racial na contemporaneidade está estampada nas mais diversas formas, podendo através da televisão, como os papéis das novelas, que negros sempre desempenham a função mais humildade ou de ladrão.

Ou até presente de uma forma oculta, consistente nas relações sociais, como nos comentários racistas, por exemplo: isso é serviço de negro. Isso demonstra como o preconceito oriundo da desigualdade racial, está presente na sociedade brasileira, inclusive estatisticamente.

2. Um destaque de reflexão: desigualdade racial

As desigualdades raciais não permitiram a reinserção do negro efetivamente na sociedade, comprometendo a ideia de uma país democrático racialmente, sendo igualitário a todos. Após a abolição, por conta da quantidade extensa de africanos trazidos, o Brasil estimulou a vinda de europeus, na tentativa de branquear o país. Com essa mistura de cores o Brasil definia a sua identidade nacional, baseando-se na democracia racial, que em resumo foi uma farsa, segundo Métraux (1999): “um exemplo de país onde as relações entre as raças são relativamente harmoniosas, todavia registra que ‘seria um exagero [...] afirmar que o preconceito racial é ignorado”.

Durante a ditadura militar, nos anos 1960 a 1970, era proibido qualquer forma de liberdade intelectual ou política, por isso os movimentos negros tinham uma dificuldade na organização, criando assim resistências. Mas no fim de 1970, houve a reorganização dos movimentos sociais, por melhores condições, entre eles o movimento negro buscando combater a discriminação racial no Brasil que inferiorizava os negros em diversos sistemas (HERINGER, 2002).

É importante ressaltar que para o movimento negro brasileiro, a raça, além de ser uma identidade social, é um fator determinante na organização dos negros em prol de um projeto de ação comum (DOMINGUES, 2003). Em 1989, um novo sistema político foi instaurado no Brasil, mas não houve a inclusão da população negra, sendo então cada vez mais discriminada. Em contrapartida, escravizados descendentes criaram grupos de movimentos de mobilização racial negra no Brasil (DOMINGUES, 2007).

Em seguida foi iniciada a imprensa negra, que era basicamente jornais elaborado por pessoas negras para tratar soluções sobre o racismo restaurado na sociedade brasileira, como por exemplo, denúncias sobre o regime de segregação racial, encontrado em várias cidades do país, na época.

O movimento negro brasileiro com o apoio da Frente Negra Brasileira (FNB), tornou-se em 1936 partido político, de modo que até então os negros eram excluídos de qualquer movimento político. Destaca-se que para alcançar votos, defendeu uma ideologia autoritária, onde o principal líder elogia em público o governo de Mussolini, na Itália, e Hitler, na Alemanha. Sendo recebida até por Getúlio Vargas, que atendeu algumas reivindicações, simbolizando o poder de permuta. Mas em 1937 com a ditadura do Estado Novo, a FNB foi extinta, bem como os demais movimentos sociais sendo esvaziados.

Os movimentos foram ressurgindo em 1944 na cena política, após a queda da ditadura vanguardista, com o Teatro Experimental do Negro (TEN). Com a inclusão de Abdias do Nascimento na liderança e com a proposta inicial de formar um grupo teatral somente com atores negros, mas acabou ampliando a ideia, instaurando a defesa dos direitos civis dos negros através de uma legislação anti-discriminatória no país.

Mas novamente, com a ditadura de 1964 o TEN foi praticamente extinguido, com Abdias do Nascimento exilado nos Estados Unidos. Bem como o movimento negro permaneceu em isolado politicamente entre 1945 a 1964, sem o auxílio de forças políticas. Retornou em ação somente em 1978 com o Movimento Negro Unificado (MNU), sendo promovido por inspirações as lutas dos direitos civis e a libertação dos países africanos.

Como contava com o apoio de diversos grupos e entidades negras, decidiram a partir de uma reunião a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) e como o primeiro ato público, foi promovido através de um protesto. Este protesto foi considerado como o maior avanço político da população negra, na luta contra o racismo, recebendo inclusive apoio de outros estados, possibilitando o progresso de reivindicações apontadas como básicas no Programa de Ação de 1982.

E a partir disso passou a adquirir visibilidade pública pela imprensa. Dentre suas reivindicações constava o termo negro, relacionado aos afrodescentes, excluindo a ideia de conotação pejorativa, também o acesso ao campo educacional como a revisão de livros mídias preconceituosas e bem como a reformulação de políticas. Em resumo, quanto mais o MNU avançava, mais mudanças ocorriam, baseada na promoção da identidade do negro, contendo o discurso em prol da negritude. Estes avanços principalmente no âmbito das políticas públicas, sobre a população negra, possibilitou a construção de princípios que condicionam a igualdade racial, como o acesso a serviços, melhores condições de vida e direitos. De forma que estas políticas continuam permanentes nas esferas políticas e em plena aplicação nos dias atuais.

Mas simultaneamente os indicadores afirmam que há uma necessidade de ações com cunho afirmativas que busquem a promoção da igualdade racial, no âmbito brasileiro. Pois, segundo Douglas Belchior (membro da Coordenação Geral da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe): “O jovem negro tem, hoje, oportunidades que seus pais não tiveram, mas isso não significa que elas sejam iguais”.

Ou seja, após anos de luta e resistência, que escravizados vivenciaram, para que somente seus netos e/ou bisnetos pudessem usufruir de uma condição de vida digna, ainda não pode ser considerado como eficiente no quesito de igualdade em relação a população branca.

3. História dos estados

Sobre o território brasileiro, será abordado neste artigo, duas regiões do sul do Brasil, sendo elas: Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois com base em estudos efetuados, o estado de Santa Catarina se tornou recordista em casos de injúria racial, no ano de 2021. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, este estado obteve o maior registro de casos no Brasil, com 2.865 violências, considerando uma média de 7,8 registros por dia.

Por outro lado, temos o Rio Grande do Sul, que assim como o estado de Santa Catarina possui pouca incidência de pessoas negras residentes no Estado, com esses dois pontos, fica evidente uma análise com diversos resultados. O Estado do Rio Grande do Sul, localizado entre 2000 km da capital brasileira, enquanto o estado de Santa Catarina posicionado a 1.613 km.

3.1 Santa Catarina

Com base na geografia da região, o estado é o menor do Sul do Brasil, pois possui uma extensão territorial de apenas 95,4 mil km², com 295 municípios e a Capital é Florianópolis. Dentro dos conceitos históricos, em 1515, o estado de Santa Catarina era chamado de “baía dos perdidos” por Juan Dias Solis, devido ao naufrágio de uma embarcação entre as águas da ilha do estado. Mas a sua primeira aparição no mapa-mundi acontece somente em 1529, com o nome próprio de Santa

Catarina, mas há uma divergência sobre esta nomeação, alguns dizem que é devido a homenagem de Sebastião Caboto, a sua esposa Catarina Medrano.

Outros dizem que o nome é uma reverência à Santa Catarina de Alexandria, celebrada pela igreja católica em 25 de novembro. Após diversas povoações, desde a população indígena no início até os portugueses, em 1739, o estado se tornou o posto mais avançado da América do Sul dos portugueses. Fazendo com que os imigrantes alemães chegassem na região em 1829 e os italianos em 1877, onde implantaram diversas colônias.

Com a Revolução Farroupilha em 1839, possuindo como o objetivo de separação e transformação de Santa Catarina em República, não foi possível a conclusão, pois em 1845 houve a derrota dos farrapos.

3.2 Rio Grande do Sul

Atualmente o Rio Grande do Sul possui 497 municípios com uma população total de 11.466.630 pessoas e sua área total é de 281.707,151 km². E tem por limites os estados de Santa Catarina, Argentina e Uruguai além do Oceano Atlântico. Bem como IDH (Índice de desenvolvimento humano) em 0,746.

O período de formação foi marcado no século XIX, fruto de disputas militares entre Portugal e Espanha pela Colônia de Sacramento no século XVII, pois de certa forma o território em si, em partes pertencia a Portugal e outra parte à Espanha (IBGE, 2017). Constituída socialmente no século XIX, mas a falta de adesão ao trabalho livre (antigamente escravo) pelos imigrantes, acarretou na falta de mão de obra, pois os imigrantes não queriam trabalhar ao lado dos escravos, pois se sentiam-se superiores.

Estabeleceu-se a colonização não ibérica, com o objetivo de formar classes médias rurais, excluindo a tradição escravista, como forma de se contestar o poder dos latifundiários.

Em resumo, por mais que não possua uma grande população negra residente nos estados, ainda se encontram um possível vestígio na tratativa de melhores condições para as pessoas negras das regiões, visto que os estudos e pesquisas apontam estes resultados, principalmente no âmbito educacional, apresentando um caminho para a desigualdade racial.

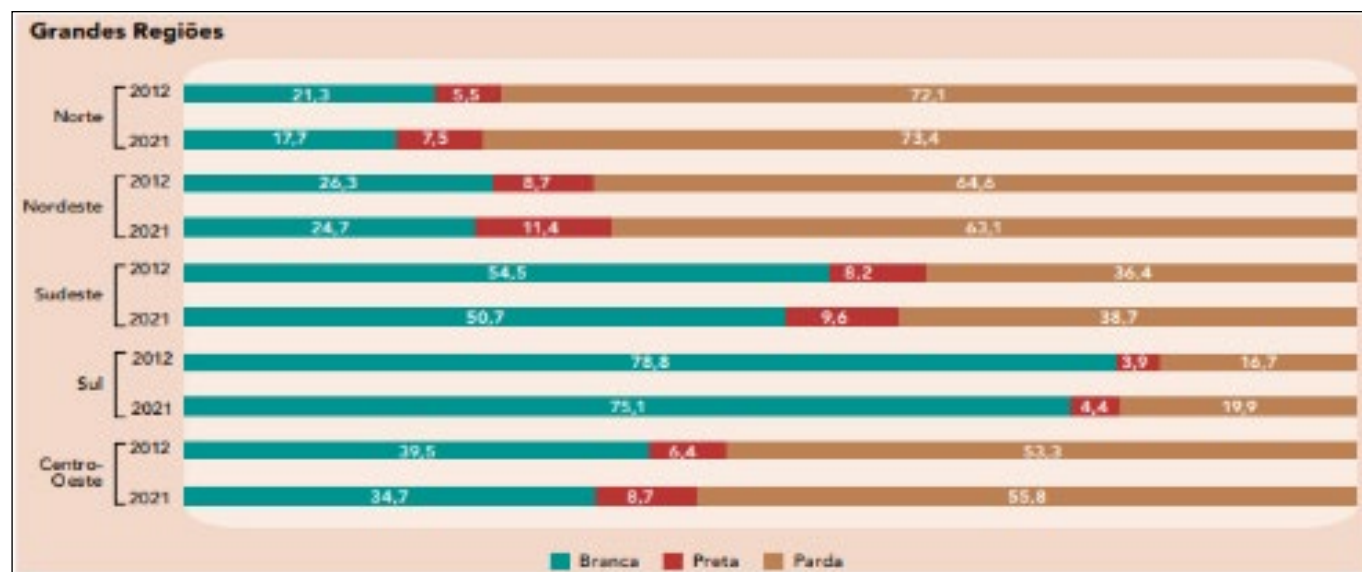
Mas isso é um possível vestígio na tratativa de melhores condições para as pessoas negras da região, visto que os estudos e pesquisas apontam estes resultados, principalmente no âmbito educacional, apresentando um caminho para a desigualdade racial.

4. Dados da desigualdade racial no sul do Brasil?

Diante deste cenário, foi realizado um estudo através do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em conjunto com o Relatório técnico do panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul e o Atlas da Violência do ano de 2021, com base nisso foi identificado os seguintes dados:

4.1 População

Figura 1



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021

A Figura 1 mostra a relação das populações entre os estados pesquisados, identifica-se que na região sul houve uma diminuição de 3% sobre a autodeclaração de pessoas brancas, entre 2012 a 2021, por outro lado houve um aumento total 3,7 % de pessoas que se autodeclaram negras (pretas e pardas).

Figura 2

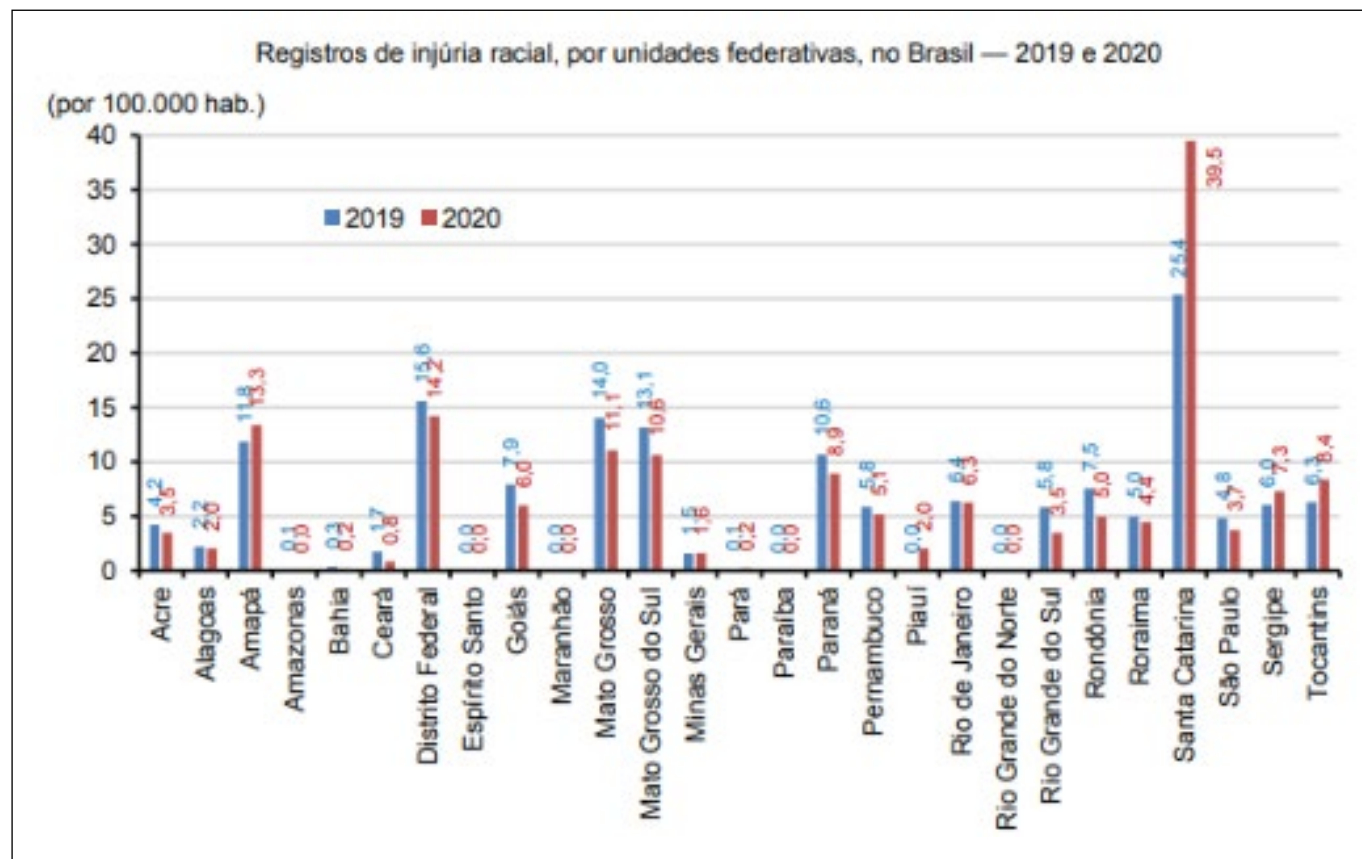
Tabela 6408 - População residente, por sexo e cor ou raça		
Variável - População (Mil pessoas)		
Ano - 2021		
Sexo - Total		
Unidade da Federação	Cor ou raça	
Santa Catarina	Total	7.327
	Branca	5.971
	Preta	345
	Parda	1.011
Rio Grande do Sul	Total	11.446
	Branca	9.251
	Preta	620
	Parda	1.575

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual: tabela 6408 -população residente, por sexo e cor ou raça.

Na Figura 2, representa em números específicos, os dados que constam na Figura 1, demonstrando que em população residente, o maior número de pessoas é o Rio Grande do Sul. Até porque a extensão territorial de SC é 95.346 km², em 2021.

4.2 Violência

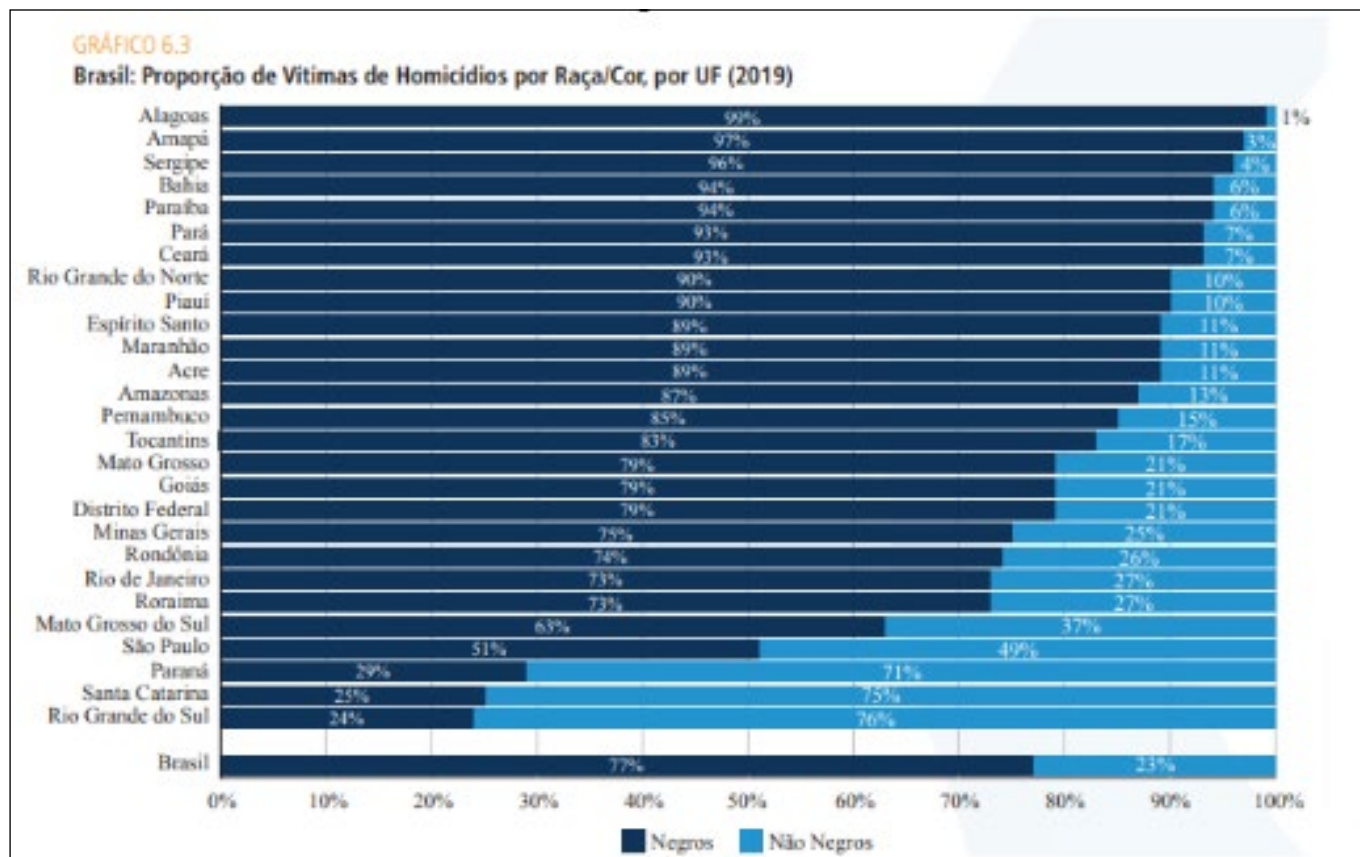
Figura 3



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (ANUÁRIO..., 2021, p. 81).

Dentro destas perspectivas, é importante ressaltar os dados sobre a violência, visto que estão sempre em constante evidência nas mídias. Na Figura 1, temos dados positivos, por outro lado, na Figura 3 constata-se que pesquisas sobre violência, relacionada a injúria racial, neste sentido o estado de Santa Catarina se destaca nos anos de referência (2019 e 2020). Já o estado do Rio Grande do Sul apresenta uma redução de 2,3% de 2019 para 2020 sobre os casos de injúria racial, o que significa um aspecto positivo para a população do território.

Figura 4



Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Sobre o indicador de violência, relacionada à proporção de homicídios, do ano de 2019, os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, demonstram a menor proporção de vítimas negras, em relação a todo o Brasil, que chega a 77%. Por outro lado, a maioria das vítimas de homicídios são com populações não-negras, ou seja, brancos e indígenas. Mas isso ocorre devido às regiões possuírem maiores populações não-negras, segundo o IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – (PNAD, 2005) o estado de Santa Catarina possui 11,7% da população negra, enquanto o Rio Grande do Sul 15,5% sendo que a nível Brasil soma-se 49,4% da população negra.

5. Desigualdade racial: existe caminho para o fim?

Por mais que a abolição da escravidão tenha sido tratada somente há 134 anos e as reivindicações por anos de luta e resistência dos movimentos negros, acabaram por fim sendo implementadas. Os dados abordados anteriormente são recentes, possibilitando identificar que os negros somente após décadas estão conseguindo reinserir-se na sociedade novamente principalmente através da educação, como consta na Figura 4.

Em contrapartida os dados sobre a violência contra negros/pardos saem em disparada, o que evidencia a importância de discutir sobre a desigualdade racial, bem como a discriminação, conforme menciona Tatiana Silva (coordenadora de Igualdade Racial do Ipea):

Temos uma série de reconhecimentos das desigualdades, mas há problemas na adoção de políticas públicas, como a [...] pouca visibilidade das ações que por não serem integradas no seu planejamento, também não podem ser monitoradas. (SILVA, 2011).

Em outras palavras, afirma-se que há o reconhecimento da sociedade negra e até da população branca diante das desigualdades raciais, bem como as discriminações.

Necessitando, de uma atenção especial, por parte do estado, no tratamento de ações afirmativas, através das políticas públicas que efetivamente redefinem o problema da desigualdade. Pois como menciona Silva (2011), uma das adversidades é a baixa fiscalização desse sistema por parte dos agentes responsáveis.

No entanto, possuem-se um grande avanço por parte dos movimentos negros e seus representantes na tratativa no que tange preconceito e discriminação em agendas públicas. Consequentemente possibilitando a criação de programas de combate ao racismo em todos os níveis federais, bem como a adoção das cotas raciais nas universidades e serviços públicos.

Para o enfrentamento das desigualdades da população negra, este é o caminho certo, pois o Estado precisa se fazer presente efetivamente, demandando a junção de diversos modos de intervenção como o acareamento do racismo e valorização da população negra, em concordância com políticas sociais e afirmativas.

Porém, é importante mencionar que há opiniões públicas contrárias a implementação das ações afirmativas, segundo Santos (1997) resume: a) Isonomia: a política de ação afirmativa prejudica o direito de tratamento igual a todos; b) Mérito: na sociedade atual demanda de alta competitividade, se tornando inviável a renúncia de qualidade; c) Pobreza, como mencionado antes, as políticas devem ser tratadas no quesito de pobreza, abandonando o critério de raça. c) Miscigenação: se torna inviável a determinação de quem é preto ou branco, por conta do processo de miscigenação, impedindo a adoção de critérios específicos na inclusão de grupos beneficiados.

Estas opiniões dificultam o processo de desenvolvimento da população negra, em prol disso, Santos (1997), propõe uma nova perspectiva, baseada em estudos:

1. “Não é possível combater a enorme diferença entre brancos e negros no Brasil a partir de políticas universalistas. Somente se tratando diferentemente os desiguais pode-se alcançar maior igualdade entre os grupos.
2. É necessário aumentar a qualificação e as oportunidades dos setores negros da população. Isso permitirá não apenas incrementar o processo de inclusão da população negra na sociedade como possibilitará ao país ganhar em excelência, aumentando o número de pessoas capazes de desenvolver plenamente suas potencialidades. Hoje, somente um estrato pequeno da população está capacitado a competir e a desenvolver seus talentos.
3. É necessário implementar uma política específica para os negros independentemente da política de combate à pobreza. Em razão do seu alto grau de marginalização e baixa autoestima, uma política voltada aos mais pobres sem articulação com a questão racial não conseguirá alavancar os segmentos negros da população.
4. As políticas compensatórias ligadas à raça devem atingir tanto pretos como pardos, pois os dados socioeconômicos demonstram que as dificuldades educacionais e econômicas são similares para os dois grupos.” (SANTOS, 1997, p. 43-44)

De modo que permitiu ao Estado o estabelecimento de seu papel efetivo na sociedade, através da promoção da justiça social, criando legislações específicas que equiparem a população negra em todos os campos da sociedade brasileira.

Iniciando pela educação através da Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, adotada em 14 de novembro a 15 de dezembro de 1960, pela Conferência Geral da UNESCO, possibilitando a afirmação da Declaração universal dos direitos sobre o princípio de não discriminação e acesso de toda pessoa à educação.

Essa Declaração Universal dos Direitos possibilitou a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que regem o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica do Brasil, tornando o campo educacional responsável na luta contra o racismo dentro, nos dias atuais.

Na temática cultural, identifica-se o papel de Fundação Cultural Palmares no poder executivo, que reflete a visão questionável da cultura negra brasileira, agregando ações como: a construção de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em séries do ensino fundamental, promovendo a contribuição cultural dos afro-brasileiros na construção da nação; a parceria entre a TVE, a Fundação Cultural Palmares e o Ministério da Justiça para a divulgação de documentários com relatos sobre a vida e as ações de personagens negros de destaque na história do Brasil (1997); reavaliação dos livros didáticos distribuídos aos alunos do ensino fundamental de todo o país que continham preconceitos ou erros formais, discriminação de raça, cor ou gênero e adequação dos livros aos novos valorizando a pluralidade cultural do Brasil; preparação de programas especiais da TV Escola para promover a valorização da etnia afro-brasileira, contemplando temas com os aspectos positivos de uma sociedade pluriétnica e pluricultural.

Assim como no campo do direito, onde o poder judiciário brasileiro tem o dever de assegurar em todas as instancias o cumprimento de regimentos constitucionais e legais que impedem a discriminação racial. Torna-se também indispensável o entendimento de que as políticas públicas de cunho afirmativo, não implementam de imediato a igualdade racial no âmbito brasileiro. Pois a desigualdade racial é um problema estrutural na sociedade.

Por isso é importante para o alcance da igualdade, ações de reconhecimento do racismo por toda população brasileira, pois quando há opiniões públicas que favorecem a desigualdade racial, interferem no processo de implementação das novas políticas públicas, originando um desamparo da população negra.

6. Conclusão

O artigo buscou abordar a desigualdade racial, promovido através da população negra, conhecendo a população desde seu histórico na África, até a vinda dos negros, para o Brasil no regime de escravidão.

Convém abordar esta temática principalmente após o reconhecimento da história negra trazida neste projeto e a importância da população negra na construção da sociedade brasileira, é necessária para a minimização da desigualdade racial, mas ao mesmo tempo desprezível pela sociedade a partir do seguinte argumento: “Os negros se escravizavam”, e isso realmente acontecia, mas com base em um contexto que é desvendado pelo artigo e por sinal, muito diferente do que acontecia no Brasil.

E trazendo essa realidade para os dias atuais, através dos dados estatísticos, analisados por duas regiões distintas que são importantes economicamente e historicamente, vimos que o processo histórico influencia muito ainda e que há soluções para a superação da desigualdade racial em nosso país, que já estão implementadas em vários âmbitos da legislação brasileira.

Sendo assim, a resposta para a questão problematizada: A equidade racial está próxima de ser alcançada? Ainda não é positiva, pois é necessário traçar um caminho para superar a desigualdade racial, através do reconhecimento do contexto histórico por parte da população majoritariamente não-negra, necessitando de mais estudos a nível nacional sobre os temas abordados neste artigo.

Referências

ARANTES, Marco Antônio. Loucura e racismo em Lima Barreto. **Espaço Plural**, v. 11, n. 22, p. 45-56, 2010. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/4833/3701/17669>. Acesso em: 18 abr. 2023.

OXFAM. Nós e as desigualdades. **Relatório da pesquisa de opinião Oxfam Brasil/Data-folha**. 2021. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/?_ga=2.57215017.248367475.1656357731-1781918952.1655237068&_gac=1.157566792.1656357762.CjwKCAjwquWVBhBrEiwAt1KmwkIVMfTKWZuj8zZgZD91j8UgRIaJZRXLfOBgAT7ucR-4z6GokVAuLWxoC_jsQAvD_BwE. Acesso em: 27 Junho. 2022.

CARNEIRO, M. L. T. **Preconceito racial: Portugal e Brasil-Colônia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CICONELLO, Alexandre *et al.* **O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial**. From Poverty to Power: how active citizens and affective states can change the worlds. London: Oxfam, 2008. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/1273e62faca593badd9c60c766cd22b1.pdf>. Acesso em: 24 Junho. 2022.

CHARÃO, Cristina. **O longo combate às desigualdades raciais**. Desenvolvimento, v. 70, p. 22-31, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711. Acesso em: 24 Junho. 2022.

COSTA, Gilberto. **Cresce total de negros em universidades, mas acesso é desigual**, Agência Brasil, Brasília, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual>. Acesso em: 08 de Julho. 2022.

DEBRET, J. **Açoite**. (Figura 2) Isto é, 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/mentiras-sobre-a-escravidao/>. Acesso em: 21 Junho. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt>. Acesso em: 23 Junho. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. TELLES, Edward. **Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Trad. Ana Arruda Callado, Nadjeda Rodrigues Marques, Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2003. Diálogos, v. 9, n. 3, p. 211-214. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41331>. Acesso em: 23 Junho. 2022.

Fundação SEADE. **Maior população negra do país**, 2005. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao.pdf>. Acesso em: 13 Out. 2022.

GARAEIS, Vitor. **A História da Escravidão Negra no Brasil**. Blog Continuando a aula de história, 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>. Acesso em: 21 Junho. 2022.

GOMES, S. **A escravidão na África, o cativo reinventado**. (Figura 1) Revista Appai Educar, 2017. Disponível em: <https://www.appai.org.br/o-cativo-reinventado/>. Acesso em: 21 Junho. 2022.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Cadernos de Saude publica, v. 18, p. 57-65, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sqxP3HJB58RwMKVHNPCdNyw/?lang=pt>. Acesso em: 21 Junho. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Características gerais dos moradores, 2020-2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf>. Acesso em: 13 Out. 2022.

____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**: tabela 6408 - população residente por sexo e cor ou raça (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408#resultado>. Acesso em: 13 Out. 2022.

____. **Rio Grande do Sul**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>. Acesso em: 27 Junho. 2022.

IPEA *et al.* **Atlas da Violência**, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em: 13 Out. 2022.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9164/1/Desigualdadesraciais.pdf>. Acesso em: 24 Junho. 2022

LIMA, Miguel. **A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro**. 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/3lima_miguel_nonografia.pdf. Acesso em: 21 Junho. 2022.

MACEDO, Sérgio D. T. **Crônica do Negro no Brasil**. Record: Rio de Janeiro, 1974.

PELÓGIA, Rosa. **A escravidão entre os próprios africanos. in: paraná**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.2. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_hist_pdp_rosa_aparecida_pelogia.pdf. Acesso em: 21 Junho. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do estado. **Panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul/Relatório Técnico**, 2021. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/18175612-relatorio-tecnico-dee-panorama-das-desigualdades-de-raca-cor-no-rio-grande-do-sul.pdf>. Acesso em: 13 Out. 2022.

SANTA CATARINA. Governo do estado. **Você sabia que SC tem uma “Baía dos Perdidos”? Confira algumas curiosidades sobre nosso Estado**. Conheça SC/História. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/historia>. Acesso em: 19 Out. 2022.

SARAIVA, Alessandra. **São Paulo continua sendo a maior metrópole do país, mostra IBGE**. Revista Valor econômico - Rio 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/25/sao-paulo-continua-sendo-a-maior-metropole-do-pais-mostra-ibge.ghtml>.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. Ática: São Paulo: 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5646089/mod_resource/content/1/%C3%81frica%20e%20Brasil%20africano%20by%20Marina%20de%20Mello%20e%20Souza%20%28z-lib.org%29.pdf. Acesso em: 04 Julho. 2022.

SANTOS, Hélio. **Ações afirmativas para a valorização da população negra**. In Sardemberg e Santos. *Parcerias Estratégicas*, vol. 1, no 4, dezembro de 1997. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/34/27. Acesso em: 04 Julho. 2022.

GT 6. Identidades, Gênero e Cultura



S.34°41'
W56°9'

ESCREVIVENDO SUBJETIVIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE PRODUÇÕES DAS IDENTIDADES DOCENTES LGBTQIAPN+ NO AMBIENTE ESCOLAR

VALANDRO, Jean Michel¹

¹ PUCRS, jeanmvalandro@gmail.com.br

Tema: Identidades, Gênero e Cultura

Resumo: O ambiente escolar tem sido largamente estudado enquanto lócus que impacta na construção da subjetividade docente, porém, pouco se fala dos indivíduos cujo gênero e sexualidade são dissidentes. Pensando nisso, objetivo compreender, através de práticas de escrevivência, de que maneira um grupo de docentes LGBTQIAPN+ constitui a suas subjetividades, considerando as agências das relações sociais de saber-poder no ambiente escolar. O movimento teórico-metodológico dar-se-á pela escrevivência, que conversa com a perspectiva pós-estruturalista adotada ao longo do trabalho. Ainda não há resultados finais, contudo, a discussão teórica já fornece pistas sobre a formação de corpos nos diferentes contextos sociais e a lente com que se enxerga (ou se negam a ver) as identidades de gênero e sexuais dos/as docentes.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Sexualidade; Escrevivências.

Abstract: School environment has been extensively studied as a locus that impacts teachers' subjectivity construction, however, people with dissident gender and sexuality are a topic little discussed. Thinking on this I aim to understand in which ways a group of LGBTQIAPN+ teachers constitute their subjectivities considering the agencies of the social relations of knowledge and power within the school through the production of *escrevivencias*. The theoretic-methodologic path whereby I walk is the *escrevivência*, which dialogues with the post-structuralist perspective adopted by along the research. I do not have yet final results, however, the theoretic discussion already provides me with clues about the body constitution regarding different social contexts and the lens with which society sees (or denies the existence of) teachers' gender and sexual identities.

Keywords: Education; Gender; Sexuality; *Escrevivências*.

Introdução

O ambiente escolar tem sido largamente estudado enquanto lócus onde se formam não somente os alunos, mas a partir do qual constitui-se, também, o educador, e em que este assume e vai definindo sua subjetividade que, inevitavelmente, mescla o sujeito docente com o indivíduo, a pessoa física. Contudo, o olhar hegemônico com que, via de regra, se olha para a figura do docente leva a crer que todos reagem de maneiras similares aos mesmos estímulos, às mesmas atitudes, às mesmas situações.

Considerando esse cenário inicial, a pesquisa em questão objetiva, de maneira geral, compreender, através de práticas de escrevivência¹, de que maneira um grupo de docentes LGBTQIAPN+ constitui suas subjetividades, considerando as agências das relações sociais de saber-poder no ambiente escolar. Já no âmbito específico, os objetivos do estudo aqui detalhado são: problematizar as normas sociais de produção de corpos, de gêneros e de sexualidades engendradas

¹ Escrevivência é um conceito fundado pela linguista e escritora brasileira Conceição Evaristo, que será explicado com o devido aprofundamento mais adiante.

pelos instrumentos de biopoder², observando de que formas elas se entranham nos processos de geração de subjetividades docentes; investigar como as relações de alteridade, tão potentes na constituição subjetiva dos indivíduos, se dão nos ambientes escolares entre professores/as LGBTQIAPN+ e seus pares externos à sigla; e verificar, por meio das escrituras, de que forma os discursos³ sobre as maneiras de ser e estar no ambiente escolar produzem os docentes.

Para alcançar tais objetivos, lanço-me a pesquisar em busca de responder à seguinte questão: de que maneiras as subjetividades de docentes LGBTQIAPN+ são perpassadas e produzidas pelas relações de saber-poder que se articulam no ambiente escolar? Contudo, ao pensar neste problema de pesquisa, não consigo separá-lo de outras questões que permeiam meu pensamento enquanto pesquisador: como se forma a subjetividade? Ela está mais o sentimento ou para o pensamento? Ou ambos? Sabendo da realidade de muitos indivíduos LGBTQIAPN+, a escola os acolhe ou trata-os da mesma maneira que a sociedade em geral? Como se dá sua existência na escola enquanto docentes?

Partindo desses questionamentos é que me direciono para a próxima seção, em que explico um pouco mais sobre a escolha por um método de pesquisa pós-estruturalista: a escritura. Além disso, nos parágrafos que seguem falarei mais aprofundadamente sobre um dos objetivos que já alcancei com a pesquisa teórica, que foi a problematização das normas sociais de produção de corpos.

Descrição do trabalho/pesquisa ou da Experiência

A pesquisa que proponho desenvolver caracteriza-se enquanto uma pesquisa-experimentação⁴ que se apoia na abordagem pós-estruturalista⁵, com ênfase no proposto pelas perspectivas pós-qualitativas. Estas últimas movimentam-se no sentido de chegar mais além do conhecimento, valorizando o documental, a provocação, aquilo que estimula um futuro sensorial em cuja trama encontra-se o performativo, o especulativo (COLEMAN, 2013), ou seja, não se atêm apenas ao dado, mas aquilo que ele suscita, dando ênfase à análise pautada na reflexibilidade do pesquisador.

Dessa forma busco traçar linhas de fuga do que se estabelece como verdade, dos olhos que fitam rigidamente, mesmo porque, quando se fala de subjetividade, não é verossímil tratar como certeza aquilo que apenas se pode assumir ao olhar a partir de determinada lente a complexa tessitura que é o outro. Esse caminho que pretendo percorrer opera como potência que suscita maneiras diferentes de fazer pesquisa, mas também demanda “coragem necessária para, em nossas metodologias, encontrarmos saídas contra o aprisionamento e a fixidez de sentidos, os essencialismos, o ‘é isso’ ou o ‘deve-se fazer assim’” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 32).

Assim, ao dissertar sobre a perspectiva pós-estruturalistas, não enxergo

- 2 Foucault define biopoder como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008b, p. 3).
- 3 Entendo, aqui, discurso como “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1986, p. 136).
- 4 Ao cunhar o termo pesquisa-experimentação não me refiro ao método experimental, já consolidado enquanto metodologia, mas sim ao fato de que esta pesquisa (e por extensão o pesquisador) propõe uma experimentação, ou seja, um pensar diferenciado no tocante à forma de coleta e processamento dos dados, no caso, que converse com a abordagem pós-estruturalista.
- 5 A abordagem pós-estruturalista é aquela que defende a necessidade de estudar tanto o objeto em si quanto os sistemas que o produziram para compreender plenamente o próprio objeto em questão.

nenhum critério que autorize alguém a selecionar esta ou aquela metodologia de pesquisa. Justo porque não é por tal ou qual método que se opta, e sim por uma prática de pesquisa que nos “toma” no sentido de ser para nós significativa. E como nos toma? Ora (e é aí que estamos a pleno no labirinto “pós”), cada prática de pesquisa é uma linguagem, um discurso, uma prática discursiva, que sempre está assimilada pela formação histórica em que foi constituída. Formação histórica esta que marca o lugar discursivo de onde saímos; de onde falamos e pensamos; também de onde somos faladas/os e pensadas/os; de onde descrevemos e classificamos a(s) realidade(s) (CORAZZA, 2007, p. 120-121).

Ao invés disso, o movimento de (re)imaginar os possíveis percursos de pesquisa permite “[...] alterar e questionar as normas do discurso científico que se consideram inquestionáveis a partir do destaque da experiência vivida, dos detalhes íntimos, da subjetividade e das perspectivas pessoais” (ELLINGSON; ELLIS, 2008, p. 450, tradução minha). Hernández-Hernández e Benavente (2019) reforçam essa afirmação-fissura quando concordam que estar receptivo a escrever, a fazer pesquisa de outras maneiras significa também olhar para formas diferentes de se representar determinada realidade que necessita ser (re)pensada e (re)formulada paulatinamente, enquanto também reconhecemos os caminhos que se transformam à medida que ela os percorre.

Resumidamente, o que me inclino a defender é a importância de uma forma menos fixa de pensar nas instâncias ontológica, epistemológica e metodológica da pesquisa, nas quais o pesquisador agiria mais como um indagador daquilo que encontra, a fim de transgredir a metodologia que se apresenta como mais dura. Tal perspectiva alimenta a escolha pela escrevivência, que se relaciona a uma prosa poética, a um escrever literário em que o eu-lírico – aqui chamado de entrevistado – deixa vaziar suas experiências de vida. Nesse nexos, e levando em conta o que estou propondo, parece-me inadequado que seja escolhida uma maneira de fazer pesquisa mais fixa, que deixa de lado a poesia que se produz enquanto se vive. Por isso escolhi “tomar um desvio, um atalho, um jardim que se bifurca [...]”. Só pelo agridoce prazer da experimentação, do inesperado e do imprevisível” (CORAZZA, 2004, p. 129). Dito isso, cabe detalhar também a escrevivência, que é o caminho e a materialidade a partir da qual operarei esta pesquisa.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também (EVARISTO *apud* DUARTE; NUNES, 2020, p. 11).

Inicialmente, a escrevivência apresenta-se como um conceito-experiência ligado a mulheres negras, como bem podemos contemplar na obra de Conceição Evaristo. Apesar disso, o uso de tal termo tem sido (re)utilizado por outras minorias sociais, a fim de dar espaço no meio acadêmico para que esses grupos manifestem suas vozes. A “autorização” para este deslocamento do termo no intuito de falar de outras realidades surge na fala da própria escritora e criadora do termo, quando ela afirma que estar ligado, a priori, às experiências de mulheres negras, “não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência” (EVARISTO *apud* SANTANA; ZAPAROLLI, 2020, texto digital).

Ainda, a escolha pela escrevivência está baseada no fato de que ela se insufla de uma dimensão ética quando assume “o lugar de enunciação de um eu coletivo, de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativa e voz, a história de um ‘nós’ compartilhado” (SOARES; MACHADO, 2017,

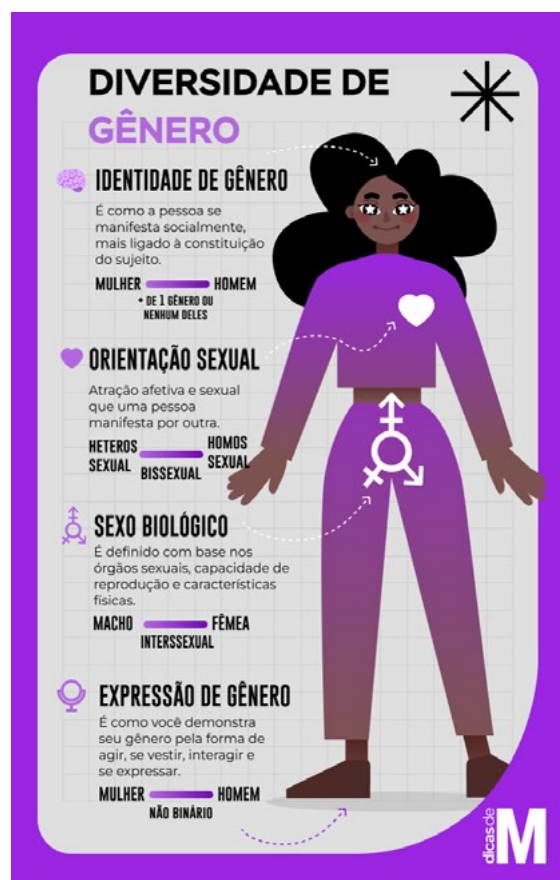
p. 207). Tal realidade está intimamente ligada à comunidade e/ou às vidas LGBTQIAPN+, uma vez que Butler (2016), estudiosa que “traduz” Foucault e também fala da Teoria Queer e do conceito de gênero como construto social, afirma que, ao contar a história de um sujeito LGBTQIAPN+, é certeza que se acaba referenciando, por conseguinte, os seus pares e/ou toda a categoria a que aquele sujeito pertence.

Dito isso, cabe destacar que a metodologia será desenvolvida seguindo alguns passos:

- **Seleção do grupo pesquisado:** o grupo pesquisado engloba seis (6) docentes que foram escolhidos por autoindicação ou por indicação de terceiros como potenciais participantes. O número restrito deve-se ao fato de que, ao analisar histórias de vida, como as escrevivências, é preciso ater-se aos detalhes mínimos e, nesse caso, um grande grupo, poderia gerar uma discussão rasa dos resultados. Além disso, o grupo é formado por pessoas de diversas expressões de gênero e sexuais, além de várias etnias;
- **Produção das escrevivências:** será feito, inicialmente, um grupo focal para a explicação da dinâmica, que é relativamente livre, visto que a escrevivência é um texto literário em prosa, mas que compreende contar a história através dos elementos simbólicos internalizados pelos sujeitos, ou seja, pelas lembranças que estão sedimentadas na memória emocional dos entrevistados. A ideia é que as histórias contadas falem dos processos de entrada no ambiente escolar como docentes e de experiências que permearam sua prática ao longo do tempo, falando sempre em como foi o tratamento e a percepção dos pares relativa aos entrevistados no tocante à sua expressão de gênero;
- **Análise dos textos recebidos:** a fim de analisar os textos, vou lê-los atentamente, destacando neles passagens que permitam analisar o indivíduo, mas também o grupo como um todo através de categorias. A triangulação de dados acontecerá a partir do meu conhecimento tácito enquanto pesquisador (incluindo possíveis passagens de um diário de campo que será mantido durante todo o processo), os recortes das escrevivências e teóricos que já tenho utilizado ao tratar de gênero, sexualidade e subjetividade nos capítulos do meu projeto de pesquisa.

Ainda, a fim de elucidar e introduzir alguns dos conceitos que serão tratados na sequência, apresento uma imagem que versa sobre diversas instâncias do humano, na tentativa de sintetizá-las a um nível que fique entendível em um âmbito geral.

Figura 1 - Termos relativos à diversidade de gênero



Fonte: Vischi (2022).

Resultados

A partir do estudo teórico, um importante ponto que devo destacar é que, normalmente, quando se fala em produção social de corpos e suas condutas, é imprescindível falar do projeto neoliberal brasileiro, que se alicerça em práticas coloniais e conservadoras. Isso porque o modelo socioeconômico em que estamos inseridos tenta, a todo custo, anular a sexualidade ou a identidade de gênero do/da docente a fim de torná-lo/a um indivíduo falsamente isento de ideais ou, ainda, objetivando pregar a hegemonia de uma única existência cis-heteronormativa binária que prevê deslegitimar a diversidade da existência humana. Assim, “a novidade da racionalidade neoliberal [brasileira] é criar o indivíduo que produz, controla e vigia, endivida e violenta a si mesmo” (DARDOT; LAVAL; GUÉGUEN; SAUVÊTRE, 2021, p. 12).

Além dessa questão, um dos resultados encontrados foi com relação ao entendimento biologicista com que muitos círculos sociais entendem as expressões (ou identidades) de gênero e sexuais. Nessa linha de pensamento, a produção de corpos tem como pilar central a **disciplina**, entendida enquanto ordem social, ou seja, o corpo, enquanto máquina biológica, precisa também estar a serviço de algo, ter utilidade (FOUCAULT, 2007). Essa agência do (bio) poder impõe relações de subjetividade e de utilidade que estão estruturadas dentro do conceito de disciplina supracitado, que funciona no viés da docilização de corpos, para que estes sejam socialmente aceitáveis (FOUCAULT, 2009).

Nessa lógica de utilidade, surgem também os corpos “desejáveis”, que na lógica neoliberal, conservadora e colonial são, preferencialmente, heterossexuais, afinal de contas, para manter a

engrenagem capitalista funcionando é necessária mão de obra, e o modelo heterossexual é visto socialmente como o único que produz prole e, portanto, colabora com mão de obra e consome cada vez mais. Sobre isso, Goellner (2009, p. 167) diz que “os corpos desejáveis são os magros, saudáveis, malhados, heterossexuais e jovens”, de modo que tudo o que não se enquadra nisso deve ser descartado, deixado de lado, repudiado com veemência, mesmo porque um corpo sem essas características de nada adianta, pois não alimenta o sistema capitalista.

Opostos a esses corpos, situam-se os “gordos, feios, andróginos, velhos, deficientes, flácidos, inaptos, sedentários, gays e tantos outros adjetivos que, ao serem nomeados, não expressam apenas uma diferença, mas, sobretudo, uma desigualdade” (GOELLNER, 2009, p. 168). Então, se esses corpos são indesejáveis, eles tampouco devem ocupar os espaços sociais, ou ganhar destaque de qualquer forma que seja, de modo que “[...] divididos nas cada vez mais numerosas categorias que a Modernidade tem incansável e incessantemente inventado [...] não podem, ou mesmo devem ser misturados, nas escolas, com os normais em ambientes escolares” (VEIGA-NETO, 2016, p. 23).

Em meus estudos, também entendi que foi na última década que diversas identidades sexuais ganharam mais espaço e tornaram-se tópico de discussão, como a demi, a trans, a pan e a assexualidade. Contudo, essas expressões sexuais dissidentes, isto é, que fogem à norma – que como vimos anteriormente preconiza a heterossexualidade –, quando adentram o ambiente escolar, na figura dos docentes, são suprimidas, ou mesmo tolhidas pelos discursos e ações de seus pares. Isso porque aceitá-las significaria o esfrelamento de todos os discursos de verdade que entendem o binarismo homem x mulher heterossexuais como a única forma de “normalidade” (SANTOS, 2010). Tais acontecimentos fazem-me entender que esses discursos que aqui menciono estão embebidos de um nexos que se engendra em relações de saber-poder que estão, inexoravelmente, fundadas em valores coloniais (LOURO, 2010; CONELL, 2016).

Outro resultado de minha interação com as diferentes teorias com que dialoguei foi o entendimento de que a subjetividade, mesmo quando fundada pelo processamento individual de acontecimentos que nos perpassam, está fundada concomitantemente em elementos coletivos (GONZÁLEZ-REY, 2003; 2011). Isso porque, em sua Teoria da Subjetividade, González-Rey defende que quem somos é constantemente (re)constituído com base em elementos históricos e culturais. Dito de outra forma,

a subjetividade individual se produz em espaços sociais constituídos historicamente, portanto, na gênese de toda a subjetividade social estão os espaços constituídos de uma determinada subjetividade social que antecedem a organização do sujeito psicológico concreto, que aparece em sua ontologia como um momento de um cenário social constituído no curso de sua própria história (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 205, tradução minha).

Nesse entendimento de como se forma a subjetividade, foi possível romper com os estudos que vinham sendo desenvolvidos, que estavam baseados na dicotomia de que o subjetivo tinha origem em elementos coletivos **OU** individuais. Com a quebra efetuada pelo pesquisador cubano, psicólogo, passou-se a entender que a subjetividade deixa-se afetar/perpassar por acontecimento individuais **E** coletivos/sociais.

Conclusões

Dado o exposto, concluo este recorte analítico que fiz de minha pesquisa em curso salientando que o estudo mais aprofundado de teorias que eu conhecia superficialmente e também de outras até então desconhecidas por mim ampliaram meus horizontes enquanto pesquisador. Pude traçar novas

relações, construir novos esquemas e entender como diferentes elementos sociais estão imbricados na produção de quem somos e como agimos.

Tendo alcançado meu primeiro objetivo – problematizar as normas sociais de produção de corpos, de gêneros e de sexualidades engendradas pelos instrumentos de biopoder, observando de que formas elas se entranham nos processos de geração de subjetividades docentes –, sigo caminhando para o atingimento das demais proposições. Mais que isso, em última instância, desejo instituir “um diálogo entre as diferenças, [buscando gerar] uma democratização das relações de poder e, finalmente, uma forma de suturar algumas das infinitas faces da expulsão social” (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001, p. 119-120).

Finalizo esta escrita destacando que “a primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la” (GALEANO, 2008, texto digital), e acrescento: pensar sobre ela. Nesse viés, acredito que as escrevivências são importantes ferramentas no sentido de que permitem que eu converse com outras formas de sentir, outras realidades e funcionam também como possibilidades de empoderar os diferentes indivíduos e resistir às relações de saber-poder que se abatem sobre os sujeitos dissidentes. Por essa razão, compreendo a necessidade de pensar sobre as práticas de “fabricação” de seres humanos (LOURO, 2010), com vistas a problematizar os “modos de ser e pensar lineares, hierárquicos e binários, fortemente predominantes na cultura ocidental” (VIANNA, 2002, p. 94).

Agradecimentos

Agradeço à minha professora orientadora, Bettina Steren dos Santos, pela liberdade com que me deixou escrever, pelo carinho ao tratar da minha escrita e pelos encontros teóricos que me inspiraram a falar sobre subjetividade. Além disso, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), porque sem o apoio desse órgão não conseguiria realizar o meu sonho de estar cursando a Pós-Graduação.

Referências

BUTLER, Judith. *Corpos que ainda importam*. In: COLLING, Leandro (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

COLEMAN, Rebecca. A sensory sociology of the future: affect, hope and inventive methodologies. **The Sociological Review**, v. 65, n. 3, 525-543, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/1467-954X.12445>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CORAZZA, Sandra Mara. *Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos*. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos I**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 135-131.

CORAZZA, Sandra Mara. *Plano de imanência para o currículo*. In: SILVA, Tomaz Tadeu; CORAZZA, Sandra Mara; ZORDAN, Paola (Org.). **Linhas de escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 127-205.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian; GUÉGUEN, Haud; SAUVÊTRE, Pierre. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. São Paulo: Elefante, 2021.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. Os nomes dos outros: reflexões sobre os usos escolares da diversidade. **Educação & realidade**, v. 25, n. 2, p. 163-177, jul. dez. 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/46855/29145>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ELLINGSON, Laura L.; ELLIS, Carolyn. Autoethnography as constructionist project. *In*: HOLSTEIN, James A.; GUBRIUM, Jaber F. (Eds.). **Handbook of constructionist research**. New York: The Guildford Press, 2008. p. 445-465.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 48. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

GOELLNER, Silvana Vilodre. O corpo como locus de identidade sexual e de gênero. *In*: XAVIER-FILHA, Constantina (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 165-173.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Lenguaje, sentido y subjetividad: yendo más allá del lenguaje y el comportamiento. **Estudios de Psicología**, v. 52, n. 3, p. 345-357, 2011. http://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/Lenguaje_sentido_y_subjetividad.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Sujeto y subjetividad**. México D.F.: Thomson, 2003.

HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, Fernando; BENAVENTE, Beatriz R. La perspectiva post-cualitativa en la investigación educativa: genealogía, movimientos, posibilidades y tensiones. **Educatio Siglo XXI**, v. 37, n. 2, pp. 21-48, 2019. Disponível em: <https://revistas.um.es/educatio/article/view/387001/268821>. Acesso em: 19 nov. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

SANTANA, Tayrine; ZAPPAROLI, Alecsandra. CONCEIÇÃO EVARISTO – “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. **Itaú Social**, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin. **Cartografias da transexualidade**: a experiência escolar e outras tramas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/pedagogia/dtranssexualesco.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, v. 17, n. 39, p. 203-219, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a02.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

VISCHI, Victória. As identidades de gênero não cabem na caixinha do binarismo. **Dicas de Mulher**, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.dicasdemulher.com.br/identidade-de-genero/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber, saber para excluir. **Proposições**, Campinas, v.12, n. 2-3, p. 22-31, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643993>. Acesso em: 19 nov. 2022.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 81-103, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jan. 2023.

GT 7. Saúde, qualidade de vida e bem-estar



S.34°41'
W56°9'

ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO EM SAÚDE: INTERFACE ENTRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO/RS

DELAZERI, Bárbara¹
WEIZENMANN, Jamile Maria da Silva²
OSTERKAMP, Guilherme³
RUTHNER, Bruna Zanoni⁴
ROSA, Jeandres Kauê Ernesto⁵
FREITAS, Alessandro Junior Fontela de⁶

¹Universidade do Vale do Taquari - Univates, barbara.delazeri@universo.univates.br

²Universidade do Vale do Taquari - Univates, jamielw@univates.br

³Universidade do Vale do Taquari - Univates, guilherme.osterkamp@univates.br

⁴Universidade do Vale do Taquari - Univates, bruna.ruthner@universo.univates.br

⁵Universidade do Vale do Taquari - Univates, jkersa@univates.br

⁶Universidade do Vale do Taquari - Univates, alessandro.freitas@univates.br

Tema: Saúde, qualidade de vida e bem-estar

Resumo: A pandemia de Covid-19, que afetou diariamente inúmeras famílias, trouxe riscos à vida, sobretudo àquelas que não têm condições de manter sua saúde protegida. A habitação tornou-se um ponto-chave no assunto, como um tema de grande relevância. Observa-se a relação entre a Saúde e a Arquitetura, uma vez que, ao promover o direito à moradia digna, auxilia-se a minimizar os problemas de saúde. Em 2020, uma iniciativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo/RS, lançou o programa “Nenhuma Casa Sem Banheiro” com objetivo de beneficiar famílias gaúchas de baixa renda com projetos de melhorias sanitárias. No Município de Lajeado o programa beneficia nove famílias em situação de vulnerabilidade social. O projeto de extensão universitária Habitar Bem ingressou como apoiador, possibilitando aos estudantes a participação efetiva, salientando a importância do diálogo com a comunidade e trazendo outras possibilidades em áreas de atuação do profissional de Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-chave: Habitabilidade; Melhorias Sanitárias; Moradia Saudável; Comunidade; Políticas Sociais.

Abstract: The Covid-19 pandemic, which affected countless families daily, has brought risks to life, especially those who are unable to keep their health protected. Housing has become a key point in the subject, as a topic of great relevance. The relationship between Health and Architecture is observed, since, by promoting the right to decent housing, it helps to minimize health problems. In 2020, an initiative of the Council of Architecture and Urbanism/RS, launched the program “Nenhuma Casa Sem Banheiro” with the aim of benefiting low-income families from Rio Grande do Sul with sanitary improvement projects. In the municipality of Lajeado, the program benefits nine families in situations of social vulnerability. The university extension project Habitar Bem joined as a supporter, enabling students to participate effectively, highlighting the importance of dialogue with the community, and bringing other possibilities in areas of activity for professionals in Architecture and Urbanism.

Keywords: Habitability; Sanitary Improvements; Healthy Housing; Community; Social Politics.

Introdução

A habitação e o direito à moradia digna são temas emergentes nas cidades. O contexto brasileiro na área da moradia de interesse social representa diversas questões merecedoras de análise tais como a qualidade ambiental das residências, a descontinuidade e precariedade das políticas públicas de habitação, a escassez de planejamento urbano aplicado aos municípios e o próprio déficit habitacional do país. Tais questões aliam-se ao fato de que a aplicação das políticas de habitação ocorre na escala municipal e envolve diferentes atores, poderes e interesses e pode promover a transformação territorial, além de melhoria na qualidade de vida da população.

Segundo dados revisados pela Fundação João Pinheiro no ano de 2019, o Brasil possui um *déficit* habitacional de 5,8 milhões de moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021). O estudo apresenta uma tendência alarmante de crescimento que resulta em consequências que impactam diretamente a população que mais necessita. Importante apontar ainda a existência do distanciamento entre os profissionais de Arquitetura e Urbanismo com o público que mais necessita de apoio técnico, na qual essa grande divergência já é reconhecida pelo meio acadêmico, que busca abordar o tema integrando aos *ateliers* de projetos arquitetônicos e em escala urbana, juntamente com os programas de extensão universitária.

Apesar de todas as conquistas legislativas frente a esta temática, não há garantias à população de baixa renda de que as políticas públicas sejam executadas sistematicamente no país. Portanto, ainda que haja o movimento constante para se consolidar o direito e o acesso à assistência técnica gratuita na prática, é predominante o número de famílias que vivem em condições inadequadas de moradia e o seu crescimento acelerado acentua-se a cada ano. Assim, destaca-se que a proteção do direito à moradia está disposta claramente na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), seguida por questões fundamentais, como a educação, a saúde, a alimentação, o lazer, a segurança e a assistência aos desamparados.

A aprovação de duas Leis foi considerada uma importante conquista na década de 2000, as quais objetivavam a promoção de cidades brasileiras mais justas e igualitárias a toda população. A Lei Federal 10.257/2001 (OLIVEIRA, 2001) é responsável por regulamentar os instrumentos de política urbana. Também há a Lei Federal 11.888/2008 (Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita) que é responsável por assegurar a assistência técnica pública e gratuita às famílias de baixa renda para projetos, construções, reformas e ampliação de habitações de interesse social. Estes instrumentos legais confirmam a integralidade do direito social à moradia a todos brasileiros (BRASIL, 2008).

No Brasil é expressivo o número de moradias que são implantadas em áreas irregulares e em sua maioria são ocupações informais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020). Encontram-se muitas vezes em áreas alagáveis das cidades ou até mesmo locais que possuem algum risco de deslizamento. As condições das casas que ocasionalmente são construídas pela própria família, sem amparo técnico e profissional, trazem à tona sérios problemas à segurança e à saúde dos moradores. Estes fatos revelam problemas que demandam atenção dos órgãos competentes, dos profissionais envolvidos e da população.

De modo geral, ao avaliar o impacto da maneira de habitar, observam-se problemas de saúde e de bem-estar decorrentes da inadequação da moradia, confirmando a necessidade da integração e trabalho multidisciplinar de profissionais da saúde e de áreas mais técnicas. Sendo assim, é possível promover debates e alcançar possíveis soluções frente a estes problemas. A Pandemia de Covid-19 trouxe à tona e salientou a problematização da moradia, trazendo como protagonistas a este debate os profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo. Desta maneira, os conhecimentos técnicos podem potencializar e complementar o trabalho dos profissionais da área da saúde.

A fim de promover a transformação nas comunidades vulneráveis, o governo brasileiro dispõe da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) com o propósito de ofertar melhorias em moradias e impactar a qualidade de vida da população que se encontra em situações de vulnerabilidade. Em algumas cidades brasileiras as iniciativas relacionadas às ações e serviços têm apresentado resultados positivos e significativos, apesar de contarem com poucos recursos e a falta de implementação por parte do poder público.

Ao refletir a problematização desta temática, nota-se que é papel da universidade acompanhar o processo de transformação social que está ocorrendo, analisando as questões que impactam no planejamento e gestão das cidades. Os profissionais de Arquitetura e Urbanismo, em interface com os trabalhadores nas áreas de Direito, Saúde e Engenharia, são imprescindíveis para pensar soluções e políticas públicas que possam mudar o quadro atual da qualidade da Habitação e toda sua relação com a infraestrutura urbana necessária a uma condição digna e a qualidade de vida. Dessa forma, a inserção dos arquitetos e urbanistas nos debates relacionados à saúde e ao bem-estar da população, têm como propósito promover espaços mais saudáveis e contribuir com o sistema de saúde, principalmente da rede pública, que se encontra em colapso devido à demanda excessiva de atendimentos.

Descrição da Experiência

A fim de relacionar as necessidades habitacionais do município de Lajeado à extensão universitária, um grupo de docentes da Universidade do Vale do Taquari - Univates criou o projeto Habitar Bem. O objetivo principal do projeto é promover a melhoria na qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social, a partir da união de esforços entre os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito e Engenharia Civil da Universidade do Vale do Taquari - Univates. Essa iniciativa tem como propósito expandir a compreensão do papel social dos futuros profissionais destas áreas, proporcionando uma relação de diálogo entre os estudantes e a comunidade regional, permitindo desta forma, a construção de novos saberes frente à temática de Habitação de Interesse Social e a transformação da comunidade. Desta forma, ao estudar e investigar os fatores principais que interferem na qualidade de vida da população, é possível perpassar pelos desafios que se referem ao direito à moradia digna das comunidades vulneráveis, contribuindo para a formação profissional e cidadã do acadêmico.

O projeto registra atividades em conjunto com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do estado do Rio Grande do Sul (CAU/RS) e a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Alto Taquari (SEAVAT) através do Programa Nenhuma Casa Sem Banheiro. Essa parceria representa um desdobramento do Programa ATHIS Casa Saudável. O Programa teve por objetivo beneficiar cerca de onze mil famílias gaúchas classificadas como de baixa renda, a fim de proporcionar projetos de melhorias habitacionais, viabilizando a promoção de melhorias sanitárias nas residências de famílias em situação de vulnerabilidade, assim, proporcionando assistência técnica gratuita aos contemplados. O Município de Lajeado foi escolhido pelo Programa, beneficiando 9 famílias, por consequência, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo/RS contratou três profissionais da área para realizarem os projetos das reformas, considerando que as condições destas moradias têm ligação direta com a saúde e o bem-estar dos moradores.

No ano de 2020 iniciou o processo de seleção das famílias, o qual teve apoio da Prefeitura de Lajeado através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), responsável por selecionar as famílias através da lista de prioridade no Sistema Cadastro Único (CadÚnico) do município. Aspectos como a situação atual em que os moradores se encontravam e questões socioeconômicas foram consideradas durante o processo de seleção. Além de participar da escolha das famílias beneficiadas, a Secretaria teve um grande apoio na comunicação com a comunidade. No

final de 2020 foram realizadas as medições (Figura 01) nas residências das famílias selecionadas. Além disso, foi neste momento que as profissionais contratadas pelo Conselho tiveram contato com a família.

Figura 01: Medições dos banheiros.



Fonte: Equipe do Projeto Habitar Bem (2020).

Além das profissionais contratadas, alguns estudantes voluntários do projeto de extensão Habitar Bem também se dispuseram a participar das visitas, os quais foram acompanhados pela assistente social da Secretaria, o que reforça o importante elo estabelecido entre os envolvidos no Projeto e a comunidade. Os estudantes auxiliaram as arquitetas durante os levantamentos, através de medições e registros fotográficos. Ademais, a visita pôde oportunizar aos alunos um importante momento de escuta com a família, entendendo suas necessidades diante da realidade.

Após as visitas, cada profissional ficou responsável pela elaboração de três projetos. Para o processo de desenvolvimento das propostas, foi de extrema importância o contato que os profissionais de Arquitetura e Urbanismo tiveram com a comunidade. Através dos diálogos estabelecidos, captou-se as necessidades de cada morador, para que, posteriormente, pudessem elaborar um projeto que conseguisse atender as demandas da família. No início de 2021, as profissionais, juntamente com os estudantes voluntários, retornaram às residências para realizar a apresentação dos projetos de reforma dos banheiros (Figura 02). Este momento foi de muitas trocas, no qual as profissionais e os estudantes puderam ouvir os moradores, tirando dúvidas, de forma que as pessoas diretamente envolvidas pudessem contribuir no processo projetual.

Figura 02: Apresentação do projeto para a família beneficiada.



Fonte: Equipe do Projeto Habitar Bem (2021).

A etapa seguinte deu-se pela captação de recursos e de materiais de empresas locais para dar continuidade às reformas. De acordo com o convênio firmado com o município de Lajeado, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul realizou o pagamento dos honorários das profissionais contratadas, como forma de reforçar o protagonismo das arquitetas da área frente ao combate da pandemia de Covid-19 que acometia a todos, atingindo de forma mais significativa às famílias que não possuíam ambientes minimamente salubres.

A execução dos projetos deveria vir de recursos captados de forma voluntária, através de movimentos, convidando a comunidade em geral e empresas locais a realizarem as doações. Visto que o município de Lajeado possui um enriquecimento e crescimento favorável na construção civil, acreditava-se que a captação de mão de obra e materiais de construção não seria um impasse. Todavia, a demora na captação destes materiais foi a principal dificuldade encontrada pela equipe, na qual muitas vezes não obteve respostas. Neste cenário, pode-se citar o processo licitatório N^o 64-06/2022 realizado pela Prefeitura de Lajeado (TRANSPARÊNCIA, 2023), por meio da SMDS, com valor estimado de mais de um milhão de reais. A licitação, que foi aberta em novembro de 2022 e encerrada em abril de 2023, buscava a aquisição de materiais de construção para famílias em vulnerabilidade do município para a distribuição sob demanda. No entanto, o resultado do pregão presencial não obteve nenhuma empresa participante. Embora o processo licitatório não fosse exclusivamente ao projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro, entende-se que seria de fundamental importância para a continuidade do programa de auxílio de materiais que se poderia buscar junto a Secretaria, dado o vínculo estabelecido entre o poder público e a universidade. Apesar das melhorias sanitárias nas habitações serem de extrema relevância social, é notável a dificuldade enfrentada até aqui para tornar exequíveis os projetos apresentados às famílias.

Ao decorrer das atividades, estabeleceu-se uma rede de apoio com as famílias participantes, relacionando a universidade, instituições de profissionais técnicos da região e o poder público. Desta forma, no início do ano de 2022 foi iniciada a primeira reforma de uma das nove famílias beneficiadas (Figura 03), sendo um momento muito aguardado pela proprietária e por toda a equipe, tornando-se um marco muito importante do Programa na cidade de Lajeado. O início da obra foi viabilizado através do empenho de toda equipe, formada pelas profissionais contratadas pelo CAU/RS, a SEAVAT, os acadêmicos, os docentes voluntários da Univates e as empresas parceiras que doaram

os materiais necessários para a execução ao longo de uma campanha de arrecadação. Durante a execução do primeiro banheiro, foi realizada uma campanha de divulgação do programa para as demais cidades, reforçando o convite do CAU/RS para que mais municípios do Estado pudessem ter o conhecimento do projeto. Esta forma de divulgar as ações realizadas teve o objetivo de incentivar os demais profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo a buscarem a atuação frente a demandas sociais. Assim, essa iniciativa trouxe como protagonista e potencializador o papel do profissional, utilizando os conhecimentos de Arquitetura e Urbanismo para promover e viabilizar o saneamento básico e saúde às famílias que mais necessitam deste auxílio. Ao final do mês de janeiro foi finalizada a reforma (Figura 04). Este foi um momento muito aguardado pela moradora, que externou à equipe a sua dificuldade em relação ao seu próprio banheiro, principalmente relacionada às péssimas condições nas quais o ambiente se encontrava, acentuado pelo fato dela morar sozinha.

Figura 03: Banheiro existente.



Fonte: Equipe do Projeto Habitar Bem (2020).

Figura 04: Reforma finalizada.



Fonte: Cláudia Kuhn (2022).

Além da troca e aplicação de revestimento em todo o banheiro, foi instalado um novo forro de PVC. A troca deste elemento foi fundamental para promover um espaço de qualidade à moradora, sendo que o antigo era de madeira e já apresentava sinais de mofo e deterioração, provenientes da umidade do local e do uso de materiais inadequados para o ambiente. Outro problema identificado no local foi a inexistência da fossa séptica, um elemento de extrema importância para que o esgoto não entrasse em contato com o solo. Para adequar o banheiro e proporcionar um espaço apropriado, foi construída uma fossa séptica, evitando assim que os dejetos e a água proveniente do vaso sanitário não poluissem o solo, evitando a contaminação e a proliferação de animais e doenças.

Após a finalização da reforma do primeiro banheiro, a equipe retornou a campanha para arrecadar materiais e mão de obra para dar continuidade aos demais projetos, visto que, foi através de doações e parcerias com algumas empresas locais que se tornou possível a execução da primeira obra.

Resultados

Portanto, foram executadas duas obras em um total estimado de nove. As materializações da maioria dos projetos não ocorreram em função de diversos entraves nos processos descritos neste ensaio. Porém, o empenho da equipe em mobilizar uma nova captação de recursos para a concretização e continuidade do projeto é visível, sendo que a cada campanha de arrecadação foi possível perceber uma conscientização maior por parte da sociedade lajeadense. Assim, compreende-se a importância de programas como este, que incentivam os profissionais a olharem para as regiões mais periféricas de suas cidades de uma forma técnica e sensível, buscando promover a melhoria na qualidade de vida dessas comunidades.

Como impacto mais significativo à comunidade, o projeto de extensão organizou um banco de doações de materiais para auxiliar nas construções e reformas dos banheiros. O depósito fica

localizado no subsolo do Ginásio Nelson Francisco Brancher, espaço cedido pela Prefeitura em forma de parceria. Além disso, por meio da parceria estabeleceu-se à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (SOSUR) do município a competência de transporte dos materiais até a residência das famílias, onde o maior impasse encontrado pelos bolsistas do projeto Habitar Bem foi a comunicação e a demora por parte da Secretaria para autorizar o transporte.

Ao inserir o estudante nesta realidade, tem-se possibilitado o reconhecimento das necessidades reais da população vulnerável, de modo que os alunos são capazes de compartilhar seus conhecimentos técnicos adquiridos na sala de aula, podendo aplicar os temas abordados de forma prática, além de ter a oportunidade de estabelecer vínculo com a comunidade.

Conclusões

Analisando os aspectos práticos dos métodos aplicados, o projeto de extensão Habitar Bem possibilita aos estudantes a interação e aproximação com a comunidade, dessa forma os acadêmicos têm contato com diversos contextos, sendo em sua maioria distante da realidade, incentivando desta forma o diálogo, estabelecendo o vínculo com a comunidade. Este contato permite que os estudantes desenvolvam percepções de questões importantes ligadas à temática de habitação e a saúde residencial.

O desenvolvimento das ações extensionistas potencializam a otimização dos processos relacionados às condições de habitabilidade das residências no município de Lajeado, intensificando a importância desse tema para a gestão municipal. A partir dessas vivências, são desenvolvidas habilidades atitudinais importantes para a formação de futuros profissionais mais participativos e engajados nas comunidades vulneráveis, reforçando a importância do papel social e cidadão do profissional. Também é importante citar que ao envolver os estudantes extensionistas e voluntários durante as etapas do programa Nenhuma Casa Sem Banheiro, foi possível o reconhecimento da importância da profissão de Arquitetura e Urbanismo frente à saúde da moradia por parte da população vulnerável.

O compartilhamento de conhecimentos e vivências incentiva o empoderamento dos moradores locais e a longo prazo, pretende-se compreender se as ações desenvolvidas conduzem a uma melhoria no bem-estar e na saúde das famílias impactadas pelo projeto. A inserção do profissional de Arquitetura e Urbanismo possibilita um amparo técnico às famílias que se encontram em vulnerabilidade social, viabilizando novas frentes de trabalho e eixos de mercado, além de buscar a promoção da cidadania.

Referências

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil (1988). Art. 6º emenda constitucional nº64**, 2010. Dispõe sobre direitos e garantias fundamentais e dos direitos sociais. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 02 mai. 2023.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil (1988). Lei Nº 11.888**, 2008. Dispõe sobre assegurar às famílias de baixa renda assistência pública gratuita e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em: 02 mai. 2023.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade; para compreender...** - Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

TRANSPARÊNCIA. Prefeitura de Lajeado, 2023. Fonte: <https://grp.lajeado.rs.gov.br/transparencia/portal/#/consultaLicitacao/detalhesLicitacao/eyJudW1lcm9Ub3RhbnCI6NTA3MjUsInRpcG9BdmFsaWFjYW8iOiJJliwiYWRtaW5pc3RyYWNhbyI6MSwibW9zdHJhTGluayI6dHJ1ZX0=> Acesso em: 26 mai. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro.** Belo Horizonte: FJP, 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro.** Belo Horizonte: FJP, 2021.

GT 8. Inclusão e diversidade nos espaços educacionais



S.34°41'
W56°9'

CENAS ESCOLARES NO FILME “EXTRAORDINÁRIO”: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DIFERENÇAS

GONZALEZ, Anderson Luiz¹

LOCKMANN, Kamila²

¹ Universidade Federal do Rio Grande (FURG), andersongonzalez@gmail.com.br

² Universidade Federal do Rio Grande (FURG), kamila.furg@gmail.com

Tema: Inclusão e diversidade nos espaços educacionais

Resumo: Este estudo analisa as verdades retratadas no filme “Extraordinário” sobre diferenças e processos de in/exclusão na escola. Com base em estudos foucaultianos e nos Estudos Culturais Pós-Críticos, o filme é compreendido como um fenômeno cultural que produz significados sobre o outro e as relações escolares. Utiliza-se a metodologia da bricolagem para analisar cenas, falas e movimentos que representam a diferença e a exclusão. Um dos principais resultados é a ênfase na exaltação e tolerância em relação à diferença, na perspectiva da diversidade. No entanto, essa perspectiva pode refletir uma visão superior e salvacionista, que não aborda completamente a complexidade da diferença. A diversidade é vista como um movimento que captura a diferença, procurando exaltá-la e superá-la, mas às vezes resulta em sua invisibilidade.

Palavras-chave: in/exclusão; diversidade; diferença; escola.

Abstract: This study examines the truths portrayed in the film “Wonder” regarding differences and processes of in/exclusion in schools. Drawing on Foucauldian studies and Post-Critical Cultural Studies, the film is understood as a cultural phenomenon that generates meanings about the other and school relationships. The bricolage methodology is used to analyze scenes, dialogues, and movements representing difference and exclusion. A key finding is the emphasis on celebrating and tolerating diversity within the school context. However, this perspective may reflect a superior and salvational view that fails to fully address the complexity of difference. Diversity is regarded as a movement that captures difference, attempting to elevate and surpass it, but sometimes resulting in the invisibility.

Keywords: in/exclusion; diversity; difference; school.

1 Introdução

Este trabalho é um desdobramento da dissertação de mestrado intitulada “*As diferenças em cena: pensando a educação através de análises fílmicas*”, que busca analisar que verdades circulam no filme “Extraordinário”, em relação às diferenças³ e aos processos de in/exclusão na escola.

Com base em estudos foucaultianos e nos Estudos Culturais Pós-Críticos, compreendemos o filme como um artefato cultural que produz significados em relação ao outro e às dinâmicas

1 Graduado em Pedagogia; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/FURG); Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e In/Exclusão (GEIX); Bolsista Capes Demanda Social.

2 Doutora e Mestre em Educação pela UFRGS; Professora do Instituto de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande; Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq - Categoria 2; Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e In/Exclusão.

3 Ao utilizar o termo “diferenças”, no plural, buscamos enfatizar, reconhecer e valorizar a multiplicidade de perspectivas e formas de expressões culturais, identidades e subjetividades na sociedade atual.

escolares. Utilizamos a metodologia da bricolagem para analisar cenas, diálogos e movimentos que representam a diferença e a exclusão.

Ao analisar as verdades retratadas no filme sobre as diferenças e a in/exclusão na escola, emergem questões importantes e desafios relacionados a esses temas. Podemos problematizar a perspectiva da inclusão, destacando a importância de questionar a visão baseada na tolerância e na exaltação das diferenças na escola. Essa análise contribui para sensibilizar tanto pesquisadores(as) e profissionais da educação quanto o público em geral sobre a necessidade de promover ambientes escolares mais inclusivos e acolhedores.

Além disso, ao fundamentar-se em estudos foucaultianos e nos Estudos Culturais Pós-Críticos, a pesquisa oferece uma perspectiva crítica e reflexiva em relação aos discursos dominantes sobre as diferenças e os processos de in/exclusão na escola. Isso nos permite questionar as normas e os estereótipos sociais, desafiando ideias preconceituosas e discriminatórias.

A utilização da metodologia da bricolagem, ao analisar cenas, falas e movimentos que representam as diferenças e a inclusão/exclusão, proporciona uma compreensão mais abrangente e complexa desses fenômenos. Essa abordagem possibilita reflexões mais profundas, que podem instigar a busca por alternativas e estratégias para promover uma educação que valorize as diversidades.

De modo geral, este trabalho contribui para a ampliação do conhecimento e para a sensibilização acerca das questões de inclusão e diversidade no ambiente escolar.

2 Metodologia

De acordo com Paraíso (2021, p. 17), “[...] a maior parte das correntes teóricas denominadas pós-críticas não se referem a um método de pesquisa no sentido usual do termo”. Assim sendo, o conceito de “metodologia” é abordado aqui “a partir de um entendimento bem mais livre do que no sentido moderno atribuído ao termo método” (PARAÍSO, 2021, p. 18).

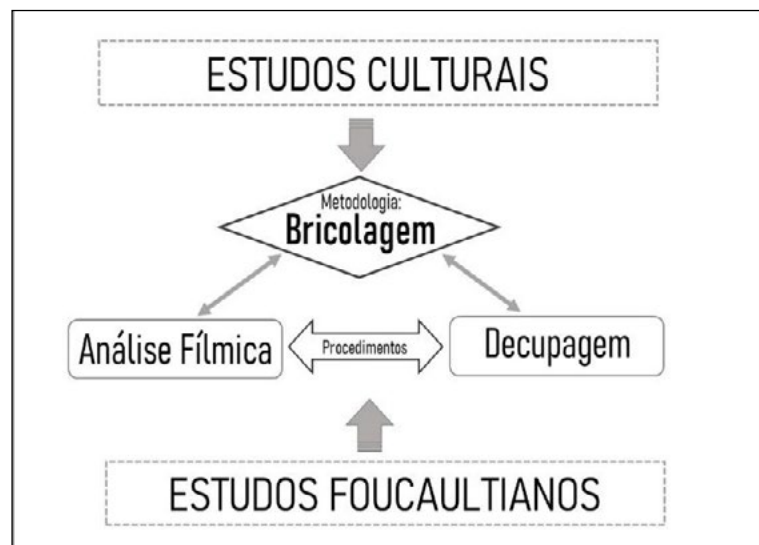
Em seus escritos a autora afirma:

Entendemos metodologia como um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações – que, em congruência com a própria teorização, preferimos chamar de ‘produção’ de informação – e de estratégias de descrição e análise (PARAÍSO, 2021, p. 18).

Acreditamos que essa concepção metodológica “mais livre” nos permite um movimento de idas e vindas, de aproximações e distanciamentos, de focar e desfocar a câmera, ora aqui, ora ali, pois essa forma de nos movimentarmos nos possibilita um afastamento maior dos essencialismos, das certezas e das verdades absolutas.

Foi nesse processo de construção do roteiro metodológico e para uma melhor contextualização do que entendemos por metodologia e procedimentos de análise, que desenvolvemos o esquema abaixo. Trata-se de um esquema de trabalho de pesquisa que fomos construindo ao longo do percurso.

Figura 1 - Esquema organizacional



Fonte: Produzido pelos autores, 2023.

Assim, criamos um percurso metodológico que se baseia na utilização da bricolagem como método de pesquisa. Dentro dessa metodologia, selecionamos dois procedimentos que foram úteis para lidar com o material empírico: a análise fílmica e a decupagem.

Segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 18), o *bricoleur* é “um indivíduo que confecciona colchas [...] que utiliza as ferramentas estéticas e materiais do seu ofício, empregando efetivamente quaisquer estratégias, métodos e materiais empíricos que estejam ao seu alcance”. Dessa forma, a ideia de bricolagem remete a um termo francês para designar um trabalho manual realizado de forma improvisada, a partir da utilização de diferentes materiais (NEIRA; LIPPE, 2012). Para os referidos autores:

Kincheloe (2007) ampliou essa definição ao dizer que bricolagem é uma forma de fazer ciência que analisa e interpreta os fenômenos a partir de diversos olhares existentes na sociedade atual, sem que as relações de poder presentes no cotidiano sejam desconsideradas. Adotando uma postura ativa, a bricolagem rejeita as diretrizes e roteiros preexistentes, para criar processos de investigação ao passo em que surgem as demandas (NEIRA; LIPPE, 2012, p. 610).

Dessa forma, os elementos que dispomos para a elaboração do nosso roteiro consistem em cenas, imagens e diálogos presentes nos materiais fílmicos analisados. A essas cenas analisadas, adicionamos olhares, perspectivas e ferramentas teóricas que nos possibilitaram uma análise mais detalhada e a construção do processo de bricolagem.

Nesse ponto, é importante ressaltar um aspecto: ao realizar a bricolagem como uma operação de “recorte e cola”, é necessário compreender que, ao incorporarmos metodologias, métodos, procedimentos, etc., em nosso trabalho de pesquisa, estamos “montando” algo completamente novo. Trata-se, portanto, de se ocupar daquilo que já foi feito para criar algo novo com o intuito de suspender as verdades sobre o que já foi construído e dito.

O recorte é uma operação feita com pequenas partes, e não permite a totalização, nem integração. Quando colamos, não restauramos a unidade, porque o que queremos é mesmo a junção de diferentes. Temos na bricolagem a junção de coisas, procedimentos e materiais díspares. O resultado da bricolagem, portanto, é uma

composição feita de heterogêneos. Tudo que cortamos vem para nossas pesquisas de modo ressignificado pelo efeito da colagem. Afinal, aquilo que foi cortado vai se juntar aos nossos pressupostos, às nossas premissas e às imagens de pensamentos instituídas nas correntes teóricas com as quais trabalhamos (PARAÍSO, 2021, p. 36).

Dentre as várias formas e métodos possíveis de se analisar materiais empíricos em uma pesquisa, escolhemos direcionar as câmeras para o procedimento da “análise fílmica” (VANOYE, 2012). A intenção aqui foi criar um trabalho que envolvesse a focagem e a desfocagem, as aproximações e os distanciamentos de câmera, compreendendo esse procedimento como algo desprezioso no sentido de fornecer uma resposta final e/ou definitiva para o problema de pesquisa abordado neste trabalho.

Conforme Vanoye (2012, p. 21), “analisar um filme é também situá-lo num contexto, numa história”. Segundo o autor, existem basicamente dois eixos de interpretação que compõem a análise fílmica: *o eixo sócio-histórico e o eixo simbólico*. O primeiro eixo “considera o filme enquanto produto cultural inscrito em um determinado contexto sócio-histórico” (VANOYE, 2012, p. 51). Nesse sentido, é possível utilizar o filme como uma ferramenta para analisar um determinado contexto social ou até mesmo a sociedade como um todo, levando em consideração que os filmes não são produtos neutros e isolados de outros aspectos sociais, como mencionado pelo autor:

[...] Embora o cinema usufrua de relativa autonomia como a arte (com relação a outros produtos culturais como a televisão ou a imprensa), os filmes não poderiam ser isolados dos outros setores de atividade da sociedade que os produz (quer se trate da economia, quer da política, das ciências e das técnicas, quer, é claro, das outras artes) (VANOYE, 2012, p. 51).

Destarte, é possível se valer da análise sócio-histórica para cooptar um determinado fato histórico e problematizá-lo, como por exemplo, o nazismo, a escravidão, a religiosidade, o neoliberalismo, entre outros. Vanoye (2012) explica que:

Numa terceira classe de filmes, poderíamos agrupar todos aqueles que, *a priori*, não exigem leitura simbólica, mas oferecem-se, ao contrário, a uma apreensão “simples”, literal. Nesse caso, seria a intenção do leitor, do analista, que geraria significações simbólicas. Não se deve, porém, evidentemente, negligenciar a possibilidade de um “ardil” do autor (e do texto), que tende a dissimular um sentido simbólico sob uma aparência plana (VANOYE, 2012, p. 30, grifo nosso).

Neste trabalho, utilizamos essa abordagem mais simplificada como procedimento de análise do filme. Compreendemos que atribuímos significado ao objeto de análise ao observá-lo de acordo com nossas idiossincrasias. Em outras palavras, vamos construindo o objeto de que se fala à medida que falamos sobre ele.

No entanto, como reconhecemos que a metodologia adotada aqui, baseada nos Estudos Culturais, constitui um trabalho de bricolagem, também nos valemos de uma análise sócio-histórica. Conforme destacado por Vanoye (2012, p. 9), “a análise fílmica não é um fim em si. É uma prática que procede de um pedido, o qual se situa num contexto (institucional). Esse contexto, porém, é variável, e resulta evidentemente em demandas também variáveis”.

Dessa forma, ao combinar a análise fílmica com a abordagem sócio-histórica, buscamos enriquecer nossa compreensão do filme. Reconhecemos que nossas interpretações são influenciadas por nossa subjetividade, mas também consideramos as influências e reflexos do contexto social e

histórico em que o filme está inserido. Assim, ampliamos o escopo de nossa análise, levando em conta múltiplos aspectos e interpretações possíveis.

Com base no contexto apresentado, analisamos o filme “Extraordinário” utilizando a decupagem. Na linguagem cinematográfica, a decupagem refere-se ao processo de produção de um filme, mas, para os propósitos metodológicos desta pesquisa, toma o sentido de examinar minuciosamente cada cena em seus mínimos detalhes. Para tanto, selecionamos cenas pontuais que tratavam de questões relacionadas às diferenças.

Cabe ressaltar, no entanto, que como método, a decupagem assume um significado um pouco diferente do seu uso no contexto cinematográfico. Entendemos o termo conforme Araújo (1995, p. 62) ao apontar que “a palavra decupar vem do francês *découper*, que significa ‘cortar em pedaços’. Na prática, é o momento em que o diretor e roteirista dividem cada cena em planos”. Portanto, na presente escrita, a decupagem refere-se a esse processo de dividir os materiais empíricos em “pedaços” para analisá-los em suas minúcias.

A decupagem foi realizada da seguinte forma: inicialmente, assistimos ao material de análise buscando obter uma compreensão geral do mesmo. Em seguida, procedemos a uma análise crítica, assistindo e revisando o material várias vezes. Aqui, nos deparamos com a primeira dificuldade: trabalhar com o cinema e as análises fílmicas. Para Fabris (2008):

Analisar uma produção como o cinema, que rompe com as formas mais comuns de representação, em que a materialidade é a imagem em movimento, é ingressar em uma outra dimensão do conhecimento. A imagem em movimento não apenas tenta reproduzir o “real”, como também nos faz entrar em uma dimensão espaço-temporal singular, criando um jeito novo de conhecer através do olho da câmera; nesse processo, pensamos e conhecemos por imagens (FABRIS, 2008, p. 125).

“Pensar e conhecer por imagens”, segundo a autora, é entrar em um outro universo. É reconhecer a capacidade das imagens visuais de transmitir significados e despertar emoções. Analisar e interpretar imagens nos permite explorar nuances, simbolismos e elementos que comunicam informações e ideias de maneira única. No entanto, essa abordagem também apresenta desafios, exigindo sensibilidade, habilidades analíticas e consideração do contexto. Em suma, é uma forma de apreciar e compreender a linguagem audiovisual em suas diversas manifestações.

Diante disso, submetemos o artefato fílmico a um intenso processo de trabalho, no qual elaboramos uma tabela e rascunhos em folhas de caderno para selecionar as cenas iniciais mais relevantes, fazendo o movimento de decupagem. Destacamos os momentos em que o material aborda questões relacionadas à temática da pesquisa e seu objetivo, qual seja: analisar que verdades circulam no filme sobre as diferenças e a in/exclusão na escola.

Elucidados os movimentos metodológicos, trouxemos alguns resultados parciais das análises, cuja ênfase se deu a partir dos processos de exaltação e tolerância em relação às diferenças.

3 As análises

A questão da exaltação e da tolerância em relação ao diferente desperta reflexões relevantes. Duschatzky e Skliar (2011) nos convidam a pensar e a refletir: “como não reivindicar o discurso da tolerância, frente às consequências que a intolerância estabelece para a vida humana e para o exercício da liberdade?” (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2011, p. 134).

Diante desse questionamento, surge a necessidade de compreender a forma como a sociedade lida com a diversidade e como os discursos se manifestam. Neste contexto, buscamos analisar as

representações de exaltação e tolerância às diferenças no filme e seus reflexos na construção de uma sociedade mais inclusiva.

Duschatzky e Skliar (2011) reforçam:

O discurso da tolerância corre o risco de se tornar num pensamento de desmemória, da conciliação com o passado, num pensamento frágil, *light*, leviano, que não convoca à interrogação e que pretende livrar-se de todo mal estar. Um pensamento que não deixa marcas, desapaixonado, descomprometido. Um pensamento desprovido de toda negatividade, que subestima a confrontação por ser ineficaz (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2011, p. 136-137).

Com frequência, a tolerância é praticada de forma superficial, pois tendemos a nos sentir superiores aos outros, como se estivéssemos concedendo uma “graça” aos indivíduos diferentes. Ao adotar uma postura tolerante, podemos nos enganar ao pensar que estamos sendo abertos e inclusivos, quando, na realidade, estamos evitando o confronto com as diferenças e os desafios que elas apresentam, como acontece no filme também.

Esse tipo de pensamento tolerante, desprovido de negatividade e confrontação, pode ser considerado “*light*” e desapaixonado, uma vez que busca manter uma imagem positiva de si mesmo, evitando o desconforto que a confrontação com as diferenças pode trazer.

Já na primeira cena do filme “Extraordinário”, o personagem Auggie expressa sua visão sobre o conceito de “ser comum” e como ele não se encaixa na “forma” do que é considerado normal pela sociedade. Na sequência, temos a segunda cena em que o diretor da escola faz um discurso que reflete a exaltação das diferenças, conforme destacado nos quadros a seguir.

Cabe reforçar que o filme narra a trajetória de August Pullman (Auggie), um menino de 10 anos que nasceu com uma deformidade facial e por conta disso teve que passar por 27 cirurgias plásticas. Após receber educação em casa por um longo período, ele é matriculado em uma escola regular. A fase de adaptação, já complicada para qualquer criança, torna-se ainda mais desafiadora para alguém que enfrenta discriminação devido à sua aparência.

Cena 1: Uma criança comum

1min21seg:

AUGGIE - *Sei que não sou um menino de 10 anos comum. Quer dizer, eu faço coisas comuns. Tomo sorvete. Ando de bicicleta. E sou muito bom nos esportes. Bem, no meu Xbox. Adoro Minecraft, Ciências e me fantasiar no Halloween. Adoro fazer luta de sabre de luz com meu pai. E assistir aos filmes Star Wars com ele. E deixar minha irmã mais velha louca. E sonhar com um passeio no espaço, como qualquer criança comum. Eu só não pareço comum fazendo essas coisas.*

3min30seg:

AUGGIE: - *Sei que nunca serei uma criança comum. Crianças comuns não fazem outras crianças saírem correndo do parquinho. Crianças comuns não são encaradas onde quer que vão.*

Fonte: Anotações dos autores, 2023.

Cena 2: O discurso do senhor Buzanfa

1hora42min

BUZANFA - *O último prêmio desta manhã é a medalha de honra Henry Ward Beecher, destinada a alunos que se destacaram ou foram exemplares em certas áreas durante o ano letivo. Tradicionalmente, esta medalha tem sido nosso modo de reconhecer o trabalho voluntário e a prestação de serviços à escola. Esta escola foi batizada em homenagem a Henry Ward Beecher, o abolicionista do século XIX e fervoroso defensor dos direitos humanos. Enquanto pesquisava sobre sua vida, a fim de me preparar para esta premiação, encontrei algo que ele escreveu que me pareceu particularmente coerente com os assuntos que abordei mais cedo, assuntos sobre os quais venho refletindo durante todo o ano. Não restritos à natureza da gentileza, mas sobre a natureza da gentileza de uma pessoa. O poder da amizade de uma pessoa. A retidão de caráter de uma pessoa. A força da coragem de uma pessoa... A força da coragem de uma pessoa. Coragem. Bondade. Amizade. Caráter. Essas são as qualidades que nos definem como seres humanos e acabam por nos conduzir à grandeza. E é disso que se trata a medalha Henry Ward Beecher: reconhecer a grandeza. Mas como fazemos isso? Como podemos mensurar algo como a grandeza? Mais uma vez, não há uma régua. Como nós a definimos? Bem, Beecher, de fato, tem uma resposta: “A grandeza”, escreveu Beecher, “não está em ser forte, mas no uso correto da força... Grande é aquele cuja força conquista mais corações... Grande é aquele cuja força conquista mais corações pela atração do próprio coração.” Sem mais delongas, este ano tenho muito orgulho de conferir a medalha Henry Ward Beecher ao aluno cuja força discreta conquistou a maioria dos corações... August Pullman, por favor, venha receber seu prêmio.*

Fonte: Anotações dos autores, 2023.

Na primeira cena do filme, Auggie reconhece que não é uma criança comum, mas isso não o torna inferior. Ele possui interesses, desejos e sonhos, assim como qualquer outra criança. O autor do filme parece querer transmitir a ideia de uma inclusão que se baseia em aspectos ou pontos de vista que colocam as diferenças sob a perspectiva de um ideal de bondade e caridade, enxergando a diferença pelo viés da diversidade e da solidariedade, e não apenas por si mesma. Além disso, a segunda cena destacada retrata um momento de exaltação da diferença, festejado por todos da escola.

Ao enfatizar a exaltação das diferenças, pode-se sugerir que ser diferente é algo excepcional, fora do comum ou até mesmo inferior em relação ao padrão estabelecido. Essa abordagem pode criar uma dinâmica na qual a “normalidade” é privilegiada, e as diferenças são colocadas em um pedestal para serem celebradas, porém não totalmente integradas na sociedade ou nas instituições.

Além disso, ao exaltar as diferenças, corre-se o risco de criar uma mentalidade de “nós *versus* eles”, destacando a separação e as divisões entre os grupos. Isso pode levar a estereótipos, preconceitos e discriminação, uma vez que enfatizar em excesso as diferenças ressalta as características que nos distinguem, em vez de enfatizar nossa humanidade compartilhada.

Cabe salientar que, de acordo com Lopes e Fabris (2013, p. 17), “[...] quanto mais festejamos a diferença [...] tomada como sinônimo de diversidade e de identidade, mais trilhamos o caminho inverso àquilo que seria estar simplesmente disponível e aberto ao outro”. Por este viés, olhamos para a diferença a partir da diversidade, atribuindo a ela uma visão de cunho salvacionista.

A diversidade deriva do diverso, daquilo que se diferencia de algo, de um ponto de referência. A diferença não! A diferença está posta e não parte de um referente normal do qual ela se difere. Ela simplesmente está no mundo, sem estabelecer relação com a mesmidade. Portanto, podemos entender a diversidade como esse movimento que captura as diferenças, que tenta exaltá-las e transmitir uma ideia de superação.

No entanto, se acreditarmos que os indivíduos diferentes precisam se superar, partimos do pressuposto de que são incapazes. Consequentemente, não enxergamos as diferenças em suas potencialidades, mas sim, em sua incapacidade.

Segundo Silva (2014), essa concepção da diversidade e das diferenças como algo benevolente é problemática.

Por mais edificantes e desejáveis que possam parecer, esses nobres sentimentos impedem que vejamos a identidade e a diferença como processos de *produção* social, como processos que envolvem relações de poder. Ver a identidade e a diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve, fundamentalmente, relações de poder. [...] A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com a disputa e luta em torno dessa atribuição (SILVA, 2014, p. 96).

Dito isso, acreditamos na importância de compreender as diferenças como algo intrínseco, que precisa ser entendido em sua singularidade. É fundamental reconhecer que, embora as diferenças não existam separadamente da diversidade, não devemos exaltá-las, corrigi-las ou superá-las, mas sim reconhecê-las como resultado de relações de poder que atuam a partir da norma.

Nossa compreensão das diferenças é embasada na perspectiva de que são produções culturais e sociais, conforme aponta Silva (2014):

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2014, p. 76).

Ainda, de acordo o referido autor, apontar as relações de poder presentes na formação das identidades e das diferenças implica reconhecer que sua definição, tanto no discurso quanto na linguagem, está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Essas definições não são simplesmente estabelecidas, mas são impostas por forças e interesses diversos. Elas não convivem harmoniosamente em um campo neutro sem hierarquias, elas são constantemente disputadas e negociadas (SILVA, 2014). Para o autor:

[...] as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em relação com as afirmações sobre identidade. [...] As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, 2014, p. 75).

Dessa forma, compreendemos que a identidade não é a base a partir da qual a diferença é definida, mas sim que ambas são interdependentes e se influenciam mutuamente (SILVA, 2014). Assim sendo, é a diferença que surge primeiro, pois não é apenas um resultado de um processo, mas sim o próprio processo pelo qual “tanto a identidade quanto a diferença são produzidas” (SILVA, 2014, p. 76).

Da mesma maneira, a diversidade frequentemente é percebida como “o resultado do processo”. Esse processo, por sua vez, é resultado da norma que aponta e define o padrão a ser alcançado e sujeitos a serem corrigidos, e outrem. Em outras palavras, o processo de normalização dos indivíduos

implica na produção de diferenças, e assim sendo, muitas vezes olhamos para as diferenças por meio do diverso, e não à própria diferença.

Em suma, não há neutralidade quando se trata de diferenças, uma vez que elas estão intrinsecamente ligadas às relações de poder mais abrangentes, como aponta o autor ao afirmar que “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (SILVA, 2014, p. 84).

Outra cena que aponta para a diferença como algo a ser protegido, exaltado e tolerado, de acordo com o filme em análise, é a cena em que Jack Will, amigo de Auggie, o acompanha para explorar o lugar durante uma sessão de cinema.

Cena 3: Jack Will e Auggie

1h33min50seg:

Auggie e Jack Will decidem explorar as redondezas do acampamento de verão durante uma sessão de cinema organizada pelo evento. No entanto, ao se depararem com um grupo de alunos de outra escola, esses alunos reagem de forma intolerante e insultam Auggie, chamando-o de aberração e proferindo outros insultos. Apesar de serem maiores em idade e tamanho, Jack Will defende Auggie e acaba brigando com os garotos.

Nesse momento crítico, um menino que anteriormente havia o insultado aparece com mais dois amigos e também defende Auggie e Jack. Juntos, eles conseguem escapar correndo da situação adversa. Após a fuga, eles param perto de um lago. Jack agradece a ajuda dos amigos que vieram em sua defesa.

Em um momento de emoção, o rapaz que veio em defesa de Auggie comenta que foi admirável a forma como ele se manteve firme diante das adversidades.

A cena corta para Auggie caminhando e parando em frente à lagoa, onde seus amigos vão atrás dele e o abraçam.

Fonte: Anotações dos autores, 2023.

A atitude dos amigos de Auggie e a maneira como a cena é conduzida, especialmente no final, podem ser interpretadas como um gesto de exaltação e celebração das diferenças. Essa interpretação encontra-se fundamentada em diversos elementos presentes na cena.

Em primeiro lugar, a defesa de Auggie por parte de Jack Will e dos amigos que o apoiam demonstra que eles reconhecem a importância de aceitar e proteger as pessoas, independentemente de suas diferenças. Eles se posicionam contra a intolerância e os insultos direcionados a Auggie, revelando uma postura de respeito e solidariedade.

O momento em que Auggie se emociona após receber um abraço de seus amigos também ressalta a importância do acolhimento e da aceitação incondicional. Esse gesto simboliza o reconhecimento e a valorização de Auggie como pessoa, independentemente de sua aparência física, é um gesto de amor e amizade que celebra a individualidade.

A maneira como a cena é conduzida, com ênfase na superação das adversidades e na formação de vínculos genuínos, reforça a ideia de que as diferenças devem ser valorizadas e celebradas. Auggie e seus amigos encontram forças uns nos outros para enfrentar os desafios, e encontram conforto e felicidade na aceitação mútua.

Assim, a atitude dos amigos de Auggie e o desfecho emocionante da cena transmitem uma mensagem poderosa de exaltação e celebração das diferenças. No entanto, é importante questionar a abordagem salvacionista presente nessa cena, que sugere que os amigos de Auggie são superiores por aceitá-lo e defendê-lo. Embora a mensagem transmitida seja positiva ao promover apoio e

celebração das diferenças, é fundamental analisar criticamente a abordagem salvacionista subjacente a essa mensagem.

Uma crítica pertinente à perspectiva salvacionista é que ela mantém uma hierarquia implícita, na qual aqueles considerados “normais” ou “superiores” têm o poder de conceder tolerância e aceitação aos outros. Isso implica que as pessoas com diferenças precisam da aprovação dos indivíduos “normais” para serem valorizadas e aceitas. Essa dinâmica reforça a desigualdade e perpetua a ideia de que as diferenças são problemas a serem resolvidos ou superados, em vez de serem reconhecidas como parte da riqueza da diversidade humana.

Ademais, uma perspectiva salvacionista pode limitar a autonomia das pessoas que são objeto dessa suposta salvação. No caso de Auggie, por exemplo, ele é retratado como alguém que precisa ser defendido e protegido por seus amigos, o que sugere uma dependência em relação aos outros para lidar com os desafios que ele enfrenta. Isso pode minar sua capacidade de se afirmar e ser protagonista de sua própria história, reforçando a ideia de que ele é inferior e incapaz de lidar com as dificuldades sozinho.

Uma abordagem mais crítica à ideia salvacionista seria promover a valorização das diferenças sem colocar um grupo como superior ou responsável por “salvar” os outros. Em vez disso, é essencial reconhecer que todas as pessoas possuem um valor intrínseco, independentemente de suas características ou aparência. As diferenças devem ser concebidas como expressões da riqueza da humanidade, sem hierarquias ou dependências.

4 Considerações finais

A partir das discussões sobre as diferenças, a diversidade e a inclusão/exclusão nas cenas do filme “Extraordinário”, observamos uma abordagem da diversidade que pode ser interpretada como salvacionista. Embora a celebração das diferenças seja frequentemente vista como um ideal louvável, também é passível de críticas quando não leva em consideração a singularidade dos indivíduos. É fundamental reconhecer e valorizar a diversidade, mas também é essencial reconhecer que cada pessoa é única e possui experiências e necessidades específicas.

Ao adotar uma abordagem genérica de celebração das diferenças, corremos o risco de estereotipar e generalizar as pessoas com base em suas características superficiais. Isso pode levar a uma redução da identidade individual e à falta de reconhecimento das complexidades e nuances que cada pessoa carrega consigo. É importante ir além das aparências e compreender as individualidades de cada indivíduo, respeitando suas histórias e necessidades únicas.

Além disso, essa abordagem tende a ignorar as experiências e vivências únicas de cada indivíduo, colocando-os em uma posição de representantes de um coletivo e limitando sua liberdade de serem vistos como seres humanos completos e complexos.

Diante desses resultados, surgem questionamentos e tensões importantes para reflexão e intervenção: Como podemos promover uma compreensão mais profunda e autêntica das diferenças, indo além de uma visão superficial e salvacionista? Como podemos enfrentar e superar o desconforto que a confrontação com as diferenças pode trazer?

Sem a pretensão de estabelecer uma “conclusão final” que encerre todas as possibilidades de discussão sobre o tema da inclusão/exclusão, podemos ponderar a partir das nossas análises alguns movimentos que ora buscavam invisibilizar as diferenças, ora as exaltavam. Este trabalho apontou algumas ênfases nos processos de exaltação das diferenças, frequentemente percebidas sob a perspectiva da tolerância e do respeito, atribuindo, assim, uma ideia de superioridade em relação ao diverso, com base em um pressuposto de normalidade estabelecido pela norma.

Referências

ARAÚJO, Inácio. **Cinema**: o mundo em movimento. São Paulo: Scipioni, 1995.

DENZIN, Norma K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, Norma K.; LINCOLN, Yvonna S. *et al.* **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-42.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. *In*: **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, p. 119-138, 2001.

EXTRAORDINÁRIO / R. J. Palácio; tradução de Rachel Agavino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. 320 p.

FABRIS, Elí Henn. Cinema e educação: um caminho metodológico. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 1, p. 117-133, 2008.

NEIRA, Marcos Garcia; LIPPI, Bruno Gonçalves. Tecendo a colcha de retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, p. 607-625, 2012.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 25-47, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VANOYE, Francis. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Trad. Marina Appenzeller. 7^a ed. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2012.

EXCLUSÃO ESCOLAR E AS ESTRATÉGIAS DE UMA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL FASCISTA

SANTOS, Nadine Silva dos¹
LOCKMANN, Kamila²

¹ Universidade Federal do Rio Grande (FURG), nadinesilvarg@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande (FURG), kamila.furg@gmail.com

Tema: Inclusão e diversidade nos espaços educacionais

Resumo: Este trabalho objetiva analisar, no campo das políticas educacionais inclusivas, a proliferação dos discursos presentes em alguns documentos oficiais, e os seus deslocamentos produzidos no cenário educacional. Para isso, realizou-se análise documental de políticas educacionais inclusivas, desde a década de 1990 até 2020. Embasado na perspectiva pós-estruturalista, o trabalho aciona a governamentalidade como lente teórico-metodológica capaz de contribuir na análise dos deslocamentos operados nas políticas inclusivas. As análises evidenciaram o deslocamento de uma governamentalidade neoliberal democrática (GALLO, 2017), amparada em princípios que promoviam a inclusão de todas as pessoas, para uma governamentalidade neoliberal fascista (LOCKMANN, 2020), promotora de estratégias permissivas a ações de exclusão, sustentada por princípios neoliberais. Tais evidências expressam o acirramento dos processos de exclusão da diferença na escola e uma fragilização da inclusão como imperativo de Estado.

Palavras-chave: Inclusão; Políticas de inclusão; Racionalidade neoliberal. Governamentalidade fascista.

Abstract: This work aims to analyze, in the field of inclusive educational policies, the proliferation of discourses present in some official documents and the shifts they produce in the educational scenario. To do so, a documentary analysis of inclusive educational policies was conducted, encompassing the years between the 1990s and 2020. Informed by a post-structuralist perspective, the study mobilizes governmentality as a theoretical and methodological lens capable of contributing to the analysis of the shifts occurring in inclusive policies. The analyses revealed a shift from a democratic neoliberal governmentality (GALLO, 2017), grounded in principles that promoted the inclusion of all individuals, to a fascist neoliberal governmentality (LOCKMANN, 2020), which promotes permissive strategies for exclusionary actions, sustained by neoliberal principles. These findings demonstrate an intensification of processes of excluding difference in schools and a weakening of inclusion as a State imperative.

Keywords: Inclusion; Inclusion policies; Neoliberal rationality; Fascist governmentality.

Introdução

Este trabalho discute as reconfigurações políticas que abrangem os processos de governo da pessoa com deficiência frente às políticas educacionais inclusivas, expondo o impacto das estratégias de um governo conservador na promoção ao acesso à inclusão no âmbito da escola comum. Fruto de uma pesquisa realizada no mestrado em Educação, o estudo teve como objetivo geral analisar no campo das políticas educacionais inclusivas, a proliferação dos discursos presentes em alguns documentos oficiais que contribuíram e ainda estabelecem a condução do processo de inclusão escolar atual.

Embasado na perspectiva pós-estruturalista, mais precisamente nas contribuições advindas dos estudos teóricos do filósofo francês, Michel Foucault, o caminho metodológico adotado transita por tempos distintos, selecionando documentos de épocas variadas para compreender como

chegamos a dizer e a fazer a inclusão de determinados modos, diante das relações de poder de cada momento histórico.

Descrição do trabalho

Para compor o estudo, realizamos o movimento de olhar para história a fim de compreender as problemáticas do presente. Assim, optamos por trabalhar com o conceito de genealogia, proposto por Nietzsche e Foucault (FOUCAULT, 2019) enquanto método de inspiração. Todavia, sem a pretensão de fazer uma genealogia da inclusão, propriamente dita, efetuamos o exercício de olhar para a história em busca das condições de possibilidade que permitiram o estabelecimento da inclusão no campo educacional como um imperativo de Estado, chegando até a reconfiguração política proposta pelo governo anterior, presidido por Jair Messias Bolsonaro.

Nesse escopo, afastando-nos de uma linearidade histórica, marcada pelo encontro limitado de uma origem fixa para um determinado fato, procuramos pela “singularidade dos acontecimentos” (FOUCAULT, 2019, p. 55). Nesse movimento, nos inspiramos em dois conceitos-ferramentas apresentados pelo autor, a partir de suas relações com o pensamento nietzschiano: a proveniência e a emergência. Assim, na contramão das origens, buscamos compreender a proveniência dos acontecimentos, destacando as palavras de Foucault (2019, p.63):

Seguir o filão complexo da proveniência é, [...] manter o que se passou na dispersão que lhe é própria; é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós somos – não existe a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente.

Deparando-nos com o segundo conceito – a emergência – buscamos apresentar as regras, os caminhos e os deslocamentos que motivaram a proliferação de determinadas verdades sobre a inclusão. Isso porque,

[...] a emergência é [...] a entrada em cena das forças; é a sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua juventude. [...] Enquanto a proveniência designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento, e a marca que ele deixa em um corpo, a emergência designa um lugar de afrontamento; [...] ela sempre se produz do interstício (FOUCAULT, 2019, p. 67-68).

A partir dessa inspiração genealógica, dividimos a discussão em dois momentos: No primeiro, expomos a composição histórica da inclusão escolar, caracterizando sua constituição enquanto um imperativo de Estado até aproximadamente o ano de 2016. No passo seguinte, apresentamos o contexto da reconfiguração política iniciada após esse período, enfatizando os efeitos provocados no campo educacional inclusivo e o avanço de práticas de exclusão.

A produção de dados foi realizada a partir da análise de alguns documentos oficiais instituídos a partir década de 1990, período que representa o marco de emergência das primeiras políticas de inclusão no Brasil (RECH, 2010), até a atualidade.

Citando Le Goff (1990), destacamos que a escolha por trabalhar com documentos nos permite explorar a percepção histórica de uma época, de uma sociedade, consciente ou inconscientemente. Assim, ao utilizá-los, os entendemos tal qual a monumentos, pois assim como os monumentos presentes nas cidades estes também possuem a capacidade de retratar determinados acontecimentos de uma época, oferecendo informações que marcaram todo um período. Dessa forma, visualizamos

os documentos como algo que “não é qualquer coisa que fica por conta do passado”, mas “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, p. 470).

Além disso, para analisá-los diante do movimento genealógico destacado, adotamos o discurso como mais um conceito-ferramenta. Nesse contexto, o manejo dos documentos se deteve a exploração da ordem discursiva que fundamenta e regula aquilo que é dito em uma determinada época, através de procedimentos que interdita, proíbe, validam e controlam tudo aquilo o que é tomado como verdade.

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

A partir deste aporte teórico-metodológico, apresentamos o primeiro movimento analítico, exposto pela constituição histórica das políticas educacionais inclusivas brasileiras que deram forma ao processo de inclusão escolar visualizado até o ano de 2016, fundamentando a inclusão escolar como um imperativo de Estado.

Resultados

Diante das análises, observamos que a movimentação do processo de inclusão educacional brasileiro iniciou a sua constituição com grande ênfase a partir da década de 1990, diante da noção de direito presente na Constituição Federal de 1988.

Os discursos provenientes da Declaração Mundial sobre Educação para todos, expuseram como objetivo primeiro de sua pauta a necessidade de reafirmar o direito de toda pessoa à Educação. A promoção de uma educação igualitária precisava, no entanto, enfrentar graves problemáticas sociais existentes no período, como a falta de acesso ao ensino primário por mais de 100 milhões de crianças, destas, 60 milhões de meninas; o grande número de adultos, correspondente a 960 milhões em países industrializados e desenvolvidos, funcionalmente ou totalmente analfabetos, ofertando diversas situações-gatilho para a ocorrência de significativos problemas sociais (UNESCO, 1998).

Tais problemáticas expressavam a existência de um cenário devastador, vivenciado por milhares de pessoas que tinham a sua qualidade de vida negligenciada pela deterioração do cenário educacional mundial. Com o objetivo de atingir mulheres e homens de todas as idades e de todo o mundo, a efetivação da Declaração Mundial sobre Educação para todos foi celebrada como o principal meio de contribuição para um mundo mais seguro, sadio, próspero e ambientalmente mais puro, favorável ao atendimento dos processos sociais, econômicos e culturais (UNESCO, 1998). Composto, além disso, um instrumento de tolerância e cooperação internacional para provimento da igualdade educacional.

Como efeito no Brasil, os discursos em favor da universalização da educação foram responsáveis pela mobilização das primeiras políticas educacionais de cunho inclusivo. Cenário que direcionou a educação escolar brasileira ao provimento da garantia do desenvolvimento das habilidades dos sujeitos com deficiência, tornando-os, através da sua mobilização cidadã, indivíduos que também deveriam participar e serem responsáveis pelo crescimento socioeconômico.

Conforme Gallo (2017), essa noção de cidadania consolidou o que chama de governamentalidade democrática, a qual apoiada na noção de direito teve como foco transformar os sujeitos em cidadãos e conseqüentemente, governáveis pelo Estado. No país, essa estratégia ganhou palco a partir da

Constituição Federal de 1988, onde a educação passou a ser instituída à população como um direito social.

A partir disso, pode-se dizer que a atuação desse tipo de governamentalidade promoveu a operacionalização da população, estabelecendo um modelo de controle social capaz de instalar “um sistema de individualização destinado a modelar cada indivíduo e a gerir sua existência”, tornando-o responsável por si (REVEL, 2005, p. 30). Nesse sentido, a governamentalidade neoliberal democrática estabeleceu o seu funcionamento como uma maquinaria, diretamente proporcional às estratégias biopolíticas para o gerenciamento da população, propondo

[...] uma sociedade civil organizada, em face do Estado; uma economia que regula as trocas e garante a potência do mercado, com geração de riquezas; uma população, que é alvo das ações preventivas do Estado nos mais variados âmbitos, na garantia de sua qualidade de vida; a garantia da segurança dessa população como dever do Estado; e, por fim, a liberdade e a não submissão dos cidadãos como valor fundamental dessa organização social e política. (GALLO, 2012, p. 59).

Diante disso, compreendemos que através da noção de direito e cidadania a pessoa com deficiência passou a ser conduzida e posicionada na condição de cidadão governável pelo Estado. Foi diante desse panorama, que em 1994 foi criada a Política Nacional de Educação Especial, documento que instrumentalizou e conduziu o processo educacional do público-alvo da educação especial.

Nesse contexto, tal política buscou apresentar à população, estratégias para a inserção dos sujeitos com deficiência na escola comum, com a finalidade de reabilitá-los para a sociedade, gerando em um segundo viés, a condição de subordinação ao progresso de suas potencialidades. Isso nos fez entender que neste período se produzia um processo de seleção institucional dos sujeitos, permitindo que aqueles que fossem capazes de se adequar, permanecessem nas classes comuns, e quem não conseguisse, fosse separado e encaminhando a outras modalidades de atendimento, como é o caso das classes e escolas especiais.

Quadro I – Excertos da Política Nacional de Educação Especial

Classes comuns: Ambiente dito regular de ensino/aprendizagem, no qual também estão matriculados, em processo de integração instrucional, os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais (Brasil, 1994, p. 19).

Classe especial: Sala de aula em escola de ensino regular, organizada de forma a se constituir em ambiente próprio e adequado ao processo ensino/aprendizagem do alunado da educação especial. (BRASIL, 1994, p.19).

Escola Especial: Instituição especializada, destinada a prestar atendimento psicopedagógico a educandos portadores de deficiências e de condutas típicas, onde são desenvolvidos e utilizados, por profissionais qualificados, currículos adaptados, programas e procedimentos metodológicos diferenciados, apoiados em equipamentos e materiais didáticos específicos (BRASIL, 1994, p.21).

Fonte: Dados da pesquisa

Embora essa fosse à estratégia encontrada no período para inserir a pessoa com deficiência na escola comum, percebemos que a lógica de permanência era conduzida de forma correlata a um sistema pautado no apagamento de suas diferenças, buscando que esses indivíduos fossem normalizados a partir de um modelo pré-existente de aluno.

Um pouco mais tarde, no ano de 1996, revendo o conceito de Educação Especial do período (MENEZES, 2011), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) apresentou dentro de

suas deliberações, a oferta da Educação Especial como modalidade preferencialmente ofertada na escola comum. Essa condição permitiu que a matrícula do público-alvo da inclusão fosse realizada em nível de prioridade nas escolas comuns.

Quadro II – Excertos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1996, n.p).

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996, n.p).

Fonte: Dados da pesquisa

Diante do destaque, visualizamos na reformulação da LDB/1996, relevantes deslocamentos nos modos de organização escolar para o recebimento dos alunos com deficiência. Dentre eles, a reconfiguração de um novo contexto escolar, sustentado pela ênfase na “necessidade de aproximação e convivência” com esses sujeitos, revendo “[...] o conceito de Educação Especial”, como “[...] compromisso do poder público em ampliar as relações inclusivas no país” (MENEZES, 2011, p. 53).

Entretanto, conforme destaca Mendes (2019), a definição do termo preferencialmente permitiu a matrícula dos alunos público-alvo da educação especial apenas como condição prioritária nas escolas comuns e não de forma obrigatória. Essa brecha fomentou a contínua possibilidade de condução desses indivíduos às classes e escolas especiais.

Seguindo o histórico das políticas que foram dando forma ao processo de inclusão escolar, compreendemos que os destaques mais acentuados na prática educacional dirigida à pessoa com deficiência na escola regular começaram a ocorrer com mais ênfase a partir da chegada dos anos 2000. Isso porque, com a eleição de um novo Governo¹, as ações inclusivas do período começaram a ser entendidas como um avanço de reestruturação para as escolas, mobilizando esse espaço como um ambiente democrático e competente para o atendimento da diversidade (MENEZES, 2011). Nesse momento, a inclusão escolar da pessoa com deficiência passou a produzir o fortalecimento do *status* de inquestionabilidade desse processo, tornando-se algo que deveria ser aceito e desejado por todos (MENEZES, 2011).

Diferente do que acontecia em 1994, nesse novo cenário as escolas deveriam promover sua organização para receber os alunos com deficiência. As classes especiais, apesar de ainda presentes, não mais funcionavam apenas como um espaço onde a diferença era acomodada, passando a assumir um caráter transitório na educação dos alunos incluídos.

Diante disso, podemos dizer que a constituição da inclusão escolar em um panorama mais substancial teve sua marca fundamentada a partir do ano de 2008, com a criação da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este documento reformulou as condições de inclusão no país, permitindo que esse processo passasse a ser garantido no ensino comum a partir da matrícula obrigatória.

1 Transição do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) para o Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Quadro III – Excertos da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Fonte: Dados da pesquisa

Nesse contexto, a Escola Inclusiva formulou a ampliação das condições de atendimento da pessoa com deficiência a partir do momento em que a instituição, deveria adequar suas práticas escolares às necessidades dos sujeitos. Isso promoveu a criação de novos documentos normativos voltados ao enfoque do AEE no ensino comum.

Quadro IV: Documentos oficiais

<p>Decreto n.º 6.571 de 7 de setembro de 2008 Dispõe sobre o atendimento educacional especializado</p>	<p>Art. 2º São objetivos do atendimento educacional especializado: I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º; II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino (BRASIL, 2008, n.p).</p>
<p>Resolução CNE/CEB n.º 4 de 2 de outubro de 2009 Instituiu Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.</p>	<p>Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009, n.p).</p>
<p>Decreto n.º 7.611 de 17 de novembro 2011 Dispôs do sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.</p>	<p>Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (BRASIL, 2011, n.p).</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Frente aos discursos, observamos que o AEE passou a ganhar força transversalizando a Educação Especial no ensino regular, afirmando o dever das escolas em matricular, obrigatoriamente, o público-alvo da educação especial nas classes comuns e no AEE. Isso tornou possível a materialização das “ações inclusivas previstas nas políticas, pois é na parceria entre escola regular e educação especial que são depositadas as crenças com relação aos êxitos das propostas de educação inclusiva” (MENEZES, 2011, p. 57).

Todavia, embora as garantias destacadas nessas últimas políticas demonstrem importantes deslocamentos para a permanência da pessoa com deficiência na escola comum, entendemos que o funcionamento da Educação Especial dentro da educação inclusiva assume, até aqui, um movimento bifurcado, intimamente ligado às estratégias de poder típicas do neoliberalismo, as quais sustentam-se na ideia de que é necessário incluir a todos, mesmo que estes ainda se mantenham em condições de desigualdade.

A partir disso, destacamos a condução de tais políticas sob as bases da noção de direito e de cidadania. Condições que no funcionamento da governamentalidade neoliberal democrática fundamentou o processo de inclusão escolar como um imperativo de Estado, naturalizando discursos como verdades absolutas e afastando cada vez mais a possibilidade de uma exclusão completa.

Entretanto, percebemos que a ideia de incluir a todos, mesmo mantendo muitos indivíduos em condições de desigualdade, foi um projeto que sustentou sua inquestionabilidade operante até o ano de 2016. Momento em que a sociedade brasileira passou a ter contato com novos ideais políticos, marcados pela entrada de um Governo pautado em ênfases conservadoras e fascistas (LOCKMANN, 2019; 2020). É sobre isso que trataremos na próxima seção.

Reconfiguração política no processo de inclusão escolar: os efeitos de uma governamentalidade neoliberal fascista

Se no cenário anterior víamos as políticas educacionais inclusivas pautadas no direito à inclusão de todos, a partir de 2016 percebemos o remanejamento de muitas estratégias de governo para a condução dos sujeitos com deficiência. Inicialmente comandado pela gestão presidencial de Michel Temer, esse período² trouxe consigo um panorama político mediado pelos ideais de uma governamentalidade neoliberal conservadora. Conforme Lockmann (2019, p. 72-73),

[...] nessa governamentalidade, não se trata do desaparecimento da noção de direito, mas talvez da sua privatização, centrando no sujeito a responsabilidade pelas suas condições de vida. [...] a exclusão de determinados grupos da população passa a ser uma das estratégias mobilizadas nessa governamentalidade neoliberal conservadora, não para fazer morrer alguns sujeitos, mas tampouco para fazê-los viver. [...] Ao maximizar a responsabilidade individual de cada um consigo mesmo, essa forma de governo, simplesmente, deixa-os viver, fazendo-os assumir, por eles mesmos, os riscos da sua existência, que nada mais são do que resultado de escolhas individuais (LOCKMANN, 2019, p. 72-73).

Assim, se anteriormente visualizávamos as políticas educacionais inclusivas funcionando a partir da regra da não exclusão, neste novo momento histórico, ocorre à constituição de um governo que parece não mais se interessar em garantir a inclusão de todos.

Intensificando essa lógica e contribuindo para acentuar os efeitos do processo de in/exclusão, o Governo de Jair Messias Bolsonaro³, no ano de 2020, apresentou à sociedade uma nova política

2 O cargo de Presidente da República foi ocupado por Michel Temer no período de maio de 2016 a dezembro de 2018.

3 Mandato Presidencial ocorrido entre os anos de 2019 a 2022.

educacional voltada a reorganizar o cenário da Educação Especial e da Educação Inclusiva. Embora revogada pouco tempo após sua apresentação, pelo Ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, a chamada Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida - Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, teve como proposta instituir novas estratégias para a manutenção da garantia do direito educacional da pessoa com deficiência. Dentre os destaques apresentados pelo documento, situamos os seguintes excertos:

Quadro V – Excertos da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida - Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.

I - educação especial - modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; (BRASIL, 2020, n.p).

VI - escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos; (BRASIL, 2020, n.p).

Art. 6º São diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida: IV - priorizar a participação do educando e de sua família no processo de decisão sobre os serviços e os recursos do atendimento educacional especializado, considerados o impedimento de longo prazo e as barreiras a serem eliminadas ou minimizadas para que ele tenha as melhores condições de participação na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2020, n.p).

Fonte: Dados da pesquisa

Observamos que os discursos produzidos no documento apresentam retrocessos, principalmente no que se refere à perda da obrigatoriedade da Educação Especial enquanto modalidade transversal dentro da escola comum. Destacamos, também, questões como a perda da identidade da escola enquanto espaço fundamental para a educação dos sujeitos; a retomada do apontamento das escolas especializadas como espaço educacional substitutivo ao ensino comum; o retorno da ênfase sobre as classes especiais, como ambiente dedicado à inclusão escolar do aluno com deficiência; e a definição das escolas regulares inclusivas como uma opção de ensino para além das escolas especiais.

Sobre o contexto do último destaque, sinalizamos que, embora o Art. 3º do Decreto apresente a educação como um direito de todos em um sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2020), em contrapartida, é controverso oportunizar que a família e o aluno exerçam o direito de escolher em qual espaço educativo desejam realizar a matrícula. Isso demonstra que a noção de direito é mantida, mas ao mesmo tempo reconfigurada de forma individualizada.

Embora, em primeiro momento, pareça para alguns que a concessão do direito de escolha seja algo importante a ser considerado, isso representa duas dimensões pontuais a serem problematizadas. Em primeiro lugar, o poder de escolha sobre essas modalidades assume a tendência de estímulo à fragilização do direito do aluno de estar incluído na escola comum. Visto a perda de obrigatoriedade, tal condição oportuniza que muitas instituições regulares percam seu caráter inclusivo e até mesmo venham a optar pela recusa em realizar a matrícula desses sujeitos. Em segundo, percebemos que esse oferecimento de escolha também retira do Estado qualquer responsabilidade sobre a educação e o desenvolvimento desses indivíduos em nível inclusivo de socialização, atribuindo à família e ao próprio aluno o encargo dos riscos resultantes dessa escolha. Para Dardot e Laval (2016), isso repercute uma faceta própria do neoliberalismo, capaz de transformar os direitos universais em resultados oriundos de escolhas individuais.

Frente a esse cenário, à decisão do Ministro Dias Toffoli em revogar o Decreto se mostra relevante, já que as determinações contidas no documento ferem diversos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência ao longo do tempo. Dentre os motivos citados pelo Ministro, destacamos os seguintes trechos de seu voto:

Quadro VI – Excertos da fala do Ministro Dias Toffoli.

O Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, promoveu alterações na política nacional de educação, contendo previsão da implementação de escolas e classes específicas para atendimento de alunos da educação especial, em contexto de aprendizagem separado dos demais educandos, das quais destaco, por exemplo, as escolas especializadas, as classes especializadas, as escolas bilíngues de surdos e as classes bilíngues de surdos (TOFFOLI, 2020, p. 5).

Assim, [...] é de se ressaltar a absoluta prioridade a ser concedida à educação inclusiva, não cabendo ao Poder Público recorrer aos institutos das classes e escolas especializadas para furtar-se às providências de inclusão educacional de todos os estudantes (TOFFOLI, 2020, p.5).

Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial ora questionada parece ir de encontro ao paradigma descrito, ao deixar de enfatizar a absoluta prioridade da matrícula dos educandos com deficiência ou necessidades especiais no sistema educacional geral, ainda que demande adaptações por parte das escolas (TOFFOLI, 2020, p. 5).

Salta aos olhos o fato de que o dispositivo trata as escolas regulares inclusivas como uma categoria específica dentro do universo da educação especial, como se houvesse a possibilidade de existirem escolas regulares não-inclusivas. Ocorre que a educação inclusiva não significa a implementação de uma nova instituição, mas a adaptação de todo o sistema de educação regular, no intuito de congregarem alunos com e sem deficiência no âmbito de uma mesma proposta de ensino. (TOFFOLI, 2020, p. 10-11).

Portanto, verifico que o Decreto nº 10.502/2020 pode vir a fundamentar políticas públicas que fragilizam o imperativo da inclusão de alunos com deficiência [...] na rede regular de ensino, pelo que, diante do exposto, considero configurada a fumaça do bom direito para efeito de concessão de medida cautelar (TOFFOLI, 2020, p. 11).

Fonte: Dados da pesquisa

No contexto das informações apresentadas, compreendemos que os discursos presentes no Decreto n.º 10.502 reproduzem a racionalidade intrínsecas nas ações de tal Governo, evidenciando as engrenagens dessa governamentalidade neoliberal conservadora iniciada em 2016. Entretanto, de acordo com Lockmann (2019; 2020) podemos dizer que esta racionalidade também pode ser chamada de governamentalidade neoliberal fascista, já que ambos os termos, conservadora e fascista alinham-se ao fortalecimento de práticas excludentes e de rechaçamento do outro.

De acordo com a autora, os pressupostos de um governo fascista funcionam, diante da fundamentação de um racismo contemporâneo, articulado a partir da circulação de uma série de discursos que prezam pela desvalorização e pela desqualificação da vida de determinados grupos. Não estando ligado unicamente a raças, na concepção de Foucault (2005, p. 306), o racismo de Estado pode ser entendido como “a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização”. E complementa:

[...] por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 306).

Isso quer dizer que, embora a materialidade da ação direta de morte sob os indivíduos⁴ não estivesse posta, a movimentação da vida expunha-se constantemente atravessada por diversas situações e condições, culminando em sua ameaça e em seu desaparecimento social. Tal desaparecimento pode ser articulado ao enfraquecimento dos direitos sociais de determinados grupos da sociedade, como discutido aqui no que se refere ao direito à escolarização das pessoas com deficiência na escola regular.

No livro *Fascismo e Revolução*, Lazzarato (2019, p. 55) destaca o novo fascismo como ultraliberal, “a favor do mercado, da empresa, da iniciativa individual”, ao mesmo tempo em que se quer “um Estado forte para reprimir as minorias, os estrangeiros, os delinquentes”. Nós acrescentamos as pessoas com deficiência. Além dele, autores como Dardot e Laval (2016) e Wendy Brown (2019) têm mostrado que neoliberalismo e neoconservadorismo não são opostos, e o fortalecimento do primeiro pode, inclusive, ter aberto as portas para o segundo. Para Brown (2019, p. 39), “o ataque neoliberal ao social [...] é fundamental para gerar uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima”.

Nesse sentido, compreendemos que no período os investimentos na educação inclusiva estavam direcionados a aqueles sujeitos que demonstrassem melhores condições de adaptação. Aos que se diferiam, buscavam-se como alternativa o direcionamento recluso aos espaços das classes e escolas especiais. Precisamos destacar, no entanto, que não nos opomos ao funcionamento das escolas especiais e reconhecemos a sua importância. Porém, o fato de flexibilizar a matrícula dos alunos com deficiência nas escolas regulares assumiu a possibilidade de banalizar a presença de sujeitos com deficiência nos espaços das escolas especiais, reconfigurando práticas evidenciadas no início da década de 1990.

Além disso, importa ressaltar que isso não nos colocou diante de um simples retorno a lógica que pautava as políticas da década de 1990, haja vista que naquele período histórico estávamos frente a um processo de emergência e avanço das políticas de inclusão no Brasil que acarretava, para os sujeitos com deficiência, uma primeira possibilidade de inclusão no sistema educativo.

Atualmente não se trata disso, pois muito avançamos após a década de 1990 no atendimento das pessoas com deficiência na escola comum. Porém, é preciso dizer que voltar a evidenciar o discurso binário entre escola especial e escola comum, reconfigura o processo de inclusão das pessoas com deficiência na escola comum frente a um movimento perverso de precarização da educação inclusiva.

[...] o Brasil se tornou um laboratório biopolítico de precarização das estratégias educacionais de inclusão e de afirmação das diferenças. O corpo do deficiente, o corpo da singularidade, o corpo da atipia normativo-eficiente, o corpo indigesto ao sistema, o corpo ingovernável, todos assinalam para uma espécie de antecedente criminal ao sistema: de saída, seus corpos são ineficientes como capital humano. Impedir ou dificultar a inclusão de tais corpos na escola é estratégia biopolítica de exclusão da vida, por ajuntamento das tecnologias do biopoder, que tipifica o ineficiente, lançando-o fora de qualquer condição existencial (CARVALHO; GALLO, 2020, p. 157).

Sendo assim, embasadas pela contextualização política movimentada pelo Governo anterior, compreendemos que em 2020 a proposta de uma nova política educacional inclusiva apresentou de forma escancarada das intencionalidades movimentadas por um governo fascista. Nessa condição, percebemos que o racismo e o fascismo naturalizados diante da reconfiguração do neoliberalismo,

4 Considerando a situação vivenciada no momento pandêmico da Covid-19 e do expresso negacionismo presente no Governo de Jair Messias Bolsonaro, ousaríamos inclusive falar de um assassinio direto, cometido diariamente sobre a vida dos brasileiros em prol do bom funcionamento da economia.

pautou no Governo anterior a abertura de processos de exclusão da pessoa com deficiência, enfatizando discursos que ainda hoje mobilizam a fragilização de direitos conquistados pelas pessoas com deficiência.

Conclusões

Frente a todos os deslocamentos históricos apresentados, construímos o entendimento de que as políticas abordadas neste artigo formam instrumentos de ação próprios da racionalidade neoliberal e dos deslocamentos operados no seu interior. Ora evidenciadas pelas estratégias de governo, em níveis democráticos, ora instrumentalizadas pelas ações conservadoras e fascistas, tais políticas demonstram o quanto cada medida atribuída à noção de direito da pessoa com deficiência foi, e ainda é transpassada pelas relações de poder que repercutem em cada época.

Observando a ocorrência de deslocamentos na ordem política dos últimos anos, pontuamos que a garantia do direito educacional regular à pessoa com deficiência tem passado por reconfigurações que fragilizam os princípios democráticos, os quais, anteriormente, faziam da inclusão escolar um imperativo de Estado. Hoje, esse processo tem sido conduzido por relações de poder que respondem a outro tipo de racionalidade, possivelmente atravessada pela influência de um neoliberalismo conservador e fascista.

As questões apresentadas nos movem a pensar sobre o funcionamento da inclusão escolar no contexto da nova racionalidade política, a qual tem produzido, parecem-nos, muito mais condições de exclusão à pessoa com deficiência do que mantido em funcionamento a inclusão como imperativo de Estado.

Agradecimentos

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa e ao Grupo de Estudo e Pesquisa em In/Exclusão (GEIX/FURG) pelo trabalho colaborativo e potente nas discussões.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 6.571 de 7 de setembro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 17 de setembro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília**, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**: Livro 1/MEC/SEESP. Brasília: a Secretaria, 1994.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação MEC/SECADI, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/ CEB nº 4 de 2 de outubro de 2009**: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação básica, modalidade Educação Especial. Portal do MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13684%3Aresolucoes-ceb. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001**: Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio D. de Oliveira. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Revista Mnemosine**, v. 16, n.º 1, Rio de Janeiro, 2020, p. 146-160.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova Razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**, 9. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019. p. 55-86.

GALLO, Silvio. Biopolítica e Subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, v. 33, n. 66, Curitiba, Brasil, 2017. p. 77-99.

GALLO, Silvio. Governamentalidade democrática e o ensino de filosofia no Brasil Contemporâneo. **Revista Cadernos de Pesquisa**, v.42, n.145, 2012. p. 48-65.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou Revolução**: o neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOCKMANN, Kamila. **As reconfigurações do imperativo da inclusão no contexto de uma governamentalidade neoliberal conservadora**. Universidad Pedagógica Nacional: *Pedagogía y Saberes*, n. 52. 2019.

LOCKMANN, Kamila. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. **Revista Práxis Educativa**: Ponta Grossa, v. 15, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MENDES, Enicéia. A Política de Educação Inclusiva e o Futuro das Instituições Especializadas no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. vol. 27, n. 22, 2019.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 23 fev. 2011.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2012. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 29 abr. 2023.

RECH, Tatiana Luisa. **A emergência da inclusão escolar no governo FHC: movimentos que a tornaram uma “verdade” que pertence**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2010.

TOFFOLI, Dias. **Minuta de Voto**: Senhor Ministro Dias Toffoli. Plenário Virtual, 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jontien, 1990.

POTENCIALIZANDO APRENDIZAGENS INCLUSIVAS: VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS INTEGRADAS ENTRE A UNIVATES E O CAPACETE ROSA

RUTHNER, Bruna Zanoni ¹
DELAZERI, Bárbara ²
WEIZENMANN, Jamile Maria da Silva ³
OSTERKAMP, Guilherme ⁴
ROSA, Jeandres Kauê Ernesto ⁵

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, bruna.ruthner@universo.univates.br

² Universidade do Vale do Taquari - Univates, barbara.delazeri@universo.univates.br

³ Universidade do Vale do Taquari - Univates, jamilew@univates.br

⁴ Universidade do Vale do Taquari - Univates, guilherme.osterkamp@univates.br

⁵ Universidade do Vale do Taquari - Univates, jkerosa@univates.br

Tema: Inclusão e diversidade nos espaços educacionais

Resumo: Das 200 famílias assistidas pela Associação Marines, 85% são famílias compostas por mães solo e apenas 15% possuem o ensino médio completo (ASSOCIAÇÃO MARINES, 2023). Nesta perspectiva, com a parceria entre o Projeto Capacete Rosa, da ONG Associação Marines, que objetiva capacitar mulheres para atuarem na construção civil, e o Semeia: Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Univates (EMAU), juntamente com o Projeto de Extensão Habitar Bem, foi possível a inserção da comunidade no meio acadêmico. As atividades foram realizadas na Universidade, permitindo o acesso e a participação efetiva de mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade. Observa-se que, projetos como esse representam e idealizam a transformação social que tanto a Associação Marines quanto a Univates almejam. Aliado a isso, busca-se abrir portas para novas possibilidades de qualificação e inserção no ensino e no mercado de trabalho, garantindo os direitos constitucionais de cada cidadão brasileiro.

Palavras-chave: Associação Marines; Educação; Transformação Social; Arquitetura e Urbanismo; Extensão.

Introdução

O acesso ao ensino superior é um dever do Estado e será efetivado mediante a garantia de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, art. 208, 1988). Nesse sentido, percebe-se o movimento para materializar a democratização do acesso às instituições universitárias com a criação de programas como o ProUNI e SISU, nos anos de 2005 e 2012 (BRASIL, 2005; BRASIL, 2012). Ao pensarmos na educação básica da população brasileira, temos 48,8% de pessoas com 25 anos ou mais com o ensino médio completo. Segundo dados de recorte racial, a diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas chega à marca de 15%, com os valores respectivos de 57,0% e 41,8% (IBGE, 2020). No município de Lajeado, os dados registrados em 2010 foram de 19% da população com ensino médio completo e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi de 5,5 em 2019 (SEBRAE, 2019). Para o público atendido pela Associação Marines, os percentuais são mais agravantes: das 200 famílias assistidas pela ONG, 85% são famílias compostas por mães solo e apenas 15% possuem o ensino médio completo (ASSOCIAÇÃO MARINES, 2023). A partir disso, percebe-se que não foi possível trazer para o debate o nível de escolaridade no ensino superior, uma vez que o ensino básico está tão fragilizado, impossibilitando o ingresso em instituições universitárias.

Esse trabalho objetiva relatar a experiência com o Projeto Capacete Rosa, idealizado e promovido pela ONG Associação Marines, em parceria com a Universidade do Vale do Taquari - Univates, por meio do Semeia: Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) e do Projeto de Extensão Habitar Bem. O curso é uma capacitação para formar mulheres como auxiliares de construção civil e aborda, ao longo de 8 meses, conteúdos relacionados às áreas de construção e arquitetura. O projeto teve sua turma piloto, tendo iniciado em outubro de 2022, com 19 alunas, e foi concluído em maio de 2023, com a formatura de 11 mulheres. A atuação da Univates no projeto tem como foco as práticas extensionistas proporcionadas aos alunos de Arquitetura e Urbanismo, além da democratização dos espaços de ensino superior, trazendo a população periférica para locais antes inacessíveis. O projeto estrutura-se com a coordenação de uma Arquiteta e Urbanista, com o apoio e acompanhamento de uma Assistente Social, ambas voluntárias da Associação Marines; bem como com o auxílio de funcionários, bolsistas, estagiários e professores da Univates, os quais contribuíram para a elaboração, ministração e monitoria das aulas.

Descrição do trabalho/pesquisa ou da Experiência

A Associação Marines, na configuração de associação, surge em 2020, após o falecimento de Marines, líder comunitária do bairro Santo Antônio, de Lajeado, que inspirou a criação da ONG. As ações no bairro, entretanto, iniciaram dois anos antes, com o grupo organizado “Move Mães”, o qual iniciou suas atividades com a criação de bazares sociais e arrecadação de alimentos e materiais de higiene pessoal para mães e famílias em vulnerabilidade social do bairro. Com isso, surge outro projeto: o “Debut Social”, organizado e idealizado por Marines desde 2018 e que aconteceu em 2019, com o objetivo de proporcionar às jovens mulheres uma festa de 15 anos. O debut social mobilizou diversos parceiros e proporcionou ao bairro Santo Antônio um evento de celebração para a comunidade.

Em 2022, após dois anos de atuação como ONG, a Associação é contemplada por um edital de fomento para projetos sociais, promovido pelo Rotary e, com isso, pode executar o Projeto Capacete Rosa. O projeto é um curso de capacitação para mulheres atuarem como auxiliares de construção civil e foi estruturado pela Arquiteta e Urbanista voluntária da ONG, Angélica Silveira. O público alvo para a primeira turma foi definido conforme o local de atuação da ONG, o bairro Santo Antônio, especificamente no conjunto residencial «Novo Tempo I». O residencial é uma habitação de interesse social, participante do programa federal “Minha Casa Minha Vida”, o qual foi objeto de diversas ações sociais como o “Pacto pela Paz” de Lajeado, além de intervenções do Ministério Público. A Associação atua no bairro Santo Antônio e seu público é majoritariamente de mães solo, das quais a maioria não possui ensino básico completo. Considerando os diversos desafios e adversidades enfrentadas pelas populações em vulnerabilidade social, é fundamental que haja um apoio assistencial durante o projeto. Para isso, a ONG conta com a Assistente Social, Carine Bagestan, que realizou o diálogo entre o público da associação e comunidade atuante da Univates, participando das aulas e sinalizando possíveis dificuldades que as alunas estariam passando. Esse apoio é fundamental para que a comunidade sinta-se à vontade, com uma pessoa de confiança, e para que a comunidade voluntária envolvida no projeto também sinta-se assistida. Analisando esse cenário, a participação em um curso de qualificação torna-se fundamental e pode ser um potencializador para a transformação social almejada para comunidades em vulnerabilidade.

A parceria da Univates com a ONG Associação Marines se estabeleceu em outubro de 2022, próximo ao início das aulas da primeira turma do Capacete Rosa, por meio do Semeia: Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) e do Projeto de Extensão Habitar Bem. Com essa parceria, a Universidade do Vale do Taquari - Univates se comprometeu em ceder a infraestrutura do campus de Lajeado, disponibilizando salas de ateliê, laboratórios de construção e demais espaços

que fossem pertinentes para a realização das aulas. O cronograma do curso foi pensado para ter uma frequência quinzenal de aulas, considerando os compromissos das alunas e dos voluntários envolvidos no projeto.

O cronograma foi pensado de forma flexível, uma vez que dependia diretamente da disponibilidade dos parceiros do projeto. Os conteúdos para as aulas foram pensados para contextualizar as diversas áreas de atuação na construção civil, proporcionando assim, para as alunas, uma base teórica para a escolha pós-formatura.

Tabela 01 - Cronograma do curso. Fonte: Projeto Capacete Rosa.

ANO	AULAS	CRONOGRAMA
2022	- Iniciando o Capacete Rosa	Aula 01
	- Fundamentos básicos: matemática	Aula 02
	- Fundamentos básicos: português	Aula 03
	- Experiência Extensionista: roda de conversa sobre Habitação de Interesse Social	Aula 04
	- Fundamentos básicos: revisão de conteúdo de matemática - Introdução à construção civil: leitura de desenhos técnicos	Aula 05
2023	- Introdução à construção civil: revisão de conteúdo de leitura de desenhos técnicos - Introdução à construção civil: estudo de escalas e nomenclatura	Aula 06
	- Áreas de atuação: Carpintaria	Aula 07
	- Áreas de atuação: Servente	Aula 08
	- Áreas de atuação: Instalações Elétricas	Aula 09
	- Áreas de atuação: Instalações Hidrossanitárias	Aula 10
	- Áreas de atuação: Revestimentos	Aula 11
	- Introdução ao mercado de trabalho: Ética e Precificação - Estágios	Aula 12
	- Áreas de atuação: Pintura	Aula 13
	- Estágio: conhecendo os processos da concretagem	Aula 14
	CONCLUSÃO DO CURSO	27/05/2023

Uma vez que as alunas do curso são mulheres em situação de vulnerabilidade social, se faz necessário analisar o contexto no qual estão inseridas. Tendo em vista a alta incidência de baixa escolaridade, é fundamental pensar em um curso com uma linguagem que seja compreendida pelas alunas. Assim como criar uma abordagem de conteúdos gerais que sejam embaixadores (português e matemática) aos temas específicos da construção civil.

Conjugação verbal e pronomes de tratamento nas aulas de português, bem como regras de três e frações nas aulas de matemática são a “fundação” do curso e prepararam o terreno para a construção dos saberes específicos. Aliado a isso e buscando diminuir a barreira imposta aos espaços usualmente habitados e ocupados por essa população, foi realizada uma ação extensionista na Aula 03. Visando proporcionar aos estudantes de Atelier Integrado V: Habitação de Interesse Social, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Univates, uma experiência com “clientes reais”, tendo ocorrido no salão de festas do Novo Tempo I. O painel de apresentação de projetos foi o compartilhamento de propostas e ideias a partir dos projetos desenvolvidos na disciplina de ateliê. Nessa roda de conversa, os alunos expuseram os projetos desenvolvidos em sala de aula e as alunas do Capacete Rosa avaliaram esses, verbalizando o que acreditam ser pertinente para aquela comunidade a partir da sua visão, bem como as escolhas que não as agradam.

As primeiras aulas, previamente citadas, ocorreram no Salão de Festas do residencial do Novo Tempo I, contando com a monitoria de alunos, bolsistas, estagiários e funcionários voluntários da

Univates e, após reuniões de alinhamento com a coordenação do projeto, foi possível realizar as aulas na universidade.

Imagem 01 - Aula do Projeto Capacete Rosa no Salão de Festas do Residencial Novo Tempo I.



Fonte: Semeia EMAU.

Imagem 02 - Primeira aula do Projeto Capacete Rosa na Univates.



Fonte: Semeia EMAU.

Com essa etapa concluída, foi possível adentrar os temas específicos do curso: iniciando com o estudo de escalas, nomenclaturas e leitura de desenhos técnicos. A partir disso, as áreas de atuação são apresentadas às alunas e cada aula acontece em um local diferente, dependendo da disponibilidade do parceiro. A aula de servente aconteceu no Laboratório de Tecnologia da Construção da Univates (LATEC), na qual as alunas puderam experimentar na prática a construção

de um protótipo de parede, bem como a construção da armadura de uma viga, com a confecção de estribos e demais amarrações.

Imagem 03 - Aula do Projeto Capacete Rosa na Univates.



Fonte: Semeia EMAU.

As aulas de revisão de conteúdo e de ética e precificação também ocorreram na Univates, nas salas de ateliê de projeto, no prédio 11, e contaram com a participação voluntária de professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo. Além de ateliês de projeto e do LATEC, o Laboratório de Hidráulica, localizado no prédio 17, foi utilizado para a aula de instalações hidrossanitárias, na qual foram abordados os assuntos como captação de água da chuva, rede pluvial de esgoto e funcionamento do sistema de abastecimento de água em edificações uni e multifamiliares. A última aula do curso, que ocorreu no dia 25 de maio deste ano, se constituiu como o estágio do curso e teve como objetivo finalizar as aulas com uma visita ao canteiro de obra e à uma empresa de concretagem.

Com os assuntos abordados nas 14 aulas do curso, o Projeto Capacete Rosa proporcionou uma fundamentação básica para trabalhar na construção civil, abordando possíveis áreas de atuação e deixando em aberto a possibilidade de escolha para a área que cada uma se identificou ao longo do curso.

Resultados

O projeto buscou trazer novas possibilidades de qualificação e a inserção no ensino e no mercado de trabalho, garantindo os direitos constitucionais de cada cidadão brasileiro. Essa iniciativa promove o direito à educação de qualidade, que “é um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade, de consolidação da identidade nacional e instrumento de inclusão socioeconômica” (SOBRINHO, pág. 1225, 2010).

A democratização da educação de qualidade é uma luta coletiva, consolidada na Constituição Federal de 1988 e almejada pela Univates, universidade comunitária do Vale do Taquari. Aliado a

isso, a interdisciplinaridade na construção dos saberes se prova cada vez mais fundamental para o desenvolvimento profissional e humano, em especial na área de Arquitetura e Urbanismo, que está classificada dentro da área de Ciências Sociais Aplicadas.

Em consonância, as aulas do Capacete Rosa proporcionaram vivências importantes para a formação pessoal e profissional das participantes do projeto Capacete Rosa, bem como para os voluntários participantes do projeto. As atividades voltadas para área de auxiliar de construção civil foram significativas para o desenvolvimento desse grupo de mulheres da comunidade Santo Antônio que, a partir da iniciativa, puderam frequentar locais e tiveram experiências que normalmente não fazem parte do seu dia-a-dia. O curso trouxe novas perspectivas para as alunas que num misto de dificuldades, lutas, derrotas e conquistas, seguem em frente com seus interesses e sonhos, revelando processos de resiliência ao longo de suas caminhadas. Questionada sobre o aprendizado, uma das participantes contou que pensou que seria mais difícil, mas que com o esforço de todas as participantes, foi possível adquirir um bom conhecimento para estarem prontas para o mercado de trabalho (Jornal Independente, 2023).

Por outro lado, a experiência também foi importante para os alunos do curso de arquitetura e urbanismo da Univates, que puderam acompanhar as atividades desenvolvidas no Capacete Rosa, integrando-as com as demandas reais da comunidade assistida pelo projeto. De acordo com a estudante Taísa Grapegio da Silva, o voluntariado em projetos de extensão é uma experiência que todo acadêmico deveria ter em seu histórico universitário. «Nos tornamos mais humanos e preparados para a atuação profissional a partir das vivências das comunidades». Dessa forma, identificou-se a colaboração mútua para a formação dos alunos da comunidade acadêmica da Univates e para as moradoras do bairro Santo Antônio, através da troca de experiências e do diálogo entre as comunidades.

A ocupação do espaço acadêmico perpassou a sala de aula e a construção coletiva de conhecimentos, englobando momentos de celebração como a cerimônia de conclusão do curso Capacete Rosa. No auditório do prédio 07 da Univates, no dia 27 de maio, ocorreu a finalização da primeira turma do projeto, formando 11 alunas. Esse é um marco histórico para a comunidade do Santo Antônio, que pela primeira vez ocupou o auditório de uma universidade, e principalmente para as alunas, das quais a maioria vivenciou pela primeira vez uma formatura (BAGESTAN, 2023).

Imagem 04 - Formatura Projeto Capacete Rosa na Univates.



Fonte: Univates.

Conclusões

As iniciativas que promovem a desconstrução do preconceito socialmente construído acerca das atribuições de gêneros e de classe social, buscam estimular e promover uma maior equidade, apresentando um considerável grau de relevância para o desenvolvimento dessas alunas, que através do Capacete Rosa, ocupam espaços de ensino que normalmente estão distantes de suas realidades.

Os avanços da representatividade feminina na mão de obra do mercado da construção civil e as relações de gênero, seja no âmbito do ensino ou no profissional, ainda caminham a passos lentos, mas despertam discussões importantes a fim de promover a inclusão e diversidade. Além disso, sabe-se que são muitos os desafios enfrentados pelas mulheres participantes de projetos sociais, que em grande parte são as principais responsáveis pela economia familiar e dependem fortemente de programas governamentais que as auxiliam nas principais despesas do lar. Outras adversidades, como não ter com quem deixar seus filhos e locomoção, são fatores que afetam a permanência e a frequência nas aulas, bem como em empregos formais.

Muitas dessas dificuldades foram integradas entre as situações vivenciadas durante o projeto, que no início contava com 19 mulheres e ao longo de 8 meses teve esse número de alunas diminuído consideravelmente. Ao todo, 42% das alunas que iniciaram as atividades não concluíram o curso. Dentre os motivos de desistência, de acordo com a Assistente Social, estão: problemas de saúde, impossibilidade de faltar no emprego e dificuldade para compreensão do conteúdo, sendo esse último nos casos de alunas que não possuíam o ensino fundamental completo. Nesse sentido, vale ressaltar que diante de tantos obstáculos, somente a certificação não garante a empregabilidade dessas mulheres e sua permanência em um trabalho, mas entende-se que as ações, como o Capacete Rosa, proporcionam um novo olhar para as oportunidades de estudo e renda, aumentando a autoestima e resgatando o protagonismo das mulheres em suas trajetórias. A base teórica e prática do curso possibilita a inserção das mulheres no mercado de trabalho da construção civil, almejando assim uma fonte de renda e transformação social.

A relação de proximidade com a Univates despertou em uma das alunas participantes o interesse de ingressar na graduação. Através do «Ajudarinho», um programa interno que concede bolsas de estudos a alunos em situação de vulnerabilidade social, ela está cursando o primeiro semestre da graduação em Fisioterapia na instituição. Percebe-se que esse é um exemplo que transmite esperança e é visto com admiração pelas demais colegas e comunidade. Além disso, a parceria com a universidade possibilitou uma aproximação com o bairro Santo Antônio, estabelecendo vínculos de bolsistas, funcionários e voluntários com a comunidade, em especial para com os residentes do conjunto habitacional Novo Tempo I.

A parceria contribui também em ações de extensão universitária nas disciplinas de projeto do curso de arquitetura e urbanismo, por exemplo, em aulas de Atelier Integrado V, que possui a temática Habitação Social. Desta forma, proporciona-se o envolvimento da comunidade e dos alunos do curso de graduação, no qual foi possível compreender as demandas reais, além de instigar os discentes à busca por novas soluções para os problemas debatidos. Para além disso, o papel da Universidade se estabelece no acompanhamento do desenvolvimento social da comunidade na qual está inserida. Aliado a isso, o projeto de extensão Habitar Bem entra como importante ator na articulação da avaliação de impacto com a comunidade participante.

Ademais, conclui-se que este processo é fruto de uma cooperação conjunta da Associação Marines, instituição Univates por meio do Semeia Emau e Habitar Bem, do rompimento de estereótipos por parte da sociedade, e de empresas parceiras que não façam atribuições de gênero sobre as atividades do setor, assim promovendo a diversidade e inclusão feminina de forma justa e igualitária num setor que tem forte ligação com o desenvolvimento social do Vale do Taquari.

Agradecimentos

À Associação Marinês, à Arquiteta e Urbanista Angélica Silveira, à Assistente Social Carine Bagestan, às alunas do Capacete Rosa e a todos os alunos e professores voluntários que deram suporte para a concepção e o desenvolvimento das aulas do projeto.

Referências

ASSOCIAÇÃO MARINÊS. **Relato oral da Assistente Social da Associação**, Carine Bagestan, 2023.

BAGESTAN, Carine. **Relato oral da Assistente Social da Associação**, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 15 março 2023.

_____. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em: 15 março 2023.

HAUTRIVE, Gabriela. Projeto Capacete Rosa realiza visitas técnicas antes de formar a primeira turma no próximo sábado, em Lajeado. **Independente**, 2023. Disponível em <<http://independente.com.br/projeto-capacete-rosa-realiza-visitas-tecnicas-antes-de-formar-a-primeira-turma-no-proximo-sabado-em-lajeado/>>. Acesso em: 29 maio 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019, 2020**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em: 15 março 2023.

SEBRAE/RS. **Perfil das Cidades Gaúchas - Lajeado**, 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Lajeado.pdf>. Acesso em: 14 março 2023.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 março 2023.



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09



S.34°41'
W56°9'